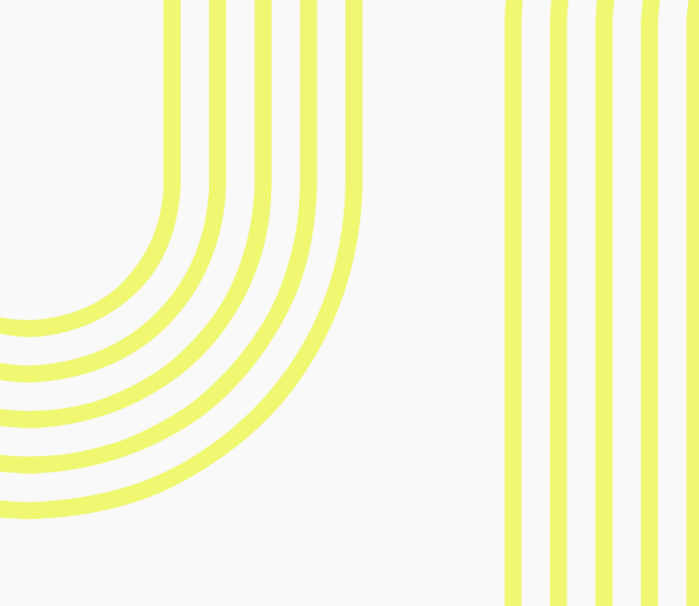


MUNICÍPIO DE AVEIRO

DIAGNÓSTICO SOCIAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2025-2027





MUNICÍPIO DE AVEIRO

DIAGNÓSTICO SOCIAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2025–2027



Ficha técnica

Título

Diagnóstico Social e Plano de
Desenvolvimento Social de Aveiro

Coordenação técnica e científica | Multiaveiro

Lúcia Santos

Equipa | Multiaveiro

Cristina Barros

Andreia Aires

Câmara Municipal de Aveiro

José Ribau Esteves (Presidente)

Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho
(Vereadora)

Divisão da Ação Social

Design gráfico

Cristina Barros

Lúcia Santos

Aveiro, julho de 2025

Mensagem do Presidente

O Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social do Município de Aveiro para o período de 2025 a 2027, é uma elaboração e um relevante instrumento de enquadramento e intervenção da Rede Social do Município de Aveiro coordenada pela Câmara Municipal de Aveiro, apostados que continuamos a estar para prosseguirmos o processo de crescimento e desenvolvimento, com a devida coesão territorial e social, com a devida sustentabilidade nas suas três dimensões: ambiental, económica e social.

A elevação do nível de qualidade de vida e de desenvolvimento integrado e integral para Todos, é uma aposta que reiteramos a cada dia, atentos às dinâmicas do País, da Europa e do Mundo, muitas vezes imprevisíveis, determinados em fortalecer os instrumentos de gestão, as parcerias institucionais, assim como os mecanismos de mobilização e responsabilização dos Cidadãos e das Famílias, cuja participação é capital para continuarmos a fazer mais e melhor a cada dia.

Estamos determinamos em elevar o nível de competência da Rede Social do Município de Aveiro, aumentando a capacidade de resolver problemas e de aproveitar oportunidades, aprofundando as capacidades de gestão no âmbito do processo de Descentralização na área da Ação Social e do CLDS 5G, conquistando mais Fundos Comunitários e Nacionais de apoio à intervenção social e ao investimento nos equipamentos sociais.

O PDS 2025-2027 é um instrumento de planeamento que se articula com vários outros instrumentos de planeamento do território de enorme importância para a vida dos Cidadãos, nomeadamente com a Carta Social Municipal do Município de Aveiro, querendo responder com qualidade a realidades complexas, persistentes e desafiantes, como:

- a integração e gestão de Imigrantes e Migrantes;
- a carência de Mão-de-obra em muitos setores de atividade em contraponto com os desempregados formais que queremos estimular a integrarem o mercado de Trabalho;
- o aprofundamento da utilização da Cultura nos processos de integração e coesão social e territorial;
- as devidas respostas na importante área da Habitação.

O Homem é para nós o motivo e o destino de todas as políticas de gestão da coisa pública, das coisas de Todos, apostando sempre na valorização da vida e cuidando de forma especial dos que precisam de apoio, para que a sociedade seja mais equilibrada, solidária, justa e inclusiva.

A Câmara Municipal de Aveiro e a Rede Social do Município de Aveiro assumem as prioridades definidas neste PDS 2025-2027 com determinação e com o mais elevado sentido de responsabilidade, que para ser devidamente consequente, tem de receber o contributo de Todos num processo responsável de exercício de Cidadania ativa e construtiva.



José Ribau Esteves

Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

Siglas e acrónimos

AAAF	- Atividades de Animação e Apoio à Família
AAC	- Ajuda Alimentar a Carenciados
ACAPO	- Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal
ACM	- Alto Comissariado para as Migrações
AE	- Agrupamento de Escolas
AEC	- Atividades de Enriquecimento Curricular
AEVA	- Associação para a Educação e Valorização da Região de Aveiro
AIDA	- Associação Industrial do Distrito de Aveiro
AIMA	- Agência para a Integração, Migrações e Asilo
AMU	- Área Mediamente Urbana
ANQEP	- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
ANSR	- Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APAV	- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
APR	- Área Predominantemente Rural
APU	- Área Predominantemente Urbana
ARH	- Administração da Região Hidrográfica
ARS	- Administração Regional de Saúde
ASE	- Ação Social Escolar
ASSCMA	- Associação de Solidariedade Social Casa Mãe de Aradas
ATL	- Atividades de Tempos Livres
BACF	- Banco Alimentar Contra a Fome
BI-CSP	- Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários
CA	- Casa de Abrigo
CA	- Casa de Acolhimento
CAA	- Centro de Apoio à Aprendizagem
CAARPD	- Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade
CACI	- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CAD	- Comportamentos Aditivos e Dependências
CAF	- Componente de Apoio à Família
CAFAP	- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CARDA	- Centro de Alcoólicos Recuperados do Distrito de Aveiro
CASCI	- Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo
CAT	- Centro de Alojamento Temporário
CATL	- Centro de Atividades de Tempos Livres

CAVI - Centro de Apoio à Vida Independente

CC - Centro Comunitário

CCJ-MA - Conselho Consultivo da Juventude do Município de Aveiro

CD - Centro de Dia

CDSS - Centro Distrital da Segurança Social

CDT - Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência

CEB - Ciclo do Ensino Básico

CEFOSAP - Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional

CERCIAV - Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro

CESDA - Centro Social do Distrito De Aveiro

CHBV - Centro Hospitalar do Baixo Vouga

CI - Comunidade de Inserção

CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CIM - Comunidade Intermunicipal

CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

CLAS - Conselho Local de Ação Social

CLASA - Conselho Local de Ação Social de Aveiro

CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social

CMA - Câmara Municipal de Aveiro

CMH - Carta Municipal de Habitação

CMI - Câmara Municipal de Ílhavo

CMIA - Centro Municipal de Interpretação Ambiental

CMM - Câmara Municipal da Mealhada

CMOB - Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

CNAIM - Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRI - Centro de Recursos para a Inclusão

CRI - Centro de Respostas Integradas

CRP - Centro de Reabilitação Profissional

CRQE - Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego

CRTIC - Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial

CSF - Comissões Sociais de Freguesia

CSIF - Comissões Sociais Inter-freguesias

CSP - Cuidados de Saúde Primários

CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

DAS - Divisão de Ação Social

DDEI - Divisão de Desenvolvimento Económico e Inovação

DECAS - Departamento de Educação, Cultura e Ação Social

DED - Divisão de Educação e Desporto

DESS - Direção de Estatísticas da Segurança Social

DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DGERT - Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

DGPJ - Direção-Geral da Política de Justiça

DIAP - Departamento de Investigação e Ação Penal

DPSM - Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental

EA - Estrutura de Atendimento

EACMCGA - Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Aveiro

EAD - Equipa de Apoio Domiciliário

ECCI - Equipa de Cuidados Continuados Integrados

EFTA - Escola de Formação em Turismo de Aveiro

EIC - Equipa de Intervenção na Comunidade

EID - Equipa de Intervenção Direta

EIDT.RA - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro

ELH - Estratégia Local de Habitação

ELI - Equipa Local de Intervenção

EMAEI - Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

ENICC - Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação

ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

EP - Escola Profissional

EPA - Escola Profissional de Aveiro

EPE - Educação Pré-Escolar

EPOA - European Pride Organisers Association

ER - Equipa de Rua

ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

ES - Escola Secundária

ESSUA - Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro

ETR - Equipa de Tratamento e Reinserção Social

FAMI - Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

FEINPT - Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros

GAEM - Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante

GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

GIP - Gabinete de Inserção Profissional

GNR - Guarda Nacional Republicana

GPE - Gabinete de Planeamento e Estratégia

hab./km² - Habitantes por km²

IAVE - Instituto de Avaliação Educativa

ICAD - Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências

IDAHOT - International Day Against Homophobia, Biphobia and Transphobia (Dia Internacional da Luta contra a Homofobia e Transfobia)

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação

ILGA - International Lesbian and Gay Association (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo)

INE - Instituto Nacional de Estatística

IP - Intervenção Precoce

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ISCA - Instituto Superior de Contabilidade e Administração

ISF - Índice Sintético de Fecundidade

ISS - Instituto da Segurança Social

JI - Jardim de Infância

JNE - Júri Nacional de Exames

LAB-J - LABoratório da Juventude

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais

LR - Lar Residencial

ME - Ministério da Educação

MP - Ministério Público

MTSSS - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

NA - Não Aplicável

NACJR - Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco

NAVVD - Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica

ND - Não Disponível

NE - Núcleo Executivo

NEET - Not in Education, Employment or Training

NELFA - Network of European LGBT Families Association

NIAVE - Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas

NISS - Número de Identificação de Segurança Social

NPISA - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

NPISAA - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Aveiro

NPT - Nacionais de Países Terceiros

NSE - Necessidades de Saúde Especiais

NT - Núcleo Territorial

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ObCig - Observatório das Comunidades Ciganas

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OII-Europe - Organisation Intersex International Europe

OMS - Organização Mundial da Saúde

OPAD - Orçamento Participativo com Ação Direta

OPP - Ordem dos Psicólogos Portugueses

OTL - Ocupação de Tempos Livres

PAEMA - Programa de Ação Educativa do Município de Aveiro

PAOIEC - Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais

PDM - Plano Diretor Municipal

PDS - Plano de Desenvolvimento Social

PEEMA - Plano Estratégico Educativo do Município de Aveiro

PEI - Programa Educativo Individual

PEM - Plano Estratégico para as Migrações

PES - Programa de Emergência Social

PIICIE - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar

PIPSE - Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar

PIT - Plano Individual de Transição

PMDH - Programa Municipal de Desenvolvimento Habitacional

PMAA - Programa Municipal de Apoio às Associações

PMI - Plano Municipal para a Igualdade

PND - Perturbações do Neurodesenvolvimento

PNPSE - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

PNS - Plano Nacional de Saúde

POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PMHAA - Plano Municipal de Habitação e Alojamento de Aveiro

PRAVE - Associação de Promoção de Albergaria-a-Velha

PRI - Programa de Respostas Integradas

PSI - Plano de Saúde Individual

PSP - Polícia de Segurança Pública

PVVD - Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

R/CS - Refeitório/Cantina Social

RAI - Residência de Autonomização e Inclusão

RAP - Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica

RATF - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias

RIS - Rede de Intervenção Social

RIVD - Rede Especialista em Intervenção com Vítimas de Violência no concelho de Aveiro

RNAVVD - Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RRCAPVTSH - Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

RSES - Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

RSI - Rendimento Social de Inserção

SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SAC - Serviço de Atendimento Complementar

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

SAPAPDI - Serviço de Assistência Pessoal de Apoio à Pessoa com Deficiência ou Incapacidade

SCMA - Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

SD - Sem Dados

SER - Serviços Educativos em Rede

SESS - Sistema Estatístico da Segurança Social

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SIDA - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SNIPI - Sistema Nacional da Intervenção Precoce na Infância

SNQ - Sistema Nacional de Qualificações

SNS - Serviço Nacional de Saúde

SPA - Substância Psicoativa

STEAM - Science, Technology, Engineering, Arts e Mathematics (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática)

SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)

TGEU - Transgender Europe

TICE - Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica

TIPAU - Tipologia de Áreas Urbanas

TSH - Tráfico de Seres Humanos

UA - Universidade de Aveiro

UC - Unidade de Convalescença

UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

UE - União Europeia

UF - União das Freguesias

ULSRA - Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro

UMDR - Unidade de Média Duração e Reabilitação

USF - Unidade de Saúde Familiar

USP - Unidade de Saúde Pública

USPBV - Unidade de Saúde Pública Baixo Vouga

VAB - Valor Acrescentado Bruto

VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	19
1. INTRODUÇÃO	25
1.1. Enquadramento legal	27
1.2. Enquadramento conceptual	27
1.3. Enquadramento metodológico	30
2. TERRITÓRIO	35
3. POPULAÇÃO	43
3.1. Evolução da população residente	45
3.2. Fatores da dinâmica demográfica	52
3.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência	56
3.4. Projeções demográficas	64
3.4.1. Cenários	67
3.4.2. População residente	71
3.4.3. Natalidade	79
3.4.4. Estrutura etária, envelhecimento e dependência.....	82
3.4.5. Esperança média de vida à nascença.....	92
4. FAMÍLIAS	95
5. ATIVIDADE ECONÓMICA E EMPREGO.....	105
5.1. Atividade e mercado de trabalho.....	107
5.2. Desemprego	118
5.3. Movimentos pendulares	121
5.4. Projetos de referência	124
6. RENDIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA	127
6.1. Rendimentos	129
6.2. Rendimentos das famílias	133
6.3. Proteção social	135
6.3.1. Pensões.....	135
6.3.2. Complemento solidário para idosos	138
6.3.3. Subsídio de desemprego.....	140
6.3.4. Rendimento social de inserção	143
6.3.5. Subsídio de assistência à 3ª pessoa e prestação social para a inclusão.....	148
6.3.6. Abono de família.....	151
6.4. Ação social.....	152
6.4.1. Serviço de atendimento e acompanhamento social.....	152
6.4.2. Subsídios eventuais e emergentes atribuídos	157

6.4.3. Linha de emergência social	158
6.5. Apoio alimentar à população mais carenciada.....	159
7. HABITAÇÃO	163
7.1. Caracterização do parque habitacional	165
7.2. Condições de habitabilidade	168
7.3. Habitação social.....	173
7.4. Projetos de referência	179
8. SAÚDE	181
8.1. Mortalidade	183
8.1.1. Esperança de vida	183
8.1.2. Mortalidade infantil	184
8.1.3. Mortalidade por causas de morte.....	186
8.2. Morbilidade e comportamentos	190
8.2.1. Morbilidade - registo nos Cuidados de Saúde Primários	190
8.2.2. Morbilidade hospitalar.....	192
8.2.3. Morbilidade neonatal	193
8.2.4. Consumos aditivos (tabaco, álcool e drogas)	194
8.2.5. Maternidade na adolescência e tardia.....	198
8.2.6. Doença mental.....	200
8.3. Cuidados de saúde.....	205
8.3.1. Cuidados de saúde primários.....	205
8.3.2. Cuidados de saúde hospitalares.....	214
8.3.3. Farmácias	217
8.3.4. Cuidados continuados integrados.....	219
8.4. Projetos de referência	220
9. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	225
9.1. Oferta escolar	227
9.2. Procura escolar	232
9.3. Escolaridade	235
9.4. Sucesso escolar.....	239
9.4.1. Taxas de retenção e desistência	239
9.4.2. Provas finais do 3.º CEB	242
9.4.3. Exames do ensino secundário	244
9.5. Apoios e complementos educativos.....	248
9.5.1. Ação social escolar	248
9.5.2. Transportes escolares	252
9.5.3. Atividades de animação e apoio à família.....	253
9.5.4. Componente de apoio à família.....	254
9.5.5. Atividades de enriquecimento curricular	254
9.5.6. Centros de atividades de tempos livres	255

9.6. Projetos de referência	256
10. SEGURANÇA.....	263
10.1. Segurança pública	265
10.1.1. Criminalidade.....	265
10.2. Segurança rodoviária.....	268
10.2.1. Acidentes de viação	268
11. CULTURA E DESPORTO.....	273
11.1. Atividades culturais e desportivas.....	275
11.2. Projetos de referência.....	279
12. GRUPOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS	281
12.1. Crianças e jovens em situação de perigo	283
12.2. Idosos em situação de vulnerabilidade social	293
12.3. Pessoas com deficiência ou incapacidade	300
12.3.1. Educação inclusiva	310
12.4. Pessoas com dependências	316
12.5. Vítimas de violência doméstica	326
12.6. Pessoas em situação de sem-abrigo.....	337
12.7. Comunidade migrante.....	342
12.8. Minorias	350
13. REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	355
13.1. Crianças e jovens.....	360
13.2. Pessoas idosas e/ou em situação de dependência.....	365
13.3. Pessoas com deficiência ou incapacidade	368
13.4. Família e comunidade	370
13.5. Pessoas toxicodependentes	372
13.6. Pessoas vítimas de violência doméstica	373
14. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	375
14.1. Missão, visão e princípios.....	377
14.2. Articulação com outros instrumentos estratégicos.....	378
14.3. Eixos de intervenção	381
EIXO 1 - Infância e Juventude.....	388
EIXO 2 - Envelhecimento e/ou Dependência	395
EIXO 3 - Deficiência e/ou Incapacidade.....	402
EIXO 4 - Família e Comunidade	407
14.4. Implementação, monitorização e avaliação.....	415
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	419
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	425
ANEXOS.....	441



SUMÁRIO EXECUTIVO

O Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do concelho de Aveiro 2025-2027 constitui um instrumento estratégico de planeamento, concebido com base numa metodologia rigorosa, participada e multidimensional, que visa responder eficazmente aos desafios sociais contemporâneos do território.

Este documento resulta da colaboração estreita entre a Câmara Municipal de Aveiro (CMA), o Conselho Local de Ação Social de Aveiro (CLASA), a Multiaveiro e um vasto conjunto de entidades públicas, solidárias e privadas. Assenta numa abordagem partilhada e integrada, com o propósito de promover o bem-estar da população, reforçar a coesão social e territorial e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

O Diagnóstico Social estrutura-se em torno de 12 áreas temáticas fundamentais, abordando as questões relacionadas com o território, população, famílias, atividade económica e emprego, rendimento e condições de vida, habitação, saúde, educação e formação, segurança, cultura e desporto, grupos especialmente vulneráveis e Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), procurando retratar, com base em dados estatísticos e contributos qualitativos, a realidade social do concelho. Deste exercício emergem as principais problemáticas e prioridades de intervenção.

Destaca-se uma tendência de envelhecimento demográfico no concelho, acompanhada por um aumento significativo do número de pessoas idosas, verificando-se a necessidade de mais programas que promovam o envelhecimento ativo e garantam a autonomia nesta fase da vida. Paralelamente, verifica-se a crescente necessidade de apoios dirigidos à infância, às pessoas com deficiência e/ou incapacidade, bem como no processo de integração das famílias migrantes.

Neste contexto, o PDS de Aveiro define uma intervenção estruturada em torno de quatro eixos estratégicos:

1. Infância e Juventude

2. Envelhecimento e/ou Dependência

3. Deficiência e/ou Incapacidade

4. Família e Comunidade

Para estes **4 eixos**, foram definidos **27 objetivos estratégicos** e **108 medidas/ações**, orientadas para a resposta às prioridades identificadas.

O **eixo 1** reconhece a **infância e a juventude** como fases determinantes no percurso de vida dos indivíduos, exigindo respostas eficazes que assegurem o desenvolvimento integral, o sucesso educativo, a inclusão e a empregabilidade. A prioridade recai sobre a adequação da rede de apoio à primeira infância, o reforço das atividades de tempos livres, a capacitação de profissionais e o fortalecimento de mecanismos de proteção para crianças e jovens em

situação de risco. A intervenção promove a articulação entre os diversos agentes educativos e sociais, com vista à criação de oportunidades equitativas e à fixação dos jovens no território.

O **eixo 2** parte do reconhecimento do **envelhecimento demográfico crescente** e do **aumento das situações de dependência** associadas a limitações funcionais e doenças crónicas, propondo uma abordagem integrada e centrada na dignidade, autonomia e qualidade de vida das pessoas mais velhas. A intervenção foca-se na qualificação das respostas sociais e de saúde, com especial atenção à adequação das condições habitacionais, ao reforço dos cuidados domiciliários e institucionais e ao apoio aos cuidadores informais. O combate ao isolamento social, a valorização do envelhecimento ativo e a promoção de redes de proximidade constituem pilares estratégicos, numa lógica de inovação e sustentabilidade, assente no trabalho em rede e na mobilização de soluções comunitárias.

O **eixo 3** assume como prioridade a construção de um território mais inclusivo e acessível, garantindo a igualdade de oportunidades e a plena participação das **pessoas com deficiência e/ou incapacidade** em todas as esferas da vida. A intervenção estrutura-se na qualificação dos profissionais, na criação de soluções habitacionais e serviços adaptados, na promoção da mobilidade inclusiva e na integração no mercado de trabalho. A valorização da diversidade, o combate ao estigma e a aposta em respostas inovadoras e articuladas são elementos fundamentais para garantir percursos de autonomização ajustados às diferentes necessidades, contextos e fases de vida das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

O **eixo 4** responde à crescente **complexidade das vulnerabilidades sociais** e à fragilização das redes familiares e comunitárias, promovendo uma intervenção multidimensional centrada no **fortalecimento das famílias** e na **coesão das comunidades locais**. A atuação incide no reforço da proteção social, na promoção do acesso à habitação condigna e aos cuidados de saúde, com especial enfoque na saúde mental. Inclui, ainda, respostas específicas para situações de sem-abrigo, migração e violência doméstica. A intervenção valoriza a interculturalidade, a participação cívica, o combate à exclusão e a prevenção de comportamentos aditivos, com vista à construção de comunidades mais justas, resilientes e solidárias.

Os objetivos estratégicos, medidas e ações específicas de cada eixo foram definidos de forma participada, ancorados nos contributos dos agentes locais e alinhados com políticas públicas nacionais e regionais.

O PDS assume-se como uma ferramenta dinâmica e evolutiva, concebida para responder de forma contínua e adaptativa às transformações sociais, demográficas e económicas do território. A sua eficácia depende de uma **monitorização sistemática** e de uma **avaliação**

periódica, que permita avaliar o progresso alcançado, identificar constrangimentos e introduzir os ajustamentos necessários.

A operacionalização do PDS será concretizada através de **planos de ação anuais**, que traduzem os objetivos estratégicos em ações concretas, calendarizadas e acompanhadas pela identificação das entidades promotoras e parceiras, bem como dos recursos humanos e financeiros necessários à sua implementação.

Esta abordagem permite alinhar os recursos disponíveis com as prioridades locais, promover a articulação entre os diferentes agentes envolvidos e garantir que as respostas sociais implementadas são integradas, eficazes e ajustadas às reais necessidades da população do concelho. Trata-se, assim, de um instrumento de planeamento flexível, orientado para resultados, que valoriza a participação, a partilha de responsabilidades e a melhoria contínua das práticas de intervenção social.



INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento legal

A Rede Social¹ é um programa que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), as instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais e o desenvolvimento social local através de um trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica. Apresenta-se como uma plataforma de articulação dos diferentes agentes locais que visa o planeamento estratégico da intervenção social local e a adequação e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos de um modo geral e, particularmente, àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. O que propõe é que, em cada comunidade, as autarquias e as entidades públicas e privadas tenham uma visão partilhada dos problemas sociais que existem nessa área, definam em conjunto objetivos, prioridades, estratégias e ações e utilizem de forma mais racional os recursos disponíveis.

Para atingir os objetivos da Rede Social, o programa propõe uma estratégia participada de planeamento cujos instrumentos fundamentais são o Diagnóstico Social, o PDS e os Planos de Ação.

1.2. Enquadramento conceptual

O presente documento corresponde ao Diagnóstico Social e ao PDS de Aveiro e pretende, num tempo de grandes incertezas e alterações de contextos, e num quadro de reforço da transferência de competências para as autarquias locais no domínio da ação social, garantir à Rede Social de Aveiro as condições necessárias para responder, com eficiência e eficácia, aos principais desafios sociais que hoje são colocados. Pretende-se, assim, que a Rede Social desempenhe o seu papel na promoção do bem-estar individual e coletivo da população, da coesão social e territorial, e do desenvolvimento local, integrado e sustentável, nas suas mais diversas dimensões.

O Diagnóstico Social de Aveiro pretende constituir-se como um instrumento de planeamento dinâmico sujeito a atualização periódica (três anos) e participado pelos diferentes parceiros onde é feita a caracterização da realidade social local, identificando as necessidades, os problemas e as prioridades de intervenção, bem como os recursos, as

¹ Criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, e da Declaração de Retificação n.º 10-O/98, tendo sido posteriormente publicados o Despacho Normativo n.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, e materializa-se a nível local através da criação das CSF/CSIF's e dos CLAS's, que constituem plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, ao nível da freguesia e do concelho. Para além destas, existem, ainda, estruturas a nível regional com base nas NUT's III, as plataformas territoriais supraconcelhias.

potencialidades e os constrangimentos locais. Em traços gerais, procura construir um retrato comum da situação social municipal, resultante dos contributos das várias entidades com intervenção na área do concelho, que sirva de apoio à elaboração do PDS.

Procurando compreender e sistematizar o conhecimento das dinâmicas mais relevantes associadas ao setor social, o Diagnóstico Social de Aveiro encontra-se estruturado em 12 áreas temáticas:

- Território;
- População;
- Famílias;
- Atividade económica e emprego;
- Rendimento e condições de vida;
- Habitação;
- Saúde;
- Educação e formação;
- Segurança;
- Cultura e Desporto;
- Grupos especialmente vulneráveis;
- Rede de serviços e equipamentos sociais;

Da análise e avaliação destes diferentes domínios resulta a base de evidência e enquadramento necessária à identificação dos problemas sociais considerados prioritários no território concelhio, quadro de referência para a elaboração do PDS e para a planificação da ação das diferentes entidades envolvidas.

O Diagnóstico Social é, portanto, encarado como parte integrante e determinante do processo de desenvolvimento social e não como uma etapa separada, pois só com base no conhecimento dos problemas sociais se torna possível intervir consciente e eficazmente na sua resolução e assegurar uma gestão mais racional dos recursos disponíveis.

Por sua vez, o PDS é o instrumento de planeamento orientador da política de ação social local, onde, com base no Diagnóstico Social, é feita a definição conjunta e negociada dos eixos estratégicos de intervenção, dos objetivos, das estratégias e das prioridades da intervenção para um quadro temporal alargado (três anos) e o planeamento da sua operacionalização num horizonte temporal mais curto (planos de ação anuais), procurando a concertação e vinculação de todos os agentes cujo âmbito de atuação tem repercussões na prevenção, atenuação ou erradicação de situações de pobreza e exclusão social e na promoção da inclusão e coesão sociais e do desenvolvimento social local, bem como a articulação com outros instrumentos de planeamento nacionais, setoriais e locais.

O seu objetivo é estabelecer um compromisso estratégico comum a médio prazo das entidades públicas e privadas que na Rede Social de Aveiro assumem a responsabilidade de trabalhar para um concelho mais justo e digno e construir uma identidade de Rede Social que contribua para a consciência coletiva dos problemas sociais e garanta, simultaneamente, a operacionalização das metodologias de trabalho, a coordenação do esforço coletivo, a otimização dos mecanismos e recursos de intervenção e a ativação das melhores soluções e respostas para os problemas identificados.

Elaborado num momento em que o contexto internacional coloca à Europa grandes desafios com evidentes repercussões socioeconómicas, desde logo no agravamento das desigualdades e no alargamento do risco real de pobreza a mais famílias, e num quadro de assunção progressiva de competências por parte das autarquias em matéria de ação social, o Diagnóstico Social e o PDS de Aveiro 2025-2027 assumem uma importância absolutamente decisiva para, primeiro, assegurar um conhecimento profundo das dinâmicas e dos fenómenos sociais concelhios e, depois, definir trajetórias exequíveis e resilientes conducentes à garantia da igualdade de oportunidades e à melhoria da qualidade de vida da população.

O que se pretende com a elaboração do Diagnóstico Social e do PDS de Aveiro 2025-2027 é assegurar ao CLASA², no seu conjunto, e a cada entidade parceira, individualmente:

- Um retrato da situação social municipal, resultante da reflexão conjunta dos diversos agentes sociais implicados, que traduza as diferentes sensibilidades e onde todos se revejam;
- Um documento de planeamento estratégico articulado com as políticas públicas e prioridades definidas a nível nacional e regional;
- Uma ferramenta prática e operacional de apoio à realização de candidaturas a programas e medidas de financiamento;
- Um recurso estratégico de apoio à gestão e ação das entidades públicas e privadas que integram a Rede Social, em particular no momento de definir e planear as suas atividades e prioridades;
- Um mecanismo facilitador da operacionalização da intervenção social (planos de ação);
- Um instrumento de política social local.

O Diagnóstico Social e o PDS de Aveiro 2025-2027 foi desenvolvido pela Multiaveiro, em estreita articulação com o Departamento de Educação, Cultura e Ação Social/Divisão de Ação Social (DECAS/DAS) da CMA e o CLASA, tendo contado, ainda, com a colaboração das

² O CLASA, órgão deliberativo da Rede Social, é composto por 88 parceiros, públicos e privados (Anexo I).

várias entidades sociais e outras, de âmbito local, regional e nacional, produtoras de informação considerada relevante para integrar o presente documento.

1.3. Enquadramento metodológico

O processo de elaboração do Diagnóstico Social e do PDS de Aveiro 2025-2027 assentou na aplicação de uma metodologia bem definida e rigorosa que recorreu às melhores práticas disponíveis e na construção de um percurso metodológico à escala local, suportado na estreita articulação com a DAS/CMA, o CLASA e na colaboração de várias entidades sociais e outras (públicas, solidárias e lucrativas), de âmbito local, regional e nacional.

A metodologia selecionada e desenvolvida teve como base um modelo teórico e metodológico que assumiu uma perspetiva multidimensional, de modo a abranger todos os aspetos reconhecidos como fundamentais para o diagnóstico da realidade social, e compreendeu o cruzamento de informação estatística com processos participativos, com vista a garantir, por um lado, o envolvimento e a auscultação dos atores locais e regionais implicados na prossecução do desenvolvimento social nas diferentes fases do processo e, por outro lado, a partilha de compromissos e responsabilidades, por via do estabelecimento de parcerias múltiplas. Procurou-se, assim, conciliar objetivos de rigor, qualidade e relevância da informação, com lógicas de participação, motivada e comprometida, potenciadoras da compreensão global e prospetiva da situação social e da corresponsabilização dos diferentes *stakeholders*.

Em termos de estrutura, o procedimento metodológico integrou diferentes etapas de desenvolvimento, mas complementares entre si, tendo sido da sua adequada articulação que dependeu o sucesso final do projeto.

A primeira etapa do trabalho iniciou-se com a revisão de literatura científica e consulta de documentos de carácter técnico com relevância para a compreensão da realidade social, no sentido de fornecer um quadro conceptual e metodológico robusto e sustentado em evidência.

A segunda etapa consistiu, num primeiro momento, na definição das várias dimensões de análise consideradas relevantes para o diagnóstico da realidade social e dos indicadores a recolher para abranger as diferentes áreas, e, num segundo momento, na seleção das técnicas a adotar para a recolha da informação necessária, de carácter quantitativo e qualitativo. A seleção dos indicadores teve em consideração critérios de desagregação espacial (escala do concelho e, sempre que possível, a escala da freguesia) e temporal (ano mais recente com dados disponíveis), bem como de fiabilidade e validade, privilegiando-se as fontes de dados oficiais.

Na etapa seguinte procedeu-se à recolha da informação estatística (quantitativa e qualitativa) e outra nos indicadores selecionados para oferecer aos diversos parceiros sociais um completo, profundo e rigoroso diagnóstico da realidade social e para fundamentar o PDS.

Naturalmente, um projeto com estas características reúne informação de natureza distinta e proveniente de diversas fontes, que se podem subdividir em fontes de dados secundários e fontes de dados primários.

No que se refere às fontes de dados secundários, destacam-se, entre outras, as que se seguem:

- Bases de dados eletrónicas e publicações periódicas de acesso público, onde se salientam as estatísticas oficiais disponíveis no INE, no Pordata, no IIEP (desempregados), no BI-CSP e no Infarmed (saúde), na DGEEC e no IGeFE (educação), no Observador, no IAVE e no JNE (resultados das provas finais do 3.º CEB e dos exames do ensino secundário), nas Estatísticas da Justiça (segurança) e na Carta Social do GEP/MTSSS (respostas sociais), entre outras;
- Bases de dados não publicadas e de acesso restrito, mas acessíveis mediante um processo de justificação do pedido, onde se destacam o ISS (beneficiários de prestações sociais), entre outras. Dentro deste grupo é, ainda, de referir a disponibilização de informação, estatística, geográfica e outra, produzida pela autarquia e pelas várias entidades sociais e outras (públicas, solidárias e lucrativas), de âmbito local, regional e nacional;
- Documentos de suporte, incluindo documentos estratégicos a nível nacional, regional e local, bem como relatórios técnicos anuais elaborados pelas várias entidades sociais e outras;
- Pesquisa bibliográfica no âmbito da caracterização territorial (aspetos físicos, demográficos e socioeconómicos).

Relativamente às fontes de dados primários, a técnica selecionada para a recolha dos dados foi a construção de um conjunto de bases de dados para preenchimento pela CMA (ASE), pelos AE's (ASE e educação inclusiva) e pela GNR (idosos sozinhos e/ou isolados e pessoas vítimas de violência doméstica), entre outras entidades.

A recolha da informação foi, assim, desenvolvida abarcando dois tipos de ação, uma em gabinete e outra sustentada num processo de mobilização e participação ativa das entidades com intervenção social local e regional.

Na quarta etapa realizou-se o tratamento e a análise da informação estatística (quantitativa e qualitativa) e outra recolhida. A informação estatística recolhida foi introduzida em bases

de dados e sujeita a tratamento e cruzamento, com recurso a ferramentas de análise estatística e espacial.

Para a realização das projeções demográficas recorreu-se ao método das componentes por *coortes*, considerado pela literatura científica especializada como o modelo mais adequado, na medida em que destaca o papel da fecundidade, da mortalidade e das migrações no crescimento populacional e permite apresentar hipóteses de comportamento e sugerir quantitativos populacionais futuros por idade e sexo. Pela dificuldade de obtenção dos valores da componente migratória, apresentam-se os efetivos deduzidos apenas do movimento natural.

Por fim, com base no Diagnóstico Social, que serviu de base de evidência e conhecimento, concretizou-se o PDS, tendo sido definido o quadro de referência para o planeamento estratégico e prospetivo da política de ação social local (missão, visão e princípios), a articulação com outros instrumentos estratégicos, os eixos de intervenção e o plano de implementação, monitorização e avaliação.

O estabelecimento de prioridades de atuação é fundamental para a formulação de políticas e estratégias de intervenção, para garantir um processo de planeamento e de tomada de decisão informado. Assim, o processo conducente à elaboração do PDS assentou, num primeiro momento, na identificação dos problemas e na sua priorização.

Definidos os problemas que exigem uma intervenção prioritária, estabeleceram-se os eixos de intervenção, que procuram representar as preocupações estruturantes do conceito de desenvolvimento social que aqui se prossegue e, desta forma, determinar as prioridades estratégicas que orientam este exercício de planeamento. Os eixos de intervenção identificam as dimensões em que se pretende alcançar impactos, diretos e indiretos, com a concretização do PDS. Correspondem, na prática, a formulações que enquadram as ações e medidas e a serem seguidas para concretizar os objetivos estratégicos.

Para cada eixo de intervenção foram definidos objetivos estratégicos, que procuram estabelecer, de forma não operacional, as metas que se pretendem atingir, a médio e longo prazo, através da planificação de ações e medidas concretas, tangíveis e mensuráveis, a empreender no horizonte temporal do Diagnóstico Social e do PDS de Aveiro 2025-2027, a fim de ultrapassar, controlar, reduzir ou eliminar os problemas identificados. A formulação dos objetivos estratégicos considera os problemas identificados e a sua priorização e garante a sua coerência com as políticas e prioridades definidas a nível local, regional e nacional.

Em cada objetivo estratégico definiram-se medidas/ações estratégicas, que procuram contribuir para atingir as metas propostas. Cada medida/ação estratégica inclui a

informação referente ao público-alvo, à entidade promotora, às entidades parceiras e à calendarização.

Para a construção do PDS foram desenvolvidos processos participativos que garantiram, por um lado, o envolvimento dos representantes da CMA implicados diretamente neste projeto e das entidades sociais com responsabilidades no desenvolvimento social local e, por outro lado, a partilha de compromissos e responsabilidades, por via do estabelecimento de parcerias múltiplas.

A auscultação dos envolvidos para a definição das prioridades de atuação do PDS foi realizada através de um processo participativo, que decorreu no dia 15 de abril de 2025, no Edifício Centro de Congressos, e implicou um painel de 57 *stakeholders*, constituído por entidades sociais locais e regionais com responsabilidades no desenvolvimento social local.

O principal objetivo desta etapa foi envolver os *stakeholders* na discussão das problemáticas sociais do concelho de Aveiro.

A metodologia utilizada envolveu a divisão dos *stakeholders* em duas sessões e a constituição, em cada sessão, de três grupos de trabalho (grupos focais), que identificaram e priorizaram os problemas sociais.

Os problemas sociais foram organizados por eixos de intervenção, correspondentes às dimensões sociais determinantes e que integram o modelo conceptual do Diagnóstico Social e do PDS de Aveiro 2025-2027: i) Eixo 1 - Infância e Juventude; ii) Eixo 2 - Envelhecimento e/ou Dependência; iii) Eixo 3 - Deficiência e/ou Incapacidade; e iv) Eixo 4 - Família e Comunidade.

A definição do grau de importância de cada problema social foi feita em função do número de vezes que cada problema social foi identificado nos diferentes grupos focais. Este critério permitiu-nos perceber o peso relativo de cada problema social por eixo de intervenção e determinar a sua prioridade, tendo sido estabelecidos quatro níveis de prioridade.

Por sua vez, a técnica utilizada para a auscultação dos envolvidos para a definição das medidas/ações estratégicas foi a construção de uma base de dados para preenchimento pelos técnicos da autarquia e pelas entidades sociais.

No sentido de apoiar a leitura do diagnóstico, os diferentes indicadores foram representados através de figuras, quadros e mapas, tendo-se procurado, sempre que possível, enquadrar e comparar o desempenho do concelho de Aveiro com o desempenho de outras unidades de referência a diferentes escalas, tais como a CIRA (NUTIII), a Região Centro (NUTII) e Portugal (NUTI).

O Diagnóstico Social e o PDS de Aveiro 2025-2027 procurou romper com a abordagem tradicional da mera identificação, quantificação e descrição das carências e problemáticas

sociais existentes e, implementar um processo inovador que pretende mudar a realidade social, a partir de modelos de atuação que potenciam a criação de dinâmica entre os diversos parceiros sociais envolvidos e a produção de impactos sociais positivos no dispositivo territorial instalado.

Após a conclusão do Diagnóstico Social e do PDS de Aveiro 2025-2027 deverá ser implementado um processo de monitorização e avaliação que permita, primeiro, reestruturar a estratégia de desenvolvimento social local e reorientar recursos humanos e materiais, com vista à melhoria contínua da intervenção, e, depois, aferir o seu real impacto na população.

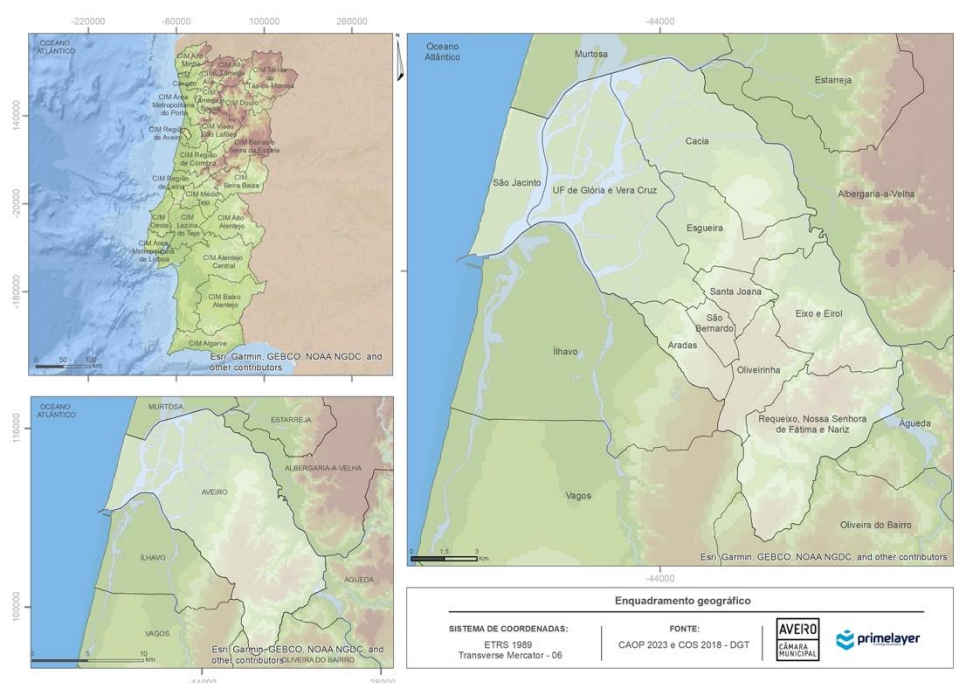
Sendo certo que a forma como o planeamento é concretizado condiciona o seu resultado final e que pensar o desenvolvimento não pode ser um exercício solitário e compartimentado, a boa execução do Diagnóstico Social e do PDS de Aveiro 2025-2027 implicou a cooperação estreita e empenhada entre a Multiaveiro, a DAS, o CLASA e as várias entidades sociais e outras (públicas, solidárias e lucrativas), de âmbito local, regional e nacional, no sentido de mobilizar todas as áreas de competência abrangidas, facilitar as operações de cooperação, gerar compromissos na ação e implicar formal e efetivamente os agentes de planeamento e de decisão envolvidos. Estas condições, habitualmente tidas como necessárias em exercícios de planeamento, tornam-se quase que imperativas em temas tão cruciais e transversais como este.



TERRITÓRIO

O concelho de Aveiro localiza-se no centro litoral de Portugal continental. Integra a CIRA (NUT III), onde ocupa 11,7% da sua área total (Mapa 1). Este concelho é delimitado a norte pelo concelho da Murtosa, a este pelos concelhos de Albergaria-a-Velha e Águeda, a sul pelos concelhos de Ílhavo, Vagos e Oliveira do Bairro e a oeste pelo Oceano Atlântico.

Com uma área total de 197,6 km², o concelho de Aveiro é composto por 10 unidades territoriais: Aradas (8,9 km²), Cacia (35,8 km²), Esgueira (17,2 km²), Oliveirinha (12,1 km²), São Bernardo (3,94 km²), São Jacinto (13,84 km²), Santa Joana (5,85 km²), Eixo e Eirol (22,4 km²), Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (32,32 km²) e União das freguesias de Glória e Vera Cruz (45,32 km²), resultado da RATF, implementada em 2013, nos termos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que agrupou algumas das 14 freguesias existentes até então.

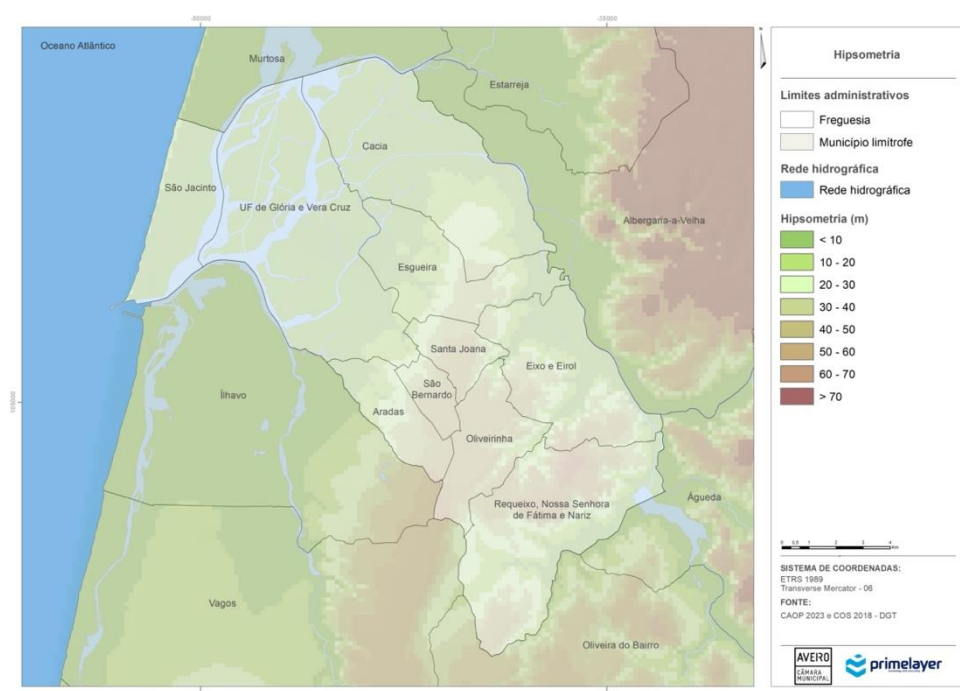


Mapa 1. Enquadramento geográfico.

Tendo em conta a TIPAU de 2014 definida pelo INE, metade das unidades territoriais do concelho de Aveiro encontram-se classificadas como APU (Aradas, Esgueira, Santa Joana, São Bernardo e UF de Glória e Vera Cruz), que representam 71,79% da população residente no concelho (58.118 habitantes), e a outra metade como AMU (Cacia, Eixo e Eirol, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz e São Jacinto), que representam 28,21% da população residente no concelho (22.836 residentes). Como se verifica, não existem unidades territoriais classificadas como APR.

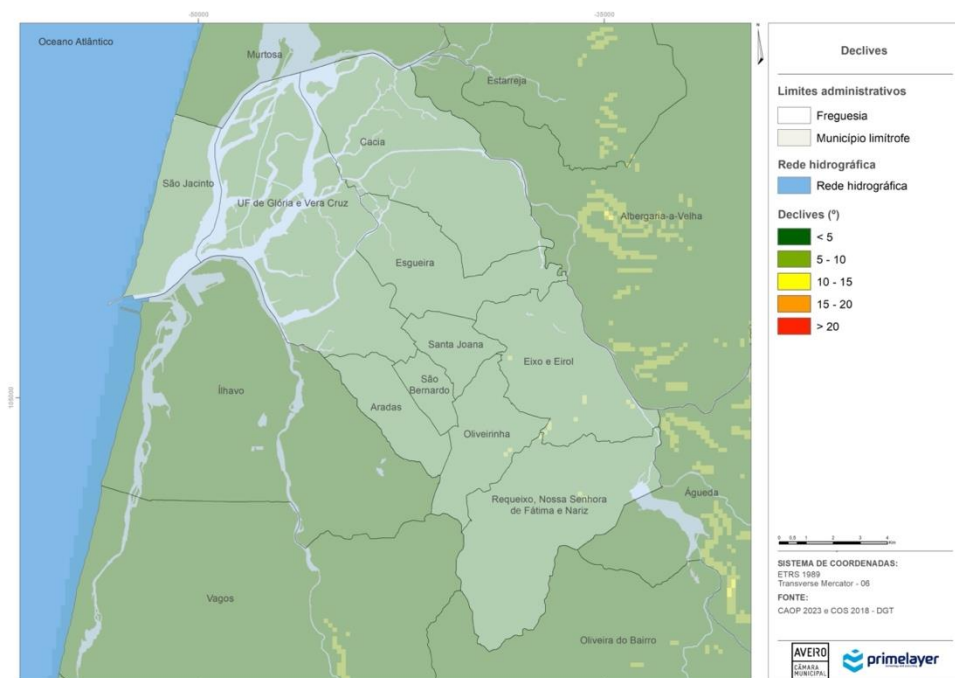
Em termos estruturais o concelho de Aveiro encontra-se na unidade morfoestrutural da Orla Mesocenozóica Ocidental, onde predominam os materiais sedimentares de origem carbonatada, arenítica e argílica (Feio & Daveau, 2004; Grou, 2016; Lema & Rebelo, 1996).

Ao nível da morfologia (Mapa 2), as diferenças de altitude no concelho são muito reduzidas, oscilando entre a altitude mínima de -0,75 metros nas depressões da Ria de Aveiro e a altitude máxima de 76,22 metros, atingida no morro que se estende pelo território das anteriores freguesias de Nossa Senhora de Fátima e Requeixo (CMA, 2018). A zona do Baixo Vouga Lagunar, situada na parte norte da freguesia de Cacia e praticamente em todo o território da anterior freguesia da Vera Cruz, apresenta altitudes de zero metros, o que significa que o território é totalmente plano (CMA, 2018).



Mapa 2. Hipsometria.

A hipsometria reflete-se, naturalmente, na existência de declives, essenciais para identificar condicionantes à ocupação humana (Mapa 3). As características morfológicas da Plataforma Litoral, onde as altitudes raramente ultrapassam os 75 metros, determina declives muito suaves ou mesmo a sua ausência em amplos sectores do território municipal (CMA, 2018). A observação do mapa 3 confirma a realidade descrita, inserindo-se a maior parte do território nas classes inferiores a 5° (CMA, 2018). Por sua vez, os declives mais acentuados, raramente superiores a 20°, encontram-se nas zonas acentuadas das freguesias de Eixo e Eirol e de Oliveirinha e no território da anterior freguesia de Requeixo (CMA, 2018).



Mapa 3. Declives.

Relativamente à hidrografia, o concelho de Aveiro insere-se na bacia hidrográfica do Rio Vouga.

Com um caudal médio anual de $67 \text{ m}^3/\text{s}$, o Rio Vouga nasce na Serra da Lapa, a cerca de 930 m de altitude e percorre 148 km até desaguar na Barra de Aveiro, através do Rio Novo do Príncipe (ARH do Centro, 2012; CMA, 2018).

A sua bacia hidrográfica situa-se na zona de transição entre o norte e o sul de Portugal, sendo limitada pelos paralelos $40^{\circ}15'$ e $40^{\circ}57'$ de latitude norte e os meridianos $7^{\circ}33'$ e $8^{\circ}48'$ de longitude oeste Príncipe (ARH do Centro, 2012). É confinada a norte pelas Serras da Freita, Montemuro, Leomil e Lapa, que a separa da bacia hidrográfica do Rio Douro, e a sul pela Serra do Buçaco, que a separa da bacia hidrográfica do Rio Mondego (ARH do Centro, 2012).

Esta bacia não constitui, no seu conjunto, uma bacia “normal”, com um rio principal bem diferenciado e respetivos afluentes (ARH do Centro, 2012). Com efeito, trata-se de um conjunto hidrográfico de rios que atualmente desaguam muito perto da foz do Rio Vouga, numa laguna que comunica com o mar, designada de Ria de Aveiro, havendo, ainda, uma densa rede de canais mareais e de delta relacionados com a mesma laguna (ARH do Centro, 2012).

Os rios principais deste conjunto são o próprio Vouga (e seus afluentes até à confluência com o Rio Águeda), o Águeda e o seu afluente, Cértima, podendo, ainda, acrescentar-se-lhe o Caster e o Antuã, na parte norte, e o Rio Boco e a Ribeira da Corujeira, na parte sul, todos

desaguando na Ria de Aveiro, mas hidrograficamente independentes do Rio Vouga, o braço norte da Ria de Aveiro, que inclui os Rios Antuã, Fontão e Negro e a Ribeira de Caster, e o braço da Gafanha da Ria de Aveiro, que inclui a zona superior da bacia do Rio Boco (ARH do Centro, 2012).

A Ria de Aveiro cobre uma área total de 11000 hectares, sendo cerca de 6000 hectares a área permanentemente coberta de água e, é uma das mais importantes e peculiares zonas húmidas nacionais (CMA, 2018).

Todo o território municipal é recortado por uma rede hidrográfica relativamente densa, sendo as linhas de água de dois tipos, a saber, água doce, que inclui rios, ribeiros e valas, e água salgada, que inclui os braços da Ria de Aveiro e esteiros (CMA, 2018).

Do ponto de vista climático o concelho de Aveiro caracteriza-se por um clima temperado mediterrânico com influência marítima. Este clima caracteriza-se por uma amplitude térmica baixa, traduzida em verões relativamente frescos e invernos pouco rigorosos, e por precipitações abundantes, em especial no outono e inverno. As características climáticas do concelho de Aveiro são influenciadas de forma determinante pela proximidade do mar e pela presença dos grandes lençóis de água que formam a laguna de Aveiro, que explicam o clima húmido ao longo de todo o ano.

A caracterização climática do concelho de Aveiro foi realizada com base nos valores publicados nas normais climatológicas correspondentes ao período de 1971-2000, relativos à estação meteorológica de Aveiro.

As temperaturas mais elevadas centram-se nos meses de julho e agosto e as mais baixas nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro (Figura 1). A temperatura média anual é de 15,42 °C, variando entre o mês de agosto (20,2 °C), mês mais quente, e o mês de janeiro (10,2 °C), mês mais frio. Estes valores traduzem-se numa amplitude térmica anual de 10 °C.

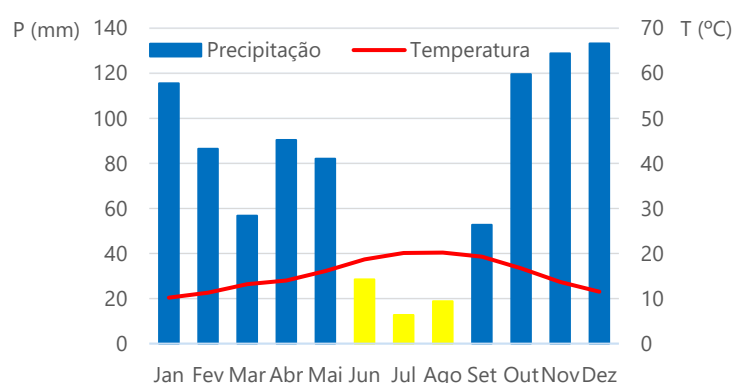


Figura 1. Gráfico termopluviométrico.

Fonte: www.ipma.pt.

No que respeita ao ritmo pluviométrico, este não se apresenta contínuo, quer no tempo, quer no espaço, evidenciando uma clara variabilidade estacional. No território, 53,71% das

chuvas cai entre outubro e janeiro, observando-se a existência de uma estação seca, caracterizada pela elevada temperatura e baixa precipitação, com a duração de três meses, que corresponde aos meses de junho, julho e agosto, especificidade que denuncia a influência mediterrânea. Nos meses de julho e agosto, meses mais quentes, os valores de precipitação não ultrapassam os 20 mm, representando aproximadamente 3,40% do total anual. A precipitação média anual é de 925,6 mm, variando entre 133,2 mm no mês de dezembro, mês que regista a precipitação média mensal mais elevada, e 12,7 mm no mês de julho, mês menos chuvoso.

Por fim, no que respeita aos ventos, dominam os provenientes de noroeste durante todo o ano, com exceção dos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, quando prevalecem os de sudeste.



POPULAÇÃO

As alterações na dinâmica demográfica traduzem processos de natureza diversa. Evidenciam desde logo transformações na economia ou na família, mas também nas acessibilidades ou nos estilos de vida e, igualmente, nas condições de saúde ou no domínio político. A análise das mudanças no ritmo de crescimento da população, nas estruturas etárias e na sua distribuição no espaço deve, assim, ser integrada no contexto alargado da evolução dos respetivos sistemas sociais, culturais, económicos e políticos.

A leitura dos comportamentos demográficos é, assim, um dos aspetos que melhor espelha o grau de dinamismo de um território. É neste sentido que o estudo dos quantitativos e das características de uma população nas últimas décadas é essencial para se compreender os fatores e as condições de competitividade dos territórios e estabelecer as bases para a definição de cenários para as diversas atividades públicas e privadas.

É tendo em atenção este pano de fundo que pensamos que o conhecimento da dinâmica demográfica se afigura como essencial para que se possa, com antecedência e ponderação, refletir sobre as principais tendências que se prefiguram neste início de século e ordenar o espaço da forma mais adequada e no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma cautela e ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão terão efeitos duradouros e crescentemente elevados.

3.1. Evolução da população residente

Aveiro, com os seus 80.954 habitantes, assume-se como a quinta maior cidade da Região Centro e apresenta-se como o concelho mais populoso da CIRA, representando 22,0% do seu total populacional, ainda assim, com uma área de 197,6 km², é o terceiro concelho mais extenso do território, logo a seguir a Águeda e Anadia. Ainda que pouco significativo, na última década o concelho de Aveiro registou um ligeiro ganho de importância no contexto da CIRA (mais concretamente 0,85%), uma vez que dez anos antes correspondia a 21,2% do seu total populacional.

Um olhar atento sobre os valores de população residente desde os anos cinquenta do século XX no concelho de Aveiro permite efetuar uma análise evolutiva, ao mesmo tempo que possibilita retirar algumas conclusões sobre as características do território municipal (Figura 2 e quadro 1). Uma primeira ideia destaca de imediato o facto de ter ocorrido entre 1950 e 2021 um crescimento populacional, para o que contribuiu a sua localização numa área de forte crescimento demográfico e de grande dinamismo económico. Efetivamente, entre 1950 e 2021 o concelho de Aveiro aumentou 41.089 habitantes, valor correspondente

a 103,1% (de 39.865 para 80.954 residentes). Este ganho demográfico observado nestes 70 anos no território municipal ganha outra relevância quando enquadrado no contexto evolutivo regressivo que caracteriza a população portuguesa durante este período.

A tendência de crescimento populacional descrita é comum a todas as décadas até ao ano de 2021, sendo que o ganho demográfico mais expressivo no território municipal se registou na década de 70, passando de 49.005 para 60.284 indivíduos (23,0% que corresponde a 11.279 pessoas). A última década, com um aumento foi de 2.504 habitantes, representando 3,2% (de 78.450 para 80.954 residentes), verificou o crescimento demográfico menos significativo. Fica, assim, evidente uma tendência de abrandamento nas últimas décadas.

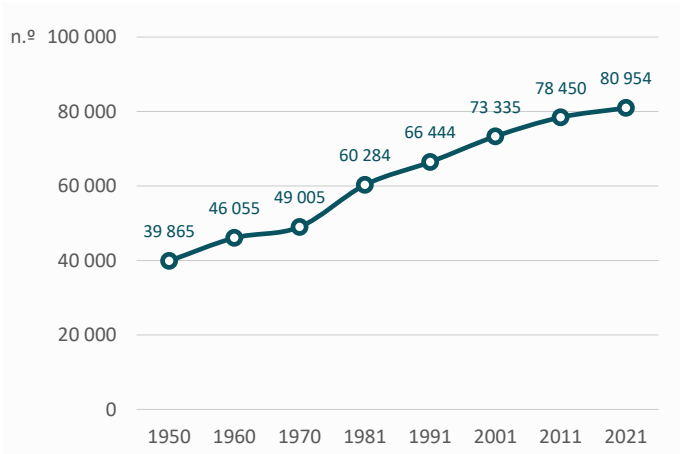


Figura 2. População residente no concelho entre 1950 e 2021.

Fonte: INE.

Quadro 1. População residente no concelho entre 1950 e 2021.

Anos	População residente	Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(%)
1950	39 865	-	-
1960	46 055	6 190	15,5
1970	49 005	2 950	6,4
1981	60 284	11 279	23,0
1991	66 444	6 160	10,2
2001	73 335	6 891	10,4
2011	78 450	5 115	7,0
2021	80 954	2 504	3,2

Fonte: INE.

80.954

População residente
(2021)



Variação

1950 | 2021

103,1%

Variação

2011 | 2021

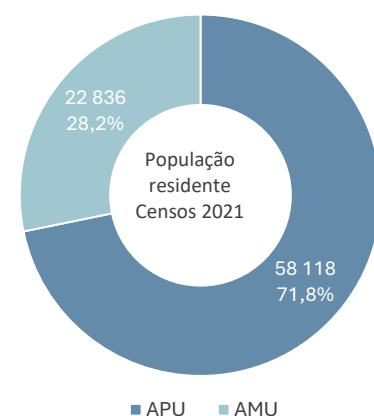
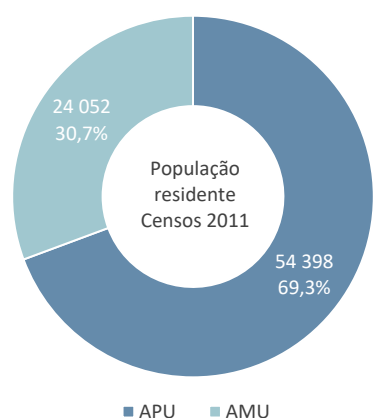
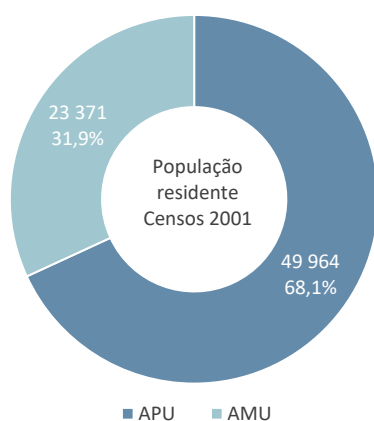
3,2%

Considerando apenas a década mais recente, o concelho de Aveiro destacou-se dos restantes que integram a CIRA, uma vez que foi que observou um maior aumento, num contexto em que a Região Centro (-4,3%)³ e o Continente (-1,9%) perderam, factos que vêm

³ No presente capítulo está considerada a configuração da Região Centro anterior à implementação das NUT's 2024 (NUT's 2013).

salientar, ainda mais, a dinâmica populacional positiva verificada neste território municipal. Tendo por referência os concelhos da Região Centro com maiores efetivos populacionais, Aveiro destaca-se em relação a Coimbra, que apresentou um decréscimo (-1,8%), e fica atrás de Torres Vedras, que registou um crescimento de 4,54%. Interessa, ainda, acrescentar que, dos 100 concelhos que integram a Região Centro, apenas 13 observaram um ganho demográfico.

Numa análise conjunta das últimas décadas, verifica-se que o concelho de Aveiro observou um aumento de 13,9% (Quadro 2), correspondendo a 10.173 residentes (de 73.335 em 2001 para 83.508 em 2022). Este crescimento populacional foi interrompido nos anos de 2011, 2013, 2020 e 2021, que registaram um decréscimo, ainda que reduzido. A diminuição mais expressiva aconteceu no ano de 2021, quando se verificou uma redução de 0,5% que representa -367 indivíduos.



Quadro 2. População residente no concelho entre 2001 e 2022.

Anos	População residente	Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(%)
2001	73 335	-	-
2002	74 649	1 314	1,8
2003	75 206	557	0,7
2004	75 712	506	0,7
2005	76 213	501	0,7
2006	76 681	468	0,6
2007	77 150	469	0,6
2008	77 584	434	0,6
2009	78 084	500	0,6
2010	78 463	379	0,5
2011	78 450	-13	0,0
2012	79 092	642	0,8
2013	79 061	-31	0,0
2014	79 122	61	0,1
2015	79 269	147	0,2
2016	79 512	243	0,3
2017	79 927	415	0,5
2018	80 526	599	0,7
2019	81 570	1 044	1,3
2020	81 321	-249	-0,3
2021	80 954	-367	-0,5
2022	83 508	2 554	3,2

Fonte: INE.

Considerando agora a análise da distribuição dos valores de população residente nas 10 freguesias que integram na atualidade o concelho de Aveiro é possível distinguir grupos de freguesias que apresentam comportamentos semelhantes (Figura 3, mapa 4 e anexo XXIII).

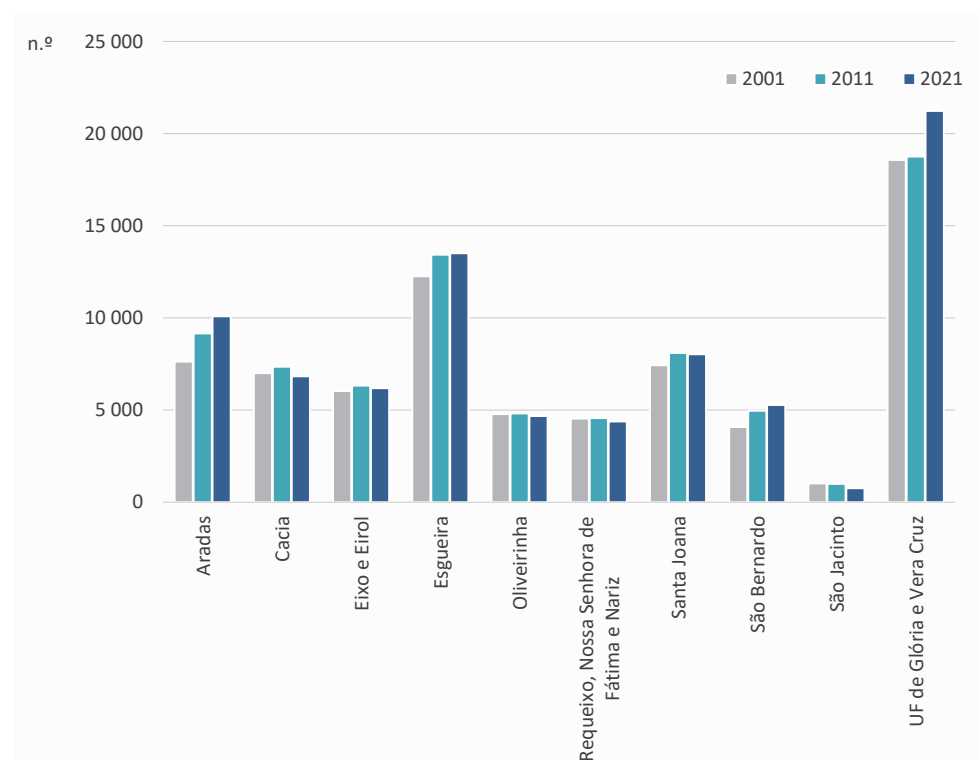


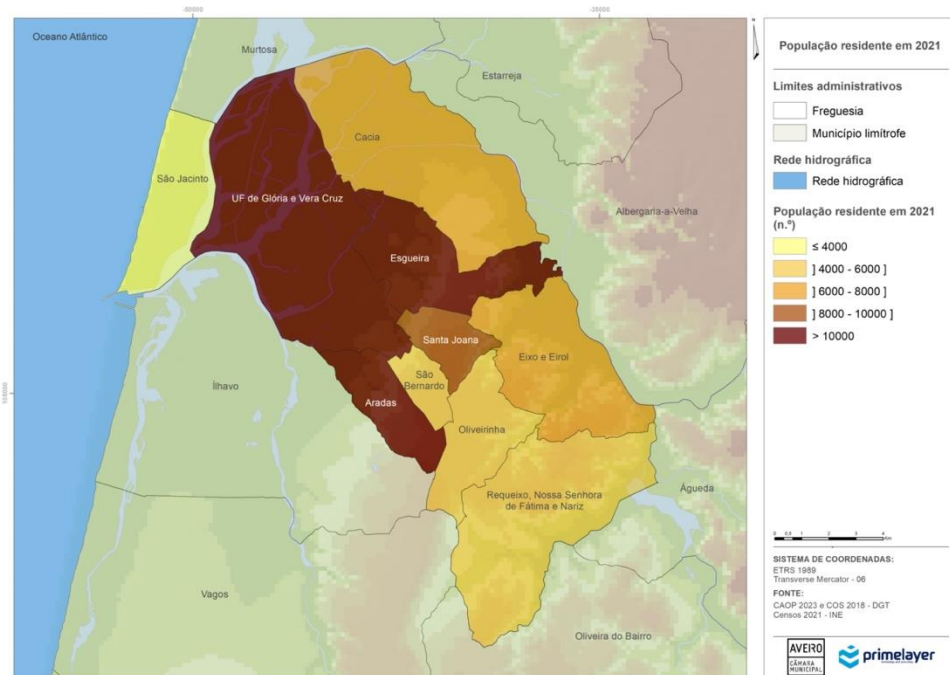
Figura 3. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.

Fonte: INE.

Analisando apenas o ano mais recente, as freguesias de Aradas (10.087 habitantes, correspondendo a 12,5%), de Esgueira (13.505 habitantes, correspondendo a 16,7%) e a UF de Glória e Vera Cruz (21.227 habitantes, correspondendo a 26,2%) apresentam-se como as mais populosas. Após este primeiro grupo, destaca-se a freguesia de Santa Joana, com 8026 residentes, valor que corresponde a 9,9%.

Um segundo grupo é formado pelas freguesias de Eixo e Eirol (6.190 habitantes, representando 7,7%) e Cacia (6.830, representando 8,4%).

O terceiro grupo é composto pelas freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, com 4.383 indivíduos (5,4%), de Oliveirinha, com 4.675 indivíduos (5,8%) e de São Bernardo, com 5.273 indivíduos (6,5%).



Mapa 4. População residente por freguesia em 2021.

Por fim, com um valor bastante inferior às restantes unidades territoriais, destaca-se a freguesia de São Jacinto, com 758 habitantes, valor correspondente a 0,9%.

Tendo por base a TIPAU 2014 do INE, que define como APU no concelho de Aveiro as freguesias de Aradas, Esgueira, Santa Joana, São Bernardo e UF de Glória e Vera Cruz, percebe-se que 71,79% da população residente se concentra em espaço urbano, o que demonstra a influência que este exerce no território municipal, principalmente nas freguesias de Aradas, Esgueira e UF de Glória e Vera Cruz, que centralizam 55,4% dos habitantes. O mesmo é, ainda, confirmado pela densidade populacional, que, em 2021, apresenta os valores superiores nas freguesias de Santa Joana (1.371,9 hab./km²), São Bernardo (1.338,3 hab./km²), Aradas (1.129,6 hab./km²), Esgueira (787,5 hab./km²) e UF de Glória e Vera Cruz (468,4 hab./km²).

Esta repartição da população residente é já evidente na análise dos dados relativos a 2011 e 2001, sendo que a UF de Glória e Vera Cruz sempre se assumiu como o principal polo de atração durante todo o período em estudo.

Relativamente à dinâmica populacional das dez freguesias que atualmente constituem o concelho de Aveiro, nas últimas duas décadas é possível identificar diferentes comportamentos demográficos (Anexo XXIV).

Examinando a década mais recente, verifica-se que quatro freguesias registam uma evolução favorável no último período intercensitário, sendo elas a UF de Glória e Vera Cruz (13,2%), a freguesia de Aradas (10,2%), a freguesia de São Bernardo (6,3%) e a freguesia de Esgueira (0,6%), valores que correspondem a acréscimos de 2471, 930, 313 e 74 habitantes

(Figura 4 e mapa 5). As restantes seis freguesias demonstram um cenário de perda. A freguesia de São Jacinto evidencia o declínio populacional mais expressivo (-23,7%, valor correspondente a -235 indivíduos). A freguesia de Santa Joana, por sua vez, assinala o decréscimo demográfico menos expressivo (-68 habitantes, representando -0,8%).

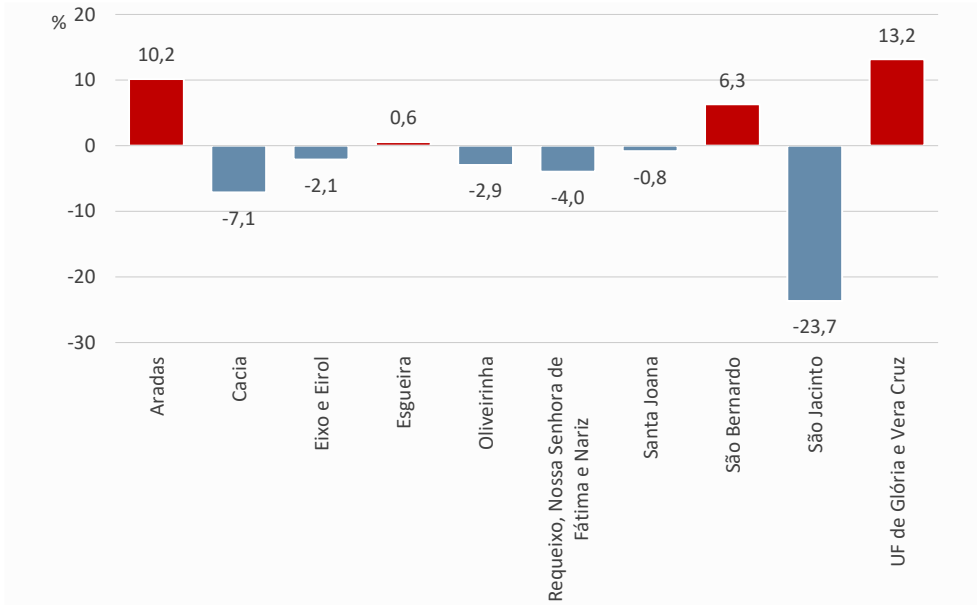
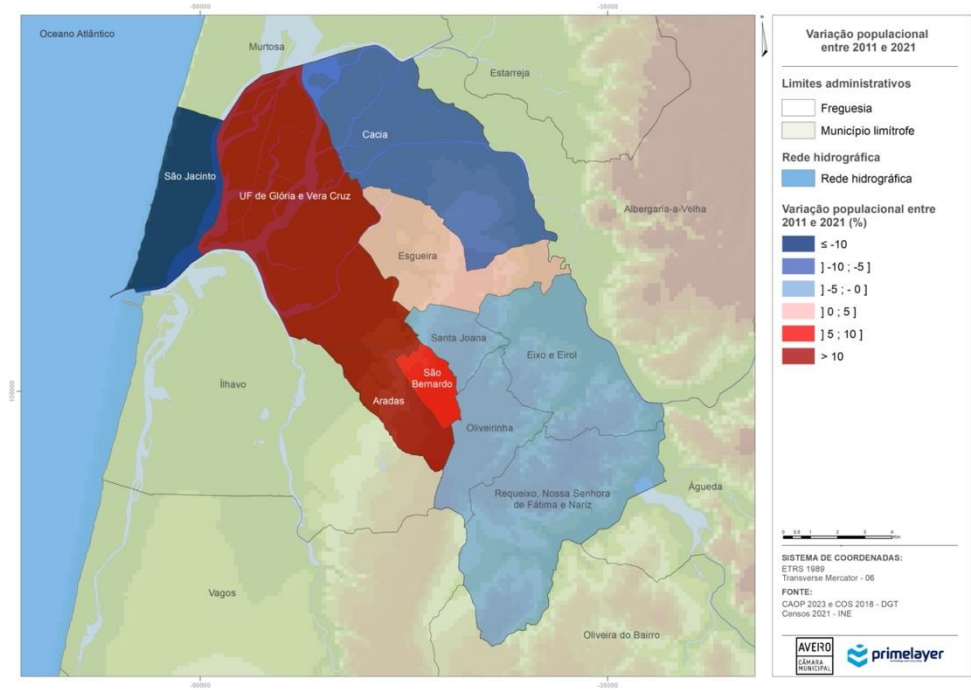


Figura 4. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.

Fonte: INE.



Mapa 5. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.

Esta realidade é diferente da existente entre 2001 e 2011, sendo que, nesta década apenas a freguesia de São Jacinto evidenciou uma dinâmica negativa, assinalando uma perda de -2,26%, que corresponde a -23 habitantes (Figura 5 e mapa 6).

A comparação da dinâmica demográfica nestes dois momentos mostra, assim, uma tendência de diminuição, uma vez que das nove freguesias que verificaram crescimento entre 2001 e 2011, apenas quatro mantiveram o comportamento entre 2011 e 2021. Como se pode observar, as freguesias de Santa Joana, Eixo e Eirol, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz e Cacia, que registaram aumentos no período intercensitário de 2001-2011, perderam população na década seguinte, com decréscimos entre os -0,84% e os -7,13%. Por sua vez, a UF de Glória e Vera Cruz destaca-se por apresentar entre 2011 e 2021, comparativamente à década anterior, um acréscimo mais expressivo (de 1,0% para 13,2%), contrariamente à freguesia de São Jacinto, que assinala um decréscimo mais vincado no período intercensitário mais recente, em comparação com o anterior (de -2,3% para -23,7%).

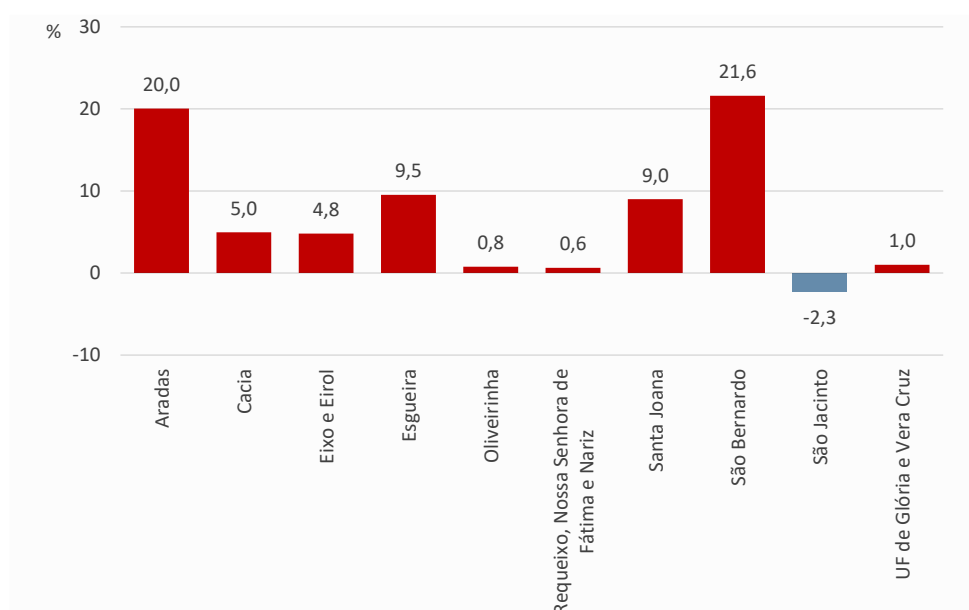
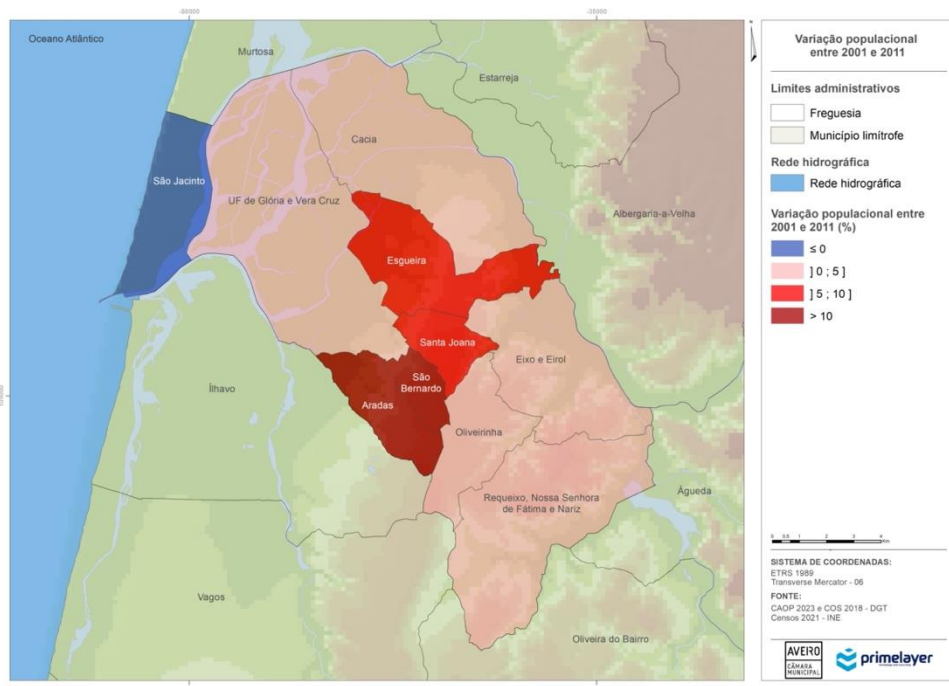


Figura 5. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

Fonte: INE.



Mapa 6. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

De uma forma global, nos últimos 20 anos, foram seis as freguesias a evidenciar reforço da população, destacando-se os aumentos mais expressivos nas freguesias de Aradas, São Bernardo e UF de Glória e Vera Cruz (32,2%, 29,3% e 14,3%, que correspondem a 2.459, 1.194 e 2.658 indivíduos).

De salientar que a UF de Glória e Vera Cruz, a mais populosa, tem vindo a registar um acréscimo gradual da sua população residente nas últimas duas décadas, com a passagem de 18.569 pessoas em 2001 para 21.227 habitantes em 2021, representando 14,3%, valor que equivale a 2.658 residentes. Em situação oposta, a freguesia de São Jacinto registou o maior decréscimo populacional nestes últimos 20 anos (-25,4%, representando -258 habitantes).

3.2. Fatores da dinâmica demográfica

As variações observadas na população do concelho e das freguesias que o integram relacionam-se de forma clara com dois fatores primordiais da dinâmica demográfica: por um lado, o crescimento natural e, por outro lado, o saldo migratório.

A análise da evolução dos valores do crescimento natural entre 2001 e 2022 para o concelho de Aveiro revela um comportamento irregular expresso em ligeiros aumentos e decréscimos (Figura 6).

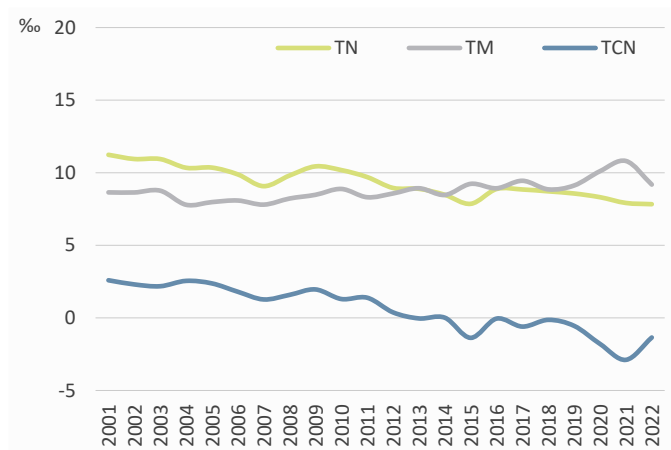


Figura 6. Crescimento natural no concelho entre 2001 e 2022.

Fonte: INE.

A consideração da natalidade mostra-se, assim como o crescimento efetivo, com valores flutuantes nas últimas duas décadas. Em Aveiro, durante este período, o ano de 2001 foi o que registou um maior número de nascimentos (824), por sua vez, o ano com menos nascimentos registados foi o de 2015 (623). Em termos globais verifica-se uma tendência no sentido da diminuição do número de nados-vivos, que ganha maior relevância nos anos mais recentes, em especial a partir do ano de 2014. De facto, entre 2014 e 2021, apenas se registaram três anos onde o número de nascimentos foi superior a 700, sendo eles 2016 (706 nascimentos), 2017 (707 nascimentos) e 2018 (702 nascimentos).

A evolução da taxa de natalidade mostra uma tendência generalizada de diminuição (de 11,2‰ em 2001 para 7,8‰ em 2022), apenas interrompida em alguns anos por pequenos aumentos pontuais. Uma análise mais detalhada da evolução ocorrida indica ligeiros crescimentos entre 2004 e 2005 (de 10,3‰ para 10,4‰), entre 2007 e 2008 (de 9,1‰ para 9,8‰), entre 2008 e 2009 (de 9,8‰ para 10,4‰) e entre 2015 e 2016 (de 7,9‰ para 8,9‰). À semelhança da natalidade, no ano de 2001 a taxa de natalidade apresenta-se como a mais elevada do período considerado, enquanto no ano de 2022 atinge o menor valor.

A apreciação da mortalidade evidencia um número de óbitos superior às seis centenas durante todo o período em análise, com exceção do ano de 2004, com 590 óbitos, valor mais baixo. Por sua vez, os valores mais elevados no período considerado foram acima dos 800 óbitos nos anos de 2020 e 2021 (822 e 875 óbitos, respetivamente), observando-se, assim, um gradual aumento na mortalidade.

A taxa de mortalidade apresenta uma evolução que oscila entre contínuos aumentos e diminuições. À semelhança da mortalidade, o ano de 2021 foi aquele que apresentou a mais elevada taxa de mortalidade do período em análise (10,8%), enquanto o menor valor ocorre no ano de 2004 (7,8%).

A análise conjunta dos valores da natalidade e mortalidade permite constatar que, até ao ano de 2012, os nascimentos apresentam valores superiores aos óbitos, realidade que se traduz num crescimento natural positivo neste período. A partir de 2013, esta tendência inverte-se, com os óbitos superiores aos nascimentos, que se traduz num crescimento natural negativo, com exceção do ano de 2014, onde o crescimento natural é de um. Os ganhos populacionais com maior significado acontecem nos anos de 2001, 2004 e 2005 (2,6%, 2,6% e 2,4%, a que correspondem 190, 193 e 181 indivíduos). As maiores perdas populacionais foram de -2,9‰ no ano de 2021, -1,8‰ no ano de 2020 e -1,4‰ no ano de 2015, que representam, respetivamente, -234, -146 e -109 pessoas.

Considerando uma outra escala espacial de análise sublinha-se, para o ano de 2021, que não se registaram valores positivos em nenhuma das freguesias do concelho (Figura 7 e anexo XXVI). Assim, as freguesias que evidenciaram um crescimento natural negativo mais expressivo foram São Jacinto (-10,6‰, que corresponde a -8 indivíduos), Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (-7,5‰, que corresponde a -33 indivíduos) e Oliveirinha (-6,2‰, que corresponde a -29 indivíduos). Por sua vez, o valor de crescimento natural negativo menos significativo ocorre na freguesia de Esgueira (-0,8‰, que corresponde a -11 indivíduos).

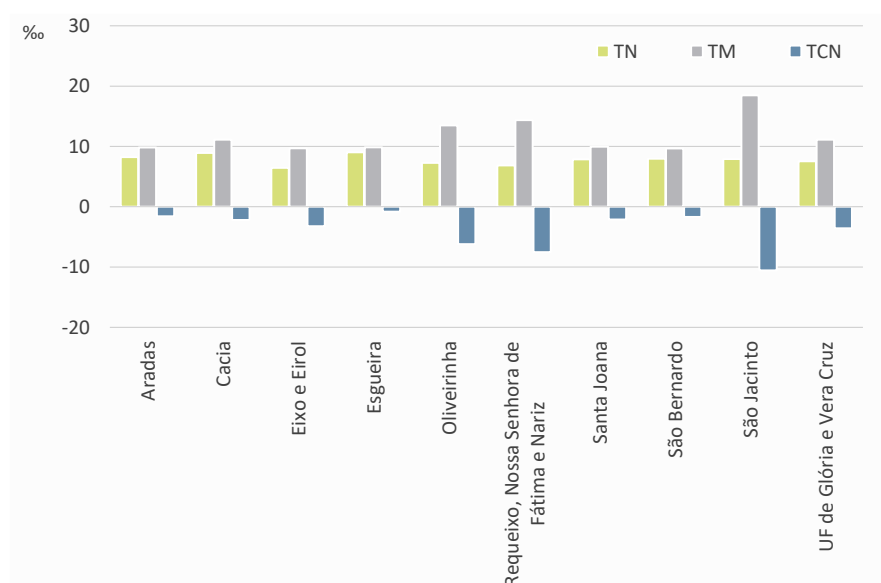


Figura 7. Crescimento natural por freguesia em 2021.

Fonte: INE.

-460

Saldo natural negativo
Entre 2011 e 2021 houve mais 460
óbitos do que nascimentos
(2011-2021)



+2964

Saldo migratório positivo
(2011-2021)



+2504

Saldo total positivo
(2011-2021)



Em 2011, por comparação, verificou-se crescimento natural positivo em seis freguesias, a saber, Esgueira (3,7‰, correspondente a 49 residentes), Eixo e Eirol (2,1‰, correspondente a 13 residentes), UF de Glória e Vera Cruz (2,0‰, correspondente a 37 residentes), São Bernardo (1,8‰, correspondente a 9 residentes), Aradas (0,9‰, correspondente a 8 residentes) e Cacia (0,14‰, correspondente a 1 residente). A freguesia de São Jacinto observa o crescimento natural negativo mais significativo com -2,0‰, que represente -2 habitantes. De salientar ainda que a freguesia de Santa Joana apresenta exatamente o mesmo número de nados-vivos e óbitos, o que significa que o crescimento natural desta unidade territorial é de zero. De uma forma geral entre 2011 e 2021 o número de nados-vivos diminuiu em relação aos óbitos, passando-se de um crescimento natural positivo de 1,4‰ para um crescimento natural negativo de -2,9‰ (de 109 para -234 pessoas).

A consideração do crescimento efetivo no concelho de Aveiro para o período de 2011 a 2021 vem confirmar o cenário de abrandamento do crescimento populacional, na medida em que é o saldo migratório positivo (2.964) que compensa o crescimento natural negativo (-460), o que significa que é a entrada de imigrantes no território municipal que suaviza a diferença entre os óbitos e os nascimentos (Figura 8 e anexo XXVII).

A análise à freguesia permite verificar uma perda de capacidade de atração de pessoas do concelho, já que apenas quatro das dez freguesias apresentam um crescimento efetivo positivo, sendo elas, Esgueira (74 pessoas), São Bernardo (313 pessoas), Aradas (930 pessoas) e UF de Glória e Vera Cruz (2.471 pessoas).

Os comportamentos descritos devem ser contextualizados no âmbito dos valores absolutos da população residente e no quadro da história do concelho e do território envolvente.

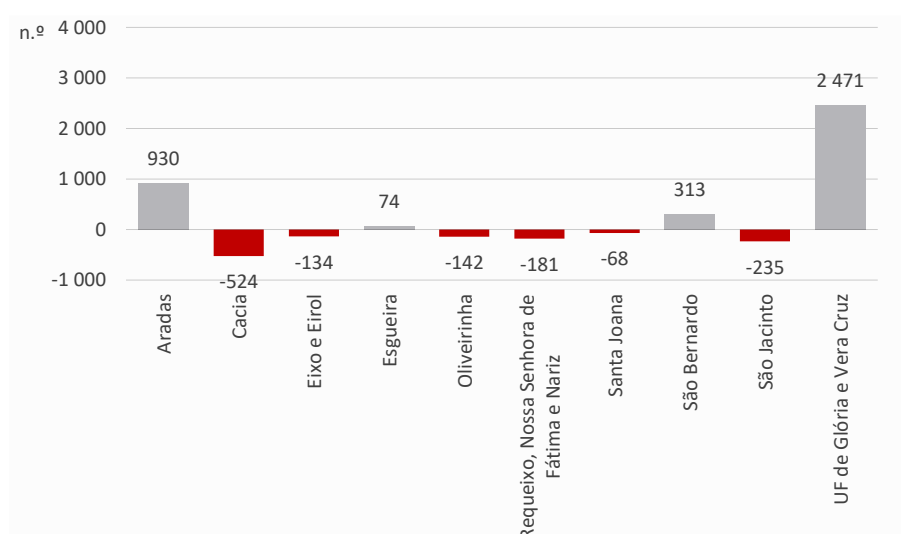


Figura 8. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.

Fonte: INE.

3.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

A análise da evolução e distribuição da população residente deve contemplar também o estudo da estrutura etária, envelhecimento e dependência. Para este efeito interessa começar por conhecer os perfis populacionais através da observação da distribuição da população residente por grupo etário. Neste em particular, a interpretação das pirâmides etárias revela-se fundamental, uma vez que estas representações gráficas não traduzem apenas a história dos acontecimentos que a marcam. Em paralelo importa também conhecer alguns índices que resumem o comportamento da estrutura etária da população residente e que, conjuntamente com os dados avançados para a dinâmica demográfica, permitem contextualizar e refletir sobre as principais características da população.

A primeira conclusão a retirar da análise dos valores da população residente por grupo etário no concelho de Aveiro entre 1950 e 2021 parece ser a contínua diminuição dos grupos etários mais jovens, prosseguida pelo sucessivo aumento dos grupos etários mais idosos, o que espelha de modo bastante claro uma tendência crescente para o envelhecimento da população, aspeto comum à generalidade dos territórios portugueses (Figura 9 e quadro 3).

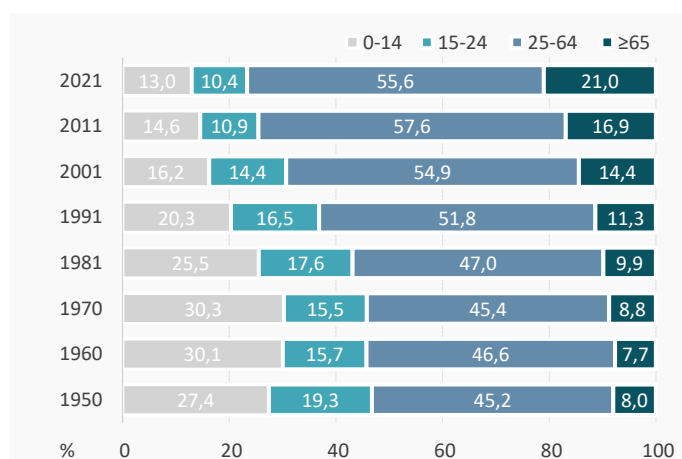
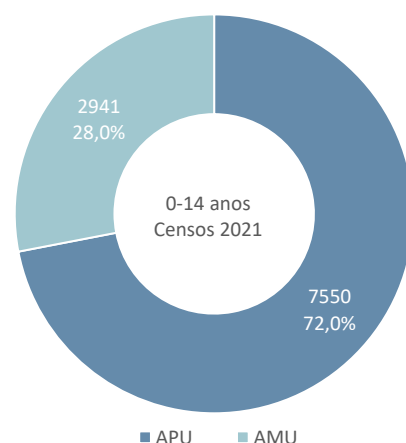
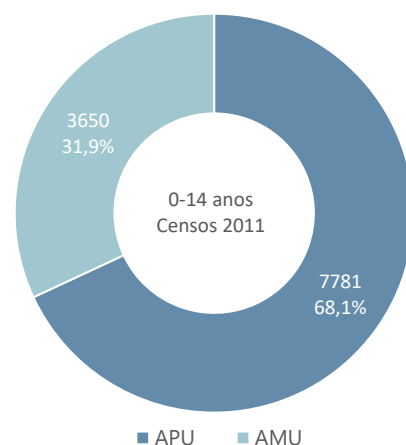
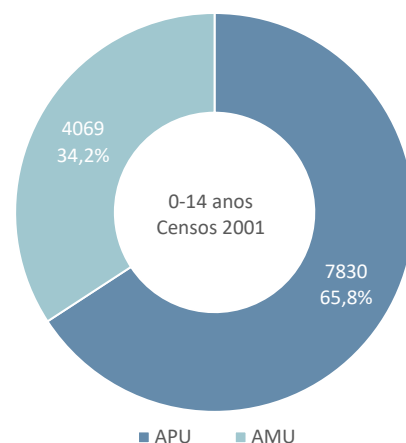


Figura 9. População residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.

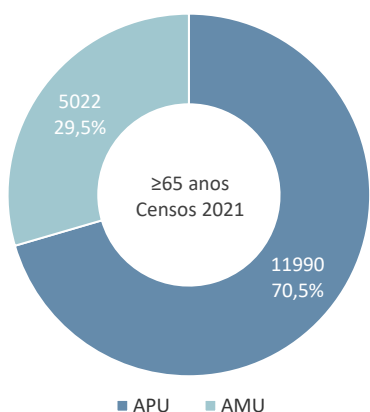
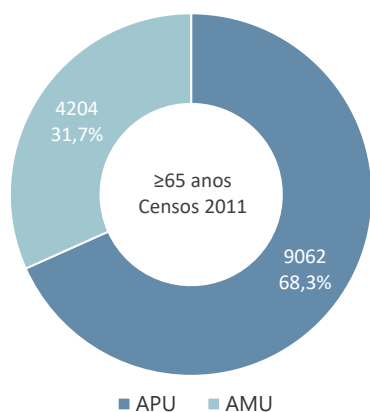
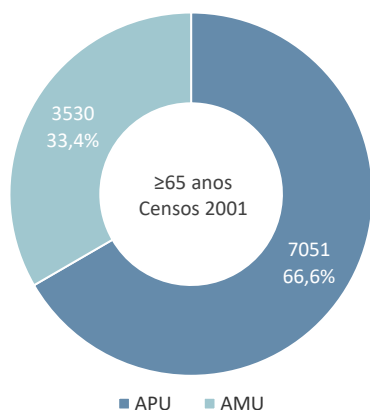
Fonte: INE.



Quadro 3. População residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.

Anos	Unidade de medida	0-14	15-24	25-64	≥65	Total
1950	(n.º)	10 938	7 703	18 038	3 186	39 865
	(%)	27,4	19,3	45,2	8,0	100
1960	(n.º)	13 840	7 220	21 471	3 524	46 055
	(%)	30,1	15,7	46,6	7,7	100
1970	(n.º)	14 830	7 615	22 265	4 295	49 005
	(%)	30,3	15,5	45,4	8,8	100
1981	(n.º)	15 389	10 617	28 334	5 944	60 284
	(%)	25,5	17,6	47,0	9,9	100
1991	(n.º)	13 491	10 992	34 421	7 540	66 444
	(%)	20,3	16,5	51,8	11,3	100
2001	(n.º)	11 899	10 588	40 267	10 581	73 335
	(%)	16,2	14,4	54,9	14,4	100
2011	(n.º)	11 431	8 551	45 202	13 266	78 450
	(%)	14,6	10,9	57,6	16,9	100
2021	(n.º)	10 491	8 409	45 042	17 012	80 954
	(%)	13,0	10,4	55,6	21,0	100

Fonte: INE.



Procedendo-se a uma observação mais pormenorizada verificamos que a população jovem (0-14 anos) e jovem adulta (15-24 anos) registaram um forte decréscimo (de 7,44% para 12,9% e de 19,3% para 10,4%). Em sentido oposto, a população adulta (25-64 anos) e idosa (65 anos ou mais) apresentaram um crescimento expressivo (de 45,3% para 55,6% e de 8,0% para 21,0%).

Analisando apenas os anos de 2011 e 2021, a diminuição foi de -1,6% na população jovem, de -0,5% na população jovem adulta e de -2,0% na população adulta. O acréscimo na população idosa foi de 4,1%.

Esta evolução com perda de jovens e acréscimo de idosos traduz-se num duplo envelhecimento da população, realidade que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos e que se instalou muito repentinamente, devendo a rapidez com que se passou de uma sociedade com uma população jovem para uma outra envelhecida, merecer uma profunda reflexão.

A observação da pirâmide etária do concelho de Aveiro para o ano de 2021 reflete, comparativamente ao ano de 2011, este duplo envelhecimento da população, o que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide etária (Figura 10 e anexo XXVIII). O número de indivíduos total e por sexo na população jovem, jovem adulta e adulta (até aos 39 anos em ambos os sexos) em 2021 é inferior em relação a 2011, não havendo diferenças muito significativas por sexo. Na população adulta (a partir dos 40

anos em ambos os sexos) e idosa, o número de indivíduos total e por sexo é superior em 2021 relativamente a 2011, existindo neste caso diferenças mais relevantes por sexo (o número de idosos é superior no sexo feminino).

O fenómeno de duplo envelhecimento da população descrito era já bastante visível na década anterior, mas ganha outra expressão quando comparadas as últimas duas décadas e, particularmente, quando o ano de 2021 é comparado com a década de 50 (Figuras 11, 12 e 13).

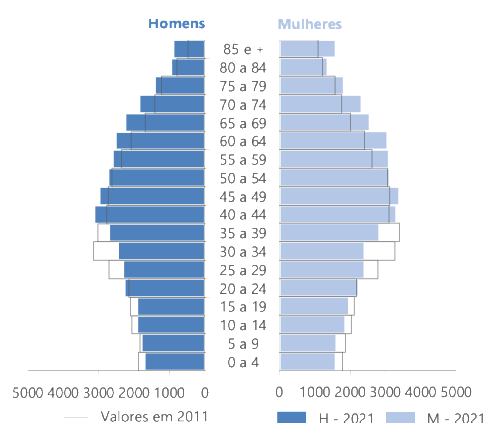


Figura 10. Pirâmide etária da população residente no concelho em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

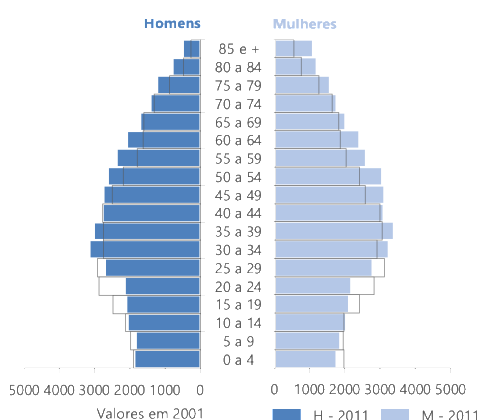


Figura 11. Pirâmide etária da população residente no concelho em 2001 e 2011.

Fonte: INE.

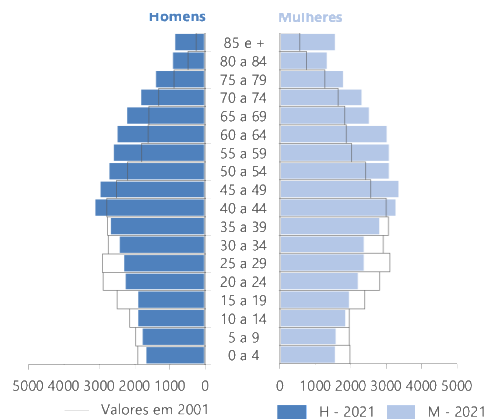


Figura 12. Pirâmide etária da população residente no concelho em 2001 e 2021.

Fonte: INE.

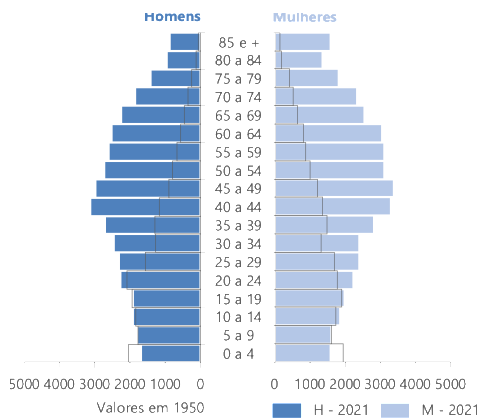


Figura 13. Pirâmide etária da população residente no concelho em 1950 e 2021.

Fonte: INE.

Os valores do índice de envelhecimento confirmam o cenário de envelhecimento, uma vez que passou de 116,1% em 2011 para 162,2% em 2021 (Figura 14, mapa 7 e anexo XXIX). Isto significa que para cada 100 jovens existiam aproximadamente 116 e 162 idosos em 2011 e 2021, respetivamente. Tendo em consideração que, no contexto da Região Centro, esta relação era de 163,4% em 2011 e 228,6% em 2021 e que em termos nacionais era de 130,3%

em 2011 e 184,6% em 2021, tratam-se de valores menos relevantes, evidenciando que também neste indicador, o concelho apresenta mais uma vez uma posição favorável.

162,2%

**Índice de envelhecimento em Aveiro
(2021)**

Para cada 100 crianças
(até aos 14 anos)



Existiam 162 idosos
(com 65 ou + anos)

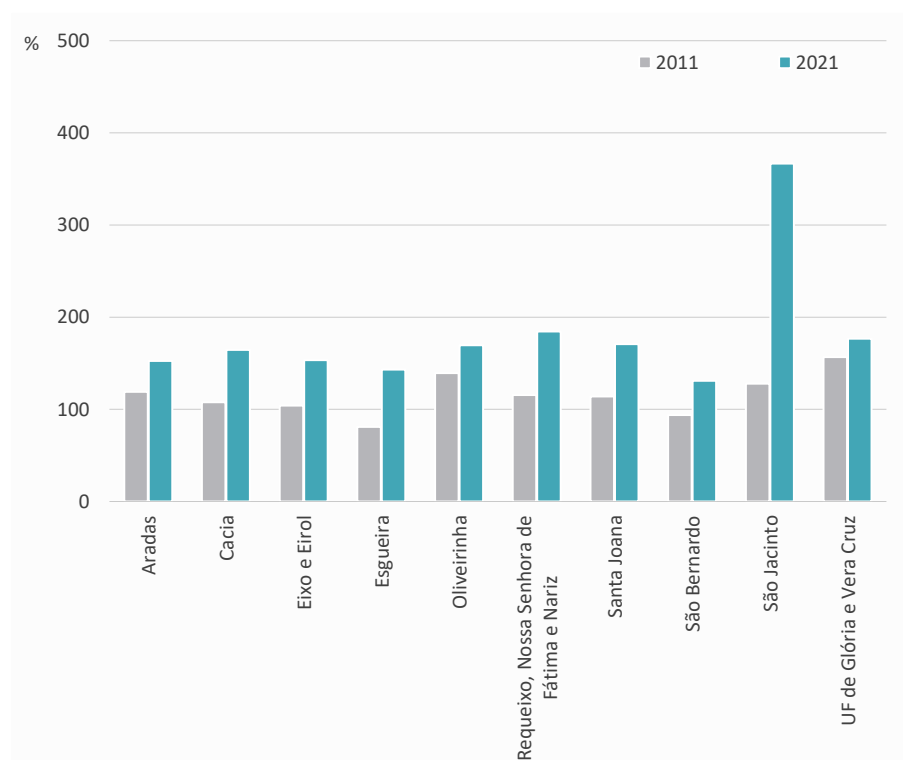
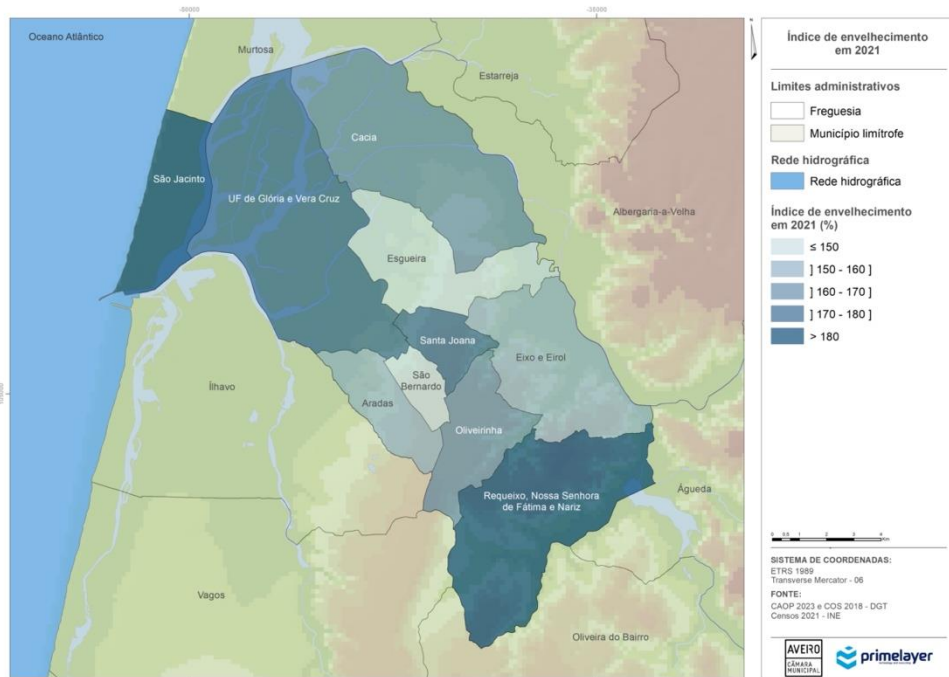


Figura 14. Índice de envelhecimento por freguesia em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

Considerando os valores por freguesia para o ano de 2021, destaca-se a freguesia de São Jacinto por apresentar o resultado mais expressivo de todo o território (366,67%). Por outro lado, as freguesias de São Bernardo (130,9%), de Esgueira (143,2%) e de Aradas (152,5%) registam os resultados menos significativos e preocupantes. Importa ainda salientar que todas as freguesias observaram um aumento do índice de envelhecimento na última década.

A leitura dos resultados do índice de dependência total corrobora esta realidade e a necessidade de a debater (Figura 15 e mapa 8). Entre 2011 e 2021 ocorreu um aumento do valor de 45,9% para 51,5%, o que significa que se verificou um acréscimo da importância dos não ativos para os ativos. Quer isto dizer que para cada 100 indivíduos potencialmente ativos em 2011 e 2021 existiam cerca de 45 e 51 não ativos, respetivamente. Esta evolução encontra-se em sintonia com a registada no país (de 51,7% em 2011 para 57,5% em 2021) e na Região Centro (de 56,6% em 2011 para 63,6% em 2021).



Mapa 7. Índice de envelhecimento por freguesia em 2021.

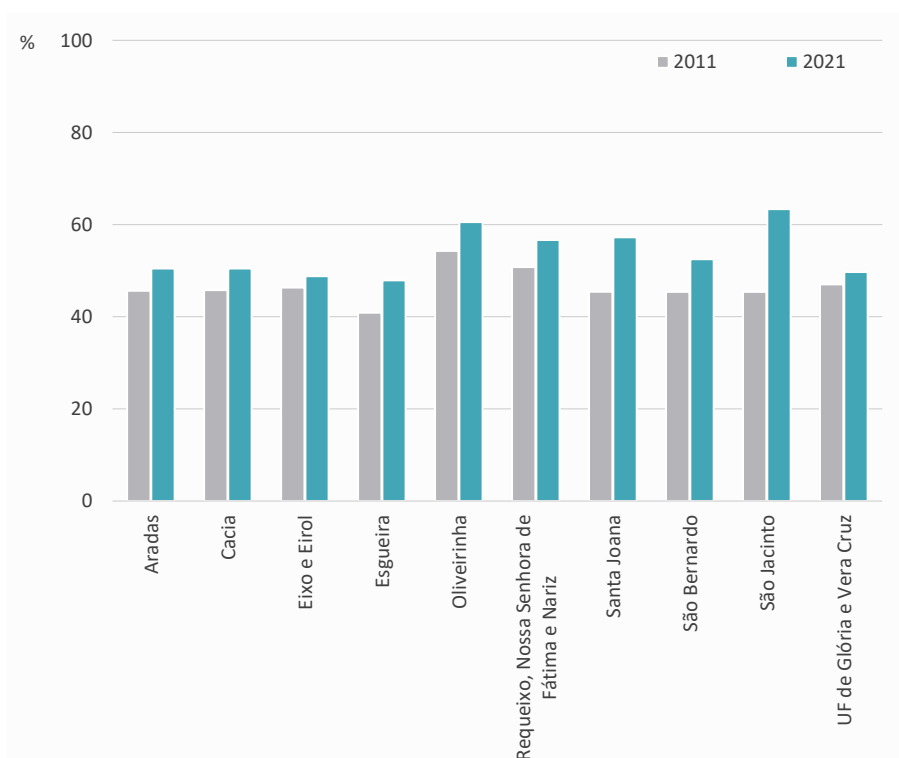


Figura 15. Índice de dependência total por freguesia em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

51,5%

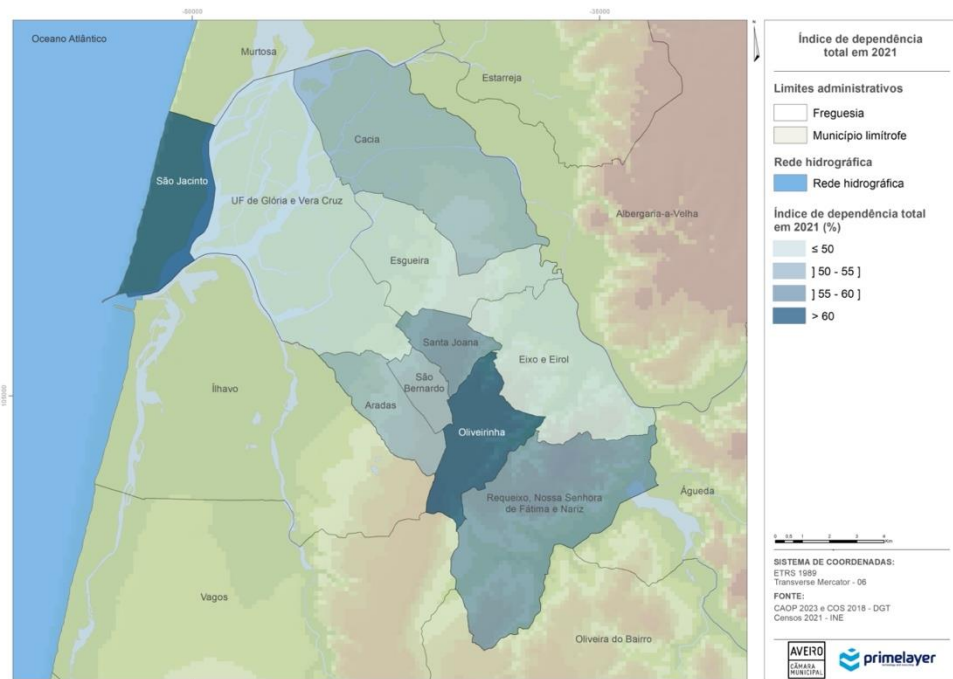
Índice de dependência total em Aveiro (2021)

Para cada 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos)



Existiam 51 não ativos





Mapa 8. Índice de dependência total por freguesia em 2021.

Observando agora os valores por freguesia para o ano mais recente, os resultados mais expressivos encontram-se nas freguesias de Santa Joana (57,3%), de Oliveirinha (60,5%) e de São Jacinto (63,4%). Por outro lado, os resultados menos significativos e preocupantes aparecem nas freguesias de Esgueira (47,9%), de Eixo e Eirol (48,8%) e da UF de Glória e Vera Cruz (49,7%). Entre 2011 e 2021 todas as freguesias verificaram um aumento dos valores do índice de dependência total.

O agravamento do índice de dependência total resulta do aumento do índice de dependência de idosos, que registou um incremento de 7,2% na última década, passando de 24,7% para 31,8% (Figura 16 e mapa 9). Em 2021 o peso dos idosos sobre a população ativa é mais vincado nas freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (36,7%), de Oliveirinha (38,1%) e de São Jacinto (49,8%).

Por sua vez, e comprovando o fenómeno de duplo envelhecimento da população, o índice de dependência de jovens diminuiu, passando de 21,3% em 2011 para 19,6% em 2021 (Figura 17 e mapa 10). Em 2021 o peso dos jovens sobre a população ativa é menos vincado nas freguesias de São Jacinto (13,6%), da UF de Glória e Vera Cruz (18,0%) e de Cacia (19,1%).

31,8%

Índice de dependência de idosos em Aveiro (2021)

Para cada 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos)



Existiam 32 idosos (65 ou + anos)



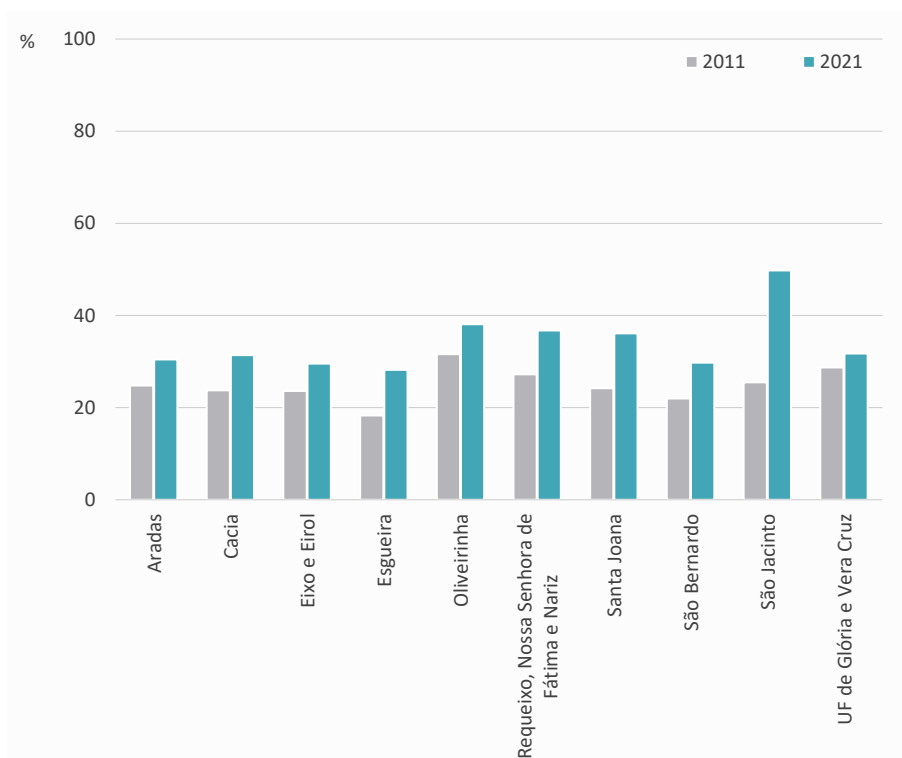
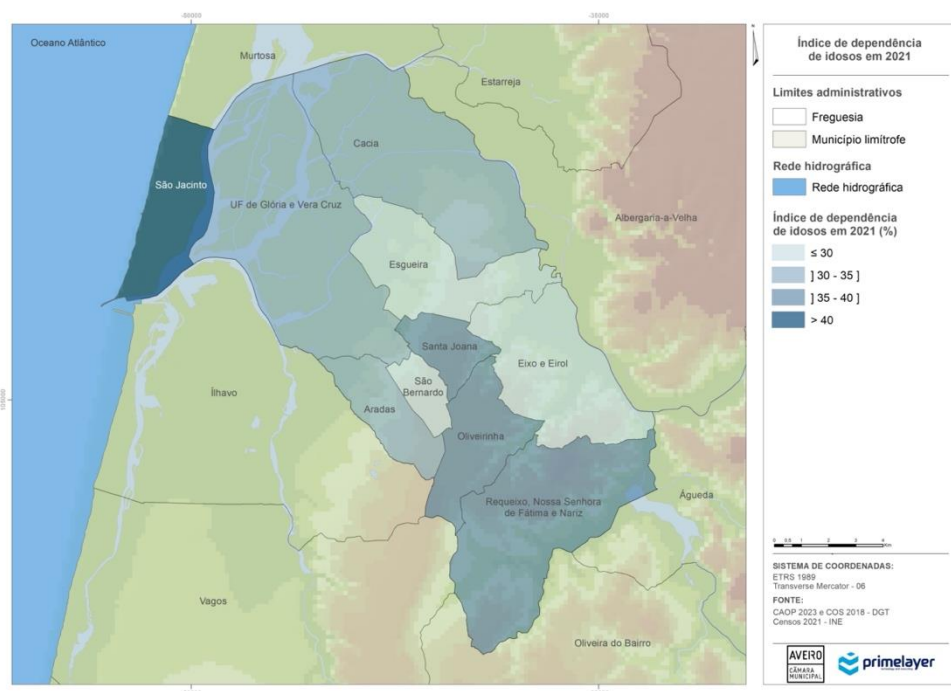


Figura 16. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2011 e 2021

Fonte: INE.



Mapa 9. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2021.

19,6%

Índice de dependência de jovens em Aveiro (2021)

Para cada 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos)



Existiam 20 crianças (0-14 anos)

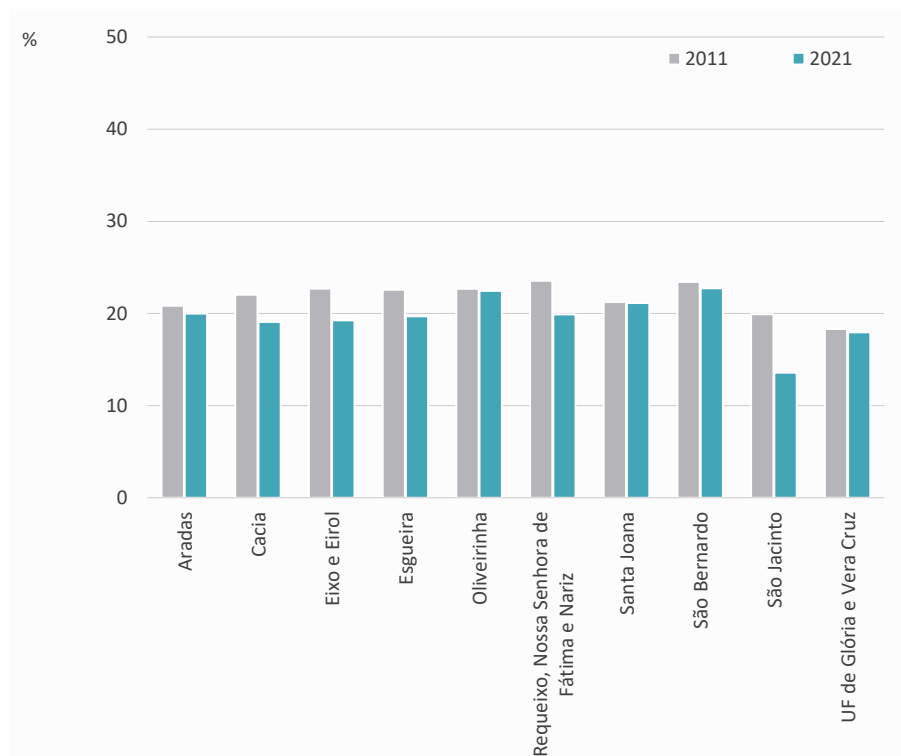
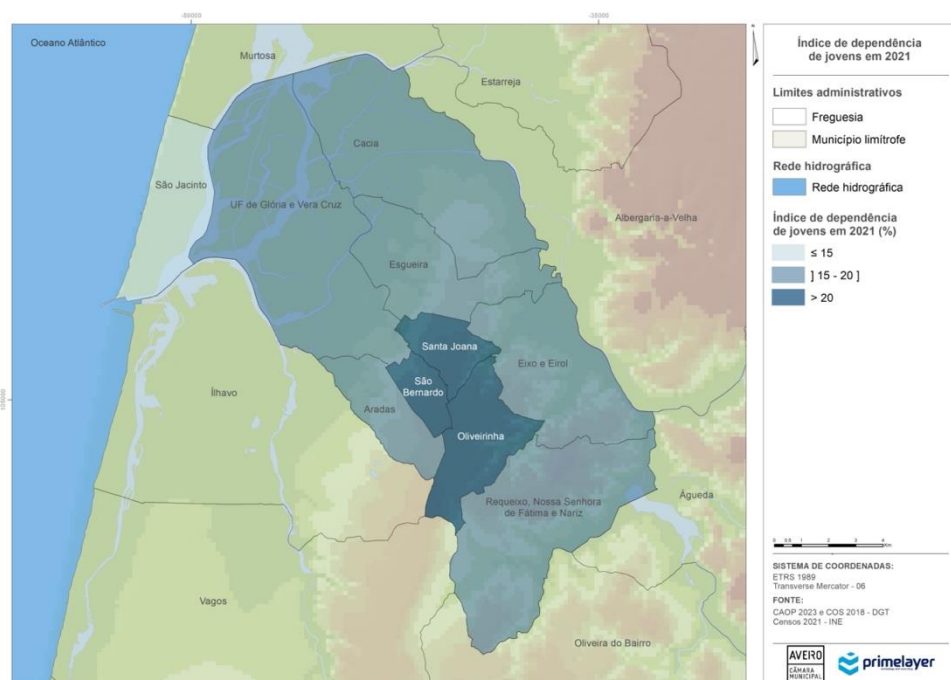


Figura 17. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2011 e 2021

Fonte: INE.



Mapa 10. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2021.

Em síntese, o concelho de Aveiro tem envelhecido, existindo menos jovens e ativos e mais idosos e não ativos. Este envelhecimento populacional, que é comum à generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, e que representa um dos fenómenos demográficos

mais preocupantes e complexos, está relacionado, entre outras causas, com o adiar da parentalidade (sobretudo devido a questões económicas), o que se traduz na diminuição do número de filhos por casal ou mesmo na opção de não ter filhos, com a procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar, que migra para os espaços urbanos próximos, para as grandes metrópoles nacionais ou para o estrangeiro. De referir que este fenómeno é também o resultado de um notável progresso social, devido à melhoria das condições de vida, que prolongou a esperança média de vida. Esta melhoria das condições de vida encontra-se diretamente relacionada, por exemplo, com a alteração dos hábitos alimentares, com a prática de atividade física, com os progressos na medicina e também, com o sucesso das políticas públicas de saúde (melhoria da assistência médica) e de proteção social (alargamento dos sistemas de apoio).

O envelhecimento populacional é, assim, um fenómeno multidimensional. A questão não é apenas o aumento da esperança média de vida, mas essencialmente o decréscimo dos nascimentos, pois se estes se mantivessem em valores equilibrados, estaríamos apenas perante uma sociedade de pessoas que vivem mais tempo e não de uma sociedade envelhecida. Neste caso haveria apenas que adaptar a sociedade a uma nova, mas boa, realidade, resultado do desenvolvimento económico e social. Mas não é isto que acontece e, na verdade, estamos perante um fenómeno de duplo envelhecimento populacional.

Este fenómeno tem marcadamente reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas públicas, sendo claro que as políticas públicas de sustentabilidade e ação social tenderão a ter mais peso nas estratégias de desenvolvimento dos territórios no futuro, e na adoção de novos estilos de vida, onde deverão ocorrer alterações de índole individual conducentes a um envelhecimento ativo e saudável.

Sendo bem conhecidos os efeitos dramáticos do envelhecimento populacional e reconhecendo a necessidade de inverter esta preocupante tendência demográfica, urge definir políticas públicas ativas e eficazes no que diz respeito à evolução da população residente.

3.4. Projeções demográficas

Na sociedade contemporânea, compreender a dimensão da população e antecipar a sua evolução no futuro são aspetos que se revestem da maior importância. As projeções demográficas, para além de procurarem explicar a dinâmica populacional e os fatores que a podem influenciar, possibilitam informação de enorme relevância em processos de tomada de decisão a nível social, económico, ambiental e de planeamento territorial, como é o caso do planeamento de equipamentos sociais.

A população está sempre em constante alteração, não é fixa no tempo, movimenta-se no espaço e modifica-se estruturalmente. Procurar conhecer o volume e as características que assumirá num futuro próximo afigura-se como um desafio que implica riscos, mas que pode ser realizado com sucesso, atendendo a que a evolução populacional é consequência de várias causas interrelacionadas.

A literatura científica especializada reconhece que o método das componentes por *coortes* é o modelo mais adequado, na medida em que se trata de um procedimento analítico, que destaca o papel da fecundidade, da mortalidade e das migrações no crescimento populacional, permitindo apresentar hipóteses de comportamento para as componentes e sugerir os quantitativos populacionais futuros por idade e sexo.

As projeções da população segundo o método *cohort*⁴ *survival* são calculadas em quatro fases fundamentais:

- **Fase 1:** as populações de partida são envelhecidas, aplicando-se sucessivamente as probabilidades de sobrevivência por idades, para cada sexo separadamente, determinando-se os sobreviventes do período de observação (ano a ano do período de projeção);
- **Fase 2:** é estimado o número de nascimentos em cada ano de observação, aplicando aos efetivos populacionais médios femininos em idade fértil (15 aos 49 anos) os índices de fecundidade hipotéticos respetivos. Os nascimentos são o resultado dos níveis de fecundidade e da estrutura etária da população feminina em idade fértil, ou seja, do número médio de filhos por mulher (ISF) e da existência de mais ou menos mulheres nas idades férteis (15-49 anos), em particular nas idades mais férteis (20-29 anos). Aqui é de considerar que a mudança de comportamentos na sociedade atual, resultante do aumento do nível de escolaridade, da entrada mais tardia no mundo do trabalho (desemprego jovem), da precaridade do emprego (contratos a prazo), da incerteza que o futuro reserva, da ligação à família e do contexto e expectativas, sobretudo dos jovens, na atual sociedade em aceleração crescente, do tudo ou nada, faz adiar o nascimento do primeiro filho;
- **Fase 3:** a terceira fase a considerar tem a ver com os óbitos que irão ocorrer. A dinâmica da mortalidade relaciona-se com as probabilidades de morte nas várias idades, ou seja, os valores da esperança de vida, e com a estrutura etária da população;

⁴ *Cohort* (*cohorte* ou *coorte*) define-se “como um conjunto de indivíduos que viveram o mesmo acontecimento demográfico durante um dado período” (Torres, 1996).

- **Fase 4:** é aplicada sobre a população residente estimada uma taxa de migração média, considerando a manutenção do saldo migratório médio anual verificado entre 2011 e 2021, por freguesia.

Optou-se por realizar três cenários, utilizando apenas a fecundidade como indicador variável:

- O **cenário “base/normal”** considera que entre 2021 e 2041 se manterão as premissas de base inalteráveis das freguesias – fecundidade e número médio de filhos por mulher e uma esperança de vida à nascença que em termos médios é de 79 anos para os homens e 84 anos para as mulheres. O comportamento registado no concelho nas últimas décadas faz pensar que este será o cenário mais provável, mesmo admitindo que o contexto atual, de incerteza e mudanças constantes e em aceleração, poderá ter consequências nos valores projetados;
- O **cenário “otimista”** assume que os níveis de fecundidade terão uma evolução moderadamente mais favorável, mantendo-se a esperança média de vida. Os seja, teríamos alguma recuperação dos nascimentos e, por consequência, dos jovens, ao mesmo tempo que se manteriam os valores dos anos vividos. Utilizámos, para as diferentes freguesias, os valores de fecundidade de 1,8 filhos em 2031 e 2041, mantendo os mesmos valores de esperança média de vida calculados em 2021. Mesmo admitindo que poderão existir ganhos de anos de vida tendo em atenção a atual evolução e contexto económico, tecnológico, social e cultural da humanidade, os ganhos tenderão a ser pouco expressivos. Este cenário é plausível, mas pouco provável tendo em conta a evolução populacional mais recente e a tendência para o progressivo declínio da fecundidade;
- O **cenário “desejável”** assenta em níveis de fecundidade que permitem a substituição das gerações (valores de fecundidade de 2,1 filhos em 2031 e 2041), mantendo-se os mesmos valores de esperança média de vida observados em 2021. O comportamento que a demografia portuguesa tem mostrado nas últimas décadas e o contexto pós-crise 2008 e pós-covid 2019, fazem pensar que Portugal não terá nas próximas décadas condições para atingir níveis de fecundidade como o que se registou, pela última vez, em 1981 (2,13 filhos).

A opção para a projeção de valores de população, por sexo e escalão etário, para os concelhos, mostra o cenário “base/normal”, apresentando, contudo, para o concelho de Aveiro, os valores dos cenário “otimista” e “desejável”.

3.4.1. Cenários

Os resultados das projeções são apresentados com base em três cenários, resultado de diferentes combinações possíveis das variantes consideradas em cada uma das componentes de evolução. O cenário “base/normal” conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos. Contudo, face à incerteza associada ao comportamento demográfico futuro, para além deste cenário, estabeleceram-se dois cenários alternativos, um cenário “otimista” e um cenário “desejável”, em que as hipóteses de evolução para as componentes de fecundidade se assumem mais favoráveis.

Deste modo, a população do concelho de Aveiro em 2031 poderá situar-se entre os 77.829 e os 81.948 habitantes. Considerando o cenário “base/normal”, que assume os mesmos comportamentos demográficos observados na última década, projeta-se uma quebra populacional de 3,86% (-3125 residentes face a 2021). Num cenário “otimista”, que pressupõe uma inversão nas tendências atuais, prevê-se uma quebra de 0,78%, correspondente a -631 residentes. Já num cenário “desejável” teríamos um acréscimo populacional de 1,23%, correspondente a um aumento de 994 residentes.

Portanto, excluindo a imprevisível dinâmica migratória, o crescimento da população só é esperado num cenário em que se registre um aumento significativo do índice de fecundidade.

É importante destacar os principais resultados e indicadores demográficos de acordo com os três cenários apresentados, os quais serão detalhados a seguir. No entanto, os resultados referentes às freguesias são apresentados exclusivamente para o cenário “base/normal”, considerado o mais provável.

O **cenário “base/normal”** considera que entre 2021 e 2041 se manterão as premissas de base inalteráveis do concelho de Aveiro - fecundidade e número médio de filhos por mulher de 1,3 (ISF) e uma esperança de vida à nascença de 78 anos para o sexo masculino e de 84 anos para o sexo feminino (Quadro 4).

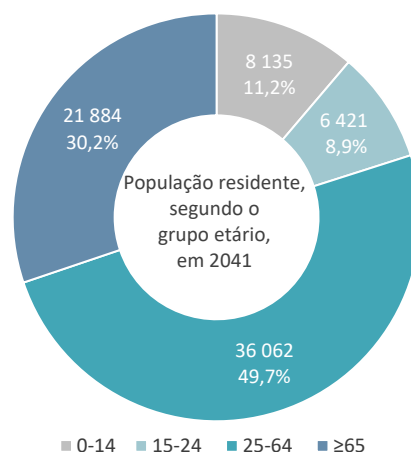
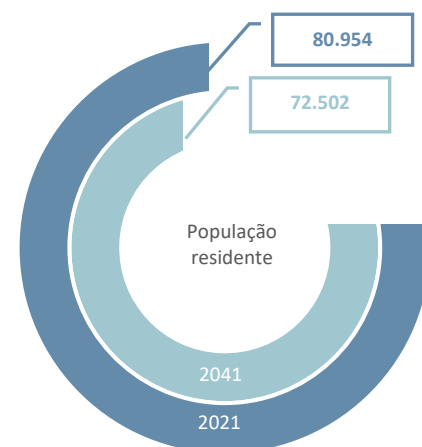
O **cenário “otimista”** considera que os níveis de fecundidade terão uma evolução moderadamente mais favorável (Quadro 5). Utilizou-se os valores de fecundidade de 1,8 filhos em 2031 e 2041, mesmo considerando a improbabilidade de se atingir este valor num horizonte temporal mais curto.

O **cenário “desejável”** (Quadro 6) assenta em níveis de fecundidade que permitem a substituição das gerações (valores de fecundidade de 2,1 filhos em 2031 e 2041) e nos valores de esperança média de vida de 2021 (79 anos para o sexo masculino e 84 anos para o sexo feminino).

Quadro 4. Cenário "base/normal".

Cenário "base/normal" (ISF = 1,3)	2021	2031	2041
População total (n.º)	80 954	77 829	72 502
Homens (n.º)	38 442	36 936	34 386
Mulheres (n.º)	42 512	40 893	38 117
0 - 14 anos (n.º)	10 491	9 348	8 135
15 - 24 anos (n.º)	8 409	7 191	6 421
25 - 64 anos (n.º)	45 042	41 314	36 062
65 e + anos (n.º)	17 012	19 976	21 884
% Jovens (0 - 14 anos)	13,0	12,0	11,2
% Adultos (15 - 64 anos)	66,0	62,3	58,6
% Idosos (65 anos ou mais)	21,0	25,7	30,2
Índice de envelhecimento (%)	162,2	213,7	269,0
Índice de dependência total (%)	51,5	60,5	70,7
Índice de dependência de jovens (%)	19,6	19,3	19,1
Índice de dependência de idosos (%)	31,8	41,2	51,5
Índice de longevidade (%)	47,3	49,0	51,9
Nados-vivos (n.º)	641	589	499
Taxa de natalidade (‰)	7,9	7,6	6,9
Índice Sintético de Fecundidade (n.º)	1,3	1,3	1,3
Esperança média de vida à nascença - H (anos)	84	84	84
Esperança média de vida à nascença - M (anos)	79	79	79

Fonte: INE. e cálculos próprios.



Número de idosos por cada 100 jovens

Em 2041 poderão ser

269

Em 2021 eram

162



499



Nados-vivos em 2041

79 anos



Esperança média de vida

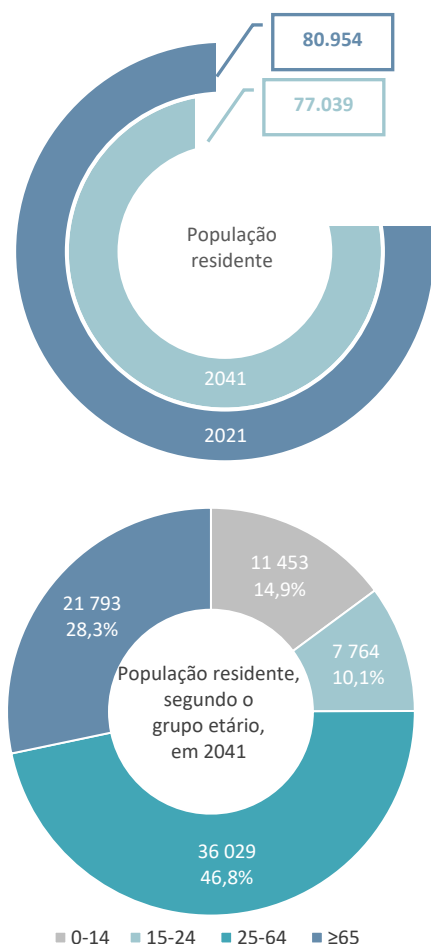
84 anos



Quadro 5. Cenário "otimista".

Cenário "otimista" (ISF = 1,8)	2021	2031	2041
População total (n.º)	80 954	80 323	77 039
Homens (n.º)	38 442	38 218	36 702
Mulheres (n.º)	42 512	42 105	40 337
0 - 14 anos (n.º)	10 491	11 898	11 453
15 - 24 anos (n.º)	8 409	7 192	7 764
25 - 64 anos (n.º)	45 042	41 300	36 029
65 e + anos (n.º)	17 012	19 934	21 793
% Jovens (0 - 14 anos)	13,0	14,8	14,9
% Adultos (15 - 64 anos)	66,0	60,4	56,8
% Idosos (65 anos ou mais)	21,0	24,8	28,3
Índice de envelhecimento (%)	162,2	167,5	190,3
Índice de dependência total (%)	51,5	65,6	75,9
Índice de dependência de jovens (%)	19,6	24,5	26,2
Índice de dependência de idosos (%)	31,8	41,1	49,8
Índice de longevidade (%)	47,3	48,9	51,8
Nados-vivos (n.º)	641	829	706
Taxa de natalidade (‰)	7,9	10,3	9,2
Índice Sintético de Fecundidade (n.º)	1,8	1,8	1,8
Esperança média de vida à nascença - H (anos)	84	84	84
Esperança média de vida à nascença - M (anos)	79	79	79

Fonte: INE. e cálculos próprios.



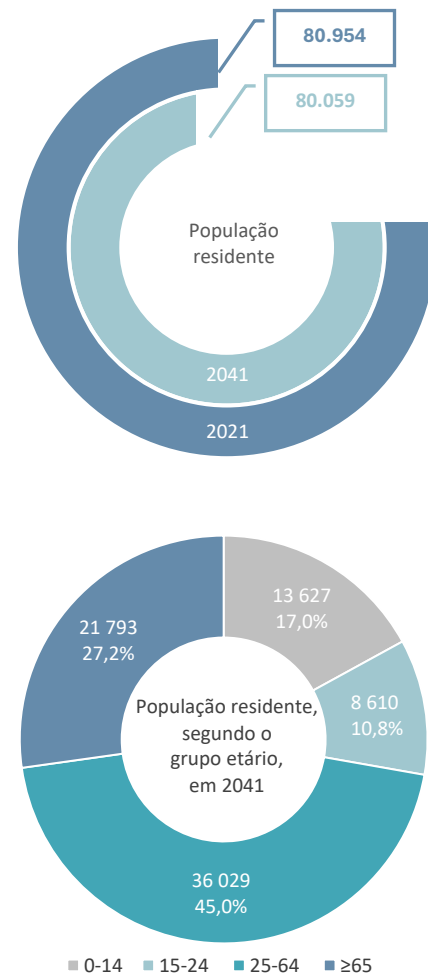
Número de idosos por cada 100 jovens



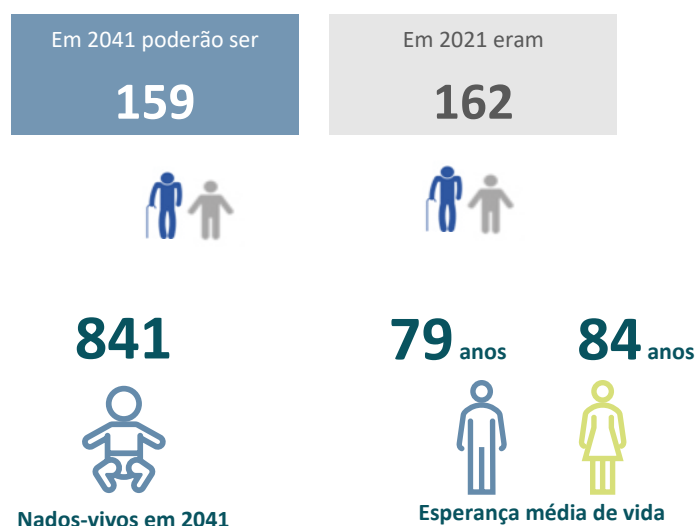
Quadro 6. Cenário “desejável”.

Cenário "desejável" (ISF = 2,1)	2021	2031	2041
População total (n.º)	80 954	81 948	80 059
Homens (n.º)	38 442	39 060	38 267
Mulheres (n.º)	42 512	42 888	41 791
0 - 14 anos (n.º)	10 491	13 523	13 627
15 - 24 anos (n.º)	8 409	7 192	8 610
25 - 64 anos (n.º)	45 042	41 300	36 029
65 e + anos (n.º)	17 012	19 934	21 793
% Jovens (0 - 14 anos)	13,0	16,5	17,0
% Adultos (15 - 64 anos)	66,0	59,2	55,8
% Idosos (65 anos ou mais)	21,0	24,3	27,2
Índice de envelhecimento (%)	162,2	147,4	159,9
Índice de dependência total (%)	51,5	69,0	79,3
Índice de dependência de jovens (%)	19,6	27,9	30,5
Índice de dependência de idosos (%)	31,8	41,1	48,8
Índice de longevidade (%)	47,3	48,9	51,8
Nados-vivos (n.º)	641	985	841
Taxa de natalidade (‰)	7,9	12,0	10,5
Índice Sintético de Fecundidade (n.º)	2,1	2,1	2,1
Esperança média de vida à nascença - H (anos)	84	84	84
Esperança média de vida à nascença - M (anos)	79	79	79

Fonte: INE. e cálculos próprios.



Número de idosos por cada 100 jovens



3.4.2. População residente

As projeções demográficas para o concelho de Aveiro, referentes ao período de 2021 a 2041, permitem uma análise evolutiva sobre o possível comportamento da população e as características do território nas próximas duas décadas. Seguindo a metodologia definida, os resultados apresentados baseiam-se no cenário "base/normal", que assume a manutenção das premissas inalteradas durante esse período. Tal como já mencionado, o comportamento demográfico de Aveiro nas últimas décadas sugere que este será o cenário mais provável. Contudo, reconhece-se que o atual contexto de incerteza e mudanças aceleradas, incluindo possíveis fluxos migratórios, pode alterar significativamente os valores projetados. A migração, em particular, pode ter um impacto relevante na estrutura etária e no crescimento populacional, mitigando alguns dos efeitos do envelhecimento e contribuindo para uma população mais equilibrada.

A análise da evolução da estrutura populacional revela uma tendência de diminuição em quase todos os grupos etários, acompanhada por um acentuado envelhecimento da população. Este fenómeno é amplamente explicado pelo aumento da longevidade e pela contínua queda nos índices de fecundidade e natalidade. Esses fatores terão um impacto direto na evolução futura da população residente neste território.

De acordo com os resultados obtidos no cenário "base/normal" (Figura 18), a população residente em Aveiro deverá diminuir até 2031, ano em que se prevê que a população ronde os 77.829 indivíduos (-3,9% face a 2021). Na década seguinte estima-se um decréscimo de 5.327 residentes (-6,8% face a 2031). Entre 2021 e 2041 espera-se então um decréscimo em torno dos 8.452 residentes (-10,4%), correspondendo à passagem dos 80.954 para os 72.502 residentes.

O cenário "otimista" prevê uma população de 80.323 em 2031 e de 77.039 em 2041. Entre 2021 e 2041, a redução poderia ser de 3.915 residentes (-4,8%), evidenciando diferenças bastante significativas em relação ao cenário "base/normal".

No cenário "desejável" poderia ocorrer um acréscimo de 1,2% entre 2021 e 2031 (+994 residentes). Na década seguinte, a tendência seria de decréscimo: -2,3% entre 2031 e 2041 (-1.890 residentes).

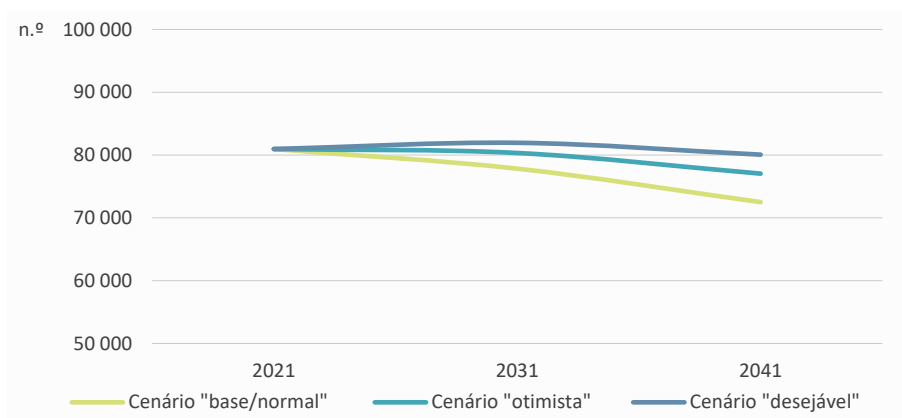


Figura 18. Provável evolução da população residente no concelho entre 2021 e 2041 (cenários).

Fonte: INE. e cálculos próprios.

A análise dos valores de população residente entre 2021 e 2041 no concelho ganha outros contornos com a consideração dos valores a partir dos anos 50 do século XX, que possibilitam uma perspetiva diferente sobre a evolução prevista (Figura 19 e quadro 7).

A análise nas últimas décadas revela uma evolução populacional de 39 865 residentes em 1950 para 80 954 em 2021, com o maior crescimento percentual a ocorrer entre 1981 e 1991 (23,02%). Comparando as duas décadas mais recentes (2001-2011 e 2011-2021), nota-se que a taxa de crescimento populacional está a diminuir, sinalizando uma potencial estagnação ou declínio futuro. As projeções para 2031 e 2041 indicam um declínio populacional, com reduções de 3 125 (-3,9%) e 5 327 (-6,8%), respetivamente. Esta tendência de declínio sugere desafios significativos para a gestão de recursos e serviços públicos no futuro, refletindo os problemas relacionados com a baixa natalidade e o envelhecimento da população.

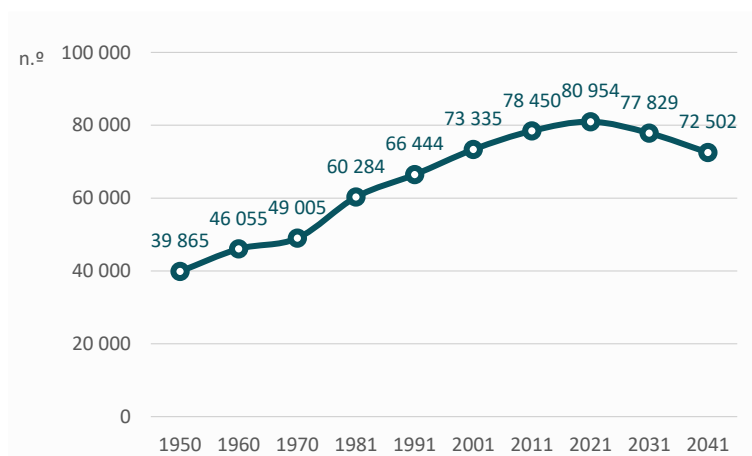


Figura 19. População residente e sobreviventes no concelho entre 1950 e 2041.

Fonte: INE e cálculos próprios.

Quadro 7. População residente e sobreviventes no concelho entre 1950 e 2041.

Anos	População residente	Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(%)
1950	39 865	–	–
1960	46 055	6 190	15,5
1970	49 005	2 950	6,4
1981	60 284	11 279	23,0
1991	66 444	6 160	10,2
2001	73 335	6 891	10,4
2011	78 450	5 115	7,0
2021	80 954	2 504	3,2
2031	77 829	-3 125	-3,9
2041	72 502	-5 327	-6,8

Fonte: INE e cálculos próprios.

Ao analisar a distribuição dos valores da população residente projetada para as 10 freguesias que compõem atualmente o concelho de Aveiro, entre 2021 e 2041, é possível identificar grupos de freguesias com comportamentos demográficos semelhantes (Figura 20, mapa 11 e quadro 8).

Para o período 2021-2031 espera-se um decréscimo em todas as freguesias (Figura 21 e mapa 12). A UF de Glória e Vera Cruz e a freguesia de Esgueira mantêm-se como as mais populosas ao longo do tempo, embora se observe uma diminuição até 2041.

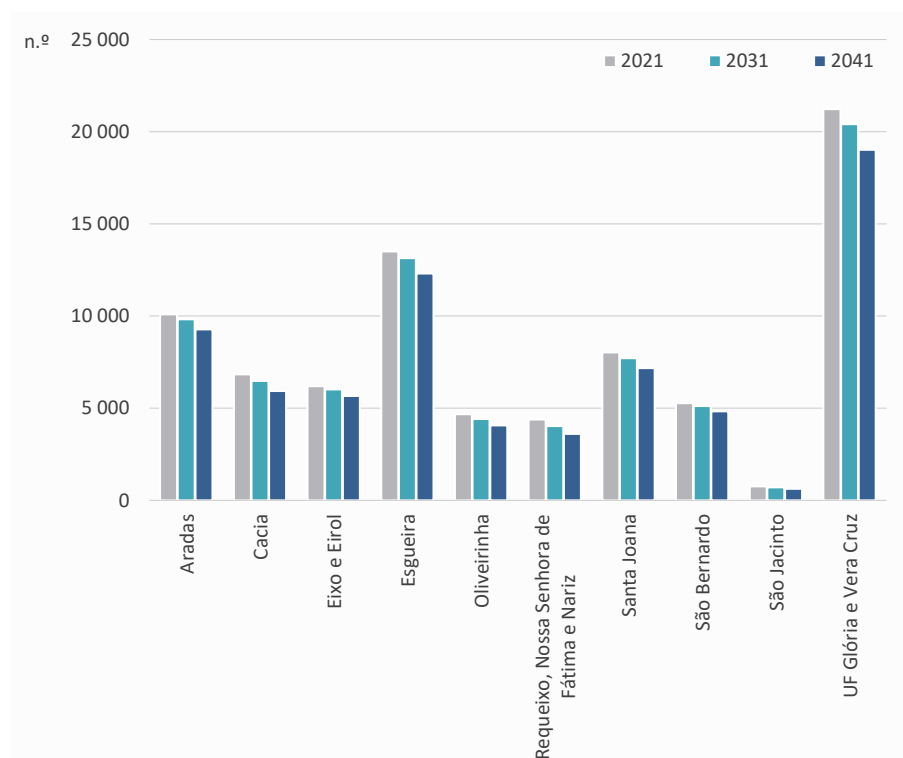
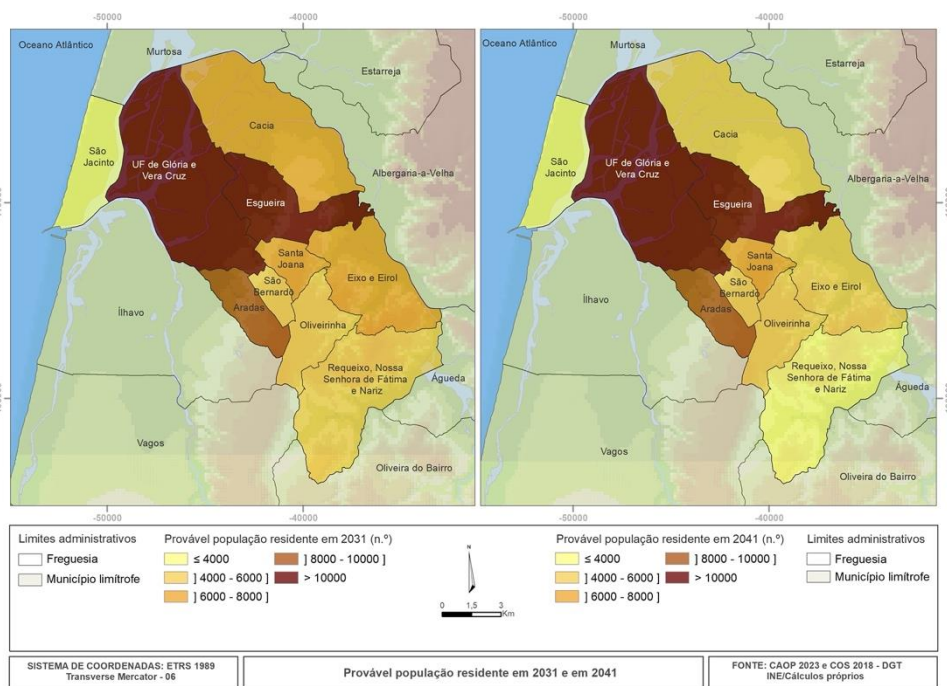


Figura 20. População residente e sobreviventes por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: INE. e cálculos próprios.



Mapa 11. População residente provável por freguesia em 2031 e 2041.

Quadro 8. Projeções da população residente por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Aradas	10 087	9 985	9 822	9 585	9 278	-265	-2,6	-543	-5,5	-809	-8,0
Cacia	6 830	6 682	6 481	6 234	5 932	-349	-5,1	-549	-8,5	-898	-13,2
Eixo e Eirol	6 190	6 125	6 016	5 862	5 658	-174	-2,8	-358	-6,0	-532	-8,6
Esgueira	13 505	13 382	13 140	12 776	12 308	-365	-2,7	-831	-6,3	-1 197	-8,9
Oliveirinha	4 675	4 544	4 408	4 250	4 068	-267	-5,7	-340	-7,7	-607	-13,0
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	4 383	4 217	4 029	3 818	3 606	-354	-8,1	-422	-10,5	-777	-17,7
Santa Joana	8 026	7 902	7 711	7 469	7 174	-315	-3,9	-537	-7,0	-852	-10,6
São Bernardo	5 273	5 210	5 112	4 984	4 832	-161	-3,1	-280	-5,5	-441	-8,4
São Jacinto	758	730	704	667	624	-54	-7,1	-80	-11,3	-134	-17,6
UF Glória e Vera Cruz	21 227	20 872	20 407	19 788	19 021	-820	-3,9	-1 386	-6,8	-2 206	-10,4
Total	80 954	79 650	77 829	75 432	72 502	-3 125	-3,9	-5 327	-6,8	-8 452	-10,4

Fonte: INE. e cálculos próprios.

As freguesias de Aradas, Eixo e Eirol e São Bernardo mostram pequenas flutuações, mas sem uma tendência acentuada de decréscimo.

Este padrão pode ser reflexo de fatores como o envelhecimento populacional e a diminuição da natalidade, levando a um decréscimo generalizado nas freguesias, especialmente nas mais rurais. As freguesias urbanas tendem a reter uma população maior, apesar da queda projetada.

Deste modo, entre 2021 e 2031 estima-se que as maiores perdas relativas possam ocorrer na UF Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (-8,1%) e na freguesia de São Jacinto (-7,1%).

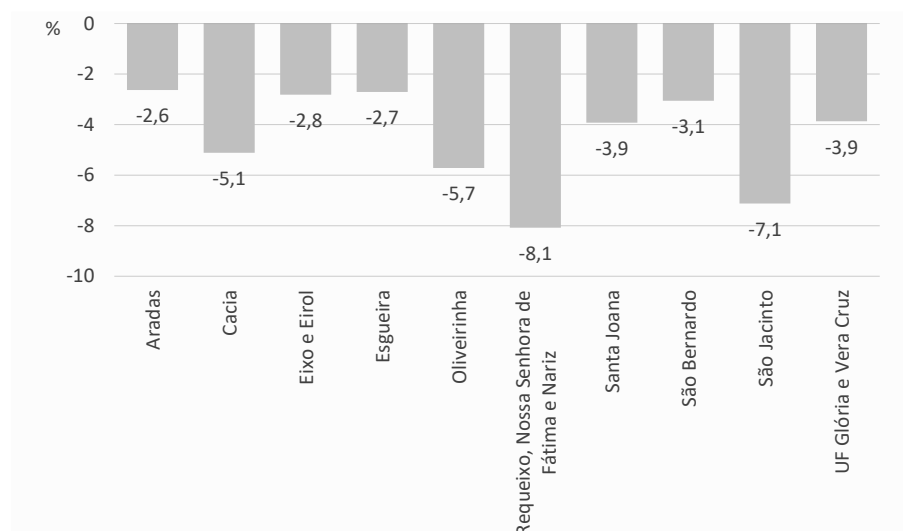
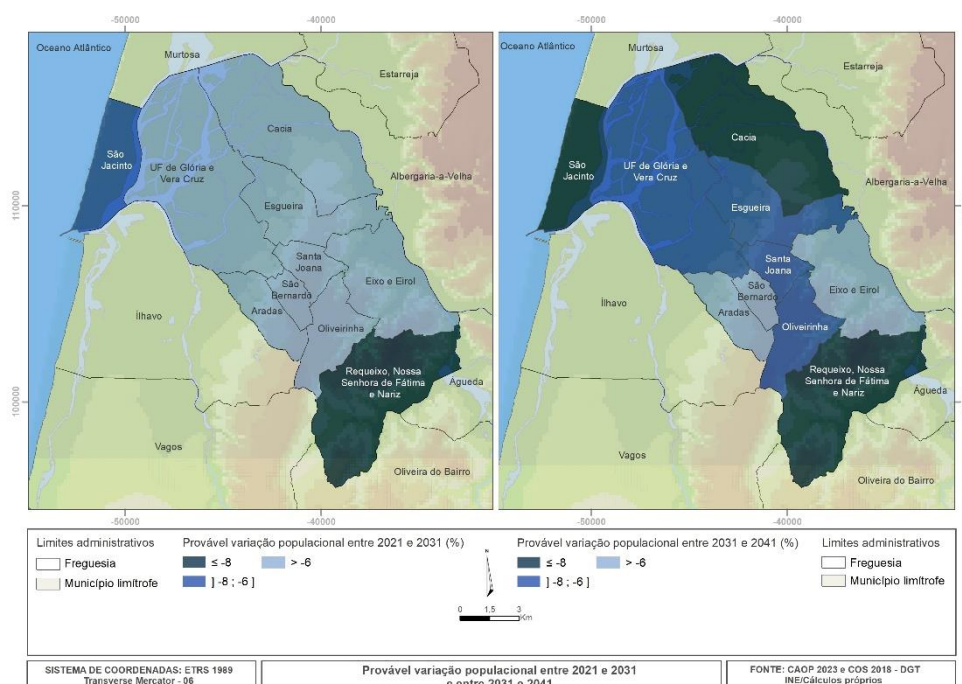


Figura 21. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031.

Fonte: INE. e cálculos próprios.



Mapa 12. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031 e entre 2031 e 2041.

Por outro lado, as freguesias de Aradas, Esgueira e Eixo e Eirol poderão registar uma perda populacional menos acentuada em termos relativos, rondando os -3%.

A evolução perspectivada para o período 2031-2041 será semelhante à analisada para a década anterior (Figura 22). Destaca-se a freguesia de São Jacinto, com um decréscimo estimado em -11,3% (-80 residentes).

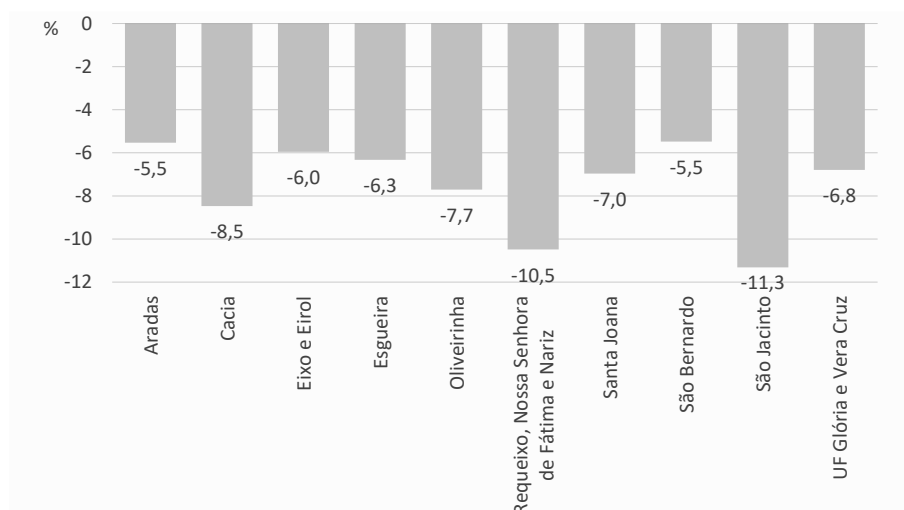


Figura 22. Provável variação populacional por freguesia entre 2031 e 2041.

Fonte: INE. e cálculos próprios.

Considerando um horizonte temporal mais alargado, a tendência generalizada de decréscimo poderá ser mais pronunciada (Figura 23 e mapa 13). Com efeito, entre 2021 e 2041 projeta-se uma diminuição de 10,4% no concelho de Aveiro (-8.452 habitantes).

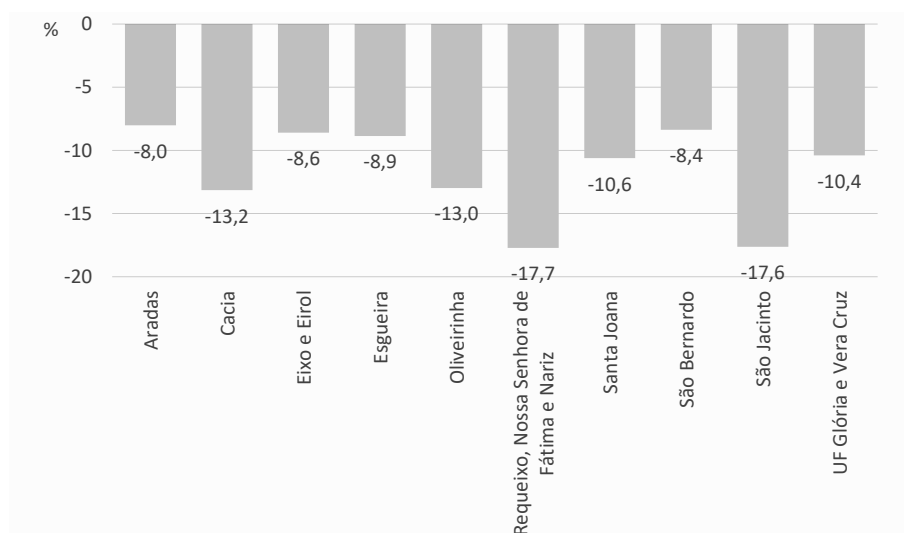
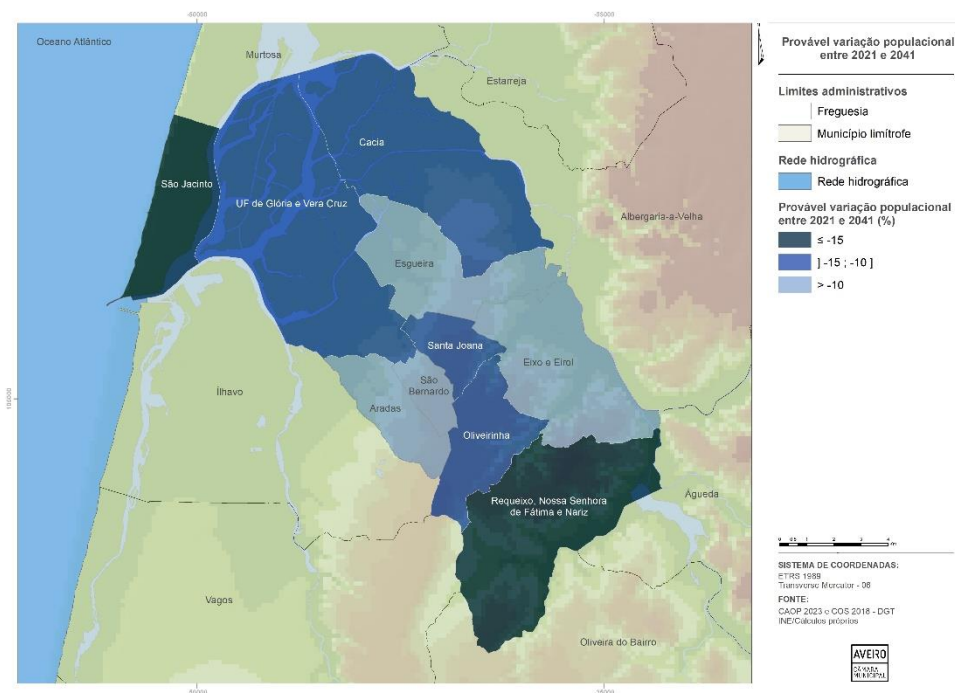


Figura 23. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: INE. e cálculos próprios.



Mapa 13. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041.

As freguesias de São Jacinto e UF Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz poderão ter decréscimos superiores a -17%.

Considerando a dinâmica migratória e assumindo que o saldo migratório observado entre 2011 e 2021 (+2.044 residentes) se manterá nas próximas décadas, algumas freguesias poderão experienciar um decréscimo populacional menos acentuado. Em particular, as freguesias de Aradas e a UF de Glória e Vera Cruz, devido à migração positiva, poderão mesmo apresentar um aumento da população.

Neste cenário, mantendo-se o saldo migratório, a população diminuiria de 80954 em 2021 para 79.873 em 2031 e para 74.546 em 2041 (Quadro 9 e mapa 14). Em termos gerais, esta redução populacional seria ligeiramente menos acentuada comparativamente ao cenário "base/normal".

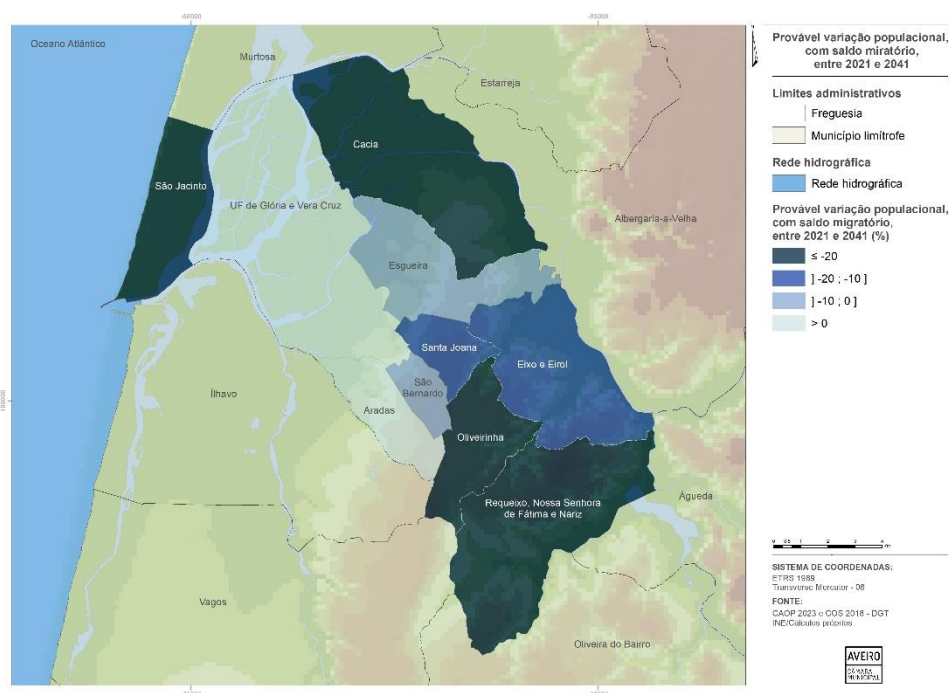
Neste sentido, um aumento significativo da migração poderia alterar substancialmente estas projeções, ajudando a estabilizar ou até mesmo a reverter a tendência de declínio populacional.

Quadro 9. Projeções da população residente por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2031	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)			(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Aradas	10 087	10 873	10 329	786	7,8	-543	-5,0	242	2,4
Cacia	6 830	5 747	5 198	-1 083	-15,9	-549	-9,6	-1 632	-23,9
Eixo e Eirol	6 190	5 782	5 424	-408	-6,6	-358	-6,2	-766	-12,4
Esgueira	13 505	13 402	12 570	-103	-0,8	-831	-6,2	-935	-6,9
Oliveirinha	4 675	4 018	3 678	-657	-14,1	-340	-8,5	-997	-21,3
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	4 383	3 665	3 242	-718	-16,4	-422	-11,5	-1 141	-26,0
Santa Joana	8 026	7 627	7 090	-399	-5,0	-537	-7,0	-936	-11,7
São Bernardo	5 273	5 534	5 254	261	5,0	-280	-5,1	-19	-0,4
São Jacinto	758	417	337	-341	-45,0	-80	-19,1	-421	-55,5
UF Glória e Vera Cruz	21 227	22 809	21 423	1 582	7,5	-1 386	-6,1	196	0,9
Total	80 954	79 873	74 546	-1 081	-1,3	-5 327	-6,7	-6 408	-7,9

Fonte: INE. e cálculos próprios.

A entrada de migrantes jovens em idade ativa e reprodutiva pode não só reforçar o efetivo populacional, mas também contribuir para atenuar o envelhecimento da população e sustentar o crescimento económico. Assim, políticas de atração e integração de migrantes podem representar uma resposta importante para enfrentar os desafios demográficos e assegurar uma renovação geracional mais equilibrada.



Mapa 14. Provável variação populacional por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041.

3.4.3. Natalidade

No âmbito da reorganização da rede de equipamentos sociais, é crucial analisar a evolução da natalidade. A análise desta variável é essencial para prever os volumes de população nos diferentes grupos etários. Em Portugal, a fecundidade tem-se caracterizado por uma diminuição do número de filhos por mulher, seguida de uma estabilização em valores bastante baixos (Rosa, 2012).

Os resultados de cada cenário estão diretamente ligados à evolução da fecundidade (Figura 24). No cenário "base/normal", que assume a manutenção do ISF, projeta-se uma redução nos nascimentos para 2031 e 2041, passando de 641 nascimentos em 2021 para 589 em 2031 e 499 em 2041. Em termos comparativos, em 2031 poderão nascer menos 52 crianças do que em 2021 (-8,1%), e em 2041 menos 90 crianças do que em 2031 (-15,3%).

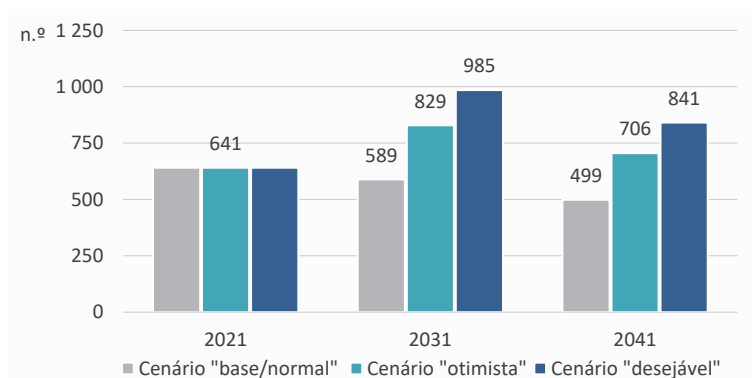


Figura 24. Provável evolução dos nascimentos no concelho entre 2021 e 2041 (cenários).

Fonte: INE. e cálculos próprios.

No cenário "otimista", a consideração da recuperação do ISF para 1,8 traria importantes diferenças (829 nascimentos em 2031 e 706 nascimentos em 2041). Considerando o período 2021-2031 isto significaria um aumento de 188 nascimentos.

No cenário "desejável", em que o ISF subiria para 2,1, o impacto no número de nascimentos seria ainda mais significativo. Embora este cenário seja ideal, ele serve apenas para ilustrar os benefícios evidentes que um aumento hipotético da fecundidade traria ao território, não sendo, de forma realista, uma projeção provável de se concretizar.

Dado que os cenários "otimista" e "desejável" são considerados menos prováveis, a análise que se segue foca-se no cenário "base/normal". Nesse contexto, prevê-se que entre 2021 e 2031 o número de nascimentos diminua na maioria das freguesias, embora algumas possam experienciar uma estabilização no número de nascimentos. (Quadro 10 e mapa 15).

Quadro 10. Nados-vivos por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Aradas	83	81	74	66	58	-9	-10,8	-16	-21,6	-25	-30,1
Cacia	61	47	44	42	39	-17	-27,9	-5	-11,4	-22	-36,1
Eixo e Eirol	40	49	45	43	40	5	12,5	-5	-11,1	0	0,0
Esgueira	122	115	108	100	92	-14	-11,5	-16	-14,8	-30	-24,6
Oliveirinha	34	36	34	33	32	0	0,0	-2	-5,9	-2	-5,9
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	30	28	26	24	24	-4	-13,3	-2	-7,7	-6	-20,0
Santa Joana	63	59	56	54	51	-7	-11,1	-5	-8,9	-12	-19,0
São Bernardo	42	39	36	35	35	-6	-14,3	-1	-2,8	-7	-16,7
São Jacinto	6	7	8	7	6	2	33,3	-2	-25,0	0	0,0
UF Glória e Vera Cruz	160	168	158	142	122	-2	-1,3	-36	-22,8	-38	-23,8
Total	641	629	589	546	499	-52	-8,1	-90	-15,3	-142	-22,2

Fonte: INE. e cálculos próprios.

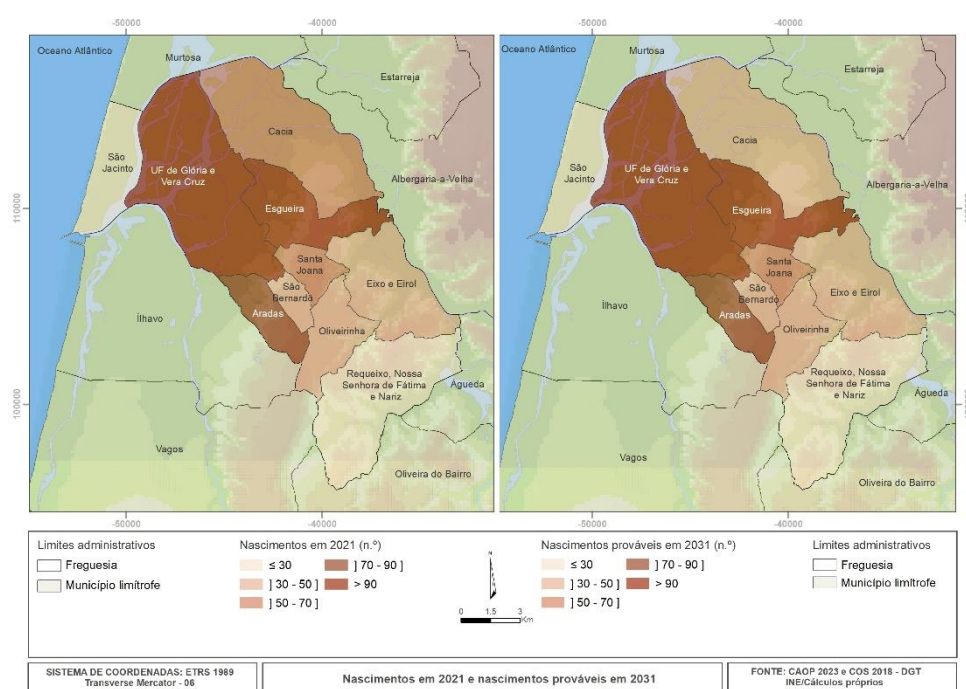
Assim, a UF de Glória e Vera Cruz, juntamente com a freguesia de Esgueira, poderão apresentar os decréscimos absolutos mais significativos, com uma redução prevista de 38 e 30 nascimentos, respetivamente.

589



Nados-vivos em Aveiro
(2031)

(-52 face a 2021)



Mapa 15. Nascimentos em 2021 e nascimentos prováveis em 2031 por freguesia.

A evolução projetada do comportamento reprodutivo, refletida no adiamento do nascimento do primeiro filho, é influenciada por diversos fatores sociais. O aumento do nível de escolaridade das mulheres leva muitas a priorizarem a educação e a carreira,

adiando a maternidade. A entrada mais tardia no mercado de trabalho e a elevada taxa de desemprego jovem criam inseguranças que dificultam decisões sobre a formação de uma família. Além disso, a precariedade do emprego, caracterizada por contratos temporários, contribui para um cenário de incerteza financeira. As novas expectativas sociais e a valorização da ligação familiar também impactam estas decisões, resultando num adiamento crescente da parentalidade entre os jovens.

Ainda que a tendência seja a diminuição dos nascimentos, a taxa de natalidade poderá estabilizar devido à provável redução da população. No concelho de Aveiro, projeta-se que a taxa de natalidade passe de 7,9‰ em 2021 para 7,57‰ em 2031 e 6,9‰ em 2041 (Quadro 11 e figura 25). Em 2041, todas as freguesias apresentarão taxas de natalidade reduzidas, destacando-se, pelos valores mais desfavoráveis, Aradas, Cacia, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima, Nariz e a UF de Glória e Vera Cruz, que poderão ter taxas em torno de 6‰.

Quadro 11. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(‰)				
Aradas	8,2	8,1	7,5	6,9	6,3
Cacia	8,9	7,0	6,8	6,7	6,6
Eixo e Eirol	6,5	8,0	7,5	7,3	7,1
Esgueira	9,0	8,6	8,2	7,8	7,5
Oliveirinha	7,3	7,9	7,7	7,8	7,9
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	6,8	6,6	6,5	6,3	6,7
Santa Joana	7,8	7,5	7,3	7,2	7,1
São Bernardo	8,0	7,5	7,0	7,0	7,2
São Jacinto	7,9	9,6	11,4	10,5	9,6
UF Glória e Vera Cruz	7,5	8,0	7,7	7,2	6,4
Total	7,9	7,9	7,6	7,2	6,9

Fonte: INE. e cálculos próprios.

Este cenário reflete, em linhas gerais, a fragilidade das estruturas demográficas no que concerne à substituição de gerações. De facto, a redução da natalidade projetada para as próximas décadas provocará uma diminuição do efetivo de jovens e, posteriormente, de mulheres em idade de reprodução que compromete a dinâmica populacional, na medida em que o número de nascimentos deixa de compensar o número de óbitos.

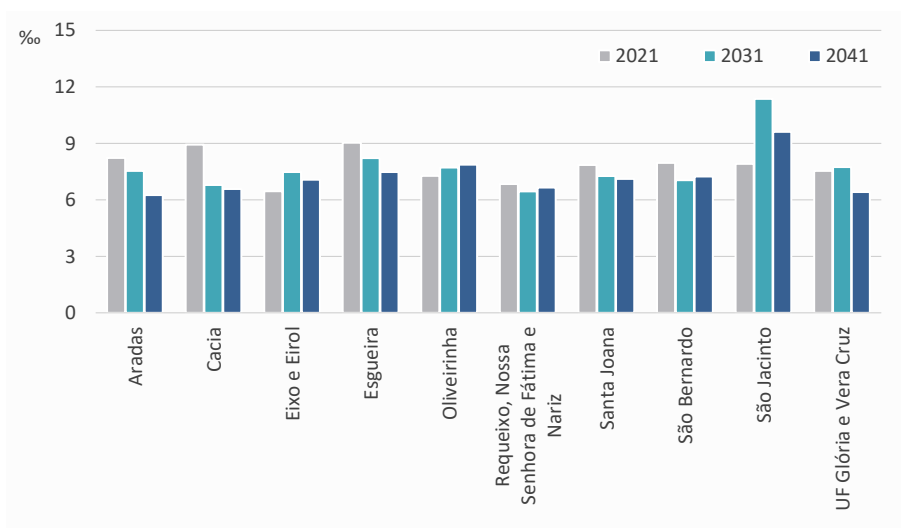


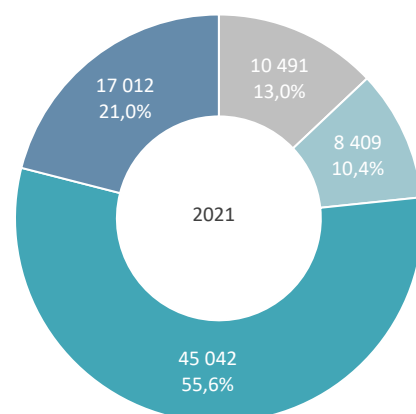
Figura 25. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: INE. e cálculos próprios.

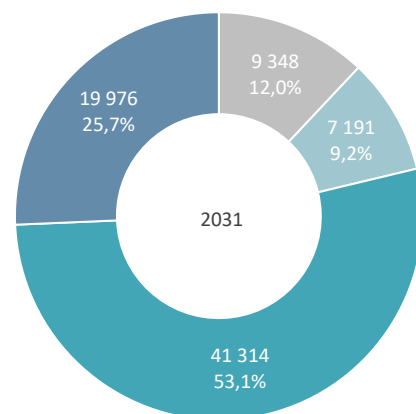
3.4.4. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

No quadro da organização de equipamentos, infraestruturas e atividades no território é ainda indispensável analisar a evolução da população residente prevista por grupo etário. A consideração dos valores dos sobreviventes projetados por grupo etário, ao permitir identificar o volume e as características da população e, consequentemente, as suas necessidades específicas, é determinante para a definição da política de investimento dos concelhos, quer na vertente quantitativa (localização, dimensão, número e capacidade), mas, sobretudo, na vertente qualitativa (tipologia).

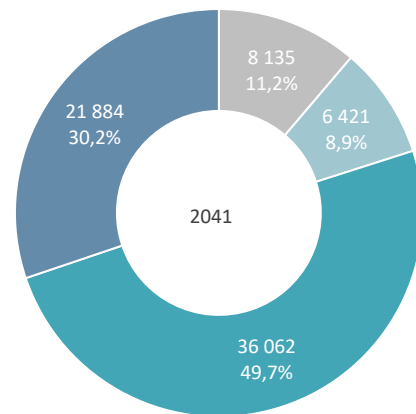
Os resultados do cenário “base/normal” indicam uma diminuição da população em todos os grupos etários, exceto no grupo de 65 anos e mais, entre 2021 e 2031 (Figura 26 e quadros 12 e 13). No grupo dos 0 a 14 anos, o decréscimo poderá ser de 10,9%, correspondendo a uma perda de 1.143 crianças. O grupo dos 15 a 24 anos registará um decréscimo ainda mais acentuado, de 14,5%, o que representa uma redução de 1218 jovens. No grupo dos 25 a 64 anos, a diminuição será de 8,3%, totalizando 3.728 indivíduos. Em contraste, o grupo de idosos (65 anos e mais) deverá aumentar em 17,4%, resultando em mais 2.964 idosos.



■ 0-14 ■ 15-24 ■ 25-64 ■ ≥65



■ 0-14 ■ 15-24 ■ 25-64 ■ ≥65



■ 0-14 ■ 15-24 ■ 25-64 ■ ≥65

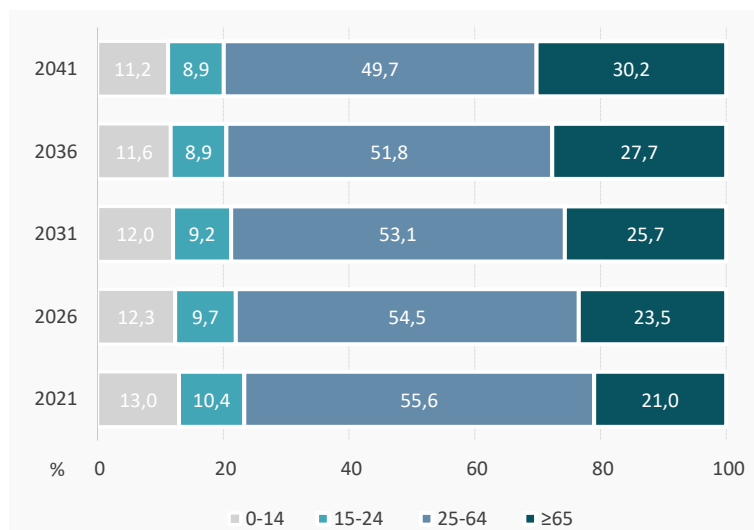


Figura 26. Provável população residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041.

Fonte: INE. e cálculos próprios.

Quadro 12. População residente e sobreviventes no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041.

Anos		0-14	15-24	25-64	≥65	Total
2021	(n.º)	10 491	8 409	45 042	17 012	80 954
	(%)	13,0	10,4	55,6	21,0	100
2026	(n.º)	9 831	7 688	43 443	18 688	79 650
	(%)	12,3	9,7	54,5	23,5	100
2031	(n.º)	9 348	7 191	41 314	19 976	77 829
	(%)	12,0	9,2	53,1	25,7	100
2036	(n.º)	8 776	6 687	39 086	20 883	75 432
	(%)	11,6	8,9	51,8	27,7	100
2041	(n.º)	8 135	6 421	36 062	21 884	72 502
	(%)	11,2	8,9	49,7	30,2	100

Fonte: INE. e cálculos próprios.

Considerando um horizonte temporal mais amplo, projeta-se uma diminuição acentuada da população jovem, com uma redução de 22,5% entre 2021 e 2041. A população jovem adulta deverá sofrer uma diminuição de 23,6%, enquanto a população adulta poderá registar uma redução de 19,9%. Em contrapartida, a população idosa (com 65 anos ou mais) poderá aumentar em 28,6%, correspondendo a um acréscimo de 4.872 idosos.

Quadro 13. População residente e variação populacional no concelho, segundo o escalão etário, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Grupos etários	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
0-4	3 292	3 137	2 921	2 720	2 495	-371	-11,3	-426	-14,6	-797	-24,2
5-9	3 403	3 291	3 136	2 920	2 719	-267	-7,8	-417	-13,3	-684	-20,1
10-14	3 796	3 403	3 291	3 136	2 920	-505	-13,3	-371	-11,3	-876	-23,1
15-19	3 897	3 793	3 400	3 289	3 134	-497	-12,7	-266	-7,8	-763	-19,6
20-24	4 512	3 895	3 791	3 397	3 287	-721	-16,0	-504	-13,3	-1 225	-27,1
25-29	4 727	4 504	3 888	3 784	3 391	-839	-17,7	-497	-12,8	-1 336	-28,3
30-34	4 856	4 712	4 489	3 877	3 772	-367	-7,6	-717	-16,0	-1 084	-22,3
35-39	5 536	4 841	4 697	4 474	3 865	-839	-15,2	-832	-17,7	-1 671	-30,2
40-44	6 426	5 507	4 816	4 673	4 451	-1 610	-25,1	-365	-7,6	-1 975	-30,7
45-49	6 366	6 376	5 465	4 780	4 637	-901	-14,2	-828	-15,1	-1 729	-27,2
50-54	5 847	6 297	6 308	5 406	4 729	461	7,9	-1 579	-25,0	-1 118	-19,1
55-59	5 713	5 715	6 160	6 170	5 291	447	7,8	-869	-14,1	-422	-7,4
60-64	5 571	5 491	5 491	5 922	5 926	-80	-1,4	435	7,9	355	6,4
65-69	4 791	5 300	5 227	5 224	5 635	436	9,1	408	7,8	844	17,6
70-74	4 181	4 478	4 960	4 896	4 892	779	18,6	-68	-1,4	711	17,0
75-79	3 247	3 758	4 024	4 461	4 407	777	23,9	383	9,5	1 160	35,7
80-84	2 314	2 654	3 071	3 287	3 649	757	32,7	578	18,8	1 335	57,7
≥85	2 479	2 498	2 694	3 015	3 301	215	8,7	607	22,5	822	33,1
Total	80 954	79 650	77 829	75 432	72 502	-3 125	-3,9	-5 327	-6,8	-8 452	-10,4

Fonte: INE. e cálculos próprios.

Face aos valores descritos, o peso da população jovem (0-14 anos) na estrutura total deverá passar de 13,0% em 2021 para 11,22% em 2041. Paralelamente, o peso da população jovem adulta (15-24 anos) deverá passar de 10,4% para 8,9% em 2041. A população adulta (25-64 anos) poderá passar de 55,6% para 49,7% em 2041.

Por sua vez, o peso da população idosa aumentará de 21,0% em 2021 para 30,2% em 2041, com consequências muito desfavoráveis para a sociedade. Este aumento neste grupo etário pode acentuar a pressão sobre os serviços de saúde e de ação social, além de impactar a sustentabilidade da Segurança Social. Com um número crescente de idosos em relação à população ativa, é provável que surjam desafios significativos, como a necessidade de maior apoio e recursos para cuidados geriátricos, bem como a urgência de políticas que promovam a integração dos idosos na comunidade e o fortalecimento das redes de apoio.

Procedendo-se a uma análise mais pormenorizada, a tendência entre 2021 e 2031 será no sentido da redução da população residente até ao grupo etário 45-49 anos e um acréscimo nos grupos etários superiores (Figura 27).

O escalão etário dos 75 e mais anos poderá ter um incremento de 1.749 idosos entre 2021 e 2031, correspondendo a 21,8%. A evolução prevista para o período 2031-2041 será semelhante à descrita, observando-se, no grupo etário acima dos 75 anos um aumento de

1.568 idosos face a 2031 (Figura 28). Nos grupos etários mais jovens, os resultados indicam que o número de homens será superior ao número de mulheres, sendo que, à medida que se avança nos grupos etários, se projeta que o número de mulheres aumente em relação aos homens, tornando-se muito superior nos grupos etários mais idosos (Figura 29).

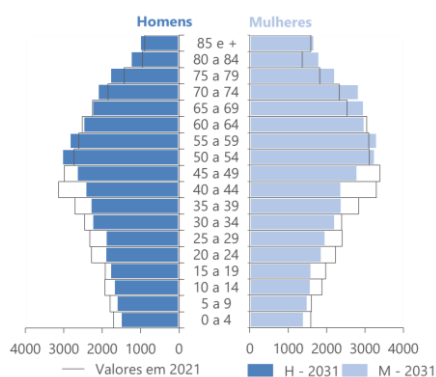


Figura 27. Pirâmide etária da população no concelho em 2021 e 2031 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE. e cálculos próprios.

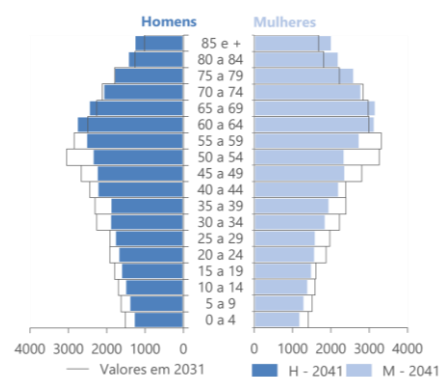


Figura 28. Pirâmide etária da população no concelho em 2031 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE. e cálculos próprios.

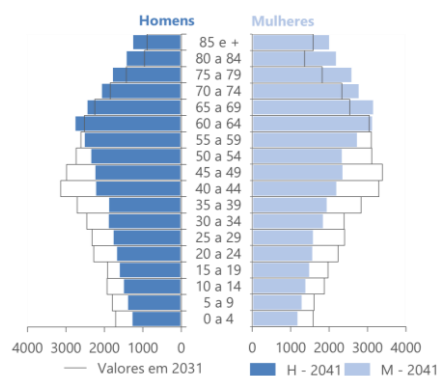


Figura 29. Pirâmide etária da população no concelho em 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE. e cálculos próprios.

Esta análise, que mostra uma vincada diminuição dos habitantes nos grupos etários mais jovens, mas também um aumento da proporção dos idosos, confirma o fenómeno de triplo envelhecimento da população (mais idosos, idosos mais velhos e jovens mais velhos). Esta evolução reflete a dinâmica natural da população, caracterizada por uma baixa natalidade e por uma redução do número de indivíduos.

Por este facto, e salientando-se uma vez mais a tendência para a diminuição dramática de população, os resultados do índice de envelhecimento para o concelho de Aveiro deverão registar um incremento nas próximas décadas, considerando o cenário “base/normal” (Figura 30).

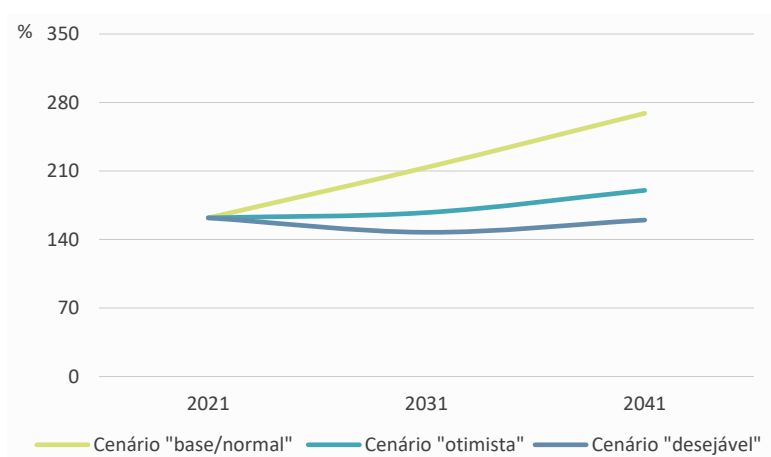


Figura 30. Provável evolução do índice de envelhecimento no concelho entre 2021 e 2041.

Fonte: INE. e cálculos próprios.

De facto, se em 2021 o índice de envelhecimento era de 162,2% (o que representa 162 idosos para cada 100 jovens). Em 2031 poderá subir para 213 idosos para cada 100 jovens. Em 2041, este número poderá atingir 269 idosos para cada 100 jovens. O progressivo envelhecimento populacional pode ser atenuado considerando os cenários “otimista” (167 e 190 idosos para cada 100 jovens em 2031 e 2041) e “desejável” (147 e 159 idosos para cada 100 jovens em 2031 e 2041). Esses cenários alternativos sublinham a importância de implementar políticas eficazes que promovam a natalidade a fim de equilibrar a estrutura etária da população.

Considerando o cenário “base/normal” os índices de envelhecimento em 2041 serão superiores para as mulheres em relação aos homens (326,7% contra 215,4%, tal como já se verificava em 2021, 190,2% contra 135,9%), em resultado de existir uma mortalidade superior nos homens com consequência nas diferenças na esperança média de vida (Figura 31).

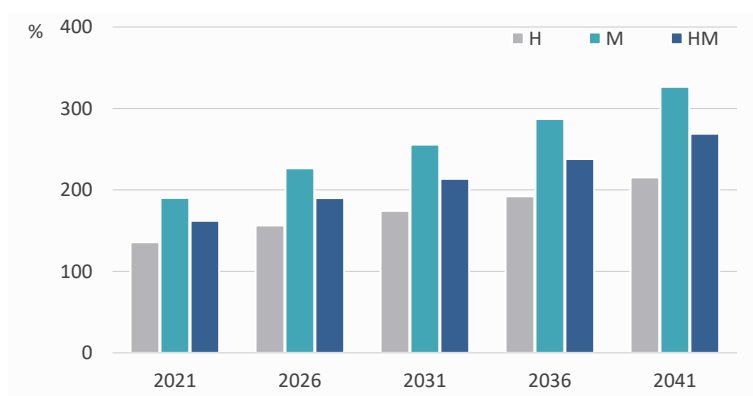


Figura 31. Provável evolução do índice de envelhecimento no concelho, segundo o sexo, entre 2021 e 2041.

Fonte: INE. e cálculos próprios.

269,0%

**Provável índice de envelhecimento
em Aveiro
(2041)**

Para cada 100 crianças
(até aos 14 anos)



Poderão existir 269 idosos
(com 65 ou + anos)



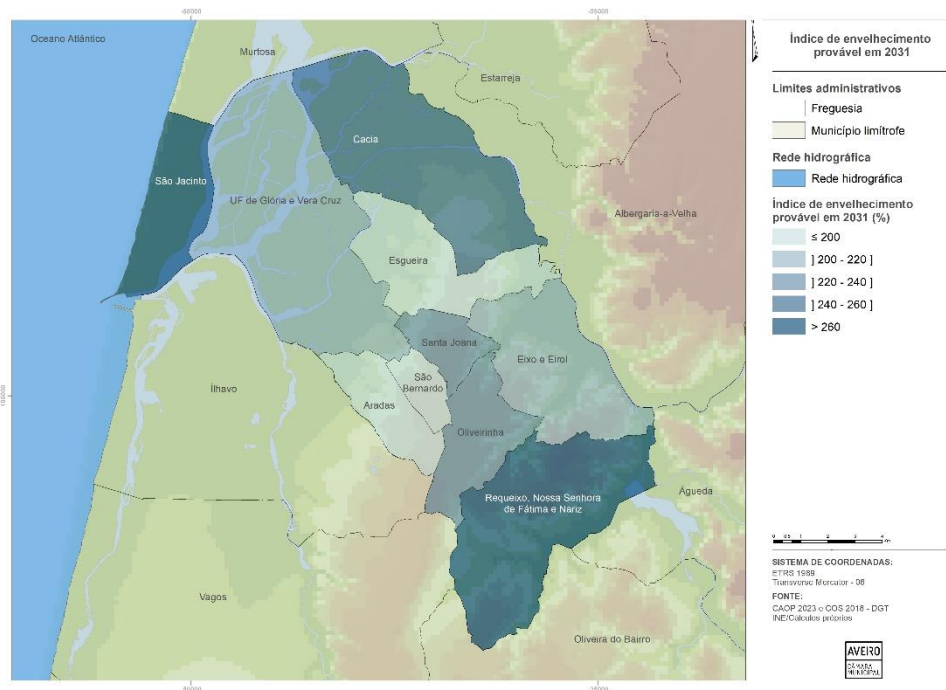
A leitura por freguesia sublinha que entre 2021 e 2031 a grande maioria dos territórios terá um incremento no seu índice de envelhecimento (Quadro 14 e mapa 16). Nas freguesias de Cacia e Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz o índice de envelhecimento poderá ser particularmente elevado (313,2% e 320,2%, respetivamente).

São inúmeros os desafios que se colocam a uma sociedade que terá um peso crescente dos idosos na sua estrutura demográfica. Às autarquias cabe repensar as estratégias e medidas de apoio à população sénior, garantindo a adequação de equipamentos, infraestruturas e serviços. É fundamental promover a minimização do isolamento e da exclusão social, assim como assegurar a dignificação do envelhecimento. Isso implica a implementação de políticas que favoreçam a inclusão ativa dos idosos na comunidade, o acesso a cuidados de saúde adequados e a oferta de programas de apoio social que atendam às suas necessidades específicas.

Quadro 14. Índice de envelhecimento por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Aradas	152,5	169,8	196,7	224,8	268,5
Cacia	164,5	215,5	256,4	292,4	313,2
Eixo e Eirol	153,4	187,8	215,5	246,6	284,0
Esgueira	143,2	175,4	196,5	222,3	249,4
Oliveirinha	169,6	199,3	227,5	240,2	254,0
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	184,6	228,5	267,2	292,4	320,2
Santa Joana	170,8	204,7	236,5	265,8	286,1
São Bernardo	130,9	162,7	197,7	240,6	273,0
São Jacinto	366,7	336,6	273,0	211,9	202,6
UF Glória e Vera Cruz	176,7	191,2	201,5	217,6	255,6
Total	162,2	190,1	213,7	238,0	269,0

Fonte: INE. e cálculos próprios.



Mapa 16. Índice de envelhecimento provável em 2031 por freguesia.

Relativamente ao índice de dependência total, e considerando o cenário “base/normal”, projeta-se um acréscimo nos valores deste índice (de 51,5% em 2021 para 60,5% em 2031). Ou seja, em 2031 haverá cerca de 60 não ativos para cada 100 ativos (Quadro 15 e mapa 17). Em 2041 a situação poderá ser agravada, para cerca de 70 não ativos para cada 100 ativos.

Um número significativo de freguesias poderá apresentar valores muito preocupantes em 2041. Se em 2021 apenas 2 freguesias apresentavam mais de 60 não ativos para cada 100 ativos, no ano de 2041 perspetiva-se que todas as freguesias ultrapassassem este limiar.

Este aumento do índice de dependência total deve-se, em grande parte, ao acréscimo do índice de dependência de idosos, resultado do progressivo envelhecimento da população (Figura 32). O índice de dependência de idosos poderá passar de 31,8% em 2021 para 41,2% em 2031. Isto significa que, em 2031, haverá cerca de 41 idosos para cada 100 indivíduos em idade ativa. Em 2041, prevê-se que este número aumente para aproximadamente 51 idosos para cada 100 ativos. Essa crescente dependência dos idosos poderá ter implicações significativas nas políticas sociais, nos sistemas de saúde e na economia, exigindo uma adaptação das estratégias de apoio à população sénior.

70,7%

Provável índice de dependência total em Aveiro (2041)

Para cada 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos)



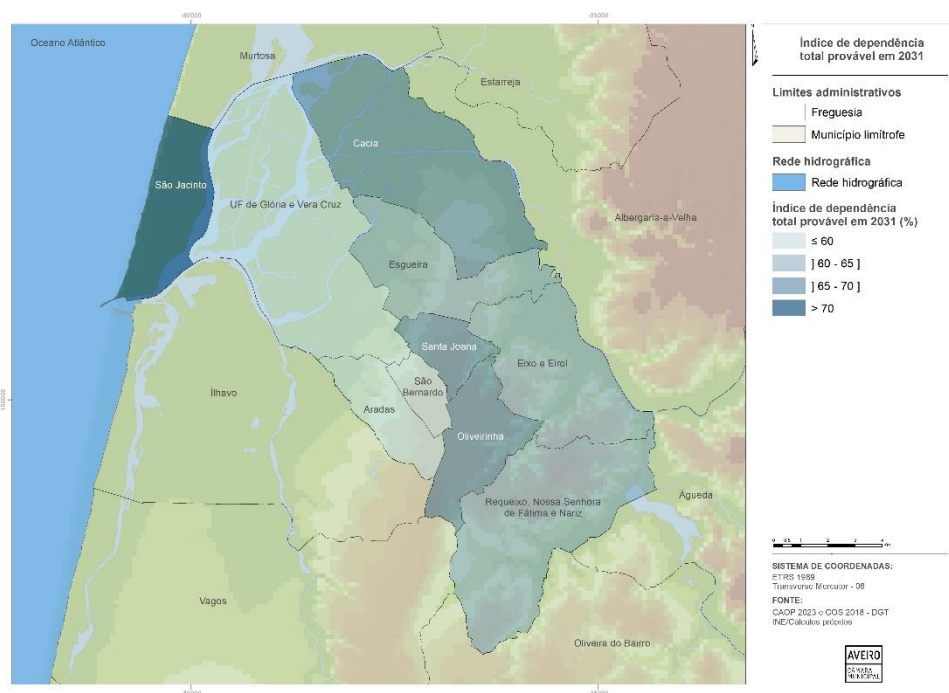
Poderão existir 70 não ativos



Quadro 15. Índice de dependência total por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Aradas	50,5	54,2	56,7	59,8	64,7
Cacia	50,5	58,2	65,9	72,1	76,8
Eixo e Eirol	48,8	54,0	60,4	68,2	77,3
Esgueira	47,9	53,1	60,2	66,0	71,1
Oliveirinha	60,5	63,9	66,8	69,4	74,9
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	56,6	60,1	62,6	67,5	76,4
Santa Joana	57,2	61,7	66,9	70,1	76,0
São Bernardo	52,5	53,9	56,0	60,4	69,5
São Jacinto	63,4	81,5	97,7	107,9	109,9
UF Glória e Vera Cruz	49,7	53,2	56,9	60,1	65,2
Total	51,5	55,8	60,5	64,8	70,7

Fonte: INE. e cálculos próprios.



Mapa 17. Índice de dependência total provável por freguesia em 2031.

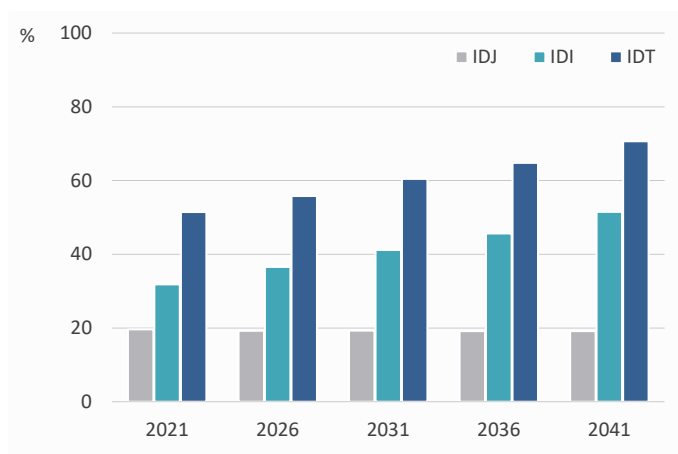


Figura 32. Provável evolução do índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho entre 2021 e 2041.

Fonte: INE. e cálculos próprios.

A nível das freguesias, destacam-se os maiores índices de dependência de idosos associados a territórios tendencialmente mais envelhecidos (Figura 33 e quadro 16). Em 2041, prevê-se que as freguesias de São Jacinto (73,6%), Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (58,3%) e Cacia (58,2%) apresentem os valores mais elevados. Por outro lado, a UF de Glória e Vera Cruz terá o índice de dependência de idosos mais baixo (46,9%), embora este valor seja significativamente superior ao registado em 2021 (31,7%).

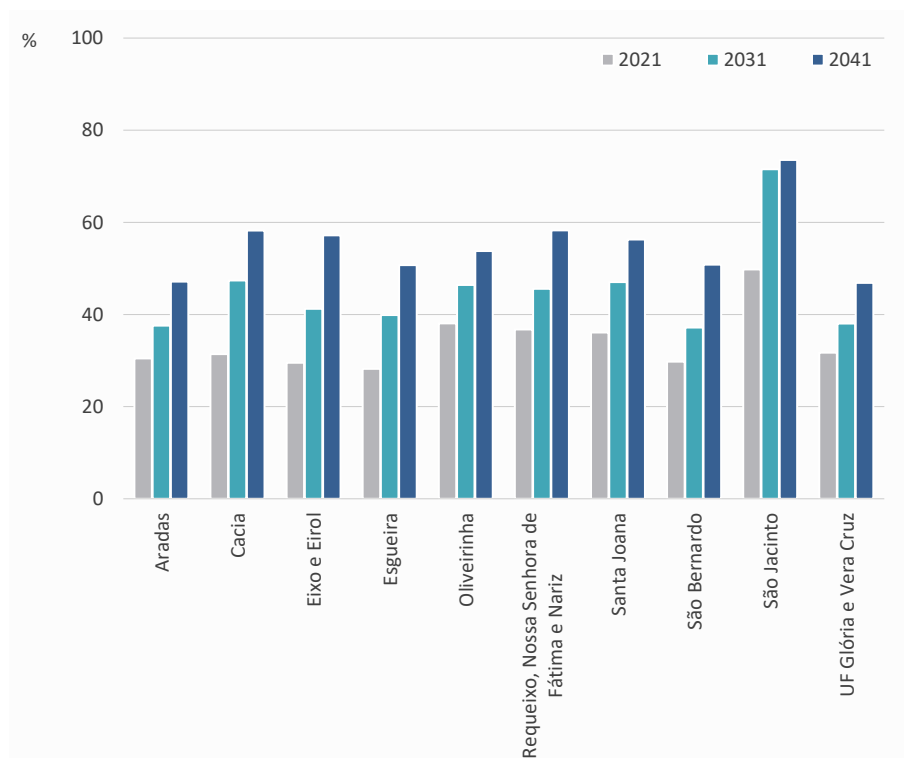


Figura 33. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: INE. e cálculos próprios.

51,5%

Provável índice de dependência de idosos em Aveiro (2041)

Para cada 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos)



Poderão existir 51 idosos (65 ou + anos)



Numa leitura complementar, o índice de dependência de jovens terá oscilações menos significativas, entre 19,6% em 2021 e 19,2% em 2041 (Figura 34 e quadro 17). Esta estabilidade relativa no índice de dependência juvenil indica que, embora a população jovem enfrente desafios, a sua proporção em relação à população em idade ativa manter-se-á relativamente constante ao longo das próximas décadas. Essa informação é crucial para o planeamento de políticas que visem apoiar a juventude e promover o seu desenvolvimento num contexto de envelhecimento populacional.

Quadro 16. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Aradas	30,5	34,1	37,6	41,4	47,1
Cacia	31,4	39,7	47,4	53,7	58,2
Eixo e Eirol	29,5	35,2	41,2	48,5	57,2
Esgueira	28,2	33,8	39,9	45,5	50,7
Oliveirinha	38,1	42,5	46,4	49,0	53,8
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	36,7	41,8	45,6	50,3	58,2
Santa Joana	36,1	41,4	47,0	50,9	56,3
São Bernardo	29,8	33,4	37,2	42,7	50,8
São Jacinto	49,8	62,8	71,5	73,3	73,6
UF Glória e Vera Cruz	31,7	34,9	38,0	41,2	46,9
Total	31,8	36,5	41,2	45,6	51,5

Fonte: INE. e cálculos próprios.

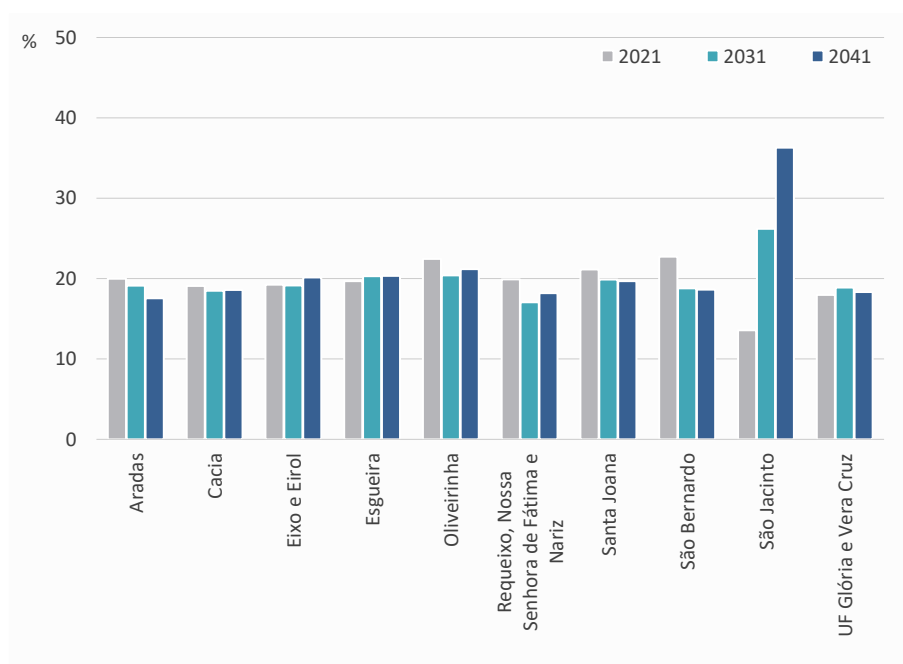


Figura 34. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: INE. e cálculos próprios.

19,1%

Índice de dependência de jovens em Aveiro (2041)

Para cada 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos)



Poderão existir 19 crianças (0-14 anos)



Sendo um indicador que permite perceber o esforço que a sociedade exerce sobre a população ativa, as projeções realizadas indicam que haverá um aumento da “pressão” sobre este grupo. A menos que haja uma inversão na tendência de diminuição da natalidade ou um aumento da população migrante, este indicador tenderá a agravar-se. Esses resultados refletem o perfil demográfico do concelho, caracterizado por um aumento da proporção da população mais idosa, resultado do aumento da esperança média de vida, e pela diminuição da população mais jovem, motivada sobretudo pela baixa natalidade. Esta dinâmica demográfica requer a implementação de políticas adequadas que visem a sustentabilidade social e económica do concelho.

Quadro 17. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Aradas	20,0	20,1	19,1	18,4	17,6
Cacia	19,1	18,4	18,5	18,4	18,6
Eixo e Eirol	19,3	18,8	19,1	19,7	20,1
Esgueira	19,7	19,3	20,3	20,5	20,3
Oliveirinha	22,5	21,3	20,4	20,4	21,2
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	19,9	18,3	17,1	17,2	18,2
Santa Joana	21,1	20,2	19,9	19,2	19,7
São Bernardo	22,7	20,5	18,8	17,7	18,6
São Jacinto	13,6	18,7	26,2	34,6	36,3
UF Glória e Vera Cruz	18,0	18,3	18,9	18,9	18,3
Total	19,6	19,2	19,3	19,2	19,1

Fonte: INE. e cálculos próprios.

3.4.5. Esperança média de vida à nascença

As alterações na sociedade e economia desde meados do século passado traduziram-se em mudanças qualitativas e quantitativas que resultaram no aumento do número de anos que as pessoas vivem.

No concelho a esperança média de vida à nascença em 2021 era de 79 anos para os homens e de 84 anos para as mulheres (Figura 35 e quadro 18). Esta esperança média de vida à nascença é ligeiramente superior à registada no país no caso dos homens (78 anos) e no caso das mulheres (83 anos).

A diferença na esperança de vida entre homens e mulheres, geralmente favorável às mulheres devido a menores coeficientes de mortalidade, é uma constatação ao longo do século XX em Portugal e na maioria dos países europeus (Oliveira & Mendes, 2010). Essa disparidade justifica-se por fatores biológicos, como um sistema imunológico mais robusto

nas mulheres, e comportamentais, uma vez que os homens tendem a adotar estilos de vida mais arriscados, como o consumo excessivo de álcool e tabaco. Além disso, as mulheres geralmente fazem mais consultas médicas e possuem hábitos de saúde mais saudáveis. Esses fatores combinados contribuem para a maior longevidade feminina, destacando a necessidade de considerar estas diferenças nas políticas de saúde pública.

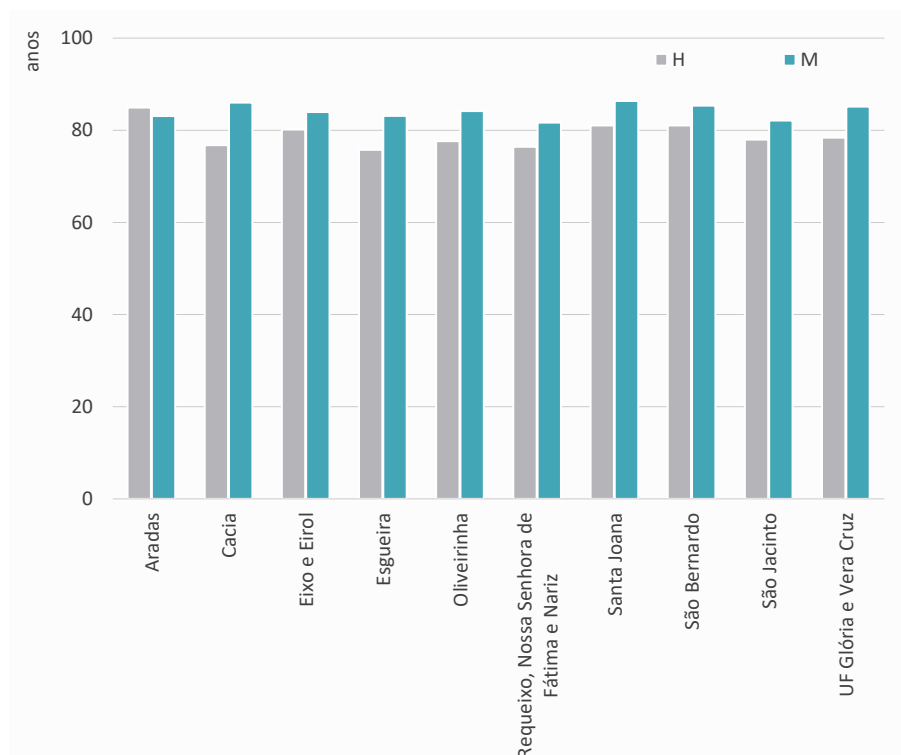


Figura 35. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021.

Fonte: INE e cálculos próprios.

Quadro 18. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021.

Unidade territorial	H	M
	(anos)	
Aradas	85	83
Cacia	77	86
Eixo e Eirol	80	84
Esgueira	76	83
Oliveirinha	78	84
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	76	82
Santa Joana	81	86
São Bernardo	81	85
São Jacinto	78	82
UF Glória e Vera Cruz	78	85
Total	79	84

Fonte: INE e cálculos próprios.

79 | 84

**Esperança de vida à nascença
(2021)**

Não é possível fazer previsões precisas sobre o aumento da esperança média de vida no futuro pois esta evolução depende de muitos fatores complexos e interligados. No entanto, há um conjunto de tendências gerais que têm contribuído para o aumento da esperança de vida nas últimas décadas e que podem continuar a influenciar o futuro. Os avanços na medicina e nas condições de vida, a adoção de estilos de vida saudáveis, a educação para a saúde e os avanços da ciência para as doenças associadas ao envelhecimento, poderão e deverão ter um impacto significativo na esperança média de vida.



FAMÍLIAS

O conceito de família tem evoluído ao longo do tempo, acompanhando as transformações sociais, culturais e económicas da sociedade. As mudanças nos padrões de vida e nas relações interpessoais refletem-se na diversidade dos modelos familiares, com um aumento das uniões de facto, das famílias monoparentais, recompostas e unipessoais, bem como na redução da taxa de natalidade e no aumento dos divórcios.

Apesar destas transformações, a família continua a desempenhar um papel central na estrutura social, sendo um veículo fundamental na transmissão de valores, na sociabilização e na integração dos indivíduos na comunidade.

No concelho de Aveiro, um dos reflexos destas mudanças é a diminuição da dimensão média das famílias, que passou de 3,5 pessoas em 1981 para 2,4 pessoas em 2021 (Figura 36). Este valor acompanha a tendência registada na Região Centro e no Continente, sendo apenas ligeiramente superior na Região de Aveiro (2,5 pessoas).

2,4

Dimensão média das famílias
(2021)



Tendência de decréscimo
evidente nas últimas décadas

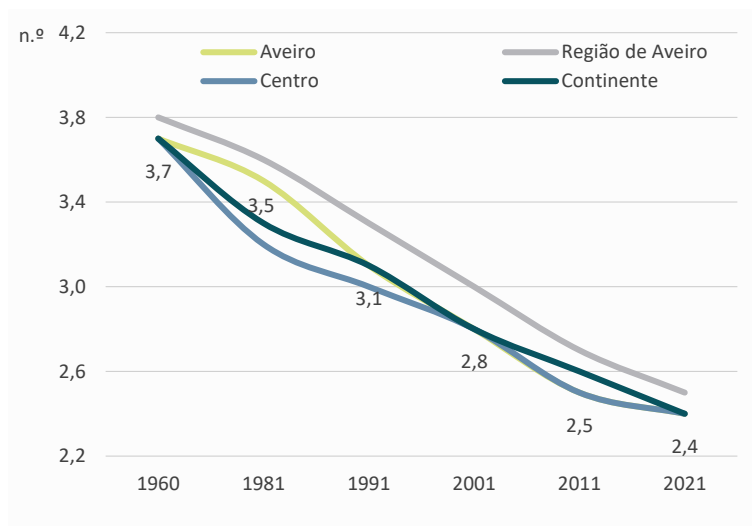


Figura 36. Dimensão média das famílias entre 1960 e 2021.

Fonte: PORDATA.

59,1%

dos agregados domésticos
com apenas 1 ou 2 pessoas

Em 2021, o concelho registava um total de 32.969 agregados domésticos privados, com uma distribuição que reflete a tendência de redução do tamanho das famílias. A maior parte dos agregados era composta por dois indivíduos (33,8%), seguindo-se os agregados unipessoais (25,3%). As famílias com três pessoas representavam 21,3%, enquanto os agregados com quatro ou mais elementos constituíam apenas 19,5% do total.

Esta estrutura acompanha a tendência verificada na Região de Aveiro, no Centro e no Continente, onde também se observa uma predominância de agregados pequenos (Quadro 19). Por freguesia, sublinha-se a maior proporção de agregados com 4 ou mais pessoas nas freguesias de Oliveirinha (25,8%), Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (24,2%) e São Bernardo (23,6%).

Quadro 19. Agregados domésticos privados segundo a dimensão, por freguesia, em 2021.

Unidade territorial	Com 1 pessoa		Com 2 pessoas		Com 3 pessoas		Com 4 ou mais pessoas		Total
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º
Aradas	1 054	25,6	1 397	33,9	882	21,4	790	19,2	4 123
Cacia	512	19,4	872	33,0	677	25,6	583	22,0	2 644
Eixo e Eirol	518	21,5	817	33,9	563	23,4	512	21,2	2 410
Esgueira	1 258	23,1	1 847	34,0	1 281	23,6	1 053	19,4	5 439
Oliveirinha	281	16,7	576	34,2	393	23,3	434	25,8	1 684
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	356	21,3	550	33,0	358	21,5	404	24,2	1 668
Santa Joana	657	21,2	1 029	33,3	693	22,4	715	23,1	3 094
São Bernardo	443	21,6	664	32,4	459	22,4	483	23,6	2 049
São Jacinto	84	25,7	134	41,0	53	16,2	56	17,1	327
UF de Glória e Vera Cruz	3 175	33,3	3 272	34,3	1 679	17,6	1 405	14,7	9 531
Aveiro	8 338	25,3	11 158	33,8	7 038	21,3	6 435	19,5	32 969
Região de Aveiro	31 863	22,2	48 313	33,6	32 483	22,6	30 992	21,6	143 651
Centro	169 417	25,1	238 748	35,4	140 113	20,8	126 893	18,8	675 171
Continente	988 119	24,9	1 330 620	33,5	852 612	21,5	797 600	20,1	3 968 951

Fonte: INE.

A monoparentalidade, apesar de não constituir um problema em si mesma, representa um desafio significativo para muitas famílias, especialmente no que diz respeito à estabilidade económica e à conciliação entre a vida profissional e familiar. A ausência de um dos progenitores na estrutura do agregado pode traduzir-se numa maior pressão financeira, na sobrecarga das responsabilidades parentais e na necessidade de apoios específicos para garantir o bem-estar das crianças e dos cuidadores.

Entre 2011 e 2021 verificou-se um aumento das famílias monoparentais em todos os territórios em análise. Em 2021, 18,1% dos núcleos familiares de Aveiro eram monoparentais, revelando assim um valor relativamente elevado, apenas ultrapassado pela média do Continente (Figura 37).

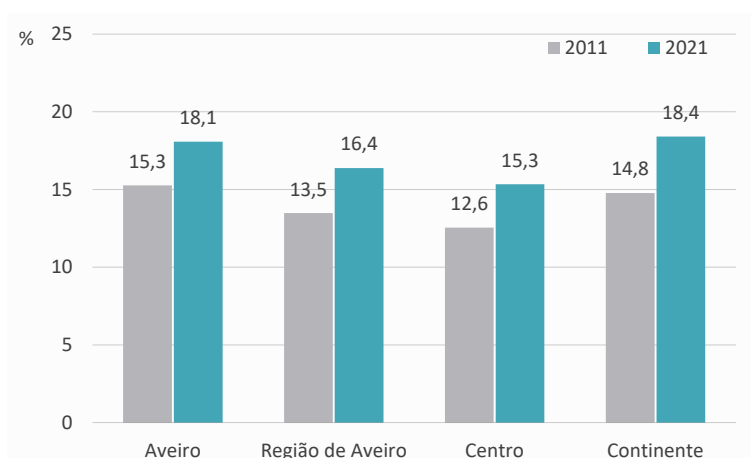


Figura 37. Proporção de núcleos familiares monoparentais, em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

4.418 (18,1%)

Núcleos familiares monoparentais
(2021)

635

Pai com filhos



3783

Mãe com filhos



A análise por freguesias revela que a freguesia de Eixo e Eirol se distancia dos valores concelhios apresentando o valor mais baixo (15,5%). Por outro lado, a UF de Glória e Vera Cruz (21,3%), São Jacinto (20,1%) e Esgueira (19,5%) apresentam os valores mais elevados, superiores à média nacional (Figura 38).

A maioria das famílias monoparentais são compostas por mães com filhos (85,6%), sendo que apenas 14,4% correspondem a pais com filhos. Esta é uma realidade idêntica nas várias freguesias do concelho (Figura 39).

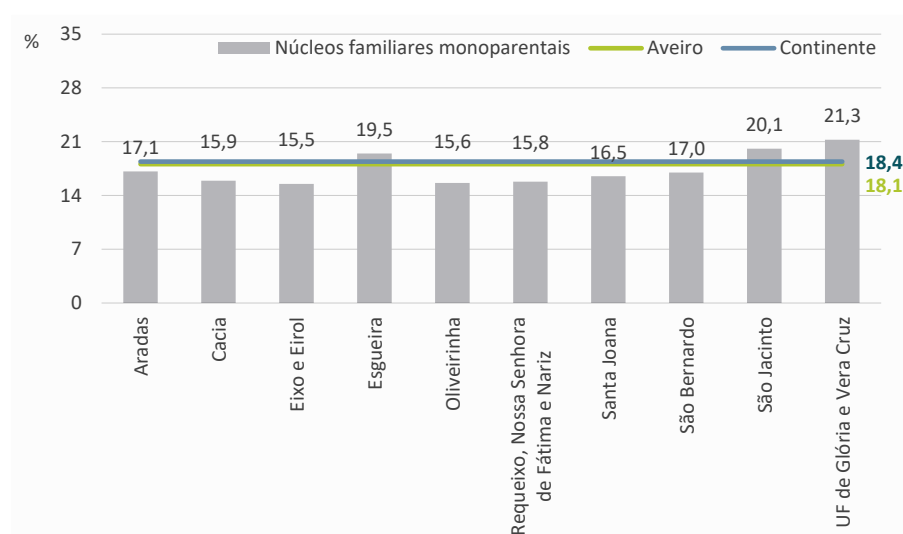


Figura 38. Proporção de núcleos familiares monoparentais, por freguesia, em 2021.

Fonte: INE.

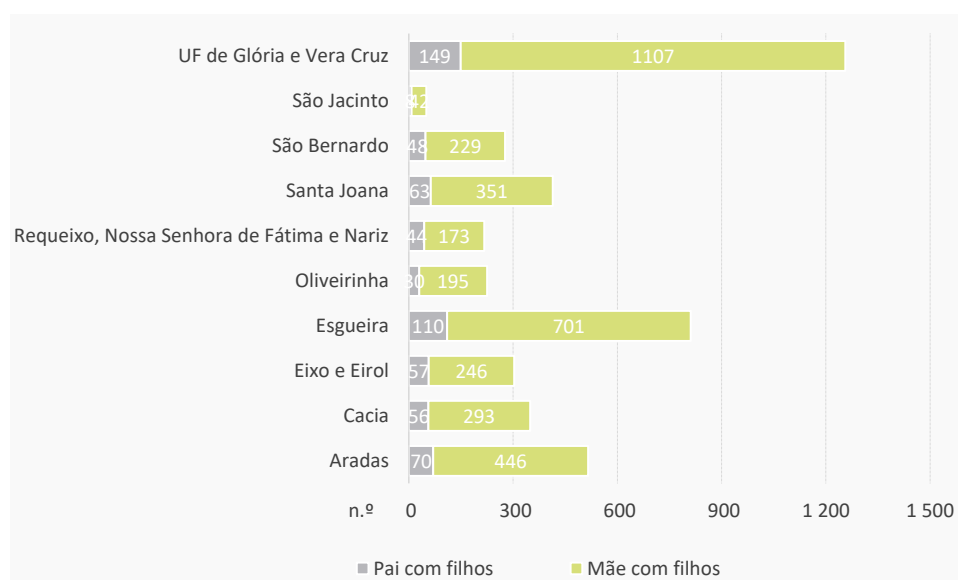


Figura 39. Tipologia dos núcleos familiares monoparentais, por freguesia, em 2021.

Fonte: INE.

A família portuguesa tem vindo a adaptar-se à realidade imposta pela sociedade, mudando a sua configuração ao nível da sua estrutura e da forma como se estabelecem as relações. Tem-se registado um aumento de divórcios nas últimas décadas, tornando-se algo comum na formação de uma nova família, através de um novo casamento ou de uma coabitação com um novo companheiro, onde existem filhos de uniões anteriores, de ambos os companheiros/cônjuges, ou de apenas um deles, juntando-se com os filhos da atual relação conjugal. São, desta forma, as denominadas famílias reconstituídas ou recompostas. No concelho, cerca de 8,5% dos núcleos familiares dizem respeito a núcleos familiares reconstituídos, tratando-se de um valor superior ao da Região de Aveiro (8,3%) e da Região Centro (7,3%). Entre 2011 e 2021 observa-se um aumento deste tipo de famílias nas unidades em análise (Figura 40). Destacam-se freguesias como São Jacinto (11,3%), Esgueira (9,9%) e Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (9,6%), com valores superiores à média concelhia (Figura 41).

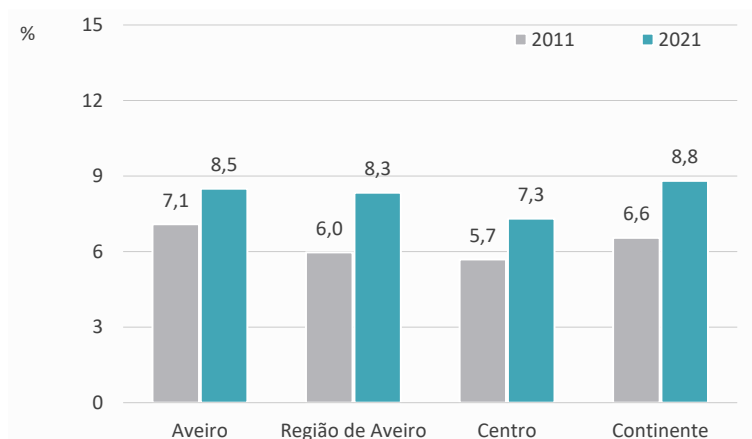


Figura 40. Proporção de núcleos familiares reconstituídos, em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

929 (8,5%)
Núcleos familiares
reconstituídos
(2021)

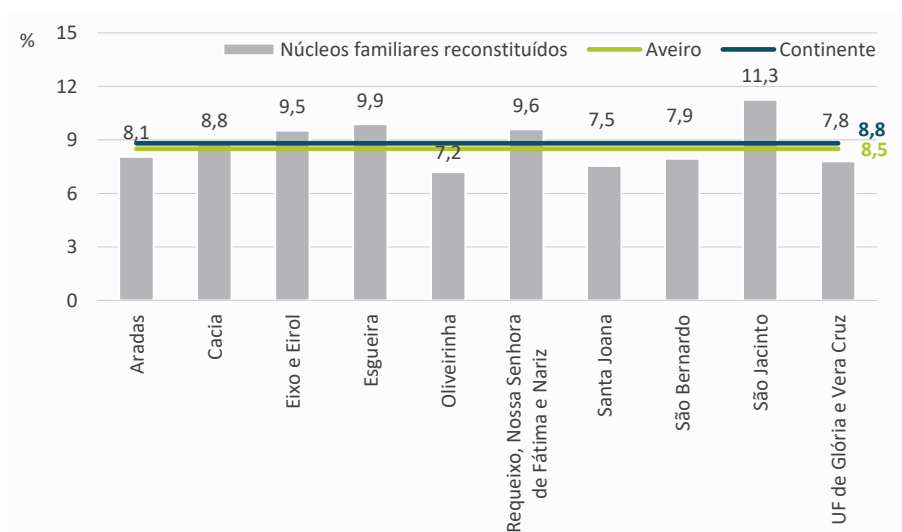


Figura 41. Proporção de núcleos familiares reconstituídos, por freguesia, em 2021.

Fonte: INE.

As famílias clássicas unipessoais estão também cada vez mais presentes na nossa sociedade, fruto das mudanças ocorridas, ao longo dos anos. O aumento acentuado do divórcio, o aumento do nível de escolaridade e a independência financeira dos jovens são alguns dos principais fatores para o aumento deste tipo de famílias (Figura 42). No concelho, cerca de 25,3% dos núcleos familiares correspondiam a agregados domésticos unipessoais, valor superior à média da Região de Aveiro (22,2%) e do País (24,9%).

8.338 (25,3%)

Agregados domésticos unipessoais (2021)

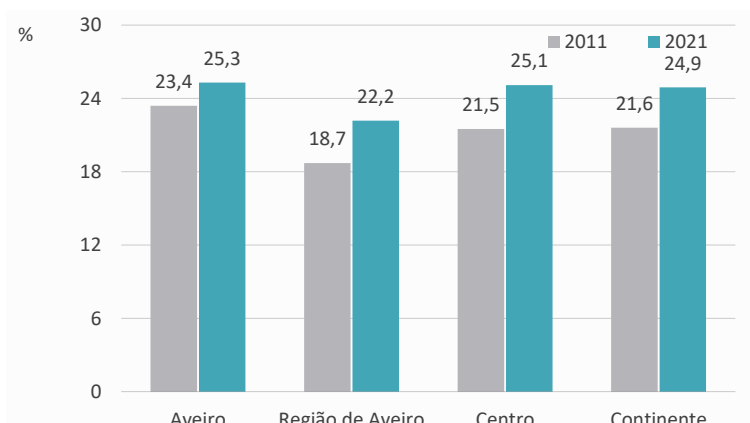


Figura 42. Proporção de agregados domésticos unipessoais, em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

Numa análise por freguesia, observa-se que as áreas urbanas concentram uma maior percentagem deste tipo de estrutura familiar. Deste modo, a UF de Glória e Vera Cruz destaca-se com a maior percentagem (33,3%), seguida de São Jacinto (25,7%) e Aradas (25,6%). Em contraste, Oliveirinha apresenta a menor proporção (16,7%), evidenciando uma menor incidência desse fenómeno em áreas mediantemente urbanas (Figura 43).

3.480 (10,6%)

Agregados domésticos privados unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (2021)



Variação 2011 | 2021
+37,4%

(+948 idosos a viver sós)

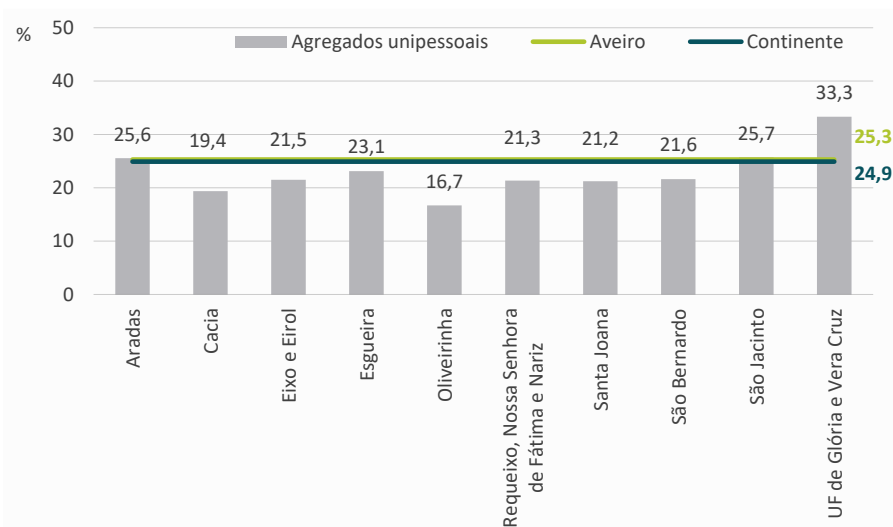


Figura 43. Proporção de agregados domésticos unipessoais, por freguesia, em 2021.

Fonte: INE.

Ainda neste contexto, era visível que, no concelho, os agregados domésticos unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, aumentaram em 2,5 pontos percentuais entre 2011 e 2021, crescimento que também se observou nas restantes unidades territoriais de referência. Em 2021, a proporção de famílias clássicas unipessoais com mais de 65 anos era de 10,6%, valor inferior ao das restantes unidades, evidenciando uma menor incidência deste tipo de estrutura familiar (Figura 44).

A leitura por freguesia, destaca São Jacinto (17,1%) e UF de Glória e Vera Cruz (12,8%), com valores superiores à média nacional, refletindo um envelhecimento mais acentuado da população nessas áreas (Figura 45).

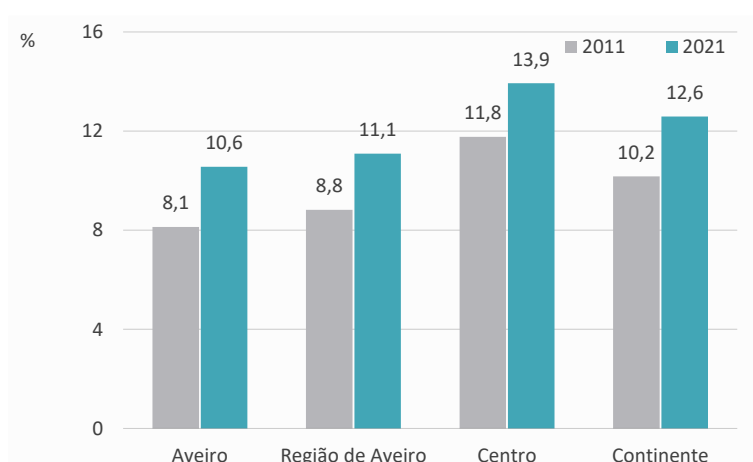


Figura 44. Proporção de agregados domésticos unipessoais, de pessoas com 65 e mais anos de idade, em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

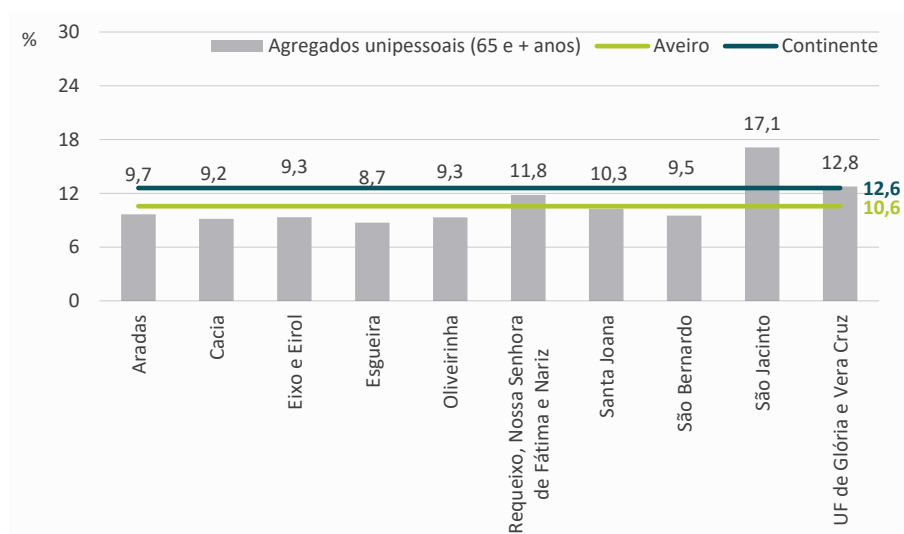


Figura 45. Proporção de agregados domésticos unipessoais, de pessoas com 65 e mais anos de idade, por freguesia, em 2021.

Fonte: INE.

Em Aveiro, 54,6% dos núcleos familiares eram compostos por casais com filhos, um valor superior ao da Região Centro (51,9%) mas inferior à média nacional (55,2%). Entre as freguesias, São Bernardo (57,7%), Oliveirinha (57,3%) e Cacia (57,0%) destacam-se com as maiores percentagens de casais com filhos.

No que diz respeito ao desemprego, 5,1% dos núcleos familiares tinham um dos elementos do casal desempregado, um valor inferior à média nacional (6,1%) e ligeiramente acima da média da Região de Aveiro (4,5%). Destacam-se freguesias de Eixo e Eirol (5,9%), Aradas (5,7%) e UF de Glória e Vera Cruz (5,6%), com as maiores proporções de famílias em que um dos membros do casal estava desempregado (Quadro 20).

Por último, a taxa de casais com ambos os elementos desempregados em Aveiro (0,4%) também é inferior à média nacional (0,6%), sendo ligeiramente superior à média regional (0,3%).

Quadro 20. Proporção de núcleos familiares de casais com filhos e situação face ao emprego, em 2021.

Unidade territorial	Proporção de núcleos familiares de casais com filhos	Proporção de núcleos familiares de casais com 1 elemento do casal desempregado	Proporção de núcleos familiares de casais ambos desempregados
	(%)		
Aradas	54,8	5,7	0,2
Cacia	57,0	4,3	0,2
Eixo e Eirol	55,4	5,9	0,3
Esgueira	56,7	5,1	0,4
Oliveirinha	57,3	3,8	0,3
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	54,0	3,6	0,4
Santa Joana	54,5	5,3	0,6
São Bernardo	57,7	3,8	0,2
São Jacinto	40,2	4,5	1,0
UF de Glória e Vera Cruz	51,0	5,6	0,5
Aveiro	54,6	5,1	0,4
Região de Aveiro	54,8	4,5	0,3
Centro	51,9	4,4	0,3
Continente	55,2	6,1	0,6

Fonte: INE.



ATIVIDADE ECONÓMICA E EMPREGO

5.1. Atividade e mercado de trabalho

No que diz respeito à caracterização da população ativa no concelho, em 2021 (Figura 46), em termos globais contabiliza-se um total de 40.964 ativos, dos quais 20.384 são homens (49,8%) e 20.580 são mulheres (50,2%). Por freguesia, é a UF de Glória e Vera Cruz que apresenta, de forma destacada, o maior número de ativos (10.878), seguindo-se Esgueira (6.989) e Aradas (5.224). Das dez freguesias do concelho, seis apresentam valores mais elevados no sexo masculino (Cacia, Eixo e Eirol, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana e São Jacinto), apresentando as restantes quatro valores superiores no sexo feminino. Relativamente à distribuição da população ativa segundo o grupo etário (Figura 47), destaca-se o dos 40 aos 54 anos (39,8%). Com valores inferiores surgem os grupos etários dos 25 aos 39 anos (32,7%), dos 55 ou mais anos (21,4%) e dos 15 aos 24 anos (6,1%). Esta tendência é visível em todas as freguesias, há exceção de São Jacinto, onde o grupo etário dos 55 ou mais anos é o segundo com valores mais elevados (27,4%). Na CIRA, na Região Centro e no país é também notório o predomínio do grupo etário dos 40 aos 54 anos.

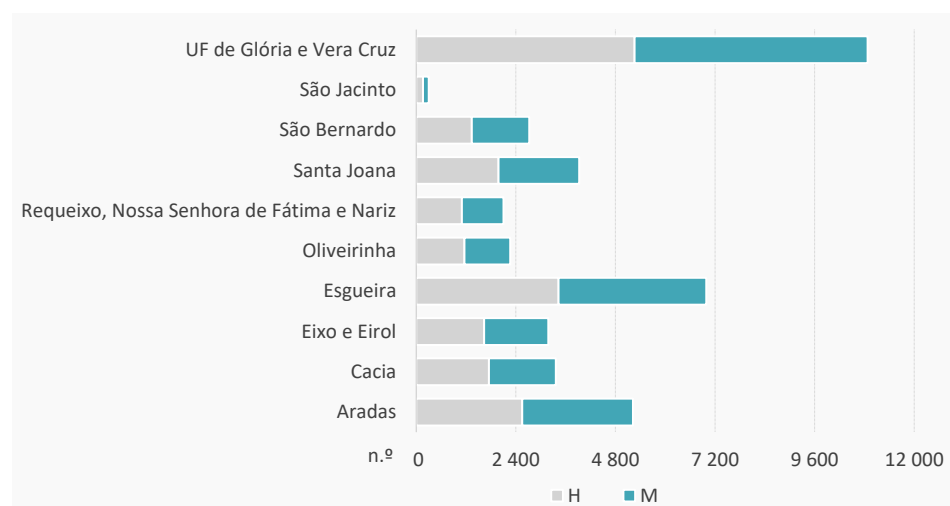
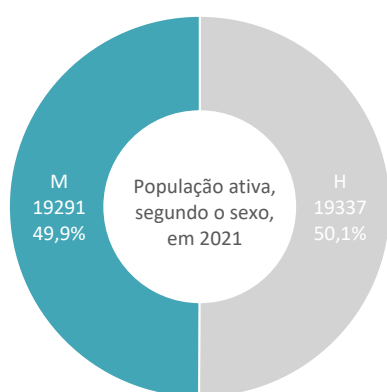


Figura 46. População ativa, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

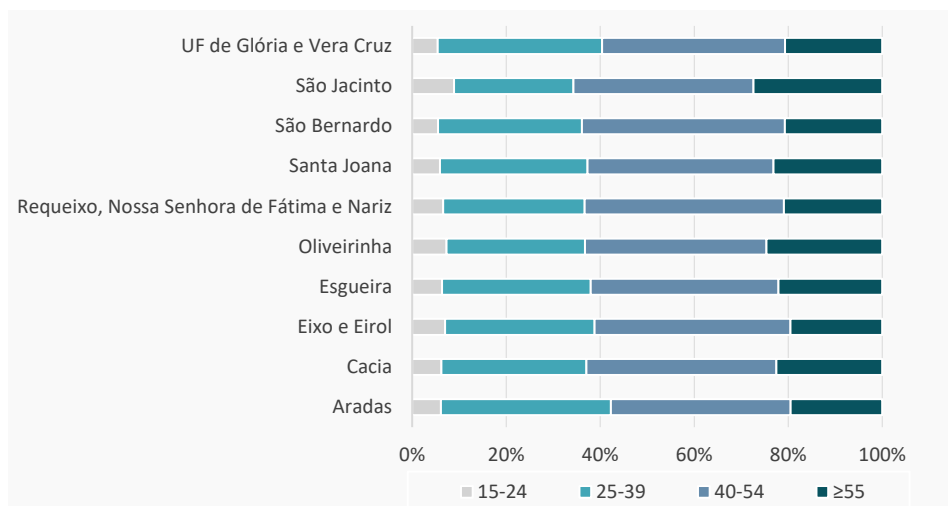


Figura 47. População ativa, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.

Fonte: INE.

A taxa de atividade no concelho de Aveiro era de 50,60% (Quadro 21), sendo superior à da CIRA (48,2%), da Região Centro (44,7%) e à nacional (46,6%). O sexo masculino apresenta uma taxa de atividade superior (53,0%) comparativamente ao sexo feminino (48,4%). A taxa de atividade registou uma pequena diminuição (de 51,1% para 50,6%), entre 2011 e 2021.

Quadro 21. Taxa de atividade por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Aradas	53,3	50,4	51,8
Cacia	52,5	46,2	49,3
Eixo e Eirol	54,3	48,7	51,4
Esgueira	53,7	50,0	51,8
Oliveirinha	52,2	45,1	48,5
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	51,7	44,5	48,0
Santa Joana	51,5	46,6	48,9
São Bernardo	52,7	50,7	51,7
São Jacinto	43,1	36,8	40,0
UF de Glória e Vera Cruz	53,8	49,1	51,3
Aveiro	53,0	48,4	50,6
Região de Aveiro	51,5	45,3	48,2
Centro	47,8	41,9	44,7
Continente	49,5	44,0	46,6

Fonte: INE.

50,6%

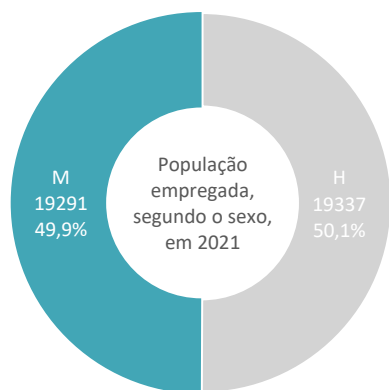
Residentes ativos em Aveiro
(2021)



53,0% | 48,4%



Por sua vez, no ano de 2021 existiam 38.628 indivíduos empregados no concelho de Aveiro (Figura 48), 19.337 homens (50,1%) e 19.291 mulheres (49,9%). Em termos de distribuição territorial, é, mais uma vez, a UF de Glória e Vera Cruz que apresenta os maiores



quantitativos (10.185 empregados), seguindo-se, com valores bastante inferiores, as freguesias de Esgueira (6.579 empregados) e Aradas (4.939 empregados). Há exceção das freguesias de Aradas, Esgueira e São Bernardo e da UF de Glória e Vera Cruz, todas as freguesias registam valores superiores no sexo masculino. No que respeita à caracterização da população empregada por grupo etário (Figura 49), constata-se, à semelhança da população ativa, a preponderância do grupo etário dos 40 aos 54 anos (40,3%). Com valores inferiores surgem os grupos etários dos 25 aos 39 anos (32,6%), dos 55 ou mais anos (21,5%) e dos 15 aos 24 anos (5,7%). A realidade descrita é comum a todas as freguesias, excetuando a freguesia de São Jacinto, onde o grupo etário dos 55 ou mais anos é o segundo com valores mais acentuados (27,9%). Nas unidades territoriais de referência, a realidade é semelhante à municipal.

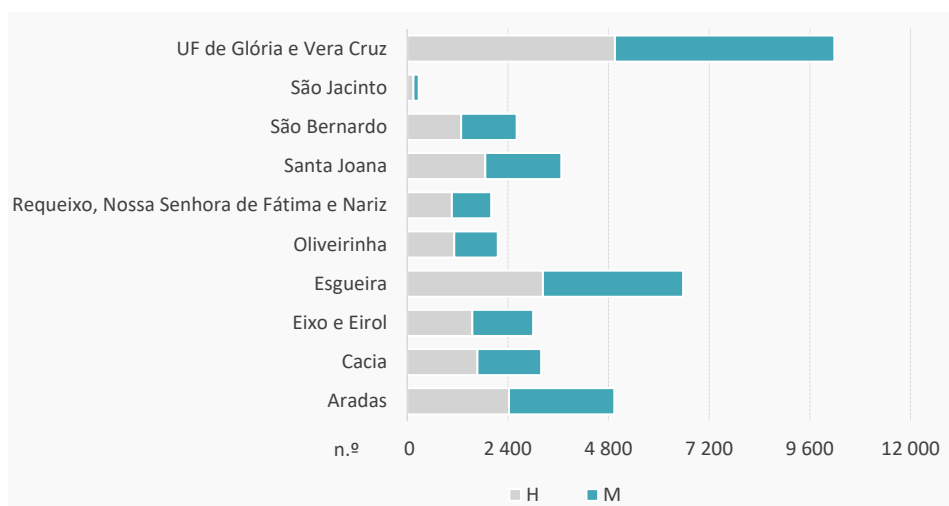


Figura 48. População empregada, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

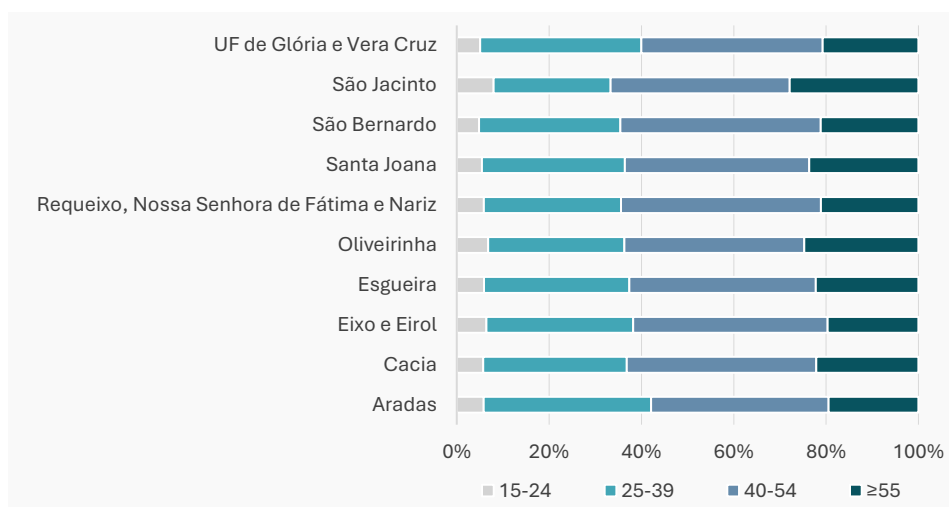


Figura 49. População empregada, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.

Fonte: INE.

Numa referência ao perfil dos empregados no concelho em 2021, o nível de escolaridade mais elevado completo, com valores mais proeminentes, é o ensino superior, com 39,6% (Figura 50). Com estes valores Aveiro revela um nível habilitacional superior ao registado na CIRA (27,6%), na Região Centro (27,6%) e no Continente (30,6%). Com o ensino básico surgem 30,8% dos empregados, valor inferior às unidades territoriais de referência. Já com o ensino secundário completo, apresenta-se 26,8% da população empregada, valor inferior ao registado na CIRA (28,4%), na Região Centro (29,2%) e no país (29,0%). A população empregada nas restantes categorias é residual (2,0% com o ensino pós-secundário e 0,8% sem nenhum nível de escolaridade concluído), à semelhança do que acontece nas unidades territoriais de referência.

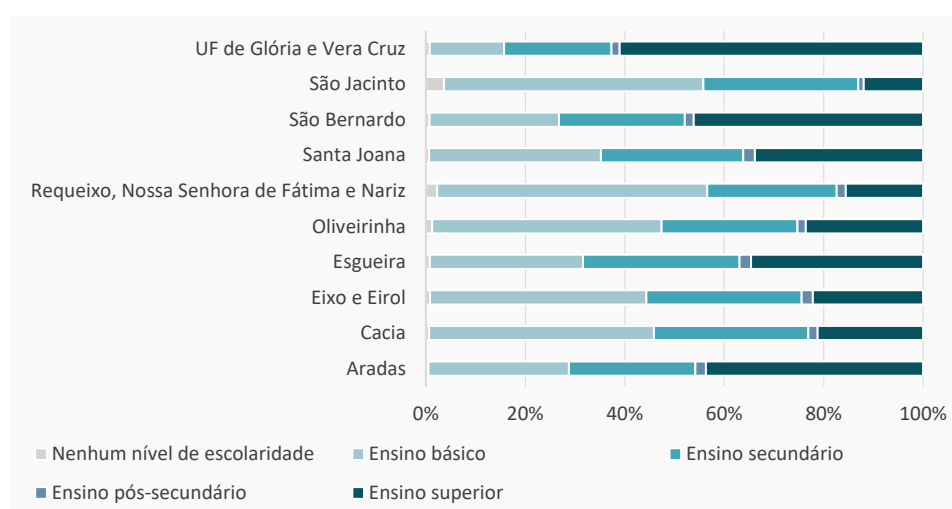


Figura 50. População empregada, segundo a freguesia e o nível de escolaridade, em 2021.

Fonte: INE.

Olhando para a repartição da população empregada por setor de atividade económica em 2021 (Figura 51), é de sublinhar a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário têm no concelho, que representa 67,9%, concentrando as atividades relacionadas com a atividade económica um maior quantitativo (56,2%), que o terciário de natureza social (43,8%). Trata-se de um valor superior ao observado na CIRA (58,6%) e na Região Centro (67,2%), porém de um valor inferior ao observado a nível nacional (71,9%). O setor secundário corresponde a 31,0%, valor inferior ao observado na CIRA (39,1%), porém superior ao valor observado na Região Centro (29,3%) e no país (25,2%). Por último, os empregados no setor primário equivalem a apenas 1,1%, valor inferior ao verificado na CIRA (2,3%), na Região Centro (3,6%) e no Continente (2,8%).

30,7%

População empregada com o ensino básico (2021)



26,8%

População empregada com o ensino secundário (2021)



39,6%

População empregada com o ensino superior (2021)



1,1%

Empregados no setor primário
(2021)



31,0%

Empregados no setor secundário
(2021)



67,9%

Empregados no setor terciário
(2021)

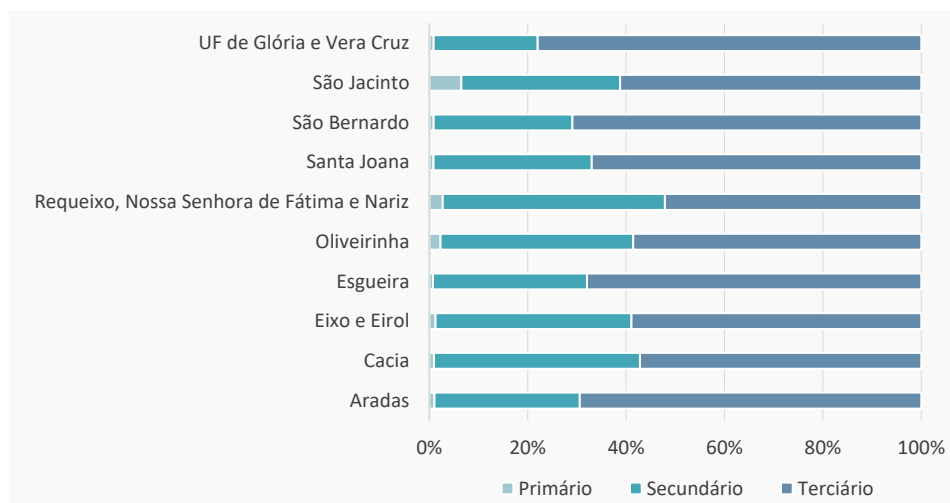


Figura 51. População empregada, segundo a freguesia e o setor de atividade económica, em 2021.

Fonte: INE.

A leitura da estrutura da população empregada segundo a situação na profissão, os níveis de qualificação e os grupos de profissões em 2021 permite ampliar o conhecimento da socioeconomia deste território municipal. Relativamente à situação na profissão (Quadro 22), predomina o conjunto de trabalhadores por conta de outrem (79,5%), seguindo-se os trabalhadores por conta própria ou isolados (8,4%) e os empregadores/patrões com menos de 10 empregados (5,1%). Tratam-se de valores semelhantes ao observado nas freguesias e nas unidades territoriais de referência.

Quadro 22. População empregada, segundo a situação na profissão, em 2021.

Unidade territorial	Empregador/ patrão com menos de 10 empregados		Empregador/ patrão com 10 ou mais empregados		Trabalhador por conta própria ou isolado		Trabalhador por conta de outrem		Outra situação		Total
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)
Aradas	235	4,8	193	3,9	425	8,6	3 955	80,1	131	2,7	4 939
Cacia	106	3,3	135	4,2	210	6,6	2 686	84,1	57	1,8	3 194
Eixo e Eirol	130	4,3	126	4,2	262	8,7	2 433	81,0	52	1,7	3 003
Esgueira	310	4,7	262	4,0	490	7,4	5 344	81,2	173	2,6	6 579
Oliveirinha	128	5,9	110	5,1	208	9,6	1 674	77,5	40	1,9	2 160
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	91	4,5	65	3,2	186	9,3	1 610	80,3	54	2,7	2 006
Santa Joana	188	5,1	164	4,5	297	8,1	2 936	79,9	91	2,5	3 676
São Bernardo	146	5,6	116	4,4	206	7,9	2 087	80,0	55	2,1	2 610
São Jacinto	16	5,8	8	2,9	19	6,9	231	83,7	2	0,7	276
UF de Glória e Vera Cruz	614	6,0	550	5,4	934	9,2	7 736	76,0	351	3,4	10 185
Aveiro	1 964	5,1	1 729	4,5	3 237	8,4	30 692	79,5	1 006	2,6	38 628
Região de Aveiro	9 232	5,5	7 358	4,4	15 566	9,3	131 681	78,7	3 518	2,1	167 355
Centro	57 099	6,1	40 175	4,3	91 510	9,8	726 627	77,6	21 158	2,3	936 569
Continente	252 593	6,0	194 957	4,6	402 891	9,5	3 272 300	77,5	97 682	2,3	4 220 423

Fonte: INE.

Já no que diz respeito aos níveis de qualificação e grupos de profissões (Quadro 23), predomina o grupo das profissões manuais altamente qualificadas (42,1%), salientando-se neste grupo os especialistas das atividades intelectuais e científicas (24,3%). Segue-se o grupo das profissões não manuais qualificadas (24,5%), destacando-se aqui os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (16,0%). Com valor inferior encontra-se o grupo das profissões elementares, que integra os trabalhadores não qualificados (17,3%). Abaixo encontra-se o grupo das profissões manuais qualificadas (15,8%), onde se destacam os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (11,4%). Por último, os profissionais das forças armadas são os que apresentam uma menor representatividade (0,3%). Como se constata, em termos globais, evidenciam-se os especialistas das atividades intelectuais e científicas (24,3%), os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (16,0%) e os trabalhadores não qualificados (17,3%). O mesmo acontece na Região Centro (com 16,6%, 18,1% e 17,6% respetivamente) e a nível nacional (com 18,3%, 18,3% e 15,3% respetivamente). Já na CIRA, para além dos trabalhadores não qualificados (20,6%) e dos especialistas das atividades intelectuais e científicas (15,9%), destacam-se ainda os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (16,2%).

Analisando as profissões com um maior grau de desagregação, importa perceber aquelas que apresentam um maior número de população empregada (Quadro 24). Os trabalhadores não qualificados da indústria transformadora (8,4%), os vendedores em lojas (7,2%) e os empregados de escritório em geral (5,9%) são as profissões mais predominantes. Merecem também realce os professores dos ensinos básico (2º e 3º ciclos) e secundário (4,2%) e os trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios (3,8%).

Complementando a leitura anterior, os 38.628 indivíduos empregados existentes no concelho no ano de 2021 correspondem a 94,3% da população ativa e a 47,7% da população residente (Quadros 25 e 26). Comparando com a CIRA, os valores são bastante idênticos (94,5%), mas superiores aos verificados na Região Centro (94,0%) e a nível nacional (91,9%), isto no caso da proporção de população ativa. No caso da proporção da população residente o valor é superior ao registado na CIRA (45,6%), na Região Centro (42,1%) e a nível nacional (42,8%).

Quadro 23. População empregada, segundo os níveis de qualificação e grupos de profissões, em 2021.

Níveis de qualificação	Grupos de profissões	Aveiro		Região de Aveiro		Centro		Continente	
		(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Profissões não manuais altamente qualificadas	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	2 559	6,6	9 682	5,8	50 025	5,3	259 674	6,2
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	9 389	24,3	26 650	15,9	155 240	16,6	772 158	18,3
	Técnicos e profissões de nível intermédio	4 320	11,2	16 769	10,0	89 888	9,6	451 015	10,7
Profissões não manuais qualificadas	Pessoal administrativo	3 302	8,5	14 070	8,4	81 572	8,7	403 855	9,6
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	6 170	16,0	25 898	15,5	169 332	18,1	773 562	18,3
Profissões manuais qualificadas	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	284	0,7	3 058	1,8	24 547	2,6	87 559	2,1
	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	4 396	11,4	27 178	16,2	139 731	14,9	580 823	13,8
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1 429	3,7	9 198	5,5	57 142	6,1	225 554	5,3
Profissões elementares	Trabalhadores não qualificados	6 681	17,3	34 410	20,6	164 478	17,6	644 966	15,3
-	Profissões das forças armadas	98	0,3	442	0,3	4 614	0,5	21 257	0,5
Total		38 628	100	167 355	100	936 569	100	4 220 423	100

Fonte: INE.

Quadro 24. Profissões com um maior número de população empregada em 2021.

Profissões	População empregada	
	(n.º)	(%)
Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora	3 255	8,4
Vendedores em lojas	2 768	7,2
Empregado de escritório em geral	2 261	5,9
Professor dos ensinos básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário	1 607	4,2
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	1 465	3,8
Outras profissões elementares	1 144	3,0
Especialistas em engenharia (exceto eletrotécnica)	1 017	2,6
Trabalhadores de chapas metálicas, preparadores e montadores de estruturas metálicas, moldadores de metal, soldadores e trabalhadores similares	853	2,2
Diretor geral e gestor executivo de empresas	754	2,0
Técnicos de nível intermédio da área financeira e matemática	749	1,9
Professor dos ensinos universitário e superior	740	1,9
Analistas e programadores, de <i>software</i> , <i>web</i> e de aplicações	723	1,9
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	681	1,8
Mecânicos e reparadores, de máquinas e de veículos	656	1,7
Motoristas de veículos pesados e de autocarros	642	1,7
Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde	622	1,6
Forjadores, serralheiros mecânicos e similares	608	1,6
Empregados de aprovisionamento, armazém, de serviços de apoio à produção e transportes	603	1,6
Pessoal dos serviços de proteção e segurança	595	1,5
Empregados de mesa e bar	593	1,5
Médicos	469	1,2
Profissionais de enfermagem	467	1,2
Cozinheiro	452	1,2
Professores dos ensinos básico (1.º ciclo) e educadores de infância	450	1,2
Directores das indústrias transformadoras, extrativas, da construção, transportes e distribuição	449	1,2
Técnicos das ciências físicas e de engenharia	448	1,2
Técnicos de operação e controlo de processos industriais	448	1,2
Arquitectos, urbanistas, agrimensores e designers	436	1,1
Instaladores e reparadores de equipamento eléctrico	436	1,1
Outros profissionais de saúde	433	1,1
Administrativos e secretários especializados	431	1,1
Cabeleireiros, esteticistas e similares	422	1,1
Especialistas em ciências sociais e religiosas	416	1,1
Trabalhadores qualificados da transformação de alimentos	415	1,1
Engenheiros de eletrotécnica	398	1,0
Diretores de vendas, <i>marketing</i> e de desenvolvimento de negócios	388	1,0

Fonte: INE.

Quadro 25. Proporção da população ativa que está empregada por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Aradas	94,9	94,2	94,5
Cacia	95,7	94,0	94,9
Eixo e Eirol	95,0	93,7	94,3
Esgueira	94,4	93,9	94,1
Oliveirinha	96,6	93,9	95,3
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	96,9	93,7	95,4
Santa Joana	94,0	93,2	93,6
São Bernardo	96,0	95,6	95,8
São Jacinto	90,3	92,0	91,1
UF de Glória e Vera Cruz	94,2	93,1	93,6
Aveiro	94,9	93,7	94,3
Região de Aveiro	95,2	93,7	94,5
Centro	94,7	93,2	94,0
Continente	92,8	91,1	91,9

Fonte: INE.

Quadro 26. Proporção da população residente que está empregada por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Aradas	50,6	47,5	49,0
Cacia	50,3	43,4	46,8
Eixo e Eirol	51,6	45,6	48,5
Esgueira	50,7	46,9	48,7
Oliveirinha	50,4	42,4	46,2
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	50,1	41,7	45,8
Santa Joana	48,4	43,4	45,8
São Bernardo	50,6	48,4	49,5
São Jacinto	38,9	33,9	36,4
UF de Glória e Vera Cruz	50,6	45,7	48,0
Aveiro	50,3	45,4	47,7
Região de Aveiro	49,0	42,4	45,6
Centro	45,3	39,1	42,1
Continente	45,9	40,0	42,8

Fonte: INE.

A taxa de emprego total no concelho de Aveiro, registou um aumento entre 2001 e 2021, passando de 53,4% para 54,8% (1,4%) (Figuras 52 e 53 e quadro 27). Este incremento deve-se ao acréscimo da taxa de emprego no sexo feminino neste período (de 49,5% para 51,5%). No sexo masculino também se registou uma taxa de emprego mais elevada no período mais recente (de 57,9% para 58,6%). Ainda assim, importa salientar que durante todo o período em análise, o sexo masculino observa sempre uma taxa de emprego relativamente superior

à registada no sexo feminino. Comparando com as unidades de referência, o concelho apresenta valores superiores, tanto em 2011 como em 2021.

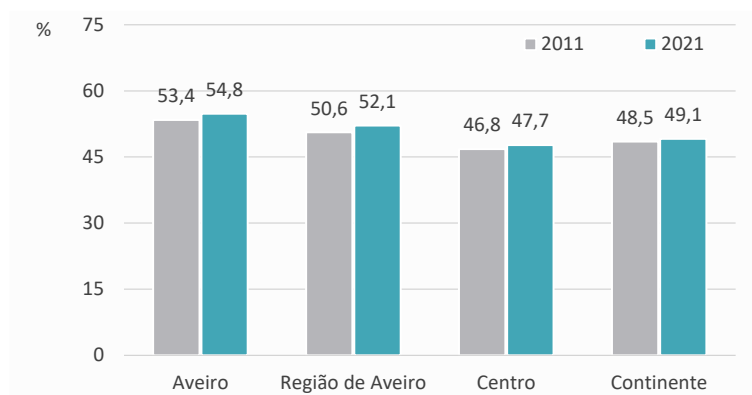


Figura 52. Evolução da taxa de emprego entre 2011 e 2021.

Fonte: INE.

54,8%

Taxa de emprego
(2021)



Variação

2011 | 2021

1,4 pp

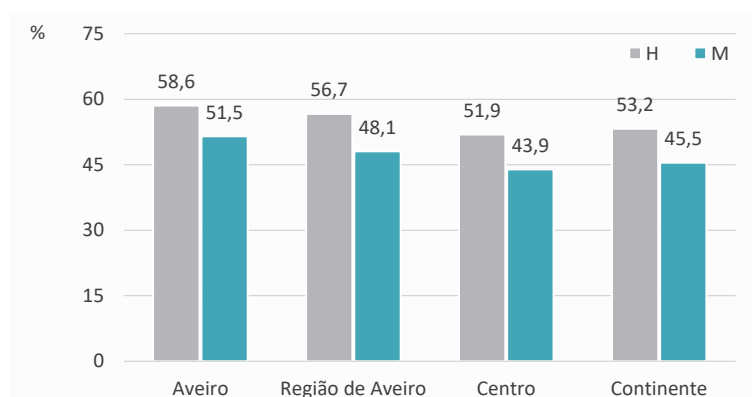


Figura 53. Evolução da taxa de emprego, segundo o sexo, entre 2011 e 2021.

Fonte: INE.

Quadro 27. Taxa de emprego, segundo o sexo, entre 2011 e 2021.

Unidade territorial	H		M		HM	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
	(%)					
Aveiro	57,9	58,6	49,5	51,5	53,4	54,8
Região de Aveiro	56,5	56,7	45,3	48,1	50,6	52,1
Centro	52,5	51,9	41,7	43,9	46,8	47,7
Continente	53,6	53,2	43,9	45,5	48,5	49,1

Fonte: INE.

Sendo um dos principais objetivos plasmados na estratégia Europa 2030 o aumento do emprego, pretendendo-se que até 2030 a taxa de emprego aumente para 78% no grupo etário dos 20 aos 64 anos, é de analisar a situação do concelho nesta matéria. Com 75,2% no ano de 2021 (Figura 54), o território municipal encontra-se abaixo do valor de referência, assim como a CIRA (74,25%), a Região Centro (71,9%) e o país (70,8%).

75,2%
da população entre
os 20 e 64 anos está a
trabalhar
(2021)

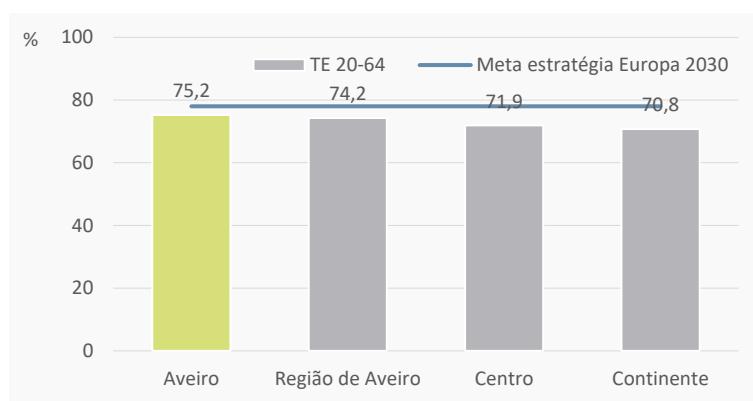


Figura 54. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021 e meta estratégia Europa 2030.

Fonte: INE.

Analisando os dados segundo o sexo, observa-se que o sexo masculino, com 77,9% se encontra muito próximo de atingir a meta estratégica definida (Figura 55). Já o sexo feminino, com 72,8% encontra-se mais distante do objetivo.

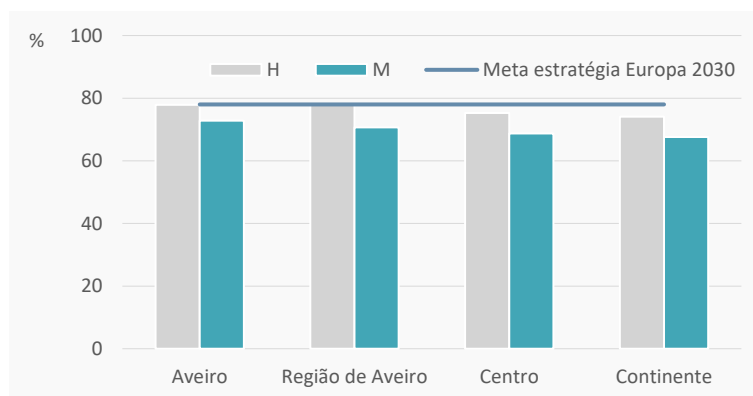


Figura 55. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo o sexo, e meta estratégia

Europa 2030.

Fonte: INE.

Descendo à escala das freguesias (Figura 56), é na freguesia de São Bernardo (78,7%) que se encontra o valor mais elevado, seguida de Oliveirinha (76,7%) e de Aradas (76,5%). Por sexo são, à semelhança da taxa de emprego, superiores no sexo masculino (Figura 57).

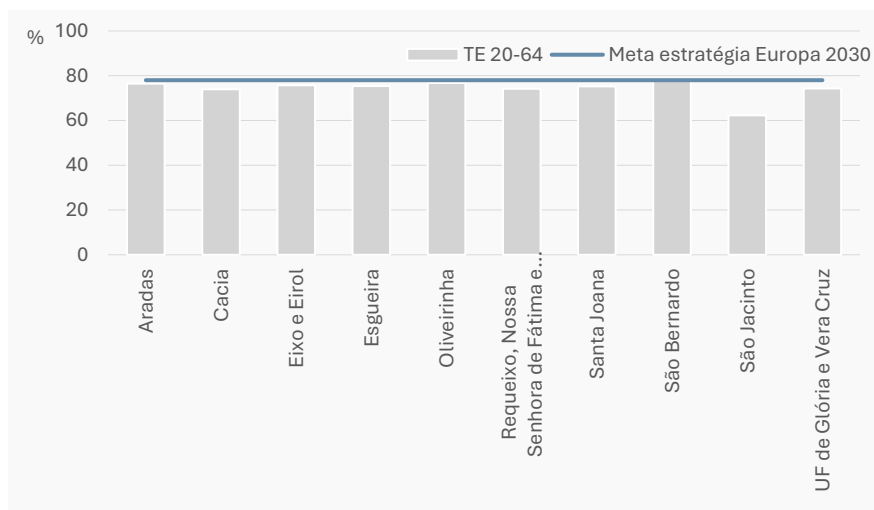


Figura 56. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo a freguesia, e meta estratégia Europa 2030.

Fonte: INE.

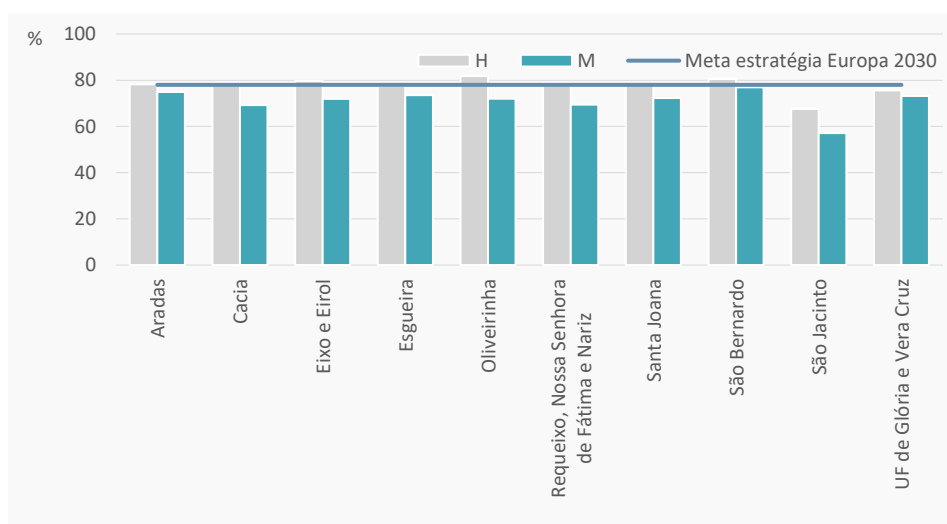


Figura 57. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo a freguesia e o sexo, e meta estratégia Europa 2030.

Fonte: INE.

5.2. Desemprego

Entre 2011 e 2021 verificou-se uma diminuição da taxa de desemprego total no concelho (de 10,7% para 5,70%, correspondente a -5,0%), acompanhando a tendência generalizada observada nas unidades territoriais de referência (Figura 58). A taxa de desemprego em Aveiro, em 2021, é bastante idêntica à da CIRA (5,54%) e inferior à da Região Centro (6,0%) e à do Continente (8,1%). Segundo o sexo (Figura 59), durante o período analisado, a taxa de desemprego apresentou um decréscimo mais pronunciado no sexo masculino (-5,2%) do que no sexo feminino (-4,8%). Esta dinâmica é observada apenas nos valores registados no

Continente, uma vez que nas outras unidades territoriais de referência, foi no sexo feminino que se registaram as diminuições mais significativas.

Descendo a escala de análise, no último período intercensitário todas as freguesias registaram uma diminuição da taxa de desemprego (Figura 60). Os decréscimos mais expressivos ocorreram em Cacia (de 11,7% para 5,1%, correspondendo a -6,6%), em São Jacinto (de 15,2% para 8,9%, correspondendo a -6,3%) e em Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (de 10,4% para 4,6%, correspondendo a -5,8%). Por sua vez, os menos expressivos ocorreram nas freguesias de Aradas (de 9,4% para 5,5%, correspondendo a -3,98%), Eixo e Eirol (de 10,0% para 5,7%, correspondendo a -4,4%) e Santa Joana (de 11,04% para 6,4%, correspondendo a -4,6%). Segundo o sexo, a taxa de desemprego é, em 2021, de 5,1% nos homens e de 6,3% nas mulheres (Figura 61). Por freguesia, à exceção das freguesias de São Jacinto, todas as unidades territoriais do concelho de Aveiro apresentam valores relativos à taxa de desemprego superiores no sexo feminino. O maior diferencial entre o sexo feminino e o sexo masculino regista-se nas freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (3,2%) e de Oliveirinha (2,7%).

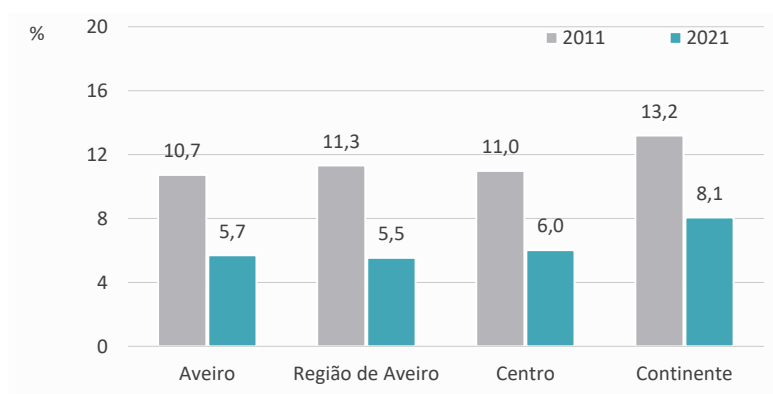


Figura 58. Taxa de desemprego em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

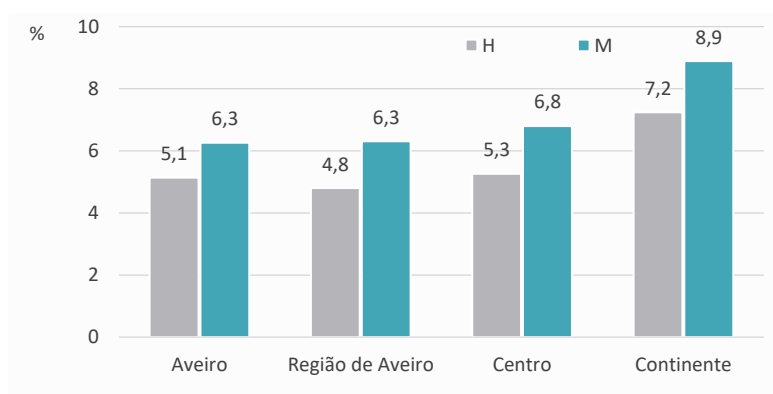


Figura 59. Taxa de desemprego, segundo o sexo, em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

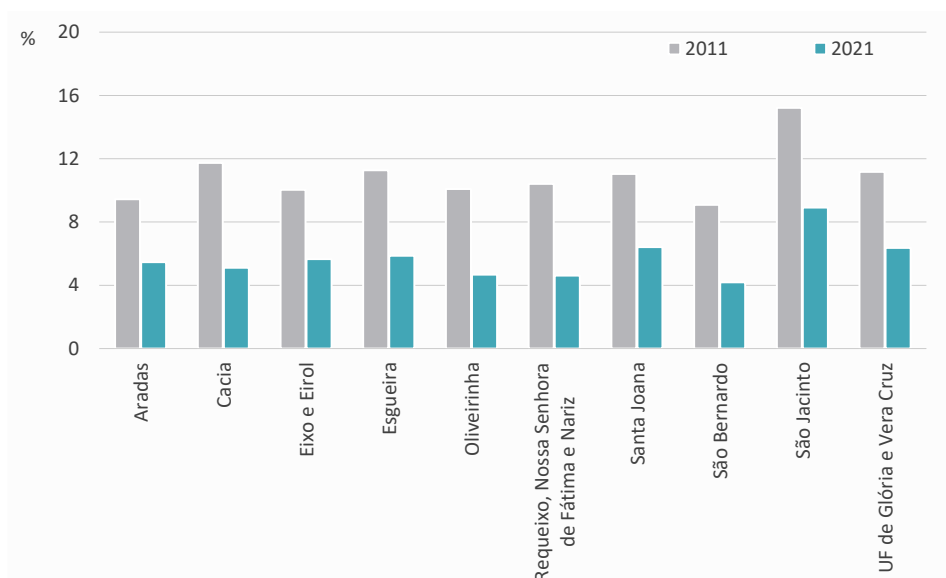


Figura 60. Taxa de desemprego, segundo a freguesia, em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

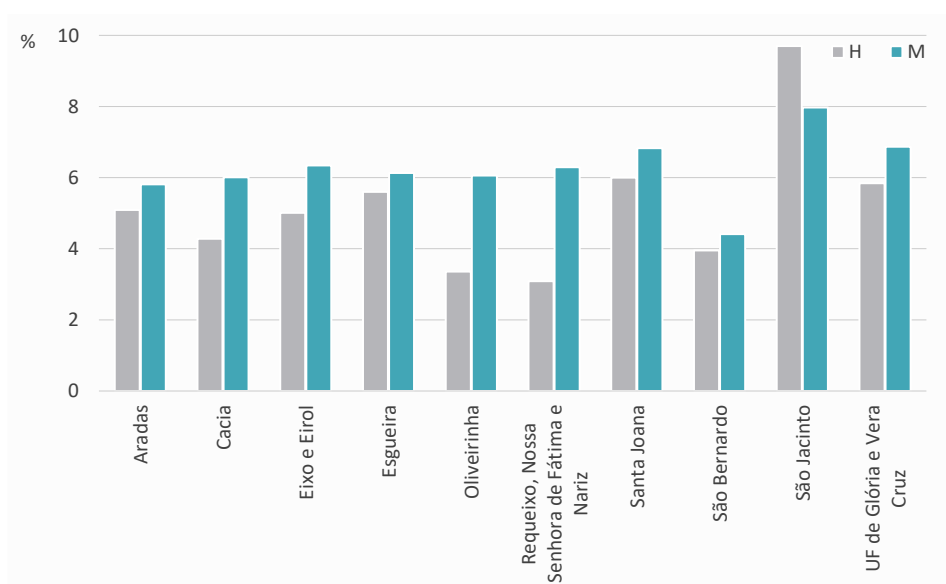
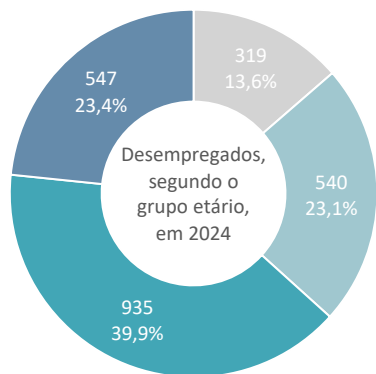


Figura 61. Taxa de desemprego, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

Tendo por base as estatísticas do IIEFP para a última década (Figura 62), constata-se que de 2014 até 2024 a tendência é de decréscimo dos desempregados, com a passagem dos 4.852 para os 2.341, o que corresponde a um decréscimo de -51,8% (-2.511 desempregados). Ainda assim, esta diminuição de população desempregada é interrompida nos anos de 2016 (mais 237 desempregados, valor que corresponde a 6,2%), de 2020 (mais 37 desempregados, valor que corresponde a 1,5%), de 2021 (mais 312 desempregados, valor que corresponde a 12,7%) e de 2024 (mais 328 desempregados, valor que corresponde a 16,3%).



■ <25 anos ■ 25-34 anos ■ 35-54 anos ■ ≥55 anos

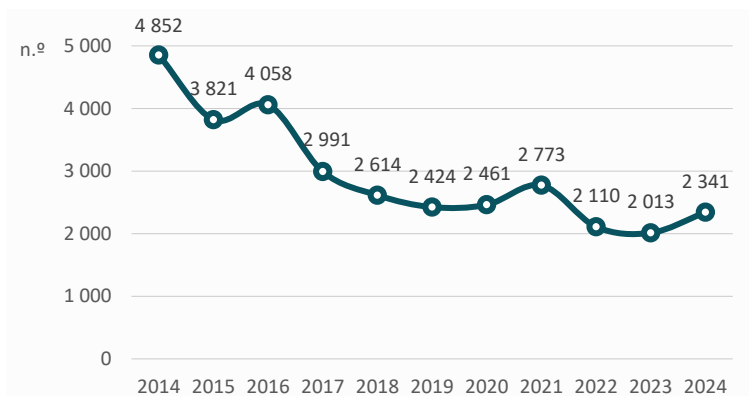
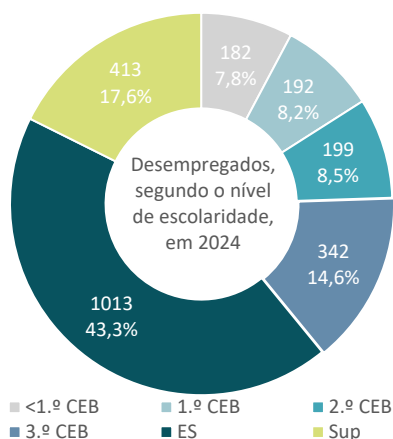
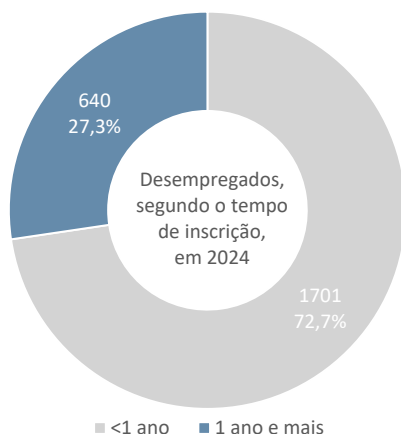


Figura 62. Evolução da população desempregada entre 2014 e 2024 (fevereiro).

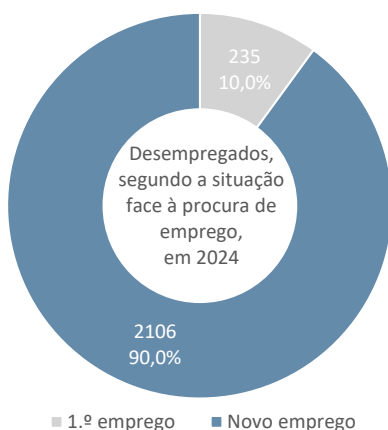
Fonte: IEFP.



■ <1.º CEB ■ 1.º CEB ■ 2.º CEB
■ 3.º CEB ■ ES ■ Sup



■ <1 ano ■ 1 ano e mais



■ 1.º emprego ■ Novo emprego

Numa referência ao perfil dos desempregados no concelho em 2024, constata-se, no que se refere ao sexo, que são maioritariamente do sexo feminino (1074 homens e 1267 mulheres). Em relação à idade, o grupo etário dos 35 aos 54 anos é o que tem maior representatividade, com 39,94%, seguindo-se o grupo etário com 55 ou mais anos, com 23,4%. Os grupos etários dos 25 aos 34 anos de idade e com idade inferior a 25 anos representam apenas 23,1% e 13,6%, respetivamente. No que diz respeito ao nível de escolaridade, 43,3% dos desempregados apresenta o ensino secundário completo, 17,6% o ensino superior completo, 14,6% o 3.º CEB completo, 8,5% o 2.º CEB completo, 8,2% o 1.º CEB completo e, por fim, 7,8% apresentam níveis inferiores ao 1.º CEB. Relativamente ao tempo de inscrição, 72,7% dos desempregados estão inscritos nos centros de emprego há menos de um ano, enquanto 27,3% estão inscritos há um ano e mais. Por último, quanto à situação face à procura de emprego, o maior número de desempregados encontra-se à procura de novo emprego (90,0%), correspondendo os desempregados numa situação de 1.º emprego a apenas 10,0%.

5.3. Movimentos pendulares

Os movimentos pendulares (deslocações diárias entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo) são um fator determinante na organização do território. A posição geográfica estratégica de Aveiro, aliado ao seu papel enquanto polo económico, educativo e de serviços, promove um intenso movimento diário de pessoas. Este fluxo inclui tanto residentes que saem do concelho para trabalhar ou estudar noutros concelhos, como indivíduos que entram em Aveiro para os mesmos fins. A análise destes movimentos é crucial para entender a dinâmica da mobilidade local, identificar carências nas infraestruturas e avaliar o impacto na qualidade de vida da população.

Em 2021, cerca de 74,9% da população residente trabalhava ou estudava em Aveiro: 33,0% trabalhava ou estudava na freguesia de residência e cerca de 42,0% trabalhava noutra freguesia do concelho (Figura 63).

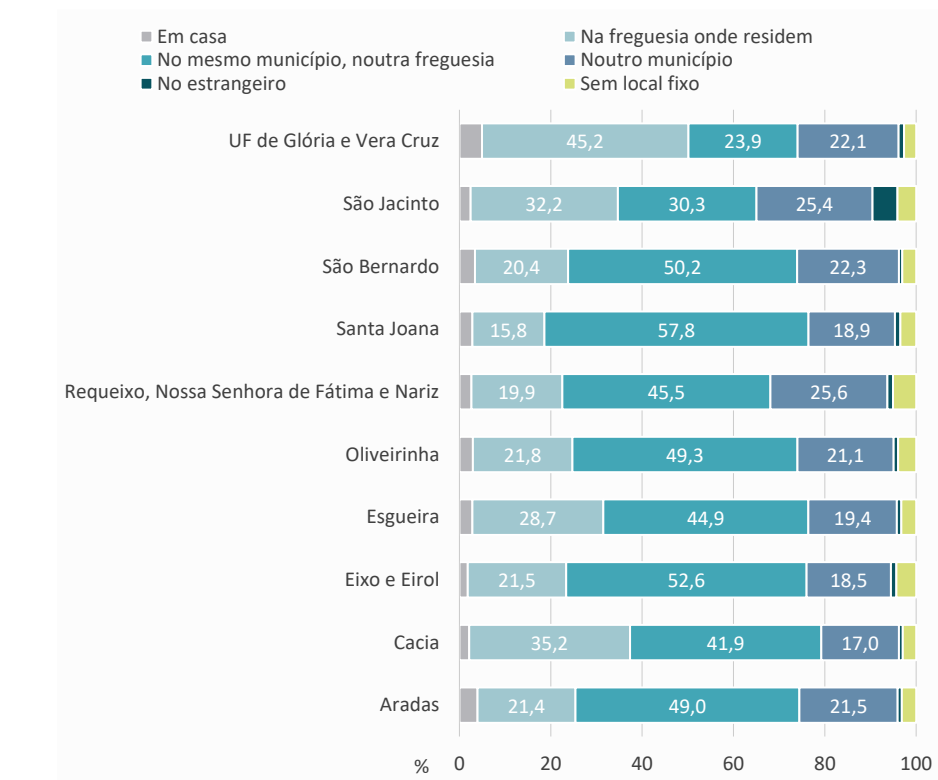


Figura 63. População residente empregada ou estudante, por local de trabalho ou estudo, e freguesia, em 2021.

Fonte: INE.

Cerca de 11.487 pessoas, ou seja, 21,8% da população residente empregada ou estudante, deslocavam-se diariamente para outros concelhos (20,7%) ou para o estrangeiro (1,1%).

Ao nível das freguesias, observa-se uma maior proporção de saídas para outros concelhos, dos residentes em Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (25,6%) e São Jacinto (25,4%). Por outro lado, observa-se uma elevada coincidência entre a habitação e o local de atividade na UF de Glória e Vera Cruz (45,2%) e nas freguesias de Cacia 835,2%) e São Jacinto (32,2%).

Em Aveiro, a duração média nos movimentos pendulares (14,4 minutos) é um dos valores mais baixos comparativamente à média da Região de Aveiro (16,5 minutos) e do Continente (20,1 minutos).

Observa-se que a duração média total varia entre freguesias, sendo mais baixa em Santa Joana (14,6 minutos) e mais elevada em São Jacinto (32,7 minutos). O uso do transporte coletivo resulta em tempos significativamente superiores ao transporte individual (Quadro

17.374 (33,0%)

Trabalham ou estudam na freguesia onde residem

22.129 (42,0%)

Trabalham ou estudam em Aveiro, mas fora da freguesia onde residem

10.921 (20,7%)

Residem em Aveiro, mas trabalham ou estudam noutro concelho

566 (1,1%)

Trabalham ou estudam no estrangeiro



30.877

Residem noutro concelho e trabalham ou estudam em Aveiro (2021)

28), como evidenciado em Aveiro (36,8 minutos de transporte coletivo contra 15,1 minutos de transporte individual).

Quadro 28. Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, por freguesia, em 2021.

Unidade territorial	Duração dos movimentos pendulares		
	Total	Modo de transporte coletivo	Modo de transporte individual
	min		
Aradas	15,6	39,4	14,4
Cacia	15,9	34,6	14,5
Eixo e Eirol	16,3	28,4	15,3
Esgueira	15,6	34,6	14,2
Oliveirinha	15,9	37,1	14,5
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	17,8	31,1	16,4
Santa Joana	14,6	27,8	13,6
São Bernardo	16,0	39,1	14,9
São Jacinto	32,7	47,9	32,4
UF de Glória e Vera Cruz	16,9	45,6	16,6
Aveiro	16,2	36,8	15,1
Região de Aveiro	16,5	34,8	15,5
Centro	16,7	30,0	16,2
Continente	20,1	38,3	18,0

Fonte: INE.

Em Aveiro, verifica-se uma forte dependência do automóvel ligeiro nos movimentos pendulares. A maioria das pessoas desloca-se como condutor (53,5%), um valor superior à média do Continente (47,9%), o que evidencia uma preferência pelo transporte individual. O automóvel ligeiro como passageiro também tem um peso significativo, representando 19,1% das deslocações (Figura 64).

As deslocações a pé correspondem a 14,9%, um valor relativamente expressivo, mas ainda assim inferior ao uso do automóvel. O recurso ao transporte coletivo é reduzido, com apenas 4,6% da população a utilizar o autocarro e 2,1% a recorrer ao comboio. O transporte coletivo disponibilizado por empresas ou escolas tem uma adesão muito baixa (0,9%), assim como o motociclo (1,9%) e a bicicleta (2,5%).

De uma forma geral, o concelho depende fortemente do automóvel, com pouca utilização dos transportes públicos e dos modos suaves. Isto representa desafios para a mobilidade sustentável e reforça a necessidade de políticas que incentivem opções de transporte mais ecológicas e eficientes.

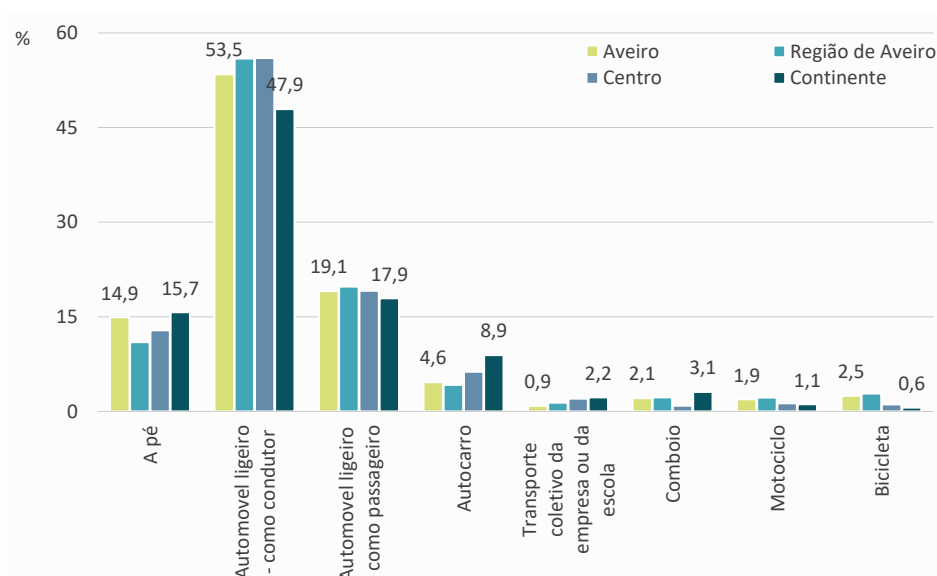


Figura 64. Meios de transporte utilizado nos movimentos pendulares, em 2021.

Fonte: INE.

5.4. Projetos de referência

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP)

O GIP tem como missão prestar apoio a jovens e adultos desempregados no seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Trata-se de uma resposta promovida pelo IEFP que, neste caso concreto, é dinamizada pela CMA, em estreita articulação com os serviços de emprego. O GIP desenvolve as seguintes atividades:

- ações de apoio à procura ativa de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora;
- captação e divulgação de ofertas de emprego e apoio à colocação;
- divulgação de medidas de apoio ao emprego, formação profissional e empreendedorismo e apoio ao encaminhamento de candidatos;
- divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;
- encaminhamento para ações promotoras do desenvolvimento de competências de empregabilidade e criação do próprio emprego;
- apoio à inscrição online dos candidatos a emprego;
- ações previstas no eixo 1 - Emprego, formação e qualificação do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) - CLDS 5G Aveiro+;
- informação sobre o conteúdo e abrangência de alguns serviços e apoios em matéria de segurança social;
- outras atividades consideradas necessárias, pelos serviços de emprego, para apoio à inserção profissional dos desempregados.

PROGRAMA INCORPORA

O objetivo principal do Programa INCORPORA é promover e melhorar a integração de pessoas em risco ou situação de exclusão social, através da identificação de oportunidades de trabalho nas entidades empregadoras.

Este programa consiste num serviço de intermediação e de recrutamento às empresas e outras entidades empregadoras, gratuito, personalizado e profissional, em processos de seleção internos dos candidatos em risco ou situação de exclusão social, colocando em relevo o seu compromisso para com as pessoas em situação mais vulnerável e a sua responsabilidade social perante a comunidade onde estão inseridas.

A sua atividade centra-se no acompanhamento de proximidade em todas as fases do processo de inserção, em especial após seleção e integração em posto de trabalho, permitindo uma oportunidade às pessoas em situação mais vulnerável para fazer valer a sua motivação, as suas competências e a sua experiência.

De acordo com a Cáritas, das 57 pessoas acompanhadas no processo socio laboral, 25 foram acompanhadas na continuidade do trabalho desenvolvido em 2023 e 32 pessoas foram acompanhadas pela primeira vez em 2024.



RENDIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA

6.1. Rendimentos

Em Aveiro, no ano de 2021, o principal meio de vida da população residente com 15 ou mais anos de idade é o trabalho (53,9%) e a reforma/pensão (24,6%), o que reflete o envelhecimento da população no território municipal, à semelhança da totalidade das unidades territoriais de referência (Quadro 29). Seguem-se as pessoas a cargo da família, que corresponde a 12,9%, outro meio de vida, que corresponde a 4,1%, subsídio de desemprego, que corresponde a 1,9%, outro subsídio temporário, que corresponde a 1,0%, rendimento da propriedade ou da empresa, que corresponde a 0,7% e, por fim, rendimento social de inserção, que corresponde a 0,7%. Ao nível da freguesia, esta dinâmica mantém-se.

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos do concelho em 2021 era de 1315,8€ (Figura 65 e quadro 30). Com este valor, o território municipal apresenta-se numa posição favorável face à CIRA (1209,9€), à Região Centro (1147,1€) e ao país (1294,1€). A diferença é de 105,9€ em relação à CIRA, de 168,7€ em relação à Região Centro e de 21,7€ em relação ao Continente.

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos varia em função do género, das atividades económicas e das habilitações literárias. No que diz respeito ao género, constata-se que a diferença salarial entre homens e mulheres é desfavorável às mulheres em todas as unidades territoriais de referência (Figura 66). Com efeito, e olhando apenas para Aveiro, o vencimento médio mensal nos homens é de 1448,1€ e nas mulheres é de 1146,6€, o que se traduz numa disparidade salarial de 301,5€, superior ao valor da CIRA (276,6€), da Região Centro (237,0€) e do Continente (223,6€).

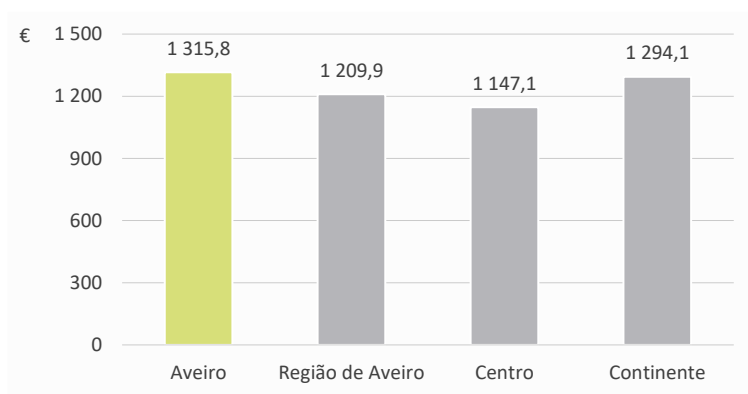


Figura 65. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos em 2021.

Fonte: INE.

Quadro 29. População residente com 15 e mais anos de idade por freguesia, segundo o principal meio de vida, em 2021.

Unidade territorial	Trabalho	Reforma/ Pensão	Subsídio de desemprego	RSI	Outro subsídio temporário (doença, maternidade, entre outros)	Rendimento da propriedade ou da empresa	A cargo da família	Outro	Total
	(n.º)								
Aradas	4 858	2 028	152	50	91	75	1 138	355	8 747
Cacia	3 153	1 517	135	45	60	20	780	254	5 964
Eixo e Eirol	2 975	1 306	101	36	60	25	648	238	5 389
Esgueira	6 530	2 662	242	99	140	65	1 523	446	11 707
Oliveirinha	2 130	1 125	55	17	44	33	494	123	4 021
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	2 002	1 034	62	29	42	23	450	184	3 826
Santa Joana	3 590	1 896	128	87	73	45	882	246	6 947
São Bernardo	2 577	1 056	77	15	46	26	564	126	4 487
São Jacinto	277	256	45	3	6	0	80	28	695
UF de Glória e Vera Cruz	9 904	4 478	337	123	174	212	2 548	904	18 680
Aveiro	37 996	17 358	1 334	504	736	524	9 107	2 904	70 463
Região de Aveiro	164 895	88 128	5 811	2 676	4 157	2 047	40 394	12 908	321 016
Centro	923 816	632 757	33 275	15 623	23 937	11 058	243 631	79 743	1 963 840
Continente	4 173 873	2 462 265	203 489	89 024	106 699	60 631	1 137 196	358 035	8 591 212

Fonte: INE.

Quadro 30. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	Ganho médio mensal				Diferença salarial face às unidades territoriais de referência		
	H	M	HM	Disparidade salarial	H	M	HM
	(€)						
Aveiro	1 448,1	1 146,6	1 315,8	301,5	-	-	-
Região de Aveiro	1 330,3	1 053,7	1 209,9	276,6	117,8	92,9	105,9
Centro	1 253,1	1 016,1	1 147,1	237,0	195,0	130,5	168,7
Continente	1 395,7	1 172,1	1 294,1	223,6	52,4	-25,5	21,7

Fonte: INE.

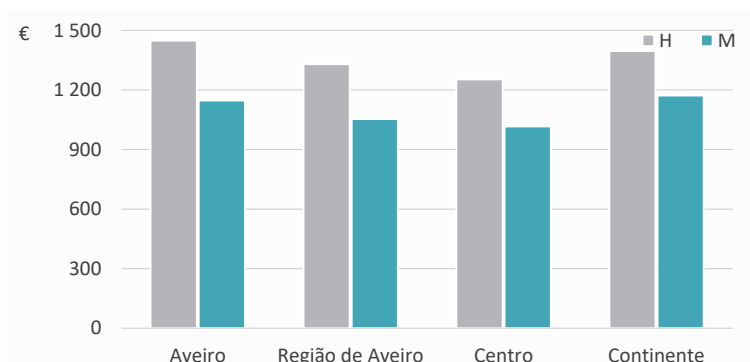


Figura 66. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

1.315,8€

Ganho médio mensal em Aveiro (2021)

+650,8€

Diferença entre o salário mínimo nacional e o ganho médio mensal em Aveiro (2021)

+21,7€

Diferença salarial face ao Continente (2021)



1.448,1€



1.146,6€



Disparidade salarial entre homens e mulheres em Aveiro (2021)

Relativamente ao setor da atividade económica, em Aveiro o setor secundário é aquele que apresenta um ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos mais elevado, com 1.419,5€, mais 166,7€ que a CIRA, mais 220,9€ que a Região Centro e mais 205,6€ que o Continente (Figura 67 e quadro 31). Em seguida surge o setor terciário, com 1259,14€ de remuneração média mensal, com mais 92,1€ que na CIRA, mais 140,5€ que a Região Centro, porém com -80,3€ que o Continente. Em último lugar encontra-se o setor primário que, com um rendimento médio mensal de 1.001,5€, apresenta um valor inferior ao da CIRA (-49,6€), ao da Região Centro (-8,2€) e ao do Continente (-10,0€). De referir que na totalidade das unidades espaciais consideradas, o setor primário aparece sempre em último lugar e o setor secundário no primeiro, à exceção do Continente, onde o primeiro lugar é ocupado pelo setor terciário.

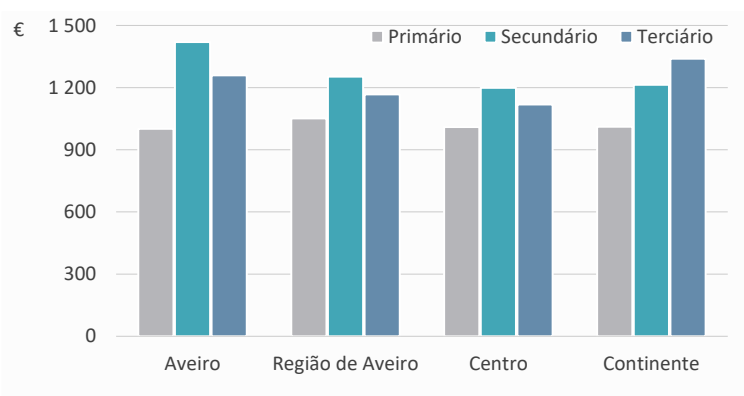


Figura 67. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2021.

Fonte: INE.

Quadro 31. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2021.

Unidade territorial	Ganho médio mensal			Diferença salarial face às unidades territoriais de referência		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
	(€)					
Aveiro	1 001,5	1 419,5	1 259,1	-	-	-
Região de Aveiro	1 051,1	1 252,8	1 167,1	-49,6	166,7	92,1
Centro	1 009,7	1 198,6	1 118,6	-8,2	220,9	140,5
Continente	1 011,4	1 213,9	1 339,4	-9,9	205,6	-80,3

Fonte: INE.

Quanto às habilitações literárias, e tal como acontece na generalidade dos territórios portugueses, no concelho, o ganho médio mensal dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) é superior relativamente ao dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais baixos (Quadros 32 e 33). Numa referência aos valores para este território municipal,

observa-se que os licenciados ganham, em média, mais 785,2€ do que os trabalhadores com o 1.º CEB, mais 748,6€ do que os trabalhadores que possuem o 3.º CEB e mais 659,6€ do que os trabalhadores que detêm o ensino secundário. Atendendo a esta realidade, poder-se-á concluir que, embora se verifiquem cada vez maiores dificuldades no ingresso dos licenciados no mercado de trabalho, a frequência do ensino superior influencia, decisiva e positivamente a remuneração dos diferentes profissionais. A média salarial praticada no concelho é superior à praticada na CIRA e na Região Centro, em todos os níveis de habilitações, apenas com a exceção do curso técnico profissional, onde o valor de Aveiro é inferior ao das unidades territoriais de referência (CIRA e Região Centro). Em comparação com o Continente, em Aveiro observam-se valores de remuneração média mensal mais elevados apenas até o 3.º CEB. Nos níveis de habilitações superiores ao 3.º CEB, a média salarial praticada no Continente supera a do concelho.

Quadro 32. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2021.

Unidade territorial	Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Curso técnico superior profissional	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
	(€)										
Aveiro	899,2	1 006,5	1 085,4	1 043,1	1 132,1	1 042,5	1 784,2	1 791,7	1 812,1	2 641,0	1 315,8
Região de Aveiro	856,6	967,9	1 032,9	1 044,0	1 114,9	1 135,7	1 730,4	1 698,0	1 726,7	2 595,6	1 209,9
Centro	856,0	944,6	1 005,0	1 016,9	1 077,1	1 090,6	1 608,8	1 582,1	1 707,6	2 478,0	1 147,1
Continente	849,5	928,2	978,3	1 013,3	1 163,5	1 207,8	1 957,1	1 938,6	2 062,1	2 797,6	1 294,1

Fonte: INE.

+659,6€

Quanto os trabalhadores com licenciatura ganham em média a mais comparativamente aos trabalhadores com ensino secundário (2021)



+748,6€

Quanto os trabalhadores com licenciatura ganham em média a mais comparativamente aos trabalhadores com o 3.º CEB (2021)



Quadro 33. Diferença salarial face às unidades territoriais de referência do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2021.

Unidade territorial	Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Curso técnico superior profissional	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
	(€)									
Região de Aveiro	42,5	38,6	52,5	-0,8	17,2	-93,2	53,8	93,8	85,4	45,4
Centro	43,1	62,0	80,4	26,2	55,1	-48,1	175,3	209,6	104,5	163,0
Continente	49,6	78,4	107,1	29,8	-31,4	-165,3	-173,0	-146,9	-250,0	-156,6

Fonte: INE.

6.2. Rendimentos das famílias

Entre 2018 e 2022, o concelho destacou-se consistentemente com o maior rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante, superando não só a Região de Aveiro, como também o Centro e o Continente.

Em 2018, Aveiro apresentava já um valor significativamente superior, comparativamente às restantes unidades. Esta diferença foi-se acentuando ao longo dos anos, culminando em 2022 com um rendimento médio de 10.812€, enquanto a Região de Aveiro atingiu os 9.438€, o Centro os 9.176€ e o Continente os 9.679€ (Figura 68).

Estes valores representam uma diferença de mais de 1.100€ entre o concelho e o valor médio nacional, reforçando o estatuto de Aveiro como um polo económico regional relevante.

O concelho apresenta um valor mediano do rendimento declarado por agregado fiscal ligeiramente inferior ao do Médio Tejo e ao da região Centro. Desagregando por escalões de rendimento, verifica-se que mais de metade dos agregados fiscais concelhios (56,6%) têm, cumulativamente, rendimentos abaixo dos 13.500€ anuais: 10% com rendimento bruto declarado inferior a 5.000€ anual, 28,0% de 5.000€ e inferior a 10.000€ e 18,4% de 10.000€ a 13.499€.

45,9%

Dos agregados fiscais com rendimentos inferiores a 13.500 euros (valor inferior à média do Continente) (2022)



16,4%

Dos agregados fiscais com rendimentos superiores a 32.500 euros (valor superior à média do Continente) (2022)

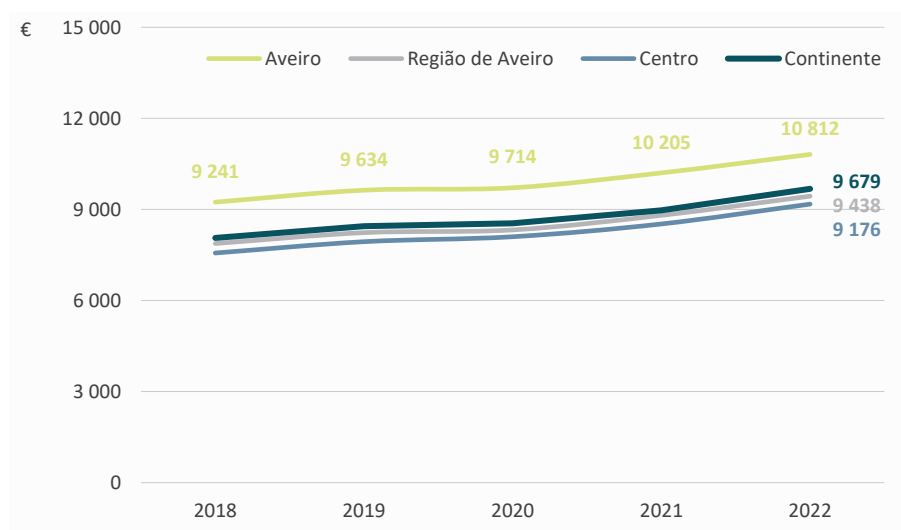


Figura 68. Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante, entre 2018 e 2022.

Fonte: INE.

Relativamente à distribuição dos agregados fiscais residentes por escalões de rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado, em 2022, a maioria dos agregados fiscais situava-se nos escalões de rendimento intermédio, destacando-se o escalão de 19.000 a

menos de 32.500 euros com 21,5% (Figura 69). Seguem-se os escalões de 10.000 a menos de 13.500 euros (18,8%) e de 5.000 a menos de 10.000 euros (18,5%).

Cerca de 8,7% dos agregados tinham rendimentos inferiores a 5.000 euros, sendo de destacar que 45,9% apresentavam rendimentos inferiores a 13.500 euros. Em comparação, no Continente, essa proporção era ainda mais elevada, atingindo os 51,5%, o que evidencia uma menor concentração de baixos rendimentos em Aveiro face à média nacional.

Por fim, 16,4% declararam mais de 32.500 euros, revelando um peso significativo dos rendimentos mais elevados, sendo este valor superior à média da Região de Aveiro (11,7%), Centro (11,4%) e Continente (12,4%).

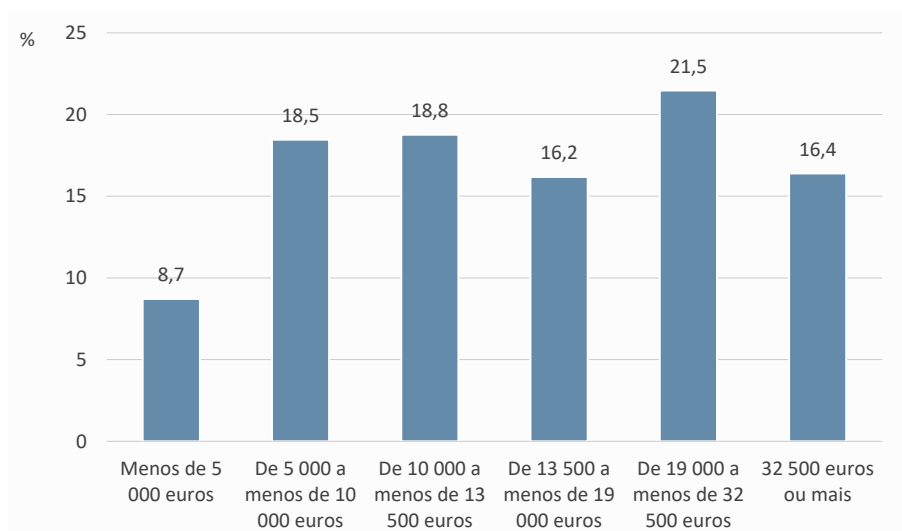


Figura 69. Agregados fiscais residentes por escalões de rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado, em 2022.
Fonte: INE.

Por fim, o indicador do poder de compra *per capita*, que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, por habitante, nos diferentes concelhos ou regiões, tendo por referência o valor nacional. De acordo com os dados de 2021 (Figura 70), o concelho apresenta um poder de compra per capita de 119,7, sendo um valor acima do registado na CIRA (93,1) e na Região Centro (89,9). No contexto da CIRA, nenhum dos concelhos apresenta valores maiores que o concelho de Aveiro. Em termos evolutivos, verifica-se um decréscimo contínuo do poder de compra per capita, com exceção do ano de 2015, em que se registou um ligeiro acréscimo, passando de 123,5, em 2013 para 125,1 em 2015 (Figura 71). Comparando os valores entre 2011 e 2021, no concelho, observa-se um decréscimo, passando de 126,7 em 2011 para 119,68 em 2021. O mesmo não se reitera nas unidades territoriais de referência, uma vez que, no mesmo período temporal, a CIRA registou um aumento de 1,8 e a Região Centro um aumento de 2,4.

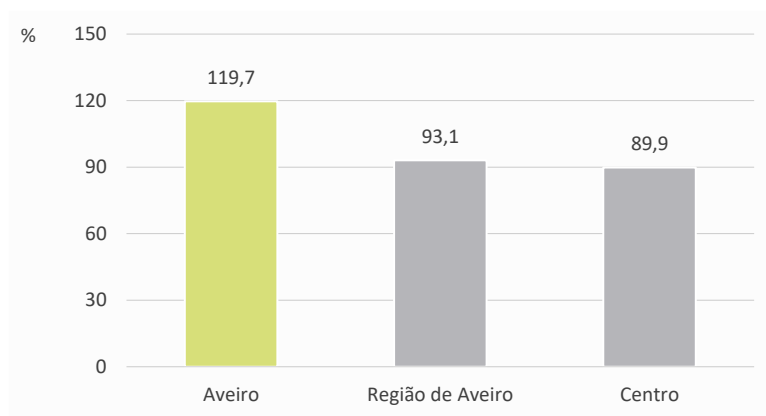


Figura 70. Poder de compra per capita em 2021.

Fonte: INE.

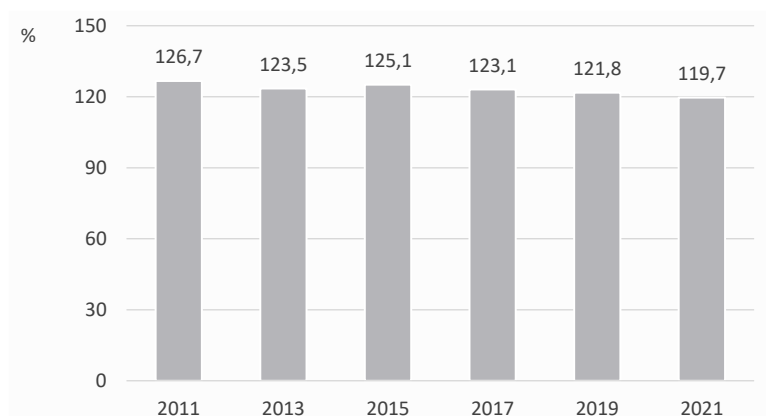


Figura 71. Evolução do poder de compra per capita entre 2011 e 2021.

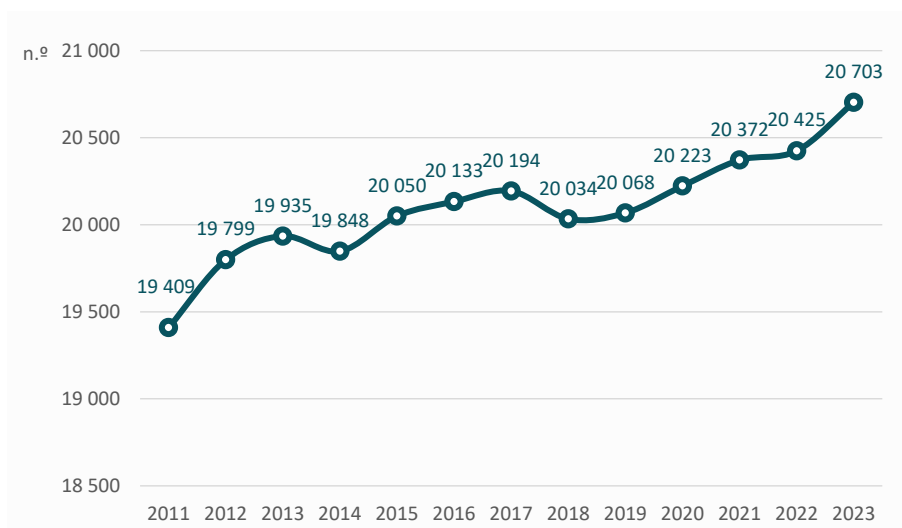
Fonte: INE.

6.3. Proteção social

6.3.1. Pensões

Acompanhando a tendência de envelhecimento populacional, o número de pensionistas da Segurança Social tem vindo a aumentar ao longo dos anos, atingindo as 20.703 pessoas em 2023 (Figura 72), representando um aumento de 6,7% face a 2011 (+.1264 pensionistas).

O número de pensionistas por 1.000 habitantes em idade ativa regista uma tendência de decréscimo, sobretudo devido à diminuição da população em idade ativa. Em 2023, existiam em Aveiro 276,5 pensionistas por cada 1.000 habitantes em idade ativa, valor inferior às unidades de referência (Figura 73).



20.703

Pensionistas
(2023)

Variação
2011 | 2023

6,7%
(+1264)

Figura 72. Pensionistas da Segurança Social em Aveiro, entre 2011 e 2023.

Fonte: INE.

Nota: Este indicador contabiliza os pensionistas que recebem pensões da segurança social nos casos de invalidez, velhice, doença, doença profissional ou morte.

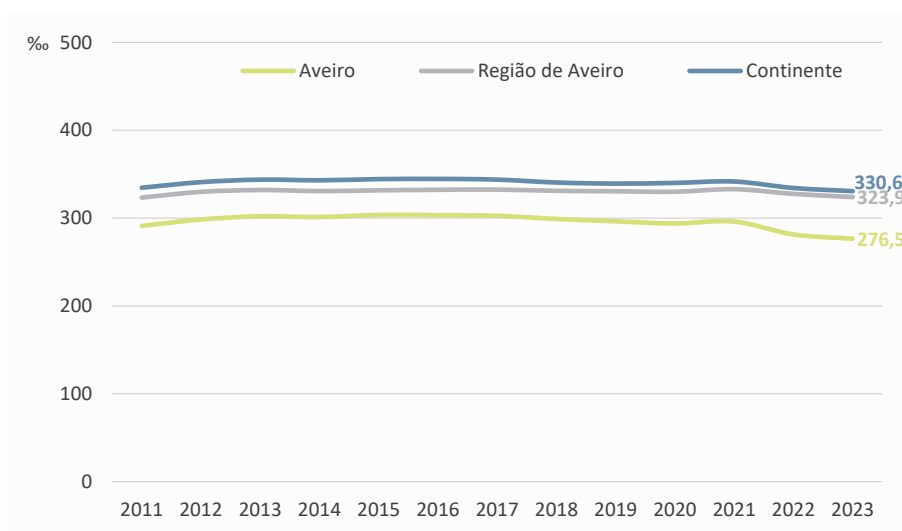


Figura 73. Pensionistas da segurança social por 1.000 habitantes em idade ativa, entre 2011 e 2023.

Fonte: INE.

Do total de pensionistas da segurança social em 2023, 72,9% recebem pensões de velhice, 23,8% de invalidez e 3,3% de sobrevivência.

Numa análise à evolução entre 2014 e 2023, observa-se um decréscimo dos pensionistas por invalidez e sobrevivência e um acréscimo dos pensionistas por invalidez (Figura 74).

652

Pensionistas por invalidez



4.707

Pensionistas por sobrevivência



14.431

Pensionistas por velhice



(2023)

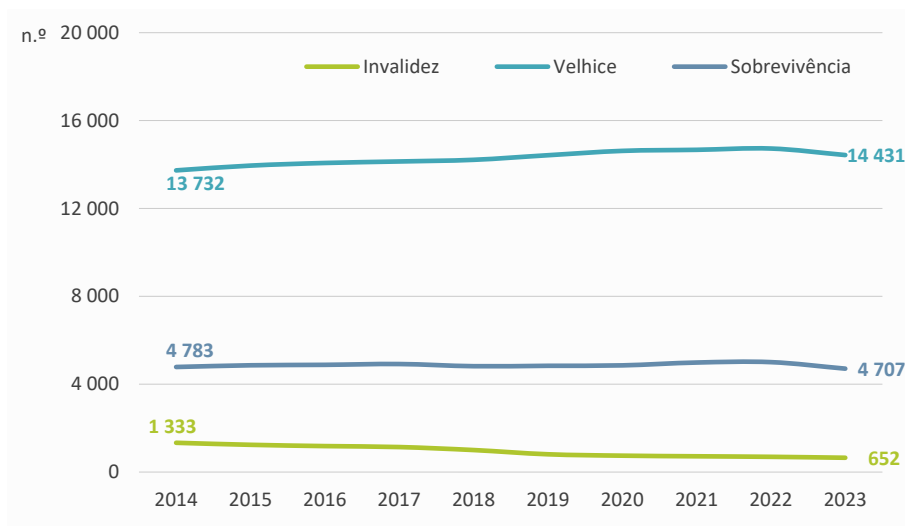


Figura 74. Pensionistas da Segurança Social, por tipo de pensão, em Aveiro, entre 2014 e 2023.

Fonte: INE.

No que diz respeito aos valores médios anuais das pensões, entre 2011 e 2023, o valor médio anual das pensões da Segurança Social aumentou de forma consistente em todas as unidades territoriais. O concelho destaca-se com os valores mais elevados ao longo de todo o período, passando de 4.949 euros em 2011 para 6.924 euros em 2023 (Figura 75).

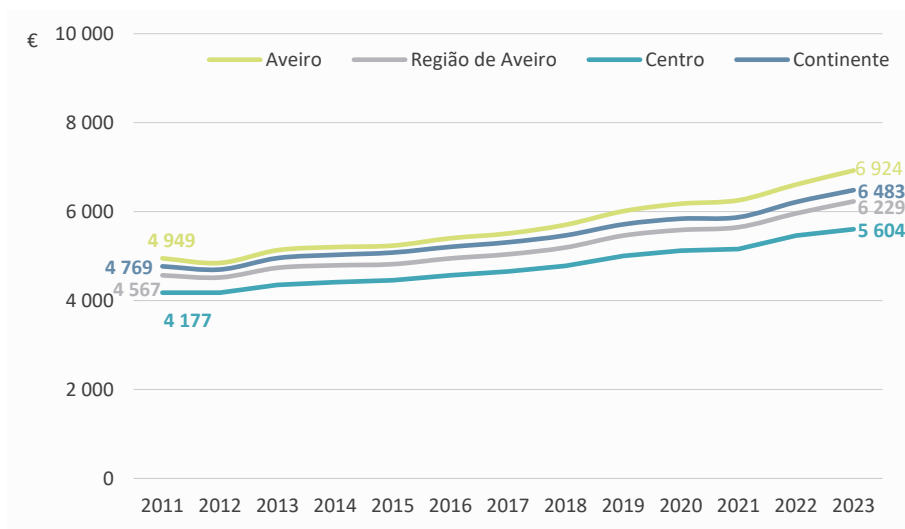


Figura 75. Valor médio anual das pensões da Segurança Social, entre 2011 e 2023.

Fonte: INE.

Em 2023, o valor médio mensal das pensões varia consoante o tipo de pensão. O concelho apresenta valores mais elevados em todos os tipos de pensão.

A pensão de velhice é a mais elevada, atingindo os 565,3€, acima da média do Continente (532,1€). No caso das pensões de invalidez, Aveiro também lidera com um valor médio de

442,9€, enquanto a média nacional se situa nos 431,5€. Quanto à pensão de sobrevivência, é a que apresenta os valores mais baixos, sendo em Aveiro de 290,1€, ainda assim superior à média nacional de 273,2€ (Figura 76).

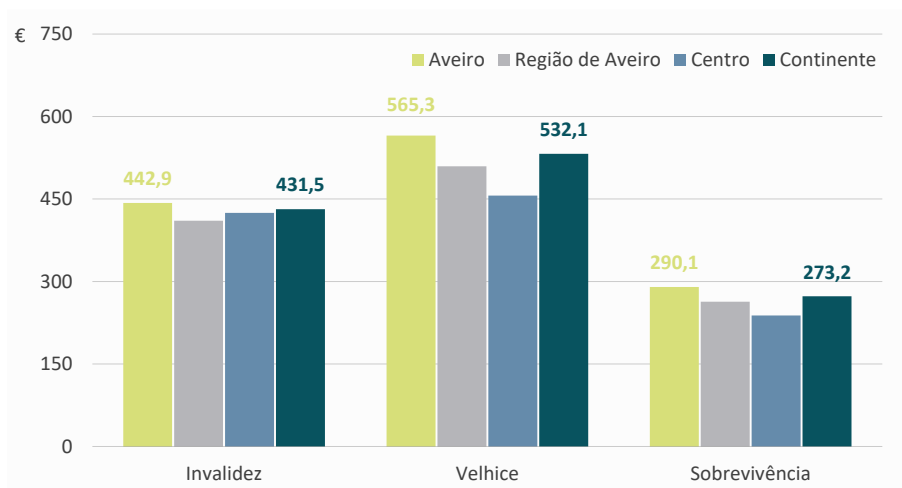


Figura 76. Valor médio mensal das pensões da Segurança Social, por tipo de pensão, em 2023.

Fonte: INE.

442,9€

Valor médio mensal das pensões de invalidez



290,1€

Valor médio mensal das pensões de sobrevivência



565,3

Valor médio mensal das pensões de velhice



(2023)

6.3.2. Complemento solidário para idosos

O CSI é uma prestação social a pessoas com 66 anos ou mais, com baixos recursos económicos. Tem como objetivo garantir um rendimento mínimo mensal, complementar à pensão de velhice ou invalidez. Para ter direito ao CSI, é necessário residir legalmente em Portugal há pelo menos seis anos consecutivos e ter rendimentos anuais inferiores ao limiar definido por lei.

Entre 2023 e 2025, observa-se um aumento no número total de beneficiários do CSI no concelho, com um pico em 2024. Em 2023, registaram-se 1.085 beneficiários, número que sobe para 1.470 em 2024, antes de descer ligeiramente para 1.400 em 2025. Em todos os anos analisados, as mulheres representam a maioria dos beneficiários (mais de 70%), refletindo a uma maior longevidade feminina (Figura 77).

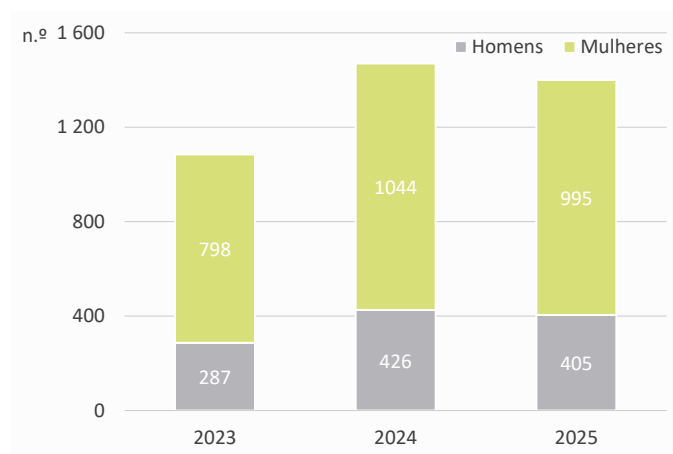


Figura 77. Beneficiários do CSI no concelho, por sexo, em 2023, 2024 e 2025.

Fonte: SESS/DESS.

A distribuição por freguesia evidencia disparidades territoriais na incidência do CSI, que podem estar relacionadas com a densidade populacional, envelhecimento da população e condições socioeconómicas específicas de cada freguesia. Em 2025, destaca a UF de Glória e Vera Cruz, com 297 beneficiários, o que poderá refletir uma maior presença de população idosa em situação de vulnerabilidade no centro urbano (Figura 78).

Seguem-se as freguesias de Esgueira (199), Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (163) e Santa Joana (156). Por outro lado, a freguesia de São Jacinto apresenta o número mais reduzido, com apenas 20 beneficiários.

A grande maioria dos beneficiários concentra-se nos grupos etários mais avançados, com 45,6% entre os 70 e 79 anos e 36,5% com 80 ou mais anos, totalizando cerca de 82% do total (Figura 79).

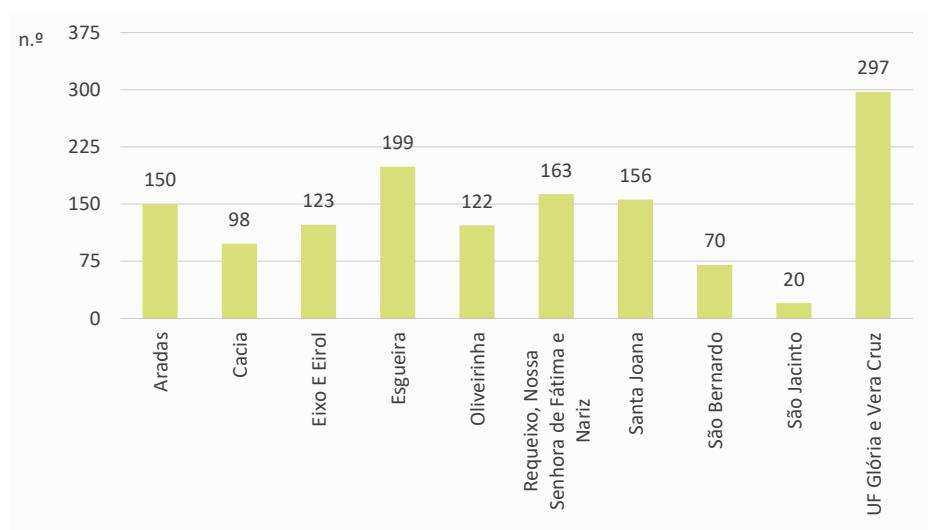


Figura 78. Beneficiários do CSI, por freguesia, em 2025.

Fonte: SESS/DESS.

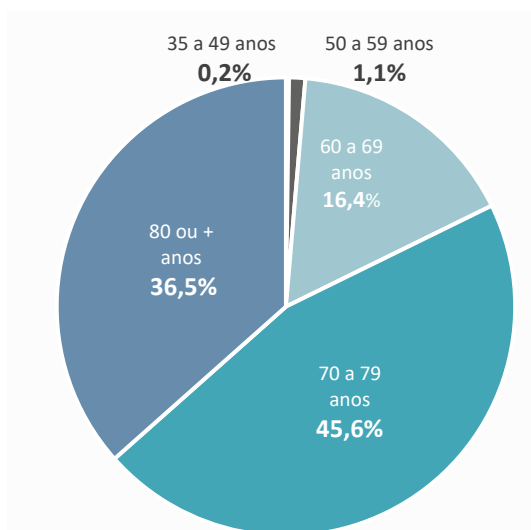


Figura 79. Beneficiários do CSI no concelho, por grupo etário, em 2025.

Fonte: SESS/DESS.

6.3.3. Subsídio de desemprego

O subsídio de desemprego corresponde a uma prestação em dinheiro atribuída aos beneficiários desempregados para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego.

Entre 2023 e 2025, no concelho, o número de beneficiários de prestações de desemprego apresentou uma tendência geral de diminuição (Quadro 34). No caso do subsídio de desemprego, o decréscimo foi de 42%, correspondendo à passagem dos 2.493 para 1.447 beneficiários. Relativamente ao subsídio social de desemprego, o decréscimo foi de 62,5% (de 120 para 45 beneficiários). Por último, o subsídio social de desemprego subsequente, teve uma diminuição de 48,1% (de 260 para 135 beneficiários).

Quadro 34. Beneficiários de prestações de desemprego de residentes no concelho de Aveiro, entre 2023 e 2025.

Ano	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente
	(n.º)		
2023	2 493	120	260
2024	2 802	141	285
2025	1 447	45	135
Total	6 742	306	680

Fonte: SESS/DESS.

Sendo esta uma tendência muito positiva, reflete o que foi já analisado no ponto 5.2, em termos do decréscimo generalizado da taxa de desemprego.

1.215 | 1.559



Beneficiários de subsídio de
desemprego
(2023)

Varição
2014-2023

-706

Homens

-557

Mulheres

A análise dos dados desagregados por género e montantes auferidos, permite identificar alguns dos grupos que revelam maior fragilidade. Desde logo, uma maior vulnerabilidade das mulheres, uma vez que são mais as beneficiárias (1.559), comparativamente aos homens (1.215) em 2023 (Figuras 80 e 81). Paralelamente, e como reflexo da desigualdade salarial, os valores médios de subsídio de desemprego auferidos pelas mulheres (3.118€) são inferiores aos dos homens (3.474€).

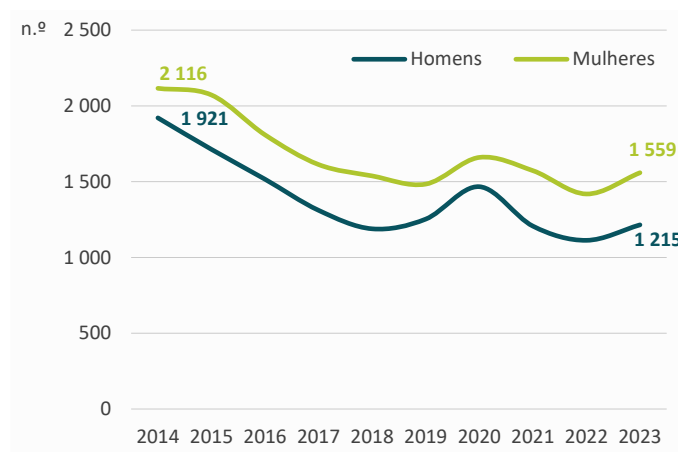


Figura 80. Beneficiários de subsídios de desemprego, da segurança social, no concelho de Aveiro, por sexo, entre 2014 e 2023.

Fonte: INE.

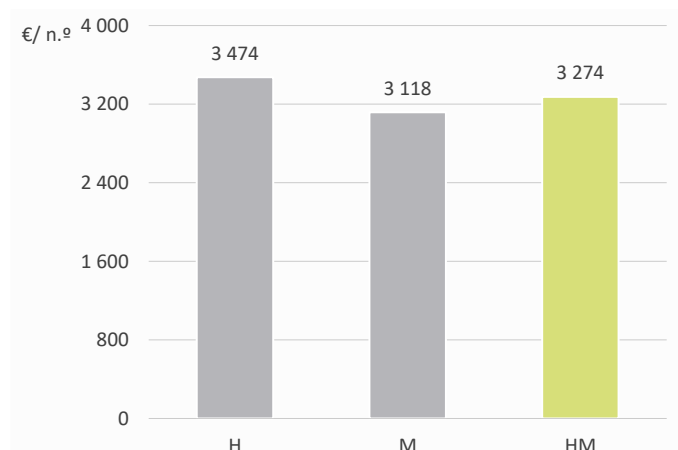
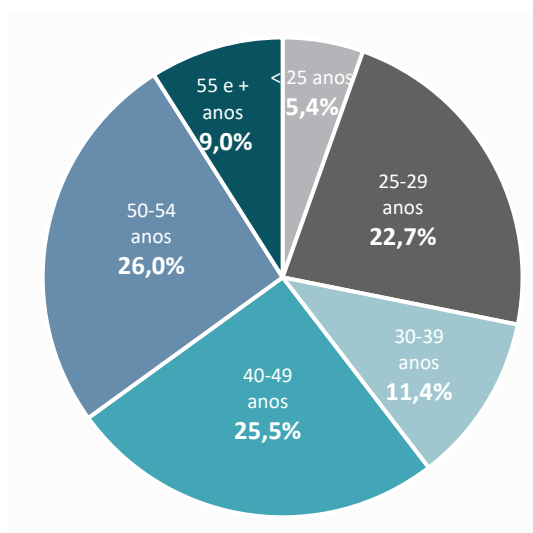


Figura 81. Valor médio do subsídio de desemprego da segurança social, no concelho de Aveiro, por sexo, em 2023.

Fonte: INE.

No que respeita à desagregação por escalão etário, destaca-se o desemprego jovem até aos 29 anos (28,2%), mas também a maior vulnerabilidade das pessoas com idades compreendidas entre os 40 e os 49 anos (25,5%), entre os 50 e os 54 anos de idade (26,0%) e com 55 e mais anos (9,0%). Deste modo, os desempregados destes três últimos escalões

etários totalizam 60,4% dos beneficiários de subsídio de desemprego (Figura 82), evidenciando uma maior vulnerabilidade ao desemprego entre a população mais velha, que poderá enfrentar maiores dificuldades na reintegração no mercado de trabalho, seja por fatores associados à idade, à requalificação profissional ou à discriminação etária.



28,2% (781)

Dos beneficiários de subsídio de desemprego tinham menos de 29 anos

35,0% (970)

Dos beneficiários de subsídio de desemprego tinham mais de 50 anos (2023)

Figura 82. Beneficiários do subsídio de desemprego da segurança social, no concelho de Aveiro, por escalão etário, em 2023.

Fonte: INE.

Por último, os beneficiários tendem a permanecer menos tempo em situação de desemprego face à média regional e nacional (Figura 83). Deste modo, em 2023, a duração média do subsídio de desemprego no concelho foi de 154 dias para os homens e 164 dias para as mulheres. Estes valores situam-se abaixo da média registada tanto na Região de Aveiro (158 dias para homens e 169 para mulheres) como no total do Continente (167 dias para homens e 175 para mulheres).

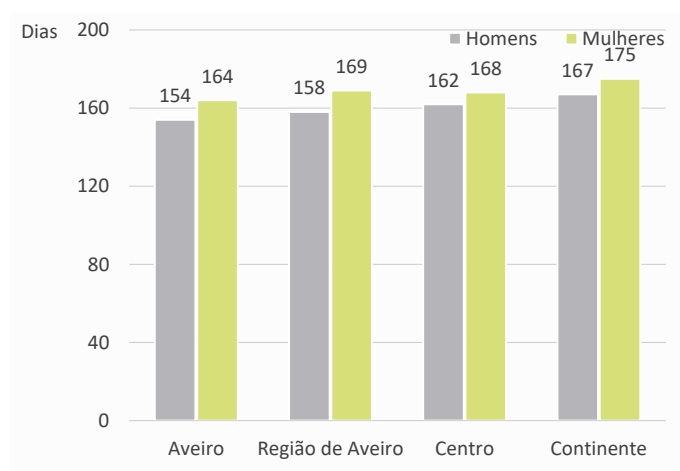


Figura 83. Duração média (dias) do subsídio de desemprego da segurança social, em 2023.

Fonte: INE.

6.3.4. Rendimento social de inserção

O RSI é um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas, e; por um programa de inserção que integra um contrato (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros.

Em 2023, existiam 1.432 beneficiários do RSI no concelho, menos 274 beneficiários do que em 2017 (-16,1%). Em termos relativos, este decréscimo foi superior ao observado a nível regional e nacional (Quadro 35).

Relativamente ao total da população residente, a percentagem de beneficiários era de 1,7% em 2023, ligeiramente inferior ao observado em 2017 (2,1%). No que respeita ao perfil etário dos beneficiários, destaca-se a elevada proporção de jovens: em 2023, 42,3% tinham menos de 25 anos, o que evidencia uma forte incidência da vulnerabilidade social entre a população jovem.

Quadro 35. Beneficiários do rendimento social de inserção em 2017 e 2023.

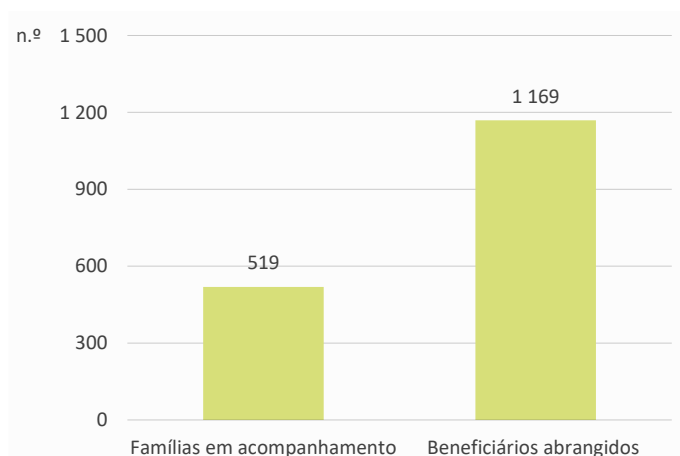
Unidade territorial	Beneficiários		Beneficiários em % da pop. residente		Escala etária			
					Menos de 25 anos	25 - 39 anos	40 - 54 anos	55 e mais anos
	2017	2023	2017	2023	2023			
	(n.º)		(%)		(%)			
Aveiro	1 706	1 432	2,1	1,7	42,3	17,3	20,7	19,6
Região de Aveiro	7 305	6 204	2,0	1,6	43,0	16,3	17,7	23,0
Centro	35 351	31 302	2,1	1,8	37,6	16,4	20,4	25,6
Continente	258 194	223 833	2,6	2,2	40,4	16,1	20,1	23,3

Fonte: INE.

42,3%
Beneficiários de RSI com
menos de 25 anos
(2023)

Variação
2017 | 2023
-16,1%
(-274)

Os dados mais recentes indicam que a 31 de dezembro de 2024, existiam 519 famílias beneficiárias da medida de RSI em acompanhamento, perfazendo um total de 1.169 beneficiários abrangidos (Figura 84, quadro 36 e anexo 2). De entre as 13 instituições com protocolo RSI, destaca-se a Fundação CESDA (402 beneficiários), o Centro Social Santa Joana Princesa (127) e a Associação de Solidariedade Social Casa Mãe de Aradas (88).



519
Famílias em
acompanhamento no RSI
(2024)

1.169
Beneficiários de RSI
(2024)

Figura 84. Famílias e beneficiários em acompanhamento no concelho, em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

Quadro 36. Famílias e beneficiários em acompanhamento RSI, por instituição, em 2024.

Freguesia ou área de intervenção específica	Instituição com Protocolo RSI	Famílias em acompanhamento RSI	
		Famílias em acompanhamento	Beneficiários abrangidos
		n.º	
Aradas	ASSCMA	36	88
Alcoolismo	Centro Alcoólicos Recuperados do Distrito de Aveiro	15	20
Bairro Santiago	Florinhas do Vouga	23	65
Cacia	Centro Social e Paroquial de Cacia	28	45
Confidenciais (PVVD)	CMA - processos confidenciais	3	9
Eixo	Associação de Melhoramentos de Eixo	25	57
Esgueira	Fundação CESDA	141	402
Nossa Senhora de Fátima, Requeixo, Nariz	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima	26	67
Oliveirinha	SCMA - Oliveirinha	28	68
São Bernardo	Fundação Padre Félix	15	42
Santa Joana	Centro Social Santa Joana Princesa	47	127
São Jacinto	Centro Social e Paroquial São Jacinto	4	8
Sem-abrigo	Cáritas Diocesana de Aveiro	45	51
UF Glória e Vera Cruz	SCMA - Glória	49	64
UF Glória e Vera Cruz	Centro Comunitário da Vera Cruz	34	56
Total		519	1 169

Fonte: DAS da CMA.

Relativamente à tipologia familiar dos titulares da medida de RSI, destaca-se a prevalência da categoria “isolado” com um total de 296 indivíduos (53,8%), seguindo-se as famílias nucleares com filhos (123, correspondendo a 22,4%) (Figura 85).

Ao nível das problemáticas identificadas, verifica-se que o desemprego atinge o valor mais relevante com 418 situações, seguido de problemáticas ao nível da situação económica e de saúde, com 410 e 303 casos, respetivamente (Figura 86).

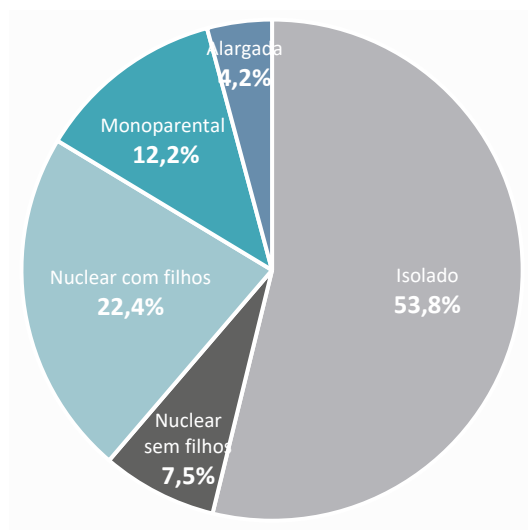


Figura 85. Tipologia dos agregados familiares beneficiários de RSI em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

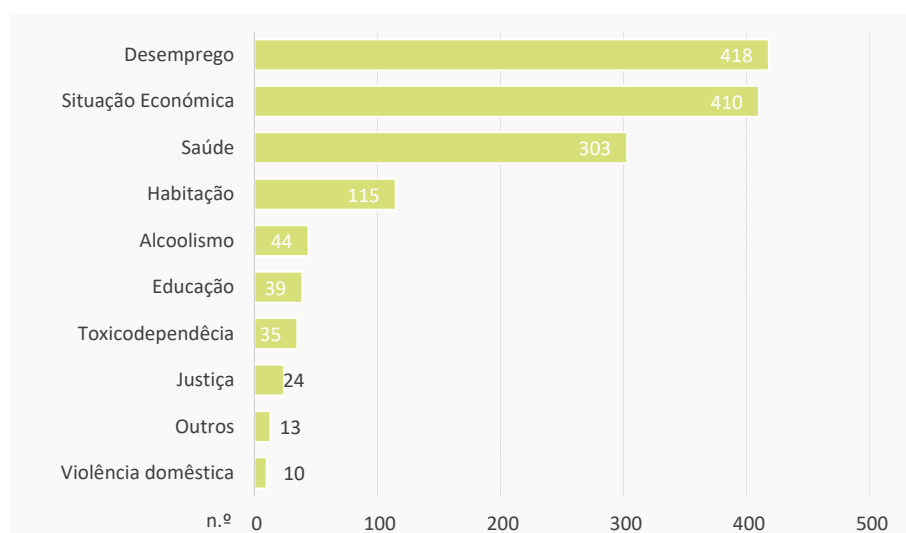


Figura 86. Problemáticas identificadas nos beneficiários de RSI em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

Em 2024, a maioria dos agregados familiares beneficiários do RSI no concelho vivia em condições habitacionais marcadas por algum grau de precariedade. Destaca-se que 27,5% residiam em parte de casa (como quartos, anexos ou bungalows), 20,4% em construções abarracadas e 8,0% encontravam-se sem teto ou abrigo, revelando situações de significativa vulnerabilidade social (Figura 87). Dos restantes agregados, 23,9% viviam em apartamentos e 20,3% em moradias.

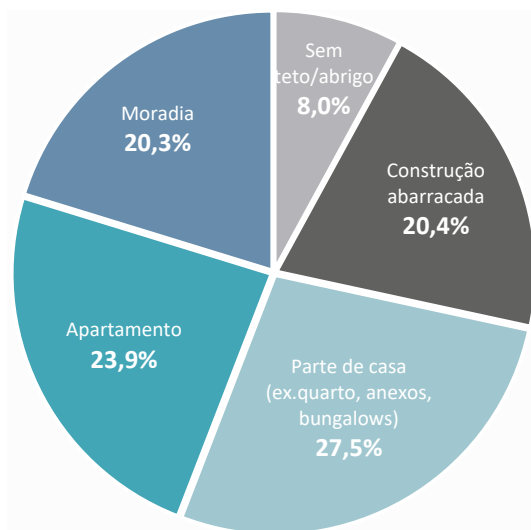


Figura 87. Tipologia da habitação dos agregados familiares beneficiários de RSI em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

55,9% ⁽³⁰⁹⁾

Dos agregados beneficiários
viviavam em condições
habitacionais precárias



(2024)

Relativamente a outras fontes de rendimento dos agregados familiares, observa-se que a maioria recebe prestações sociais/subsídios (116 casos), seguido da categoria outros (36 casos). Os salários aparecem em terceiro lugar (26 casos), seguindo-se as pensões (19 casos) e, por último, o subsídio de desemprego, com apenas 5 casos (Figura 88).

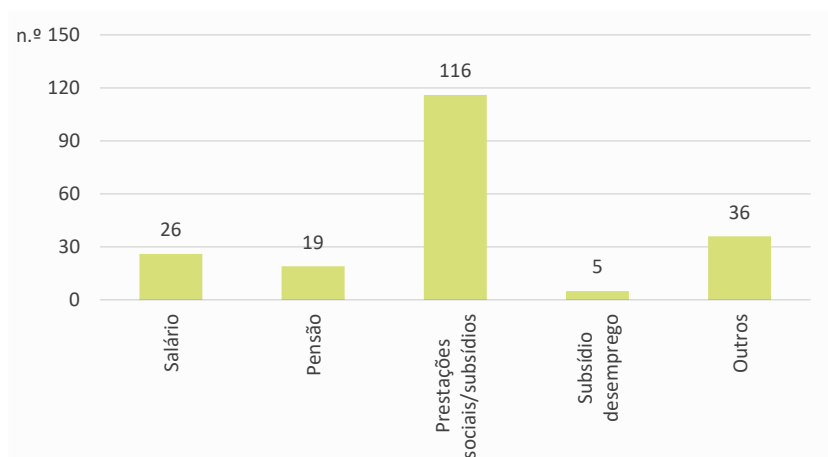


Figura 88. Outras fontes de rendimento dos agregados familiares beneficiários de RSI em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

A maioria dos agregados vive com rendimentos muito baixos, concentrados sobretudo entre os 201€ e os 600€, refletindo uma situação económica bastante vulnerável. Deste modo, a grande maioria situa-se no escalão entre 201€ e 400€ (278 casos), seguido pelo escalão entre 401€ e 600€ (108 casos). Os agregados sem rendimentos (43) e com rendimentos até 200€ (42) têm números semelhantes. Importa referir a existência de 50 agregados com rendimentos entre 601€ e 800€, e apenas 23 com mais de 801€ (Figura 89).

51,1%

Dos agregados recebem entre 201€ a 400€



13,4%

Dos agregados recebem mais de 601€



(2024)

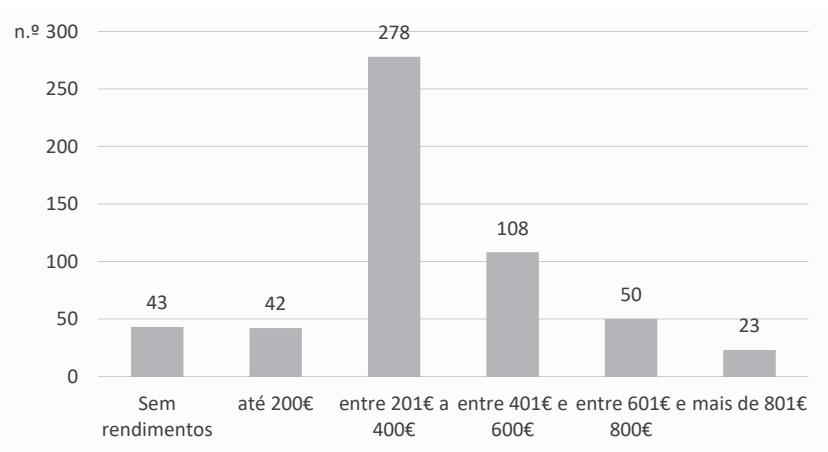


Figura 89. Escalão de rendimentos dos agregados familiares beneficiários de RSI em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

Relativamente ao tempo de acompanhamento dos agregados familiares beneficiários de RSI em 2024, observa-se que a grande maioria (68,8%) está em acompanhamento há mais de 12 meses (Figura 90), o que indica processos prolongados e situações de maior complexidade social. Os novos processos (com 1 a 3 meses) representam 12,9%, seguidos por agregados acompanhados entre 4 a 6 meses (8,8%) e entre 7 a 12 meses (9,5%).

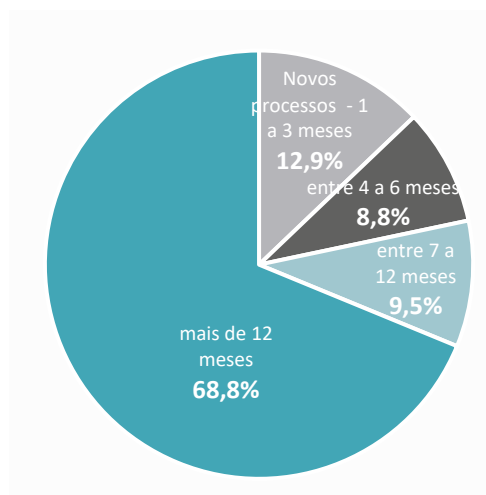


Figura 90. Tempo de acompanhamento dos agregados familiares beneficiários de RSI em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

A medida de RSI pressupõe a celebração de um Contrato de Inserção, o qual contempla um conjunto de deveres e direitos, com vista à integração social e profissional dos beneficiários. Este contrato implica que os elementos do agregado familiar apresentem total disponibilidade para o trabalho e para participarem em ações de formação profissional com vista à sua autonomia financeira. A par destas, é ainda importante que os mesmos se envolvam em atividades que apoiem a sua integração social e comunitária, nomeadamente

através de ações que promovam a sua condição de saúde, os níveis de instrução, as condições de habitação, entre outras áreas. Do total de 1.045 beneficiários abrangidos, no âmbito dos 332 contratos de inserção assinados no período em análise (2024), a 31 de dezembro, encontravam-se em vigor 2.032 ações de inserção (Figura 91).

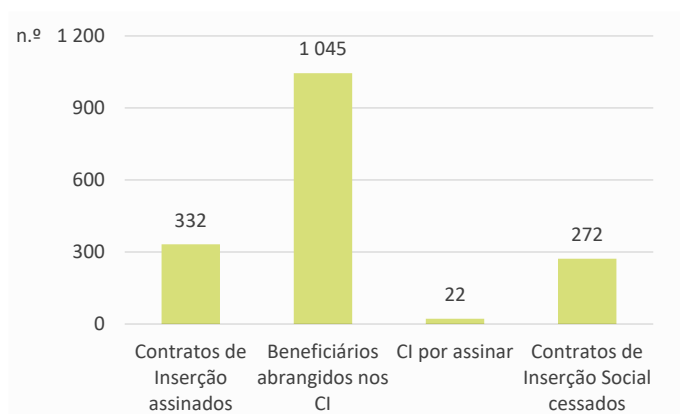


Figura 91. Execução dos Contratos de Inserção (CI) em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

6.3.5. Subsídio de assistência à 3ª pessoa e prestação social para a inclusão

O subsídio de assistência à 3.ª pessoa é uma prestação mensal em dinheiro que se destina a compensar as famílias com descendentes, a receber abono de família com bonificação por deficiência, que estejam em situação de dependência e que necessitem do acompanhamento permanente de terceira pessoa.

Em Aveiro, em 2023, existiam 40 beneficiários desta prestação social, o que representa um total de mais 6 beneficiários face a 2017 (Figura 92). O valor médio anual por beneficiário era de 1.225€ (em 2017, esse valor anual era de 1.176€).

A PSI destina-se a compensar os encargos gerais acrescidos que resultam da situação de deficiência, tendo em vista promover a autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência (componente base). Para além da componente base, a PSI tem ainda uma componente de complemento, que tem como objetivo combater a pobreza das pessoas com deficiência, e uma componente de majoração, que visa compensar encargos específicos resultantes da situação de deficiência.

A PSI originou um novo paradigma ao privilegiar a relação das prestações na área da deficiência com o exercício de atividade profissional, constituindo uma mudança importante ao nível da promoção da participação laboral e autonomização das pessoas com deficiência. A possibilidade de acesso a esta medida pelas pessoas com deficiência,

40

Beneficiários do subsídio por assistência à terceira pessoa



1.225€

Valor médio anual por beneficiário



(2023)

independentemente da situação laboral assume forte impacto na vida das pessoas com deficiência, designadamente ao nível da efetivação de direitos fundamentais.

O número de titulares passou de 1.111 em 2023 para 1.246 em 2024, com uma ligeira diminuição para 1.196 em 2025. A maioria das freguesias mantém números próximos dos registados no ano anterior, com pequenas variações (Quadro 37). Destaca-se a UF de Glória e Vera-Cruz, que continua a ter o maior número de titulares (295), apesar de uma ligeira redução. Seguem-se as freguesias de Esgueira (213), Santa Joana (132) e Aradas (131).

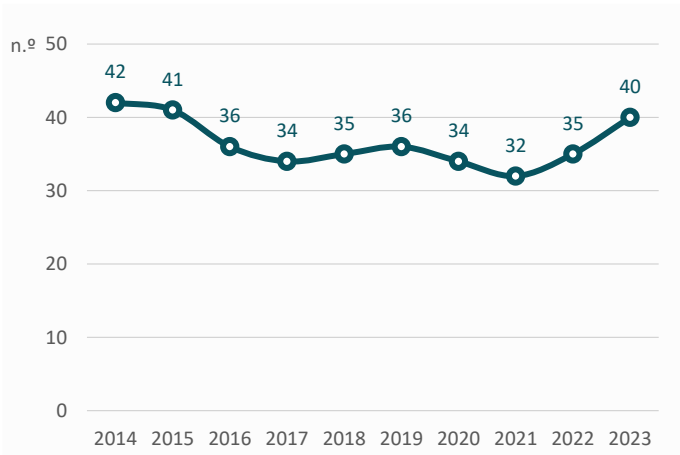


Figura 92. Beneficiários do subsídio por assistência à terceira pessoa da segurança social, no concelho, entre 2014 e 2023.
Fonte: INE.

1.196
Beneficiários de PSI



(2025)

3.742€
Valor médio anual por beneficiário



(2023)

Quadro 37. Titulares de PSI, por freguesia, em 2023, 2024 e 2025.

Freguesia	2023	2024	2025
	(n.º)		
Aradas	109	133	131
Cacia	87	96	91
Eixo E Eirol	110	124	124
Esgueira	195	225	213
Oliveirinha	67	74	67
Requeixo, Nossa Senhora De Fátima E Nariz	68	77	72
Santa Joana	127	143	132
São Bernardo	63	63	63
São Jacinto	7	8	8
UF Glória e Vera Cruz	278	303	295
Total	1 111	1 246	1 196

Fonte: SESS/DESS.

O número de titulares de PSI no concelho em 2025 é equilibrado entre homens (596) e mulheres (600). Em comparação a 2024, verifica-se uma redução em ambos os sexos,

seguindo a tendência de estabilização já observada. Apesar desta diminuição face ao ano anterior, os valores mantêm-se superiores aos de 2023, confirmando um crescimento global ao longo do período analisado (Figura 93).

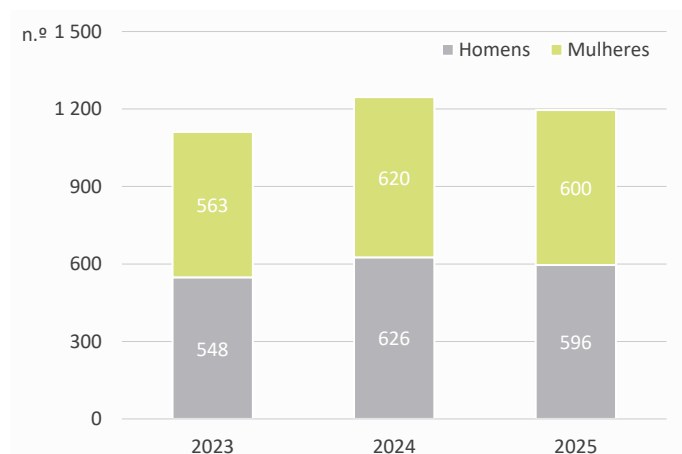


Figura 93. Titulares de PSI no concelho, por sexo, em 2023, 2024 e 2025.

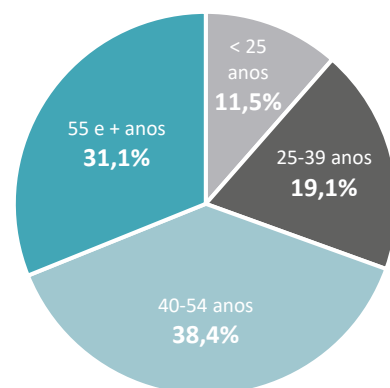
Fonte: SESS/DESS.

A maioria dos titulares situa-se no grupo etário entre os 40 e 54 anos (38,4%), seguida pelos indivíduos com 55 anos ou mais (31,1%). Os titulares entre 25 e 39 anos representam 19,1% e os menores de 25 anos correspondem a 11,5% (Quadro 38).

Quadro 38. Titulares de PSI no concelho, por escalão etário, em 2023, 2024 e 2025.

Escalão etário	2023	2024	2025
	(n.º)		
Até 4 anos	5	5	3
5 a 9 anos	12	25	26
10 a 14 anos	23	36	25
15 a 19 anos	33	38	39
20 a 24 anos	38	44	44
25 a 29 anos	67	68	67
30 a 34 anos	69	76	73
35 a 39 anos	99	87	88
40 a 44 anos	127	148	129
45 a 49 anos	136	156	158
50 a 54 anos	194	207	172
55 a 59 anos	192	210	198
60 a 64 anos	67	87	111
65 a 69 anos	32	35	38
70 a 74 anos	8	11	14
75 ou mais anos	9	13	11
Total	1 111	1 246	1 196

Fonte: SESS/DESS.



Em 2025, a maioria dos titulares de PSI no concelho tem uma incapacidade entre 60% e 80% (727 pessoas), embora este número tenha diminuído em relação a 2024 (774). Por outro lado, o número de titulares com incapacidade superior ou igual a 80% aumentou ligeiramente para 265. As pensões de direito inalienável continuam a diminuir, atingindo 204 titulares em 2025 (Figura 94).

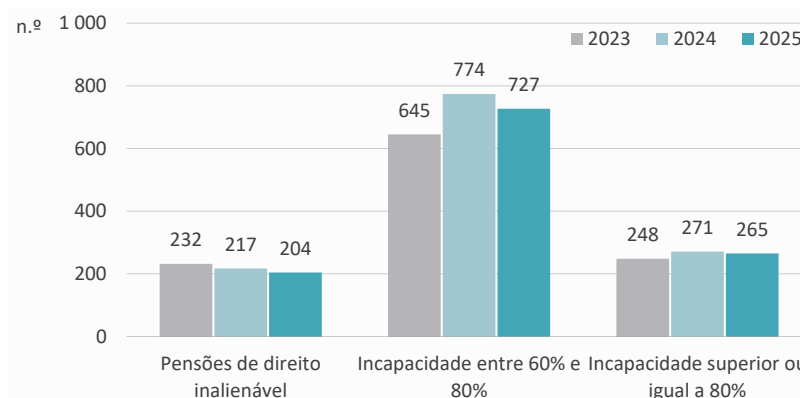


Figura 94. Titulares de PSI no concelho, por escalão de incapacidade, em 2023, 2024 e 2025.

Fonte: SESS/DESS.

6.3.6. Abono de família

O abono de família é uma prestação em dinheiro atribuída mensalmente pela Segurança Social, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Entre 2014 e 2019, o número de agregados beneficiários do abono de família no concelho apresentou uma tendência de descida, atingindo o valor mais baixo em 2019 (4.759). A partir de 2020, registou-se uma recuperação acentuada, culminando em 2022 com o valor mais elevado do período (5.681 beneficiários). Em 2023, houve uma ligeira diminuição para 5.528, mantendo-se, ainda assim, acima dos níveis registados antes de 2020 (Figura 95).

A análise do número de beneficiários é semelhante à descrita anteriormente, salientando-se a existência de 8.166 beneficiários descendentes ou equiparados do abono de família para crianças e jovens, mais 195 face a 2014 (Figura 96).

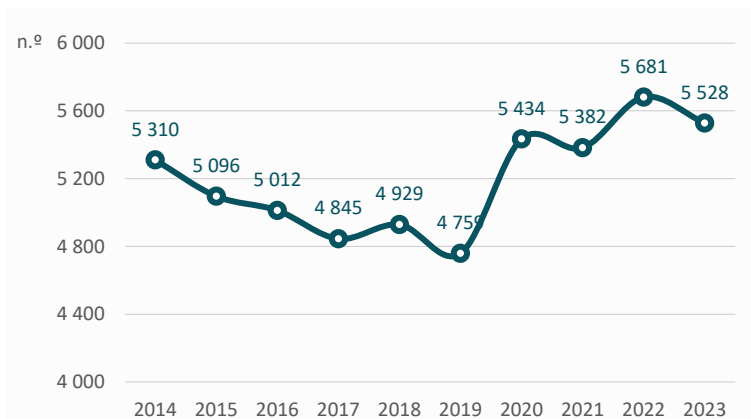


Figura 95. Beneficiários do abono de família para crianças e jovens da segurança social, no concelho, entre 2014 e 2023.

Fonte: INE.

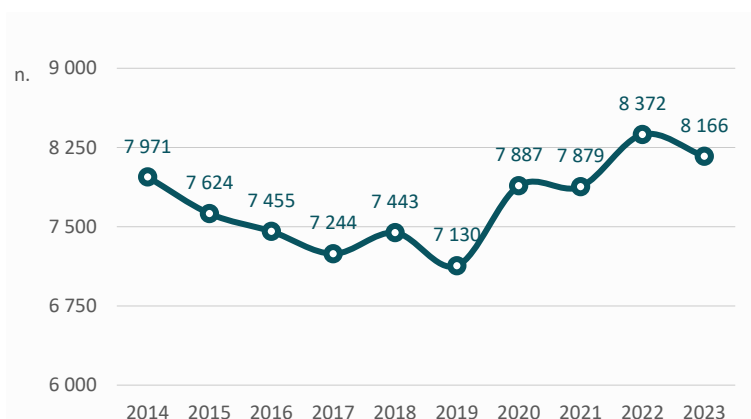


Figura 96. Beneficiários descendentes ou equiparados do abono de família para crianças e jovens da segurança social, no concelho, entre 2014 e 2023.

Fonte: INE.

5.528

Agregados beneficiários do abono de família



(2023)

8.166

Beneficiários descendentes ou equiparados do abono de família



(2023)

1.481,4€

Valor médio anual por agregado familiar



(2023)

6.4. Ação social

6.4.1. Serviço de atendimento e acompanhamento social

O SAAS é um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

Formalmente, os objetivos do SAAS são:

- a) Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequados a cada situação;
- b) Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- c) Prevenir situações de pobreza e de exclusão sociais;

- d) Contribuir para a aquisição e/ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social;
- e) Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- f) Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Em 2023, contabiliza-se um total de 1.810 processos familiares sob gestão das equipas técnicas, destacando-se o Centro Social Santa Joana Princesa (192), a Associação de Solidariedade Social Casa Mãe Aradas (191) e o Centro Social Paroquial Nossa Senhora de Fátima (181) como as IPSS's com maior número de processos familiares integrados nesta resposta (Quadro 39 e anexo 2).

Quadro 39. Famílias e beneficiários em acompanhamento no SAAS, por instituição, em 2024.

Freguesia ou área de intervenção específica	Nome da Instituição com Protocolo SAAS	Famílias com processo	Famílias em acompanhamento	Beneficiários abrangidos
		n.º		
Alcoolismo	CARDA	94	71	222
Aradas	ASSCMA	191	76	437
Bairro Santiago	Florinhas do Vouga	166	43	196
Cacia	Centro Social e Paroquial de Cacia	127	20	122
Confidenciais (PVVD)	CMA - processos confidenciais	1	1	3
Eixo	Associação de Melhoramentos de Eixo	163	77	457
Esgueira	Fundação CESDA	147	43	360
Nossa Senhora de Fátima, Requeixo, Nariz	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima	181	62	381
Oliveirinha	SCMA - Oliveirinha	75	36	171
São Bernardo	Fundação Padre Félix	63	29	118
Santa Joana	Centro Social Santa Joana Princesa	192	46	390
São Jacinto	Centro Social e Paroquial São Jacinto	29	14	69
Sem-abrigo	Cáritas Diocesana de Aveiro	164	34	180
UF Glória e Vera Cruz	Centro Comunitário da Vera Cruz	92	36	179
UF Glória e Vera Cruz	SCMA ⁵ - Glória	125	73	241
Total		1 810	661	3 526

Fonte: DAS da CMA.

Dos 1.810 processos, 661 dizem respeito a famílias em acompanhamento, com Acordo de Intervenção Social contratualizado. O total de beneficiários abrangidos é de 3.526 pessoas, destacando-se a Associação de Melhoramentos de Eixo (457), o Centro Social Santa Joana Princesa (390) e o Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Fátima (381).

⁵ De notar que o SAAS da Cáritas Diocesana de Aveiro assegura, também, o atendimento a PSSA.

Nas 1.647 famílias caracterizadas ao nível da tipologia familiar, destaca-se como predominante a categoria “isolado” (42,1%), de que são exemplo pessoas idosas e pessoas em situação de sem abrigo (Figura 97).

No que concerne à tipologia de problemáticas identificadas no âmbito da intervenção do SAAS, destacam-se as respeitantes à área da situação económica, saúde, e desemprego, com 935, 779 e 558 casos, respetivamente. Realça-se, ainda, a incidência da problemática “habitação” com 443 casos (Figura 98).

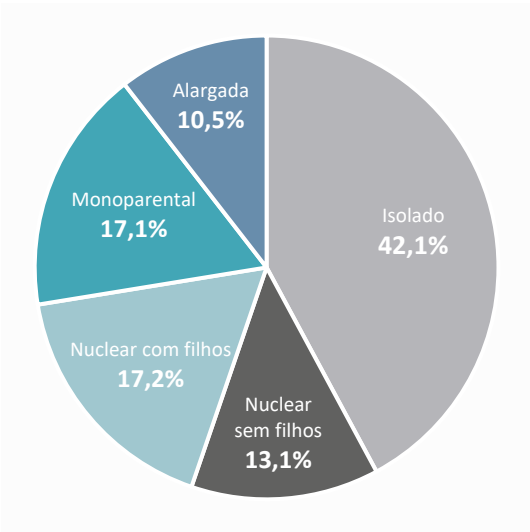


Figura 97. Tipologia dos agregados familiares abrangidos pelo SAAS em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

661

Famílias em
acompanhamento no SAAS
(2024)

3.526

Beneficiários abrangidos pelo
SAAS
(2024)

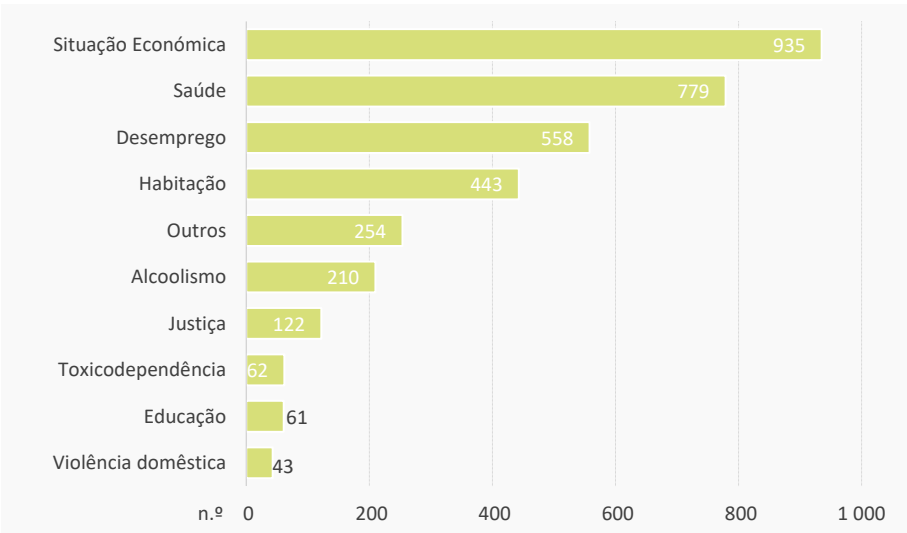


Figura 98. Problemáticas identificadas nos beneficiários abrangidos pelo SAAS em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

A maioria dos agregados abrangidos pelo SAAS reside em moradias (36,7%), seguida de apartamentos (31,6%). De sublinhar que uma parte significativa vive em condições mais precárias (Figura 99), como parte de casa (20,2%) ou sem teto/abrigo (9,0%).

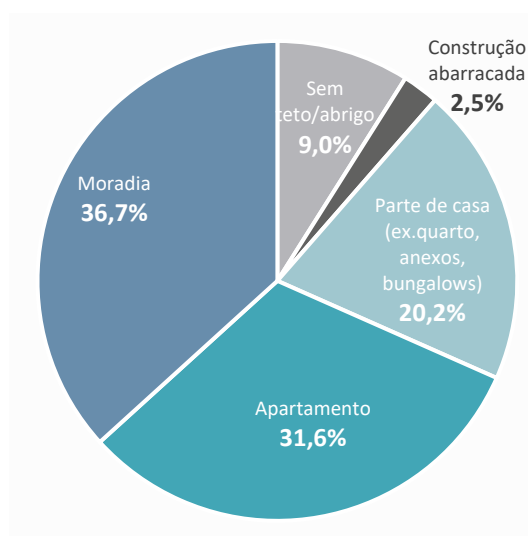


Figura 99. Tipologia da habitação dos agregados familiares abrangidos pelo SAAS em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

38,4% (617)

Dos agregados abrangidos pelo SAAS recebem salário



29,4% (473)

Dos agregados abrangidos pelo SAAS são pensionistas



(2024)

A principal fonte de rendimento dos agregados familiares abrangidos pelo SAAS é o salário, com 617 famílias nesta situação. Seguem-se as pensões (473) e as prestações sociais/subsídios (174). Um número relevante de agregados não possui qualquer rendimento (210). O subsídio de desemprego é a principal fonte de rendimento para 60 famílias, enquanto 73 famílias indicaram outras fontes (Figura 100).

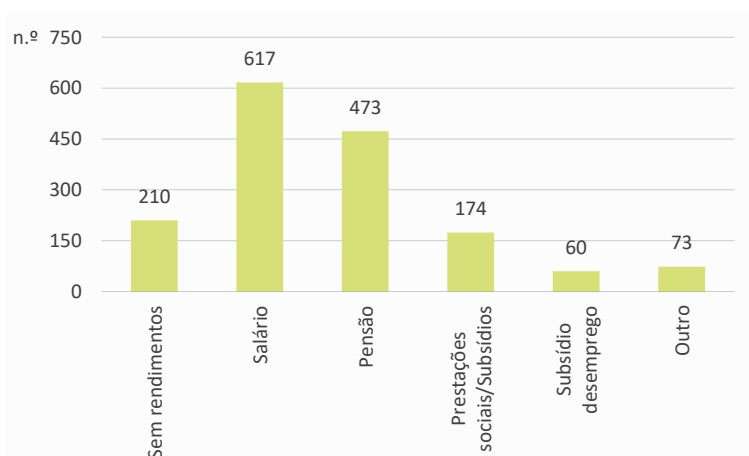


Figura 100. Principal fonte de rendimento dos agregados familiares abrangidos pelo SAAS em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

Relativamente aos escalões de rendimentos das famílias acompanhadas no SAAS, os valores distribuem-se por vários intervalos. Destacam-se 476 famílias com rendimentos superiores

a 801€, 298 famílias com rendimentos entre 401€ e 600€, e 292 famílias com rendimentos entre 601€ e 800€. Importa ainda salientar que 210 agregados familiares não registam qualquer rendimento (Figura 101).

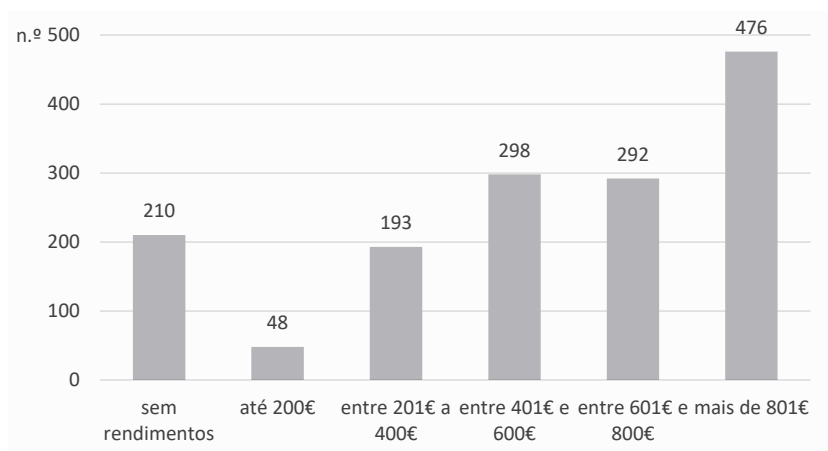


Figura 101. Escalão de rendimentos dos agregados familiares beneficiários abrangidos pelo SAAS em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

No que respeita ao tempo de acompanhamento dos agregados familiares no SAAS, verifica-se que a maioria (837 agregados) está em acompanhamento há mais de 12 meses, evidenciando a presença de situações de maior complexidade social (Figura 102). Os processos com duração entre 7 e 12 meses correspondem a 18,2% (282 agregados), seguindo-se os novos processos, com 1 a 3 meses de acompanhamento (15,4%, 239 agregados), e, por fim, os processos com duração entre 4 e 6 meses (12,2%, 189 agregados).

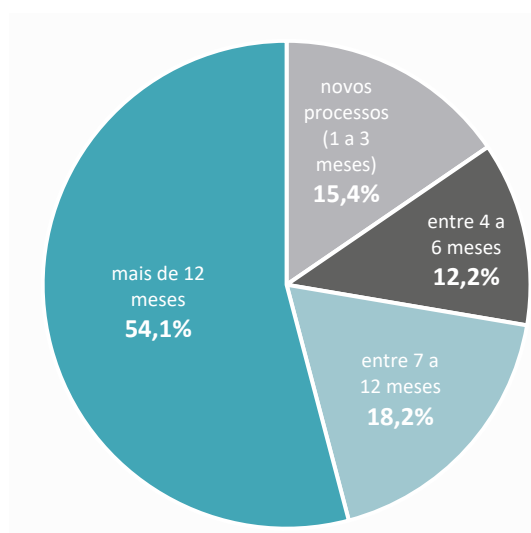


Figura 102. Tempo de acompanhamento dos agregados familiares beneficiários abrangidos pelo SAAS em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

29,7%

Dos agregados recebem menos de 400€



31,4%

Dos agregados recebem mais de 801€



(2024)

6.4.2. Subsídios eventuais e emergentes atribuídos

Os apoios económicos a atribuir às famílias/indivíduos acompanhados assumem duas modalidades, designadamente, de carácter emergente ou de carácter eventual, sendo que, em ambos os casos, destinam-se às famílias em acompanhamento pelas IPSS protocoladas. A concretização dos apoios implica um processo de análise técnica, por parte das equipas de SAAS/RSI, da DAS da CMA e, por fim, aprovação do Presidente da CMA e uma posterior ratificação do Executivo Municipal em sede de Reunião de Câmara. Durante o período reportado, foram apresentados 349 pedidos de apoio económico, sendo que destes, 223 correspondem a munícipes acompanhados em SAAS; 103 acompanhados em RSI e 12 encaminhados pela Linha Nacional de Emergência Social (LNES). Existiram, ainda, 11 pedidos para aquisição de senhas da cozinha social (categoria RSI e SAAS). O resultado destes pedidos de apoio representa uma média de 29 pedidos/mês.

Das instituições com Protocolo com a CMA, a Cáritas Diocesana de Aveiro, a Fundação CESDA, e a ASS Casa Mãe de Aradas, destacam-se como as que solicitaram um maior número de pedidos, com 122, 44 e 40 casos, respetivamente (Figura 103). É possível inferir uma correlação desta incidência de pedidos de apoio com o número de famílias beneficiárias de RSI e em acompanhamento pelas várias IPSS, sendo também as acima indicadas, as que gere um maior número de processos no âmbito dessa medida.

15.147,2€

Valores apoiados emergentes

10.190,5€

Valores apoiados subsídios eventuais



(2024)

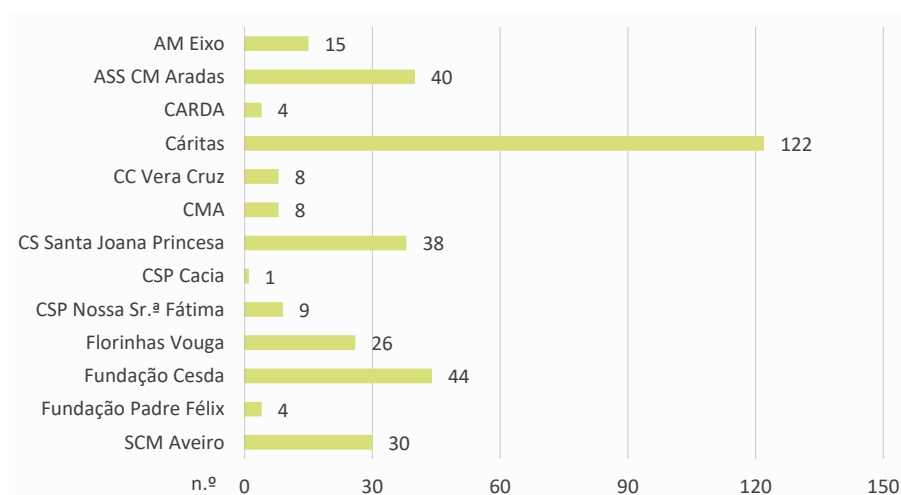


Figura 103. Pedidos de Subsídios eventuais e emergentes, por IPSS, em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

Do total de 349 pedidos de atribuição de apoio recebidos, 297 foram aprovados, 33 foram indeferidos e 19 ficaram sem efeito.

Do valor total dos subsídios aprovados no montante de 23.337,7€, os subsídios de emergência são os que assumem maior valor económico (15.147,2€), destinando-se a alojamento, nomeadamente, para resposta às situações sinalizadas pela LNES ou a apoiar pessoas em situação de sem abrigo/desalojados.

No que diz respeito à tipologia dos apoios atribuídos – subsídios eventuais e emergentes, no âmbito das três respostas SAAS, RSI e LNES, constata-se que a grande maioria se reporta à necessidade de apoio para aquisição de medicação, despesas com habitação, nomeadamente, eletricidade, água e gás e alojamento de emergência.

6.4.3. Linha de emergência social

A LNES é um serviço telefónico público, gratuito, e de funcionamento ininterrupto, integrado no Instituto da Segurança Social, regulada pela Portaria n.º 371/2019, de 14 de outubro, que tem como objetivo garantir resposta imediata a situações que necessitem de atuação emergente e urgente no âmbito da proteção social.

Na sequência do processo de transferência de competências em matéria de ação social, o seguimento e acompanhamento às situações reportadas à LNES ocorridas no concelho, são da responsabilidade dos respetivos SAAS. Após a receção dos Boletins de Emergência (BE) na DAS da CMA, os mesmos são remetidos às equipas técnicas das IPSS's, de acordo com a área de residência dos cidadãos sinalizados e com as problemáticas identificadas, para avaliação social à situação exposta, com carácter urgente. Tratando-se de problemáticas de elevada complexidade, que exigem uma atuação imediata - como situações de violência doméstica, perda ou ausência de alojamento e situações de risco ou perigo envolvendo crianças -, as equipas intervêm com carácter de urgência, acionando os mecanismos de proteção considerados mais adequados face à situação e à avaliação diagnóstica realizada. A resposta é enviada à LNES no prazo máximo de 48 horas, após a receção da sinalização, com informação sobre os resultados obtidos.

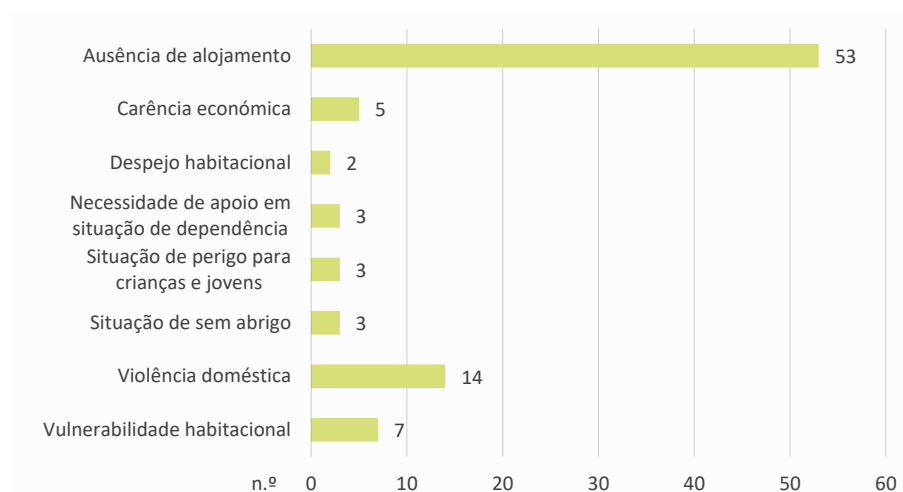


Figura 104. Problemáticas registadas pela Linha de emergência social, em 2024.

Fonte: DAS da CMA.

Relativamente às problemáticas descritas nos Boletins de Emergência, destaca-se a categoria “ausência de alojamento”, com 53 situações registadas, seguida da “violência doméstica”, com 14 ocorrências, e da “vulnerabilidade habitacional”, com 7 situações identificadas (Figura 104).

6.5. Apoio alimentar à população mais carenciada

Ao nível do apoio alimentar, o concelho conta com três cantinas sociais, criadas no âmbito do PES, iniciado em 2012. Para além destas, existem outros mecanismos de resposta, como o apoio prestado pelo BACF de Aveiro e o POAPMC. Destaca-se ainda o funcionamento de um refeitório social promovido pela Florinhas do Vouga. Paralelamente, outras instituições, entidades locais e grupos de cariz solidário e caritativo distribuem cabazes alimentares, com uma frequência variável, a indivíduos e famílias que solicitam este tipo de apoio no concelho.

As cantinas sociais inseridas na rede solidária das cantinas sociais como resposta de intervenção criada no âmbito do PES da Segurança Social, têm como finalidade colmatar as necessidades ao nível da alimentação das pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através do fornecimento de refeições diárias gratuitas confeccionadas na instituição para consumo no domicílio., e traduzem-se num total de 68 refeições protocoladas e 59 refeições distribuídas em 2024 (Quadro 40).

Considerando apenas as refeições distribuídas, salienta-se a SCMA, como 29 refeições distribuídas, seguida da Fundação CESDA com 17, e, por fim, o Centro Comunitário VeraCruz, com 13 refeições distribuídas.

Quadro 40. Cantinas sociais (âmbito do PES)⁶.

Freguesia	Equipamento social	Refeições protocoladas	Refeições distribuídas		
			Freguesia	Município	Total
		(n.º)			
Esgueira	Fundação CESDA	17	15	2	17
Oliveirinha	Complexo Social - Quinta da Moita - Oliveirinha (SCMA)	29	4	12	29
UF de Glória e Vera Cruz	Centro Comunitário Vera-Cruz	22	12	1	13
Total		68	31	15	59

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Numa referência ao número de refeições distribuídas por freguesia, destaca-se a UF de Glória e Vera Cruz, com 22 refeições distribuídas, e Esgueira, com 16 refeições distribuídas (Figura 105). Seguem-se, com 4 refeições distribuídas, Oliveirinha, e, com apenas uma refeição distribuída, Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, e Santa Joana.

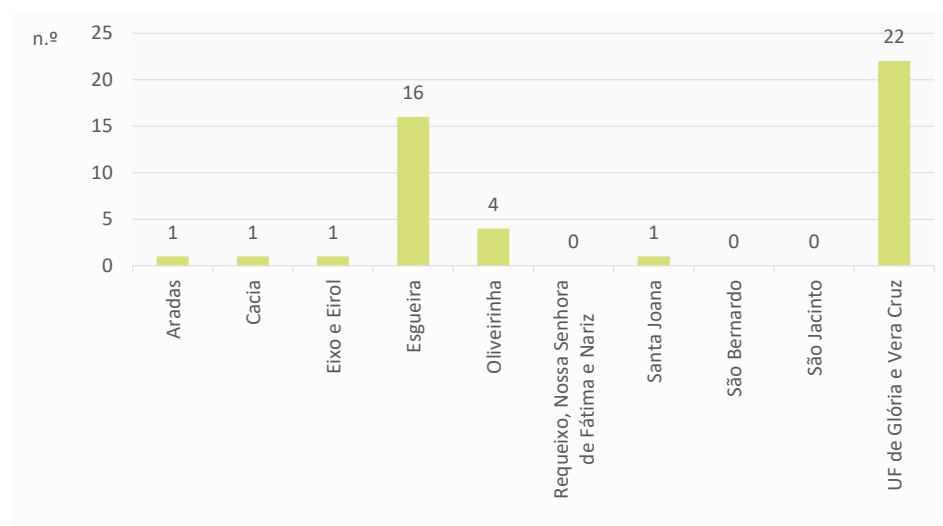


Figura 105. Beneficiários por freguesia nas cantinas sociais (âmbito do PES).

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

O **BACF** de Aveiro é uma instituição de solidariedade social que integra a rede nacional dos BACF's em Portugal. A sua missão principal é combater o desperdício alimentar e a fome, recolhendo e distribuindo alimentos a pessoas em situação de carência, através de instituições de solidariedade social devidamente reconhecidas e credenciadas.

O BACF de Aveiro abrange 18 dos 19 concelhos do distrito de Aveiro, e em 2024 apoiou cerca de 204 instituições, tendo concedido apoio alimentar a 30.865 pessoas, mais 868 face a 2023, distribuindo cerca de 801 toneladas de alimentos.

⁶ As 29 refeições distribuídas correspondem a apenas 16 utentes, uma vez que os beneficiários recebem em média duas refeições por dia.

Ao nível do concelho foram apoiadas 1.043 famílias e 6024 pessoas, através de 44 instituições parceiras (Quadro 41).

Quadro 41. Instituições, famílias e pessoas apoiadas no concelho de Aveiro, pelo BACF de Aveiro, em 2023 e

2024

Indicador	2023	2024
	(n.º)	
Instituições apoiadas	42	44
Famílias apoiadas	1 133	1 043
Pessoas apoiadas	6264 (a)	6024 (b)

a) 2434 pessoas em apoio direto; 3813 pessoas, apoio indireto (consumo interno)

b) 2222 pessoas em apoio direto; 3802 pessoas, apoio indireto (consumo interno)

Fonte: BACF de Aveiro.

A Ajuda Alimentar a Carenciados (AAC)⁷ é uma resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Em Aveiro, esta resposta social é disponibilizada por oito equipamentos, distribuídas por seis freguesias, designadamente, Eixo e Eirol, Esgueira, Oliveirinha, Santa Joana, São Bernardo e UF de Glória e Vera Cruz (Quadro 42).

Quadro 42. Capacidade, utentes, utentes e taxa de utilização da resposta social de AAC, em 2024.

Freguesia	Equipamento social	Capacidade	Utentes	Taxa de utilização
		(n.º)		(%)
Eixo e Eirol	Associação de Melhoramentos de Eixo	110	110	100
Esgueira	Fundação CESDA - Equipamentos	75	75	100
Oliveirinha	Complexo Social - Quinta da Moita - Oliveirinha	109	109	100
Santa Joana	Gabinete de atendimento	107	106	99
São Bernardo	Fundação Padre Félix	110	104	95
UF de Glória e Vera Cruz	Cáritas Aveiro	110	110	100
UF de Glória e Vera Cruz	Centro Comunitário Vera-Cruz	107	107	100
UF de Glória e Vera Cruz	Edifício Padre Fernandes	100	100	100
Total		828	821	99,2

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

⁷ A resposta social de AAC, correspondente à atividade de distribuição de ajuda alimentar desenvolvida no âmbito do POAPMC no território continental, em resultado da celebração de um memorando de cooperação entre o GEP e a autoridade de gestão do POAPMC, foi substituída pelo Programa PESSOAS 2030 - Privação Material, que apresenta duas tipologias: i) a distribuição direta, através da entrega, às pessoas carenciadas, de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade; e ii) a distribuição indireta, através da atribuição de um montante financeiro associado a um cartão eletrónico, para a aquisição desses mesmos bens.

Globalmente, esta resposta social apresenta uma capacidade para 828 utentes e é frequentada por 821 utentes, o que traduz uma taxa de utilização de cerca de 99,2%, o que demonstra uma elevada utilização desta resposta social. Este valor está relacionado com o contexto de privação económica que algumas famílias enfrentam, levando-as a recorrer a este tipo de apoio para suprir as suas necessidades básicas.

Importa, ainda, referir que, o concelho dispõe de um **refeitório social**, resposta social desenvolvida pela Florinhas do Vouga, e financiada pela Segurança Social.

O refeitório satisfaz as necessidades básicas de alimentação mediante o fornecimento de refeições económicas/gratuitas a indivíduos, famílias ou grupos sociais economicamente desfavorecidos ou desprovidos de estruturas familiares de apoio. Funciona todos os dias do ano, ao almoço e ao jantar.

O projeto “ceia com calor” é um projeto que tem como objetivo diminuir as carências alimentares e potenciar a reaproximação aos serviços das pessoas que se encontram numa situação de sem-abrigo na cidade de Aveiro.

Todos os dias úteis do ano, entre as 21h00 e as 23h00, com o auxílio de uma carrinha da instituição, os voluntários afetos a este projeto organizam-se em grupos de quatro elementos para fazer a entrega do reforço alimentar.

Esta ação, feita de um modo informal, *in loco*, facilita a comunicação e ajuda a estabelecer uma relação com as pessoas em situação de sem-abrigo.



HABITAÇÃO

7.1. Caracterização do parque habitacional

O acesso a uma habitação condigna é um dos pilares fundamentais para a qualidade de vida e bem-estar das populações. A Constituição da República Portuguesa consagra a habitação como um direito social de todos os cidadãos, estabelecendo a obrigação do Estado em garantir o acesso a uma habitação “de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar” (Artigo 65.º, ponto 1, Lei n.º 1/1997).

No entanto, apesar do reconhecimento crescente deste direito, a realidade demonstra que muitas famílias portuguesas ainda enfrentam dificuldades significativas para aceder a habitações com padrões mínimos de qualidade. O parque habitacional de um território reflete não apenas a sua dinâmica demográfica e socioeconómica, mas também as políticas públicas adotadas para responder a estas necessidades. Assim, a análise do parque habitacional torna-se essencial para compreender a sua evolução, principais características e desafios, permitindo a definição de estratégias que promovam a coesão social e a melhoria das condições de vida.

Em 2021, o parque habitacional de Aveiro era composto por 23.058 edifícios e 42.182 alojamentos familiares clássicos, registando um aumento de 1,1% e 3,4%, respetivamente, face a 2011. Estes números refletem uma maior procura e um crescimento da construção nos últimos anos, sendo este aumento, em termos percentuais, superior ao verificado a nível regional e nacional (Quadro 43 e figura 106).

Aveiro destaca-se ainda por apresentar um índice de envelhecimento dos edifícios mais baixo (598,5) em comparação com a média da região de Aveiro (659,4) e do Continente (754,3). Da mesma forma, a proporção de edifícios muito degradados (3,7%) era inferior à registada na região de Aveiro (5,1%) e no Continente (4,6%).

Além disso, cerca de 3,2% dos alojamentos no concelho foram construídos na última década, um valor superior ao observado nas unidades de referência para comparação.

Por fim, a existência de alojamentos vagos reflete, por um lado, um desajustamento entre a oferta potencial e a procura de habitação e, por outro, a permanência de imóveis devolutos, sem utilização. No concelho, aproximadamente 5,7% dos alojamentos encontravam-se vagos, uma percentagem ainda assim inferior à registada na Região de Aveiro (6,5%) e no Continente (6,3%).

Quadro 43. Caracterização geral da habitação no contexto regional e nacional.

Indicador			Aveiro	Região de Aveiro	Região Centro	Continente
Edifícios	2021	n.º	23 058	142 828	841 514	3 381 968
	var. 11-21	%	1,1	0,9	0,5	0,8
Índice de envelhecimento dos edifícios	2021	n.º	598,5	659,4	856,0	754,3
Edifícios construídos nos últimos 10 anos		%	3,2	3,1	2,7	3,1
Proporção de edifícios muito degradados			3,7	5,1	5,3	4,6
Alojamentos familiares clássicos	2021	n.º	42 182	196 550	1 097 922	5 726 481
	var. 11-21	%	3,4	2,1	1,6	1,5
Alojamentos familiares clássicos vagos	2021	%	5,7	6,5	7,5	6,3

Fonte: INE e cálculos próprios.

23.058

Edifícios

42.182

Alojamentos familiares clássicos
(2021)

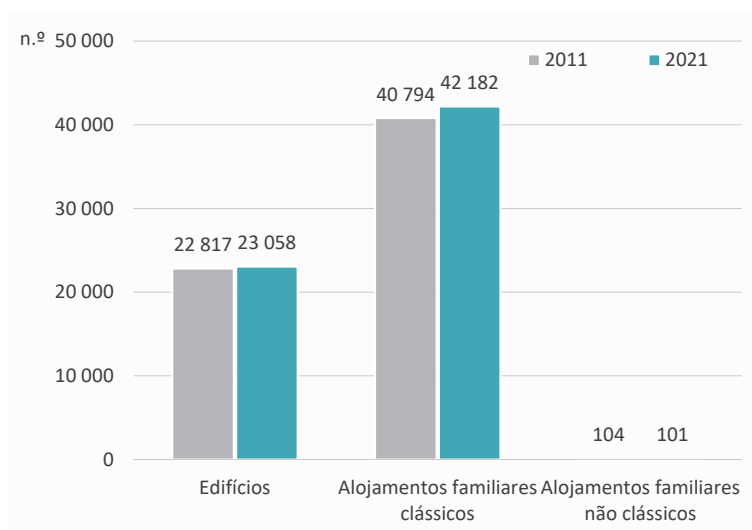


Figura 106. Edifícios e alojamentos familiares clássicos, no concelho de Aveiro, em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

A UF de Glória e Vera Cruz concentrava o maior número de alojamentos familiares clássicos (13.347), seguida por Esgueira (6.535) e Aradas (5.208). No extremo oposto, São Jacinto registava o menor número de alojamentos (647). As restantes freguesias situavam-se num intervalo entre 2.000 e 4.000 alojamentos, refletindo uma distribuição mais equilibrada, embora ainda com variações consideráveis (Figura 107).

Em 2021, Aveiro destacou-se por ter uma maior proporção de alojamentos utilizados como residência habitual (77,9%), superando a Região de Aveiro (72,9%), o Centro (61,4%) e o Continente (69,2%). Em contrapartida, a percentagem de residências secundárias foi menor (11,2%), indicando uma menor presença de segundas habitações. No que diz respeito aos alojamentos vagos, o concelho registava 5,5% dos alojamentos para venda ou arrendamento, um valor próximo das médias regional e nacional, e 5,7% noutras situações.

Estes valores sugerem um parque habitacional mais orientado para a habitação permanente e com menor incidência de imóveis desocupados (Figura 108).

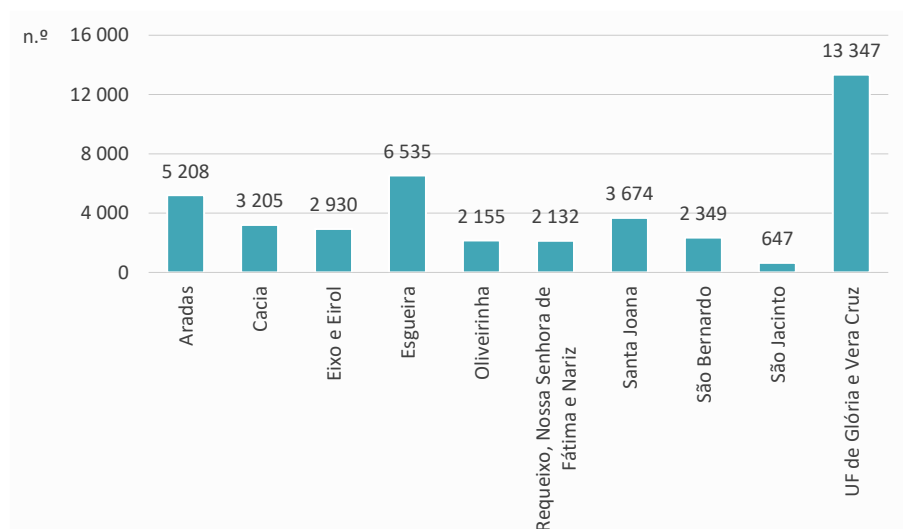


Figura 107. Alojamentos familiares clássicos, por freguesia, em 2021.

Fonte: INE.

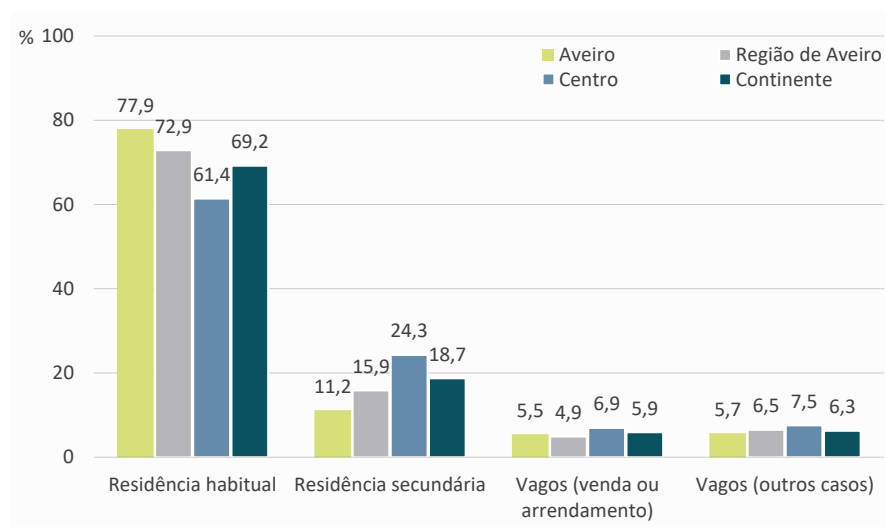


Figura 108. Alojamentos familiares clássicos, segundo a forma de ocupação, em 2021.

Fonte: INE.

2.209 (5,5%)

Alojamentos familiares
clássicos vagos (venda ou
arrendamento)

2.407 (5,7%)

Alojamentos familiares
clássicos vagos (outros casos)
(2021)



De forma geral, os edifícios em Aveiro apresentam um estado de conservação favorável, com 65,1% sem necessidade de reparação, valor acima da média nacional. Apesar disso, o concelho regista uma proporção ligeiramente superior de edifícios que requerem "pequenas reparações" (23%). Por outro lado, a necessidade de "médias" (8,1%) e "grandes reparações" (3,7%) é inferior à média do Continente, reforçando o bom estado de conservação da maioria dos imóveis (Figura 109).

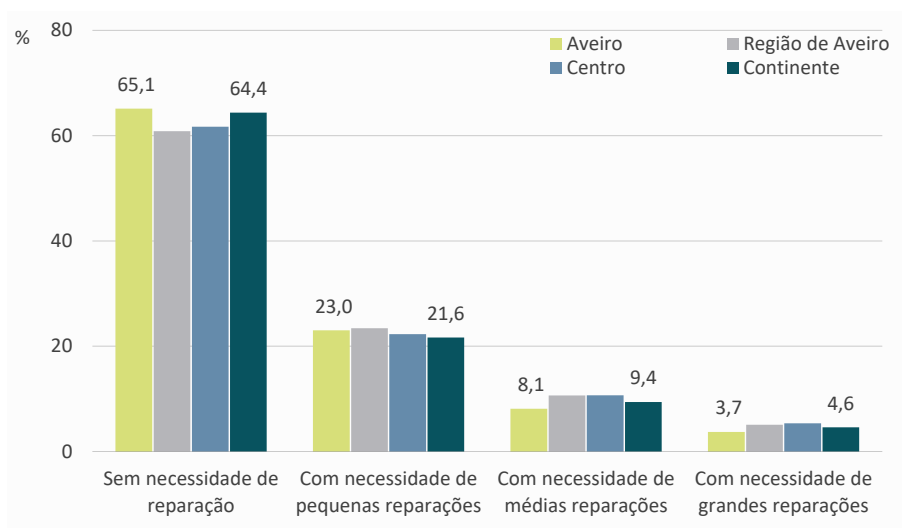


Figura 109. Edifícios segundo o estado de conservação, em 2021.

Fonte: INE.

34,9%

Edifícios com necessidade de
reparação
(2021)



A freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (44,9%), bem como a UF de Glória e Vera Cruz (44,5%) destacam-se com as maiores percentagens de edifícios que requerem reparações, superando a média municipal (34,9%) e nacional (35,6%). Por outro lado, São Jacinto e São Bernardo apresentam percentagens significativamente mais baixas, indicando um melhor estado de conservação dos edifícios (Figura 110).

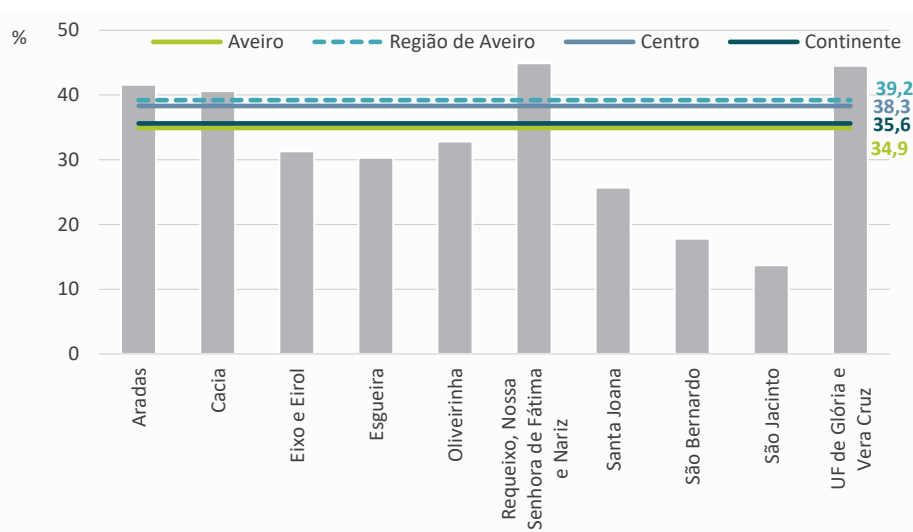


Figura 110. Proporção de edifícios com necessidade de reparação, por freguesia, em 2021.

Fonte: INE.

7.2. Condições de habitabilidade

Analisando os alojamentos familiares de residência habitual segundo o escalão de área útil em 2021, o concelho destaca-se por apresentar uma baixa proporção de alojamentos com

menos de 50 m² (6,4%), inferior à média nacional (8,6%). A maior concentração está nos alojamentos com área entre 50 m² e 99 m² (33,9%) e entre os 100 m² e 149 m² (33,4%). Já nos escalões superiores, 26,3% dos alojamentos em Aveiro têm mais de 150 m², uma percentagem superior à média nacional de 18,7%, evidenciando uma ligeira predominância de habitações de maior dimensão em relação ao resto do país (Figura 111).

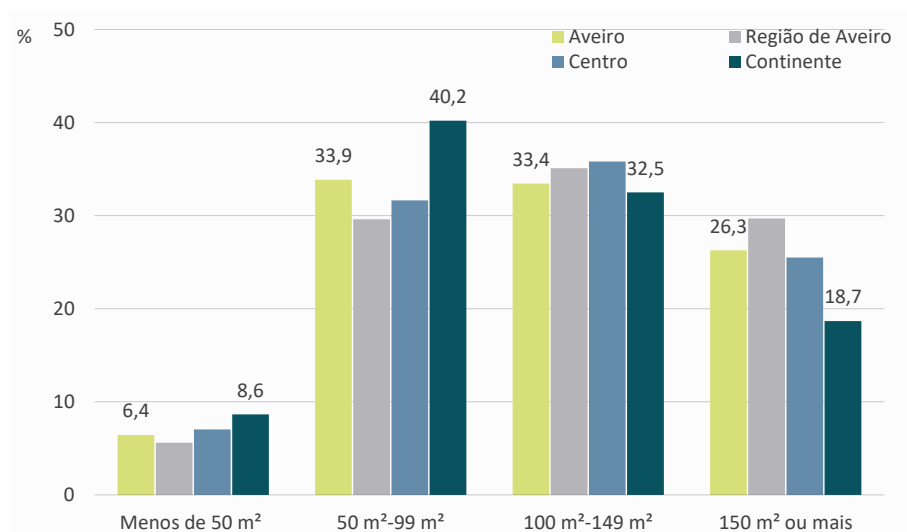


Figura 111. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, segundo o escalão de área útil em 2021.

Fonte: INE.

Em Aveiro, a percentagem de alojamentos sublotados diminuiu de 70,7% em 2011 para 66,9% em 2021, indicando uma ligeira redução de habitações com um excedente de divisões. Já a proporção de alojamentos sobrelotados aumentou de 8,4% para 11,3% no mesmo período, evidenciando uma utilização mais intensiva dos espaços habitacionais, o que pode impactar a qualidade de vida da população (Figura 112).

No concelho, apenas 7,4% dos alojamentos possuem ar condicionado, sendo o valor mais baixos entre as regiões analisadas (Figura 113). Este fator é importante, na medida que a eficiência energética das construções e o conforto bioclimático das habitações são aspetos cada vez mais relevantes para a qualidade de vida da população.

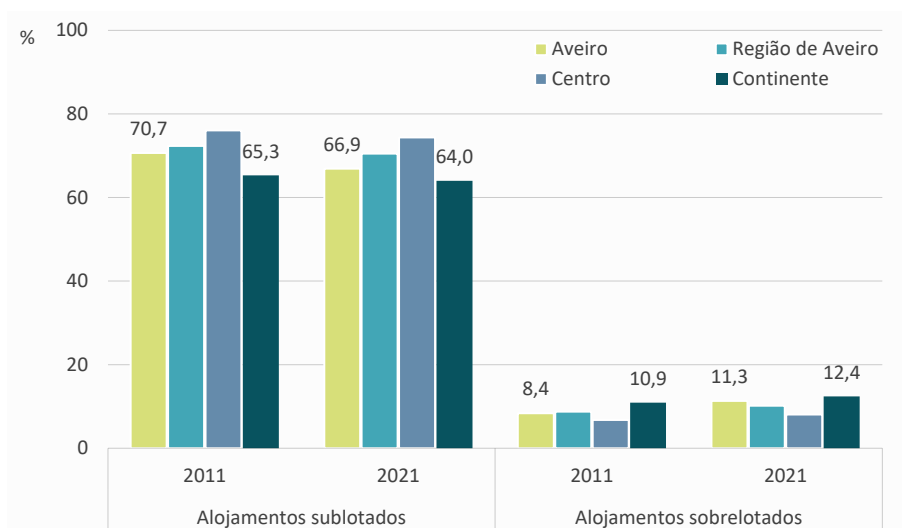


Figura 112. Proporção de alojamentos sublotados e sobrelotados, em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

66,9%
dos alojamentos sublotados



11,3%
dos alojamentos sobrelotados
(2021)

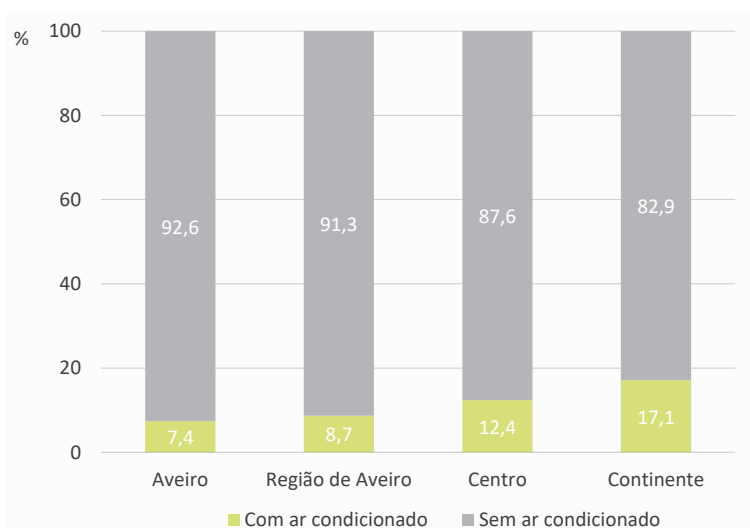


Figura 113. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, segundo a existência de ar condicionado, em 2021.

Fonte: INE.

92,6%
dos alojamentos sem ar
condicionado
(2021)



Em 2021, a maioria dos alojamentos familiares clássicos no concelho não possuía ar condicionado, com percentagens superiores a 90% em quase todas as freguesias. Destaca-se a UF de Glória e Vera Cruz como a freguesia com maior proporção de habitações equipadas com ar condicionado, atingindo 9,3%, seguida de Santa Joana com 7,9%. Por outro lado, São Jacinto apresenta a menor taxa, com apenas 3,7% (Figura 114).

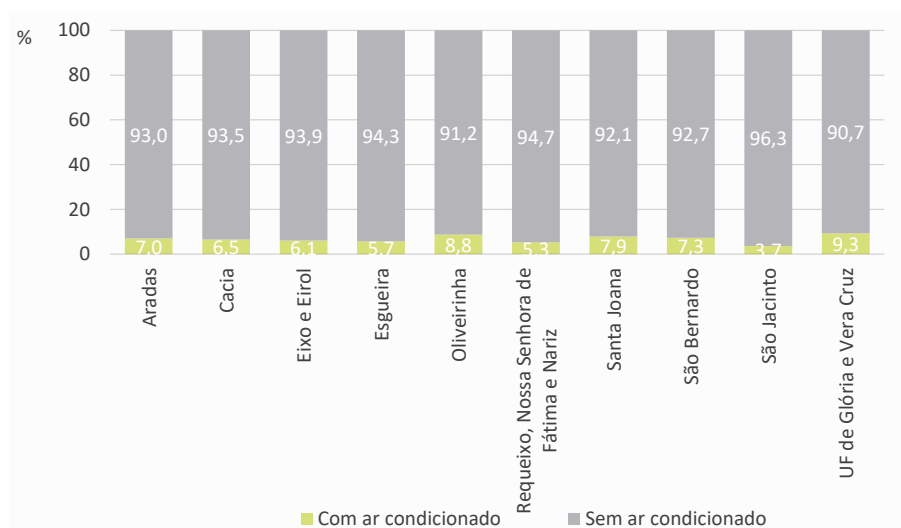


Figura 114. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, segundo a existência de ar condicionado, por freguesia, em 2021.

Fonte: INE.

No que concerne ao valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos, observa-se que Aveiro (368,7€) apresentava em 2021 um valor superior, sobretudo quando comparado com a Região Centro (299,0€). Entre as freguesias do concelho, Aradas, UF de Glória e Vera Cruz, e São Bernardo apresentavam as rendas mais elevadas, superando a média do concelho. Esta diferença pode ser atribuída à proximidade ao centro da cidade e à maior procura habitacional nessas áreas, que tendem a concentrar melhores acessibilidades e serviços, tornando-as mais atrativas para os residentes (Figura 115).

368,7€
Valor médio dos alojamentos
arrendados
(2021)

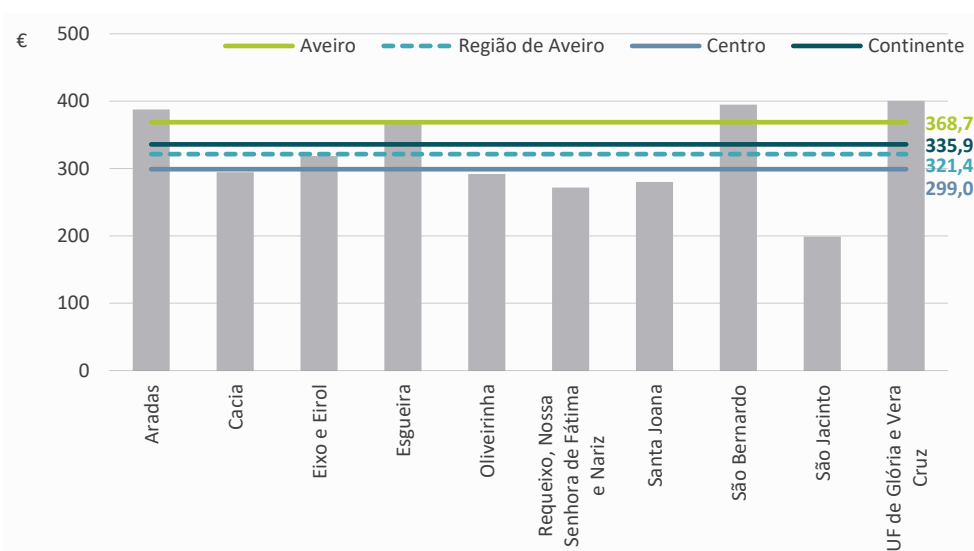


Figura 115. Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados, por freguesia, em 2021.

Fonte: INE.

Ainda relativamente ao tema do arrendamento, observa-se que, o valor do metro quadrado tem subido, ao longo dos últimos anos, em todas as unidades territoriais em análise (Figura 116). No ano de 2023, é de destacar que o valor registado em Aveiro (7,6€/m²), é superior ao observado tanto a nível regional, como nacional (5,1€/m²).

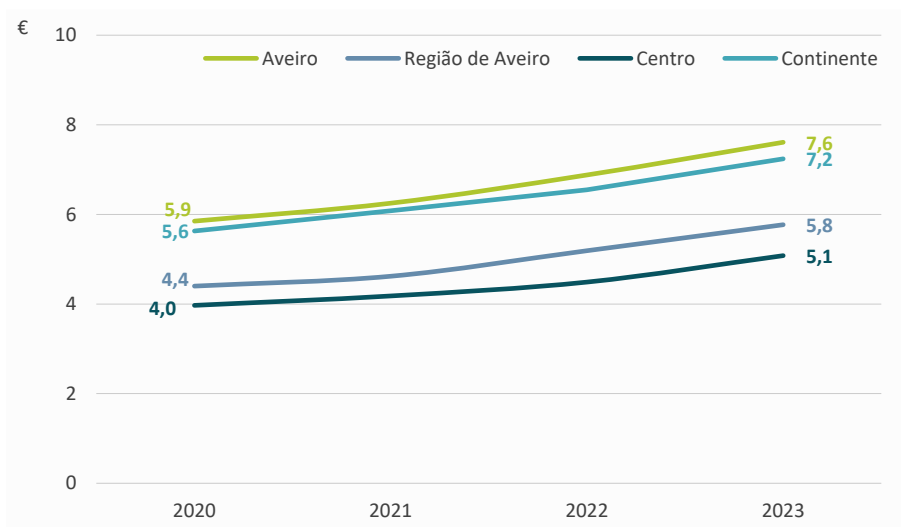


Figura 116. Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, entre 2020 e 2023

Fonte: INE.

7,6€/m²

Valor médio das rendas nos novos contratos de arrendamento

(2023)



Em 2021, o valor dos encargos médios mensais com a aquisição de habitação própria em Aveiro situava-se nos 369,9€, ultrapassando a média da Região de Aveiro (347,5€) e da Região Centro (337,4€), além de ser ligeiramente superior à média do Continente (360,2€). Este valor mais elevado em Aveiro reflete a crescente atratividade do concelho, possivelmente influenciada por fatores como a localização estratégica, a qualidade de vida e o dinamismo económico do território (Figura 117).

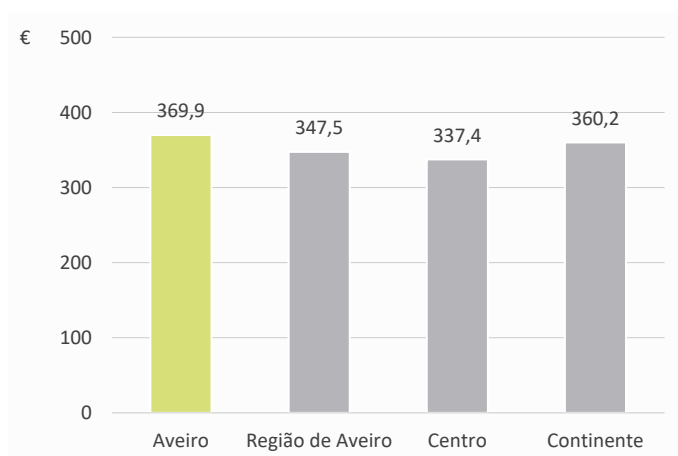


Figura 117. Valor dos encargos médios mensais devido a aquisição de habitação própria, em 2021.

Fonte: INE.

369,9€

Valor dos encargos mensais com aquisição de habitação

(2021)



7.3. Habitação social

A intervenção da CMA no âmbito da habitação social desempenha um papel essencial no apoio a famílias que, devido à sua situação socioeconómica e familiar, não conseguem, pelos seus próprios meios, garantir o pagamento de uma habitação no mercado habitacional regular. A habitação social surge, assim, como um recurso fundamental para assegurar condições de habitabilidade dignas, com valores de renda ajustados aos rendimentos dessas famílias.

Nos últimos anos, o setor habitacional tem sofrido profundas alterações, evidenciando a necessidade de implementar medidas diversificadas que ampliem e fortaleçam as respostas de apoio à habitação. Esse reforço visa garantir soluções habitacionais adequadas, acompanhando a dinâmica da oferta e da procura e consolidando a habitação como um pilar estratégico no desenvolvimento das cidades, na sua competitividade e revitalização.

Nesse contexto, a habitação social assume-se como um elemento crucial para o equilíbrio territorial, respondendo às necessidades de populações que, por diferentes razões, não conseguem aceder ao mercado regular de arrendamento ou aquisição de imóveis para habitação própria.

Atualmente, o património de habitação social da CMA, ou seja, atribuído em regime de arrendamento apoiado, é composto por 568 imóveis, entre unidades unifamiliares e plurifamiliares distribuídas por 16 bairros e urbanizações, localizados em sete freguesias do concelho (Quadro 44).

O arrendamento apoiado é o regime aplicável às habitações detidas, a qualquer título, pelas autarquias locais (entre outras Entidades), que sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a quem estão atribuídas.

Estes empreendimentos habitacionais são geridos ao abrigo da Lei n.º 81/2014, de 19 dezembro, na sua atual redação, a qual estabelece o novo regime de arrendamento apoiado, conjugada com o Regulamento Municipal das Habitações Sociais Propriedade do Município de Aveiro (RMHSPMA).

A gestão dos empreendimentos de habitação social implica um trabalho dinâmico e sistemático junto dos agregados familiares, assente numa intervenção de proximidade entre inquilinos e serviços. Este acompanhamento social de proximidade visa a promoção de processos de inclusão social e a autonomia do indivíduo, essenciais à convivência harmoniosa dos residentes e à responsabilidade individual na gestão do quotidiano.

O investimento nesta estratégia de intervenção social tem ganhos evidentes nos processos individuais e coletivos, com repercussões, também, na manutenção e valorização dos

espaços habitacionais e da sua envolvente, fomentando uma cidadania mais ativa e participativa.

Quadro 44. Habitação social da propriedade da CMA, por tipologia e freguesia, em 2025.

Freguesia/Designação	Tipologia				Total
	T1	T2	T3	T4	
Cacia	2	5	11	2	20
Urbanização de Cacia	2	5	11	2	20
Esgueira	2	11	9	8	30
Bairro Social da Bela Vista	1	2	-	4	7
Bairro Social do Paço	-	-	-	1	1
Pré-fabricado Agrad do Norte	-	1	-	1	2
Urbanização de Mataduchos	1	4	3	2	10
Urbanização de Taboeira	-	4	6	-	10
Oliveirinha	-	2	3	1	6
Urbanização de Quintãs	-	2	3	1	6
Santa Joana	-	7	4	2	13
Bairro Social da Cova do Ouro	-	1	3	-	4
Novo Empreendimento do Caião	-	5	2	2	9
São Jacinto	-	18	7	-	25
Urbanização de São Jacinto	-	18	7	-	25
UF de Eixo e Eirol	-	14	7	7	28
Bairro Social de Eixo	-	1	1	1	3
Urbanização de Eirol	-	2	3	-	5
Urbanização de Eixo	-	11	3	6	20
UF de Glória e Vera Cruz	46	150	204	46	446
Bairro Social da Misericórdia	-	1	-	1	2
Bairro Social de Santiago	-	6	4	1	11
Urbanização de Santiago	46	143	200	44	433
Total	50	206	246	66	568

Fonte: CMA.

568

Fogos de habitação social
propriedade da CMA
(2025)



50

T1

206

T2

246

T3

66

T4

Atribuição de habitação social

No âmbito da gestão dos empreendimentos de habitação social propriedade da CMA são promovidos, periodicamente, pela Câmara Municipal concursos por classificação para atribuição de habitações em regime de arrendamento apoiado, ao abrigo do artigo 8º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro na sua atual redação.

Estes concursos integram habitações implantadas nas diferentes Urbanizações e Bairros e são desenvolvidos em função da disponibilidade de habitações devolutas em condições de reatribuição, sendo os imóveis, previamente, objeto de reabilitação, por forma a garantir adequadas condições de habitabilidade.

Desde a entrada em vigor do novo regime de arrendamento apoiado, a Câmara Municipal de Aveiro promoveu 3 concursos para atribuição de habitações, os quais permitiram a atribuição de 129 habitações, o que corresponde à mobilização, para este efeito, de cerca de 23 % do edificado de habitação social da CMA.

Estes concursos representam um contributo primordial na melhoria da qualidade de vida das famílias que, de entre as candidatas, mediante a aplicação de uma matriz de classificação, apresentaram maior pontuação, estabelecida de acordo com o observado em visita domiciliária e com os critérios de hierarquização e ponderação definidos no respetivos procedimentos concursais, os quais incidem na situação habitacional e económica da família; na existência de elementos com deficiência ou incapacidade igual ou superior a 60% e/ou com idade igual ou superior a 65 anos e/ou vítimas de violência doméstica; em agregados familiares monoparentais; na existência de elementos menores de 26 anos, estudantes, sem rendimento mensal líquido superior ao IAS e na duração temporal de residência fixa no concelho.

Com o acesso a uma habitação em regime de arrendamento apoiado, as famílias abrangidas beneficiam de uma habitação com condições de habitabilidade, cuja renda é compatível com a sua situação socioeconómica, uma vez que é calculada com base nos rendimentos da família. Deste modo, a atribuição de uma habitação, neste regime, possibilita à família condições de estabilidade essenciais à melhoria da sua qualidade de vida e a processos de inclusão social.

No que reporta ao último concurso para atribuição de habitação promovido pela CMA, o qual decorreu em 2024, a sua análise permite-nos conhecer melhor a dinâmica das carências habitacionais atuais.

Assim, no âmbito do concurso verificou-se a receção de 618 candidaturas (Figura 118). Da análise das candidaturas observa-se que o principal motivo de candidatura ao concurso foi a insuficiência económica, evidente em 385 candidaturas, surgindo muitas vezes associada a questões relacionadas com a procura de uma renda mais acessível, melhores condições habitacionais, tipologia adequada à constituição do agregado familiar, ou com rendas que sofreram aumentos nos últimos anos e o receio, pelos candidatos, de novos aumentos, incompatíveis com os seus rendimentos. Acresce referir que a insuficiência económica surge também como motivo associado a situações de trabalho precário e de separação conjugal.

O tipo de família mais representada nas candidaturas foi a unitária (179), seguindo-se das famílias monoparentais (164). Verificou-se também uma forte procura por parte de cidadãos estrangeiros, que representam cerca de 26% dos candidatos ao concurso, com maior representatividade da nacionalidade angolana (63) e brasileira (46).

De realçar ainda que em 85 candidaturas os agregados familiares beneficiavam de apoio extraordinário à renda.

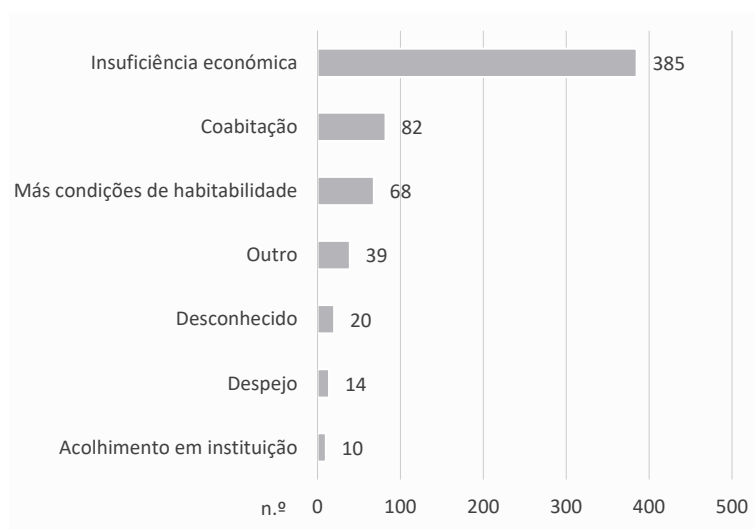


Figura 118. Principal motivo nas candidaturas para atribuição de habitação social.

Fonte: CMA.

A acrescentar aos realojamentos efetuados no âmbito dos concursos por classificação e, por motivos imperiosos e excecionais, enquadrados no regime de exceção previsto no n.º 2 do artigo 9º do Regulamento Municipal das Habitações Sociais Propriedade do Município de Aveiro, revela-se, por vezes, imprescindível proceder a ações de realojamento extraconcurso, de que são exemplo os 9 realojamentos efetuados no âmbito da erradicação do edifício denominado como “*patrimónios dos pobres*”, nas barrocas, ocorrido em 2020 e o realojamento de 3 famílias residentes na freguesia de Oliveirinha, em habitações que apresentavam condições de conforto e habitabilidade precárias, tendo a CMA, assumido a sua posse para demolição e operação de qualificação urbana, visando, concomitantemente, a melhoria das condições habitacionais dos residentes e do espaço urbano onde as construções se encontravam edificadas.

Pedidos de atribuição de habitação social

Após o fim do prazo de candidatura ao último concurso para atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado (09/07/2024) e até 31 de dezembro de 2024, registam-se 148 pedidos de atribuição de habitação social ativos, sendo de referenciar o seu permanente e ininterrupto aumento (Figura 119). Os vários pedidos são integrados no registo de dinâmicas e carências habitacionais do concelho, em atualização permanente, procedendo-se ao encaminhamento das situações mais urgentes, para respostas sociais complementares, nomeadamente apoios económicos, disponibilizadas pelas instituições com intervenção no território.

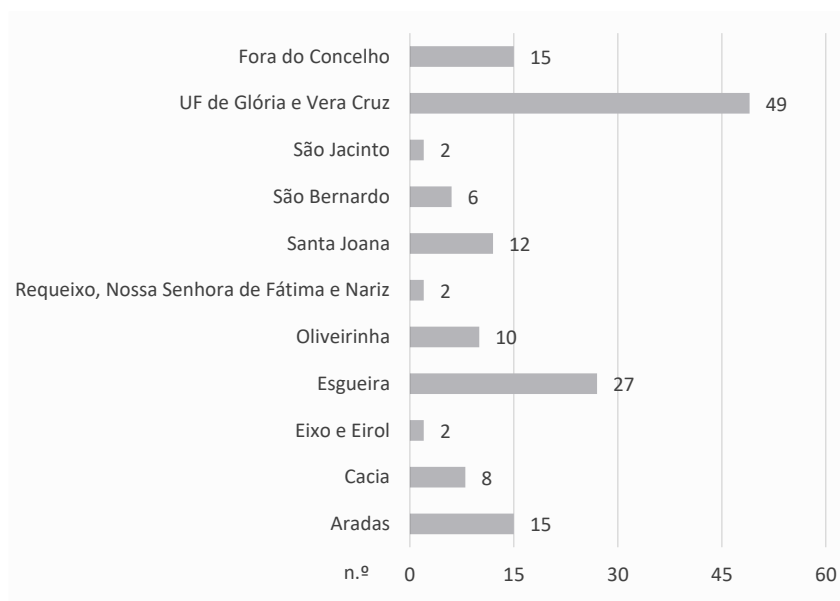


Figura 119. Número de pedidos de habitação social ativos, por freguesia.

Fonte: CMA.

Transferências de habitação

Para além da flexibilidade do valor das rendas apoiadas, as quais podem ser revistas a todo o tempo, caso se verifique alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar é de referenciar que, por vezes, surge também a necessidade de adequar a habitação às reais necessidades do agregado familiar, o que se concretiza através da transferência para habitação em andar mais baixo, quando se verifica situação de mobilidade condicionada ou reduzida, da adequação da tipologia da habitação, associada à retração ou crescimento do agregado familiar e da transferência para habitação reabilitada, tendo em vista a promoção de melhores condições de habitabilidade e a reabilitação do parque habitacional.

Este é um processo dinâmico e em permanente atualização, que assenta na execução de planos de transferências e adequações de tipologia, delineados em função das habitações devolutas, em condições de reatribuição, disponíveis para o efeito e do registo de necessidades e prioridades.

De referenciar que, neste âmbito, em 2024 procedeu-se à transferência de 9 agregados familiares, residentes em habitação social, contribuindo para a adequação da habitação às condições, necessidades e composição dos mesmos.

Obras de requalificação

Decorrente de políticas de habitação que, reiteradamente, não privilegiaram a reabilitação dos imóveis de habitação social, observa-se uma grande incidência de empreendimentos

que, ao longo dos anos, não foram objeto das devidas e necessárias, obras de conservação. Face a esta situação, a Câmara Municipal de Aveiro tem investido na melhoria dos seus empreendimentos de habitação social, através da sua reabilitação e requalificação, tendo procedido à:

- Reabilitação geral de habitações que devolutas, integradas nas Urbanizações de Santiago (139 fogos), de Cacia (8 fogos), de São Jacinto (4), de Eixo (2 fogos), do Caião (1 fogo) e do Novo Empreendimento do Caião (2 fogos). Este processo pretende-se dinâmico, por forma a, permanentemente, reabilitar os fogos que vão vagando para que possam ser canalizados para realojamento de agregados familiares no âmbito de concurso por classificação e para transferências de habitação;
- Requalificação geral dos fogos que integram as Urbanizações de Quintãs (6 fogos), de Eirol (5 fogos) e o do Bairro Social da Cova do Ouro (4 fogos);
- Reabilitação da cobertura e fachada do Novo Empreendimento do Caião (9 fogos);
- Substituição das coberturas da Urbanização de São Jacinto (25 fogos);
- Requalificação geral de 20 prédios da Urbanização de Santiago, onde se encontram integrados 431 fogos de habitação social, tendo-se promovido substituição das coberturas, da rede de drenagem águas pluviais, das fachadas, janelas, colunas de montante, bem como a substituição das redes de águas interiores e de equipamentos, designadamente dos esquentadores, exaustores e armários de cozinha.

Não obstante o investimento já efetuado na requalificação do parque de habitação social propriedade da CMA, mantém-se a necessidade de dar continuidade ao investimento nesta área, incidindo na reabilitação de outras frações e urbanizações, nomeadamente das urbanizações unifamiliares, como a Urbanização de Eixo, Urbanização de Taboeira e Urbanização de Mataduços, bem como do edificado permutado em 2023 com o IHRU, sito no Bairro Social de Santiago.

A experiência na gestão de habitação social, demonstra que, para além de fogos de habitação social, é necessário que estes reúnam, a todo o tempo, condições condignas de habitabilidade para quem lá reside e para acolher novos residentes, assim como se proceda a um permanente e próximo acompanhamento de intervenção social.

7.4. Projetos de referência

PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE AVEIRO

O Programa Municipal de Desenvolvimento Habitacional (PMDH) de Aveiro constitui-se como um programa transversal da política municipal de habitação, prevendo uma multiplicidade de medidas estratégicas, programáticas e de intervenção, ajustadas à realidade e necessidades locais. Este documento estabelece objetivos e instrumentos que visam promover a salvaguarda do acesso à habitação, privilegiando respostas diferenciadas e vigorosas que se traduzem num conjunto de medidas que procuram garantir o acesso de todos os segmentos sociais à habitação.

A CMA no domínio da Habitação tem como objetivo a criação de medidas diferenciadas que permitam alargar e diversificar o leque de medidas de apoio à habitação, por forma a promover mais e melhores respostas habitacionais adequadas, e acompanhar a dinâmica da procura e oferta da habitação, afirmando-se esta como uma área estratégica fundamental ao desenvolvimento da cidade e do concelho, bem como ao aumento da sua competitividade e do seu nível de revitalização urbana e social. Neste contexto, verifica-se a importância crescente da intervenção do Poder Central e Local em matéria de Habitação, sendo de evidenciar a recente alteração da legislação vigente, através do novo quadro legislativo “Mais Habitação” que visa a diversificação de medidas no âmbito da habitação e do imobiliário, procedendo à alteração de vários diplomas legais, regulando e ampliando respostas e apoios e penalizando fiscalmente os proprietários de edificado que se mantenha em condição de devoluto, no intuito de incentivar a dinamização do mercado habitacional nas suas várias vertentes. Assente nestes pressupostos, a Estratégia de Habitação do Município de Aveiro tem objetivos claros assumidos, que se pretendem alcançar com níveis crescentes de qualidade:

1. Otimizar a utilização dos recursos habitacionais existentes, incentivando a recolocação no mercado dos alojamentos vagos e degradados e dinamizando o mercado de arrendamento;
2. Zelar pela boa manutenção da habitação, cuidando da segurança das populações e evitando o surgimento de problemas sociais;
3. Promover a adequação da oferta de habitação às reais necessidades da população e responder a necessidades específicas no âmbito da oferta de habitação;
4. Disponibilizar habitações para alojamento de pessoas isoladas e carenciadas, em situação de risco social ou sem-abrigo, aumentando o número de unidades de alojamento sob gestão de instituições particulares de solidariedade social, sempre numa lógica agregada a programas de capacitação social e desenvolvimento da autonomização das Pessoas tendo como base o rendimento do trabalho;
5. Promover e investir em operações de reabilitação urbana e de disponibilização de habitação, que garanta níveis de conforto adequados e a sustentabilidade no uso dos recursos;
6. Planear o desenvolvimento de áreas de expansão habitacional, promovendo maior acesso a habitação a custos controlados;

7. Assegurar a articulação física e a vivência social diversa e partilhada nas áreas residenciais e suas zonas envolventes, garantindo uma ambiência urbana equilibrada e saudável, com espaços verdes e equipamentos desportivos e recreativos;

8. Desenvolver soluções para os bairros e edifícios degradados ou em situação ilegal e/ou de marginalidade social;

9. Incrementar os laços de relações humanas através de iniciativas imateriais de envolvimento de vizinhança e participação na comunidade, nomeadamente em áreas residenciais marcadamente desprovidas desse tipo de vivência, promovendo a fixação e o rejuvenescimento populacional;

10. Cuidar da criação de respostas proporcionais às necessidades e novas na quantidade e na qualidade, ao nível das Residências Universitárias e do Alojamento Turístico.

No âmbito da nova Política Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Aveiro, foi delineada uma estratégia orientada para responder aos desafios associados ao crescimento populacional e à intensificação da atividade turística no concelho. Esta estratégia visa mitigar os constrangimentos decorrentes desse crescimento, com especial enfoque na ampliação da oferta habitacional, promovendo soluções que abranjam diversos setores da população.

O plano contempla também medidas específicas direcionadas a cidadãos com menor capacidade financeira, de forma a assegurar uma maior equidade no acesso à habitação. As intervenções previstas serão desenvolvidas em articulação com entidades públicas, privadas e do setor social, garantindo uma abordagem integrada que contribua para a melhoria das condições de vida, a coesão territorial e o equilíbrio social do concelho.

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ALOJAMENTO DE AVEIRO

O Plano Municipal de Habitação e Alojamento de Aveiro (PMHAA) estrutura-se em três componentes complementares:

- **A Estratégia Local de Habitação (ELH)**, enquanto referencial estratégico municipal, que assenta num diagnóstico rigoroso da situação habitacional e define objetivos, prioridades e medidas de intervenção articuladas com os instrumentos de gestão territorial existentes;

- **O Programa Municipal de Desenvolvimento Habitacional (PMDH)**, aprovado em abril de 2024, que operacionaliza a estratégia habitacional através de um conjunto diversificado de ações que visam aumentar a oferta habitacional acessível, dinamizar a reabilitação urbana e promover soluções ajustadas às necessidades locais;

- **A Carta de Territorialização da Estratégia de Habitação**, que traduz espacialmente os objetivos definidos na ELH e no PMDH, promovendo a articulação com os planos e instrumentos de ordenamento do território em vigor.

A integração sinérgica destas três vertentes constitui uma abordagem coerente, eficaz e sustentada, orientada para a promoção do acesso universal a uma habitação adequada, mobilizando diversos instrumentos e envolvendo múltiplos atores – setor público, privado e terceiro setor – para responder de forma abrangente e sustentável aos desafios habitacionais do concelho, com vista ao fortalecimento da coesão territorial.



SAÚDE



8.1. Mortalidade

8.1.1. Esperança de vida

A esperança de vida à nascença é um indicador demográfico que estima o número médio de anos que um recém-nascido pode esperar viver, assumindo que as taxas de mortalidade se mantêm constantes ao longo da sua vida. Este indicador reflete as condições de saúde, qualidade de vida e desenvolvimento socioeconómico de uma população. Fatores como o acesso a cuidados de saúde, nutrição, saneamento básico e educação influenciam diretamente a esperança de vida, tornando-a um dos principais parâmetros para avaliar o estado de saúde da população.

O concelho apresenta um assinalável aumento da esperança média de vida à nascença nos períodos em análise (de 78 anos no período 1999-2003 para 82,9 anos no período 2019-2023). Este aumento foi visível tanto no sexo masculino (de 74,7 para 80,3 anos) como no sexo feminino (de 81,1 para 85,2 anos). De sublinhar que os valores observados no concelho têm sido sempre superiores ao da Região de Aveiro, à exceção do sexo feminino, em que, no último período em análise, há uma aproximação nos valores de esperança de vida (Figura 120).

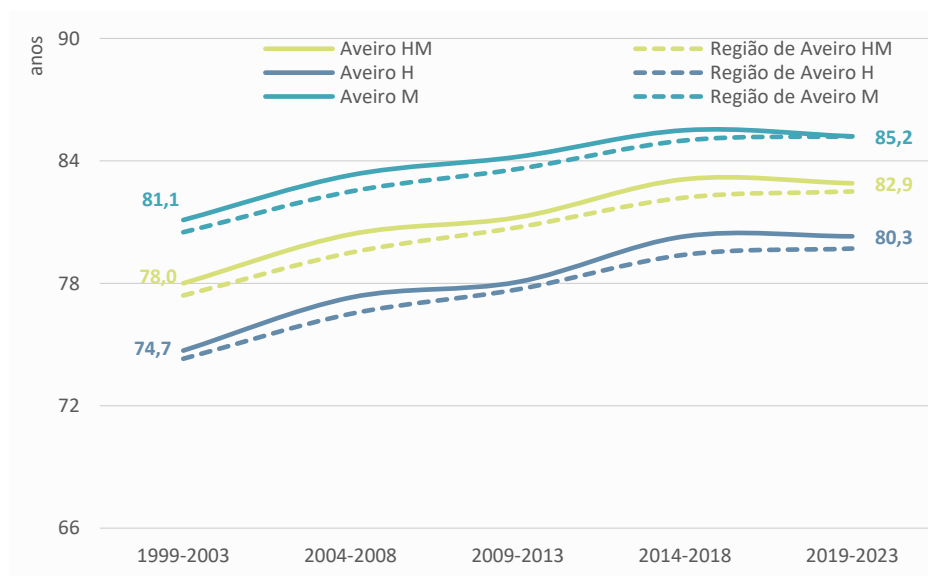


Figura 120. Evolução da esperança de vida à nascença, por sexo, entre 1999 e 2023.

Fonte: INE e cálculos próprios.

8.1.2. Mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil⁸ é um indicador global das condições de vida de uma população, refletindo fatores essenciais como o acesso e qualidade dos cuidados de saúde, a alimentação, a habitação e outros determinantes sociais. Estes aspetos desempenham um papel crucial na sobrevivência durante o primeiro ano de vida.

Em Portugal, as primeiras décadas do século XXI têm sido marcadas pelos valores mais baixos de mortalidade infantil da sua história, situando-se em torno dos 3 óbitos por 1000 nascimentos. Em 2023, a taxa registada no território continental foi ainda mais reduzida, fixando-se nos 2,5‰, embora na região de Aveiro esteja ligeiramente acima, nos 2,8‰.

O concelho destaca-se pela posição desfavorável, registando em 2023 uma taxa de 4,5‰, uma das mais altas dos últimos anos.

A evolução da taxa quinquenal de mortalidade infantil em Aveiro apresenta uma trajetória distinta. No período de 2009-2013, a taxa situava-se nos 1,6‰, registando uma ligeira redução para 1,5‰ entre 2014-2018, mantendo-se, assim, abaixo da média da Região de Aveiro, do Centro e do Continente. No entanto, no período 2019-2023, verificou-se um acentuado aumento para 3,3‰, tornando-se a taxa mais elevada (Figura 121). Em contraste, a Região de Aveiro registou uma subida mais ligeira, enquanto as taxas do Centro e do Continente apresentaram uma tendência de descida, acentuando a diferença face a Aveiro. Este aumento da taxa de mortalidade infantil na última fase analisada merece, assim, especial atenção.

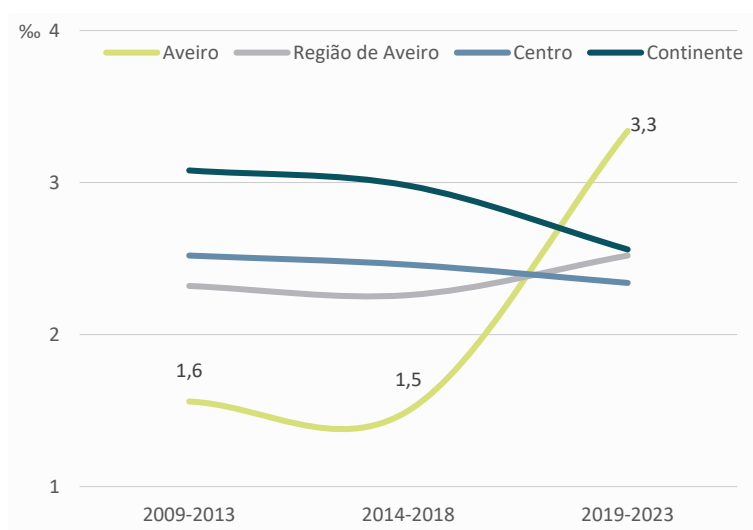


Figura 121. Evolução da taxa quinquenal de mortalidade infantil (n.º por 1000 nados vivos), entre 2009 e 2023.

Fonte: PORDATA e cálculos próprios.

⁸ Número de óbitos em crianças com idade inferior a um ano, por cada 1000 crianças nascidas com vida, num determinado ano ou período de tempo.

3,3

Óbitos de crianças
antes de completar 1
ano de idade por cada
1000 crianças nascidas
com vida
(2019-2023)



Variação

2009-2013 | 2019-2023

1,8

3,4%

Taxa de mortalidade
perinatal
(2019-2023)



Variação
2009-2013 | 2019-2023

0,5



1,7‰

Taxa de mortalidade
neonatal
(2019-2023)



Variação
2009-2013 | 2019-2023

0,4



As taxas de mortalidade perinatal⁹ e neonatal¹⁰ correspondem a causas de morte potencialmente evitáveis. Embora reflitam, de forma geral, as condições socioeconómicas da população, são particularmente sensíveis à qualidade e acessibilidade dos cuidados de saúde, bem como a fatores como genética, malformações congénitas e idade materna, entre outros. Assim, a sua redução está fortemente associada à melhoria dos serviços de saúde materno-infantil e à adoção de boas práticas no acompanhamento da gravidez e do parto.

No período de 2009-2013 e 2014-2018, Aveiro registou uma taxa de mortalidade perinatal de 3,9‰, valor ligeiramente superior ao da Região de Aveiro e do Centro. No entanto, no período 2019-2023, a taxa em Aveiro baixou para 3,4‰, enquanto outras unidades, como o Centro e o Continente, registaram aumentos (Figura 122).

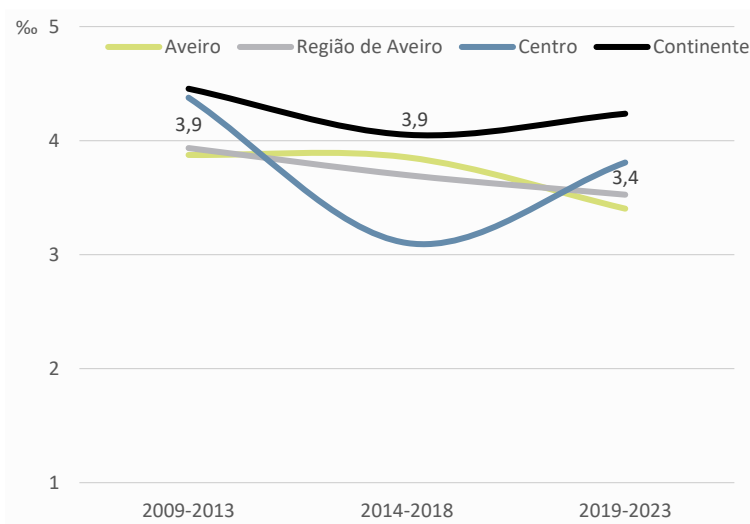


Figura 122. Evolução da taxa quinquenal de mortalidade perinatal (n.º por 1000 nados vivos), entre 2009 e 2023.

Fonte: PORDATA e cálculos próprios.

A taxa de mortalidade neonatal reflete, essencialmente, as condições de saúde materna e a qualidade da assistência prestada durante a gravidez, o parto e o período neonatal.

O concelho destaca-se pela redução da mortalidade neonatal ao longo dos anos, contrastando com a tendência observada no Continente. Entre 2009 e 2018, Aveiro manteve uma taxa estável de 2,1‰, mas registou uma descida para 1,7‰ no período de 2019-2023, evidenciando uma melhoria significativa da saúde neonatal (Figura 123).

⁹ Número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade observado durante um determinado período de tempo.

¹⁰ Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado durante um determinado período de tempo.

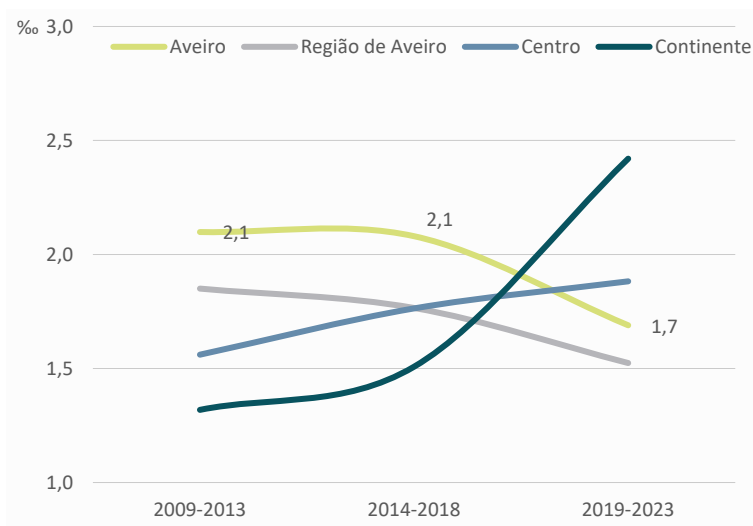


Figura 123. Evolução da taxa quinquenal de mortalidade neonatal (n.º por 1000 nados vivos), entre 2009 e 2023.

Fonte: PORDATA e cálculos próprios.

8.1.3. Mortalidade por causas de morte

A taxa bruta de mortalidade, atingiu em 2023, no concelho, os 9,5‰, uma taxa inferior às médias nacionais e regionais. Ainda que as taxas de mortalidade tenham registado um ligeiro crescimento face a 2013 em todo o território nacional, Aveiro registou uma subida de 0,4, ligeiramente inferior ao registado na Região de Aveiro (0,9) em igual período (Figura 124).

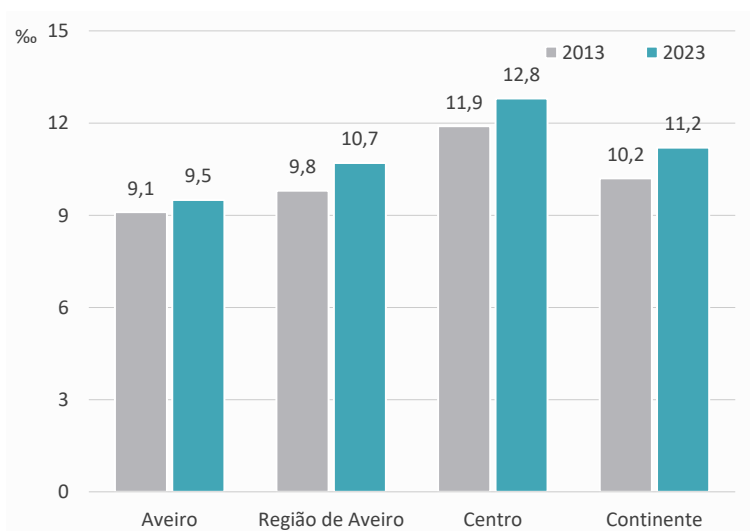


Figura 124. Taxa bruta de mortalidade, em 2013 e 2023.

Fonte: INE.

9,5‰

Taxa de mortalidade
(2023)

Variação
2013 | 2023

0,4

Em 2022, a proporção de morte por doenças do aparelho circulatório em Aveiro (25,7%) é ligeiramente superior à de mortalidade por tumores malignos (23,1%). A nível nacional, estes valores são de respetivamente 26,5% e 22,4% (Figuras 125 e 126).

25,7%

Mortes por doenças do aparelho circulatório
(2022)



23,1%

Mortes por tumores malignos
(2022)



197

As doenças do aparelho circulatório foram a principal causa de morte
(2022)



Estas doenças são responsáveis por quase metade das mortes registadas no concelho (48,8% do total de mortes). Seguem-se as doenças do aparelho respiratório (10,3%) e doenças do aparelho digestivo (3,1%).

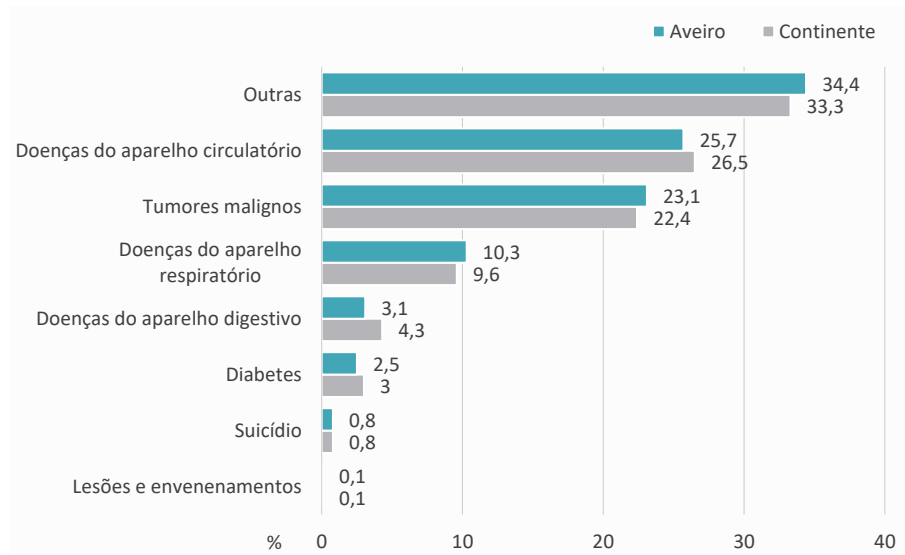


Figura 125. Principais causas de morte, em 2022.

Fonte: INE.

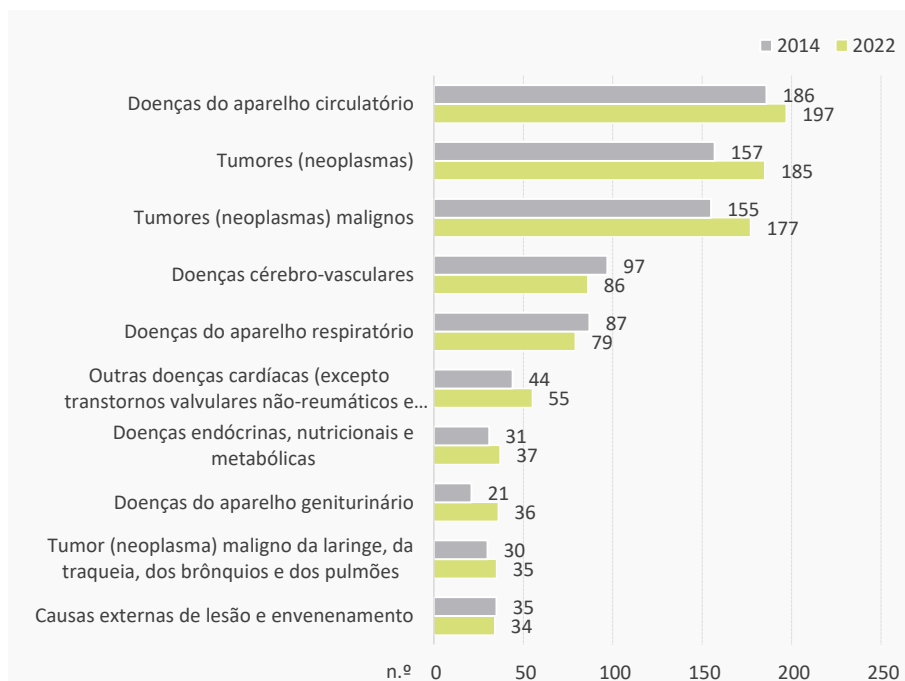


Figura 126. Óbitos segundo as principais causas de morte (TOP 10), no concelho de Aveiro, em 2014 e 2022.

Fonte: INE.

Numa análise à evolução das taxas de mortalidade padronizadas pelos grandes grupos de causas de morte (Quadro 45), observa-se que Aveiro apresenta os valores mais favoráveis

para “todas as causas de morte”, embora se registre um agravamento entre os três períodos temporais considerados (de 888 para 995 mortes por 100.000 habitantes).

Entre os principais grupos de causas de morte em Aveiro, as doenças do aparelho circulatório mantêm-se como uma das principais causas, com um aumento de 243 para 278 óbitos por 100.000 habitantes entre 2014-2016 e 2020-2022. Este valor é inferior ao da Região Centro (370) e do Continente (319), o que pode refletir a eficácia de programas de rastreio e diagnóstico precoce.

Já os tumores malignos registaram um ligeiro aumento em Aveiro (de 217 para 234 óbitos por 100.000 habitantes), embora a taxa continue significativamente inferior à da Região de Aveiro (261) e do Continente (267).

As doenças respiratórias e os sintomas, sinais e achados anormais registaram um decréscimo no período considerado (de 106 para 85 e de 102 para 41 óbitos por 100.000 habitantes, respetivamente).

As doenças do sistema nervoso, como Alzheimer e Parkinson, registaram um aumento em Aveiro (de 26 para 30 óbitos por 100.000 habitantes), refletindo o envelhecimento populacional, embora os valores permaneçam abaixo da média regional e nacional.

De forma geral, o concelho apresenta um perfil de mortalidade mais favorável, com menores taxas de óbito por doenças cardiovasculares e oncológicas.

Numa análise por sexo, a mortalidade masculina é superior à feminina em quase todas as causas, especialmente em tumores malignos, doenças cardiovasculares e causas externas (Quadros 46 e 47). Em Aveiro, no período 2020-2022, a taxa global foi de 1046 mortes por 100.000 nos homens e 948 mortes por 100.000 nas mulheres, com diferenças mais acentuadas no Centro e Continente. Os homens apresentaram uma maior mortalidade por tumores (39% acima das mulheres), doenças do aparelho digestivo (96% superior) e causas externas de lesão e envenenamento (51,3% superior). Já as mulheres apresentaram maior mortalidade por doenças do aparelho circulatório, com uma taxa de 16% superior à dos homens. Esses dados indicam uma maior vulnerabilidade masculina a patologias respiratórias, oncológicas e fatores externos, enquanto as doenças cardiovasculares afetam mais as mulheres.

278

mortes por doenças do
aparelho circulatório por
100.000 habitantes



**Aveiro apresenta
valores mais
favoráveis em quase
todas as causas de
morte**

(2020-2022)

995



1046 | 948



**Mortes por 100.000 hab.
(2020-2022)**

Quadro 45. Evolução das taxas de mortalidade padronizada por grandes grupos de causas de morte (n.º por 100.000 habitantes), entre 2014 e 2022.

Grandes grupos de causas de morte	Aveiro			Região de Aveiro			Centro			Continente		
	2014-2016	2017-2019	2020-2022	2014-2016	2017-2019	2020-2022	2014-2016	2017-2019	2020-2022	2014-2016	2017-2019	2020-2022
	n.º por 100.000 habitantes											
Todas as causas de morte	888	914	995	994	1 035	1 136	1 203	1 258	1 369	1 043	1 081	1 194
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	17	17	20	16	19	22	19	20	25	20	19	22
Tumores (neoplasmas) malignos	217	240	234	230	251	261	272	294	293	259	271	267
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	2	3	5	4	4	4	7	6	6	4	4	5
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	34	31	35	52	49	45	66	63	61	54	51	52
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	26	28	30	30	34	35	38	41	44	36	39	42
Doenças do aparelho circulatório	243	265	278	294	302	305	344	359	370	312	318	319
Doenças do aparelho respiratório	106	115	85	122	127	103	161	161	136	123	122	106
Doenças do aparelho digestivo	41	35	42	43	42	49	56	56	58	45	47	50
Doenças do sistema osteomuscular/tecido conjuntivo	3	6	5	4	6	5	5	7	6	4	5	5
Doenças do aparelho geniturinário	28	27	43	35	33	49	37	40	50	31	32	40
Algumas afecções originadas no período perinatal	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	102	65	41	88	74	62	95	85	76	66	64	66
Causas externas de lesão e envenenamento	43	33	45	48	43	49	60	64	62	46	50	51

Fonte: INE e cálculos próprios.

Quadro 46. Evolução das taxas de mortalidade padronizada por grandes grupos de causas de morte da população masculina (n.º por 100.000 habitantes), entre 2014 e 2022.

Grandes grupos de causas de morte	Aveiro			Região de Aveiro			Centro			Continente		
	2014-2016	2017-2019	2020-2022	2014-2016	2017-2019	2020-2022	2014-2016	2017-2019	2020-2022	2014-2016	2017-2019	2020-2022
	n.º por 100.000 habitantes											
Todas as causas de morte	643	914	1 046	1 048	1 080	1 207	1 259	1 311	1 424	1 107	1 143	1 250
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	19	14	20	17	21	23	21	21	26	23	21	23
Tumores (neoplasmas) malignos	265	275	294	286	306	321	337	364	358	325	340	330
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	4	0	5	3	4	4	7	6	6	4	4	4
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	29	28	36	44	44	43	59	56	54	48	45	46
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	31	23	27	30	31	35	37	39	42	35	37	40
Doenças do aparelho circulatório	241	240	257	279	285	290	320	333	343	294	302	297
Doenças do aparelho respiratório	112	124	89	132	132	112	172	169	145	134	132	116
Doenças do aparelho digestivo	33	30	30	38	33	42	49	49	50	39	41	44
Doenças do sistema osteomuscular/tecido conjuntivo	3	3	4	3	4	4	4	5	5	4	4	4
Doenças do aparelho geniturinário	28	25	36	32	30	43	33	38	46	27	29	35
Algumas afecções originadas no período perinatal	2	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	93	64	32	80	72	63	85	80	77	60	60	67
Causas externas de lesão e envenenamento	60	38	62	67	54	66	83	83	81	63	66	67

Fonte: INE e cálculos próprios.

Quadro 47. Evolução das taxas de mortalidade padronizada por grandes grupos de causas de morte da população feminina (n.º por 100.000 habitantes), entre 2014 e 2022.

Grandes grupos de causas de morte	Aveiro			Região de Aveiro			Centro			Continente		
	2014-2016	2017-2019	2020-2022	2014-2016	2017-2019	2020-2022	2014-2016	2017-2019	2020-2022	2014-2016	2017-2019	2020-2022
	n.º por 100.000 habitantes											
Todas as causas de morte	573	914	948	945	994	1 070	1 153	1 210	1 319	985	1 026	1 143
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	16	19	19	15	18	21	17	18	25	18	17	21
Tumores (neoplasmas) malignos	174	209	179	179	200	205	213	231	234	199	208	210
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	1	6	5	4	4	4	7	7	7	5	4	5
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	37	34	34	59	54	47	73	70	68	59	56	58
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	21	32	33	30	37	35	40	43	45	38	41	45
Doenças do aparelho circulatório	245	288	298	307	317	319	366	382	393	328	332	340
Doenças do aparelho respiratório	101	107	82	113	123	94	151	154	127	114	113	96
Doenças do aparelho digestivo	1	0	1	2	1	2	2	2	2	2	2	2
Doenças do sistema osteomuscular/tecido conjuntivo	2	8	5	4	7	6	5	8	7	5	6	5
Doenças do aparelho geniturinário	28	29	50	37	35	54	39	42	53	34	35	44
Algumas afecções originadas no período perinatal	0	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	110	66	25	96	75	61	105	89	75	71	67	65
Causas externas de lesão e envenenamento	29	29	30	30	33	33	39	46	44	31	36	37

Fonte: INE e cálculos próprios.

8.2. Morbilidade e comportamentos

A morbilidade refere-se ao estado de doença ou à incidência de condições de saúde numa população. Engloba tanto doenças agudas como crónicas, podendo afetar indivíduos de diferentes idades e contextos. O seu estudo é fundamental para a avaliação da saúde pública, permitindo identificar padrões, fatores de risco e necessidades de intervenção. A análise da distribuição geográfica das doenças é essencial para a sua prevenção e controlo, permitindo também a criação de ambientes que promovam hábitos saudáveis e maior equidade em saúde.

8.2.1. Morbilidade - registo nos Cuidados de Saúde Primários

A análise da morbilidade é realizada através da comparação dos principais diagnósticos dos utentes inscritos nos Cuidados de Saúde Primários (CSP) das unidades funcionais do concelho de Aveiro com os diagnósticos predominantes dos utentes registados nas unidades da Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro (ULSRA), da Administração Regional de Saúde (ARS) Centro e do Continente.

Principais diagnósticos nos CSP:

31,8%
Alteração do metabolismo dos lípidos

21,8%
Hipertensão

15,5%
Obesidade

13,5%
Perturbações depressivas

(2024)

No concelho, a principal condição diagnosticada entre os utentes dos CSP (Quadro 48 e figura 127) é a alteração do metabolismo dos lípidos, com uma prevalência de 31,8%, valor inferior ao registado na ULSRA (34,7%) e na ARS Centro (32,8%), mas superior ao do Continente (28,1%). A hipertensão também se destaca, afetando 21,8% dos utentes em Aveiro, valor abaixo das outras unidades, especialmente da ARS Centro (26,2%). A obesidade apresenta uma prevalência de 15,5% em Aveiro, ligeiramente inferior à média da ULSRA (17,2%) e da ARS Centro (15,9%), mas próxima da do Continente (15,1%).

As perturbações depressivas afetam 13,5% dos utentes em Aveiro, valor inferior ao da ULSRA (14,0%) e da ARS Centro (14,2%), mas superior ao do Continente (12,6%). Já a diabetes mellitus regista 8,2% no concelho, sendo inferior aos valores das restantes unidades, que variam entre 8,9% no Continente e 9,6% na ARS Centro.

Em termos gerais, Aveiro apresenta prevalências ligeiramente inferiores às médias da ULSRA e da ARS Centro na maioria das patologias analisadas, estando mais próxima dos valores do Continente, o que sugere um perfil de morbilidade relativamente mais favorável em comparação com outras unidades da região.

Quadro 48. Proporção de inscritos nos CSP, segundo o diagnóstico em 2024 (dezembro).

Diagnóstico	Aveiro	ULSRA	ARS Centro	Continente
	(%)			
Alterações do metabolismo dos lípidos	31,8	34,7	32,8	28,1
Hipertensão	21,8	25,2	26,2	23,7
Obesidade	15,5	17,2	15,9	15,1
Perturbações depressivas	13,5	14,0	14,2	12,6
Diabetes mellitus	8,2	9,5	9,6	8,9
Osteoartrose do joelho	6,6	7,8	7,9	6,5
Osteoartrose da anca	4,6	5,0	4,4	3,3
Doenças dos dentes e gengivas (7 anos)	5,0	4,7	5,1	5,4
Asma	5,0	4,6	4,2	3,8
Osteoporose	2,9	3,1	3,6	2,9
Neoplasia maligna da mama feminina	1,1	1,1	1,2	1,1
Doença cardíaca isquémica	0,9	1,1	1,1	0,9
Demência	0,9	1,0	1,2	1,1
Acidente vascular cerebral	1,3	1,4	1,4	1,4
DPOC	1,0	1,0	1,2	1,4
Neoplasia maligna da próstata	0,8	0,9	0,9	0,7
Enfarte agudo do miocárdio	0,7	0,7	0,6	0,6
Bronquite crónica	0,6	0,9	1,1	0,9
Neoplasia maligna do cólon e reto	0,7	0,7	0,7	0,6
Neoplasia maligna do estômago	0,2	0,2	0,2	0,2
Neoplasia maligna do colo do útero	0,1	0,1	0,1	0,1
Neoplasia maligna do brônquio / pulmão	0,1	0,1	0,1	0,2
Infeção VIH/SIDA	0,2	0,2	0,2	0,3

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

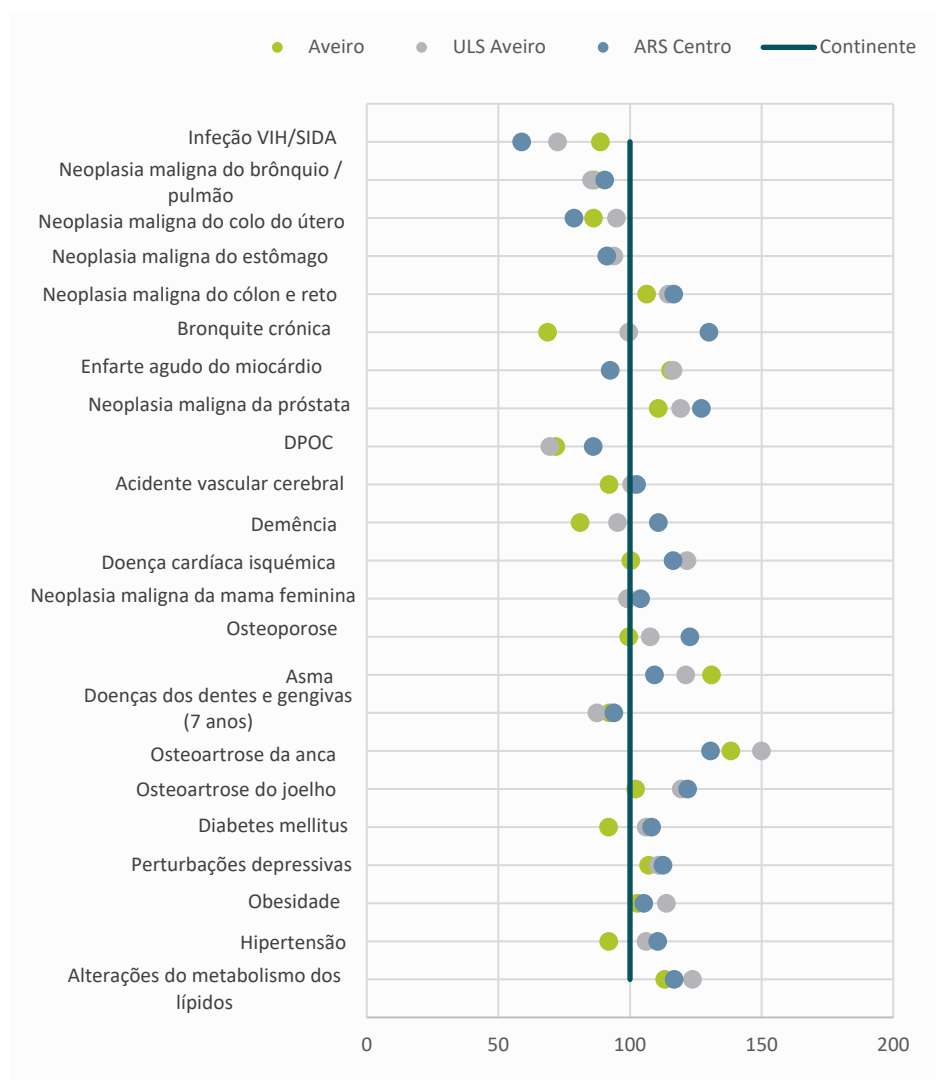


Figura 127. Posicionamento relativo do concelho de Aveiro relativamente à proporção de inscritos nos CSP, segundo o diagnóstico, em 2024.

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

8.2.2. Morbilidade hospitalar

Em 2024, os internamentos de residentes do concelho nos hospitais da ULSRA totalizaram os 4.813 casos. As principais causas foram doenças respiratórias (569 internamentos) e internamentos evitáveis por prevenção primária (526), o que revela fragilidades na atuação preventiva dos cuidados de saúde primários. Seguem-se as doenças do aparelho circulatório (477) e os tumores malignos (252), ambas associadas a patologias crónicas com grande impacto na morbilidade. Por fim, as doenças mentais (121), a hipertensão (49), a asma (34) e os diabetes mellitus (18) apresentaram um menor número de internamentos (Quadro 49).

Quadro 49. Internamentos de residentes do concelho de Aveiro nos hospitais da ULSRA em 2024.

Indicador	Internamentos
	(n.º)
Internamentos de residentes do concelho de Aveiro nos hospitais da ULSRA	4 813
Internamentos evitáveis por prevenção primária	526
Internamentos por diabetes mellitus	18
Internamentos por doença mental	121
Internamentos por hipertensão	49
Internamentos por doenças do aparelho circulatório	477
Internamentos por doenças respiratórias	569
Internamentos por asma	34
Internamentos por tumores maligno	252

Fonte: ULSRA.

8.2.3. Morbilidade neonatal

O baixo peso à nascença (menos de 2500 gramas) pode aumentar o risco de morte e complicações no período perinatal, neonatal e infantil. Alguns fatores como doenças maternas (hipertensão e diabetes), comportamentos de risco (má nutrição, tabaco e álcool) e a qualidade dos cuidados pré-natais podem influenciar esta situação. Além disso, o baixo peso à nascença está associado a doenças crônicas na vida adulta, como problemas cardiovasculares e obesidade.

No concelho, a percentagem de nados-vivos com baixo peso à nascença diminuiu de 8,7% no período de 2014-2018 para 8,3% em 2019-2023. Aveiro apresenta uma melhoria mais evidente do que a média regional e aproxima-se dos melhores resultados observados no Centro (Figura 128).

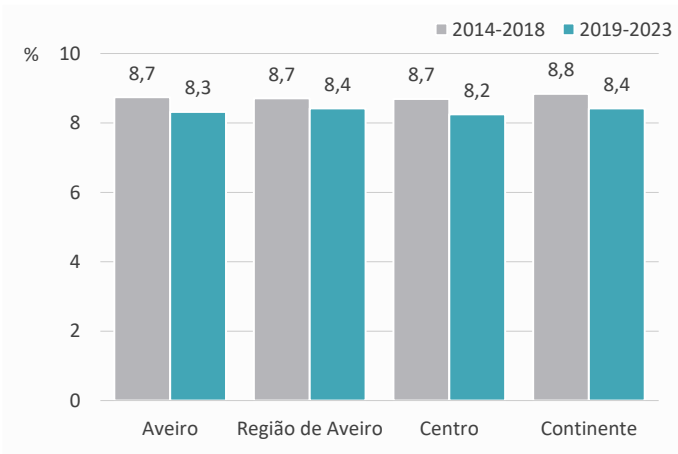


Figura 128. Nados vivos com baixo peso à nascença para tempo completo, 2014-2018 e 2019-2023.

Fonte: INE e cálculos próprios.

Os nados-vivos com menos de 37 semanas de gestação são considerados prematuros, o que pode implicar um maior risco de complicações de saúde, como dificuldades respiratórias, problemas de alimentação e desenvolvimento mais lento. A taxa de prematuridade é um indicador crucial da saúde materno-infantil, refletindo fatores como o acesso a cuidados de saúde pré-natais, condições socioeconómicas e a saúde da mãe durante a gravidez.

A percentagem de nados-vivos com menos de 37 semanas de gestação no concelho de Aveiro registou uma melhoria significativa, passando de 7,7% no período de 2014-2018 para 6,9% em 2019-2023. Esta redução destaca-se positivamente, sobretudo em comparação com a média do Continente, que desceu de 8,0% para 7,4% (Figura 129).

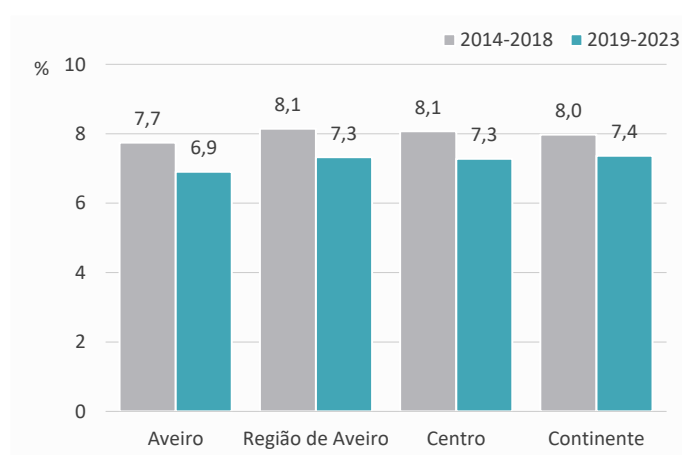


Figura 129. Nados-vivos com menos de 37 semanas de gestação, 2014-2018 e 2019-2023.

Fonte: INE e cálculos próprios.



8.2.4. Consumos aditivos (tabaco, álcool e drogas)

Os consumos aditivos, como o tabaco, o álcool e as drogas, têm um impacto profundo e abrangente na saúde física e mental da população.

O consumo de tabaco é uma das principais causas evitáveis de doenças e mortes em todo o mundo, estando fortemente associado a problemas graves de saúde, como cancro do pulmão, doenças cardiovasculares, enfisema pulmonar e bronquite crónica. A inalação de substâncias tóxicas presentes no fumo do tabaco provoca inflamação e danos progressivos nos pulmões, além de aumentar o risco de acidente vascular cerebral e doenças isquémicas cardíacas. Para além dos fumadores ativos, os não fumadores expostos ao fumo passivo também sofrem consequências, incluindo maior probabilidade de desenvolver doenças respiratórias e cardíacas.

13,1%

Utentes com “abuso de tabaco” nos CSP de Aveiro



1,4%

Utentes com “abuso crónico de álcool” nos CSP de Aveiro



1,4%

Utentes com “abuso crónico de drogas” nos CSP de Aveiro



(2024)

De entre os utentes registados nos CSP no concelho, cerca de 13,1% estão indicados com “abuso de tabaco”, valor que é superior ao observado na ULSRA (11,9%), na ARD Centro (11%) e no Continente (12,5%).

Ao nível das unidades funcionais, destaca-se com valores mais negativos a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) Aveiro I (20,0%) e a Unidade de Saúde Familiar (USF) Esgueira Mais (15,0%). Por outro lado, a UCSP Aveiro II (9,9%) e USF Arte Nova (11,4%) apresentam uma menor proporção de utentes com “abuso de tabaco” (Figura 130).

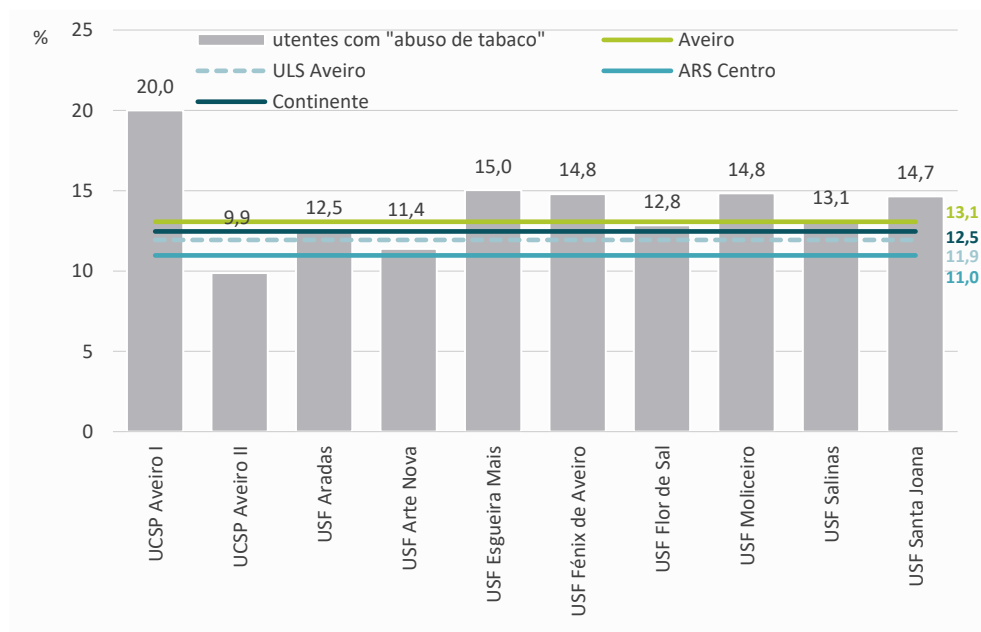


Figura 130. Proporção de utentes com “abuso de tabaco”, registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

As consultas de tabagismo são fundamentais para ajudar os fumadores a deixarem o vício, proporcionando apoio especializado, planos de tratamento adaptados e acompanhamento contínuo para promover uma vida mais saudável. No concelho, cerca de 47,2% dos utentes com hábitos tabágicos realizaram uma consulta relacionada com o tabagismo no último ano. Este valor é superior ao das unidades de referência, o que mostra que há uma maior adesão e procura por apoio para deixar de fumar no concelho, refletindo uma maior consciência sobre os riscos do tabaco e a importância de melhorar a saúde (Figura 131).

A análise comparativa revela uma maior procura destas consultas na USF Aradas (58,1%), USF Arte Nova (55,8%) e USF Fénix de Aveiro (56%).

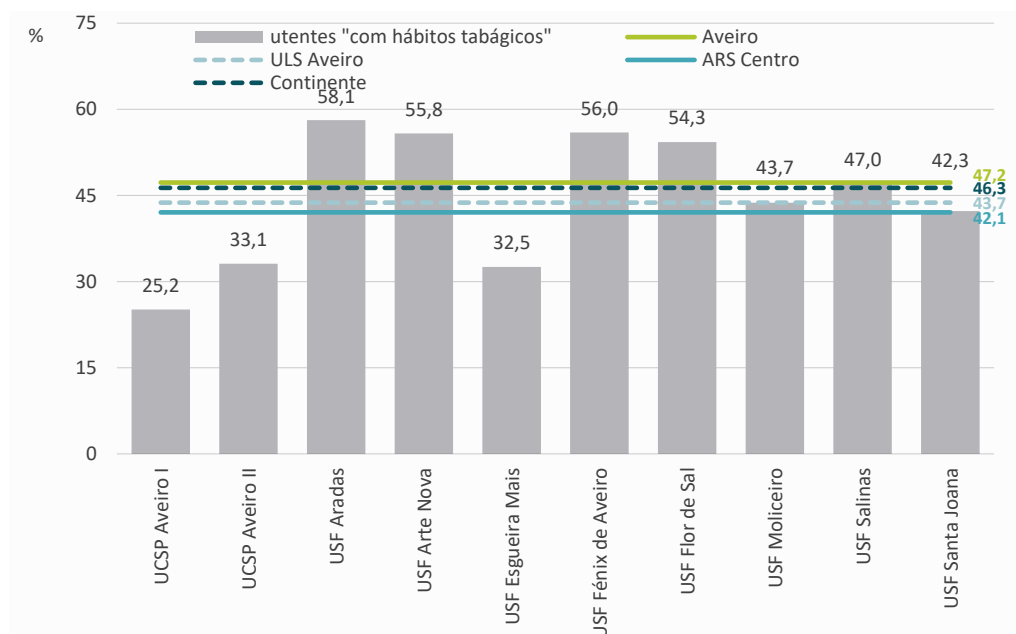


Figura 131. Proporção de utentes com 14 e mais anos e mais anos de idade, com hábitos tabágicos, a quem foi realizada consulta relacionada com tabagismo, no último ano, nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

O álcool é uma substância aditiva que pode causar dependência física e psicológica, levando à habituação. O consumo excessivo está diretamente ligado a inúmeras consequências graves para a saúde, sendo uma das principais causas de perda de anos de vida saudáveis, quer por morte prematura, quer por incapacidade associada a doenças crónicas, como cirrose hepática, doenças cardiovasculares, cancro e transtornos mentais. Além disso, o álcool contribui para acidentes, comportamentos de risco e problemas sociais, afetando não só o consumidor, mas também a família e a comunidade.

A prevalência de utentes com “abuso crónico do álcool” é inferior em Aveiro (1,4), comparativamente à ULSRA (1,6), ARS Centro (1,7) e Continente (1,7). As unidades de CSP apresentam uma grande variação, destacando-se com uma posição mais desfavorável, a UCSP Aveiro I (2,5%), a UCSP Aveiro II (2,2%) e a USF Santa Joana (1,9%). Por outro lado, a USF Flor de Sal (0,9%), a USF Moliceiro (1,0%) e a USF Aradas (1,0%), apresentam uma menor prevalência desta problemática (Figura 132).

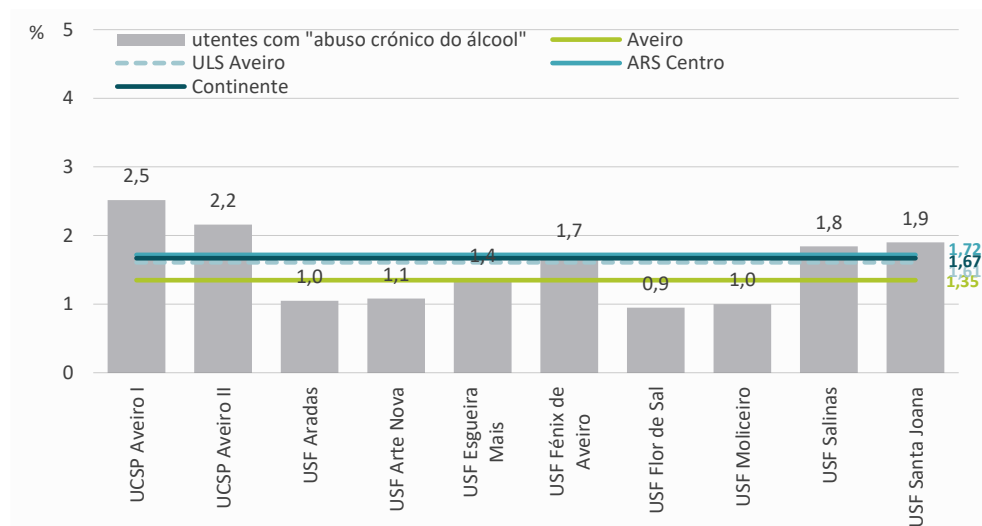


Figura 132. Proporção de utentes com o diagnóstico de "abuso crónico do álcool", registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

Por último, as drogas são substâncias que alteram o funcionamento do organismo e podem causar dependência, afetando a saúde física e mental. O seu consumo está associado a problemas como depressão, doenças crónicas e dificuldades sociais, impactando não só o indivíduo, mas também a família e a comunidade.

A análise comparativa da proporção de utentes com o diagnóstico de "abuso crónico de drogas" registados nas unidades de CSP do concelho revela valores bastante superiores à média das unidades de CSP do Continente, da ARS Centro e da ULSRA, em praticamente todas as unidades, à exceção da UCSP Aveiro II e USF Arte Nova (Figura 133).

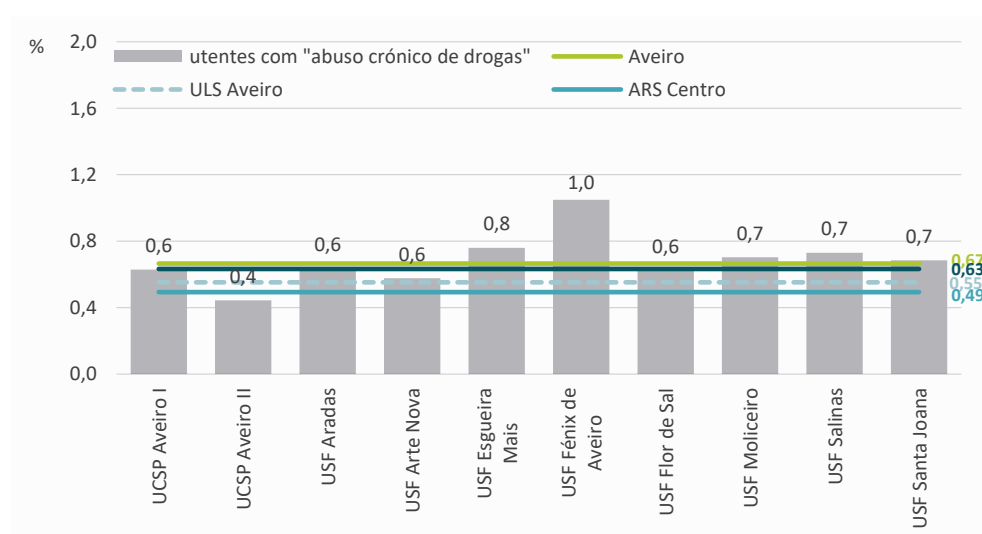


Figura 133. Proporção de utentes com o diagnóstico de "abuso crónico de drogas", registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

8.2.5. Maternidade na adolescência e tardia

A maternidade precoce, ou seja, os nascimentos de mães com menos de 20 anos, são considerados comportamentos de risco, uma vez que podem estar ligados a situações de vulnerabilidade social e de saúde.

De facto, a gravidez em mulheres com menos de 20 anos está frequentemente ligada a desafios sociais e de saúde, representando um maior risco para a mãe e o bebé, incluindo a maior probabilidade de baixo peso à nascença. Este tipo de gravidez está associado a comportamentos de risco e tende a ocorrer em contextos de vulnerabilidade, marcados por baixos níveis de escolaridade, dificuldades económicas e condições familiares desfavoráveis.

Os nascimentos em mães com menos de 20 anos têm vindo a diminuir de forma contínua em todos os períodos analisados e em todas as unidades em análise. O concelho passou de uma proporção de 5,8% em 1999-2003 para 2,0% em 2019-2023, refletindo possivelmente uma maior eficácia das estratégias de educação para a saúde e planeamento familiar (Figura 134).

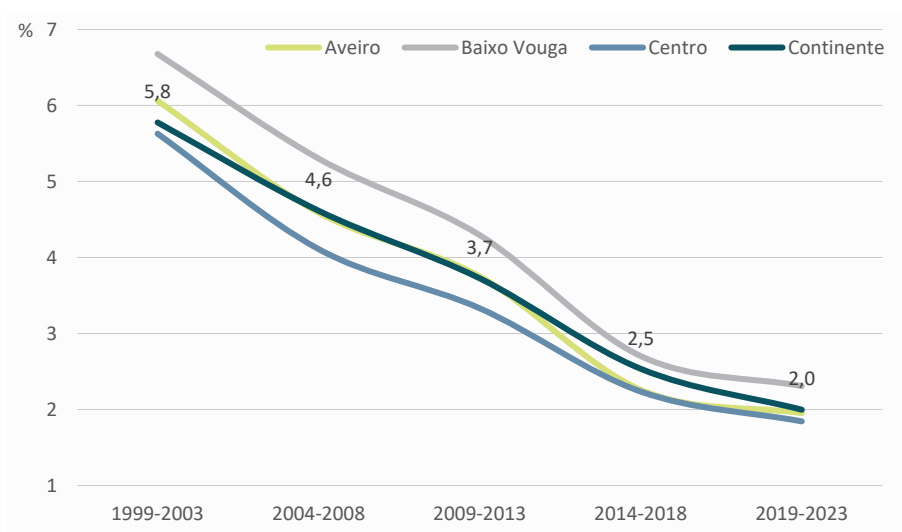


Figura 134. Evolução de nados vivos de mães com idade inferior a 20 anos, entre 1999 e 2023.

Fonte: INE.

Da mesma forma, as gravidezes em mulheres com mais de 35 anos apresentam também maior probabilidade de complicações, tanto para a mãe como para o bebé, sendo também classificadas como de maior risco.

As gestações em mulheres de idade materna avançada estão associadas a um maior risco de complicações, incluindo aborto, mortalidade perinatal, baixo peso à nascença, parto prematuro e recém-nascidos com baixo desenvolvimento para a idade gestacional. Além disso, estas gravidezes são consideradas de alto risco devido à maior frequência de

2,0%

Nados-vivos de mães com
menos de 20 anos

39,1%

Nados-vivos de mães com
mais de 35 anos



(2019-2023)

problemas de saúde materna, como hipertensão, diabetes gestacional e rutura prematura das membranas, aumentando a probabilidade de complicações tanto para a mãe como para o bebé.

Verifica-se um aumento progressivo ao longo dos períodos analisados em todas as unidades, evidenciando a tendência para uma maternidade mais tardia.

O concelho destaca-se com valores sistematicamente superiores às restantes regiões. No período de 1999-2003, a percentagem situava-se nos 15,9%, crescendo para 39,1% em 2019-2023 (Figura 135). Em 2022, as freguesias que apresentam uma maior proporção nados-vivos de mães com 35 e mais anos de idade (Quadro 50) são as de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz UF de Glória e Vera Cruz (44,0%), Santa Joana (43,3%) e UF de Glória e Vera Cruz (40,5%).

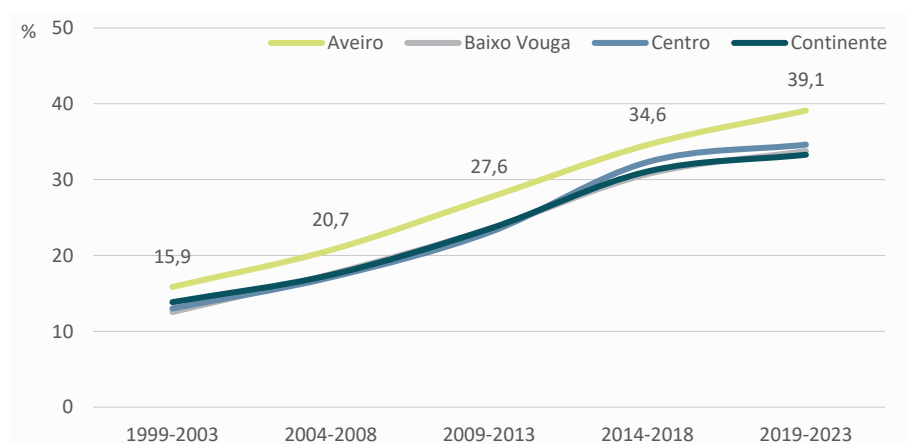


Figura 135. Evolução de nados vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos, entre 1999 e 2023.
Fonte: INE.

Quadro 50. Nados vivos de mães com idade inferior a 20 anos e idade igual ou superior a 35 anos, no concelho de Aveiro, por freguesia, em 2022.

Freguesias	< 20 anos		≥ 35 anos		Total
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	
Aradas	2	2,6	28	35,9	78
Cacia	0	0,0	11	23,9	46
Eixo e Eirol	2	3,3	17	28,3	60
Esgueira	8	7,0	38	33,3	114
Oliveirinha	2	5,3	11	28,9	38
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	0	0,0	11	44,0	25
Santa Joana	0	0,0	29	43,3	67
São Bernardo	1	2,8	12	33,3	36
São Jacinto	0	0,0	1	20,0	5
UF de Glória e Vera Cruz	3	1,6	75	40,5	185
Total	18	2,8	233	35,6	654

Fonte: INE.

8.2.6. Doença mental

A doença mental pode ser desencadeada por fatores biológicos, genéticos, psicológicos e contextuais, afetando diversas áreas da vida. Situações como a pandemia, a instabilidade internacional, o desemprego e o aumento do custo de vida, bem como a pressão das redes sociais, têm agravado a saúde mental da população. Nos últimos anos, verifica-se um aumento da incidência destes problemas, especialmente entre crianças e jovens.

O concelho apresenta uma descida acentuada na taxa de mortalidade padronizada por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente, atingindo o valor mais baixo em 2017-2019 (4,5 por 100.000 habitantes), mas volta a subir significativamente para 9,7 no período mais recente. Este aumento sugere um agravamento da situação no concelho, ultrapassando os valores registados no Centro e no Continente (Figura 136).

A taxa de mortalidade padronizada por transtornos mentais e comportamentais tem vindo a aumentar ao longo do período em análise. Embora Aveiro registe valores inferiores às unidades de referência, torna-se preocupante a passagem dos 19,3 óbitos entre 2014-2016 para 44 óbitos por 100.000 habitantes no período 2020-2022 (Figura 137).

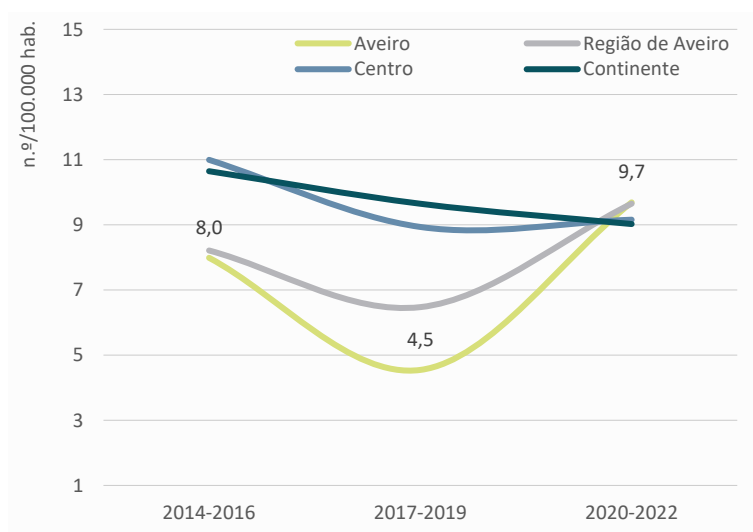


Figura 136. Evolução das taxas de mortalidade padronizada por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente (n.º por 100.000 habitantes), entre 2014 e 2022.

Fonte: INE e cálculos próprios.

9,7

Óbitos por 100.000 hab. por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente (2020-2022)



Variação 2014-2016 | 2020-2022

1,7

44

Óbitos por 100.000 hab. por transtornos mentais e comportamentais (2020-2022)



Variação 2014-2016 | 2020-2022

24,7

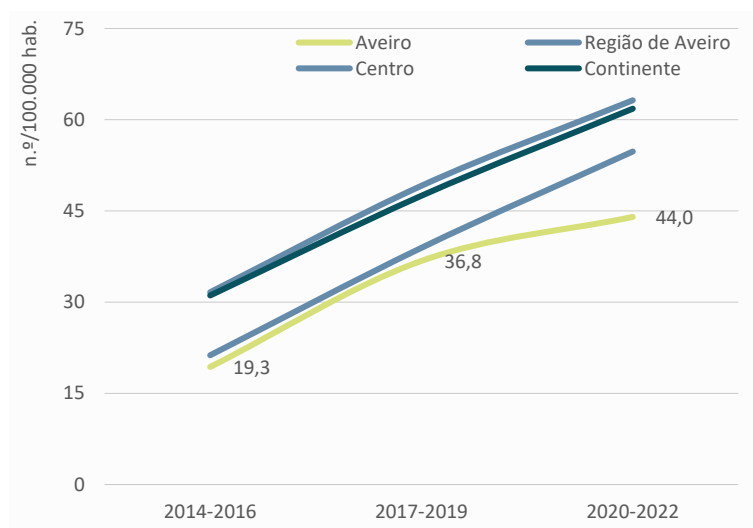


Figura 137. Evolução das taxas de mortalidade padronizada por transtornos mentais e comportamentais (n.º por 100.000 habitantes), entre 2014 e 2022.

Fonte: INE e cálculos próprios.

O padrão de mortalidade destas duas causas de morte é diferenciado por sexo, sugerindo uma maior vulnerabilidade feminina em relação aos transtornos mentais, mas uma maior incidência de suicídios entre os homens (Figura 138). Deste modo, no concelho, a taxa de mortalidade padronizada por transtornos mentais e comportamentais é superior nas mulheres (54,0 por 100.000 habitantes) em comparação com os homens (33,0 por 100.000 habitantes). Já no que se refere a suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente, a tendência se inverte, sendo a taxa mais elevada nos homens (13,6 por 100.000 habitantes), enquanto nas mulheres é consideravelmente menor (6,2 por 100.000 habitantes).

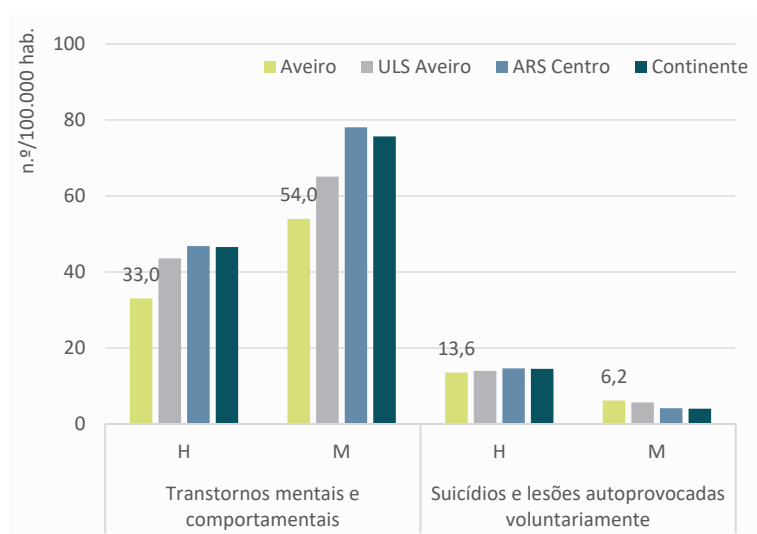


Figura 138. Taxas de mortalidade padronizada por transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente (n.º por 100.000 habitantes), por sexo, 2020-2022.

Fonte: INE e cálculos próprios.

Os CSP desempenham um papel fundamental na deteção e acompanhamento das doenças mentais, sendo muitas vezes o primeiro ponto de contacto para os doentes. Entre os diagnósticos mais comuns encontram-se as perturbações depressivas, demência, distúrbios ansiosos e sensação de ansiedade, que afetam um número significativo de utentes.

No concelho, as “perturbações depressivas” afetam 13,5% dos inscritos nos CSP, ligeiramente abaixo da média regional (14,2%) e acima da nacional (12,6%). O “distúrbio ansioso” (10,6%) seguem a tendência regional, mas superam a média nacional (9,6%). A “demência” (0,9%) e a “sensação de ansiedade” (2,8%) estão abaixo das médias nacional e regional (Quadro 51).

As “perturbações depressivas” apresentam uma maior prevalência na USF Fénix de Aveiro (17,9%), na USF Santa Joana (15,7%) e na USF Moliciro (15,6%) (Figura 139). Por outro lado, e com valores abaixo da média concelhia, surge a UCSP Aveiro I (9,2%) e a USF Arte Nova (10,6%).

A prevalência da “demência” sugere distribuição heterogênea no concelho, com algumas unidades acima da média nacional e outras significativamente abaixo (Figura 140). Com valores acima da média nacional destaca-se a UCSP Aveiro I (1,4%) e a USF Salinas (1,1%). Com os valores bem mais baixos, o destaque vai para a USF Esgueira Mais (0,6%) e USF Fénix Aveiro (0,7%).

Quadro 51. Proporção de inscritos nos CSP, segundo o diagnóstico (doença mental) em 2024 (dezembro).

Diagnóstico	Aveiro	ULSRA	ARS Centro	Continente
	(%)			
Perturbações depressivas	13,5	14,0	14,2	12,6
Demência	0,9	1,0	1,2	1,1
Distúrbio ansioso	10,6	10,1	10,5	9,6
Sensação de ansiedade	2,8	2,8	3,7	3,8

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

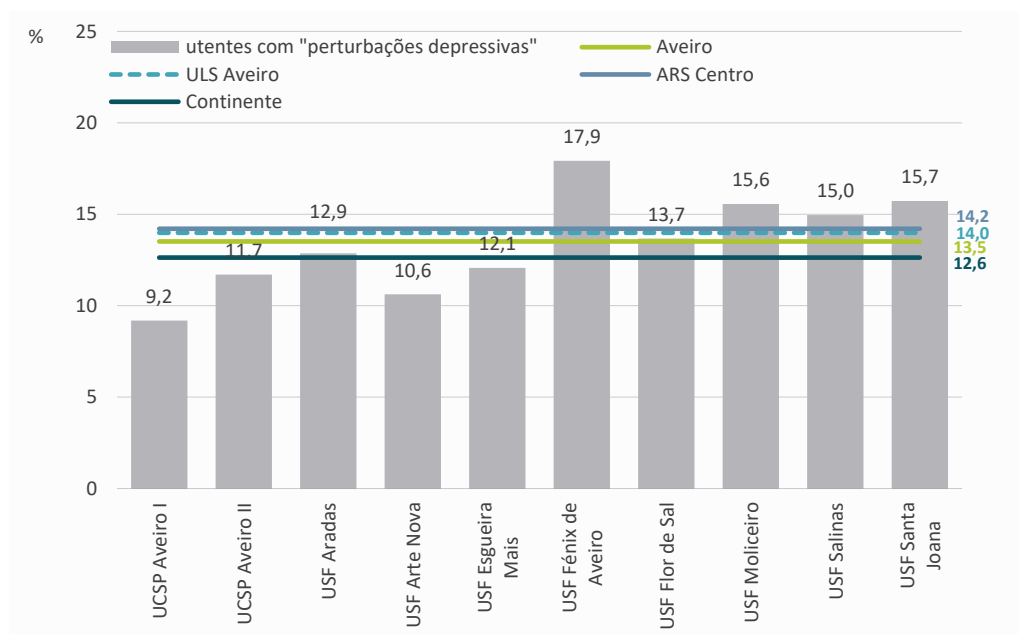


Figura 139. Proporção de utentes com “perturbações depressivas”, registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

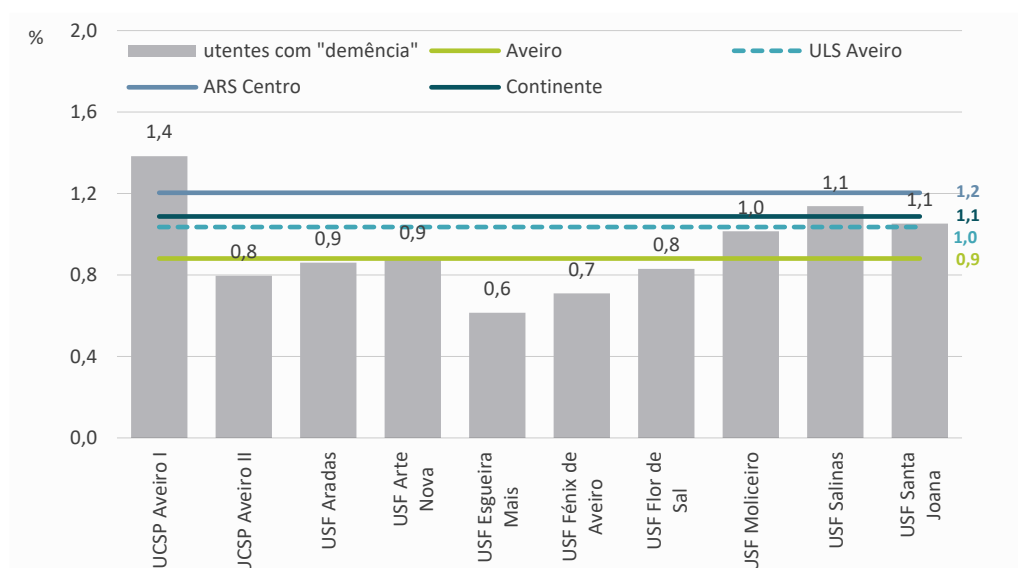


Figura 140. Proporção de utentes com “demência”, registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

Relativamente ao “distúrbio ansioso”, a sua prevalência é superior no concelho (10,6%) comparativamente às unidades de referência. De entre as unidades funcionais, destaca-se, com os valores mais desfavoráveis, a USF Moliceiro (13,6%), a USF Santa Joana (11,8%) e a USF Salinas (11,7%). Por outro lado, a UCSP Aveiro II (6,5%) e a USF Aradas (8,8%) apresentam a menor prevalência deste diagnóstico (Figura 141).

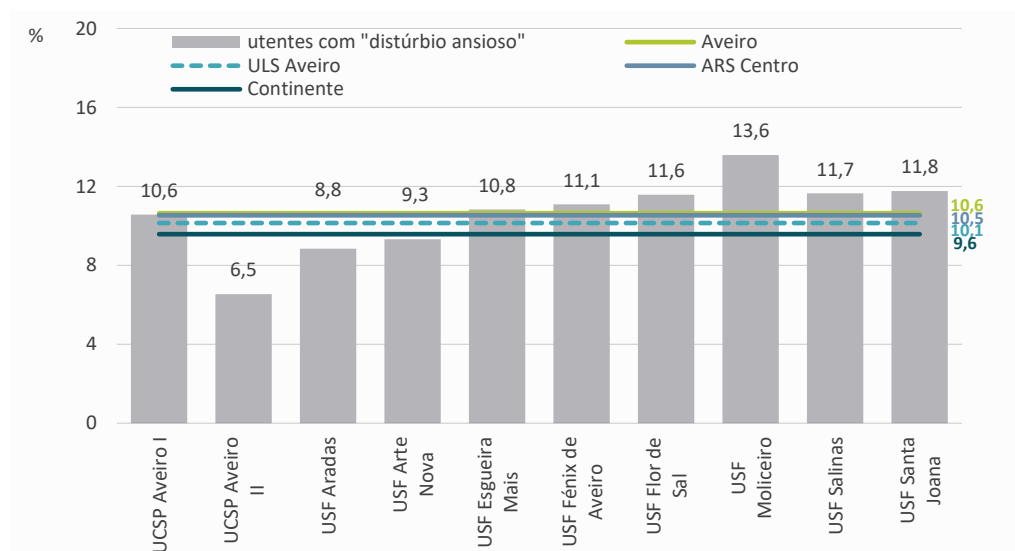


Figura 141. Proporção de utentes com “distúrbio ansioso”, registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

Por último, a “sensação de ansiedade” é comum a 2,8% dos inscritos nos CSP do concelho, destacando-se a UCSP Aveiro I (6,3%) e a USF Fénix de Aveiro (5,7%) com os valores superiores e a USF Salinas (0,8%), com a menor proporção (Figura 142).

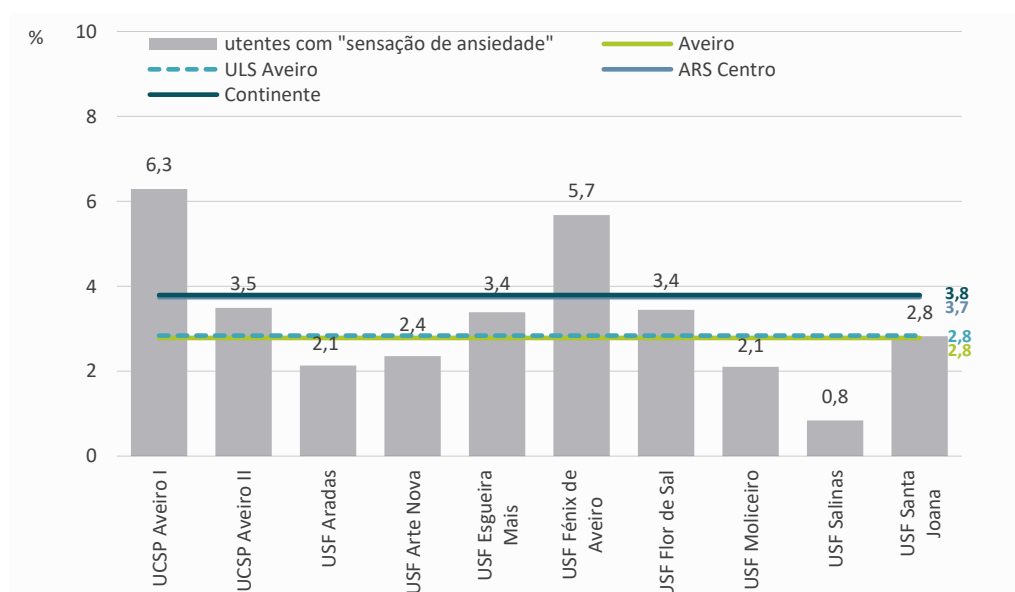


Figura 142. Proporção de utentes com “sensação de ansiedade”, registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

8.3. Cuidados de saúde

A ULSRA é uma entidade do SNS que integra, de forma coordenada, os cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados, com o objetivo de assegurar uma prestação de cuidados de saúde completa, eficaz e centrada nas necessidades da população da sua área de influência. Esta área abrange dez concelhos do distrito de Aveiro: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos.

Esta ULSRA é composta pelo Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV), que integra o Hospital Infante D. Pedro - Aveiro, o Hospital Distrital de Águeda e o Hospital Visconde de Salreu - Estarreja, em conjunto com o Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga.

Integrada na ULSRA, destaca-se a Unidade de Saúde Pública Baixo Vouga (USPBV), que desempenha diversas funções, incluindo a de observatório de saúde da área geodemográfica onde se insere.

A sua missão é "contribuir para a melhoria contínua do estado de saúde da população, visando a obtenção de ganhos em saúde" (USPBV, 2025), promovendo a vigilância epidemiológica, a prevenção da doença e a promoção da saúde na região.

8.3.1. Cuidados de saúde primários

O concelho está atualmente integrado na Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro (ULSRA), uma estrutura que articula cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados. No âmbito dos cuidados primários, essa integração é operacionalizada através do Centro de Saúde de Aveiro, que coordena várias unidades funcionais, incluindo Unidades de Saúde Familiar (USF), Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), Unidade de Saúde Pública (USP) e o Serviço de Atendimento Complementar (SAC), assegurando uma resposta abrangente às necessidades de saúde da população do concelho (Quadro 52).

Quadro 52. Unidades funcionais de CSP no concelho de Aveiro e respetivas funções.

Centro de Saúde de Aveiro		
Unidades funcionais		Função
Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados	UCSP Aveiro	Para utentes que não estão inscritos em USF
	UCSP Aveiro II	
Unidades de Saúde Familiar	USF Aradas	Modelos organizacionais mais autónomos com equipas multidisciplinares fixas
	USF Arte Nova	
	USF Esgueira +	
	USF Fénix D'Aveiro	
	USF Flor de Sal	
	USF Moliceiro	
	USF Salinas	
	USF Santa Joana	
Unidade de Cuidados na Comunidade	UCC Aveiro	Responsável pelo atendimento à população vulnerável que inclui o atendimento no âmbito da ECCL (domicílio), ELI / SNIPI, Preparação para o parto e Parentalidade, Saúde Escolar, participando ainda na CPCJ, NLI e Rede Social
Unidade de Saúde Pública	USP Aveiro	Atividade centrada na vigilância epidemiológica, vacinação, promoção e proteção da saúde
Serviço de Atendimento Complementar	SAC Aveiro	Atendimento em horários alargados, para situações de doença aguda não emergente

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

8.3.1.1. Médicos e enfermeiros

O número de médicos nos CSP por 1.000 inscritos permite avaliar a capacidade de resposta e a acessibilidade dos serviços de saúde ao nível local. Em Aveiro, o valor deste indicador é favorável, quando comparado com todas as regiões de referência (Figura 143). Enquanto Aveiro possui 0,6 médicos por cada 1.000 inscritos, as unidades geográficas de referência registam valores de 0,6 (ULS Aveiro), 0,5 (ARS Centro) e 0,4 (Continente). Os valores relativos à dotação de médicos por 1.000 inscritos são mais elevados na UCSP Aveiro I (1,3) e na UCSP Aveiro II (0,7).

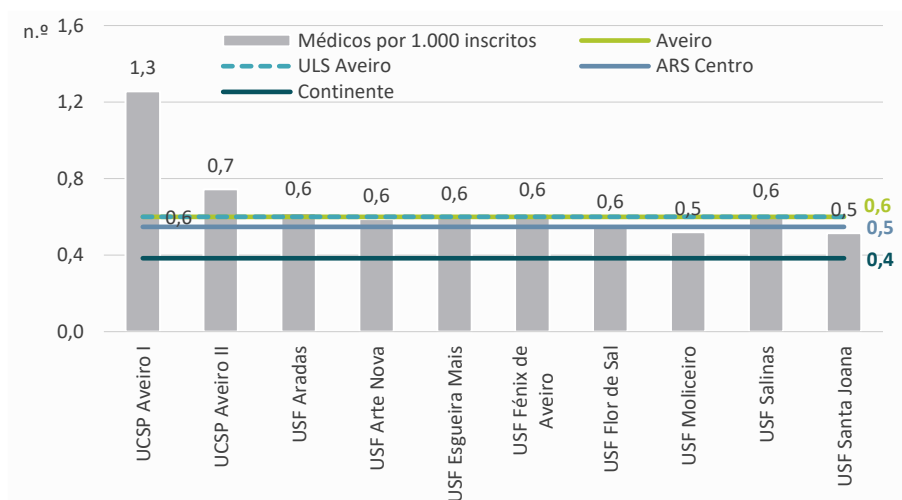


Figura 143. Médicos por 1.000 utentes inscritos nos CSP, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2025 (abril).

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

Paralelamente, o número de enfermeiros nos CSP por 1.000 inscritos permite avaliar a disponibilidade de cuidados de enfermagem e o nível de apoio prestado à população inscrita (Figura 144).

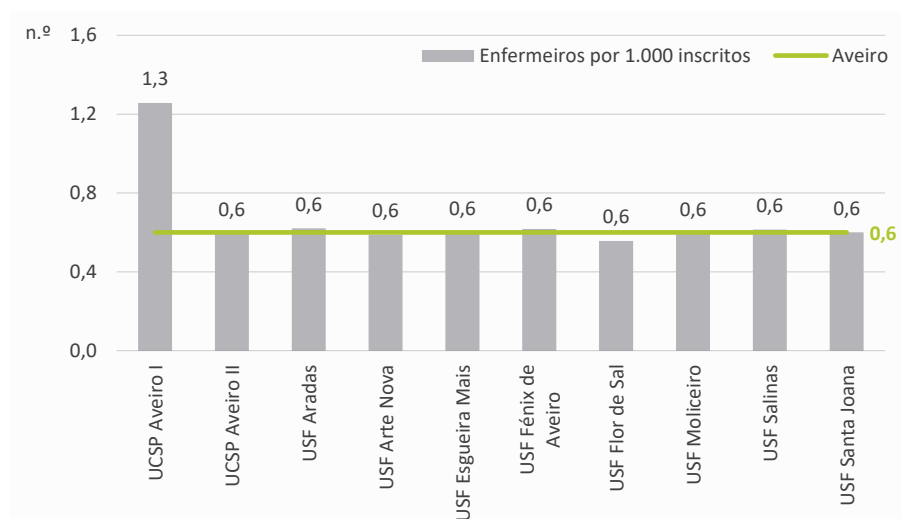


Figura 144. Enfermeiros por 1.000 utentes inscritos nos CSP, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2025 (abril).

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

Estes enfermeiros desenvolvem, sobretudo, atividades centradas na promoção da saúde, prevenção da doença, educação para a saúde, bem como na manutenção, recuperação, coordenação, gestão e avaliação dos cuidados prestados, tanto a nível individual como no contexto familiar.

O número de enfermeiros por 1.000 inscritos nas unidades de CSP no concelho é idêntico ao analisado relativamente ao número de médicos (0,6). Apenas a UCSP Aveiro I apresenta um valor superior (1,3)

8.3.1.2. Inscritos

As unidades funcionais de CSP do concelho apresentam um total de 91.687 utentes inscritos em abril de 2025, dos quais 43.319 são homens (47,2%) e 48.364 são mulheres (52,8%).

A USF Flor de Sal é a unidade com o maior número de inscritos (14.365 utentes), seguida de perto pela USF Arte Nova (13.598) e pela USF Moliceiro (13.475). Estas três unidades destacam-se claramente das restantes, refletindo uma elevada procura e, possivelmente, maior capacidade de resposta (Figura 145). Por outro lado, a unidade com menos inscritos é a UCSP Aveiro I, com apenas 796 utentes. Também com números relativamente baixos

estão a USF Fénix de Aveiro (6.482) e a UCSP Aveiro II (6.723). As restantes unidades apresentam valores intermédios, entre os 8.060 (USF Aradas) e os 11.658 (USF Santa Joana).

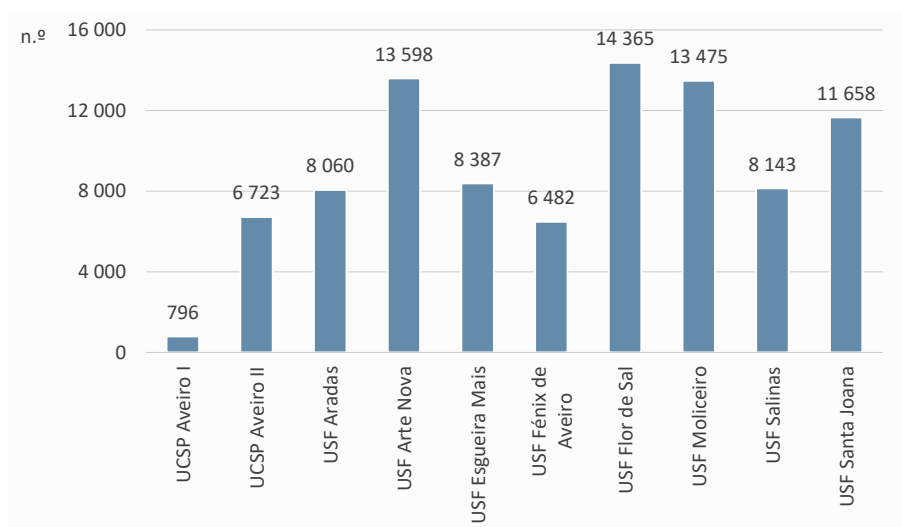


Figura 145. Utentes inscritos nos CSP, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2025 (abril).

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

A análise por grandes grupos etários destaca o grupo 40-59 anos, totalizando 27.283 utentes (12.878 homens e 14.405 mulheres). Segue-se a faixa dos 20-39 anos com 21.332 inscritos, e a dos indivíduos com menos de 19 anos (16.704 utentes). Nota-se uma diminuição progressiva no número de utentes nas faixas etárias mais velhas, com 16.564 pessoas entre os 60-74 anos e 9.800 com 75 ou mais anos.

Em todas as faixas etárias, as mulheres superam os homens, sendo esta diferença mais acentuada nas idades mais avançadas, refletindo a maior esperança média de vida das mulheres (Figura 146).

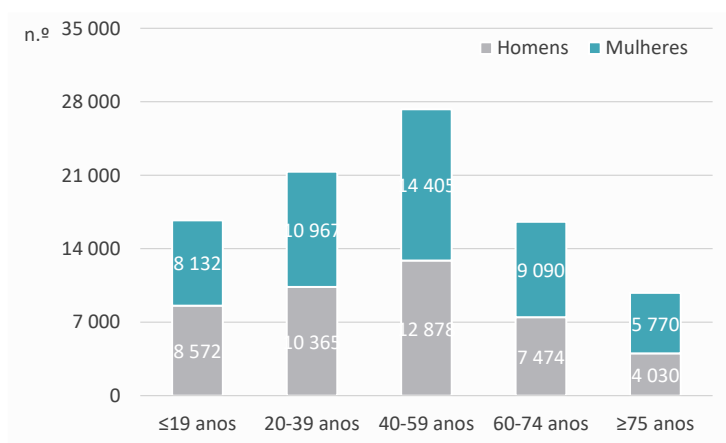


Figura 146. Utentes inscritos nos CSP, no concelho de Aveiro, segundo o sexo e grupo etário, em 2025 (abril).

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

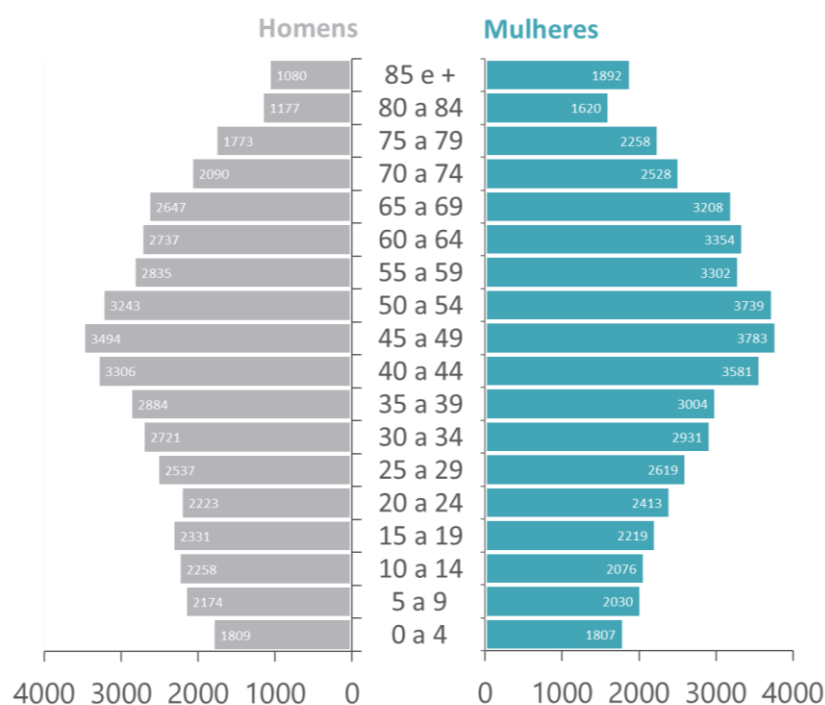


Figura 147. Pirâmide etária Utentes inscritos nos CSP, no concelho de Aveiro, em 2025 (abril).

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

Por fim, os dados evidenciam que mais de metade dos utentes (53%) está entre os 20 e os 59 anos, grupo com maior peso demográfico e, potencialmente, economicamente ativo. Já os idosos (60 anos ou mais) representam cerca de 28,8% dos inscritos (26.364), um valor relevante no planeamento de cuidados de saúde adequados a uma população tendencialmente mais envelhecida.

De sublinhar que 2.972 utentes têm 85 ou mais anos, representando cerca de 3,2% do total de utentes (Figura 147).

8.3.1.3. Consultas médicas

Torna-se essencial analisar a proporção de inscritos que recorrem aos serviços das unidades de saúde, uma vez que isso permite avaliar a utilização efetiva dos cuidados prestados.

A taxa de utilização global de consultas médicas nos CSP ao longo do ano de 2024, revela que as unidades do concelho apresentam um valor (71,3%) ligeiramente inferior à média da ARS Centro (71,7%) e da ULSRA (72,8%), mas superior ao valor médio do Continente (67,6%) (Figura 148). As unidades de CSP do concelho que apresentam valores substancialmente abaixo da média são a USF Fénix de Aveiro (64,1%), a UCSP Aveiro II (66,0%) e a USF Flor de Sal (70,1%).

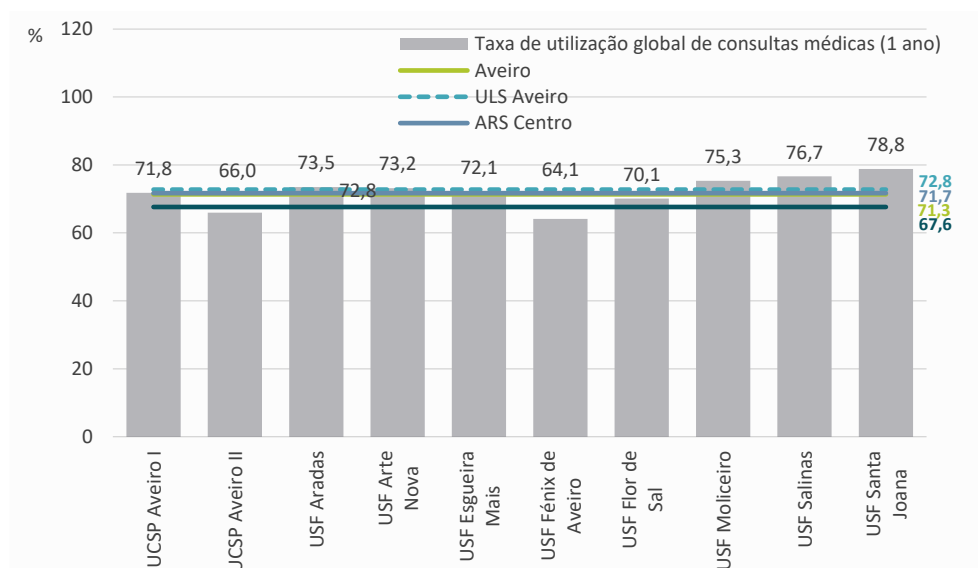


Figura 148. Taxa de utilização global de consultas médicas (1 ano) nos CSP, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

Considerando o mesmo indicador, mas desta vez observando a percentagem de consultas realizadas nas unidades de CSP sobre o total de utentes inscritos nessas mesmas unidades, ao longo dos últimos 3 anos, destaca-se a posição favorável do concelho de Aveiro, com o segundo valor médio mais elevado (85,4%), logo atrás da ULSRA (86,6%) (Figura 149). A percentagem de consultas no Continente foi de 81,6%, sendo que apenas a USF Fénix de Aveiro está abaixo deste valor (79,7%). As restantes unidades apresentam valores superiores, com destaque para a USF Arte Nova (90,9%) e a USF Santa Joana (90,7%).

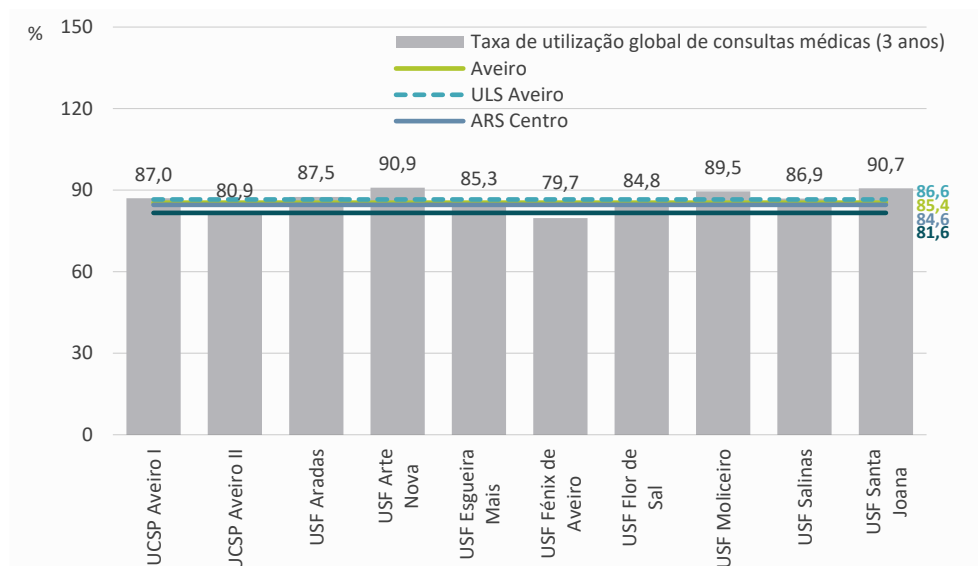


Figura 149. Taxa de utilização global de consultas médicas (3 anos) nos CSP, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

As consultas realizadas pelo médico de família nos CSP permitem avaliar aspetos relacionados à organização e à eficácia do sistema de saúde, como a disponibilidade de médicos de família (Figura 150).

No concelho, cerca de 78,9% das consultas foram realizadas pelo médico de família, valor superior à média do Continente (78,1%), mas inferior à média da ARS Centro (81,4%) e da ULS Região de Aveiro (81,5%).

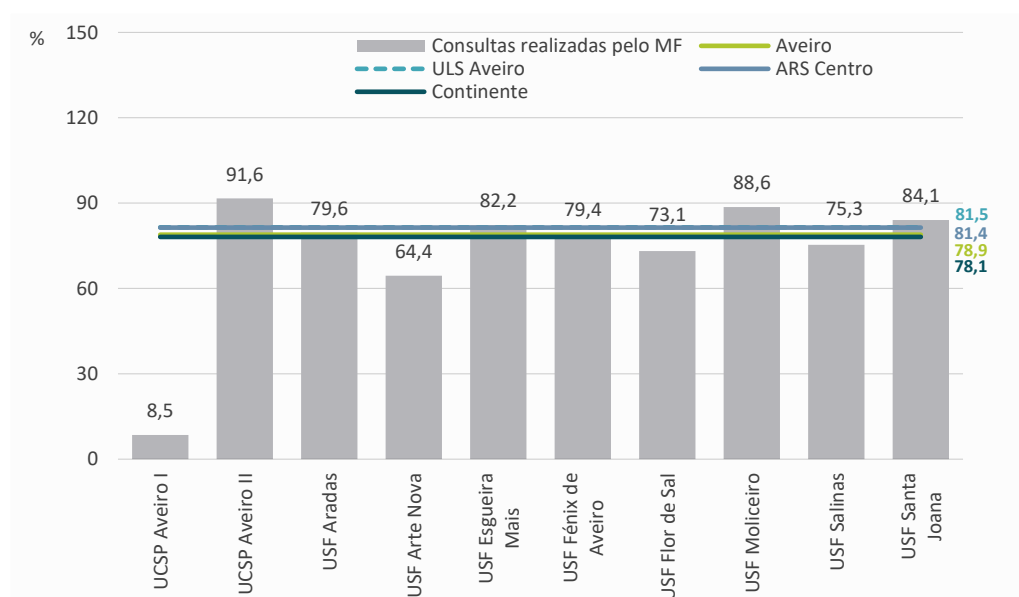


Figura 150. Proporção de consultas realizadas pelo médico de família nos CSP, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

8.3.1.4. Rastreios

Os rastreios em saúde são fundamentais para a promoção da saúde individual, uma vez que permitem a deteção precoce de doenças, muitas vezes antes de surgirem sintomas. A identificação precoce de determinadas doenças possibilita intervenções mais rápidas e eficazes, aumentando as probabilidades de tratamento bem-sucedido e melhorando a qualidade de vida dos doentes. Para além disso, os rastreios contribuem para a redução da mortalidade, ao evitar o agravamento de doenças em estágios avançados e potencialmente fatais.

De entre os rastreios que podem ser feitos através dos CSP, analisa-se o rastreio ao cancro da mama, o rastreio do cancro do colo do útero e o rastreio ao cancro do cólon e reto.

O cancro da mama é uma das principais causas de morte entre as mulheres, mas quando detetado precocemente, as hipóteses de tratamento e cura aumentam. O rastreio, feito através de mamografias, permite identificar tumores em estágios iniciais, antes de surgirem

sintomas. A deteção precoce contribui para um melhor prognóstico e aumenta as probabilidades de sucesso no tratamento.

O concelho apresenta uma posição favorável neste rastreio (69,3%), sobretudo quando comparado com a média nacional (58,1%). No entanto, existem algumas unidades de saúde que se destacam por apresentarem uma proporção mais baixa de mulheres entre os 50 e os 70 anos que realizaram mamografias nos últimos dois anos (Figura 151). Entre essas unidades estão a UCSP Aveiro I (36,5%), a USF Fénix de Aveiro (56,1%), a USF Esgueira Mais (63,4%) e a USF Arte Nova (65,4%).

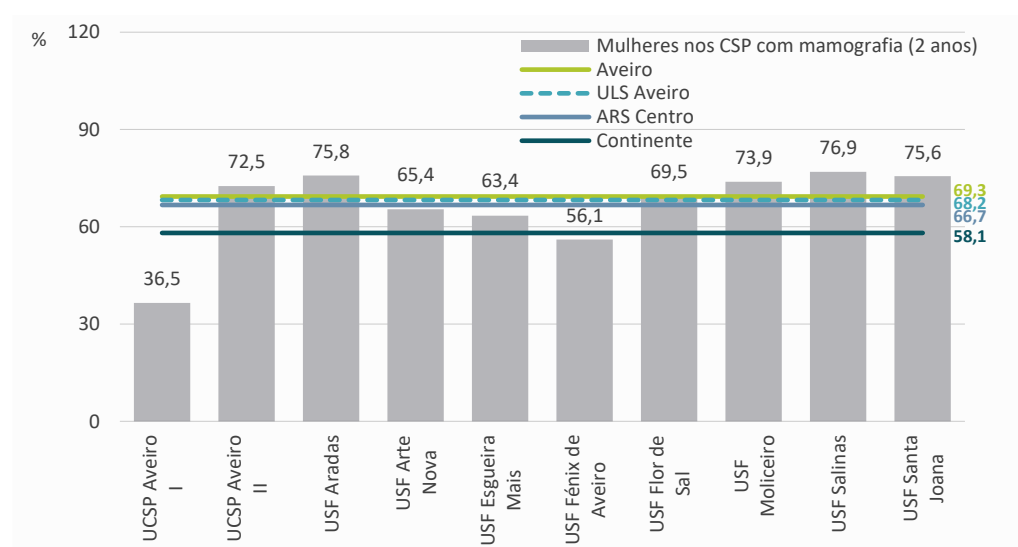


Figura 151. Mulheres inscritas nos CSP entre os 50 e os 70 anos com mamografia registada nos últimos 2 anos, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

O cancro do colo do útero é uma doença que se desenvolve a partir de alterações nas células do colo do útero, muitas vezes causadas pela infeção persistente por determinados tipos do vírus do papiloma humano (HPV). É uma das principais causas de morbilidade e mortalidade entre as mulheres, mas pode ser amplamente prevenido através da vacinação contra o HPV, da deteção precoce por meio de rastreios regulares e do tratamento adequado de lesões pré-cancerígenas. A implementação de programas de rastreio tem sido fundamental para a redução da incidência e da mortalidade associadas a esta doença.

Embora o concelho apresente uma taxa de rastreio (66,5%) superior às outras unidades de referência, observa-se uma variação considerável entre as diferentes unidades. A USF Aradas (76,5%) e a USF Arte Nova (75,3%) apresentam as taxas mais elevadas, superando a média nacional e regional. Por outro lado, UCSP Aveiro I (53,9%) e USF Fénix de Aveiro (54,5%) registam as percentagens mais baixas (Figura 152).

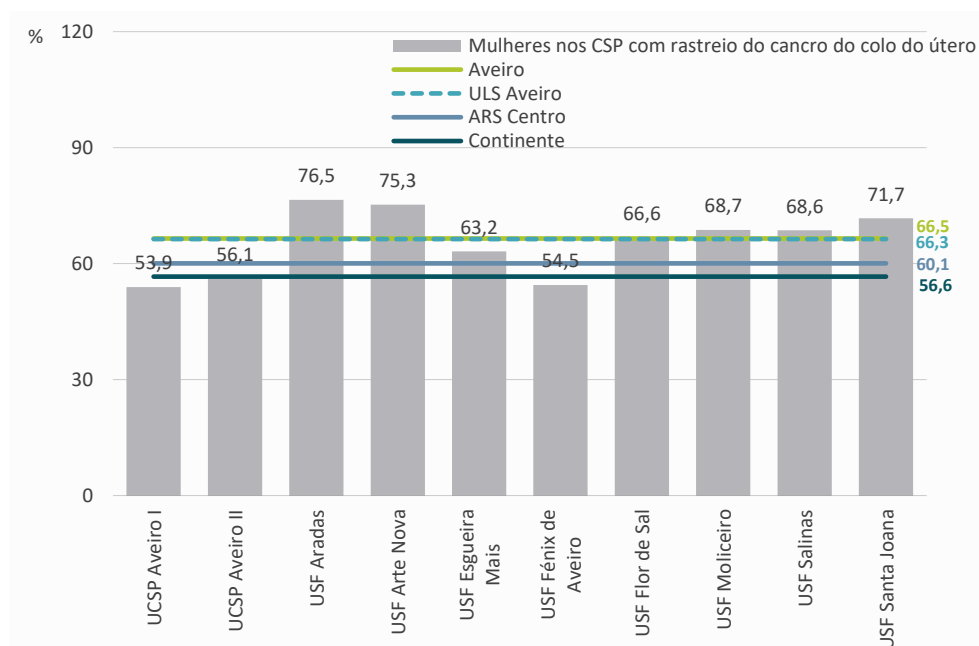


Figura 152. Mulheres inscritas nos CSP entre os 25 e os 60 anos com rastreio do cancro do colo do útero efetuado, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

O cancro do cólon e do reto é um dos tipos de cancro mais comuns em todo o mundo e uma das principais causas de morte por doença oncológica. O rastreio regular, como a colonoscopia, permite a deteção precoce e a remoção de lesões pré-cancerígenas, aumentando significativamente as hipóteses de tratamento bem-sucedido e de sobrevivência.

Tal como nos rastreios analisados anteriormente, Aveiro apresenta um valor médio superior (66,6%), comparativamente à média da ULS Região de Aveiro (65,3%), ARS Centro (59,5%) e Continente (60,5%) (Figura 153). As unidades que apresentam um pior desempenho neste indicador são a UCSP Aveiro II (58,7%), USF Fénix de Aveiro (63,1%) e USF Esgueira Mais (63,9%). No polo oposto surgem a USF Aradas (74,3%), a USF Salinas (71,1%) e a USF Santa Joana (70,9%).

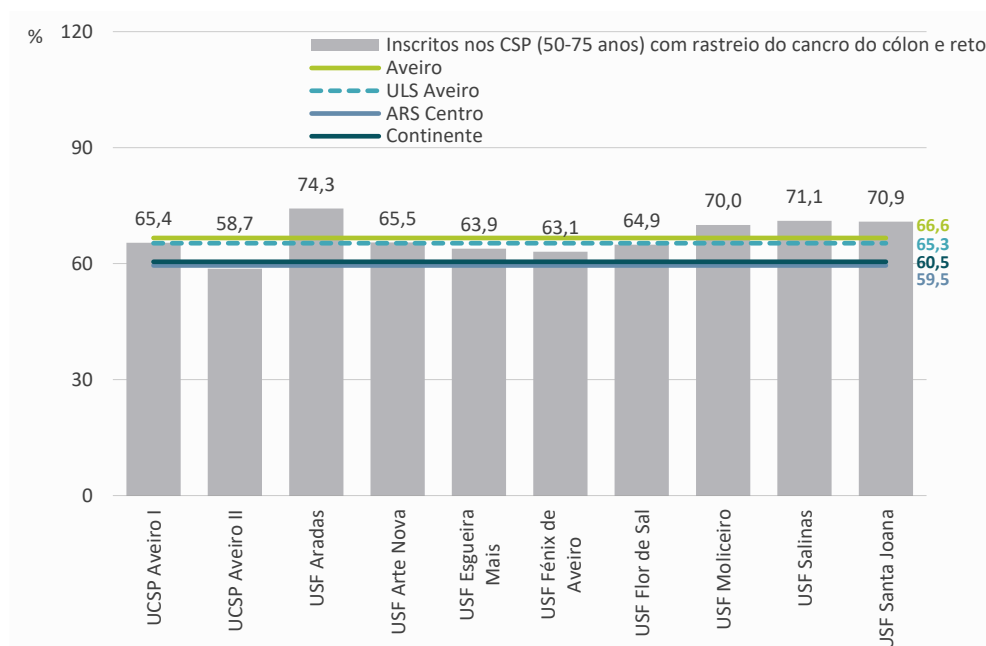


Figura 153. Inscritos nos CSP entre os 50 e os 75 anos com rastreio do cancro do cólon e reto efetuado no concelho de Aveiro, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.

Fonte: BI-CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>).

8.3.2. Cuidados de saúde hospitalares

O CHBV tem a sua área de influência em nove concelhos do distrito de Aveiro: Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos e abrange três unidades, designadamente, o Hospital Infante D. Pedro, Aveiro; o Hospital Distrital de Águeda e o Hospital Visconde de Salreu, Estarreja.

O CHBV presta cuidados clínicos diferenciados que se organizam em seis departamentos, a saber:

Departamento médico: Anatomia Patológica; Anestesiologia; Cardiologia; Cirurgia Geral; Dermatologia; Endocrinologia; Estomatologia; Gastrenterologia; Ginecologia/Obstetrícia; Hospitalização Domiciliária; Hematologia Clínica; Imagiologia; Imunoalergologia; Imunohemoterapia; Infeciologia; Internato Médico; Medicina do Trabalho; Medicina Física e Reabilitação; Medicina Intensiva; Medicina Interna; Nefrologia; Neurologia; Oftalmologia; Oncologia; Ortopedia; Otorrinolaringologia; Patologia Clínica; Pediatria; Pneumologia; Psiquiatria e Saúde Mental; Reumatologia; Unidade de Cirurgia de Ambulatório; Unidade de Cuidados Paliativos; Unidade da Dor; Urgência; Urologia.

Departamento de Urgência/Emergência e Medicina Intensiva: Serviço de Urgência básica - Águeda; Urgência Médico-cirúrgica - Aveiro; Medicina Intensiva.

DPSM: serviço de internamento; serviço de ambulatório; Pedopsiquiatria.

Departamento cirúrgico: Cirurgia geral; Oftalmologia; Ortopedia; Otorrinolaringologia; Estomatologia; Urologia; Cirurgia em ambulatório; Bloco operatório e Anestesiologia.

Departamento de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica: Imagiologia; Patologia Clínica; Imunohemoterapia; Anatomia Patológica.

Departamento da Mulher e da Criança: Pediatria; Obstetrícia/Ginecologia.

Nos cuidados hospitalares do CHBV, e não obstante as diversas especialidades médicas que disponibilizam, destacamos, contudo, aquelas que cuja prática, assenta fortemente num regime de proximidade com o meio ambiente dos utentes, famílias e respetiva comunidade e constituem-se como complementares à intervenção clínica em regime de internamento hospitalar, sendo dessa forma, recursos de referência para as instituições e entidades de primeira linha que desenvolvem

Hospitalização domiciliária: A hospitalização domiciliária é um modelo de assistência hospitalar, alternativo ao internamento convencional, que se caracteriza pelo internamento de doentes agudos no domicílio, com a concordância do cidadão e da família, desde que cumpram um conjunto de critérios clínicos, sociais e geográficos. Este modelo distingue-se das respostas de saúde e de apoio social no domicílio já implementadas no SNS, na medida em que incide sobre a fase aguda da doença e/ou agudização da doença crónica. São apontadas pelo CHBV como principais vantagens da hospitalização domiciliária a redução do risco de complicações; a diminuição dos reinternamentos hospitalares; a redução da taxa de infeção hospitalar; a possibilidade de prestação de cuidados de saúde mais personalizados e a possibilidade de a família e outros cuidadores partilharem os cuidados a prestar ao doente, sendo-lhes prestada orientação e capacitação no modo de atuação no processo de cuidar. A Unidade de Hospitalização Domiciliária do CHBV iniciou funções em 2019, e está integrada no respetivo Serviço de Medicina Interna do Hospital Infante D. Pedro. A referenciação para a hospitalização domiciliária poderá advir do próprio Hospital, do ACES BV (no presente caso), do médico afeto à Estrutura Residencial para Pessoas Idosas ou pelo médico do Serviço de Urgência que, no momento, procede à avaliação clínica do utente.

Hospital de Dia: destina-se ao tratamento de utentes psiquiátricos adultos em regime de internamento parcial. Constitui-se como uma valência de transição, destinada ao tratamento e reabilitação de doentes psiquiátricos estabilizados. Faz parte desta unidade a denominada “área de dia” destina-se a crianças e adolescentes e suas famílias, complementando a atividade clínica da consulta externa de pedopsiquiatria.

Equipa de Intervenção Comunitária: A Unidade de Saúde Mental Comunitária (inicialmente apenas uma equipa de intervenção) foi constituída em 2010 no âmbito do Projeto “Intervenção Comunitária no Baixo Vouga: Novos Caminhos para a Saúde Mental”, financiado pela ACSS ao abrigo dos Programas Inovadores na Área da Saúde Mental. Esta

unidade (formada por três equipas de intervenção nos sectores 0, 1, 2) realiza consultas multidisciplinares na instituição, na comunidade e ainda trabalho de consultadoria nos ACeS.

Equipa de Serviço Social: através da circular normativa n.º 8/2002, de 16 de maio, do Ministério da Saúde, são reforçadas as funções dos Técnicos Superiores de Serviço Social integrados em carreiras do Sistema Nacional de saúde, em particular os que se encontravam cuidados hospitalares quer nos centros de saúde. Em resultado dessa circular, foram criadas equipas constituídas por Técnicos com formação em Serviço Social que, nos cuidados hospitalares, “têm por missão assegurar o apoio social aos utentes com necessidades de âmbito sociofamiliar que interfiram com o seu processo de recuperação ou reabilitação, desenvolvendo uma intervenção que promova a autonomia individual e o desenvolvimento de competências sociais para superação das dificuldades identificadas, contribuindo para a melhoria da qualidade e humanização da prestação, pontual ou de continuidade, dos cuidados de saúde.

Enquanto serviço de apoio à prestação de cuidados, tem como objetivo principal o apoio psicossocial aos utentes internados e/ou em seguimento ambulatorio, tendo em vista a alta, a reabilitação e o regresso ao seu meio familiar e social, de forma sustentada e adequada, fazendo a interligação entre os mesmos, seus familiares e entidades na comunidade” (<https://www.ulsra.min-saude.pt/prestacao-de-cuidados/servico-social/>).

O Serviço Social do CHBV é, atualmente, composto por 10 técnicos superiores de serviço social, sendo que três elementos se encontram afetos ao DPSM e os restantes estão distribuídos pelas 3 Unidades no apoio ao Hospital Geral, assumindo um dos elementos a responsabilidade pela Coordenação do Serviço.

Os principais indicadores relativos à oferta, utilização e acessibilidade do CHBV encontram-se sintetizados no Quadro 53.

Importa ainda destacar o número de internamentos sociais (altas proteladas) nos hospitais da ULS da Região de Aveiro, observando-se uma oscilação entre 2022 e 2024. Em 2022, registaram-se 392 casos, número que aumentou significativamente em 2023 para 468, o que poderá indicar um agravamento das dificuldades sociais e/ou da resposta da rede de apoio social nesse ano. Já em 2024, observa-se uma ligeira redução para 406 internamentos, embora o valor continue acima do registado em 2022 (Figura 154).

Estes valores evidenciam a persistência de situações em que, apesar de clinicamente aptos para a alta, os doentes permanecem internados por falta de condições sociais adequadas (como ausência de cuidadores, vaga em ERPI ou apoio domiciliário). Tal cenário sublinha a necessidade de reforçar a articulação entre os serviços de saúde e os serviços sociais, bem

como de investir em soluções comunitárias para evitar a ocupação prolongada de camas hospitalares por motivos não clínicos.

Quadro 53. Indicadores de Caracterização da oferta, utilização e acessibilidade do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV) em 2025.

Indicadores	ULS Região de Aveiro (CHBV)
População de referência – área geográfica de proximidade (2023)	327.954
N.º de camas	445
N.º de médicos	302
N.º de enfermeiros	866
N.º de consultas externas	Médicas = 101.575
	Não Médicas = 12.454
	Total Consultas Externas = 114.029
N.º de cirurgias	5.271
N.º de cirurgias programadas com internamento	1.204
N.º de cirurgias programadas de ambulatório	3.280
N.º de cirurgias urgentes	787
N.º de utentes inscritos que aguardam cirurgia	5.785
N.º de utentes em lista de espera para consulta externa	49.521
N.º de urgências	53.588
% de urgências pouco ou nada urgentes	21,55% (11.548/53.588)
N.º de partos	578
% de cesarianas	30,4% (176/578)
Doentes saídos (agudos)	5.784
Taxa de ocupação	85,0%

Fonte: CHBV, SICA (dados referentes ao acumulado a abril de 2025).

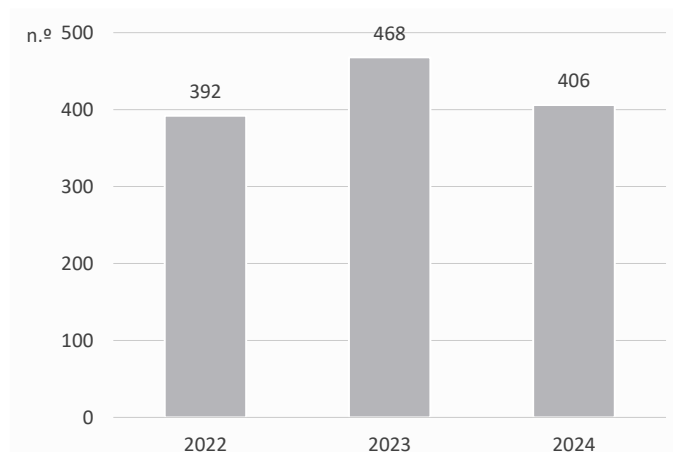


Figura 154. Internamentos sociais (altas proteladas) nos hospitais da ULSRA, entre 2022 e 2024.

Fonte: ULSRA.

8.3.3. Farmácias

O concelho apresenta, em 2023, um número de farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes de 0,2 (Figura 155), estando abaixo do valor observado no Continente (0,3) e na Região Centro (0,4). Comparando com os concelhos mais populosos da Região

Centro, Aveiro, a par de Leiria, apresenta um menor valor de farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes.

De acordo com o Infarmed, no concelho existem 21 farmácias, concentradas sobretudo na área central e mais populosa do território, a UF de Glória e Vera Cruz (9), o que reflete uma maior procura por serviços de saúde. Em contraste, as freguesias com menor densidade populacional, como Eixo e Eirol, Oliveirinha e São Jacinto, têm apenas uma farmácia cada. As freguesias com uma população intermédia, como Aradas e Esgueira, apresentam três farmácias cada (Figura 156).

0,2

Farmácias e postos
farmacêuticos móveis
por 1000 habitantes
(2023)

21

Farmácias
(2025)

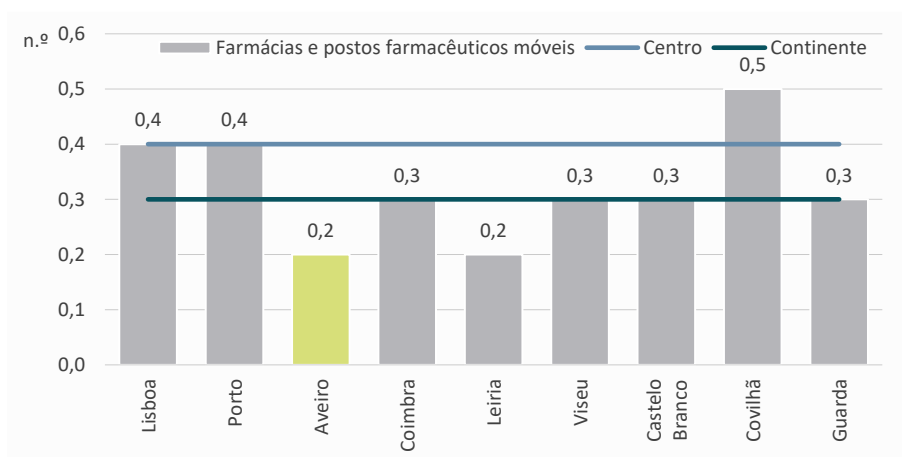


Figura 155. Farmácias e postos farmacêuticos móveis em 2023.

Fonte: INE.

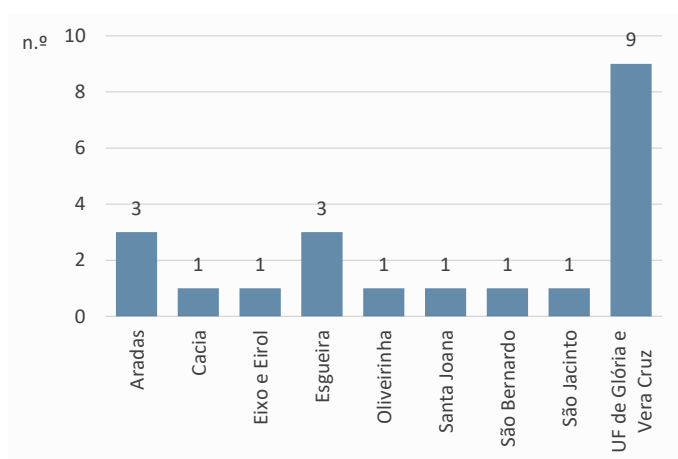


Figura 156. Farmácias, por freguesia, em 2025.

Fonte: Infarmed.

8.3.4. Cuidados continuados integrados

8.3.4.1. Equipa de Cuidados Continuados Integrados

A Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) Aveiro constitui a Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) do concelho de Aveiro, inserida na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Esta equipa multiprofissional garante cuidados integrais no domicílio a pessoas em situação de dependência funcional transitória ou prolongada. Destinada a utentes que residem no concelho de Aveiro e são referenciados através da RNCCI, a ECCI atende indivíduos que, embora não estejam em situação de doença aguda, não possam deslocar-se à Unidade de Saúde devido a dependência física. A referência baseia-se em critérios como fragilidade, limitação funcional grave condicionada por fatores ambientais, ou doença severa em fase avançada ou terminal ao longo da vida, desde que o domicílio proporcione condições para a prestação dos cuidados necessários.

A ECCI oferece:

- Cuidados domiciliários de enfermagem (preventivos, curativos, reabilitadores ou ações paliativas);
- Cuidados de fisioterapia e de reabilitação;
- Educação para a saúde aos doentes, familiares e cuidadores;

Na ECCI, após a avaliação da equipa, quando necessário, é possível garantir o atendimento de enfermagem no próprio dia, de 2.ª a 6.ª feira dentro do seu horário de funcionamento. Aos fins de semana e feriados, são programados os atendimentos considerados necessários no dia útil anterior.

A ECCI teve até maio de 2025 a capacidade 15 utentes, observando-se uma taxa de utilização de 100%. Em 2024 foram acompanhados 60 doentes e suas famílias em Cuidados Continuados e realizadas cerca de 2551 visitas domiciliárias. A ECCI aumentou recentemente as suas vagas de 15 para 20 dada as necessidades sentidas no concelho.

8.3.4.2. Unidade de Convalescença

Uma Unidade de Convalescença (UC) permite internamentos até aos 30 dias. É dirigida a pessoas que já não necessitam de cuidados hospitalares de agudos, mas que devido a uma situação de doença súbita, recorrência ou descompensação do processo crónico, requeiram cuidados de saúde que, pela sua frequência, complexidade ou duração, não possam ser prestados no domicílio.

A UC assegura: reabilitação funcional intensiva; cuidados médicos permanentes; cuidados de enfermagem permanentes; exames complementares de diagnóstico, laboratoriais e radiológicos; prescrição e administração de medicamentos; cuidados de fisioterapia; apoio psicossocial; higiene, conforto e alimentação; convívio e lazer.

No concelho de Aveiro existem 30 camas de cuidados continuados da UC da DOMUSVI - Unidade Dom Pedro V.

8.3.4.3. Unidade de Média Duração e Reabilitação

A Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) permite internamentos com duração entre 30 e 90 dias. Destina-se a pessoas que, na sequência de doença aguda ou agudização de doença crónica, perderam a sua autonomia e funcionalidade, mas com potencial de reabilitação funcional e que necessitem de cuidados de saúde, apoio social, que pela sua frequência ou duração, não podem ser prestados no domicílio.

A UMDR assegura: cuidados médicos diários; cuidados de enfermagem permanentes; cuidados de fisioterapia e de terapia ocupacional; prescrição e administração de medicamentos; apoio psicossocial; higiene, conforto e alimentação e convívio e lazer.

No concelho de Aveiro existem 20 camas de cuidados continuados da UMDR da DOMUSVI - Unidade Dom Pedro V.

8.4. Projetos de referência

PROJETO DA PARENTALIDADE

O Projeto de Parentalidade constitui o Programa de Preparação para o Parto e Parentalidade conduzida por Enfermeiros Especialistas em Saúde Materna e Obstétrica da ULSRA (UCC Aveiro e do Serviço de Obstetrícia/Ginecologia do Hospital de Aveiro). O Projeto de Parentalidade da UCC Aveiro integra ainda a Consulta de Aleitamento Materno e uma Consulta de Plano de Parto. Os casais que esperam um filho e assim o desejarem podem utilizar qualquer um destes serviços totalmente gratuitos, no seu conjunto ou de forma separada.

Destinatários: Grávidas/casais à espera de bebé, inscritos em qualquer Unidade de Saúde do concelho de Aveiro, ou residentes no concelho de Aveiro, independentemente do local de vigilância (público ou privado), a iniciar a partir das 27/28 semanas de gestação.

Programa: 10 sessões práticas presenciais (duração 2 horas), 1 vez por semana, em grupos fechados, no horário que lhe for indicado, sendo que poderá frequentar sozinha, mas incentivamos, se possível, que frequente com 1 acompanhante à sua escolha.

Temas:

- Fisiologia da gravidez;
- Recursos da comunidade de apoio à gravidez e parto;
- Plano de parto/nascimento;
- Trabalho de parto;
- Tipos de parto;
- Sinais de alerta na gravidez;
- Métodos de gestão da dor (farmacológicos e não farmacológicos: massagem, musicoterapia, rebozo, respiração, bola)
- Visita à maternidade;
- Enxoval;
- Cuidados ao recém-nascido;
- Aleitamento materno;
- Prevenção da depressão e gestão da ansiedade;
- Parentalidade e vinculação;
- Vacinação, diagnóstico precoce e prevenção de acidentes;
- Massagem da grávida e cuidados no pós-parto.

No ano de 2024 integraram 263 grávidas nestas Sessões de Preparação para o Parto e Parentalidade.

CONSULTA DE ALEITAMENTO MATERNO

Desenvolvida pela Enfermeira Especialista em Saúde Materna e Obstétrica, Conselheira em Aleitamento Materno pela OMS da UCC Aveiro. Trata-se de uma consulta individualizada com a mãe, bebé e um acompanhante significativo à sua escolha (pai/avó...) programada e realizadas na sede do Centro de Saúde de Aveiro, numa sala de atendimento da UCC Aveiro. Destina-se às mães/pais com os seus bebés recém-nascidos, inscritos numa Unidade de Saúde do concelho, independentemente do local de vigilância (público ou privado). O motivo da consulta pode ser pela necessidade de avaliação diagnóstica da mamada (mãe e bebé); prevenir e/ou corrigir eventuais complicações relacionadas com o aleitamento materno (dor, hipogaláctea, entre outros); esclarecer dúvidas relacionadas com o aleitamento materno e/ou outros temas que estejam a causar ansiedade na mãe/pai; suporte, acompanhamento e treino da mãe/pai/bebé, no aleitamento materno.

Em 2024 foram realizadas 1102 consultas de aleitamento materno.

EQUIPA LOCAL DE INTERVENÇÃO

A equipa UCC Aveiro integra a equipa multidisciplinar composta por educadores de infância, enfermeiro, psicólogo, terapeuta da fala, fisioterapeuta e técnico de serviço social, no âmbito do Sistema Nacional da Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). Esta intervenção visa garantir a intervenção precoce na infância (crianças 0 aos 5/6 anos de idade) com alterações ou risco no seu desenvolvimento, junto das crianças, seus familiares e educadores através de ações de natureza preventiva e reabilitativa no âmbito da educação, da saúde e da ação social.

No ano de 2024 foram acompanhadas pela equipa, 115 crianças e famílias no concelho de Aveiro.

PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR

A USP Local Aveiro e a UCC Aveiro intervêm junto da comunidade escolar do concelho na promoção da saúde e prevenção da doença da comunidade académica.

No ano letivo 2023/2024 foram realizadas 345 sessões, abrangendo um total de 6.789 alunos. Os temas desenvolvidos foram os seguintes:

- Saúde oral (EPE e 1.º ciclo - 2.º ano);
- Alimentação saudável (EPE e 1.ºciclo - 2.º ano);
- +Cooluna (4.º ano);
- Prevenção da Dependências de Ecrãs: Projeto Disconnect (4.º e 6.º ano);
- Suporte Básico de Vida (9.º ano);
- Sexualidade e Afeitos e Infecções Sexualmente Transmissíveis (8º ano e cursos profissionais);
- (Re)Criar a Brincar (4.º ano);
- Primeiros Socorros (cursos profissionais);
- Alergias alimentares (transversal a todos os ciclos de ensino);
- Diabetes na Escola (transversal a todos os ciclos de ensino).

Relativamente ao atual ano letivo 2024-2025, estão a ser desenvolvidos os seguintes temas:

- Saúde Oral (pré-escolar e 1ºciclo (2ºAno));
- Alimentação Saudável (pré-escolar e 1ºciclo (2ºAno));
- Prevenção da Dependências de Ecrãs: Projeto Disconnect (4º ano);
- Suporte Básico de Vida (9º ano);
- Sexualidade e Afeitos e Infecções Sexualmente Transmissíveis (8º ano e cursos profissionais);
- (Re)Criar a Brincar (4º ano);
- Primeiros Socorros (cursos profissionais);
- Cuidados com higiene pessoal (cursos profissionais);
- Alergias alimentares (transversal a todos os ciclos de ensino);
- Diabetes na Escola (transversal a todos os ciclos de ensino).

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO CONTINUA

A UCC Aveiro desenvolve trabalhos de investigação na área da saúde. Em 2024 foram desenvolvidos estudos no âmbito do aleitamento materno, assim como, da musicoterapia nos doentes em ECCI e Saúde Mental Positiva.

A UCC Aveiro colabora ainda na formação de estudantes e profissionais de saúde, designadamente da licenciatura de Enfermagem, das Especialidades de Enfermagem e de Medicina.

SAUD'Aveiro - Saúde na Praça

O SAUD'Aveiro – Saúde na Praça é um programa promovido pela CMA, em parceria com entidades como a ULSRA e a Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro (ESSUA). Este programa visa promover a saúde e o bem-estar da população através de atividades realizadas em espaços públicos da cidade.

Objetivos:

- Sensibilizar para a prevenção de doenças;
- Incentivar estilos de vida saudáveis;
- Aumentar a literacia em saúde da comunidade.



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO



9.1. Oferta escolar

No ano letivo 2024/2025, a rede escolar de Aveiro contempla um total de 73 estabelecimentos de ensino, sendo que 39 integram a rede pública e 33 encontram-se afetos à rede privada (lucrativa e solidária).

Por nível de educação e ensino, este conjunto de equipamentos traduz-se numa oferta de 53 equipamentos educativos com educação pré-escolar (24 da rede pública e 29 da rede privada). Já no que diz respeito ao 1.º CEB, é possível observar-se uma primazia da rede pública, com a presença de 27 escolas e apenas duas da rede privada (Figura 157).

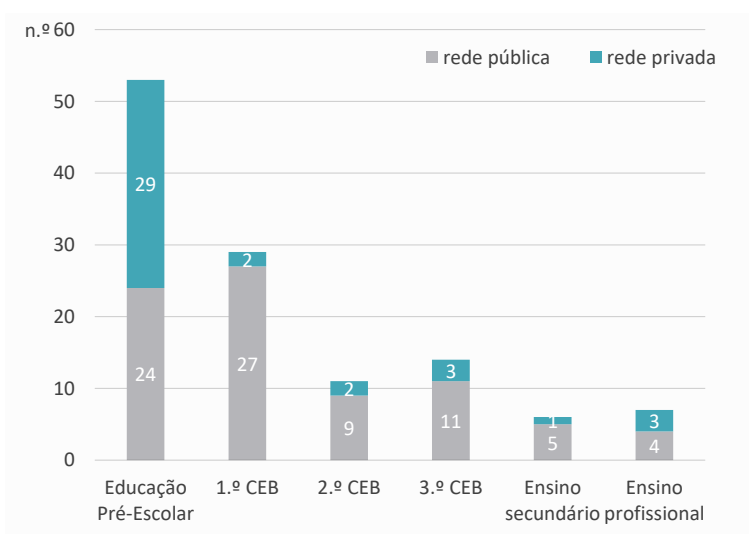


Figura 157. Oferta educativa no concelho, por nível de educação e ensino, no ano letivo 2024/2025.

Fonte: IGeFE, ME.

Naturalmente, também nos 2.º e 3.º CEB se regista a incidência da rede pública, com nove e onze equipamentos, respetivamente. Nestes níveis de ensino, a rede privada é representada por 2 e 3 equipamentos, respetivamente.

No ensino secundário, a rede escolar é representada por cinco estabelecimentos da rede pública e um da rede privada. O ensino profissional está presente em cinco equipamentos da rede pública e um da rede privada. Já o ensino artístico está presente na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Aveiro (EACMCGA).

Este panorama reflete uma predominância da rede pública nos níveis obrigatórios de ensino, enquanto a rede privada desempenha um papel relevante sobretudo no ensino pré-escolar e no ensino profissional.

Os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública encontram-se organizados em sete Agrupamentos de Escolas (AE): 3 AE's com oferta ao nível da educação pré-escolar e

ensino básico e 4 AE's com oferta ao nível da educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário.

Ao nível do ensino secundário, o AE de Aveiro, o AE Dr. Mário Sacramento, o AE de Esgueira e o AE José Estêvão apresentam uma oferta educativa composta por cursos científico-humanísticos (ensino regular) e, ainda cursos profissionais, em diversas áreas. Por outro lado, o Colégio D. José I também contempla, na sua oferta educativa, um curso profissional (Quadros 54 e 55).

Quadro 54. Oferta de cursos científico-humanísticos (ensino secundário regular), por estabelecimento de ensino, da rede pública, no ano letivo de 2024/2025.

Estabelecimento de ensino	Ciências e Tecnologias	Ciências Socioeconómicas	Línguas e Humanidades	Artes Visuais
ES Homem Cristo	X		X	
ES Dr. Mário Sacramento	X	X	X	
Escola Básica e Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima	X	X	X	
ES José Estêvão	X		X	X

Fonte: PAEMA 2024/2025.

Quadro 55. Oferta de cursos profissionais (ensino secundário) por estabelecimento de ensino, no ano letivo de 2024/2025.

Estabelecimento de ensino	Denominação do curso
ES Homem Cristo	Técnico(a) de Auxiliar de Saúde
	Técnico(a) de Apoio Psicossocial
	Animador(a) Sociocultural
ES Dr. Mário Sacramento	Técnico(a) de Manutenção Industrial – Eletromecânica
	Técnico(a) de Ação Educativa
	Técnico(a) de Gestão de Ambiente
	Técnico(a) de Mecatrónica
Escola Básica e Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima	Técnico(a) de Gestão de Equipamentos Informáticos (3.º ano)
	Técnico(a) de Informática – Sistemas
	Técnico(a) de Apoio à Gestão Desportiva (3.º ano)
	Técnico(a) de Desporto
ES José Estêvão	Técnico(a) de Desenho de Mobiliário e Construções em Madeira
	Técnico(a) de Fotografia
	Técnico(a) de Informática – Instalação e Gestão de Redes
	Técnico(a) de Informática – Sistemas
	Técnico(a) de Comunicação e Serviço Digital
	Técnico(a) de Programador Informático
	Técnico(a) de Desporto
	Técnico(a) Cerâmica Criativa
	Turma EFA de Ensino Secundário
	6 Turmas de Português Língua de Acolhimento
Colégio D. José I	Técnico(a) de Mecatrónica Automóvel

Fonte: PAEMA 2024/2025.

No que respeita ao ensino profissional, existem dois estabelecimentos de ensino profissional em Aveiro, que ministram exclusivamente esta modalidade de ensino, são eles a Escola de Formação Profissional em Turismo de Aveiro (EFTA) e a Escola Profissional de Aveiro (EPA) (Quadros 56 e 57).

Quadro 56. Oferta educativa da Escola de Formação Profissional em Turismo de Aveiro, no ano letivo de 2024/2025.

Tipologia	Denominação do Curso
Cursos Profissionais (nível secundário)	Técnico(a) de Cozinha/Pastelaria
	Técnico(a) de Restaurante/Bar
	Técnico(a) de Pastelaria/Padaria
	Técnico(a) de Turismo
Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	Técnico(a) Especialista em Gestão e Produção de Cozinha
	Técnico(a) Especialista em Gestão e Produção de Pastelaria
	Técnico(a) Especialista em Gestão Hoteleira e Alojamento

Fonte: PAEMA 2024/2025.

Quadro 57. Oferta educativa da Escola Profissional de Aveiro, no ano letivo de 2024/2025.

Tipologia	Denominação do Curso
Cursos de Educação e Formação (CEF)	Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade (Tipo 2)
	Operador de Eletrónica/Telecomunicações (Tipo 2)
	Cuidador(a) de Crianças e Jovens (Tipo 2 e Tipo 3)
	Eletromecânico(a) de Manutenção Industrial (Tipo 2 e Tipo 3)
	Eletricista de Instalações
	Instalador/a – Reparador/a de Computadores
Cursos Profissionais	Técnico(a) de Animador Sociocultural
	Técnico(a) de Ação Educativa
	Técnico(a) de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade
	Técnico(a) de Organização de Eventos
	Técnico(a) de Segurança no Trabalho
	Técnico(a) de Eletrónica, Automação e Comando
	Técnico(a) de Eletrónica e Telecomunicações
	Técnico(a) de Manutenção Industrial Eletromecânica
	Técnico(a) de Instalações Elétricas
	Técnico(a) de Qualidade
	Técnico(a) de Soldadura
	Técnico(a) de Reparação e Pintura de Carroçarias
	Técnico(a) Instalador de Sistemas Térmicos de Energias Renováveis
	Técnico(a) de Apoio à Gestão
	Técnico(a) Auxiliar de Farmácia
	Técnico(a) de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos

Fonte: PAEMA 2024/2025.

O ensino artístico encontra-se garantido pela EACMCGA, com oferta ao nível da Música, Dança e Artes Visuais e Audiovisuais. Embora esteja mais centrada no ensino da Música, a partir do ano letivo de 2020/2021 alargou a sua oferta formativa aos Cursos Artísticos Especializados de Artes Visuais, ministrando três novos cursos (Quadro 58).

Importa referir que a aprendizagem na EACMCGA está dividida em três níveis de ensino, de acordo com o ano de escolaridade em que se encontram matriculados os alunos, ou seja:

- Curso de Iniciação: correspondente ao 1.º CEB;
- Curso Básico: correspondente aos 2.º e 3.º CEB (regime articulado e supletivo);
- Curso Secundário (regime articulado e supletivo).

Quadro 58. Oferta educativa da EACMCGA no ano letivo de 2024/2025.

Área	Denominação do curso
Artes Visuais	Comunicação Audiovisual
	Design de Produto
	Produção Artística
Dança	Curso de Iniciação e Básico de Dança
Música	Instrumentos Musicais (Cursos de Iniciação e Básico – Variante Clássica): Acordeão, cravo, órgão, piano, flauta de bisel, flauta transversal, oboé, clarinete, fagote, saxofone, trompa, trompete, trombone, bombardino e tuba, percussão, violino, viola d’arco, violoncelo, contrabaixo, guitarra e harpa.
	Instrumentos Musicais (Curso Secundário – Variante Clássica): mesmos instrumentos da lista acima.
	Instrumentos Musicais (Curso Secundário – Variante de Jazz): piano jazz, clarinete jazz, saxofone jazz, trompete jazz, trombone, bateria jazz, contrabaixo/baixo jazz, guitarra jazz.
	Curso Básico e Secundário de Canto: Técnica Vocal, Italiano, Alemão e Arte de Representar. Nota: As línguas de repertório e arte de representar são do plano de estudos do curso secundário de canto.
	Curso Secundário de Formação Musical
	Curso Secundário de Composição

Fonte: PAEMA 2024/2025.

Ainda ao nível da oferta educativa, há que fazer referência ao trabalho desenvolvido pelo Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro. Este é um dos 30 centros do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional (PAEMA 2024/2025).

Deste modo, o Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro promove a qualificação escolar e profissional de jovens e adultos, através da oferta formativa ajustada aos percursos individuais que, na sua maioria, confere dupla certificação, nas modalidades de Aprendizagem, Educação e Formação de Adultos (níveis básico e secundário), bem como Cursos de Especialização Tecnológica (CET) (Quadro 59).

Quadro 59. Oferta formativa do Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro, no ano letivo de 2024/2025.

Tipologia	Denominação do Curso / Saída Profissional
Cursos de Aprendizagem Condições de Acesso: Igual ou superior ao 9º ano de escolaridade sem conclusão do Ensino Secundário, até 25 anos	Técnico(a) de Restaurante/Bar
	Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva
	Técnico/a de Maquinação e Programação CNC
	Esteticista APZ 2022
	Programador/a de Informática
Cursos de Especialização Tecnológica Condições de Acesso: Igual ou superior ao 12º ano de escolaridade, igual ou superior a 18 anos	Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes
	Técnico/a Especialista em Gestão Hoteleira e Alojamento
Educação Formação de Adultos Condições de Acesso: 4º ano de escolaridade Condições de Saída: 2º ciclo do Ensino Básico (6º ano), igual ou superior a 21 anos	Canalizador/a
Educação Formação de Adultos Condições de Acesso: 6º ano de escolaridade, igual ou superior a 21 anos Condições de Saída: 3º ciclo do Ensino Básico (9º ano), Nível II de formação profissional	Agente de Geriatria
	Cuidador/a de Crianças e Jovens
Educação Formação de Adultos Condições de Acesso: maior ou igual ao 9º ano de escolaridade, igual ou superior a 18 anos Condições de Saída: Nível II de formação profissional	Instalador/a – Reparador/a de Computadores
	Operador/a de Manutenção Hoteleira
Educação Formação de Adultos Condições de Acesso: 9º ano ou não conclusão do 1.º ano do ciclo formativo de nível secundário, igual ou superior a 21 anos Condições de Saída: Ensino Secundário, Nível IV de formação profissional	Técnico/a de Maquinação e Programação CNC
	Técnico/a de Organização de Eventos
	Técnico/a de Gestão de Transportes
	Técnico/a de Instalações Elétricas
	Técnico/a Comercial
	Técnico/a Restaurante Bar
	Técnico/a de Cozinha e Pastelaria
Educação Formação de Adultos Condições de Acesso: maior ou igual ao Ensino Secundário (12º ano), igual ou superior a 18 anos Condições de Saída: Nível IV de formação profissional	Cabeleireiro/a
	Técnico/a da Qualidade
	Técnico/a de Logística
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando
	Técnico/a Instalador/a de Sistemas Solares Fotovoltaicos
	Rececionista Hotel
	Técnico/a de Segurança no Trabalho
Vida Ativa Condições de Acesso: Igual ou superior ao 6º ano de escolaridade, prioritariamente maiores de 29 anos	Técnico/a da Qualidade
	Doçaria Tradicional
	Plantação de vasos e floreiras – Morfologia vegetal
	Sistemas Operativos
	Pedicure
	Utilitário de apresentação gráfica – PowerPoint
	Processador de Texto – Word – Avançado
	Literacia Financeira – Poupança: Conceitos básicos
	Literacia Financeira – Crédito e Endividamento
	Sistemas de Gestão de Bases de Dados (SGBD)
Vida Ativa Condições de Acesso: Igual ou superior ao 9.º ano de escolaridade, prioritariamente maiores de 29 anos	Gestão de Recursos Humanos e Negociação
	Inglês para Técnico/a de Vendas
	E-Direito - Interpretar o direito aplicável às obras digitais offline e online
	Espanhol para Secretariado e Trabalho Administrativo
	Alemão p/ Secretariado e Trabalho Administrativo - Espec.
	Socorrismo Básico
	Administrativo - Cortesia, etiqueta e protocolo no atendimento
	Princípios de nutrição e dietética
	Controlo de Gestão e Análise Económico-Financeira
	Alemão Técnico (Área Comercial)

	Neuromarketing
	Comunicação e Gestão de Pessoas
	Nutrição e dietética no idoso
	Espanhol para Secretariado e Trabalho Administrativo
	V2228 Inglês para Técnico/a de Vendas - Continuação
Vida Ativa Condições de Acesso: Igual ou superior ao 12.º ano de escolaridade, preferencialmente maiores de 29 anos	Operador/a de Informática - MOS
Programa Jovem + Digital Condições de Acesso: Igual ou superior ao 12.º ano de escolaridade, entre os 18 e os 35 anos	Business Intelligence
	Programa Jovem + Digital - Gestão de Redes Sociais
	Sistemas de automação
	Ferramentas de produtividade e colaboração

Fonte: PAEMA 2024/2025.

Importa referir, ainda, que no concelho de Aveiro existem cinco Centros Qualifica, sendo que um funciona na Associação para a Educação e Valorização da Região de Aveiro (AEVA). Os restantes estão sediados na ES José Estêvão, no Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro, no Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional (CEFOSAP) de Aveiro e, por fim, na Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA).

Entre outras atribuições, os Centros Qualifica têm como missão qualificar adultos pelo processo de validação e certificação de competências escolares e profissionais, possuindo ainda competências na área da informação, na orientação e encaminhamento de jovens e adultos, na integração de pessoas com deficiência e incapacidade e, ainda, na definição de uma rede de oferta qualificante promotora do emprego. Concretamente em relação ao Centro Qualifica da AEVA, é um dos 13 Centros a funcionar na CIRA, e assume a função de Representante de todos os centros existentes na área de abrangência dos 11 concelhos que constituem a CIRA junto da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP). Neste papel funciona numa lógica de interface com a ANQEP, na definição das ofertas de educação e formação a disponibilizar na Região, no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), em estreita articulação com o mercado de trabalho, com o intuito dessas ofertas se afirmarem como resposta às efetivas necessidades de qualificação dos jovens e dos adultos.

9.2. Procura escolar

No que respeita ao número de alunos matriculados, observa-se uma tendência de descida no número de alunos entre 2016/2017 (13.608 alunos) e 2020/2021 (13.056 alunos), atingindo o valor mais baixo nesse ano. A partir de 2021/2022 observa-se uma recuperação gradual, com um crescimento mais acentuado nos últimos dois anos. O ano letivo de 2024/2025 apresenta o valor mais elevado do período, com 13.956 alunos matriculados (Figura 158).

13.956

Alunos matriculados em Aveiro



(ano letivo 2024/2025)

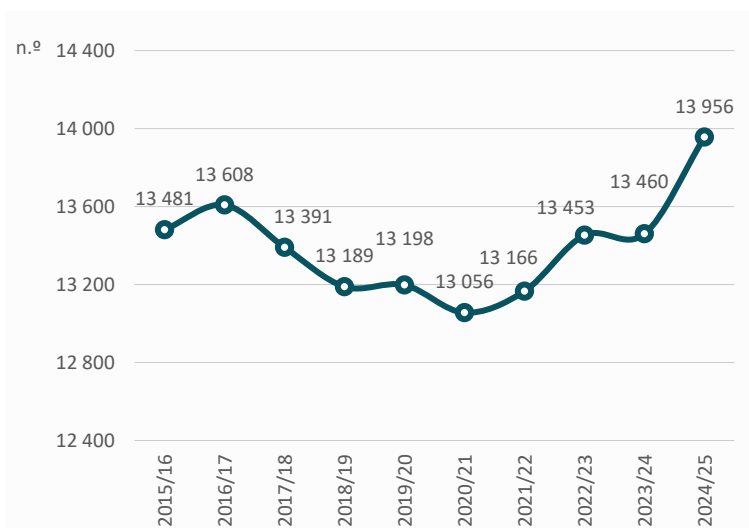


Figura 158. Evolução dos alunos matriculados na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário entre os anos letivos 2015/2016 e 2024/2025.

Fonte: DGEEC.

Nota: Devido à ausência de dados disponibilizados pela DGEEC para os anos letivos de 2023/2024 e 2024/2025, foi assumida, para esses anos, a mesma população da rede privada registada em 2022/2023.

Durante o período analisado, a educação pré-escolar apresentou um crescimento no número de crianças matriculadas, passando de 2.217 para 2.412. Paralelamente, o 1.º CEB teve um acréscimo de 78 crianças (de 3.213 para 3.291). Também o 3.º CEB teve um crescimento relevante no período (de 2.567 para 2.892)

Em contrapartida, os outros níveis de ensino registaram uma redução no número de alunos, destacando-se o 2.º CEB com menos 20 alunos e o ensino secundário com menos 113 alunos (Figura 159).

Em 2024/2025, o maior número de alunos matriculados concentrava-se no ensino secundário (26,2%), à semelhança do observado em 2015/2016 (27,9%). No ano mais recente, 1.º CEB ocupa a segunda posição com 23,6% das matrículas, seguindo-se o 3.º CEB, com 20,7% das matrículas (Figura 160).

De sublinhar o aumento na proporção de alunos da educação pré-escolar, passando de 16,4% para 17,3%.

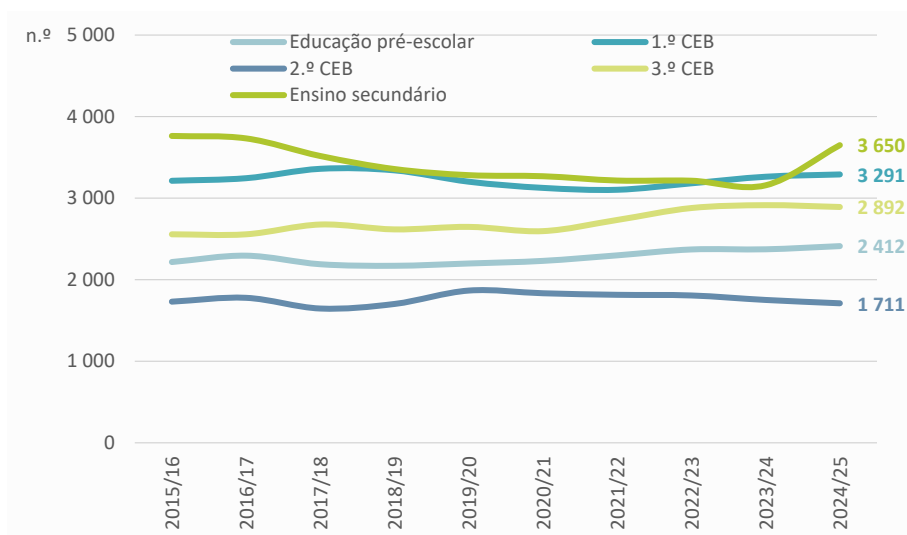


Figura 159. Evolução dos alunos matriculados, segundo o nível de educação e ensino, entre os anos letivos 2015/2016 e 2024/2025.

Fonte: DGEEC e AE's.

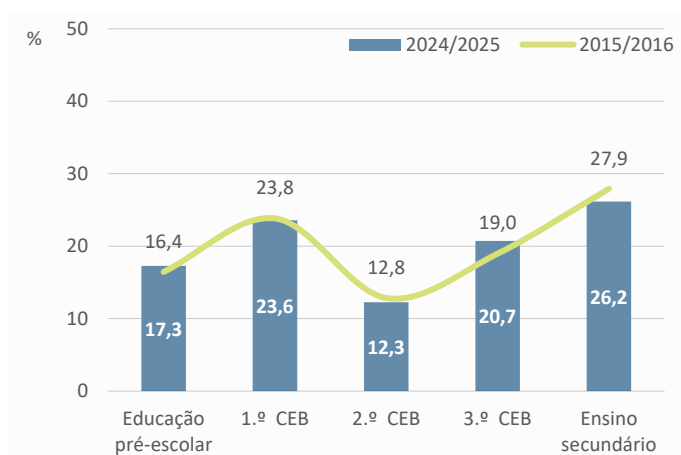


Figura 160. Proporção dos alunos matriculados, segundo o nível de educação e ensino, nos anos letivos 2013/2014 e 2022/2023.

Fonte: DGEEC e AE's.

O número de alunos residentes em Aveiro e matriculados no ensino superior apresentou uma tendência de crescimento consistente, atingindo seu pico em 2023/2024, com 4.806 alunos (Figura 161).

A maioria dos estudantes frequenta instituições em Aveiro (49,2%, correspondendo a 2.366 alunos). Seguem-se os concelhos de Coimbra (14,9%), Porto (9,9%) e Lisboa (6,3%) e Coimbra (28,9%). Outros pólos académicos, como Águeda (4,0%), Oliveira de Azeméis (1,7%) e Covilhã (1,6%), apresentam percentagens menores (Quadro 60).

4.806
Alunos residentes em Aveiro
matriculados no
ensino superior
(ano letivo 2023/2024)



49,2%

Frequentam o ensino superior em Aveiro

14,9%

Frequentam o ensino superior em Coimbra



(ano letivo 2023/2024)

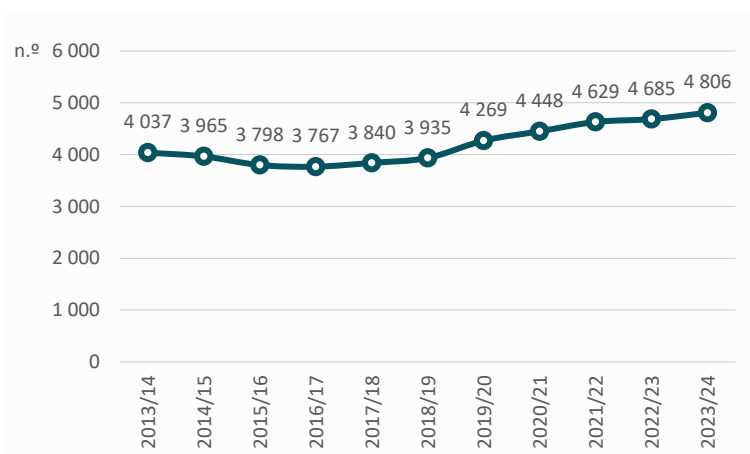


Figura 161. Alunos matriculados no ensino superior entre os anos letivos 2013/2014 e 2023/2024.

Fonte: DGEEC.

Quadro 60. Alunos residentes em Aveiro matriculados no ensino superior, segundo o concelho de estudo (TOP 20), no ano letivo 2023/2024.

Concelho de estudo	2023/2024	
	(n.º)	(%)
Aveiro	2 366	49,2
Coimbra	717	14,9
Porto	477	9,9
Lisboa	293	6,1
Águeda	194	4,0
Oliveira de Azeméis	81	1,7
Covilhã	77	1,6
Viseu	74	1,5
Guarda	57	1,2
Santa Maria da Feira	55	1,1
Vila Nova de Gaia	55	1,1
Braga	44	0,9
Vila Real	37	0,8
Leiria	31	0,6
Matosinhos	25	0,5
Bragança	20	0,4
Maia	19	0,4
Évora	15	0,3
Caldas da Rainha	14	0,3
Cascais	14	0,3

Fonte: DGEEC.

9.3. Escolaridade

A escolarização da população constitui um dos pilares fundamentais do desenvolvimento humano. Uma sociedade mais instruída, com acesso alargado ao conhecimento, desempenha um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades. A educação não só contribui para a erradicação da pobreza e para a redução das desigualdades de género, como também facilita o acesso ao mercado de trabalho e potencia a integração

social. Além disso, uma população mais escolarizada está mais apta a participar ativamente na vida cívica e a enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação.

Numa leitura ao perfil de habilitações da população residente com 15 e mais anos (Figura 162), a maioria possui o ensino superior (28,2%), seguindo-se a população com o ensino secundário (23,7%), os indivíduos com o 1.º CEB (17,7%) e a população com o 3.º CEB (16,9%).

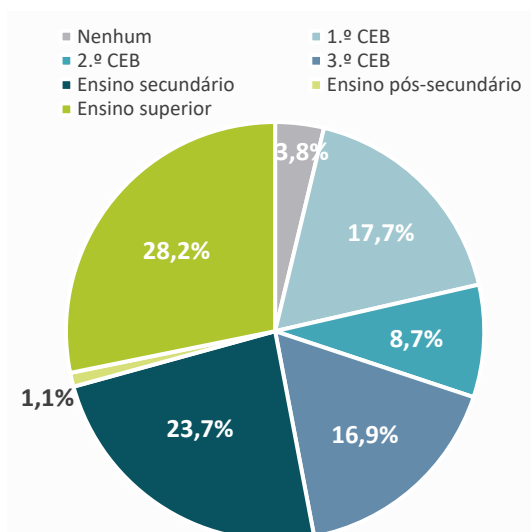


Figura 162. População residente no concelho, com 15 ou mais anos, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2021.

Fonte: INE.

17,7%

População com 15 e + anos com o 1.º CEB (2021)



23,7%

População com 15 e + anos com ensino secundário (2021)



28,2%

População com 15 e + anos com ensino superior (2021)



A população do concelho com 15 anos ou mais apresenta um nível de escolaridade muito favorável (Figura 163), destacando-se pela maior proporção de indivíduos com o ensino superior (28,2%), valor superior ao observado na Região de Aveiro (18,6%) e no Continente (20,0%).

Apesar dos progressos alcançados ao nível da escolarização da população, o concelho de Aveiro continua a apresentar uma proporção significativa de residentes com apenas o ensino básico (43,2%). No entanto, quando comparado com o valor registado no Continente (49,4%), este indicador evidencia uma posição relativamente mais favorável para o este território.

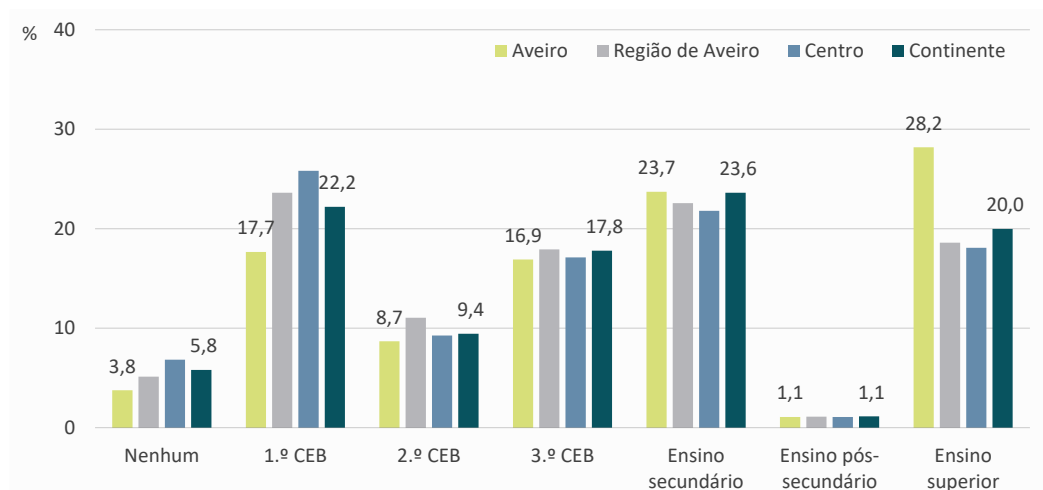


Figura 163. População residente, com 15 ou mais anos, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2021.

Fonte: INE.

A UF de Glória e Vera Cruz e São Bernardo, apresentam um perfil populacional com níveis de escolaridade mais elevados, com 45,0% e 32,4% da população com 15 e mais anos a atingir o ensino superior (Figura 164).

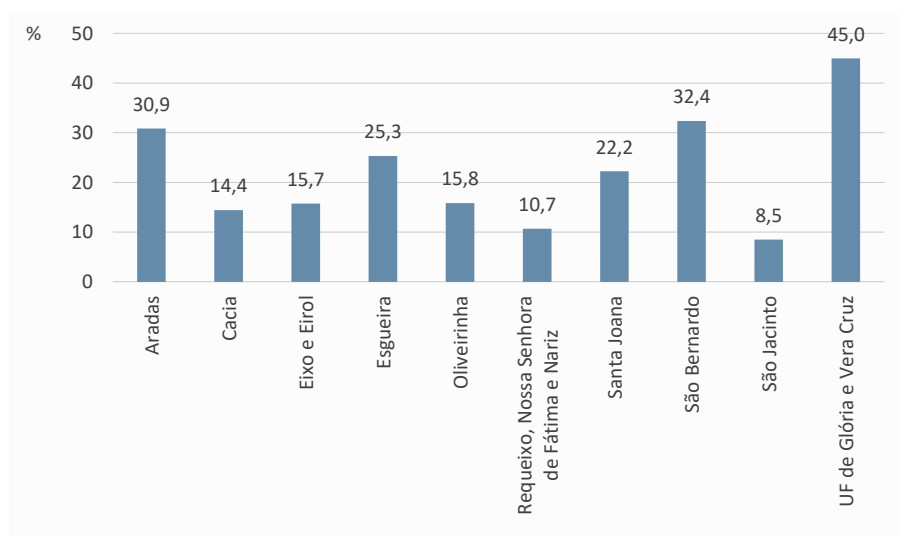


Figura 164. População residente, com 15 ou mais anos, com o ensino superior completo, por freguesia, em 2021.

Fonte: INE.

A proporção de residentes com ensino superior completo (30,2%) e a percentagem de jovens entre os 30 e os 34 anos com, pelo menos, o ensino superior concluído (47,7%) permanecem acima das médias regional e nacional, evidenciando a posição favorável de Aveiro no que respeita à qualificação da sua população (Quadro 61).

Quadro 61. Síntese dos indicadores educativos em 2021.

Unidades territoriais	Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo	População com 15 e + anos sem nenhum nível de escolaridade completo	População 18-24 anos com o 3º CEB que não está a frequentar o sistema de ensino	População 20-24 anos com pelo menos o ensino secundário completo	Proporção da população residente com ensino superior completo	Proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos com pelo menos o ensino superior completo
	(%)					
Aradas	56,9	3,4	42,0	92,8	33,0	56,9
Cacia	40,4	4,2	46,4	86,8	15,4	28,6
Eixo e Eirol	43,3	4,4	50,1	88,6	16,8	25,5
Esgueira	54,9	3,2	44,1	86,6	27,2	41,5
Oliveirinha	38,6	5,5	51,8	82,9	16,9	26,2
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	32,2	6,6	57,2	85,7	11,3	25,1
Santa Joana	48,2	4,6	42,0	89,3	23,8	38,6
São Bernardo	58,6	3,9	37,1	87,6	34,8	54,9
São Jacinto	30,5	4,2	56,0	75,6	8,9	46,4
UF de Glória e Vera Cruz	70,8	2,7	33,6	92,1	48,1	65,4
Aveiro	54,5	3,8	41,9	89,1	30,2	47,7
Região de Aveiro	43,4	5,1	47,2	84,8	19,9	35,9
Centro	41,9	6,8	42,3	87,1	19,2	37,4
Continente	45,9	5,8	44,1	84,1	21,4	37,5

Fonte: INE.

Por último, a análise do analfabetismo assume uma grande importância pois fornece uma medida fundamental do nível de desenvolvimento social, económico e educativo de uma população.

Em Aveiro, os dados evidenciam uma redução significativa da taxa de analfabetismo, passando de 2,9% em 2011 para 1,7% em 2021. Esta evolução positiva é particularmente notória entre as mulheres, cuja taxa diminuiu de 4,0% para 2,2% no mesmo período. Apesar de, historicamente, o analfabetismo ter afetado de forma mais acentuada a população feminina, a diferença entre sexos tem vindo a diminuir de forma gradual, refletindo avanços nas políticas de acesso à educação e uma maior equidade no percurso escolar entre homens e mulheres (Quadro 62).

Comparando com as médias regionais e nacionais, o concelho apresenta valores mais baixos, o que reflete uma população tendencialmente mais escolarizada.

Numa leitura por freguesia, destacam-se as freguesias de Oliveirinha (2,8%) e Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (2,8%), com os valores mais elevados, sendo, no entanto, de assinalar o progresso extraordinário face à década anterior (Figura 165).

1,7%

Taxa de analfabetismo
(2021)



1,1% | 2,2%



Quadro 62. Taxa de analfabetismo, por sexo, em 2011 e 2021.

Unidade territorial	2011			2021		
	H	M	HM	H	M	HM
	(%)					
Aveiro	1,8	4,0	2,9	1,1	2,2	1,7
Região de Aveiro	2,5	5,6	4,2	1,6	3,2	2,5
Centro	4,0	8,5	6,4	2,3	5,0	3,8
Continente	3,4	6,8	5,2	2,0	4,0	3,0

Fonte: INE.

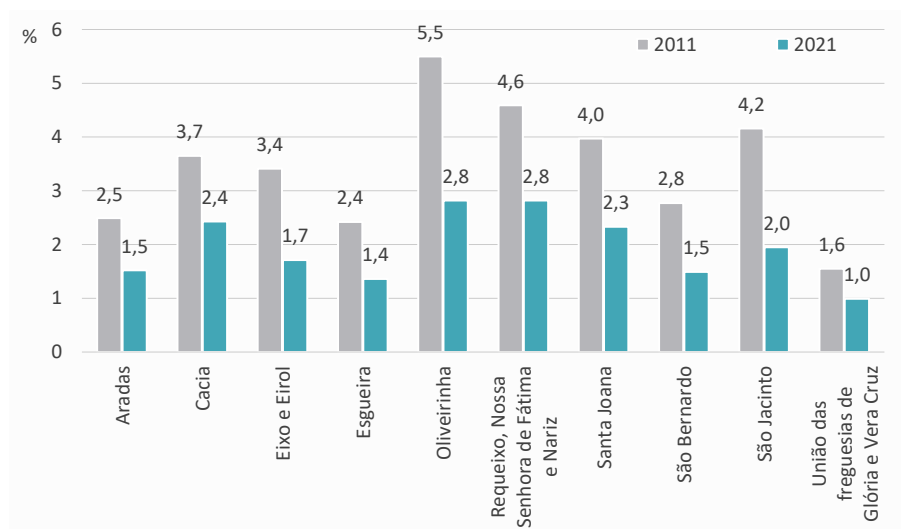


Figura 165. Taxa de analfabetismo, por freguesia, em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

9.4. Sucesso escolar

9.4.1. Taxas de retenção e desistência

O concelho apresenta taxas de retenção e desistência inferiores às médias da Região de Aveiro, do Centro e do Continente, tanto no ensino básico como no ensino secundário, demonstrando um desempenho educacional mais favorável em ambos os níveis de ensino (Figuras 166 e 167).

Os valores mais reduzidos observam-se no 1.º e 2.º CEB, enquanto no 3.º CEB e no ensino secundário a taxa aumenta, embora ainda abaixo da média regional e nacional. A tendência de maior retenção e desistência no ensino secundário indica desafios na transição para níveis de ensino mais exigentes.

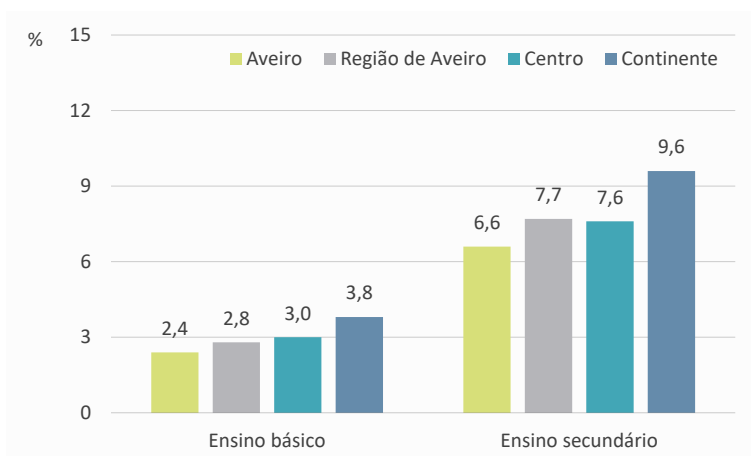


Figura 166. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, no ano letivo 2022/2023.

Fonte: DGEEC.

2,4%

Taxa de retenção e desistência no
ensino básico
(ano letivo 2022/2023)

6,6%

Taxa de retenção e desistência no
ensino secundário
(ano letivo 2022/2023)

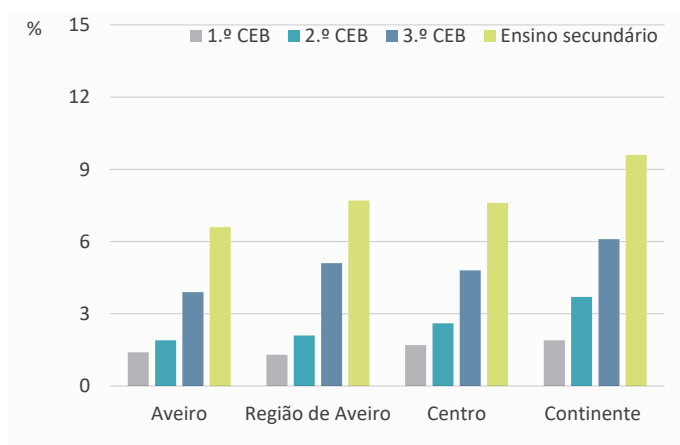


Figura 167. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, no ano letivo 2022/2023.

Fonte: DGEEC.

5,4%

Taxa de retenção e desistência nos
cursos científico-humanísticos
(ano letivo 2022/2023)



8,9%

Taxa de retenção e desistência nos
cursos profissionais
(ano letivo 2022/2023)



A análise da taxa de retenção e desistência por curso do ensino secundário no ano letivo de 2022/2023 (Figura 168) mostra que Aveiro apresenta resultados mais desfavoráveis nos cursos profissionais (8,9%), comparativamente aos cursos gerais/científico-humanísticos (5,4%).

Nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais, a taxa de retenção e desistência em Aveiro assume valores superiores às médias da Região de Aveiro (8,6%) e Região Centro (8,5%).

Numa análise evolutiva, a taxa de retenção e desistência apresentou uma tendência geral de diminuição em todos os níveis de ensino, especialmente no ensino secundário e no 3.º CEB, níveis tradicionalmente associados a maiores dificuldades e abandono escolar.

O ensino secundário, que no ano letivo 2013/14 apresentava uma taxa de 14,7%, registou uma descida consistente até atingir valores inferiores a 7% a partir de 2019/2020 (Figura 169).

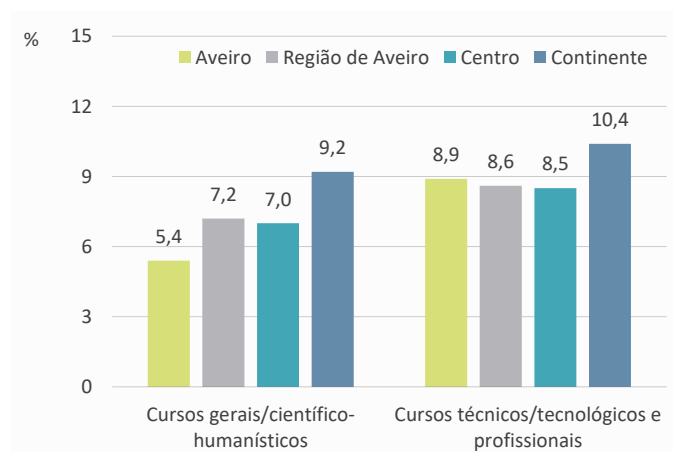


Figura 168. Taxa de retenção e desistência, segundo o curso do ensino secundário, no ano letivo 2022/2023.

Fonte: DGEEC.

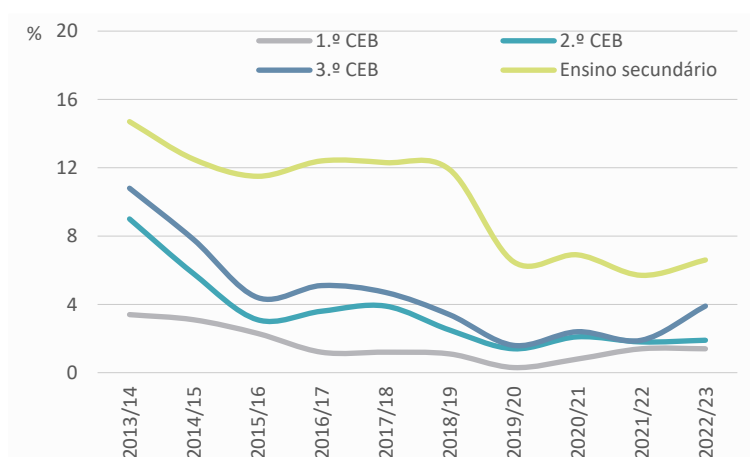


Figura 169. Evolução da taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, entre os anos letivos 2013/2013 e 2022/2023.

Fonte: DGEEC.

Relativamente ao ensino básico, Aveiro apresenta consistentemente as menores taxas de retenção e desistência no ensino básico entre os anos letivos de 2015/2016 e 2022/2023, em comparação com a Região de Aveiro, Centro e Continente. Todas as unidades territoriais mostram uma tendência de redução ao longo do tempo, no entanto, a diferença entre Oliveira do Bairro e as regiões de referência é notável, especialmente em 2022/2023, onde a taxa é significativamente mais baixa (Figura 170).

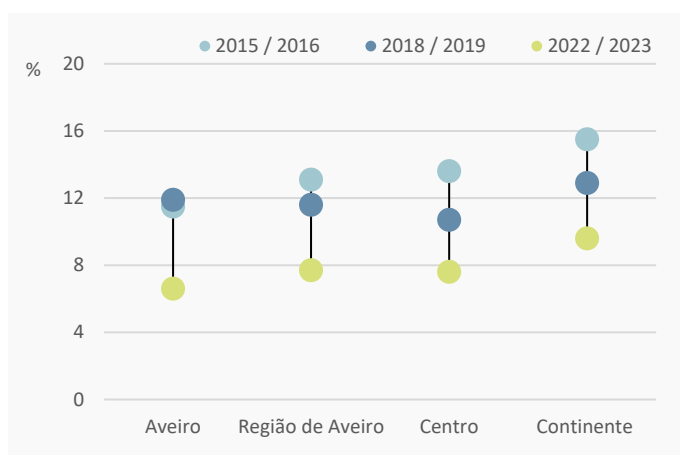


Figura 170. Evolução da taxa de retenção e desistência do ensino básico entre os anos letivos 2015/2016 e 2022/2023.
Fonte: DGEEC.

9.4.2. Provas finais do 3.º CEB

As provas finais do 3.º CEB constituem um instrumento nacional de avaliação externa, aplicado no final do 9.º ano de escolaridade. Têm como principal objetivo aferir o nível de aquisição de conhecimentos e competências nas disciplinas de Português e Matemática, contribuindo para a melhoria das aprendizagens e para a monitorização do sistema educativo.

No que se refere à média global do concelho, nas provas finais realizadas no 9.º ano¹¹, observa-se uma evolução positiva, com um aumento de 2,9 para 3,1 valores entre 2021/2022 e 2023/2024. Este desempenho tem-se mantido consistentemente acima da média nacional, que também subiu de 2,7 para 2,9 valores no mesmo período (Figura 171).

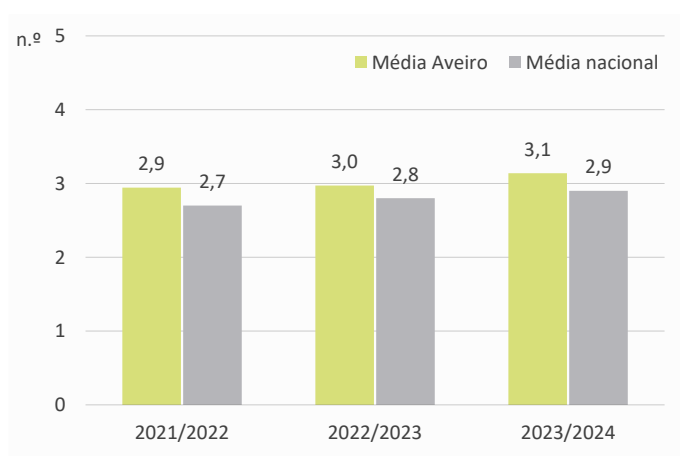


Figura 171. Evolução das médias das provas finais, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.
Fonte: IAVE/ME, JNE/ME, Observador.

¹¹ Os resultados são apresentados na escala 0-5 valores.

A análise da evolução das médias das provas finais, por escola, entre os anos letivos de 2021/2022 e 2023/2024, revela uma tendência globalmente positiva no concelho de Aveiro. A maioria das escolas registou uma melhoria nas médias, destacando-se a ES Dr. Mário Sacramento, com um desempenho consistentemente elevado (3,5 em 2021/2022 e 3,8 em 2023/2024).

Apesar de algumas flutuações negativas em estabelecimentos como a Escola Básica Castro-Matoso, Oliveirinha, a média concelhia subiu de 2,9 para 3,1, mantendo-se sempre acima da média nacional.

As escolas da rede privada destacam-se claramente neste panorama, apresentando médias mais elevadas de forma consistente ao longo dos três anos letivos analisados (Quadro 63).

Quadro 63. Evolução das médias das provas finais, por escola, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.

Escola	2021/2022	2022/2023	2023/2024	Tendência
	(%)			
Escola Básica Castro Matoso, Oliveirinha, Aveiro	2,7	2,5	2,6	↓
Escola Básica de Aradas, Aveiro	2,5	2,7	2,7	↑
Escola Básica de Eixo, Aveiro	2,7	2,8	3,0	↑
Escola Básica e Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima, Esgueira, Aveiro	2,4	2,6	2,9	↑
Escola Básica João Afonso, Aveiro	2,6	3,0	3,0	↑
Escola Básica N.º 2 de S. Bernardo, Aveiro	2,9	2,7	3,0	↑
Escola Básica Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro	2,7	2,4	2,9	↑
ES Dr. Mário Sacramento, Aveiro	3,5	3,6	3,7	↑
ES José Estevão, Aveiro	3,4	3,5	3,4	=
Colégio Português	3,8	3,2	3,7	↓
Colégio D. José I	3,2	3,5	3,6	↑
Média Aveiro	2,9	3,0	3,1	↑
Média nacional	2,7	2,8	2,9	↑

Fonte: IAVE/ME, JNE/ME, Observador.

Por disciplina, de destacar, desde logo, os resultados superiores na disciplina de Português, que regista médias superiores às verificadas na disciplina de Matemática, nos três anos letivos em análise (Figura 172 e quadro 64).

No entanto, a evolução nas duas disciplinas revela dinâmicas distintas. Na Matemática, observa-se uma trajetória não linear: após uma estabilização da média em 2,8 entre 2021/2022 e 2022/2023, verifica-se uma melhoria significativa no ano letivo mais recente, com a média a subir para 3,1. Já na disciplina de Português, apesar de manter um desempenho globalmente positivo, regista-se uma ligeira quebra, com a média a descer de 3,2 em 2022/2023 para 3,1 em 2023/2024. Ainda assim, esta disciplina continua a apresentar os melhores resultados globais.

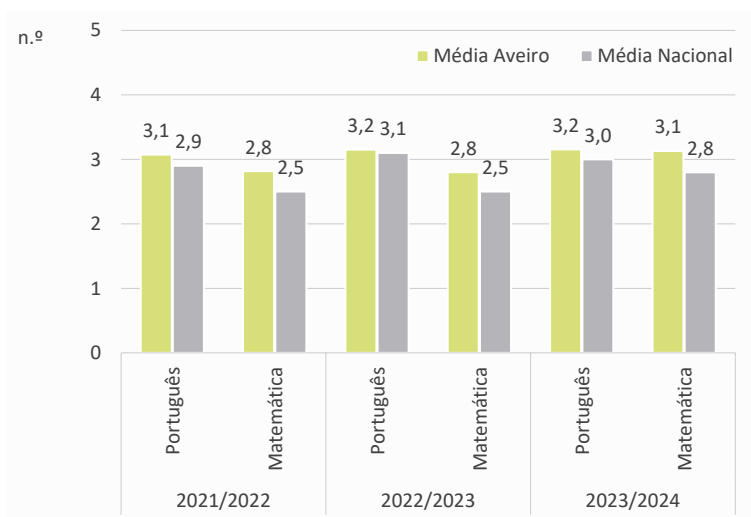


Figura 172. Evolução das médias das provas finais de Matemática e Português, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.

Fonte: IAVE/ME, JNE/ME, Observador.

Quadro 64. Evolução das médias das provas finais de Matemática e Português, por escola, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.

Escola	2021/2022		2022/2023		2023/2024	
	Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
	(n.º)					
Escola Básica Castro Matoso, Oliveirinha, Aveiro	↓ 2,7	↑ 2,6	↓ 3,0	↓ 2,1	↓ 2,7	↓ 2,4
Escola Básica de Aradas, Aveiro	↓ 2,7	↓ 2,2	↓ 2,8	↑ 2,6	↓ 2,8	↓ 2,5
Escola Básica de Eixo, Aveiro	↑ 3,1	↓ 2,4	→ 3,1	→ 2,5	→ 3,0	↑ 3,0
Escola Básica e Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima, Esgueira, Aveiro	↓ 2,5	↓ 2,3	↓ 2,9	↓ 2,3	→ 3,0	↑ 2,9
Escola Básica João Afonso, Aveiro	→ 2,9	↓ 2,4	↑ 3,2	↑ 2,8	→ 3,0	↑ 3,0
Escola Básica N.º 2 de S. Bernardo, Aveiro	→ 2,9	↑ 2,9	↓ 3,0	→ 2,5	↑ 3,2	↑ 2,9
Escola Básica Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro	→ 2,9	↑ 2,6	↓ 2,9	↓ 2,0	↓ 2,9	↑ 3,0
Escola Secundária Dr. Mário Sacramento, Aveiro	↑ 3,5	↑ 3,4	↑ 3,6	↑ 3,7	↑ 3,5	↑ 4,0
Escola Secundária José Estevão, Aveiro	↑ 3,4	↑ 3,4	↑ 3,6	↑ 3,5	↑ 3,4	↑ 3,5
Colégio Português	↑ 3,7	↑ 3,9	↓ 2,9	↑ 3,6	↑ 3,4	↑ 4,0
Colégio D. José I	↑ 3,6	↑ 2,9	↑ 3,7	↑ 3,4	↑ 3,8	↑ 3,5
Média Aveiro	↑ 3,1	↑ 2,8	↑ 3,2	↑ 2,8	↑ 3,2	↑ 3,1
Média nacional	2,9	2,5	3,1	2,5	3,0	2,8

Fonte: IAVE/ME, JNE/ME, Observador.

↑ superior à média nacional | ↓ inferior à média nacional | → igual à média nacional

9.4.3. Exames do ensino secundário

Os exames nacionais do ensino secundário adquirem uma manifesta importância, não só como elemento essencial para a conclusão do ensino obrigatório para aqueles que optam pelo ensino regular, mas também como elemento fundamental para o ingresso no ensino superior.

O concelho destaca-se face à média nacional nos exames finais do ensino secundário, com resultados consistentemente superiores nos anos letivos de 2021/2022 (11,8 contra 11,4) e 2022/2023 (11,9 contra 11,3). Embora em 2023/2024 ambas as médias coincidam (11,7), o desempenho de Aveiro mantém-se positivo, revelando uma trajetória acima da média nacional na maioria do período analisado (Figura 173).

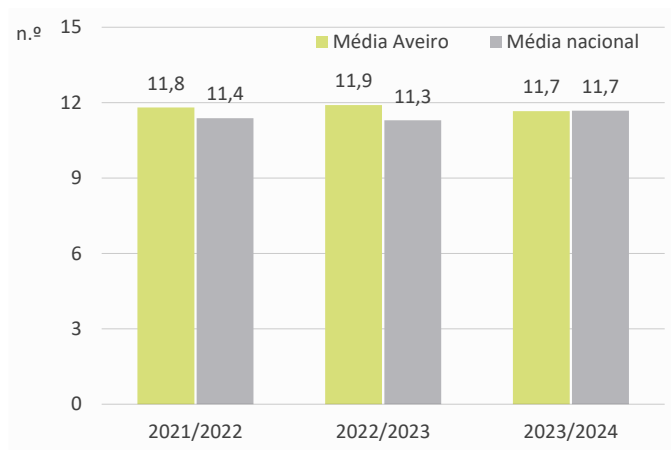


Figura 173. Evolução das médias dos exames finais, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.

Fonte: IAVE/ME, JNE/ME, Observador.

Numa análise por disciplina, em Matemática A, Aveiro destacou-se com médias consistentemente superiores à média nacional ao longo dos três anos. Em Português, os alunos de Aveiro também mantiveram um desempenho ligeiramente acima da média nacional. Já em História A, a tendência inverteu-se: Aveiro iniciou acima, mas nos dois últimos anos letivos ficou abaixo da média nacional, com uma diferença negativa acentuada em 2023/2024. Em Geografia A, registou-se um bom desempenho em 2021/2022 e 2023/2024, com médias superiores à nacional. Em Física e Química A, os resultados foram muito próximos da média nacional. Por fim, em Biologia e Geologia, as médias de Aveiro mantiveram-se acima da média nacional na maior parte dos anos (Quadro 65).

A análise por escola, destaca a ES Dr. Mário Sacramento com as médias mais elevadas durante o período em análise, seguida pela ES José Estêvão. Por outro lado, a ES Homem Cristo e a Escola Básica e Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima apresentaram as médias mais baixas (Figura 174).

Quadro 65. Evolução das médias dos exames finais, em algumas disciplinas, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.

Ano letivo	Disciplina	Média Aveiro	Média nacional	Variação face à média nacional
2021/2022	Biologia e Geologia	11,8	10,8	1,0
	Física e Química A	11,4	11,7	-0,4
	Geografia A	12,9	11,6	1,3
	História A	12,2	12,3	-0,1
	Matemática A	12,6	11,9	0,6
	Português	11,3	10,9	0,4
	Total	11,8	11,4	0,4
2022/2023	Biologia e Geologia	11,1	11,4	-0,3
	Física e Química A	11,7	11,2	0,5
	Geografia A	10,8	10,9	-0,1
	História A	11,3	11,5	-0,2
	Matemática A	11,4	11,0	0,4
	Português	12,6	12,5	0,1
	Total	11,9	11,3	0,6
2023/2024	Biologia e Geologia	11,1	9,9	1,2
	Física e Química A	11,7	11,6	0,1
	Geografia A	10,8	10,3	0,5
	História A	11,3	12,4	-1,2
	Matemática A	12,5	12,1	0,3
	Português	11,7	11,1	0,7
	Total	11,7	11,7	0,0

Fonte: IAVE/ME, JNE/ME, Observador.

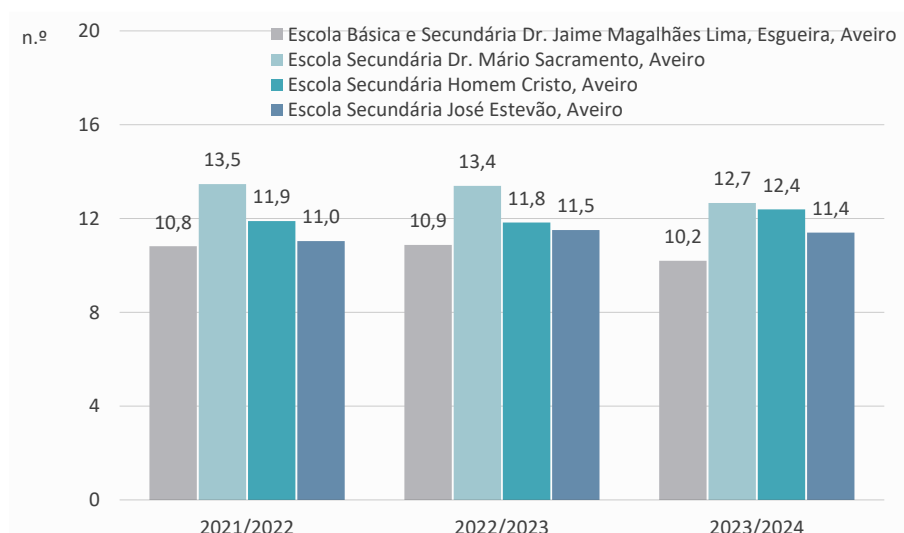


Figura 174. Evolução das médias dos exames finais por escola, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.

Fonte: IAVE/ME, JNE/ME, Observador.

No caso da disciplina de Matemática A (Figura 175), em 2023/2024, as escolas com médias superiores foram a ES Dr. Mário Sacramento (14,5) e a ES Homem Cristo (13,7). As médias

inferiores foram registadas na Escola Básica e Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima (10,2) e na ES José Estêvão (11,5).

Na disciplina de Português, a tendência foi mais equilibrada entre as quatro escolas. Ainda assim, a ES Homem Cristo destacou-se com uma média ligeiramente superior em 2023/2024 (12,5), revelando um desempenho consistente nesta área (Figura 176).

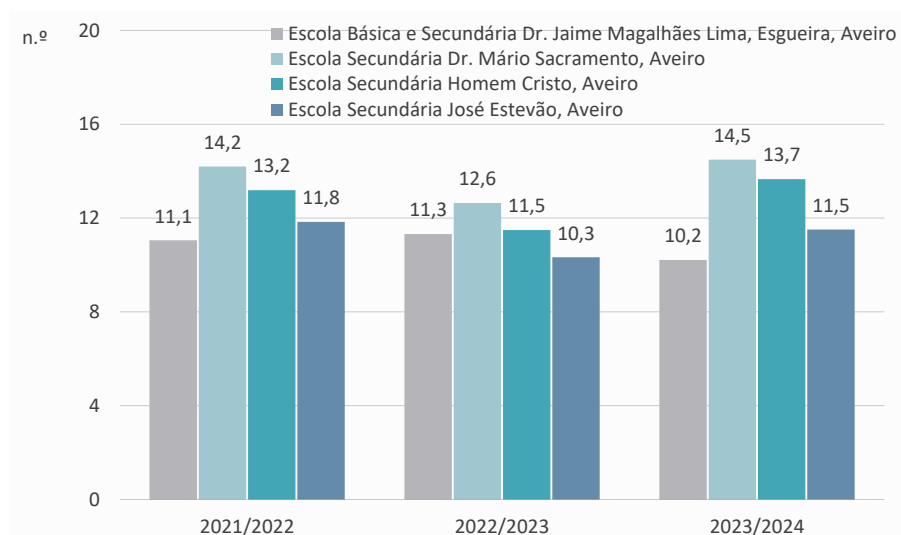


Figura 175. Evolução das médias dos exames finais de Matemática A, por escola, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.

Fonte: IAVE/ME, JNE/ME, Observador.

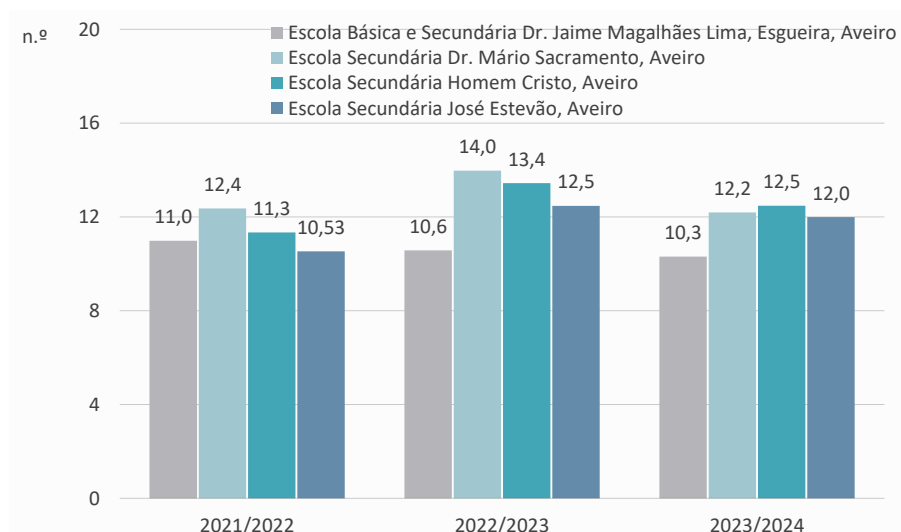


Figura 176. Evolução das médias dos exames finais de Português, por escola, entre os anos letivos 2017/2018 e 2021/2022.

Fonte: IAVE/ME, JNE/ME, Observador.

9.5. Apoios e complementos educativos¹²

9.5.1. Ação social escolar

A ASE é uma das medidas de apoio às famílias com baixos recursos que tenham filhos a frequentar o sistema de ensino. No âmbito da ASE são atribuídos apoios económicos aos alunos de qualquer nível de ensino de forma a permitir-lhes suportar os respetivos encargos com os seus estudos (encargos com alimentação, material escolar, visitas de estudos e, nalguns casos, transporte escolar), existindo por isso diferentes escalões de apoio social escolar indexados aos escalões do abono de família.

Neste âmbito, a CMA detém a responsabilidade de atribuir apoios socioeducativos aos alunos matriculados na educação pré-escolar e no 1.º CEB. Por outro lado, a gestão da ASE dos alunos do 2.º e 3.º CEB e do ensino secundário mantem-se na esfera de atuação dos AE's. O acesso aos apoios no âmbito da ASE é determinado em função da situação socioeconómica do agregado familiar do aluno, que se traduz pelo posicionamento num escalão de rendimentos específico e no correspondente escalão de apoio, mediante indexação ao abono de família. Os alunos beneficiários são pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º e 2.º escalão do abono de família, que correspondem, respetivamente, aos escalões A e B. O apoio socioeducativo destinado à educação pré-escolar compreende apenas o auxílio no pagamento do serviço de refeições. Relativamente ao 1.º CEB, os auxílios económicos atribuídos compreendem a comparticipação direta do município no serviço de refeições e com a atribuição de um subsídio para aquisição de fichas de trabalho, material didático e visitas de estudo, subsídio esse cujo montante é transferido para os AE's, de modo a que estes façam a sua gestão junto dos encarregados de educação dos alunos beneficiários deste apoio.

No ano letivo de 2024/2025, a ASE abrangia um total de 1.959 alunos da rede pública de Aveiro, correspondendo a uma taxa de cobertura de 17,3% face ao total de alunos matriculados. Deste universo, 991 alunos estavam abrangidos pelo escalão A e 968 pelo escalão B (Quadro 66).

Relativamente à distribuição dos alunos subsidiados por nível de educação e ensino, verifica-se que o 3.º CEB registava o maior número de beneficiários, com 574 alunos, representando 20,5% dos matriculados neste nível. Seguiam-se os 1.º e 2.º CEB, com 549 e

17,3% (1.959)

Dos alunos com ASE

21,9%

Das crianças da educação pré-escolar com ASE

17,9%

Dos alunos do 1.º CEB com ASE

22,2%

Dos alunos do 2.º CEB com ASE

20,5%

Dos alunos do 3.º CEB com ASE

9,4%

Dos alunos do ensino secundário com ASE

(ano letivo 2024/2025)

¹² A educação inclusiva, incluindo o CRI, encontram-se analisados no ponto 11.3.1.

360 alunos subsidiados, correspondendo a 17,9% e 22,2%, respetivamente. Com um número inferior de beneficiários, o ensino secundário contava com cerca de 270 alunos apoiados (9,4%) e a educação pré-escolar com 206 crianças abrangidas, o que representa 21,9% do total neste nível.

Quadro 66. Número de alunos abrangidos pela ASE, por nível de educação e ensino, na rede pública, no ano letivo 2024/2025.

Nível de educação e ensino	Ação Social Escolar			Proporção de alunos apoiados
	Escalão A	Escalão B	Total	
	(n.º)			(%)
Educação pré-escolar	115	91	206	21,9
1.º CEB	287	262	549	17,9
2.º CEB	177	183	360	22,2
3.º CEB	287	287	574	20,5
Ensino secundário	125	145	270	9,4
Total	991	968	1 959	17,3

Fonte: AE's.

Na educação pré-escolar, regista-se uma taxa de cobertura de 21,9%, correspondendo a um total de 206 crianças abrangidas pela ASE, sendo que 115 crianças beneficiam do escalão A e 91 do escalão B (Quadro 67).

A análise por AE revela que a taxa de cobertura é mais elevada nos AE's de Eixo (34,3%) e de Esgueira (31,3%). Em contraste, os AE's José Estêvão (15,2%) e Dr. Mário Sacramento (16,9%) apresentam taxas de cobertura mais reduzidas neste nível de educação.

Quadro 67. Número de alunos abrangidos pela ASE, na educação pré-escolar, por AE, no ano letivo 2024/2025.

Agrupamento de escolas	Educação pré-escolar				
	Refeições escolares			Crianças matriculadas	Taxa de cobertura
	Escalão A	Escalão B	Total		
	(n.º)				(%)
AE de Aveiro	13	20	33	194	17,2
AE de Eixo, Aveiro	12	10	22	65	34,3
AE de Esgueira, Aveiro	22	15	36	116	31,3
AE de Oliveirinha, Aveiro	25	18	43	149	28,6
AE Dr. Mário Sacramento, Aveiro	14	8	22	132	16,9
AE José Estêvão, Aveiro	12	9	22	143	15,2
AE Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro	17	10	27	141	19,3
Total	115	91	206	940	21,9

Fonte: AE's.

No 1.º CEB, a ASE para as refeições escolares abrange cerca 549 alunos, o que representa uma taxa de cobertura global de 17,9%. Ao nível dos AE's, destacam-se com maiores taxas de cobertura os AE's de Oliveirinha (26,8%), de Eixo (25,3%) e de Esgueira (22,6%). Em contrapartida, os AE's de José Estêvão (12,4%) e de Aveiro (12,9%) e apresentam taxas mais reduzidas (Quadro 68).

Em termos de apoio para fichas de trabalho, material didático e visitas de estudo, assumem uma maior representatividade os AE's de Aveiro (122) e de Esgueira (111).

Quadro 68. Número de alunos abrangidos pela ASE, no 1.º CEB, por AE, no ano letivo 2024/2025.

Agrupamento de escolas	1.º CEB							
	Refeições escolares			Alunos matriculadas	Taxa de cobertura	Fichas de trabalho, material didático e visitas de estudo		
	Escalão A	Escalão B	Total			Escalão A	Escalão B	Total
	(n.º)				(%)	(n.º)		
AE de Aveiro	50	57	107	833	12,9	57	65	122
AE de Eixo, Aveiro	27	37	64	255	25,3	31	39	70
AE de Esgueira, Aveiro	66	34	100	441	22,6	61	50	111
AE de Oliveirinha, Aveiro	40	43	83	308	26,8	43	45	88
AE Dr. Mário Sacramento, Aveiro	33	26	59	357	16,5	40	19	59
AE José Estêvão, Aveiro	37	33	70	560	12,4	38	46	84
AE Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro	33	33	66	309	21,4	32	45	77
Total	287	262	549	3 063	17,9	302	309	611

Fonte: AE's.

No 2.º CEB, a ASE abrange 360 alunos, correspondendo a uma taxa de cobertura de 22,2%. Os AE's com maior taxa de cobertura são o AE de Oliveirinha (37,8%), seguido do AE de Esgueira (26,7%) e Rio Novo do Príncipe, Cacia (26,6%), revelando uma proporção significativa de alunos apoiados. No que respeita ao apoio com fichas de trabalho, material didático e visitas de estudo, os AE's de Aveiro (84) e de Esgueira (79) e registam os valores mais elevados (Quadro 69).

No 3.º CEB são 574 os alunos a beneficiar da ASE, o que representa uma taxa de cobertura de 20,5%. Uma vez mais sobressaem os AE's de Oliveirinha (37,4%) e de Eixo (30,1%). Já os AE's com menor taxa de cobertura são o Dr. Mário Sacramento (11,9%) e o José Estêvão (12,8%), situando-se significativamente abaixo da média geral (Quadro 70).

Quadro 69. Número de alunos abrangidos pela ASE, no 2.º CEB, por AE, no ano letivo 2024/2025.

Agrupamento de escolas	2.º CEB							
	Refeições escolares			Alunos matriculadas	Taxa de cobertura	Fichas de trabalho, material didático e visitas de estudo		
	Escalão A	Escalão B	Total			Escalão A	Escalão B	Total
	(n.º)				(%)	(n.º)		
AE de Aveiro	36	50	86	477	18,0	36	48	84
AE de Eixo, Aveiro	19	13	32	123	26,0	18	14	32
AE de Esgueira, Aveiro	34	45	79	296	26,7	34	45	79
AE de Oliveirinha, Aveiro	25	26	51	135	37,8	25	26	51
AE Dr. Mário Sacramento, Aveiro	27	13	40	194	20,6	26	14	40
AE José Estêvão, Aveiro	17	21	38	268	14,2	17	21	38
AE Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro	19	15	34	128	26,6	19	15	34
Total	177	183	360	1 621	22,2	175	183	358

Fonte: AE's.

Quadro 70. Número de alunos abrangidos pela ASE, no 3.º CEB, por AE, no ano letivo 2024/2025.

Agrupamento de escolas	3.º CEB							
	Refeições escolares			Alunos matriculadas	Taxa de cobertura	Fichas de trabalho, material didático e visitas de estudo		
	Escalão A	Escalão B	Total			Escalão A	Escalão B	Total
	(n.º)				(%)	(n.º)		
AE de Aveiro	29	29	58	225	25,8	28	27	55
AE de Eixo, Aveiro	32	27	59	196	30,1	30	27	57
AE de Esgueira, Aveiro	73	68	141	515	27,4	73	68	141
AE de Oliveirinha, Aveiro	50	38	88	235	37,4	50	38	88
AE Dr. Mário Sacramento, Aveiro	43	34	77	647	11,9	42	35	77
AE José Estêvão, Aveiro	38	60	98	765	12,8	38	60	98
AE Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro	22	31	53	215	24,7	22	31	53
Total	287	287	574	2798	20,5	283	286	569

Fonte: AE's.

No ensino secundário, 270 alunos do ensino secundário beneficiam da ASE ao nível das refeições, o que representa 9,4% dos alunos matriculados (Quadro 71). O AE de Esgueira tem a maior taxa de cobertura (14,3%). Relativamente apoio em materiais e visitas de

estudo, 269 alunos estão abrangidos, com destaque novamente para o AE de Esgueira (74) e para o AE José Estêvão (81).

Quadro 71. Número de alunos abrangidos pela ASE, no ensino secundário, por AE, no ano letivo 2024/2025.

Agrupamento de escolas	Ensino secundário							
	Refeições escolares			Alunos matriculadas	Taxa de cobertura	Fichas de trabalho, material didático e visitas de estudo		
	Escalão A	Escalão B	Total			Escalão A	Escalão B	Total
	(n.º)				(%)	(n.º)		
AE de Aveiro	26	27	53	469	11,3	26	26	52
AE de Esgueira, Aveiro	40	34	74	516	14,3	40	34	74
AE Dr. Mário Sacramento, Aveiro	28	34	62	807	7,7	26	36	62
AE José Estêvão, Aveiro	31	50	81	1 084	7,5	31	50	81
Total	125	145	270	2 876	9,4	123	146	269

Fonte: AE's.

9.5.2. Transportes escolares

A CMA é responsável por assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, tendo como objetivo principal contribuir para uma efetiva igualdade de oportunidade no acesso à Educação. O serviço de Transporte Escolar é uma modalidade de ação social e destina-se a todos os alunos, em idade escolar obrigatória (de acordo com o estabelecido na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 65/2015, de 3 de julho), a frequentar Estabelecimentos de Educação e Ensino, da rede pública, e que residam no concelho de Aveiro. Atendendo à localização dos vários estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Aveiro, a rede de transportes públicos de Aveiro assegura o transporte entre as freguesias mais periféricas e as escolas básicas e secundárias, em vários itinerários que, embora sendo carreiras públicas, são orientadas para os horários escolares, em estreita articulação com os AE's (PAEMA 2024/2025).

De acordo com a Portaria n.º 7-A/2024 de 5 de janeiro o governo decretou a disponibilização de passes gratuitos a crianças e jovens dos 4 aos 18 anos, inclusive, na modalidade sub 18+TP, e jovens até aos 23 anos, inclusive, inscritos num estabelecimento de ensino nacional. Desta forma, os alunos que não reúnem as condições de atribuição do Passe Escolar, poderão usufruir deste passe gratuito diretamente no concessionário de Transportes Municipais de Aveiro (AveiroBus).

Entre setembro de 2024 e janeiro de 2025 verifica-se um aumento progressivo do número de passes, passando de 2.706 em setembro para 3.227 em janeiro. O custo total acompanha

esta tendência, oscilando entre 78.004,9 € no início do ano letivo e 109.281,28 € no início de 2025 (Quadro 72).

Quadro 72. Número de passes, e despesas associadas, no concelho, no ano letivo 2024/2025.

Mês/ano	Passes	Custo total
	(n.º)	(€)
set/24	2 706	78 004,9
out/24	3 110	112 010,9
nov/24	3 101	110 106,2
dez/24	3 162	105 342,4
jan/25	3 227	109 281,2

Fonte: DED da CMA.

9.5.3. Atividades de animação e apoio à família

As Atividades de Animação e Apoio à família (AAAF) destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades.

Relativamente às AAAF, num universo de 940 crianças matriculadas na educação pré-escolar no ano letivo 2024/2025, verifica-se um total de 516 crianças que usufruem desta resposta, o que se traduz numa taxa de cobertura de cerca 54,9% (Quadro 73).

Na análise por AE's, destaca-se o AE de Aveiro, com uma taxa de cobertura superior (73,7%), seguido do AE de Eixo, Aveiro (64,6%) e do AE de Oliveirinha, Aveiro (53,7%). Em contrapartida, o AE Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro, apresenta a taxa de cobertura mais baixa (39,0%), justificada pela reduzida adesão às AAAF.

Quadro 73. Número de crianças em AAAF, por AE, no ano letivo 2024/2025.

Agrupamento de escolas	AAAF					Crianças matriculadas	Taxa de cobertura
	1.º	2.º	3.º	4.º	Total		
	(n.º)						(%)
AE de Aveiro	6	14	12	111	143	194	73,7
AE de Eixo, Aveiro	7	10	8	17	42	65	64,6
AE de Esgueira, Aveiro	7	13	9	28	57	116	49,1
AE de Oliveirinha, Aveiro	12	15	11	42	80	149	53,7
AE Dr. Mário Sacramento, Aveiro	6	7	4	53	70	132	53,0
AE José Estêvão, Aveiro	4	8	11	46	69	143	48,3
AE Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro	4	7	6	38	55	141	39,0
Total	46	74	61	335	516	940	54,9

Fonte: AE's.

516

Crianças em AAAF

457

Alunos a frequentar a CAF

1.721

Alunos a frequentar as AEC

667

Utentes em CATL



(ano letivo 2024/2025)

9.5.4. Componente de apoio à família

Considera-se Componente de Apoio à Família (CAF) as atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e/ou depois das componentes do currículo e das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), bem como durante os períodos de interrupção letiva (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto).

Em fevereiro de 2025¹³, frequentaram a CAF um total de 457 alunos, distribuídos da seguinte forma: 342 alunos sem escalão, 71 alunos com escalão B e 44 alunos com Escalão A. O custo global associado à CAF ascendeu a 3.261,0€ (Quadro 74).

Quadro 74. Alunos a frequentar a componente de apoio à família, em fevereiro de 2025.

Entidade dinamizadora	Alunos a frequentar a CAF/mês			
	fev/25			
	Sem Escalão	Escalão B	Escalão A	Custo CMA
	(n.º)			
APAR	66	6	3	249,0 €
A.P. Barrocas	40	6	3	249,0 €
APEVECA	30	8	2	258,0 €
C.P. Esgueira	45	10	13	711,0 €
A.P. Azurva/Eixo	96	19	12	881,0 €
JF Sta. Joana	34	13	3	410,0 €
A.P. Cacia	31	9	8	503,0 €
Total	342	71	44	3 261,00 €

Fonte: DED da CMA.

9.5.5. Atividades de enriquecimento curricular

As AEC são atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidem, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto). Esta componente é implementada por autarquias, associações de pais, instituições particulares de solidariedade social ou por outras entidades que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os AE's.

¹³ Apresentam-se dados referentes ao mês de fevereiro de 2025, o mais recente com informação disponível. Nos restantes meses, verificam-se apenas oscilações pouco significativas, tanto ao nível da frequência como dos custos associados.

No ano letivo de 2024/2025, encontram-se inscritos nas AEC um total de 1.721 alunos, correspondendo a um custo global de 256.497,4€. O AE de Aveiro apresenta o maior número de alunos inscritos (482), associado a um custo total de 71.977,3€. Seguem-se o AE Dr. Mário Sacramento, com 264 alunos e um custo de 39.288,7€, e o AE de Eixo, com 213 alunos e um custo de 31.895,9€ (Quadro 75).

De um modo global, verifica-se uma distribuição relativamente equilibrada do número de alunos e dos custos pelos diferentes AE's, evidenciando-se que o volume de inscrições influencia diretamente o custo total associado a cada AE.

Quadro 75. Número de alunos nas AEC, e despesas associadas, por AE, no ano letivo 2024/2025.

Agrupamento de escolas	Alunos inscritos	Custo total
	(n.º)	(€)
AE de Aveiro	482	71 977,3 €
AE de Eixo, Aveiro	213	31 895,9 €
AE de Esgueira, Aveiro	219	32 689,5 €
AE de Oliveirinha, Aveiro	211	31 379,7 €
AE Dr. Mário Sacramento, Aveiro	264	39 288,7 €
AE José Estêvão, Aveiro	196	29 110,5 €
AE Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro	136	20 155,8 €
Total	1 721	256 497,4 €

Fonte: DED da CMA.

9.5.6. Centros de atividades de tempos livres

O CATL é uma resposta social desenvolvida em equipamento ou serviço, vocacionada para proporcionar atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos de idade nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo promover, complementarmente, atividades de apoio à família.

Em Aveiro, esta resposta social é disponibilizada por dez equipamentos, distribuídas por seis freguesias, designadamente, Cacia, Esgueira, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, São Bernardo e UF de Glória e Vera Cruz (Quadro 76).

Globalmente, esta resposta social apresenta uma capacidade para 688 utentes e é frequentada por 667 utentes, o que traduz uma taxa de utilização de cerca de 96,9%. Este elevado nível de ocupação evidencia não só a forte adesão à oferta existente, como também

a real necessidade sentida pelas famílias em aceder a este tipo de apoio, fundamental para a conciliação da vida profissional dos pais com os horários escolares dos filhos.

Quadro 76. Capacidade, utentes, utentes e taxa de utilização da resposta social de CATL, em 2024.

Freguesia	Equipamento social	Capacidade	Utentes	Taxa de utilização
		(n.º)		(%)
Cacia	Centro Social Paroquial de Cacia	40	40	100,0
Esgueira	Centro Social de Esgueira	100	77	77,0
Oliveirinha	Centro Infantil da Casa do Povo de Oliveirinha	20	20	100,0
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Centro Social Paroquial Nossa Senhora de Fátima	25	25	100,0
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Centro Social e Paroquial São Pedro de Nariz	20	19	95,0
São Bernardo	Centro Paroquial de São Bernardo - Equipamento de Apoio à Infância	165	165	100,0
UF de Glória e Vera Cruz	Centro de Infância, Arte e Qualidade - Secção	100	86	86,0
UF de Glória e Vera Cruz	Edifício Padre Fernandes	138	132	95,7
UF de Glória e Vera Cruz	Edifício sede Praceta das Florinhas do Vouga	60	38	63,3
UF de Glória e Vera Cruz	ATL Quadro Mágico	20	65	325,0
Total		688	667	96,9

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

9.6. Projetos de referência

Educ@RA2030

Considerando a importância da aquisição e valorização do conhecimento a partir de novos paradigmas de aprendizagem destinados a crianças e jovens, a Autarquia, em consonância com os restantes concelhos que integram a CIRA, apostaram no desenvolvimento de um Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) da Região de Aveiro - Programa Educ@RA2030, uma nova geração de planos de promoção do sucesso escolar.

Assumindo a aposta no sucesso educativo, entendido no sentido do desenvolvimento e bem-estar integral das crianças e jovens, como pilar do sucesso e dos resultados escolares, definiram-se os seguintes objetivos:

- Contribuir para o sucesso escolar e educativo das crianças e jovens da região de Aveiro, promovendo a melhoria das condições de aprendizagem e o envolvimento da comunidade;
- Reforçar a intervenção precoce e o apoio às crianças e jovens em risco/situação de insucesso e abandono, contribuindo para a inclusão e a equidade na escola;
- Incrementar as oportunidades de educação e formação das crianças e jovens, tendo em vista promover o seu desenvolvimento e formação integral e a qualidade das aprendizagens.

O Educ@RA2030 encontra-se estruturado em quatro Eixos de Intervenção que correspondem às áreas estratégicas definidas e organizam a candidatura, acolhendo os diferentes projetos/ ações municipais e intermunicipais:

Eixo/Atividade 1. Intervenção precoce e multidisciplinar - foco no reforço do acompanhamento próximo e personalizado das crianças e jovens, nomeadamente através das equipas multidisciplinares.

Eixo/Atividade 2. Enriquecimento e inovação das práticas educativas - foco nas ações complementares de desenvolvimento curricular, essencialmente nas literacias essenciais;

Eixo/Atividade 3. Valorização do ensino profissional e orientação - foco no suporte à dinamização do espaço desta modalidade na promoção do sucesso e da escolaridade obrigatória, prevendo também intervenção na área da orientação escolar e vocacional;

Eixo/Atividade 4. Gestão do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE) e dinamização da rede educativa da região de Aveiro - foco nas condições de suporte às ações do Plano ao nível da monitorização, avaliação e capacitação baseada na partilha de práticas e mentoria.

PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO

O Plano Estratégico Educativo do Município de Aveiro (PEEMA) é um instrumento de planeamento municipal em educação, previsto, no decreto-lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro e no decreto-lei n.º 72/2015, de 11 de maio. O primeiro decreto concretiza o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais (incluindo a educação) e o segundo decreto constitui a mais recente alteração ao decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que instituiu a elaboração da carta educativa. Estes instrumentos têm-se constituído como oportunidades para os municípios coordenarem a política educativa local, nos seus diferentes níveis de intervenção. Neste âmbito, assumem particular relevância, os conceitos de território e de projeto educativo municipal, pautados por uma diversidade de princípios e processos no domínio da planificação, da gestão e da mobilização local dos atores.

Assim, o PEEMA identifica as linhas orientadoras que direcionam, estrategicamente, a intervenção na área da Educação, consubstanciadas em projetos e ações, com intenções concretas. A constatação de que um PEEMA deve ser entendido como um conjunto de projetos e ações, com intenções concretas, que serão levados a cabo pelos diferentes *stakeholders* do território municipal (internos e externos), assume-se como uma das mais importantes premissas deste tipo de plano.

O PEEMA 2024-2028 reforça a aposta da CMA na educação como motor de desenvolvimento pessoal e social. Pretende consolidar uma política educativa local integrada, envolvendo toda a comunidade escolar e parceira. O PEEMA surge no seguimento da Carta Educativa de 2019 e foca-se em dimensões não abordadas por esta, como o planeamento estratégico da ação educativa.

A estrutura do plano assenta em cinco pilares fundamentais: cidadania, conhecimento, inovação, desenvolvimento e cultura, orientando a missão de formar cidadãos ativos e responsáveis. Define objetivos estratégicos para promover uma educação de qualidade, apoiar a aprendizagem ao longo da vida, incentivar a inovação tecnológica e valorizar o património cultural e ambiental.

O PEEMA organiza-se em seis eixos de desenvolvimento:

1. Promover uma escolarização de qualidade;
2. Apostar no conhecimento ao longo da vida;
3. Município da Tecnologia e da Inovação;
4. Cultura e Património Cultural e Ambiental;
5. Promoção dos Valores de Cidadania;
6. Promoção dos Hábitos de Vida Saudáveis.

A monitorização e avaliação contínuas garantem o alinhamento com as metas traçadas, reforçando Aveiro como um território de educação inclusiva, inovadora e de excelência.

PROGRAMA DE AÇÃO EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE AVEIRO

O Programa de Ação Educativa do Município de Aveiro (PAEMA) é assumido pela CMA como instrumento estratégico fundamental, através do qual se apresenta, de forma clara e precisa, a Intervenção Educativa Municipal, tendo como ponto de partida as orientações a nível nacional e a realidade local.

A elaboração do PAEMA norteia-se por princípios de exequibilidade, participação, valorização e orientação para a ação, reunindo contributos de vários parceiros que são, também, desafiados a participarem e serem corresponsáveis pelas metas e estratégias definidas em conjunto. Em suma, pretende-se que se revejam no programa e se sintam implicados na sua concretização.

Com o PAEMA pretende-se, assim, fomentar a participação, a implicação e a responsabilização de todos os parceiros, destacando os parceiros institucionais, os AE's, a EACMCGA, as associações de pais, a Universidade de Aveiro (UA), as escolas profissionais (EP's), as entidades na área da saúde, as forças de segurança, entre outros, que em conjunto, contribuem para uma escola melhor.

SERVIÇOS EDUCATIVOS EM REDE

A CMA, de modo a promover, de forma integrada, uma oferta diversificada de atividades destinadas à Comunidade Educativa, dispõe dos Serviços Educativos em Rede (SER), cujo modelo se encontra implementado desde o ano letivo de 2015/2016.

Integrados na estratégia de promoção de uma política educativa municipal coesa, com os SER pretende-se traçar uma linha de atuação partilhada entre os vários equipamentos municipais: Teatro Aveirense, Biblioteca Municipal de Aveiro, Museu da Cidade e seus pólos temáticos (Museu Arte Nova e Ecomuseu Marinha da Troncalhada), Museu de Aveiro (Santa Joana), Centro Municipal de Interpretação Ambiental (CMIA) e Ecocentro Municipal. Os SER surgem, assim, numa lógica de concertação da oferta e dos recursos, contribuindo para uma relação mais próxima e significativa com a Comunidade Educativa.

[SER](#)

SERVIÇOS EDUCATIVOS EM REDE +

O SER + é apresentado como uma oferta adicional ao SER. Desta forma, tem como propósito envolver a comunidade educativa e proporcionar aprendizagens significativas, complementares ao trabalho que é desenvolvido em contexto de sala de aula.

Enquanto, que no SER, as ofertas de atividades têm a pretensão de se prolongarem no tempo, decorrendo ao longo do ano letivo e tendo como objetivo a sua continuidade em anos letivos seguintes, no SER + os projetos e ações poderão ser de carácter pontual.

As áreas de atuação do SER + são as seguintes:

- Ambiente e Sustentabilidade;
- Cultura;
- Ciência e Tecnologia;
- Desporto e Saúde;
- Empreendedorismo;
- Sucesso Escolar.

[SER+](#)

FEIRA VOCACIONAL E PROFISSIONAL

A iniciativa é promovida pela CMA, em coorganização com os sete AE's do concelho de Aveiro, e tem como objetivo agregar, num único evento, diversas ofertas educativas, formativas e saídas profissionais, com o intuito de proporcionar aos alunos do 9.º ao 12.º ano o acesso e o contacto com diversas entidades do sistema educativo, contribuindo assim para a descoberta de vocações e escolhas profissionais dos alunos.

Por ano, participam em média, mais de 2.000 alunos e estão presentes cerca de 60 expositores.

AVEIRO TECH WEEK

A Aveiro Tech Week é um evento anual que celebra a interseção entre tecnologia, arte e cultura, posicionando Aveiro como um polo de inovação e criatividade. A edição de 2024 decorreu de 30 de setembro a 6 de outubro, integrando-se no programa "Aveiro 2024 - Capital Portuguesa da Cultura".

A Divisão de Desenvolvimento Económico e Inovação (DDEI) da CMA dinamiza diversos workshops, conferências e hackathons dedicados à comunidade educativa e atividades de Educação STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática), abertas à comunidade.

EDUCAÇÃO STEAM

No âmbito da iniciativa Aveiro Tech City, promovida pela CMA, estão previstas um conjunto de atividades, com o objetivo fundamental de potenciar o desenvolvimento de competências nas áreas STEAM, estimular a descoberta de capacidades e o interesse dos alunos por estas áreas, com a criação de espaços de experimentação e o contacto direto com as Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica (TICE), para uma utilização eficiente, crítica e responsável das tecnologias digitais.

O programa de Educação STEAM surge como uma abordagem moderna e interdisciplinar à inovação e investigação. É uma metodologia de ensino que cruza várias áreas do saber, com o objetivo de preparar os alunos para um futuro alicerçado em competências STEAM.

Objetivos:

- Promover o gosto pela ciência, tecnologia, engenharia, arte e matemática;
- Estimular competências empreendedoras preparando os alunos para o mercado do trabalho
- Dotar os alunos de ferramentas inovadoras e criativas;
- Consolidar o pensamento crítico, promover a experimentação e a autoaprendizagem;
- Promover o trabalho colaborativo, a resiliência e a capacidade de resolução de problemas;
- Dotar os docentes de ferramentas e conhecimentos necessários para a implementação do programa.

Principais atividades:

- Concurso “A tua ideia conta”;
- Concurso “Uma ideia, um projeto, uma ação”;
- UBBU - Literacia em código;
- Tech Labs;
- Residências Artísticas STEAM;
- Escola de Ciência Viva (gerida pela DED da CMA);
- Vem aprender a programar (formação de outubro a junho - 1 vez por semana, duas turmas, cada uma com 12 participantes);
- Tardes STEAM na Casa (atividades nas interrupções letivas - Natal, Páscoa e verão).

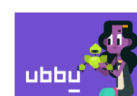
Atividades educação STEAM



Vem Aprender a Programar



Residências Artísticas STEAM



UBBU



Escola Ciência Viva



Uma ideia um projeto uma Ação



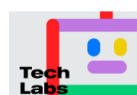
A tua ideia conta



MTF Sparks



CodeHero



Tech Labs

ECADAv – ENCONTRO COM A DANÇA DE AVEIRO

O ECADAv é uma mostra pública que visa divulgar o trabalho desenvolvido por grupos, escolas, academias e associações de dança da região. Durante o evento, são apresentadas diversas coreografias que abrangem estilos como hip hop, dança contemporânea, ginástica rítmica, dança oriental, entre outros. A iniciativa destaca-se pela participação de centenas de bailarinos locais, proporcionando um espetáculo repleto de movimento, luz e cor.

CONSELHO CONSULTIVO DA JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE AVEIRO

O CCJ-MA surge como instrumento para reforçar a colaboração e participação jovem nas políticas municipais, procurando promover uma maior ligação com as instituições e comunidades locais, bem como desenvolver e incentivar o trabalho colaborativo e potenciar a cidadania ativa.

Anualmente, o CCJ-MA define quais os temas de carácter estratégico que devem ser analisados e debatidos no âmbito do LAB-J, sendo posteriormente criados grupos de trabalho que desenvolvem, durante um período entre 3 (três) e 6 (seis) meses, metodologias de trabalho que promovam a cidadania ativa e a construção coletiva de ideias geradoras de soluções sobre esse tema.

[CCJ-MA](#)

ANOS INCRÍVEIS PARA PAIS

Trata-se de um programa de apoio à parentalidade positiva, promovida pelos Serviços de Psicologia e Aconselhamento da Divisão de Educação e Desporto (DED) da CMA.

O foco fundamental da implementação do programa é a redução dos fatores de risco familiar, pela promoção de competências parentais e pela compreensão de vários fatores e etapas no desenvolvimento infantil. Pretende-se assim: aumentar as abordagens parentais positivas; promover a relação e vinculação entre pais e filhos; desenvolver a capacidade e a compreensão dos pais da importância da brincadeira/jogo; promover o desenvolvimento de competências académicas e de linguagem, emocionais, sociais; promover o hábito de manter uma relação próxima entre os contextos familiar e escolar.

Esta formação destina-se a pais e cuidadores de crianças dos 2 aos 9 anos, residentes no concelho de Aveiro, e para os pais tem como principais objetivos:

- Desenvolver estilos parentais positivos e estratégias educativas eficazes;
- Fortalecer a comunicação e a cooperação entre pais e filhos;
- Incentivar uma maior parceria entre escola e família.

No que se refere às crianças os objetivos são:

- Reduzir comportamentos agressivos e opositivos precoces;
- Promover competências sociais e de autorregulação.

ESPAÇO FORMATIVO - CAPACITAÇÃO E ARTES

O espaço formativo - capacitação e artes, localizado no Centro comunitário "Bairro de Santiago" e gerido pelo Florinhas do Vouga, concentra a sua intervenção em crianças, jovens, população adulta e idosa.

A intervenção com as crianças e jovens acontece ao longo do ano, com a atividade das explicações, e no período de férias letivas, com o campo de férias (Páscoa e verão).

A intervenção com a população adulta e idosa é realizada em vários tipos de atividades, desde o atendimento/informação, o acompanhamento psicológico, o apoio psicoeducativo, o apoio ao cuidador, as oficinas ocupacionais, a aprendizagem ao longo da vida e a prática desportiva.

Na maioria das suas atividades prevalece a vertente formativa e de capacitação em áreas específicas que sejam do interesse e da necessidade do grupo em questão.



SEGURANÇA



10.1. Segurança pública

A segurança pública é um dos pilares essenciais para o bem-estar social e a qualidade de vida da população.

A evolução da segurança pública tem sido influenciada por mudanças sociais, tecnológicas e culturais, que impactam tanto a forma como os crimes são cometidos quanto a maneira como são prevenidos e combatidos. O aumento do acesso à informação e a maior sensibilização da sociedade para diferentes formas de violência têm levado a um crescimento nas denúncias e na exigência por respostas mais eficazes das autoridades.

As alterações legislativas refletem essa transformação, adaptando-se às novas realidades e necessidades da população. A criminalização mais rigorosa da violência doméstica, por exemplo, é um reflexo do reconhecimento da gravidade desse problema, impulsionado pelo debate público e pela luta por maior proteção às vítimas. Da mesma forma, a inclusão de crimes contra animais de companhia na legislação demonstra uma crescente consciência social sobre o bem-estar animal e a responsabilidade da sociedade em sua proteção.

10.1.1. Criminalidade

O concelho de Aveiro evidencia uma tendência geral de redução do número de crimes entre 2010 e 2020, passando de 4161 casos em 2010 para um mínimo de 2302 em 2020. A partir de 2020, observa-se uma inversão da tendência, com um ligeiro aumento nos anos seguintes, atingindo 2798 crimes em 2023. Destaca-se uma diminuição de 32,8% no número de crimes, correspondendo a -1363 crimes entre 2010 e 2023 (Figura 177).

Analisando o período 2021-2023, o concelho registou um total de 7826 crimes. Face ao período de 2018-2020 (7492) verificou-se um acréscimo de 4,5%.

Em Aveiro, a criminalidade apresenta uma tendência heterogénea entre 2018-2020 e 2021-2023, com um aumento nos crimes contra o património (de 1764 para 1861 crimes por 100.000 habitantes) e contra os animais de companhia (de 101 para 111), acompanhando a tendência nacional. No entanto, ao contrário do Continente, onde os crimes contra as pessoas aumentaram, em Aveiro registou-se uma descida (de 743 para 675). Também se verificou uma ligeira redução nos crimes contra a vida em sociedade, seguindo o padrão nacional. No geral, Aveiro apresenta uma evolução semelhante à Região de Aveiro e à Região Centro, mas destaca-se por uma descida mais acentuada nos crimes contra as pessoas e uma taxa de criminalidade contra o património superior à média regional e nacional (Quadro 77).

2798

Crimes registados pelas
autoridades policiais
(2023)

-32,8%

Face a 2010
(2010-2023)



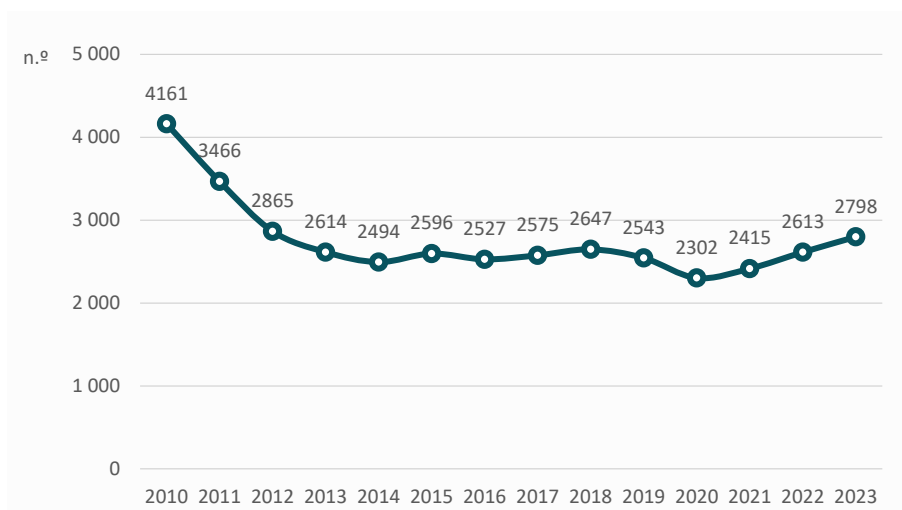


Figura 177. Evolução dos crimes registados pelas autoridades policiais, entre 2010 e 2023.

Fonte: Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça, da DGPJ do Ministério da Justiça.

Quadro 77. Taxa de crimes reportados pelas autoridades policiais segundo o tipo de crime (nível 1) (n.º por 100.000 habitantes), 2018-2020 e 2021-2023.

Tipos de crimes	Aveiro		Região de Aveiro		Região Centro		Continente	
	2018-2020	2021-2023	2018-2020	2021-2023	2018-2020	2021-2023	2018-2020	2021-2023
	(n.º/100.000 habitantes)							
Contra o património ¹	1 764	1 861	1 381	1 455	897	935	1 578	1 537
Contra as pessoas ²	743	675	765	758	528	546	762	780
Contra a vida em sociedade ³	327	304	381	423	280	294	385	381
Legislação avulsa ⁴	174	188	364	399	114	127	258	294
Contra o Estado ⁵	57	57	63	74	38	44	55	65
Contra animais companhia ⁶	10	11	23	22	14	13	19	18
Contra identidade cultural/integridade pessoal ⁷	2	4	28	41	1	2	1	3

Notas:

1 Inclui furto de bens, roubo por esticção, roubo na via pública, burla ou extorsão.

2 Inclui homicídios, ofensa à integridade física, violência doméstica, violação, difamação, devassa da vida privada ou omissão de auxílio.

3 Inclui contrafação ou falsificação de bens, incêndio ou fogo posto, poluição, tráfico de armas, pirataria, condução perigosa ou com taxa de álcool igual/superior a 1,2g/l, embriaguez, utilização de menor na mendicidade, instigação ao crime e associação criminosa.

4 Inclui tráfico, consumo ou cultivo de estupefacientes, terrorismo, auxílio à imigração ilegal, angariação de mão-de-obra ilegal, emissão de cheque sem provisão, burla fiscal, contrabando, crimes contra a saúde pública, segurança social ou a economia, crimes de jogo e condução sem habilitação legal.

5 Inclui crimes contra a soberania nacional, tráfico de influências, desobediência, corrupção, peculato e abuso de autoridade.

6 Inclui maus-tratos e abandono de animais.

7 Inclui discriminação e tortura.

Fonte: Cálculos próprios a partir do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça, da DGPJ do Ministério da Justiça e INE.

Centrando a análise para o ano de 2023, a maioria dos crimes reportados no concelho foram contra o património (58,7%) ou contra pessoas (21%). Seguiam-se os crimes contra a vida em sociedade (10,2%), legislação avulsa (7,6%) e contra o Estado (2,0%). Em termos comparativos, a proporção de crimes contra o património em Aveiro, apresenta valores muito superiores ao observado a nível regional e nacional (Quadro 78 e figura 178).

Quadro 78. Proporção de crimes registados por categoria, em 2023.

Tipos de crimes	Aveiro	Região de Aveiro	Região Centro	Continente
	(%)			
Contra o património	58,7	47,0	47,1	49,9
Contra as pessoas	21,0	25,7	27,5	25,1
Contra a vida em sociedade	10,2	17,2	15,4	12,3
Legislação avulsa	7,6	6,6	7,0	10,0
Contra o Estado	2,0	2,9	2,4	2,1
Contra animais companhia	0,3	0,5	0,6	0,5
Contra identidade cultural/integridade pessoal	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça, da DGPJ do Ministério da Justiça.

58,7%

Crimes contra o
património
(2023)

21,0%

Crimes contra as
pessoas
(2023)

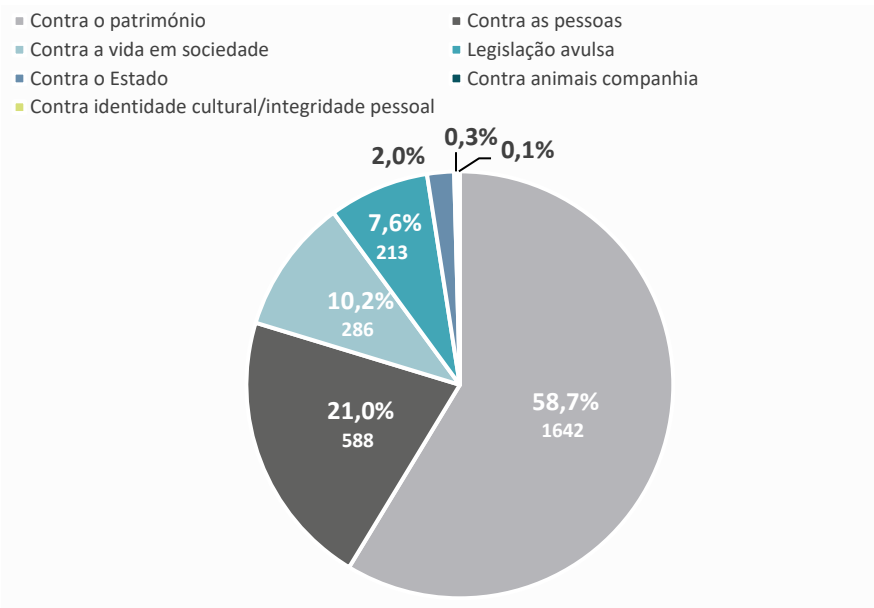


Figura 178. Proporção de crimes registados por categoria, no concelho de Aveiro, em 2023.

Fonte: Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça, da DGPJ do Ministério da Justiça.

Considerando a desagregação por tipo de crime durante o período 2021-2023, verifica-se que o crime mais reportado foi a violência doméstica do cônjuge/análogo (494 crimes), seguindo-se a condução com taxa de alcoolémia acima do autorizado por lei (485 crimes), o furto em veículo motorizado (452) e as ofensas à integridade física voluntária simples (444). O conjunto destes três tipos de crime representa quase um quarto do total de crimes registados (24%) (Figura 179).



Figura 179. Crimes mais frequentes (TOP 20) reportados pelas autoridades policiais, segundo o tipo de crime (nível 3), no concelho de Aveiro, 2021-2023.

Fonte: Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça, da DGPI do Ministério da Justiça.

494

Crimes de violência doméstica
(2021-2023)



485

Crimes de condução com taxa de alcoolémia => 1,2g/l
(2021-2023)



10.2. Segurança rodoviária

10.2.1. Acidentes de viação

Em 2023, o concelho registou uma elevada taxa de acidentes de viação com vítimas por 1000 habitantes (4,3), quando comparado com a Região Centro (3,9) e o Continente (3,5), tendo quase sempre apresentado taxas superiores ao longo do período em análise (Figura 180). Paralelamente, quando se observa o índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (Figura 181) constata-se que o concelho se encontra acima (1,4 em 2023) dos valores registados pela Região de Aveiro (1,0%) e pelo Continente (1,3%), estando apenas abaixo do verificado na Região Centro (1,7%).

4,3%

Acidentes de viação
com vítimas
(2023)

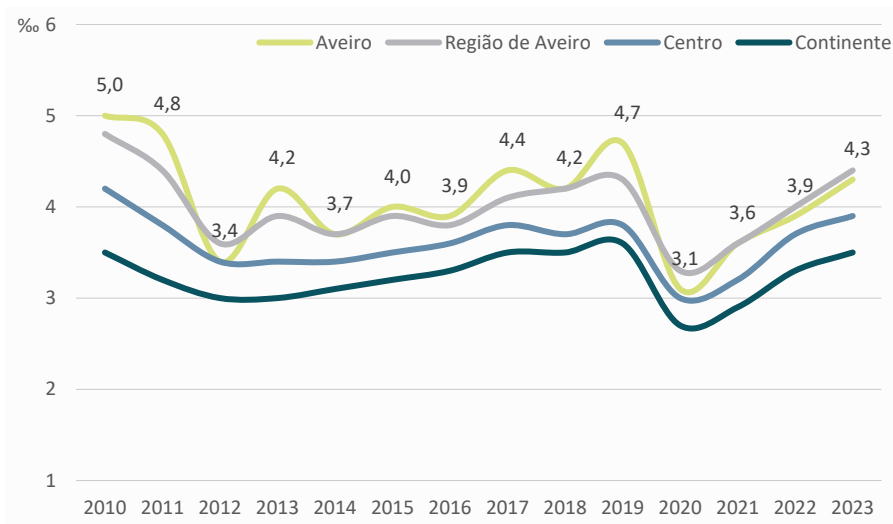


Figura 180. Acidentes de viação com vítimas (n.º por 1000 habitantes), entre 2010 e 2023.

Fonte: PORDATA, ANSR e INE.

1,4%

Índice de gravidade dos
acidentes de viação
com vítimas
(2023)

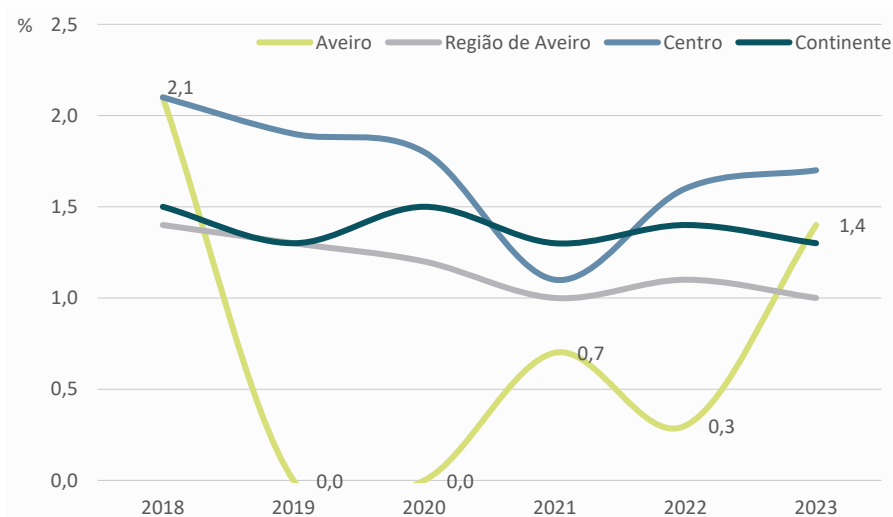


Figura 181. Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (n.º de mortes por 100 acidentes com vítimas), entre 2018 e 2023.

Fonte: PORDATA e ANSR.

Em 2023, Aveiro registou uma taxa de 5,1 feridos em acidentes de viação por 1000 habitantes, um valor superior à média do Continente (4,3) e da região Centro (4,8), mas ligeiramente abaixo da média da Região de Aveiro (5,3) (Figura 182).

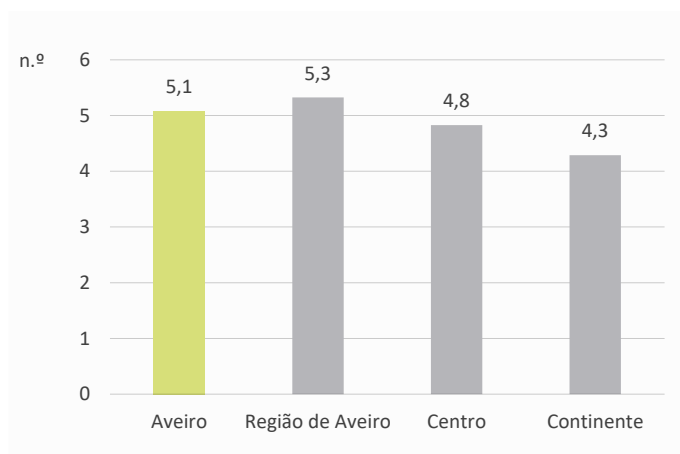


Figura 182. Feridos em acidentes de viação, por 1000 habitantes, em 2023.

Fonte: PORDATA e ANSR.

Entre 2018 e 2023, o número de feridos em acidentes de viação no concelho apresentou variações, mas manteve-se relativamente estável, situando-se entre aproximadamente 300 e 450 feridos anuais (Figura 183). Já o número de mortos registou flutuações mais acentuadas (Figura 184), com um valor mais elevado em 2018 (7 mortos), seguido de uma forte redução em 2019 e 2020. A partir de 2021, observa-se um aumento progressivo das vítimas mortais, atingindo um novo pico em 2023 (5 mortos).

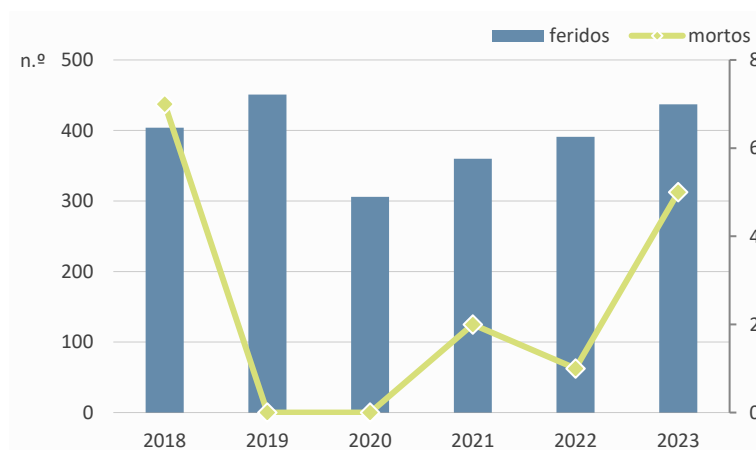


Figura 183. Feridos e mortos em acidentes de viação, no concelho de Aveiro, entre 2018 e 2023.

Fonte: PORDATA e ANSR.

437

Feridos em acidentes
de viação
(2023)



5

Mortos
(2023)



39

Peões atropelados
(2023)



-16

Face a 2018

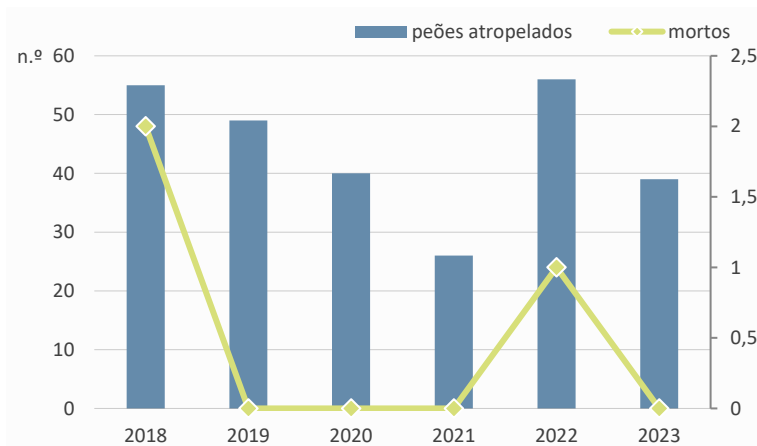


Figura 184. Peões atropelados (total e mortos), no concelho de Aveiro, entre 2018 e 2023.

Fonte: PORDATA e ANSR.



**CULTURA E
DESPORTO**



11.1. Atividades culturais e desportivas

84,1€

Despesa por habitante
em atividades culturais
e criativas



66,1€

Despesa por habitante
em atividades e
equipamentos
desportivos



171

Visitantes nos museus
por 1.000 habitantes



(2023)

A Cultura é assumida pelo Município de Aveiro como um pilar estratégico para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do território. O Plano Estratégico para a Cultura de Aveiro 2019–2030 constitui a principal linha orientadora desta visão, estruturando-se em torno da qualificação da oferta cultural e artística, do reforço da educação e da participação cultural, da valorização da identidade local e do património, e da promoção da inclusão social através da cultura. O plano visa ainda ampliar os públicos e o acesso democrático à cultura, fortalecer a comunicação e visibilidade das iniciativas, fomentar redes de cooperação e internacionalização, capacitar os agentes culturais no domínio digital, alinhar práticas culturais com os princípios da sustentabilidade ambiental e reforçar a governação cultural com maior articulação interinstitucional e participação cidadã. Estes objetivos traduzem uma visão integrada e ambiciosa, posicionando Aveiro como um território culturalmente dinâmico, acessível e inovador.

O concelho dispõe de um conjunto diversificado de equipamentos culturais, ainda com forte concentração no centro urbano, nomeadamente no núcleo histórico da cidade. Entre os espaços de maior relevância destaca-se o Museu de Aveiro / Santa Joana, instalado no antigo Convento de Jesus, que constitui um importante centro de preservação e valorização do património artístico e religioso da região. Complementam esta oferta outros espaços museológicos como o Museu da Cidade, o Museu de Arte Nova, o Ecomuseu Marinha da Troncalhada, a ESTAÇÃO, a Galeria da Antiga Capitania e a Galeria Morgados da Pedricosa, que promovem a cultura e a identidade local.

O Teatro Aveirense, enquanto principal sala de espetáculos da cidade, assume um papel central na vida cultural do concelho, com uma programação regular que abrange teatro, música, dança e cinema, afirmando-se como referência regional e nacional. Já o Atlas Aveiro, elemento central da Rede de Bibliotecas do Município, destaca-se como um serviço de proximidade essencial, com impacto cultural, educativo e social. A sua ação vai além da promoção da leitura, abrangendo a inclusão social, o acesso equitativo à informação, o estímulo à cidadania ativa e a dinamização de projetos dirigidos a públicos diversificados, incluindo populações mais vulneráveis, contribuindo assim para uma comunidade mais coesa, participativa e justa.

Paralelamente às estruturas institucionais, o Município de Aveiro beneficia de uma rede ativa de associações culturais e recreativas, composta por grupos de teatro amador, bandas filarmónicas, coros, associações etnográficas e coletividades diversas. Espalhadas por todo o território, estas entidades promovem atividades culturais em proximidade, fomentando

o acesso descentralizado à cultura, a valorização das tradições locais e o reforço da identidade e coesão social. Neste contexto, merece destaque o projeto “Cultura Perto de Si”, que leva programação cultural anual a todas as freguesias do concelho, e a Biblioteca Itinerante | Posto Municipal de Informação, que percorre o município com serviços de leitura pública e apoio aos cidadãos.

Entre as principais iniciativas culturais e criativas municipais de carácter regular, destacam-se o Festival dos Canais, a Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro, a Feira do Livro, o Festival Dunas de São Jacinto, o Festival CriaTIC / Prisma (artes digitais), os TechDays (inovação e tecnologia), a Feira de Março e o programa Boas Festas em Aveiro (Natal, Ano Novo e São Gonçalinho). Importa também sublinhar o apoio prestado pelo Município ao trabalho da Associação Musical das Beiras / Orquestra Filarmonia das Beiras, que contribui de forma consistente para o enriquecimento da programação artística da região.

Em 2024, Aveiro foi distinguida como a primeira Capital Portuguesa da Cultura, um reconhecimento que reforçou a visibilidade do trabalho desenvolvido pelo Município e pelos seus agentes culturais. Sob o lema “O ano como palco. Um cenário infinito”, o programa apresentou uma oferta vasta e diversificada, com centenas de eventos nas áreas das artes performativas, visuais, pensamento, ciência, gastronomia e património. Esta distinção confirmou o potencial de Aveiro como cidade culturalmente vibrante, promovendo o diálogo entre tradição e inovação, e fortalecendo a sua posição no panorama cultural nacional.

No ano de 2023, o concelho destacou-se claramente no que diz respeito à despesa municipal com cultura e desporto. De facto, Aveiro registou a maior despesa por habitante em atividades culturais e criativas (84,1€), superando significativamente a média da Região de Aveiro (64,4€), da região Centro (75,9€) e do Continente (65,2€). No que toca à despesa por habitante em atividades e equipamentos desportivos, Aveiro apresentou também o valor mais elevado (66,1€), bastante acima da média da região de Aveiro (46,5€) e da média nacional (41,3€). Paralelamente, Aveiro lidera na proporção da despesa municipal total destinada à cultura e ao desporto, com 12,5%, ultrapassando os 11,5% da Região de Aveiro, os 10,5% do Centro e os 9,4% do Continente (Quadro 79).

Quadro 79. Despesas em cultura e desporto por habitante e despesas em cultura e desporto no total das despesas dos municípios em 2023.

Unidades territoriais	Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante	Despesa total das câmaras municipais em atividades e equipamentos desportivos por habitante	Despesa das câmaras municipais em cultura e desporto no total de despesas
	€	€	%
Aveiro	84,1	66,1	12,5
Região de Aveiro	64,4	46,5	11,5
Centro	75,9	47,0	10,5
Continente	65,2	41,3	9,4

Fonte: INE.

Considerando as despesas em cultura dos últimos dez anos, o concelho registou um crescimento significativo, passando de 11,5€ para 84,1€. Esta evolução foi marcada por um aumento contínuo até 2019, uma ligeira quebra em 2020, possivelmente devido à pandemia, e uma recuperação acentuada nos anos seguintes. Em 2023, atingiu o valor mais elevado, refletindo uma clara aposta da autarquia na área cultural ao longo da última década (Figura 185).

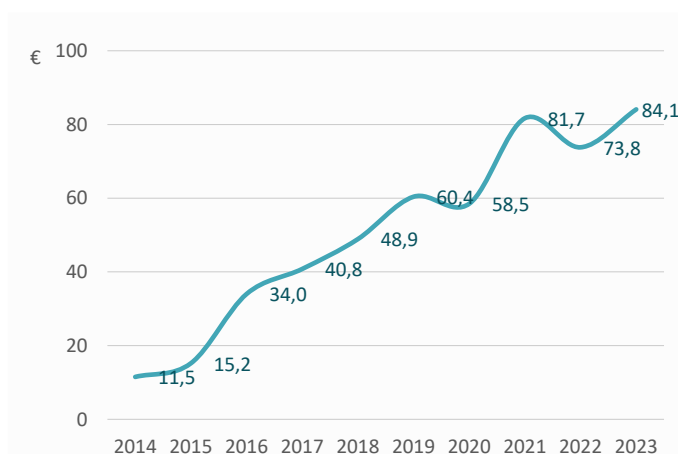


Figura 185. Evolução da despesa em cultura por habitante, no concelho de Aveiro, entre 2014 e 2023.

Fonte: INE.

Em 2023 o concelho contava com dois museus abertos e quatro galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias ao público (Quadro 80).

Nesse ano, Aveiro registou 171 visitantes nos museus por cada 1.000 habitantes, um valor bastante superior à média da região Centro (96) e muito próximo da média nacional (176). Destaca-se uma percentagem significativa de visitantes estrangeiros (45,1%) no total de visitantes, valor muito superior à média da região. No entanto, a percentagem de visitantes escolares em Aveiro foi de apenas 8,0%, valor claramente abaixo da média regional e nacional.

Quadro 80. Caracterização das despesas municipais em cultura, em 2023.

Unidades territoriais	Museus em atividade	Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias	Visitantes nos museus por 1.000 hab.	Visitantes escolares	Visitantes estrangeiros
	n.º	n.º	n.º	%	%
Aveiro	2	4	171	8,0	45,1
Região de Aveiro	22	28	101	12,3	21,5
Centro	142	182	96	22,5	21,6
Continente	586	916	176	8,7	47,7

Fonte: INE.

Relativamente à evolução do número de visitantes nos museus, observa-se um crescimento contínuo entre 2014 e 2019, ano em que se atinge o pico com 161.136 visitantes. A partir de 2020, regista-se uma queda abrupta, o que pode ser atribuído aos efeitos da pandemia de COVID-19, com encerramentos e restrições nos espaços culturais. A partir de 2022 verifica-se uma recuperação progressiva, atingindo 138.357 visitantes em 2023, valor ainda abaixo do pico de 2019, mas que demonstra uma tendência clara de retoma da atividade cultural no concelho (Figura 186).

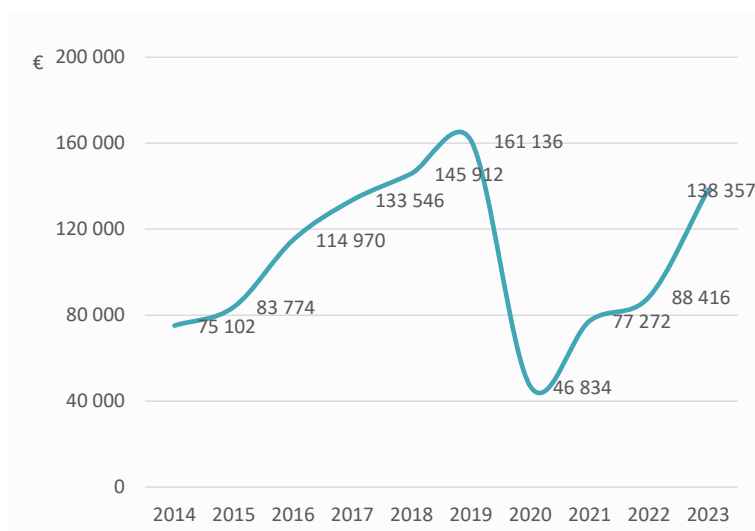


Figura 186. Evolução do número de visitantes a museus, no concelho de Aveiro, entre 2014 e 2023.

Fonte: INE.

Em 2023, Aveiro apresenta a maior despesa por habitante face às outras unidades territoriais (69,3€). As despesas em desporto foram sobretudo dirigidas para a construção e manutenção de equipamentos desportivos (59,3%), o que corresponde a cerca 3.328.289 euros, e 28,9% para o apoio às associações desportivas presentes no território, correspondendo a cerca de 1.619.895 euros (Quadro 81).

Quadro 81. Caracterização das despesas municipais em desporto, em 2024.

Unidade territorial	Total de despesas com desporto	Despesa total por tipologia				Despesa total por habitante
		Atividades desportivas	Associações desportivas	Construção e manutenção de infraestruturas desportivas	Outras	
	€	%				€
Aveiro	5 611 630	7,7	28,9	59,3	4,1	69,3
Região de Aveiro	17 701 828	9,6	28,1	49,5	12,8	48,2
Centro	79 188 213	23,3	25,4	32,1	19,2	47,9
Continente	416 574 329	27,0	25,3	29,0	18,7	42,3

Fonte: INE.

11.2. Projetos de referência

CULTURA PERTO DE SI

O programa de participação "Cultura Perto de Si" é uma iniciativa que visa aproximar a comunidade local das diversas expressões artísticas e culturais da região. Através de uma programação descentralizada, que leva atividades a diferentes freguesias do concelho, o projeto promove o acesso à cultura, incentivando a participação de públicos de todas as idades. Espetáculos de música, teatro, dança, exposições e oficinas criativas são levados a espaços não convencionais, valorizando o património local e dinamizando a vida cultural fora do centro urbano. Esta iniciativa reforça o compromisso de Aveiro com a inclusão cultural e o desenvolvimento sustentável das artes no território. Em 2024, realizaram-se 50 ações, nas quais participaram 6.915 pessoas.

PRESCRIÇÕES CULTURAIS

O projeto "Prescrições Culturais", iniciado em Aveiro no âmbito da Capital Portuguesa da Cultura, é uma iniciativa inovadora que alia arte, saúde e inclusão social. Através de atividades culturais prescritas simbolicamente como parte de um “tratamento”, o projeto leva espetáculos, oficinas e outras ações artísticas, livros e leituras a diferentes públicos em contextos sensíveis, como idosos, Estabelecimento Prisional de Aveiro e Unidades de Saúde, nomeadamente a Unidade Local de Saúde de Aveiro. Com o envolvimento de estruturas locais e regionais, o projeto mostra como a cultura pode ter um papel terapêutico, estimulando o bem-estar individual. Esta abordagem pioneira reforça o compromisso de Aveiro com uma cultura acessível, próxima e transformadora. Em 2024, realizámos 39 ações com um total de 1.044 participantes.

AVEIRO EM FAMÍLIA

O programa "Aveiro em Família" é uma iniciativa da CMA que visa proporcionar momentos de lazer, aprendizagem e convivência para famílias com crianças, promovendo a participação ativa em atividades culturais e educativas. Ao longo do ano, o programa oferece uma variedade de eventos, como sessões de yoga e música, visitas encenadas a museus, atividades sensoriais ao ar livre e oficinas criativas, todas pensadas para estimular a imaginação, a curiosidade e o desenvolvimento das crianças. Além disso, o programa busca estreitar os laços familiares, incentivando a partilha de experiências enriquecedoras em espaços culturais e naturais da cidade. Com entrada gratuita ou a preços acessíveis, as atividades são realizadas em locais como o ATLAS Aveiro, os Museus de Aveiro, o Centro Municipal de Interpretação Ambiental e espaços naturais do concelho, o Teatro Aveirense, entre outros. Todos os fins de semana, há programação disponível. Em 2024, realizámos 51 sessões, onde participaram 1.518 pessoas.

PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES

O Programa Municipal de Apoio às Associações (PMAA) do concelho de Aveiro é uma iniciativa da CMA que visa apoiar financeiramente e logisticamente as associações locais, com especial destaque para as áreas desportiva, cultural, social e recreativa.

Para a época desportiva 2024/2025, a CMA atribuiu apoios financeiros a 40 Associações Desportivas, no valor global 1.238.515€, sendo que destes, 37 atribuições respeitam a Apoio à Atividade Regular, 23 a Apoio ao Investimento e duas de Apoio a Atividades Pontuais



**GRUPOS
ESPECIALMENTE
VULNERÁVEIS**

12.1. Crianças e jovens em situação de perigo

428

Crianças e jovens
acompanhados pela
CPCJ

46

Acompanhados pelo
CAFAP

59

Acompanhados pelo
RAP

3

Integrados em CA



(2024)

O universo das crianças e jovens em situação de perigo será analisado com base nos dados da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), da Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica (RAP) e da Casa de Acolhimento (CA) para Resposta a Situações de Emergência.

No que diz respeito à sua abrangência, destaca-se que tanto a CPCJ, como o CAFAP atuam a nível municipal, enquanto a RAP exerce influência intermunicipal, e a CA possui uma abrangência de carácter regional.

Deste modo, e considerando apenas as crianças e jovens em situação de perigo residentes em Aveiro, há a considerar 428 casos acompanhados pela CPCJ, 46 pelo CAFAP, 51 pela RAP e 3 pela CA para resposta a situações de emergência.

Ainda no que concerne a intervenções especializadas, designadamente as destinadas à prevenção de consumos de substâncias lícitas e ilícitas junto da população mais jovem, salienta-se o trabalho desenvolvido pelo Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) de Aveiro, pela Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT), pelo Projeto Alternativas e pelo CLDS 5G Aveiro+.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

Criadas com a missão de promover os direitos e assegurar a proteção de crianças e jovens em situação de perigo, as CPCJ's desempenham atualmente um papel essencial na intervenção comunitária, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento pleno dos menores no contexto da Infância e Juventude.

A CPCJ é composta por 14 comissários que compõem a modalidade alargada e 7 que compõem a modalidade restrita.

Em 2024, a CPCJ registou um aumento da sua atividade processual em comparação com 2023. O número total de entradas subiu de 600 para 716. Observou-se um aumento nos processos abertos (de 348 para 420) e nos processos reabertos (de 94 para 108), o que pode indicar uma maior incidência de novas situações de risco ou a necessidade de reavaliação de casos anteriormente encerrados (Quadro 82).

A maioria das sinalizações à CPCJ teve origem nas forças de segurança, que representaram 46,6% do total, com 225 casos, evidenciando o papel central destas entidades na deteção

de situações de risco. Seguem-se os estabelecimentos de ensino com 101 sinalizações (20,9%) e os estabelecimentos de saúde com 22 casos (4,6%), o que reflete a importância das instituições públicas com contacto direto com crianças no processo de proteção (Quadro 83).

Quadro 82. Caracterização da atividade processual da CPCJ, em 2023 e 2024.

Situação	2023	2024
	(n.º)	
Transitados do ano anterior	153	165
Processos Abertos	348	420
Transferidos por alt. C territorial	5	8
Por transferência (AP)	–	15
Reabertos	94	108
Total entradas	600	716

Fonte: CPCJ, Relatório anual (2024).

Quadro 83. Entidade sinalizadora, em 2024

Entidade sinalizadora	(n.º)	(%)
Autarquia	13	2,7
Forças de Segurança	225	46,6
CPCJ	15	3,1
Estabelecimentos de ensino	101	20,9
Estabelecimento de saúde	22	4,6
Famíliares	4	0,8
IPSS's	12	2,5
Ministério Público	17	3,5
Anónimas	39	8,1
Mãe	9	1,9
Pai	5	1,0
Próprio	2	0,4
Tribunal	9	1,9
Vizinhos e particulares	4	0,8
Serviços Atendimento Segurança Social	2	0,4
Comissão Local Acompanhamento do RSI	3	0,6
NACJR	1	0,2
Total	483	100

Fonte: CPCJ, Relatório anual (2024).

As sinalizações de crianças e jovens ocorreram maioritariamente entre os 6 e os 17 anos. Os grupos etários mais sinalizados foram os dos 15-17 anos (99 casos), 11-14 anos (98 casos) e 6-10 anos (94 casos), indicando que a maioria das situações de risco ou perigo tende a surgir (ou a ser detetada) em idades escolares, especialmente no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário (Figura 187).

68%

entre os 6 e 17 anos,
representam a maioria
dos casos
acompanhados pela
CPCJ



(2024)

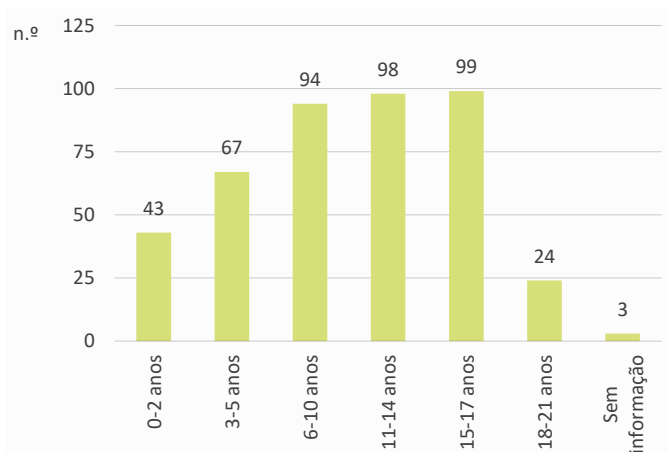


Figura 187. Crianças e jovens sinalizados, por grupo etário, em 2024.

Fonte: CPCJ, Relatório anual (2024).

As freguesias com maior número de sinalizações foram a UF de Glória e Vera-Cruz (100 processos), Esgueira (87) e Aradas (46), refletindo a maior densidade populacional, mas também a maior articulação com os serviços locais de apoio social (Quadro 84).

Quadro 84. Distribuição das sinalizações na CPCJ, por freguesia, em 2024.

Freguesias	Processos
	(n.º)
Aradas	46
Cacia	26
Eixo e Eirol	31
Esgueira	87
Oliveirinha	30
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	17
Santa Joana	47
São Bernardo	15
São Jacinto	3
UF de Glória e Vera Cruz	100
Total	402

Fonte: CPCJ, Relatório anual (2024).

No que diz respeito à tipologia das problemáticas sinalizadas¹⁴ à CPCJ (Quadro 85), as situações mais frequentes foram a exposição a comportamentos que comprometam o bem-estar e desenvolvimento da criança (26,2%) e a violência doméstica (26,0%). Também se destacam as sinalizações por comportamentos de risco assumidos pela criança/jovem sem oposição parental (19,3%) e o absentismo escolar (13,3%).

¹⁴ A mesma criança ou jovem pode ser sinalizado mais do que uma vez e por mais do que uma entidade.

Outras situações com peso relevante são a negligência (12,1%) e a negligência grave (3,3%), além dos maus-tratos físicos e psicológicos (3,3%). Apesar de em menor número, também surgem casos de abuso sexual (1,9%), bullying (1,7%) e abandono escolar (1,4%).

Quadro 85. Tipologia das problemáticas sinalizadas, em 2024.

Situações de perigo sinalizadas	(n.º)	(%)
ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança)	110	26,2
ECPCBEDC : Violência Doméstica	109	26,0
CJACABED (A Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada)	81	19,3
Absentismo escolar	56	13,3
NEG (Negligência)	51	12,1
NEG (Negligência Grave)	14	3,3
MT (Mau-Trato Físico)	14	3,3
MTPIA (Mau-Trato Psicológico ou Indiferença Afetiva)	12	2,9
Abuso Sexual	8	1,9
CJACABED: Bullying	7	1,7
Abandono escolar	6	1,4
CAESP (A criança está abandonada ou entregue a si própria)	4	1,0
SPDE (Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação)	3	0,7
Abuso Sexual: aliciamento sexual	1	0,2
Total	420	100

Fonte: CPCJ, Relatório anual (2024).

CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

O CAFAP é uma resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

No concelho, o CAFAP é uma resposta promovida pela IPSS Casa da Vera Cruz, dispondo de capacidade para acompanhar 33 agregados familiares. Em 2024, registou uma frequência de 27 agregados, o que corresponde a uma taxa de utilização de 81,2%.

Os principais objetivos do CAFAP de Aveiro são os seguintes:

- Desenvolvimento das competências parentais, pessoais e sociais;
- Reforço das dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas visando a capacitação das famílias;
- Potencialização da melhoria das interações familiares, contribuindo para o equilíbrio afetivo, emocional e relacional das famílias; atenuar a influência dos fatores de risco, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;

- Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual e reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade e identificando recursos e formas de acesso, contribuindo assim para o enquadramento sócio – institucional dos agregados familiares.

Em Aveiro, o CAFAP funciona em duas modalidades:

- Preservação Familiar: intervenção com famílias com crianças e jovens em risco no sentido de prevenir a retirada dessas crianças ou jovens do seu meio natural de vida, da sua família.
- Reunificação Familiar: intervenção com famílias no sentido do regresso da criança/jovem ao seu meio familiar, designadamente nos casos em que estejam em acolhimento institucional ou família de acolhimento.

Analisando as crianças, verifica-se que as 46 crianças são maioritariamente do sexo masculino (29 para 17) e que mais de metade apresentam idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos (11 crianças no grupo etário dos 12-14 anos, 8 crianças no grupo etário dos 10-11 anos e 6 crianças no grupo etário dos 15-17 anos). Merece, também, referência o grupo etário dos 3-5 anos, com 11 crianças, indicando que a exposição a situações de vulnerabilidade pode ocorrer desde idades muito precoces (Figura 188).

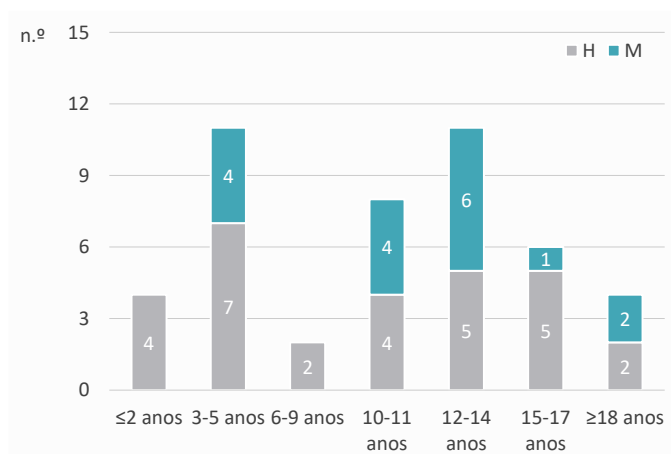


Figura 188. Crianças e jovens, segundo o sexo e a idade, na resposta social de CAFAP, em 2024.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

RESPOSTA DE APOIO PSICOLÓGICO A CRIANÇAS E JOVENS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A RAP é uma resposta financiada pelo POISE, em colaboração com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), e está integrado no Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD), promovido pela Cáritas Diocesana de Aveiro.

O principal objetivo da RAP consiste no apoio psicológico e psicoterapêutico integrado, com recurso a abordagens especializadas na intervenção com crianças e jovens vítimas de violência doméstica acompanhadas pelas estruturas da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD). A sua área de intervenção abrange os concelhos da CIRA.

Observa-se uma maior incidência de acompanhamentos nos escalões etários dos 12-14 anos (35 casos), 6-9 anos (30 casos), e 15-17 anos (28 casos), sendo estes os grupos mais representativos. Em todas estas faixas etárias, destaca-se uma prevalência significativa do sexo feminino, sugerindo uma maior expressão ou identificação das necessidades de apoio psicológico entre as raparigas, ou eventualmente uma maior sinalização. As faixas etárias até aos 5 anos e os maiores de 18 anos apresentam números residuais (Figura 189).

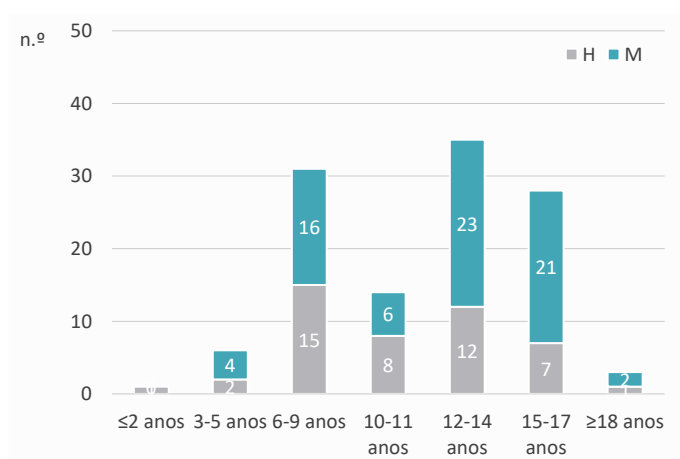


Figura 189. Crianças e jovens, segundo o sexo e a idade, na RAP, em 2024.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Devido à abrangência intermunicipal desta resposta, um número significativo de crianças e jovens acompanhados (59) é proveniente de outros concelhos (Figura 190). Entre os residentes no concelho (59), destacam-se a freguesia de Esgueira e a UF de Glória e Vera Cruz, ambas com 14 acompanhamentos.

No que se refere aos tipos de violência, os mais reportados são a violência emocional (113) e a exposição à violência interparental/violência doméstica (105), demonstrando a elevada prevalência de contextos familiares disfuncionais e emocionalmente prejudiciais (Figura 191). A violência física surge em terceiro lugar, com 51 casos, seguindo-se a violência sexual (13), negligência e violência social (3), perseguição e violência financeira (1 caso cada).

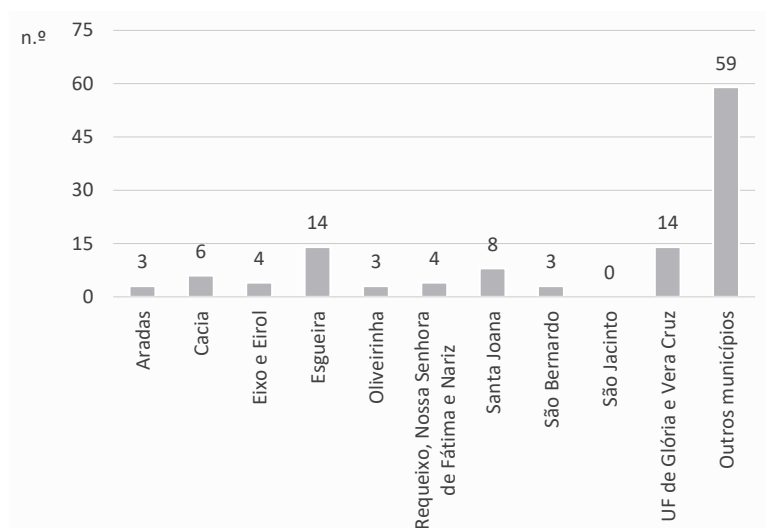


Figura 190. Crianças e jovens acompanhados na RAP, segundo a residência, em 2024.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

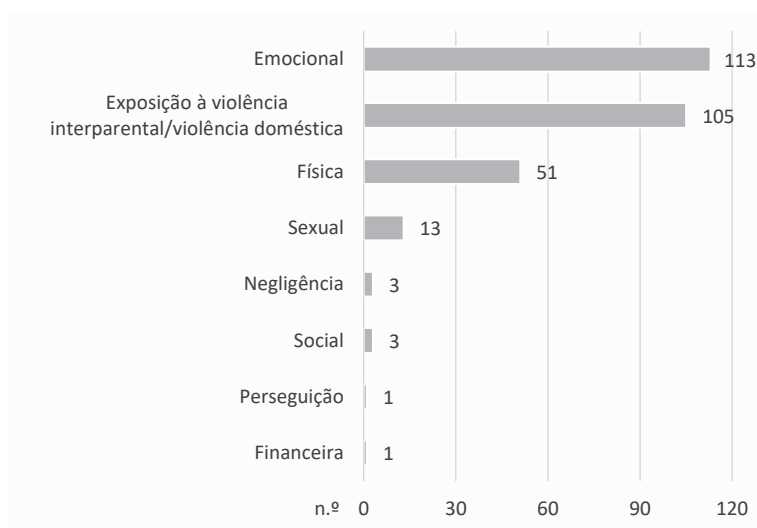


Figura 191. Tipo de violência exercida nas crianças e jovens acompanhados na RAP, em 2024.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

CASA DE ACOLHIMENTO PARA RESPOSTA A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

A CA para resposta a situações de emergência é uma resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente determinado pela necessidade de proteção imediata em situação de perigo atual ou eminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou do jovem, que exija procedimentos adequados, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

No concelho esta resposta está presente no Centro de Acolhimento Infantil, equipamento da Cáritas Diocesana de Aveiro.

A Casa de Acolhimento destina-se ao acolhimento transitório de crianças em situação de perigo, às quais foi aplicada medida de Promoção e Proteção de Acolhimento Residencial, proporcionando-lhes um ambiente, tanto quanto possível, idêntico ao meio familiar. O acolhimento em instituição constitui uma das medidas de promoção e proteção e de salvaguarda dos direitos fundamentais das crianças, que no seu meio natural de vida estão expostas a condições adversas para o seu desenvolvimento. A atual legislação prevê que o acolhimento em CA seja uma medida provisória e temporária, cuja duração não deverá exceder os 6 meses. Para além do acolhimento transitório, procura garantir os seguintes serviços:

- prestação de cuidados adequados às necessidades das crianças, garantindo a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral;
- promoção do desenvolvimento físico, intelectual, bem como a aquisição de normas e valores;
- formação escolar, nomeadamente através da frequência de estabelecimento de ensino ou de equipamento de infância;
- acompanhamento individualizado das crianças, por parte da equipa técnica;
- apoio e avaliação psicológica das crianças acolhidas;
- cuidados de saúde, particularmente nos aspetos preventivos e de despiste de situações anómalas, com recurso aos serviços de saúde locais;
- apoio socioeducativo adequado à idade e características pessoais de cada criança;
- atividades socioculturais, para ocupação dos tempos livres, de acordo com os interesses e potencialidades das crianças;
- definição de um projeto de vida, para cada criança, em articulação com outros serviços;
- intervenção junto da família, em articulação com as entidades e as instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos da criança;
- saídas com famílias de fim-de-semana.

Com uma capacidade para 18 utentes e uma frequência de 16 utentes, a taxa de utilização desta resposta social é de 88,9%. Destes 16 utentes, apenas 3 residem no concelho de Aveiro.

PROJETO ALTERNATIVAS

O Projeto Alternativas é promovido pela Casa Vera Cruz e cofinanciado pelo ICAD, sendo o seu âmbito a prevenção dos CAD com intervenção em contexto comunitário.

O projeto Alternativas visa a educação e a promoção da saúde junto de crianças e jovens, envolvendo as suas famílias, bem como outros agentes educativos (docentes e assistentes operacionais) que assumem um importante papel no processo de educação e

desenvolvimento dos menores. Tem como objetivo diminuir os fatores de risco e reforçar os fatores de proteção face aos CAD junto das crianças, adolescentes e jovens com maior vulnerabilidade, contribuindo para a adoção de comportamentos saudáveis, através de intervenções preventivas dirigidas a indivíduos em situação de risco. Concretiza-se mediante cinco ações:

Ação 1. Ateliers de Treino de Competências

Dinamização de sessões com o objetivo de promover a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e emocionais junto de crianças, adolescentes e jovens, com particular vulnerabilidade e fatores de risco pessoais, familiares e sociais, contribuindo para a adoção de comportamentos saudáveis. De salientar que a intervenção é delineada de acordo com a identificação e análise dos fatores e condições de risco nos grupos-alvo de intervenção, visando a adoção de comportamentos ajustados e pró-sociais. O público desta ação é proveniente dos estabelecimentos de ensino do concelho.

No ano de 2024, o público desta ação foi proveniente dos estabelecimentos de ensino do concelho, nomeadamente do AE de Esgueira, Escola Profissional de Aveiro, AE José Estêvão, AE de Oliveirinha, AE Dr. Mário Sacramento, AE de Aveiro e Pré-escolar e CATL da Casa Vera Cruz, abrangendo diferentes níveis de ensino. A ação 1 envolveu, no referido ano, um total de 832 crianças/jovens com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos.

Ação 2. Espaço de Acompanhamento Psicossocial

Acompanhamento psicossocial dirigido a crianças, adolescentes e jovens, com fatores de risco identificados, bem como o acompanhamento psicossocial dos seus pais e/ou familiares, proporcionando uma resposta ajustada às necessidades. Este serviço tem como objetivo a intervenção junto de crianças e adolescentes com risco acrescido de adoção de CAD e suas famílias. Em 2024, esta ação abrangeu 10 famílias e 7 crianças/jovens.

Ação 3. Laboratório de Conhecimentos

Desenvolvimento de um conjunto de atividades (workshops, ações de informação e debates) dirigidas a elementos significativos da comunidade sobre a temática dos CAD com o objetivo de envolver a comunidade em ações preventivas, aumentando a sua literacia em saúde.

No ano de 2024, a terceira ação ocorreu nos estabelecimentos de ensino do concelho (ex. AE de Esgueira, AE de Oliveirinha), na CA da Casa Vera Cruz e no Estabelecimento Prisional de Aveiro, totalizando uma intervenção com 84 elementos.

Ação 4. Laboratório de Materiais

Elaboração e divulgação de conteúdos e materiais multimédia informativos relacionados com a prevenção dos CAD, dirigidos a crianças, adolescentes e jovens, mas também a famílias e outros elementos de comunidade).

Ação 5. Grupo de Jovens Promotores da Saúde

Constituição, formação e acompanhamento de um grupo de jovens que possam assumir-se enquanto agentes ativos na educação entre pares, ao nível da prevenção de CAD na adolescência e juventude. A referida ação, foi implementada no ano de 2024 na Escola Básica 2,3 Ciclos Castro Matoso.

CLDS 5G AVEIRO+

O CLDS 5G Aveiro+ é a 5.ª geração do programa no concelho de Aveiro, com vigência de 2025 a 2028. Este projeto visa promover a inclusão social e combater a pobreza, através de ações direcionadas a grupos vulneráveis, como crianças e jovens, idosos, pessoas com deficiência, migrantes, minorias étnicas e indivíduos em situação de sem-abrigo.

Neste âmbito, e de acordo com o plano de ação, destacam-se as ações específicas dirigidas a crianças e jovens em situação de perigo:

INCLUIR+ - Dinamização de ações que promovam a integração dos agregados familiares mais vulneráveis na comunidade, nomeadamente através da sua participação em atividades culturais, recreativas, desportivas e de educação para uma igualdade e cidadania plenas (set25-set28).

OCUPA_T+ - Dinamização de atividades de animação sociocultural tendo em vista a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens, em férias escolares (jul25-jul28).

12.2. Idosos em situação de vulnerabilidade social

26

Idosos em
acompanhamento pela
GNR
(2025)

25

Idosos em
acompanhamento pela
PSP
(2024)



Tal como foi referido, em 2021, o concelho apresentava um índice de envelhecimento de 162,2%. Ainda que seja um valor inferior à média regional e nacional, existiam 162 idosos para cada 100 jovens, um valor superior aos 116 idosos registados em 2011.

No concelho, 10,6% dos agregados familiares eram compostos por pessoas idosas com 65 ou mais anos a viverem sozinhas, totalizando 3.480 idosos nesta situação. Estes dados evidenciam o nível de isolamento vivido por muitos idosos no concelho, com especial incidência na freguesia de São Jacinto, onde a proporção atinge os 17,1%, e na UF de Glória e Vera Cruz, com 12,8%.

Para a identificação dos idosos em situação de vulnerabilidade são utilizados os dados da Guarda Nacional Republicana (GNR) - idosos sozinhos e/ou idosos isolados -, bem como os dados da Polícia de Segurança Pública (PSP) - Programa Apoio 65 - Idosos em Segurança.

CENSOS SÉNIOR

A GNR realiza, desde 2011, a Operação “Censos Sénior”, com o objetivo de identificar e registar pessoas idosas que residem sozinhas ou em locais isolados, procedendo simultaneamente a uma avaliação do seu grau de vulnerabilidade.

Sempre que se verifica uma situação de especial risco, a GNR sinaliza o caso às entidades competentes e, sempre que possível, mantém um acompanhamento regular, através de visitas domiciliárias ao longo do ano, reforçando a vigilância e o apoio à população sénior. As situações acompanhadas dizem respeito, sobretudo, a pessoas idosas em isolamento geográfico, localizadas em freguesias mais rurais e afastadas do centro da cidade, sendo que os casos de maior vulnerabilidade são encaminhados prioritariamente para entidades de apoio social.

No concelho de Aveiro, em março de 2025, encontravam-se em acompanhamento 26 idosos a viver sozinhos. A maioria dos idosos acompanhados pertence às faixas etárias entre os 80 e os 84 anos e com 85 ou mais anos, destacando-se uma maior prevalência de mulheres. Em termos de estado civil, verifica-se que a viuvez está fortemente associada ao isolamento, sendo as mulheres viúvas o grupo mais numeroso acompanhado pela GNR. Já no que se refere à escolaridade, a maioria dos idosos possui apenas o 1.º CEB (16), existindo ainda um número expressivo de pessoas analfabetas (10), em particular mulheres, o que pode contribuir para o aumento da sua vulnerabilidade social. Por fim, a análise por freguesia mostra que a maior concentração de idosos sozinhos acompanhados pela GNR

ocorre em Oliveirinha, seguida de Cacia e de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, evidenciando uma maior incidência de isolamento nas zonas mais rurais e periféricas do concelho (Figuras 192 a 195).

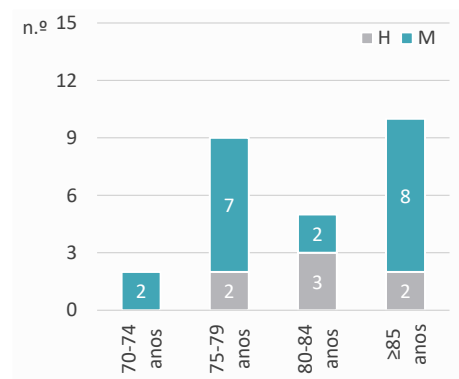


Figura 192. Idosos sozinhos acompanhados pela GNR, segundo o sexo e grupo etário, em 2025.

Fonte: GNR Aveiro.

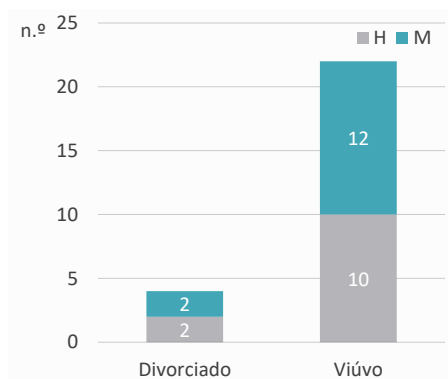


Figura 193. Idosos sozinhos acompanhados pela GNR, segundo o sexo e estado civil, em 2025.

Fonte: GNR Aveiro.

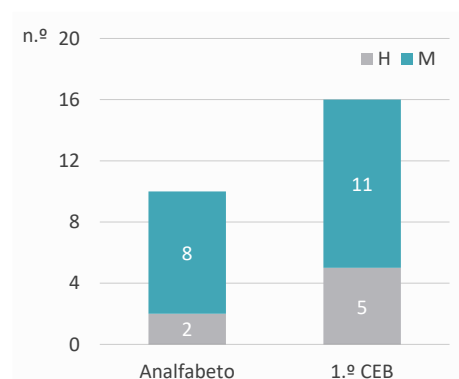


Figura 194. Idosos sozinhos acompanhados pela GNR, segundo o sexo e escolaridade, em 2025.

Fonte: GNR Aveiro

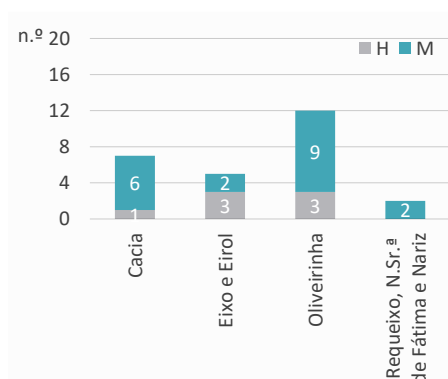


Figura 195. Idosos sozinhos acompanhados pela GNR, segundo o sexo e freguesia, em 2025.

Fonte: GNR Aveiro

Relativamente aos idosos isolados acompanhados pela GNR, foram identificados 4 idosos nesta situação, a maioria na faixa etária dos 80-84 anos. No que respeita ao estado civil, destaca-se a condição de viúvo, com 2 homens e 2 mulheres. Ao nível da escolaridade, verifica-se um baixo nível de instrução, com 1 mulher analfabeta e 3 homens com o 1.º CEB.

Em termos da distribuição geográfica, há a registar 3 homens na freguesia de Eixo e Eirol e 2 mulheres na freguesia de Oliveirinha.

PROGRAMA APOIO 65 - IDOSOS EM SEGURANÇA

As freguesias, designadas mais urbanas, como Aradas, Esgueira, Glória e Vera Cruz, Santa Joana e São Bernardo são acompanhadas pela PSP através do seu Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), neste caso pelo Programa “Apoio 65 - Idosos em Segurança”. Este programa visa garantir as condições de segurança, tranquilidade e prevenção de situações de risco associados às pessoas idosas, dada a vulnerabilidade que torna esta população mais propensa a ser vítima de crimes contra a integridade física, contra a liberdade pessoal e contra o património. No âmbito deste programa, a PSP acompanha 25 idosos, sendo que a maioria corresponde ao sexo feminino (19 vs 7). Observa-se que o grupo etário com maior número de acompanhamentos situa-se entre os 65 e os 69 anos, com um total de 11 pessoas (Figura 196).

Relativamente aos motivos pelos quais os idosos são acompanhados (Figura 197), destacam-se as situações de violência/crime (14), isolamento geográfico e/ou social (6), autonomia reduzida (4) e outro (1).

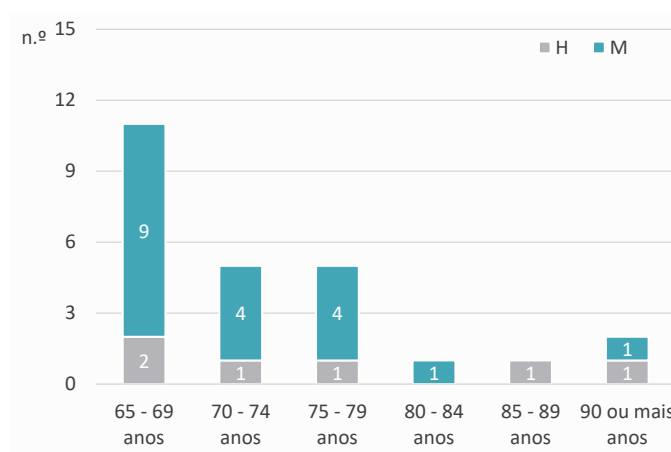


Figura 196. Idosos acompanhados pela PSP, segundo o sexo e grupo etário, em 2024.

Fonte: GNR Aveiro.

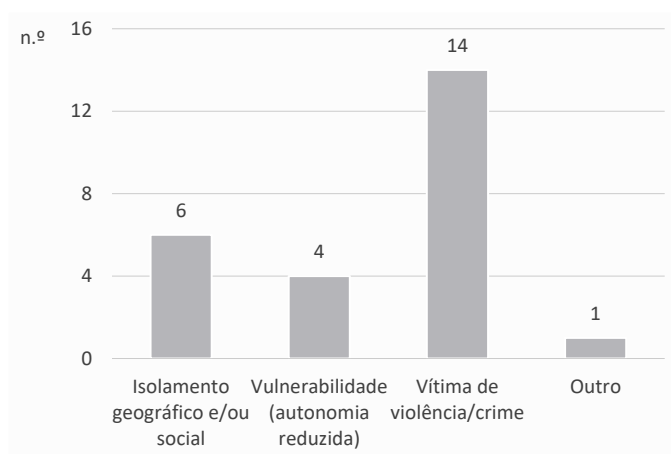


Figura 197. Idosos acompanhados pela PSP, segundo o motivo de sinalização, em 2024.

Fonte: GNR Aveiro.

De modo complementar, outras entidades públicas e da economia social desenvolvem respostas, serviços e projetos de apoio à população idosa do concelho.

REDE AVEIRO SÉNIOR

A Rede Aveiro Sénior (RAS) é um grupo informal de instituições com intervenção na área dos idosos, criado em março de 2018. Esta rede tem como principal objetivo promover a socialização da população sénior, através da dinamização de atividades de animação, culturais e intergeracionais. Para além disso, a RAS fomenta o intercâmbio institucional e a partilha de saberes entre os seus membros, procurando sempre garantir que as iniciativas desenvolvidas são diversificadas e adequadas aos níveis de dependência ou patologias dos participantes.

CLDS 5G AVEIRO+

No âmbito do CLDS 5G Aveiro+, e de acordo com o plano de ação, destacam-se as ações específicas dirigidas a idosos:

INCLUIR+ - Dinamização de ações que promovam a integração dos agregados familiares mais vulneráveis na comunidade, nomeadamente através da sua participação em atividades culturais, recreativas, desportivas e de educação para uma igualdade e cidadania plenas (set25-set28).

Rede INCLUIR+ - Em 4 anos, serão dinamizados 4 eventos de animação sociocomunitária, com a duração de dois dias/cada e 12H00/cada, com 40 participantes/cada, totalizando 8 dias, 96 horas e totalizando 160 participantes, designadamente, migrantes, idosos, crianças e jovens e outros (mai25-set28).

MEDIAR+ - Os principais objetivos são: mobilizar pessoas com mais de 55 anos para reforço da intervenção sociocomunitária; valorizar os conhecimentos e competências das pessoas que, apesar de em idade ativa, se encontra excluídas do mercado de trabalho. Em 4 anos, serão dinamizadas 4 sessões, de 3H/cada, para captação de pessoas com mais de 55 anos, desempregados; reformados ativos ou outros indivíduos em regime de voluntariado, num trabalho de continuidade, por forma a serem identificados, pelo menos 20 potenciais mediadores comunitários (fev25-out28).

ACADEMIA DE SABERES DE AVEIRO

Foi constituída em 2/11/2004, tendo como objetivos "promover, assegurar e manter uma integração harmoniosa dos cidadãos aposentados e pré-aposentados na sociedade" e

"fomentando o espírito de cooperação, apoio mútuo e solidariedade entre os mais velhos, e canalizando os seus saberes em prol da comunidade".

A participação nas atividades de natureza artística, intelectual e de bem-estar físico é exclusiva dos sócios e orientada por especialistas nas respetivas áreas, sendo, nas outras, aberta à comunidade em geral. São exemplo destas últimas as conferências, palestras, visitas de estudo, passeios, cinema, a animação em lares e centros de dia. Atualmente conta com 400 sócios ativos.

UNIVERSIDADE SÉNIOR DE CACIA

A Universidade Sénior de Cacia é um centro de partilha de saberes e de lazer, dirigido essencialmente à população com mais de 50 anos. Atualmente, conta com cerca de sessenta alunos e oferece um leque diversificado de aproximadamente dezassete disciplinas. Entre as áreas lecionadas encontram-se História, Comunicação, Informática, Português, Inglês, Francês, Matemática, Saúde e Bem-Estar, bem como o Clube de Leitura, o Grupo Musical e oficinas de Teatro, Costura, Artesanato e Memória. No âmbito da atividade física, os alunos participam em exercícios de motricidade e caminhadas. A universidade assume também um papel ativo no desenvolvimento local, promovendo projetos relevantes como a criação do museu do "Ecos de Cacia" (o primeiro jornal do distrito de Aveiro), os percursos pedonais da região e o futuro museu da pasta de papel.

CASA MUNICIPAL DA CIDADANIA

A Casa Municipal da Cidadania pretende assumir-se como um espaço intergeracional de encontro e de partilha de conhecimentos, experiências e vivências, representando por isso, um espaço apto ao acolhimento e cocriação de ideias e projetos que promovam uma cidade e sociedade mais conectada e capacitada, procurando atrair pessoas e instituições para o mesmo palco para redefinir como viver e trabalhar numa cidade cada vez mais digital.

CENTRO COMUNITÁRIO "BAIRRO DE SANTIAGO"- ESPAÇO LÚDICO-OCUPACIONAL E DE RECREAÇÃO

O espaço lúdico-ocupacional e de recreação tem como público-alvo a população adulta e idosa e pretende, de uma forma geral, proporcionar a abordagem/exploração de áreas importantes para o envelhecimento ativo e saudável e que possam prevenir situações de grandes dependências físicas e psicológicas.

A intervenção é realizada através de vários tipos de atividades, como o atendimento/informação, o apoio psicoeducativo, o apoio ao cuidador, a animação sociocultural, a prática desportiva e a participação nas atividades da Rede Aveiro Sénior.

O principal foco no planeamento das atividades é conseguir, ao longo da semana, trabalhar, de forma equilibrada e de acordo com os gostos/necessidades, todas as áreas importantes para o bem-estar, como, por exemplo, a emocional, a artística, a física, a lúdica, a saúde, a cognitiva, entre outras.

ESPAÇO SÉNIOR

O Centro Social Paroquial S. Pedro de Nariz é a entidade promotora do Projeto “Espaço Sénior”, projeto financiado pelo BPI – Fundação “La Caixa” e que conta com a colaboração da Aproximar.

O projeto “Espaço Sénior”, tem como objetivo geral fomentar o envelhecimento ativo e saudável na comunidade a adultos mais velhos que residam na comunidade, mantendo ou aumentando a autonomia (funcionalidade e bem-estar) e mantendo ou reduzindo a solidão.

A linha de ação que desenvolve é a promoção de uma vida autónoma em casa e na comunidade, aplicando como metodologia de intervenção a criação de um espaço de socialização e promoção da autonomia, com um programa de atividades de estimulação psicomotora e de desenvolvimento pessoal, incluindo a extensão deste espaço a um trabalho individual nas casas de um grupo selecionado de beneficiários.

São objetivos específicos do projeto:

- Promover a autonomia funcional individual, como mecanismo de mobilização dos beneficiários para o envelhecimento ativo e saudável;
- Estimular a autonomia pessoal e as relações interpessoais, através de atividades de socialização, alargando conhecimentos e criando espaços de participação ativa em comunidade;
- Promover a continuidade do Espaço Sénior como espaço de autonomia e participação.

O projeto destina-se a adultos mais velhos (tipicamente, com mais de 65 anos de idade), que se encontrem em situação de isolamento social e/ou geográfico, intervindo em dois grandes grupos:

- Adultos com grande nível de dependência e alta fragilidade física;
- Adultos com preservação da autonomia.

As atividades incluídas no Espaço Sénior são:

- a) Formação profissional certificada sobre métodos e estratégias de remotivação e mobilização para a vida ativa e saudável;
- b) Intervenção multidisciplinar (física e psicológica) no domicílio dos beneficiários selecionados, através da dinamização de atividades de reabilitação psicomotora e sessões de psicologia;
- c) Intervenção psicológica pontual em grupo de adultos na comunidade;
- d) Formação certificada de Voluntários;
- e) Programa de Socialização e Desenvolvimento Pessoal.

O Espaço Sénior reforça a autonomia e atenua a fragilidade física e social dos adultos mais velhos, com psicomotricidade, psicologia e socialização, respondendo ao problema do isolamento geográfico.

O Espaço Sénior conta com cerca de 50 participantes e funciona de segunda a sexta-feira, entre as 14h30 e as 16h30. Às segundas-feiras realiza-se o atendimento ao domicílio; às terças-feiras, as atividades decorrem em Requeixo, com transporte garantido; e às quartas, quintas e sextas-feiras, em Nariz, sendo que o transporte é assegurado às quintas-feiras.

FREGUESIAS

A freguesia de **Requeixo, N. Sr.ª de Fátima e Nariz** disponibiliza 2 atividades destinadas à população sénior, designadamente hidroginástica e ginástica. Quanto à hidroginástica, esta atividade é praticada em parceria com o Sporting Clube de Aveiro (duas vezes por semana) e conta com 28 utentes. Quanto à ginástica, um grupo de 6 pessoas tem aulas duas vezes por semana no Centro Social de Requeixo, e 10 utentes frequentam a mesma modalidade em Nariz.

Na freguesia de **Aradas** estão atualmente em funcionamento dois projetos direcionados à população sénior: as aulas de fisioterapia sénior e a ginástica sénior. As aulas de fisioterapia decorrem às segundas e quartas-feiras, entre as 14h30 e as 16h00, contando com a participação de 52 idosos. Já as aulas de ginástica sénior realizam-se às terças e quintas-feiras, das 16h00 às 16h45, com um total de 32 idosos inscritos.

Na freguesia de **São Bernardo** encontram-se em funcionamento várias atividades destinadas à população sénior, contando com a participação ativa de diversos munícipes. A ginástica sénior envolve 28 participantes, enquanto a hidroginástica sénior conta com 29 munícipes inscritos. Já na Associação Aplausos Sem Reticências (Centro de Animação Comunitária), participam 26 seniores em atividades de teatro, dança e cantoria.

Na **UF de Glória e Vera Cruz**, encontram-se ativas diversas atividades dirigidas à população sénior, com uma adesão significativa. A hidroginástica destaca-se com 113 participantes. Já a ginástica sénior conta com 26 munícipes inscritos, enquanto a atividade de ginástica/fitness é frequentada por 18 seniores.

Na freguesia de **Eixo e Eirol**, decorrem várias iniciativas direcionadas à população sénior, com uma participação ativa da comunidade. No âmbito da ginástica sénior, cerca de 15 pessoas frequentam as sessões realizadas em Eixo e outras 15 em Eirol. A atividade de hidroginástica sénior conta com cerca de 20 participantes. Para além das atividades regulares, realizam-se ainda iniciativas esporádicas com grande adesão, como o Passeio Sénior (com cerca de 200 participantes), o Baile de Carnaval Sénior, o Teatro de Natal Sénior e a comemoração do Dia da Mulher com visita a instituições locais, cada uma com a participação de aproximadamente 70 pessoas.

Na freguesia de **Santa Joana**, decorrem várias atividades dirigidas à população sénior, com uma adesão significativa. A ginástica de manutenção conta com cerca de 40 participantes, enquanto a hidroginástica regista cerca de 50 praticantes.

Na freguesia de **Esgueira** está em curso o projeto **Academia Velhotes Ativos (AVA)**, uma iniciativa de cariz social que visa combater a solidão e promover um envelhecimento ativo e saudável. Mais do que uma oferta de atividades físicas, a AVA procura reforçar os laços sociais, estimular a mente e proporcionar um espaço onde os seniores se sintam valorizados e integrados na comunidade. Entre as atividades desenvolvidas destacam-se ginástica, fisioterapia, hidroginástica, dançaterapia, coro/música, basket suave, mindfulness e uma sala de convívio com acompanhamento psicopedagógico. Atualmente, o projeto conta com a participação regular de cerca de 60 utentes, refletindo o impacto positivo destas iniciativas no bem-estar físico e emocional da população sénior.

12.3. Pessoas com deficiência ou incapacidade

A deficiência ou incapacidade refere-se a limitações físicas, sensoriais, mentais ou intelectuais que, em interação com diversas barreiras, podem comprometer a plena participação do indivíduo na sociedade em condições de igualdade.

Não sendo possível quantificar o número de pessoas “com deficiência”¹⁵ através dos dados dos Censos de 2021, optou-se por analisar os dados sobre dificuldades das pessoas

¹⁵ Os dados relativos aos beneficiários de Prestações Sociais de Inclusão e beneficiários do subsídio por assistência à terceira pessoa encontram-se analisados no ponto 6.3. Proteção social. Por sua vez, as respostas sociais

41,7%

Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade (2021)

1.196

Beneficiários de PSI



(2025)

40

Beneficiários do subsídio por assistência à terceira pessoa



(2023)

residentes, por tipo e grau de dificuldade, entre os 5 e os 64 anos (Figura 198). Verifica-se que a principal dificuldade é andar ou subir degraus (936 pessoas entre os 5 e os 64 anos tem muita dificuldade ou não conseguem), seguindo-se as pessoas com dificuldade no campo da visão (898) e as pessoas com incapacidade ao nível da memória e concentração (781) (781)

As dificuldades acentuadas de compreensão e de audição atingem 414 pessoas. Por último, as pessoas que não conseguem realizar ações de cuidados pessoais como tomar banho e vestir-se sozinhas e as pessoas com dificuldades em compreender os outros ou fazer-se compreender atingem quantitativos semelhantes (330 e 324 pessoas, respetivamente).

A análise etária destas pessoas revela que, à medida que se avança na idade, aumentam as incapacidades (Figura 199). Na faixa etária mais jovem, em idade escolar, as principais incapacidades são: memória e concentração (110 crianças/jovens), seguida da visão (64) e de tomar banho e vestir-se sozinho (45).

No grupo etário seguinte, dos jovens adultos, as principais incapacidades são comuns à faixa anterior, passando, contudo, a visão à principal incapacidade deste grupo etário (116 pessoas). No grupo das pessoas entre os 35 e os 49 anos, para além dos problemas de visão (227 pessoas), aumentam as dificuldades relacionadas com a mobilidade (174 pessoas).

No caso das pessoas entre os 50 e os 64 anos, as dificuldades de mobilidade passam a ser mais frequentes (691), seguindo-se as dificuldades de visão (491) e de memória e concentração (354).

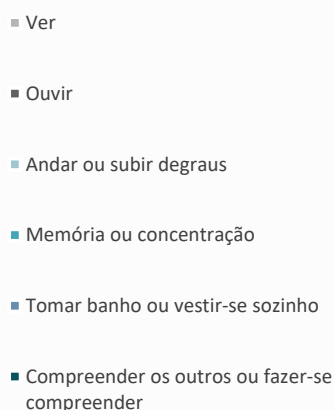


Figura 198. Indivíduos entre os 5 e os 64 anos que não conseguem ou tem muita dificuldade em realizar determinadas ações, no concelho de Aveiro, em 2021.

Fonte: INE.

tipificadas dirigidas a este grupo (1 IP, 1 CACI e 3 LR) estão analisadas no ponto 12. Rede de serviços e equipamentos sociais.

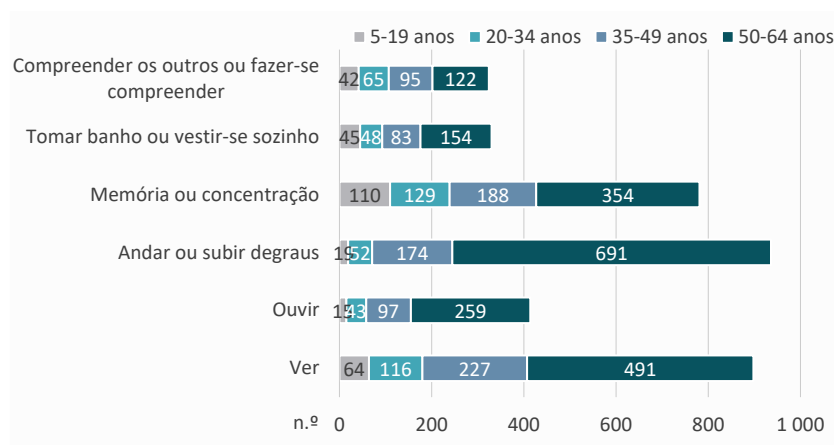


Figura 199. Indivíduos que não conseguem ou tem muita dificuldade em realizar determinadas ações, por grupo etário, em 2021.

Fonte: INE.

Numa análise à proporção de pessoas com pelo menos uma dificuldade face ao total da população. Em 2021, a proporção da população residente em Aveiro com pelo menos uma dificuldade situava-se ligeiramente abaixo da média da região Centro e próxima da média nacional. As mulheres apresentavam maiores dificuldades (45,5%) face aos homens (37,9%), refletindo uma tendência observada nas outras unidades territoriais (Figura 200).

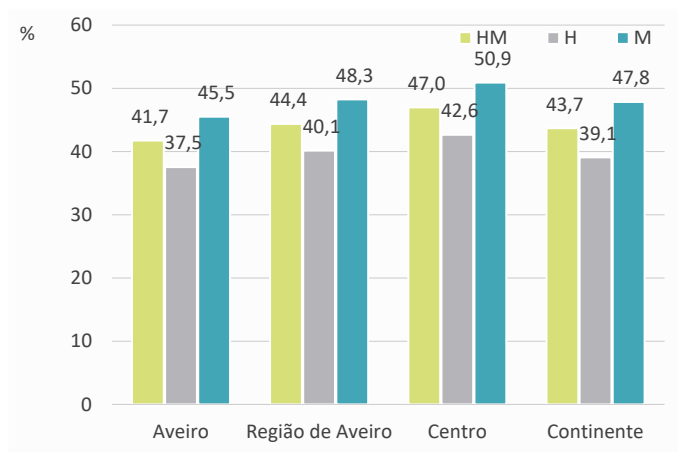


Figura 200. Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade, em 2021.

Fonte: INE.

A análise por freguesia destaca a freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz com o valor mais elevado (53,2% nas mulheres e 47,3% nos homens). Por outro lado, a UF de Glória e Vera Cruz apresentou os valores mais baixos (43,4% nas mulheres e 34,0% nos homens). Em todas as freguesias, as mulheres registaram sempre maiores dificuldades face aos homens, evidenciando desigualdades de género consistentes em todo o território (Figura 201).

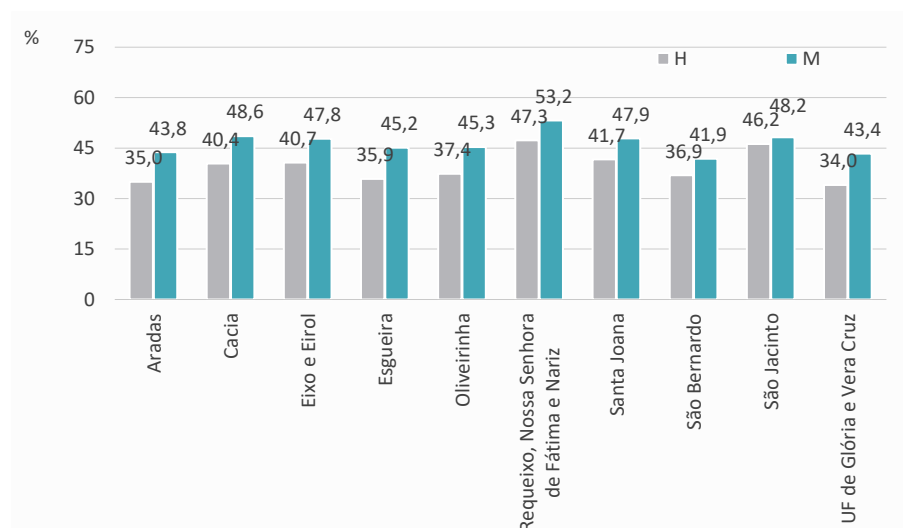


Figura 201. Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade, por freguesia, em 2021.

Fonte: INE.

CENTRO DE RECURSOS PARA A QUALIFICAÇÃO E EMPREGO

Integrado na Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro (CERCIIV), trata-se de um serviço credenciado pelo IEFEP, enquanto estrutura de suporte e apoio ao Centro de Emprego de Aveiro, com abrangência interventiva nas áreas de Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Vagos.

É uma resposta de intervenção especializada no domínio da reabilitação profissional que procura apoiar pessoas com deficiência ou incapacidade maiores de 18 anos, encaminhadas pelo centro de emprego, com vista a promover a sua integração profissional, através de ações de avaliação, orientação e apoio na inserção/reinserção no mercado de trabalho, indo ao encontro da autodeterminação da pessoa.

De acordo com a necessidade levantada em cada situação, podem ser solicitados os serviços de fisioterapia, terapia ocupacional, psiquiatria e medicina do trabalho.

No âmbito da sua atividade, desenvolve as seguintes ações:

- Informação, avaliação e orientação para a qualificação e emprego;
- Apoio à colocação, que consiste no apoio na procura de um posto de trabalho, articulando com o tecido empresarial e institucional, no sentido de prestar ajuda na elaboração de candidaturas e procedimentos inerentes ao processo de integração e no acolhimento;
- Acompanhamento pós-colocação, que consiste no apoio às pessoas colocadas e aos seus empregadores na resolução de situações/problemáticas que possam surgir, com vista à manutenção do posto de trabalho.

Dos 342 utentes acompanhados pelo CRQE em 2024, a maioria corresponde ao sexo masculino (208), superando o número de utentes do sexo feminino (134).

Numa análise geral por idades, os acompanhamentos concentram-se maioritariamente nas faixas etárias dos 20 aos 44 anos. Especificamente, os grupos 20-24 anos e 40-44 anos destacam-se como os mais acompanhados, rondando as 50 pessoas (Figura 202). A partir dos 45 anos, observa-se uma quebra acentuada no número de acompanhamentos, sugerindo a menor necessidade de integração no mercado de trabalho.

Relativamente ao tipo de problemática dos utentes, verifica-se que a grande maioria apresenta problemas de natureza mental, com um total de 281 casos (208 moderados e 73 graves). Em contraste, os problemas relacionados com as funções auditivas, da voz e da fala são muito menos frequentes (11 casos), e há apenas 1 caso associado à função motora (Figura 203).

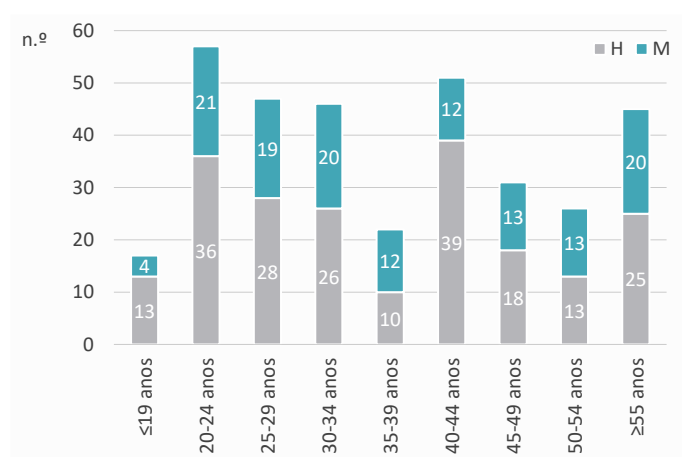


Figura 202. Acompanhamentos no CRQE, segundo o sexo e grupo etário, em 2024.

Fonte: CERCIAV.

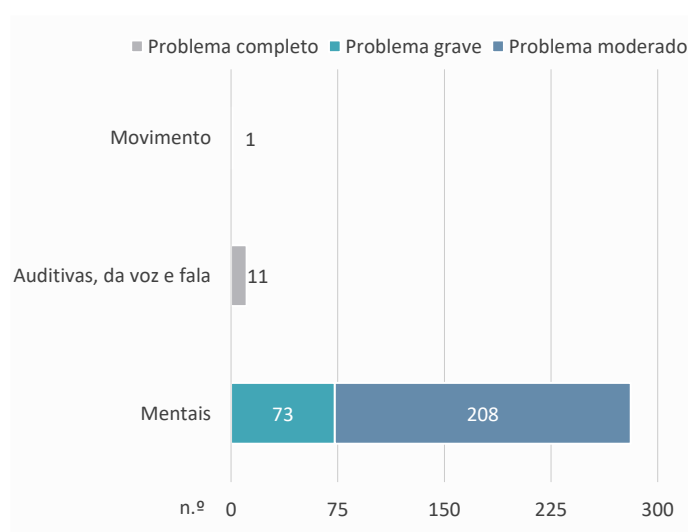


Figura 203. Acompanhamentos no CRQE, segundo o tipo de problema na função do corpo, em 2024.

Fonte: CERCIAV.

No que concerne ao tipo de diagnóstico (Figura 204), observa-se que a maioria dos utentes apresenta perturbações do desenvolvimento (104 casos), seguidos por doenças do foro mental ou psiquiátrico incapacitante (70 casos). Em menor número, surgem os diagnósticos de perturbações do espectro do autismo (5 casos) e trissomia 21 (4 casos).

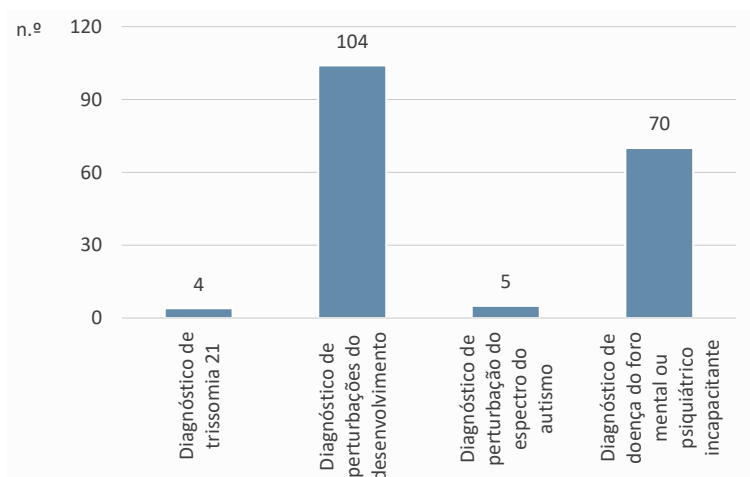


Figura 204. Acompanhamentos no CRQE, segundo o tipo de diagnóstico, em 2024.

Fonte: CERCIAV.

Devido à abrangência regional desta resposta, cerca de 52,9% (181 pessoas) são residentes no concelho, sendo que os restantes 47,1% são provenientes de outros concelhos (161 pessoas). Dos residentes no concelho, destaca-se a UF de Glória e Vera Cruz com 65 acompanhamentos. As restantes freguesias apresentam valores bastante inferiores, destacando-se Esgueira (23 casos) e Aradas (19). As restantes freguesias registam entre 2 a 17 acompanhamentos, evidenciando uma menor expressão (Figura 205).

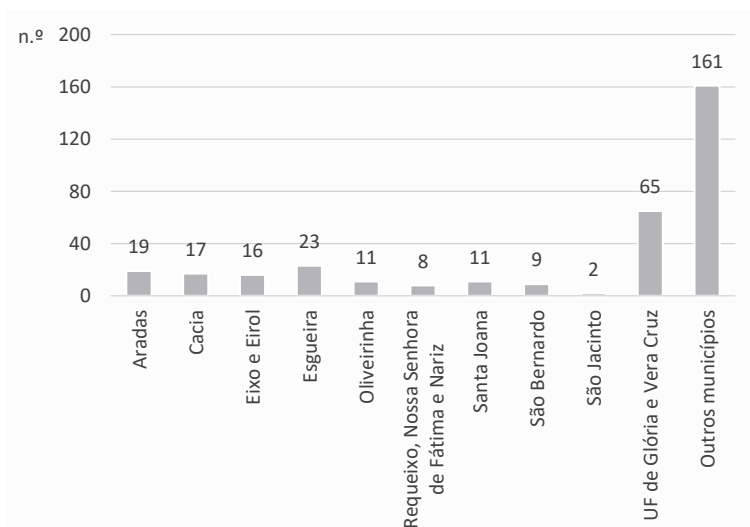


Figura 205. Acompanhamentos no CRQE, segundo a residência, em 2024.

Fonte: CERCIAV.

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CRP é outra das respostas sociais da CERCIAV, que promove a qualificação de pessoas com deficiências e incapacidades, com vista à sua integração socioprofissional.

No âmbito da sua ação enquanto entidade formadora, visa a qualificação de pessoas com deficiência ou incapacidade com 18 ou mais anos de idade e que se encontrem fora da escolaridade obrigatória ou em risco de exclusão social (menores de 18 anos são passíveis de integração em regime de exceção), procurando promover a sua integração no mercado normal de trabalho, assim como noutras formas já consignadas, ou a consignar, na legislação.

A sua atividade é certificada pela DGERT, desde 2017, nas áreas de metalurgia e metalomecânica, materiais (indústria da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros), produção agrícola e animal e hotelaria e restauração.

Neste contexto, a formação desenvolve-se com percursos individualizados, com base em referenciais não integrados no CNQ, sendo quatro os cursos ministrados, a saber, ajudante de carpinteiro de limpos, ajudante de serralheiro civil, ajudante de operador agrícola e de jardinagem e ajudante de empregado de andares.

O CRP garante espaços específicos, devidamente equipados, para a formação tecnológica e de base de cada um dos cursos, disponibilizando, ainda, refeitório e espaços de lazer, cobertos e ao ar livre.

A componente de formação prática em contexto de trabalho é desenvolvida em empresas e instituições de toda a região de Aveiro, mediante estabelecimento de protocolo.

Dos 68 inscritos no CRP em 2024, uma grande maioria é do sexo masculino (44 vs 24 do sexo feminino). A análise por idades confirma uma maior concentração de utentes no grupo etário 20-24 anos, com um total de 16 inscritos, o que os serviços do CRP são maioritariamente procurados por jovens adultos, com destaque para homens em início de percurso profissional ou formativo (Figura 206). É importante destacar também os grupos de idade entre os 40 e os 49 anos, que contaram com 18 inscrições, refletindo, sobretudo, situações de reconversão profissional ou atualização de conhecimentos, através das ações de formação contínua.

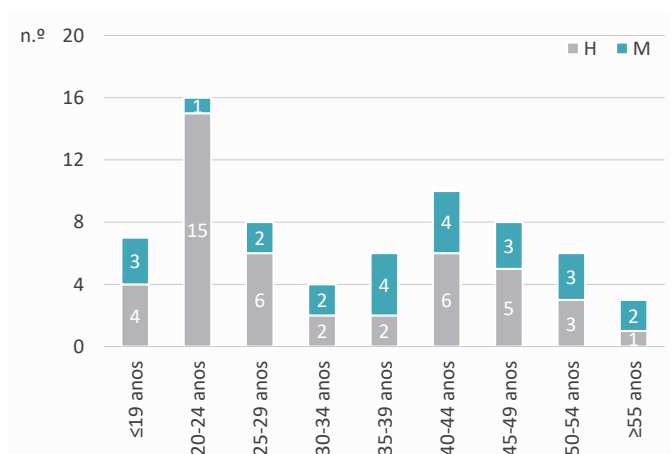


Figura 206. Inscritos no CRP, segundo o sexo e grupo etário, em 2024.

Fonte: CERCIAV.

A maioria dos inscritos no CRP apresenta problemas moderados nas funções do corpo, destacando-se os problemas mentais (68 casos) e dos órgãos internos (32 casos). As restantes categorias, como visão, audição, voz, fala e movimento, registam valores inferiores, com destaque para o movimento (4 casos). Problemas graves ou completos são pouco representativos, evidenciando uma predominância de limitações moderadas entre os inscritos (Figura 207).

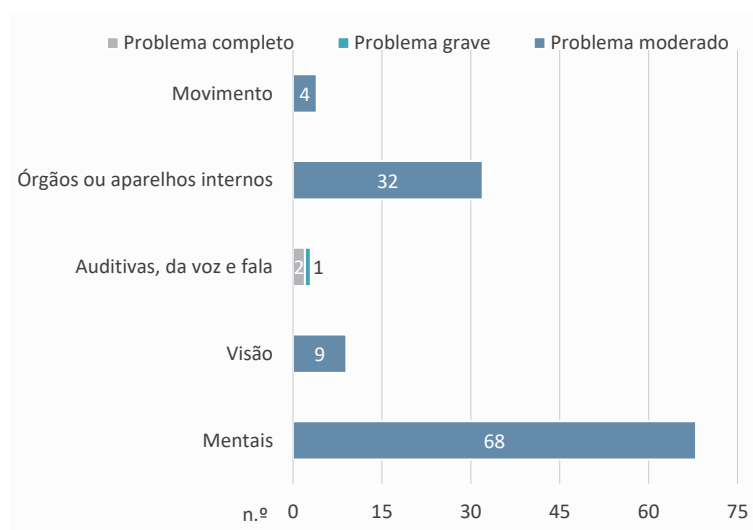


Figura 207. Inscritos no CRP, segundo o tipo de problema na função do corpo, em 2024.

Fonte: CERCIAV.

Atualmente, dos 68 utentes que frequentam esta resposta, 22 são residentes no concelho de Aveiro e 46 noutros concelhos da região de Aveiro, sendo que 39 são residentes no concelho de Ílhavo, território onde se encontra instalada a resposta. No que respeita à

distribuição por freguesia, destacam-se a UF de Glória e Vera Cruz, com 6 utentes, e a freguesia de Oliveirinha, com 5 (Figura 208).

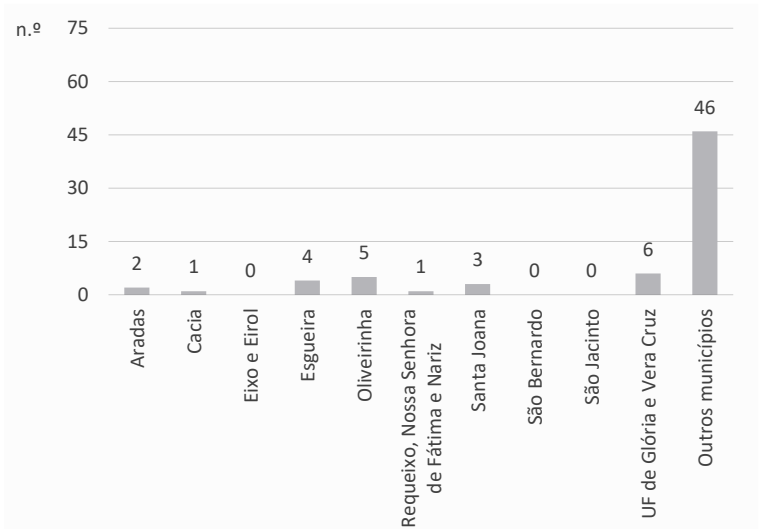


Figura 208. Inscritos no CRP, segundo a residência, em 2024.

Fonte: CERCIÁV.

Dos 68 utentes inscritos, 28 frequentam cursos de formação inicial e 40 frequentam cursos de formação contínua, o que poderá refletir a necessidade de atualização e reforço de competências por parte dos utentes já com experiência prévia (Quadro 86).

Os cursos com maior número de participantes são os de ajudante de empregado/a de andares – formação contínua e ajudante de operador/a agrícola e de jardinagem – formação contínua, ambos com 16 utentes cada. Seguem-se os cursos de formação inicial para ajudante de empregado/a de andares (14 utentes) e ajudante de carpinteiro/a de limpos – formação inicial (9 utentes). Os restantes cursos têm entre 5 a 8 participantes.

Quadro 86. Inscritos no CRP, segundo os cursos a frequentar, em 2024.

Curso	Utentes
	(n.º)
Ajudante de carpinteiro/a de limpos - formação inicial	9
Ajudante de empregado/a de andares - formação inicial	14
Ajudante de operador/a agrícola e de jardinagem - formação inicial	5
Ajudante de carpinteiro/a de limpos - formação contínua	8
Ajudante de empregado/a de andares - formação contínua	16
Ajudante de operador/a agrícola e de jardinagem - formação contínua	16
Total	68

Fonte: CERCIÁV.

CLDS 5G AVEIRO+

No âmbito do CLDS 5G Aveiro+, e de acordo com o plano de ação, destacam-se as ações específicas dirigidas a pessoas com deficiência:

EMPREGA+ - Desenvolvimento de ações que promovam a inclusão e o combate à discriminação dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, especialmente em razão da sua origem, condição ou situação de deficiência ou dependência. Em 4 anos, serão dinamizadas 8 ações de sensibilização, com a duração de 3H00/cada, envolvendo 6 participantes/sessão, totalizando 48 participantes, designadamente, pessoas portadoras de deficiência e entidades empregadoras.

ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS HABILITAR

A Associação Habilitar é uma organização não governamental para pessoas com deficiência, com estatuto de utilidade pública e sem fins lucrativos, que procura a defesa e promoção dos direitos e interesses das crianças e jovens com perturbações do neurodesenvolvimento e dos respetivos familiares, educadores, professores e demais envolvidos, com vista à sua maior. capacitação e efetiva inclusão académica, familiar, profissional e social.

No ano de 2024, a Habilitar desenvolveu diversas iniciativas dirigidas a crianças, jovens e respetivas famílias, com enfoque na intervenção terapêutica, apoio informativo, inclusão e promoção da saúde, tendo envolvido um número significativo de participantes.

No âmbito da intervenção terapêutica, foram acompanhadas 28 crianças, com intervenções especializadas orientadas para o desenvolvimento das suas competências e bem-estar global.

A valência “Somos pais, orienta-nos! – HABILITAR ESCLARECE”, operacional desde janeiro de 2023, prestou apoio informativo a 50 famílias, totalizando cerca de 200 atendimentos individuais. Complementarmente, foram dinamizadas duas sessões de esclarecimento, em formato presencial e online, subordinadas ao tema “Direitos sociais e benefícios fiscais de crianças e jovens com necessidades específicas”, nas quais participaram cerca de 25 pessoas.

No âmbito do projeto Hábil, foi assinalado um marco relevante com o lançamento oficial da aplicação HÁBIL, que teve lugar no Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCA) da UA, em 11 de outubro de 2024. Este evento contou com a presença de 60 participantes, e a aplicação registou, desde então, mais de 1000 downloads.

Foi ainda promovido um workshop subordinado ao tema “Higiene oral em crianças com Perturbações do Neurodesenvolvimento (PND)”, que contou com a participação de 20 pessoas.

Por último, o projeto “Campo de Férias Habilitar 2024”, realizado entre 8 de julho e 2 de agosto, envolveu 59 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos, dos quais 24 com PND. Esta iniciativa teve como objetivo proporcionar experiências de lazer, convívio e desenvolvimento pessoal, promovendo a verdadeira inclusão social.

ASSOCIAÇÃO PAIS EM REDE

A Associação Pais em Rede desenvolve uma resposta social destinada a dar apoio a pessoas com dificuldades intelectuais e do desenvolvimento (com intensidade de apoio leve a moderado), em idade de transição para a vida adulta e pós-escolar, e respetivas famílias. Para o efeito, a associação tem projetos internos, alguns decorrentes de candidaturas a financiamento e outros não, mas todos com o objetivo de trabalhar a qualidade de vida das pessoas apoiadas nas perspetivas do desenvolvimento pessoal, inclusão social e bem-estar. Além disso, a associação tem projetos que decorrem em parceria com outras entidades, como o basquetebol, o teatro, a meditação e a vela adaptada.

A equipa é composta por uma coordenação de pais, constituída por 5 elementos, e uma equipa técnica de 3 elementos, com formação em educação e educação especial, psicologia e educação social. Atualmente, a associação dá resposta a 27 pessoas e respetivas famílias.

12.3.1. Educação inclusiva

A educação inclusiva, ao integrar a missão dos sistemas educativos mundiais, representa um compromisso de resposta à diversidade das necessidades de todos os alunos, ancorado em três dimensões fundamentais: a dimensão ética (princípios e valores), a dimensão das políticas educativas (orientadoras da ação dos estabelecimentos de ensino e respetivas comunidades educativas) e a dimensão das práticas educativas.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, estabelece “os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (n.º 1 do artigo 1.º). Com efeito, assevera a importância de as escolas reconhecerem e valorizarem a diversidade das suas crianças e jovens, explorando novos modos de atuação, adequando o processo de ensino-aprendizagem às particularidades de cada aluno e mobilizando os recursos necessários a uma plena aprendizagem e participação, no sentido da contínua (re)construção de uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva.

Previamente à explicitação das Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão, relativas à rede pública do concelho de Aveiro, importa clarificar que, embora o modelo multinível compreenda 3 níveis distintos – medidas universais, medidas seletivas e medidas adicionais – as medidas universais (nível 1) não serão objeto de análise, pois, em confluência com os princípios preconizados pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, este primeiro nível dirige-se à totalidade dos alunos, não dependendo da identificação de necessidades específicas de intervenção.

No ano letivo de 2024/2025, cerca de 886 crianças e alunos apresentavam necessidades educativas específicas. Numa análise à distribuição dos alunos por nível de escolaridade, constata-se uma incidência mais elevada no 3.º CEB, com 304 alunos, seguindo-se o 1.º CEB (215), o ensino secundário (188 alunos) e o 2.º CEB (158 alunos). A educação pré-escolar apresenta apenas 21 crianças abrangidas por estas medidas (Figura 209).

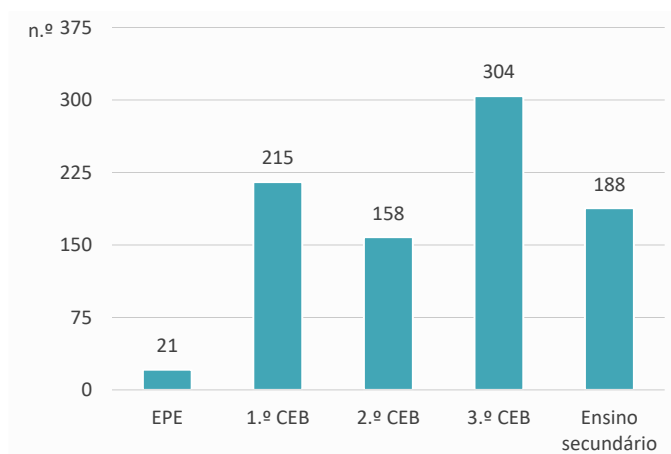


Figura 209. População escolar com necessidades educativas específicas no concelho, por nível de educação e ensino, no ano letivo 2024/2025.

Fonte: AE's.

A distribuição por AE (Quadro 87) demonstra um maior número de alunos no AE de Esgueira, Aveiro (201), seguindo-se o AE José Estêvão, Aveiro (188) e o AE de Aveiro (160). Por outro lado, o AE Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro apresenta um menor número de alunos abrangidos por estas medidas (61).

No que concerne às medidas seletivas¹⁶ (Figura 210), observam-se valores muito expressivos ao nível do apoio psicopedagógico (721 alunos), da antecipação e reforço das aprendizagens (503 alunos) e das adaptações curriculares não significativas (276 alunos). O

¹⁶ O número de alunos nestas análises ultrapassa o número total de alunos referenciados no presente documento, na medida em que a cada aluno poderão ser aplicadas medidas distintas em simultâneo.

apoio tutorial apresenta uma frequência francamente mais baixa, integrando 46 alunos, tal como os percursos curriculares diferenciados que compreendem apenas 15 alunos.

Quadro 87. População escolar com necessidades educativas específicas por AE no ano letivo 2024/2025.

Agrupamento de escolas	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Total
	(n.º)					
AE de Aveiro	3	40	33	43	41	160
AE de Eixo, Aveiro	2	30	20	44	-	96
AE de Esgueira, Aveiro	6	49	46	58	42	201
AE de Oliveirinha, Aveiro	0	14	10	22	-	46
AE Dr. Mário Sacramento, Aveiro	3	28	16	54	33	134
AE José Estêvão, Aveiro	5	32	14	65	72	188
AE Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro	2	22	19	18	-	61
Total	21	215	158	304	188	886

Fonte: AE's.

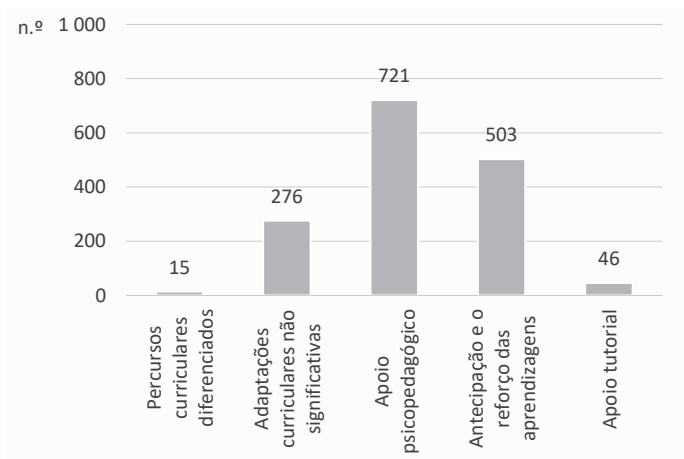


Figura 210. Distribuição da população escolar pelas medidas seletivas, no ano letivo 2024/2025.

Fonte: AE's.

Nota: O AE Dr. Mário Sacramento, Aveiro não enviou os dados relativos às medidas seletivas.

Relativamente às medidas adicionais (Figura 211), a parcela mais expressiva de alunos conflui para as adaptações curriculares significativas (117 alunos) e para o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social (102 alunos). De seguida, destaca-se o Plano Individual de Transição (PIT), com 32 alunos, e, por último, o desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado, com 25 alunos.

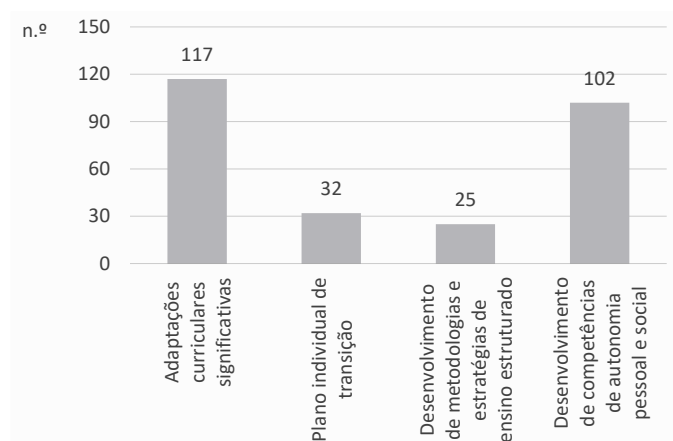


Figura 211. Distribuição da população escolar pelas medidas adicionais, no ano letivo 2024/2025.

Fonte: AE's.

Nota: O AE Dr. Mário Sacramento, Aveiro não enviou os dados relativos às medidas adicionais.

No leque de competências e responsabilidades assumidas pelos estabelecimentos de ensino encontra-se a mobilização de um conjunto de recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, nomeadamente, recursos humanos, recursos organizacionais e outros existentes na comunidade educativa, com vista à conceção de respostas adequadas às especificidades dos contextos e necessidades dos alunos ao longo do seu percurso escolar.

A docência na área da Educação Especial representa a área de intervenção com maior necessidade de afetação de recursos humanos (78,5). Em seguida, encontra-se a área da Psicologia, cuja necessidade se estende a 17 psicólogos. Num movimento decrescente, segue-se o assistente operacional (9), o terapeuta da fala (4), docentes em mobilidade na intervenção precoce (4). Com apenas um elemento há a referenciar, a técnica de serviço social, o assistente técnico, o fisioterapeuta e o terapeuta ocupacional (Figura 212).

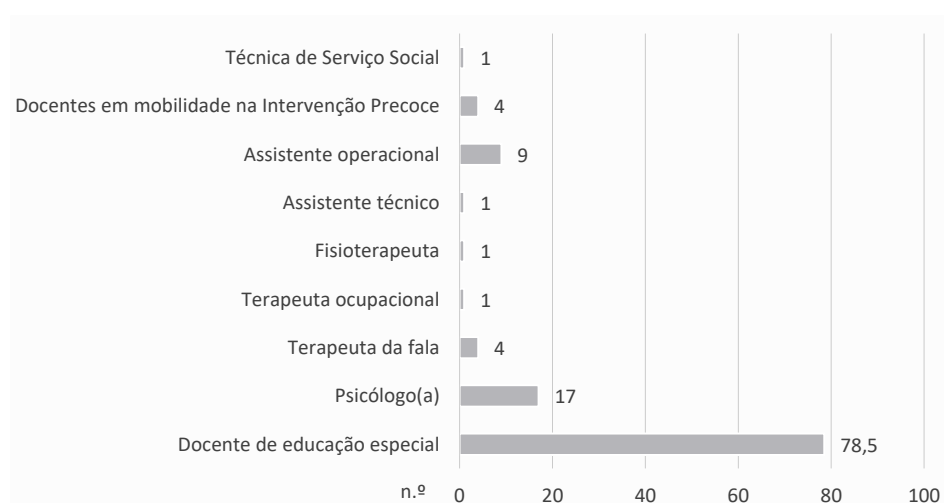


Figura 212. Recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.

Fonte: AE's.

Os recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem, preconizados pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, abrangem distintos domínios, designadamente, a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), as escolas de referência no domínio da visão, as escolas de referência para a educação bilingue, as escolas de referência para a intervenção precoce na infância, os Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial (CRTIC) e o CRI.

Relativamente ao CRI, de acordo com o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, trata-se de um serviço especializado existente na comunidade, acreditado pelo ME, que apoia e intensifica a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

Constituiu objetivo dos CRI apoiar a inclusão das crianças e alunos com necessidade de mobilização de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada aluno, em parceria com as estruturas da comunidade.

Os CRI atuam numa lógica de trabalho de parceria pedagógica e de desenvolvimento com as escolas, prestando serviços especializados como facilitadores da implementação de políticas e de práticas de educação inclusiva.

Tendo começado a funcionar no ano letivo de 2001/2002, fruto da reconversão da escola de educação especial, o CRI da CERCIAV apoia os alunos do concelho de Aveiro, bem como do AE de Vagos e da Gafanha da Encarnação (Ílhavo), a pedido dos próprios AE's, sendo o número de alunos apoiados em cada ano letivo variável.

O CRI da CERCIAV disponibiliza os serviços de psicologia, terapia da fala, terapia ocupacional, psicomotricidade e transição para a vida pós-escolar e desenvolve as seguintes ações: i) colaborar na identificação e implementação das medidas de suporte à aprendizagem e inclusão; ii) apoiar na elaboração, implementação e monitorização dos PEI e PIT; iii) apoiar as equipas multidisciplinares dos AE's parceiros; iv) proporcionar à comunidade educativa o acesso à informação e formação especializada; e v) disponibilizar materiais e recursos de apoio à comunidade educativa.

A avaliação e intervenção são feitas preferencialmente nas diferentes escolas, embora exista uma biblioteca/ludoteca na sede, que disponibiliza material para ser requisitado pela comunidade escolar.

A realidade concelhia (Quadro 88) revela uma grande prevalência de alunos apoiados pela EMAEI, ao integrar um total de 637 alunos, distribuídos pelos diferentes AE's. Esta equipa afigura-se determinante para o sucesso do percurso dos alunos, pois a sua composição

diversificada assume uma intervenção alargada, integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo, à qual se associam variadas atribuições e competências de suporte à operacionalização da educação inclusiva.

O CAA manifesta, igualmente, valores de frequência muito significativos (395 alunos). Trata-se de uma importante estrutura de apoio, agregadora de múltiplos recursos, saberes e competências, que promove a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola (estratégias diversificadas de acesso ao currículo), o apoio no acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar e o apoio no acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

Com valores inferiores, mas, ainda assim, significativos, encontram-se, o CRI, com 120 alunos, a Equipa Local de Intervenção (ELI), 24 alunos, o CRTIC, com 13 alunos, as escolas de referência no domínio da visão, com 8 alunos, e as escolas de referência para a intervenção precoce na infância, com 3 alunos.

De salientar, no ano letivo 2024/2025, a inexistência de alunos afetos às escolas de referência para a educação bilingue.

Quadro 88. Distribuição dos alunos pela necessidade de afetação de recursos humanos específicos, no ano letivo 2024/2025.

Recurso de apoio à aprendizagem e à inclusão		n.º de crianças/alunos
Recurso organizacional específico	Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva	637
	Centro de apoio à aprendizagem	398
	Escolas de referência no domínio da visão	8
	Escolas de referência para a educação bilingue	0
	Escolas de referência para a intervenção precoce na infância	3
	CRTIC	13
Recurso específico existente na comunidade a mobilizar	ELI	24
	CRI	120

Fonte: AE's.

As Necessidades de Saúde Especiais (NSE) resultam de problemas de saúde física e mental que, de alguma forma, impactam a funcionalidade, produzem limitações acentuadas em qualquer órgão ou sistema, implicam irregularidade na frequência escolar e podem comprometer o processo educativo dos alunos. Procurando assegurar uma resposta adequada às necessidades e desafios emergentes está previsto um conjunto de planos e instrumentos com vista à melhoria do processo de aprendizagem, como são exemplo o Plano de Saúde Individual (PSI), o Programa Educativo Individual (PEI) e o PIT.

O PEI, abrangendo 132 alunos, é um documento essencial para a concretização das adaptações curriculares significativas, envolvendo de forma articulada a escola, a família e o próprio aluno.

Com menor expressão, destaca-se o PIT, aplicado a 42 alunos, um instrumento dinâmico que complementa o PEI nos três anos que antecedem a idade limite da escolaridade obrigatória, tendo como objetivo preparar os alunos com adaptações curriculares significativas para a vida pós-escolar.

Por fim, o PSI, abrangendo 16 alunos, é direcionado para estudantes com necessidades de saúde especiais, integrando os resultados da avaliação das condições de saúde em termos de funcionalidade, bem como a definição das medidas de saúde a implementar (Quadro 89).

Quadro 89. Alunos integrados nos planos e programas de apoio ao processo de aprendizagem, por AE, no ano letivo 2024/2025.

Agrupamento de escolas	PSI	PEI	PIT
	n.º de crianças/alunos		
AE de Aveiro	1	19	4
AE de Eixo, Aveiro	1	17	4
AE de Esgueira, Aveiro	1	30	10
AE de Oliveirinha, Aveiro	1	17	4
AE Dr. Mário Sacramento, Aveiro	9	20	10
AE José Estêvão, Aveiro	3	21	8
AE Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro	0	8	2
Total	16	132	42

Fonte: AE's.

12.4. Pessoas com dependências

As dependências, sejam elas de substâncias como álcool, drogas, tabaco, ou comportamentais como jogos de azar e tecnologia, têm um impacto profundo e multifacetado na vida dos indivíduos, especialmente nos jovens. Essas condições não afetam apenas a saúde física e mental das pessoas, mas também têm repercussões sociais e económicas significativas, tanto para os próprios dependentes quanto para a sociedade em geral.

Em Aveiro, as pessoas com dependências são acompanhadas pelo CRI, pelo Centro de Alcoólicos Recuperados do Distrito de Aveiro (CARD A), pela Equipa de Intervenção Direta (EID) das Florinhas do Vouga e pela CDT.

CENTRO RESPOSTAS INTEGRADAS DE AVEIRO

O CRI de Aveiro tem desempenhado um papel fundamental no apoio a pessoas com CAD na região, assegurando um acompanhamento contínuo, adequado e personalizado. No âmbito da avaliação do trabalho desenvolvido por esta entidade, importa destacar o reconhecimento que tem merecido pelo contributo essencial nas áreas da prevenção, do tratamento e da reinserção social.

Através de uma abordagem multidisciplinar, que integra psicólogos, assistentes sociais, médicos e outros profissionais de saúde, o CRI de Aveiro consegue dar resposta a uma vasta gama de dependências e comportamentos aditivos, garantindo intervenções ajustadas às necessidades específicas de cada indivíduo. Esta articulação de saberes e competências permite não só uma intervenção clínica eficaz, mas também o apoio na reconstrução dos projetos de vida dos utentes, promovendo a sua autonomia e reintegração na sociedade.

Em 2024, o concelho de Aveiro representava 26,6% do total de casos de indivíduos com dependências acompanhados pelo CRI de Aveiro. Dos 440 inscritos residentes no concelho, cerca de 106 correspondiam a novos casos, o que representa 24,1%.

Entre 2020 e 2024, observou-se um aumento gradual no número de indivíduos com dependências inscritos no CRI do concelho (de 385 para 440, correspondendo a +14,3%). Apesar de uma ligeira quebra em 2021, os valores voltaram a subir nos anos seguintes, atingindo o máximo em 2024. Os homens representam consistentemente a maioria dos inscritos (mais de 80%), embora o número de mulheres tenha registado um ligeiro aumento nos últimos anos (Figura 213).

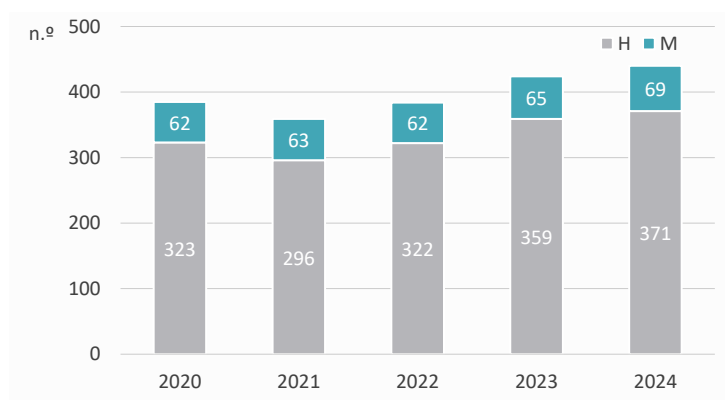


Figura 213. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, entre 2020 e 2024.

Fonte: CRI Aveiro.

A maioria dos indivíduos com dependências inscritos no CRI do concelho encontra-se na faixa etária dos 40 aos 54 anos, representando 51,8% do total (228 pessoas). Apesar disso,

os grupos etários mais jovens, até aos 39 anos, também apresentam uma presença relevante, com 106 inscritos, o que corresponde a 24,1% do total (Figura 214).

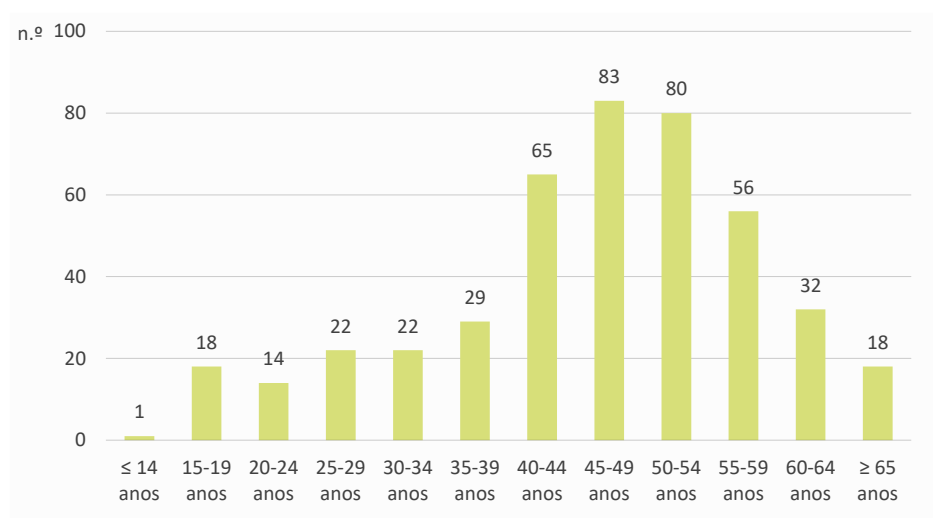


Figura 214. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, segundo o grupo etário, em 2024.

Fonte: CRI Aveiro.

No que se refere ao problema aditivo principal, a heroína manteve-se como o principal problema aditivo, com números estáveis ao longo dos três anos. Em 2024 estavam sinalizadas 180 pessoas com esta problemática (40,9%). O álcool e a cannabis registaram aumentos significativos, destacando-se como substâncias com impacto crescente. Embora com números mais baixos, o crack, a cocaína e outros comportamentos aditivos mantiveram valores constantes (Quadro 90).

A esmagadora maioria dos inscritos são de nacionalidade portuguesa (419 indivíduos), representando uma clara predominância em relação aos estrangeiros (21 indivíduos) (Figura 215).

No que se refere à situação profissional dos inscritos, a maior parte destes indivíduos encontra-se em situação de trabalho estável ou regular (187), o que demonstra que, apesar da dependência, muitos conseguem manter uma inserção no mercado de trabalho (Figura 217). No entanto, também é relevante o número de desempregados, sobretudo os que estão nessa condição há um ano ou mais (88), seguidos dos desempregados há menos de um ano (56), o que pode indicar uma possível ligação entre o desemprego e o agravamento de situações de dependência.

Quadro 90. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, segundo o problema aditivo principal, entre 2022 e 2024.

Problema aditivo principal	2022	2023	2024
	(n.º)		
Heroína	177	181	180
Álcool	85	123	113
Cannabis	32	53	71
Crack/Base de Coca	32	28	27
Cocaína	14	12	15
Em Branco	31	10	12
Buprenorfina	3	5	5
Jogo	0	1	4
Metadona	4	3	3
Ecstasy/MDMA	1	1	3
Sem Droga Principal	2	2	3
Heroína+Cocaína (Speedbal, Rebolau)	2	3	2
Tabaco	0	1	1
Benzodiazepinas	0	0	1
Outros Comportamentos Aditivos	0	0	0
Opiáceos	1	1	0
Total	384	424	440

Fonte: CRI Aveiro.

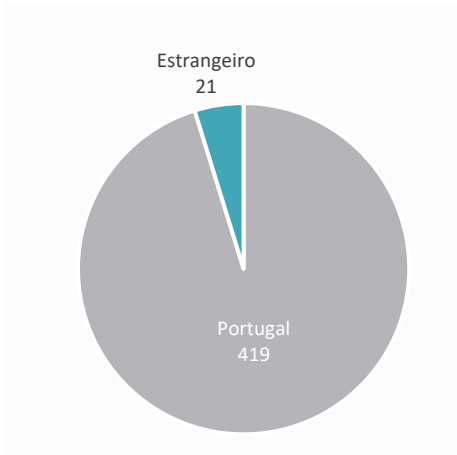


Figura 215. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, segundo a origem, em 2024.
Fonte: CRI Aveiro.

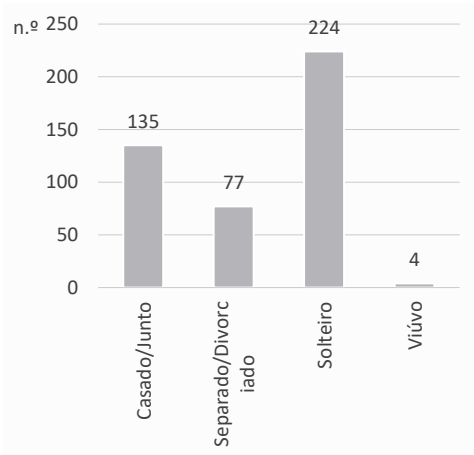


Figura 216. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, segundo o estado civil, em 2024.
Fonte: CRI Aveiro.

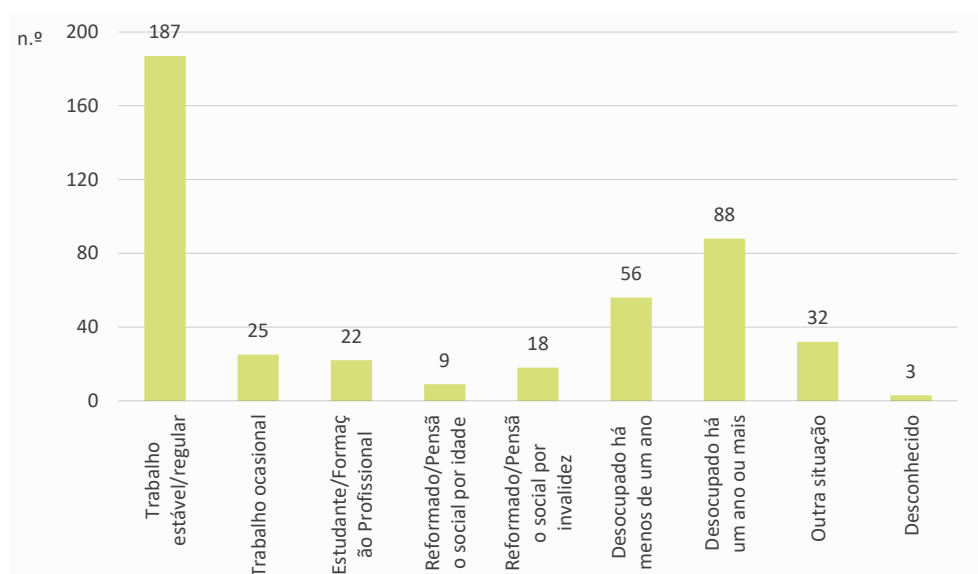


Figura 217. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, segundo a situação profissional, em 2024.

Fonte: CRI Aveiro.

A maioria dos indivíduos com dependências inscritos no CRI de Aveiro em 2024 tem baixos níveis de escolaridade (Figura 218), destacando-se os que completaram o 2.º e 3.º CEB (133 e 132, respetivamente), o que sugere uma forte correlação entre baixos níveis de instrução e as situações de dependência. Apenas uma minoria possui ensino superior (23) ou frequência universitária (17).

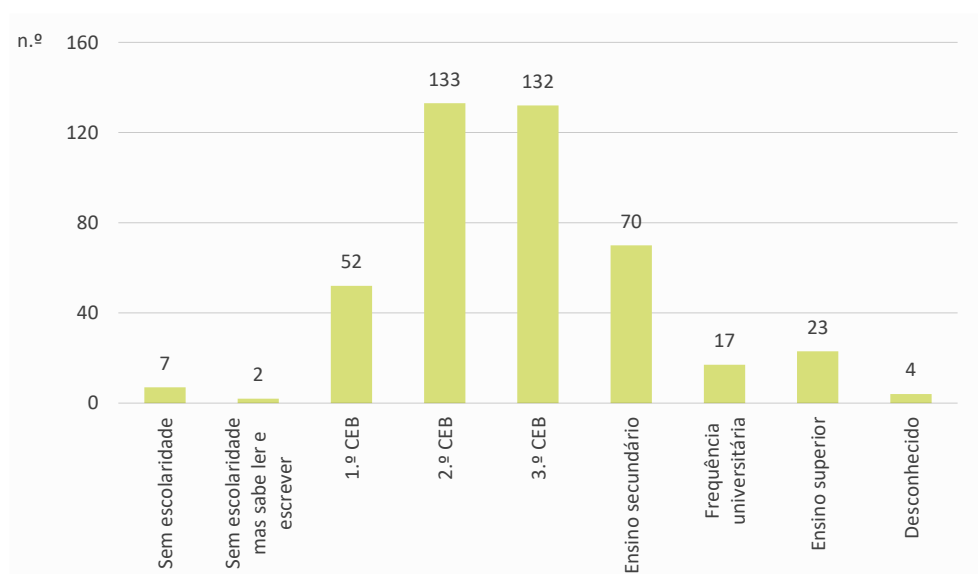


Figura 218. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, segundo a escolaridade, em 2024.

Fonte: CRI Aveiro.

CENTRO ALCOÓLICOS RECUPERADOS DO DISTRITO DE AVEIRO

O CARDA é uma instituição que oferece apoio e serviços para alcoólicos e suas famílias, com foco na recuperação e reinserção social. Fundado em 1999, tem como objetivo principal combater o alcoolismo e ajudar alcoólicos e suas famílias a superar as dificuldades que enfrentam.

Até 31 de dezembro de 2024, acompanhou 97 utentes do concelho, todos com a problemática do alcoolismo. Destes, cerca de 60% encontram-se atualmente em abstinência, enquanto os restantes 40% estão em fase de tratamento ou em processo motivacional para iniciar a intervenção.

Importa referir que o CARDA acompanha também pessoas com problemática etílica fora do concelho (resposta de âmbito distrital), assim como utentes cujos técnicos gestores de processo pertencem a outras instituições. Dos 97 utentes acompanhados, 77 são homens e 20 são mulheres, com uma média de idades a rondar os 60 anos.

EQUIPA INTERVENÇÃO DIRETA DAS FLORINHAS DO VOUGA

Trata-se de uma resposta social desenvolvida pela Florinhas do Vouga junto de população com CAD, as suas famílias e comunidades afetadas por este fenómeno. A intervenção desenvolvida tem como objetivos:

- Melhorar as condições de vida e promover a autonomia pessoal da população em risco de exclusão social;
- Elaborar um plano Individual de inserção com o utente através da abertura de processo e atender e acompanhar o utente ao nível do serviço social.

Através da sua intervenção, é esperado uma alteração comportamental nos destinatários da intervenção (ao nível dos seus comportamentos aditivos, saúde física e mental, situação habitacional, situação económico-financeira e conhecimentos e competências).

Importa ainda referir que a equipa de intervenção direta atua não apenas junto da população abrangida pelo acordo, mas também com trabalhadores do sexo e PSSA.

Os utentes apoiados pela resposta social de EID são predominantemente do sexo feminino (147 mulheres para 52 homens) e apresentam maioritariamente idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos e entre os 40 e os 49 anos (Figura 219).

Dos 200 utentes acompanhados nesta resposta social, 94 são residentes no concelho de Aveiro, enquanto os restantes 106 provêm de outros concelhos/países. Numa análise mais pormenorizada ao grupo residente no território municipal, constata-se que 20% vivem na UF de Glória e Vera Cruz, evidenciando a expressão desta problemática em contexto

urbano. Por sua vez, 27% distribuem-se pelas restantes freguesias do concelho, o que demonstra que, embora mais concentrada na área urbana central, a situação também se faz sentir de forma significativa noutras áreas do concelho.

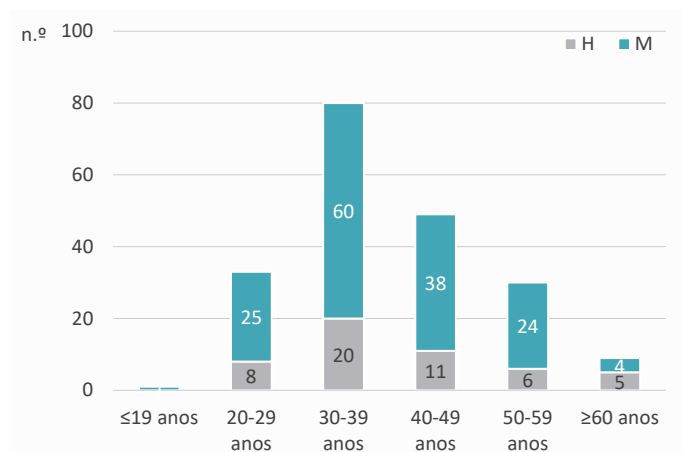


Figura 219. Indivíduos acompanhados pela EID, segundo o sexo e idade, em 2024.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

COMISSÃO PARA DISSUAÇÃO PARA A TOXICODEPENDÊNCIA

A CDT de Aveiro é um dos organismos regionais que integram o sistema nacional de dissuasão em Portugal. Esta comissão faz parte do modelo adotado pelo país desde a descriminalização do consumo de drogas em 2001, através da Lei n.º 30/2000, que retirou o consumo de drogas do âmbito criminal e o passou para a esfera administrativa e de saúde pública.

A CDT é uma entidade administrativa, sob tutela do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), responsável por:

- Avaliar os casos de pessoas apanhadas a consumir ou possuir pequenas quantidades de droga para consumo pessoal (até 10 doses diárias);
- Promover respostas de acompanhamento, aconselhamento e tratamento, sempre que necessário;
- Aplicar medidas dissuasoras, como advertências, acompanhamento psicológico ou social, ou sanções administrativas (ex: multas, suspensão de carta de condução, etc.), quando se justifica.

No ano de 2024, registaram-se 660 processos de contraordenação, dos quais, 55 disseram respeito a indivíduos residentes no concelho de Aveiro, sendo 51 do sexo masculino e 4 do sexo feminino.

O grupo etário dos 16-24 anos é predominante, com 29 indivíduos acompanhados (Figura 220), seguindo-se o grupo dos 25-34 anos (12), o grupo dos 35-44 anos (10) e por fim, o grupo dos 45-54 anos (4). A maioria dos indivíduos tem o 2.º CEB (36,4%) ou o ensino secundário (34,5%), destacando-se que 85,5% têm habilitações até ao ensino secundário (Figura 221). A maioria dos indivíduos encontra-se empregada, representando 56,4% do total. Em seguida, 21,8% são inválidos, enquanto 18,2% estão desempregados (Figura 222). A substância mais frequentemente associada é o haxixe, com 34 ocorrências, destacando-se claramente em relação às restantes (Figura 223).

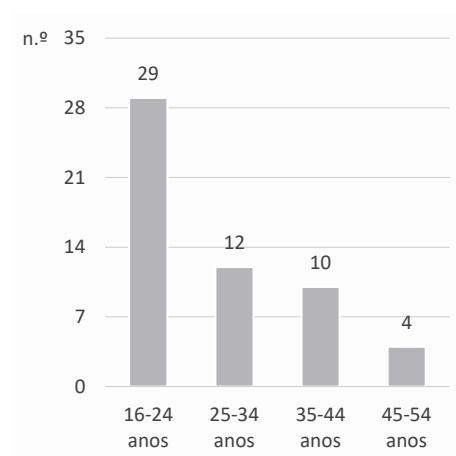


Figura 220. Indivíduos acompanhados pela CTD, segundo a idade, em 2024.

Fonte: CDT de Aveiro.

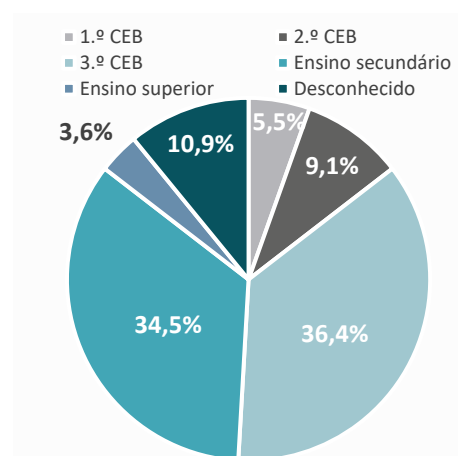


Figura 221. Indivíduos acompanhados pela CTD, segundo a escolaridade, em 2024.

Fonte: CDT de Aveiro.

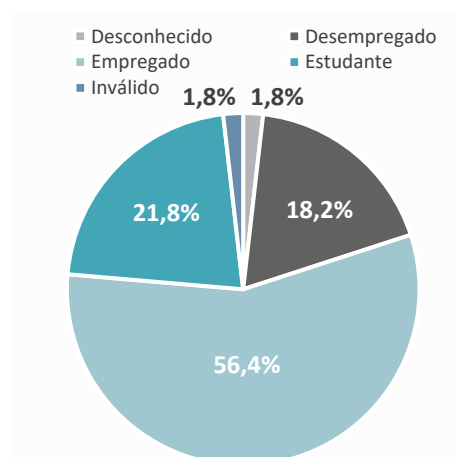


Figura 222. Indivíduos acompanhados pela CTD, segundo a ocupação, em 2024.

Fonte: CDT de Aveiro.

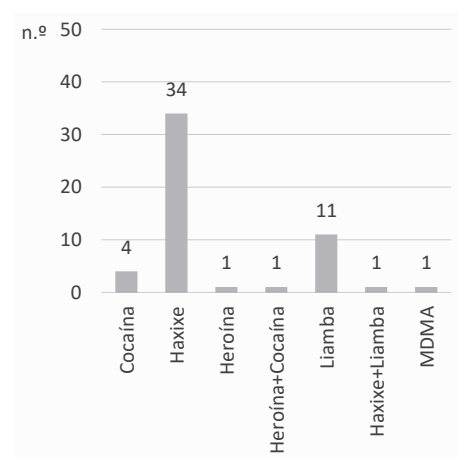


Figura 223. Indivíduos acompanhados pela CTD, segundo as substâncias apreendidas, em 2024.

Fonte: CDT de Aveiro.

Relativamente à distribuição territorial, a UF de Glória e Vera Cruz destaca-se com 19 casos, sendo a freguesia com maior número de acompanhamentos. Seguem-se Esgueira, com 9

indivíduos, e Cacia, com 8. Outras freguesias como Oliveirinha, Santa Joana e São Bernardo apresentam entre 5 e 4 casos (Figura 224).

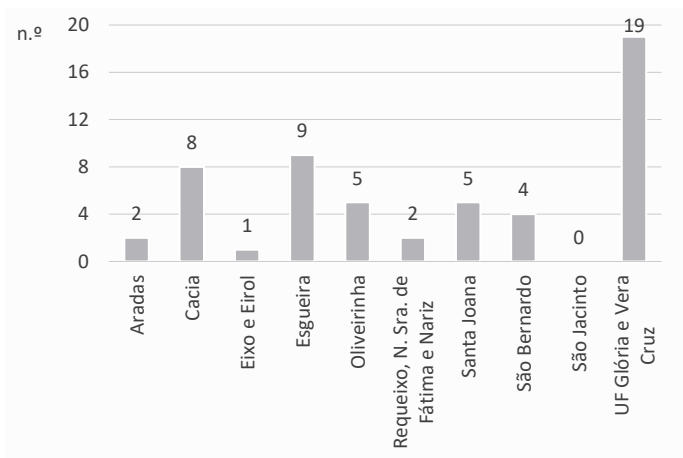


Figura 224. Indivíduos acompanhados pela CTD, segundo a freguesia de residência, em 2024.

Fonte: CDT de Aveiro.

PROGRAMA DE RESPOSTAS INTEGRADAS AVEIRO

O concelho é território de intervenção prioritária na área dos CAD, pelo que se encontram implementados três projetos nas áreas da prevenção, redução de riscos e minimização de danos e reinserção, a saber:

Áreas de intervenção	Nome Projeto	Instituição promotora
Prevenção	Alternativas III	Centro Social e Paroquial da Vera Cruz
Redução de Riscos e Minimização de Danos	GIROS	Florinhas do Vouga
Reinserção Social	Projeto RIS	CVP - Delegação de Aveiro

Para assegurar a integração das intervenções que constituem o Programa de Respostas Integradas (PRI), encontra-se constituído o Núcleo Territorial (NT) de Aveiro, coordenado pelo CRI, do qual fazem parte vários parceiros, entre os quais a autarquia (representada através da Ação Social/Rede Social), os 3 projetos PRI, o CARDa, o Centro de Saúde, a CDT, a CPCJ, a Cáritas Diocesana Aveiro, a EID, EPA e a Segurança Social.

Esta composição multidisciplinar permite uma abordagem integrada e centrada na pessoa, potenciando sinergias entre entidades e garantindo respostas mais eficazes e ajustadas às necessidades dos indivíduos acompanhados.

O NT de Aveiro tem como objetivos definidos:

- Dinamizar e promover a implementação das intervenções previstas no Modelo de Planeamento do Programa, garantindo o cumprimento dos seus objetivos;

- Garantir a adequação das intervenções às necessidades dos grupos-alvo;
- Monitorizar a evolução dos resultados através de instrumentos adequados;
- Avaliar o PRI no seu todo, relativamente à territorialidade, à integração, à parceria e à participação, através de instrumentos de avaliação.

PROJETO ALTERNATIVAS

O Projeto Alternativas resultou de candidatura apresentada pela Casa da Vera Cruz ao PRI - Eixo da Prevenção. Trata-se de um projeto na área da prevenção dos CAD's, com intervenção em contexto comunitário, que procura assegurar o acompanhamento a crianças e jovens oriundos de famílias multidesafiadas e, por outro lado, contribuir para a aquisição e/ou reforço de competências pessoais, sociais e emocionais protetoras na adoção de CAD's. Consequentemente, estas competências contribuem para a diminuição de comportamentos de risco e para a prática de comportamentos e atitudes mais saudáveis.

No âmbito deste projeto desenvolvem-se ações diversificadas, a saber:

- Treino de competências para crianças e jovens provenientes de estabelecimentos de educação e ensino do concelho. Na globalidade, as turmas intervencionadas apresentam elementos com fatores de risco identificados, nomeadamente baixos níveis de autoestima e autoconceito, problemas de comportamento, como dificuldades na autorregulação emocional e no controlo da agressividade e impulsividade, dificuldades de aprendizagem, insucesso escolar, limitação na identificação de comportamentos que comprometem a saúde e dificuldade na seleção de atitudes/comportamentos que contribuem para a saúde;
- Atividades de carácter lúdico e recreativo, enquanto estratégia promotora de hábitos saudáveis e protetores na adoção de CAD's;
- Treino de competências parentais, realizado de forma individualizada através da intervenção parental;
- Acompanhamento psicológico e social para crianças e jovens com fatores de risco e suas famílias;
- Oficinas de (in)formação, que procuraram envolver os docentes dos jovens com os quais se desenvolve a intervenção, sempre com o objetivo de prevenir os CAD's.

PROJETO GIROS

O Projeto Giros é uma equipa de rua que intervém na redução de riscos e minimização de danos na área dos CAD, com auxílio de uma unidade móvel.

Este projeto visa apoiar pessoas com CAD de SPA's lícitas e ilícitas, pessoas em risco de exclusão sem CAD identificados, frequentadores de contextos recreativos com ou sem CAD identificados e população-alvo estratégica associada.

As ações desenvolvidas pelo Projeto Giros podem dividir-se em:

- a) Ações de ER - Apoio psicossocial e satisfação das necessidades básicas, cuidados de saúde, troca/distribuição de material e informação e formação;
- b) Ações de contextos recreativos - Distribuição de material, teste de alcoolemia e informação e formação: ações de informação e sensibilização e formação de pares.

PROJETO RIS - REDE DE INTERVENÇÃO SOCIAL

O Projeto RIS visa a reinserção social de indivíduos com CAD através de um conjunto de ações, que têm como finalidade aumentar as competências pessoais, sociais e profissionais desta população, bem como satisfazer necessidades básicas, promover a autonomia e definir projetos de vida em linha com as suas capacidades/potencialidades, visando facilitar a inserção familiar, social e laboral.

12.5. Vítimas de violência doméstica

As vítimas de violência doméstica englobam pessoas que são sujeitas a diferentes formas de abuso no contexto familiar, incluindo agressões físicas, psicológicas, sexuais e económicas. Esta violência manifesta-se frequentemente em relações de intimidade, mas também pode ocorrer entre outros membros do agregado familiar ou pessoas que partilham a mesma residência. Afeta indivíduos de todas as idades e géneros, incluindo mulheres, homens, crianças, idosos e pessoas com deficiência, sendo particularmente grave nos casos em que existe uma dependência emocional ou económica da vítima em relação ao agressor. O impacto é profundo, comprometendo o bem-estar físico e emocional das vítimas, a sua autoestima e a capacidade de viver de forma segura e autónoma.

Em Aveiro, o número de crimes relacionado com esta problemática registados pelas autoridades, apresentam uma tendência oscilante entre 2015 e 2024. Em 2015, registaram-se 149 casos, seguindo-se um aumento contínuo até atingir o pico em 2018, com 203 casos. A partir daí, verifica-se uma diminuição gradual, com uma queda mais acentuada em 2021 (146 casos), o valor mais baixo do período. Esta quebra pode estar associada ao impacto da pandemia de COVID-19, que dificultou o acesso a serviços de apoio e denúncia, apesar de se saber que os casos de violência doméstica aumentaram em contexto de confinamento. Nos anos seguintes, há uma ligeira recuperação, estabilizando entre 170 e 175 casos até 2024 (Figura 225).

Apesar destes valores, em 2023, Aveiro apresentava uma taxa de crimes de violência doméstica por mil habitantes (2,0) inferior à da região de Aveiro (2,5) e do Continente (2,4) (Figura 226).

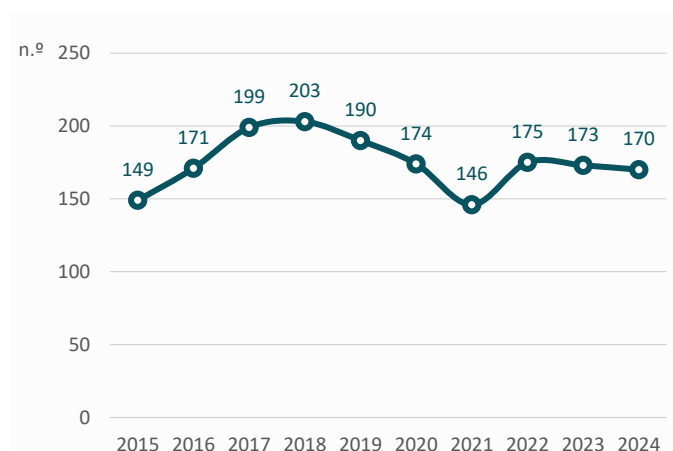


Figura 225. Crimes de violência doméstica (contra cônjuge ou análogos) registados pelas autoridades policiais, entre 2015 e 2024.

Fonte: INE.

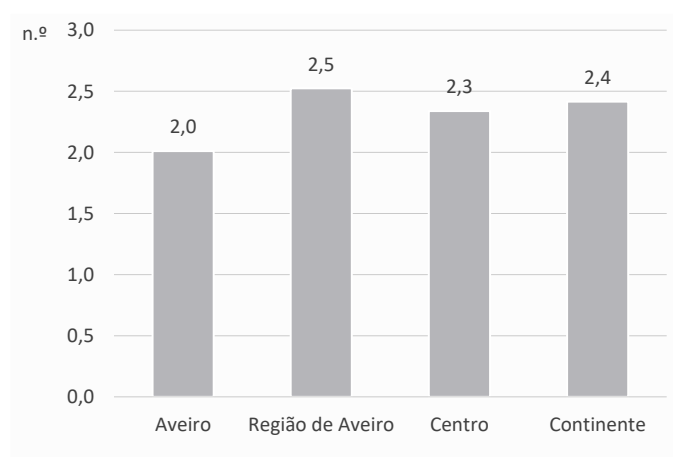


Figura 226. Crimes de violência doméstica registados pelas polícias por mil habitantes, em 2023.

Fonte: INE.

Os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registam apenas uma fração dos casos totais, o que reflete apenas as situações de procura de ajuda voluntária por parte das vítimas. Deste modo, e de acordo com os relatórios anuais da APAV, o número de vítimas passou de 44 em 2019 para 37 em 2023, refletindo uma diminuição de 15,9% (Figura 227).

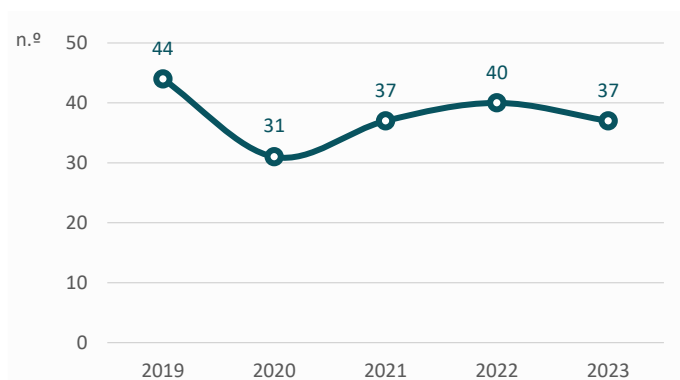


Figura 227. Vítimas de violência doméstica apoiadas pela APAV, entre 2019 e 2023.

Fonte: Relatórios anuais APAV.

Com base nos dados disponibilizados pela GNR relativos a 2024, observa-se que a violência doméstica afeta predominantemente as mulheres, especialmente nas faixas etárias entre os 39 e os 39 anos e acima dos 60. No que diz respeito ao estado civil, destaca-se que a maioria das vítimas se encontra em união de facto ou casadas, com igual representatividade (31 casos cada), o que sugere uma forte incidência de violência no seio de relações conjugais. Relativamente ao nível de escolaridade, a maioria das vítimas possui o ensino secundário (27 casos), seguido do 3.º CEB (20 casos) e do 2.º CEB (17 casos) (Figuras 228 a 230). A maioria das vítimas de violência doméstica tem uma relação conjugal com o agressor, sobretudo com coabitação (48 casos). Outros laços familiares, como pais, filhos ou irmãos, apresentam números residuais. Por fim, a freguesia de Eixo e Eirol regista o maior número de vítimas (28), seguida de Cacia (20) e Oliveirinha (14) (Figuras 231 e 232). A violência emocional foi o tipo mais reportado de violência doméstica à GNR (56 casos), seguida da violência física (39 casos), enquanto a perseguição foi quase inexistente (Figura 233).

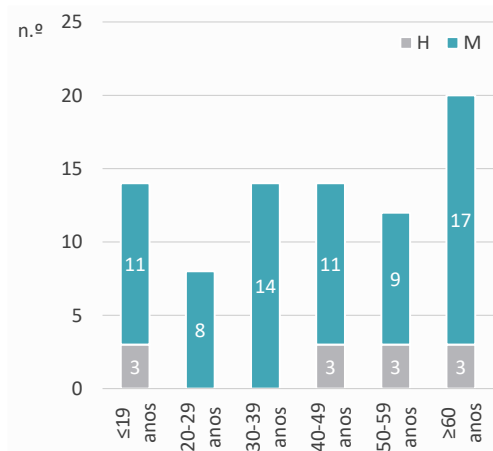


Figura 228. Vítimas de violência doméstica registadas pela GNR, segundo o sexo e idade, em 2024.

Fonte: Dados disponibilizados pela GNR.

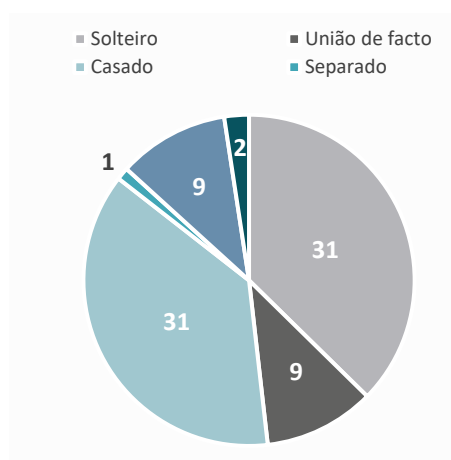


Figura 229. Vítimas de violência doméstica registadas pela GNR, segundo o estado civil, em 2024.

Fonte: Dados disponibilizados pela GNR.

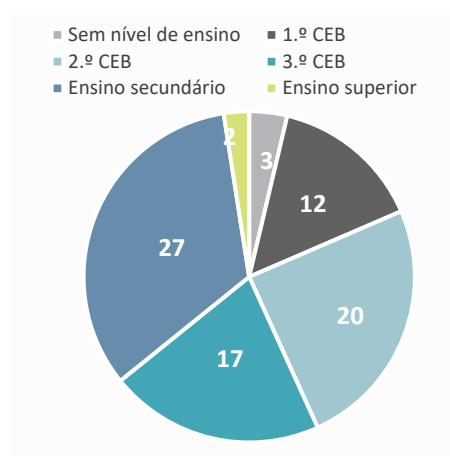


Figura 230. Vítimas de violência doméstica registadas pela GNR, segundo o nível de escolaridade, em 2024.

Fonte: Dados disponibilizados pela GNR.

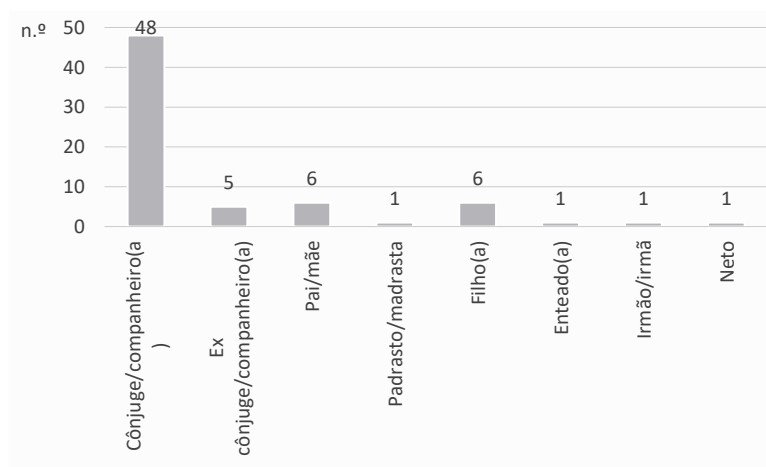


Figura 231. Vítimas de violência doméstica registadas pela GNR, segundo o grau de parentesco com o agressor, em 2024.

Fonte: Dados disponibilizados pela GNR.

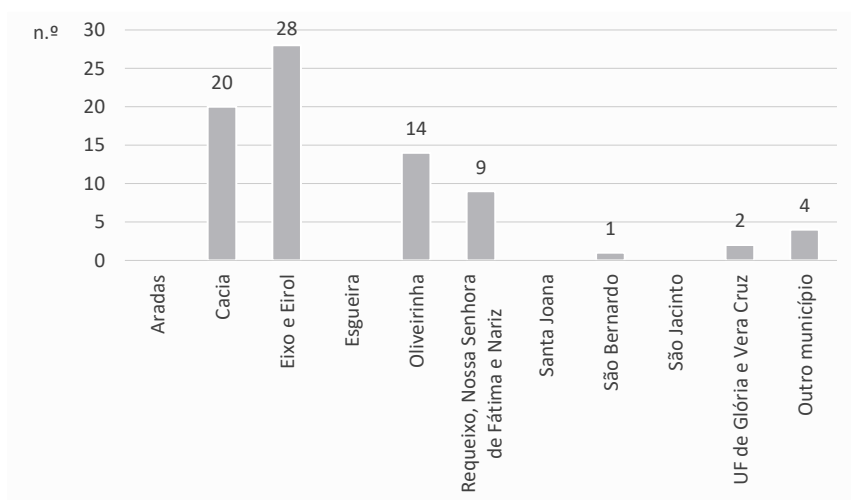


Figura 232. Vítimas de violência doméstica registadas pela GNR, segundo a freguesia de residência, em 2024.

Fonte: Dados disponibilizados pela GNR.

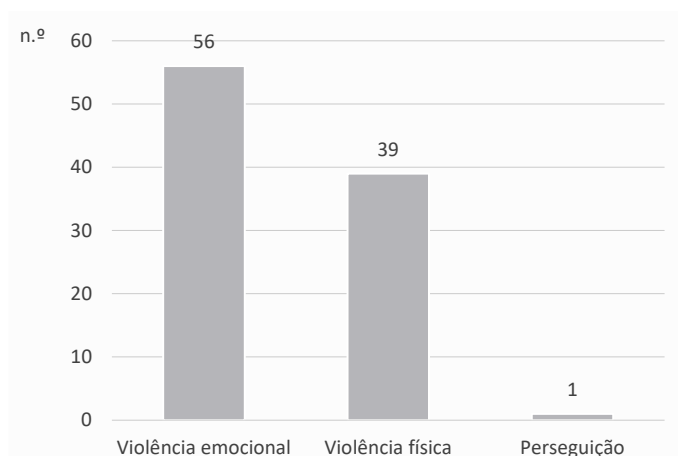


Figura 233. Vítimas de violência doméstica registadas pela GNR, segundo o tipo de violência, em 2024.

Fonte: Dados disponibilizados pela GNR.

REDE ESPECIALISTA EM INTERVENÇÃO COM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO CONCELHO DE AVEIRO (RIVD)

A RIVD assenta em dois pilares fundamentais: i) a criação de um plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, promovendo a especialização da intervenção e a qualidade e eficácia dos serviços prestados, por forma a dar uma resposta mais eficiente e concertada neste combate; ii) a constituição de uma resposta de intervenção, organizada em rede, na violência ao nível do concelho de Aveiro, visando a prevenção e o combate à violência doméstica.

São objetivos desta rede:

- Definir e agilizar procedimentos, tornando mais célere e eficaz a intervenção nas situações de violência doméstica;
- Criar um fluxograma de intervenção;
- Promover a troca regular de informação considerada relevante (eg.: legislação), a partilha e o intercâmbio de experiências ao nível interno e externo (das redes de intervenção existentes);
- Capacitar as entidades locais para a intervenção junto de situações de violência, nomeadamente através de workshops e/ou fóruns de trabalho sobre a temática;
- Criar instrumentos de suporte à atividade desenvolvida;
- Criar um guia de recursos e de boas práticas;
- Definir canais de comunicação privilegiados com parceiros estratégicos de suporte à atividade desenvolvida;
- Promover a realização de estudos e diagnósticos de situação no concelho, adequando continuamente a intervenção e as respostas necessárias;
- Promover ações de sensibilização na área dirigidas à comunidade em geral, em parceria com as entidades integrantes da rede.

A criação desta rede no concelho tem como ideia fundamental desenvolver um modelo de atuação integrada e de cooperação interseccional face a áreas identificadas como prioritárias, funcionando como suporte facilitador do trabalho desenvolvido pelo NAVVD do distrito de Aveiro, atendendo a que o concelho tem a percentagem mais elevada de casos atendidos e acompanhados por esta resposta.

Permitirá, ainda, reforçar, harmonizar e concertar os esforços dos vários parceiros no terreno, procurando, deste modo, encontrar uma resposta mais eficiente na prevenção e no combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica no concelho. A capacitação das entidades locais para a intervenção acontecerá através da realização de seis workshops, com a duração de seis horas cada.

Irá, também, englobar, no seu plano de ação, ações de sensibilização, com a duração de duas horas cada, dirigidas à comunidade em geral, nomeadamente aos jovens dos AE's do concelho, no âmbito da prevenção e do combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica e no namoro.

Constituíram-se como entidades parceiras desta rede as seguintes: AE's de Aveiro, Eixo e José Estêvão, CMA, Casa de Abrigo (CA) da Cáritas Diocesana de Aveiro, CA da SCMA, Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) de Aveiro, CHBV, Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, CPCJ, EFTA, EPA, GNR de Aveiro - NIAVE, IEFP - Serviço de Emprego e Formação Profissional de Aveiro, NAVVD do distrito de Aveiro, PSP de Aveiro, RAP e UA.

A rede funciona em duas modalidades. A Comissão Restrita, que tem como objetivo a discussão de casos, partilha de informação e delineação do plano de intervenção das vítimas. Esta comissão é composta pelas seguintes entidades: CMA, CA's, Centro de Saúde de Aveiro, CHBV, CPCJ, GNR, Ministério Público (MP) - Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), MP - Família e menores, NAVVD do distrito de Aveiro e PSP. A Comissão Alargada, que tem como objetivo desenvolver de forma articulada ações de sensibilização, formação e capacitação. Esta comissão é composta por todas as entidades.

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO (NÚCLEO DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)

Aveiro dispõe de um NAVVD promovido pela Cáritas Diocesana de Aveiro, com uma intervenção especializada na área da violência doméstica. Este núcleo, com cerca de 16 anos de funcionamento, surgiu da necessidade de se criar uma resposta organizada em rede, de prevenção e combate à violência doméstica no distrito de Aveiro. Os seus objetivos passam por:

- Assegurar o atendimento e acompanhamento psicológico, social e jurídico às vítimas;

- Desenvolver e valorizar as parcerias locais que permitam articular soluções de atendimento, acolhimento e encaminhamento mais eficazes;
- Recolher informação que permita produzir diagnósticos de Caracterização local das situações de violência doméstica;
- Identificar e qualificar os principais problemas existentes e promover soluções adequadas às problemáticas aferidas, contribuindo para a prevenção e combate da violência doméstica.

O NAVVD tem uma intervenção de âmbito distrital, existindo uma prevalência de casos provenientes do concelho de Aveiro. No decorrer do ano de 2024, com o reforço técnico do Projeto EVA ao nível do atendimento, foram atendidas pela resposta na sua totalidade, 267 vítimas de violência doméstica. Destas, 182 correspondem a casos novos e 85 a vítimas de anos transatos (Figura 234).

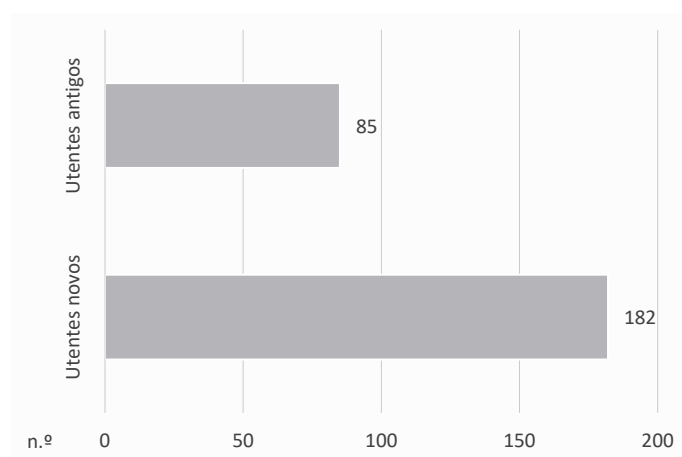


Figura 234. Vítimas de violência doméstica atendidas pelo NAVVD em 2024.

Fonte: Cáritas Diocesana de Aveiro.

No que concerne à Caracterização das vítimas, é evidente a predominância das vítimas do sexo feminino entre os 36 e os 45 anos (100) destacando-se também a faixa etária dos 46 aos 55 anos (46). Foram também atendidas/acompanhadas 25 vítimas do sexo masculino, na sua maioria menores de idade (9) (Figura 235).

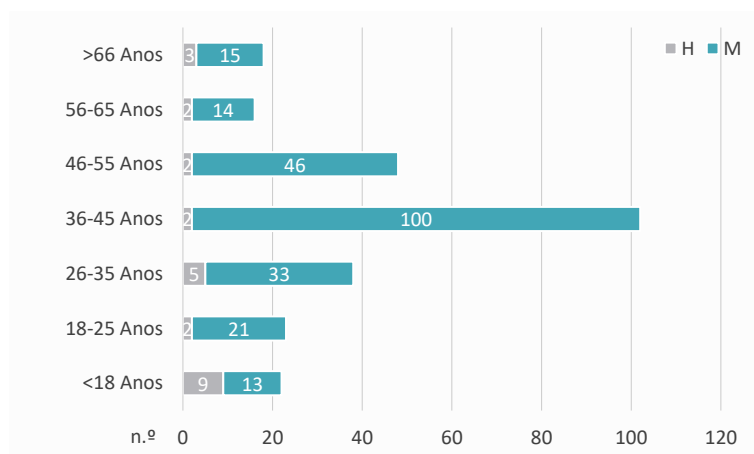


Figura 235. Vítimas de violência doméstica atendidas pelo NAVVD, segundo o sexo e idade, em 2024.

Fonte: Cáritas Diocesana de Aveiro.

No que diz respeito ao tipo de relação entre a vítima e a pessoa agressora (Figura 236), verifica-se que a situação mais comum é a violência perpetrada por parte do/a cônjuge (71), seguido do ex-companheiro/a (60).

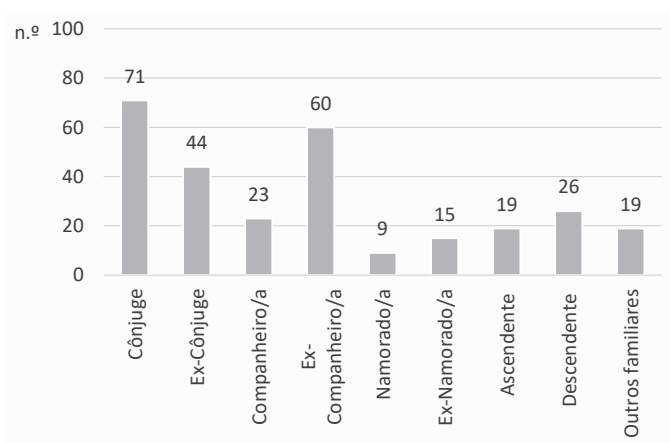


Figura 236. Vítimas de violência doméstica atendidas pelo NAVVD, segundo a relação entre vítima e agressor, em 2024.

Fonte: Cáritas Diocesana de Aveiro.

Nota: Importa referir que numa situação de violência doméstica pode existir mais do que uma pessoa agressora.

Quanto ao tipo de violência, observa-se que a totalidade das vítimas afirma ter sofrido violência psicológica (267), sendo a tipologia mais reportada, seguida da agressão física (176). A violência sexual (51) apresenta um decréscimo no seu registo, por outro lado, verificou-se um aumento na prática da violência económica (72) e em outros tipos de violência (50) (Figura 237).

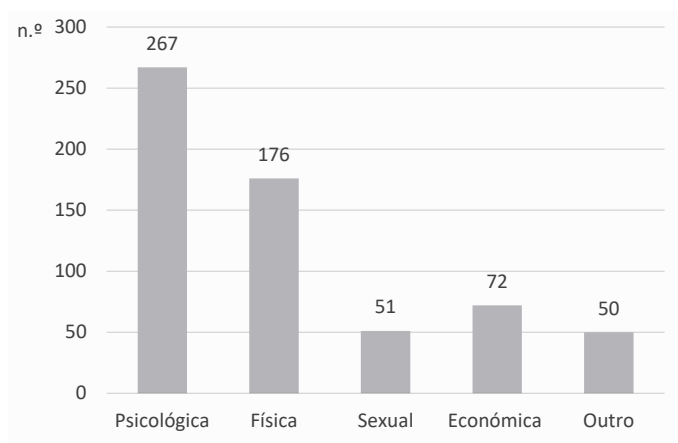


Figura 237. Vítimas de violência doméstica atendidas pelo NAVVD, segundo o tipo de violência sofrida, em 2024.

Fonte: Cáritas Diocesana de Aveiro.

Durante o ano de 2024, o NAVVD dinamizou em alguns AE's inúmeras ações de sensibilização no âmbito da violência no namoro, bem como, participou em palestras, comunicações e outras iniciativas em colaboração com Projeto EVA, abrangendo um total de 668 participantes (Quadro 91). Importa reforçar todo o envolvimento e participação na RIVD, pelo facto de o NAVVD ser a resposta responsável pela sua coordenação, dinamização e acompanhamento, através da dinamização de: reuniões de ordem restrita (5) e alargada (3) com as entidades parceiras. Para além das atividades inerentes ao campo de atuação do NAVVD, tem vindo a existir uma participação ativa nos Conselhos Municipais de Segurança Alargada dos concelhos: Ílhavo (2), Oliveira do Bairro (3) e Albergaria-a-Velha (4), como membro representante na área da violência doméstica, ao nível da criminalidade (apresentação, discussão de dados e estabelecimento de planos de ação/intervenção que visem a diminuição do crime).

Quadro 91. Iniciativas/atividades desenvolvidas pelo NAVVD em 2024.

Iniciativas/atividades	Ações	Participantes
	(n.º)	
ES Dr. Mário Sacramento - Aveiro	20	448
ULSRA	1	20
CASCI - Grupo de Jovens	2	21
AE de Eixo	4	65
AE de Oliveirinha	3	61
ES José Estêvão	2	53
Total	32	668

Fonte: Cáritas Diocesana de Aveiro.

ESTRUTURAS DE ACOLHIMENTO

CA da Casa Vera Cruz - resposta de acolhimento temporário destinada a mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores, que, por motivos de segurança, não podem permanecer nas suas residências habituais. Com uma capacidade para 16 pessoas, registou em 2024 a frequência máxima de 16 utentes, todos provenientes de outros concelhos.

CA da SCMA - resposta de acolhimento temporário para mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores, que, por razões de segurança, necessitam de abandonar as suas habitações. A estrutura dispõe de capacidade para 15 pessoas e, em 2024, acolheu 15 utentes, igualmente oriundos de outros concelhos.

CA da Cáritas Diocesana de Aveiro - destinada ao acolhimento de vítimas de violência doméstica do sexo masculino e respetivos filhos, esta resposta possui capacidade para 12 pessoas. Em 2024, acolheu 9 utentes, todos provenientes de outros concelhos.

TRÁFICO DE SERES HUMANOS - REDE REGIONAL DO CENTRO DE APOIO E PROTEÇÃO A VÍTIMAS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS

O Tráfico de Seres Humanos (TSH) é um crime grave e uma violação dos direitos humanos que envolve a exploração de pessoas através de meios como recrutamento, transporte, acolhimento ou receção, recorrendo à força, coação, rapto, fraude ou abuso de poder. Esta exploração pode assumir diversas formas, nomeadamente a exploração sexual, o trabalho forçado, a mendicância forçada, a remoção de órgãos ou a exploração de menores em atividades ilegais.

Segundo o relatório "TSH 2023", Portugal registou o número mais elevado de presumíveis vítimas de TSH desde 2019, com 650 casos sinalizados, representando um aumento de 72% em relação a 2022. Destas, 622 sinalizações ocorreram em território nacional e 15 referem-se a portugueses no estrangeiro. A maioria das vítimas identificadas eram homens adultos, com destaque para nacionalidades como Brasil, Colômbia, Timor-Leste e Nepal. A principal forma de exploração foi a laboral, representando 82,7% dos casos, seguida pela mendicância forçada (2%) e exploração sexual (1,7%).

Em termos de resposta institucional, foram acolhidas 57 presumíveis vítimas nos centros de acolhimento e proteção, um decréscimo face aos 67 acolhimentos em 2022. A maioria das vítimas acolhidas foram homens adultos, sobretudo de tráfico para fins de exploração laboral, oriundos de países como Angola, Argélia, Marrocos, Brasil, El Salvador e Índia.

Este crime tem merecido atenção crescente por parte das autoridades e da sociedade civil, sendo objeto de políticas públicas, programas de prevenção, proteção e reintegração das

vítimas, bem como de ações de sensibilização e formação para a sua identificação e combate.

No que diz respeito à intervenção com vítimas de TSH, encontra-se constituída desde 2013, a Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (RRCAPVTSH).

Esta Rede, com atuação na Região Centro do país, é caracterizada pela sua natureza cooperativa e de partilha de informação que possibilita uma melhoria ao nível da prevenção, proteção, assistência e reintegração das presumíveis vítimas de TSH. Em 2024, a Rede era formalmente constituída por 93 entidades parceiras.

Ao nível do Distrito de Aveiro é formalmente constituída por 17 entidades, estando o concelho de Aveiro representado por oito entidades (Quadro 92).

No âmbito do trabalho desenvolvido pela Rede ao nível da assistência à vítima, no ano de 2024, foram assistidas 53 presumíveis vítimas em rede (32 do sexo masculino e 21 do sexo feminino), incluindo 6 agregados familiares.

Quadro 92. Entidades parceiras da RRCAPVTSH na região de Aveiro em 2024.

Entidade	Data de integração
CMA	13/dez/13
Florinhas do Vouga	13/dez/13
CMI	13/dez/13
Casa Vera Cruz	13/dez/13
CASCI - Reabilitação	18/set/15
Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré	18/set/15
Cáritas Diocesana de Aveiro	18/dez/15
Plataforma para a Inovação Social - 4is	18/dez/15
Fundação CESDA	15/dez/17
CVP - Delegação de Águeda	15/dez/17
CMM	14/dez/18
PRAVE	14/dez/18
CERCIAB	06/dez/19
CPCJ	06/dez/19
CMOB	11/dez/20
CHBV	07/dez/22
Comando Distrital da PSP de Aveiro	17/fev/23

Fonte: Relatório de Atividades da RRCAPVTSH, 2024.

No ano de 2024 decorreu o VI Encontro da Rede Regional do Centro, intitulado “Quebrar Silêncios: 10 anos de trabalhos em Rede no apoio a vítimas de TSH”. Este encontro, que contou com a presença de vários/as representantes de diversas Entidades que trabalham

no âmbito do fenómeno do TSH, teve como principal objetivo assinalar a comemoração dos 10 anos de existência da RRCAPVTSH.

Importa destacar a disseminação de campanhas de sensibilização e informação nos diversos distritos que constituem a Região Centro, de forma a alcançar um maior número de entidades, serviços e população em geral, com vista à crucial sensibilização e à desocultação do crime de TSH:

- Campanha “No TSH Meta o Dedo Onde é Chamado” - Dia Internacional Contra o TSH (30 de julho);
- Campanha “Não Abras Isto!” - Dia Europeu de Combate ao TSH (18 de outubro);
- Ação de sensibilização para os técnicos do SAAS da CMA (11 de abril);
- Ações de sensibilização para estudantes do ensino superior na ESEC Coimbra (18 de março, 8 de outubro e 6 de novembro).

12.6. Pessoas em situação de sem-abrigo

As pessoas em situação de sem-abrigo constituem um dos grupos mais vulneráveis da sociedade, enfrentando não apenas a ausência de um teto, mas também múltiplas formas de exclusão social, como o desemprego, problemas de saúde física e mental, dependências e ruturas familiares. Esta realidade é frequentemente resultado de percursos de vida marcados por desigualdades profundas e falta de acesso a direitos básicos. A sua situação exige uma resposta integrada e multidisciplinar, que vá além da emergência, promovendo o acesso à habitação, à saúde, ao emprego e ao acompanhamento social continuado, com vista à inclusão plena na comunidade.

A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) 2025-2030 representa o mais recente quadro estratégico adotado pelo Estado português com o objetivo de prevenir e erradicar, de forma sustentada, as situações de sem-abrigo em Portugal. Esta estratégia dá continuidade às anteriores, reforçando a importância de uma abordagem integrada, multidisciplinar e centrada na pessoa, reconhecendo o direito à habitação como fundamental para a inclusão social.

Considera-se pessoa em situação de sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- **Sem teto**, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário. Por espaço público entendem-se espaços de utilização

488

Pessoas em situação de
sem-abrigo



449

em situação de sem-
teto

39

em situação de sem-
casa
(2024)

pública como jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamento, passeios, viadutos, pontes ou outros; abrigo de emergência – qualquer equipamento que acolha, de imediato, gratuitamente e por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita; local precário – local que, devido às condições em que se encontra permita uma utilização pública, tais como: carros abandonados, vãos de escada, entradas de prédios, fábricas e prédios abandonados, casas abandonadas ou outros.

- **Sem casa**, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito, isto é, num equipamento que acolha pessoas que não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua inserção. Corresponde, por exemplo, à resposta social da nomenclatura da Segurança Social ou outras de natureza similar, designada por Centro de Alojamento Temporário.

NÚCLEO DE PLANEAMENTO E INTERVENÇÃO SEM ABRIGO DE AVEIRO

Em março de 2012 foi formalmente constituído o NPISAA, através de uma parceria interinstitucional, que reúne entidades públicas e privadas, com intervenção direta ou indireta junto das pessoas em situação de sem-abrigo.

Em 2024, foram sinalizadas 488 pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Aveiro (Figura 238). É importante sublinhar que os dados relativos às 488 pessoas sinalizadas em situação de sem-abrigo no concelho em 2024 incluem, pela primeira vez, indivíduos pertencentes à comunidade cigana a viver em acampamentos informais. Esta inclusão decorre de uma orientação metodológica da Coordenação Nacional da ENIPSSA, que definiu a integração destes contextos no diagnóstico nacional. A maioria dos casos sinalizados corresponde, assim, a situações de sem-teto enquadradas neste novo critério, o que representa uma alteração relevante face a exercícios de caracterização anteriores e deve ser tido em conta na análise e comparação dos dados ao longo do tempo.

De acordo com o Diagnóstico das PSSA, a 31 de dezembro de 2024, encontravam-se em situação de sem-abrigo no concelho, 88 pessoas, estando 49 em situação de sem-abrigo - “sem teto” e 39 em situação de sem-abrigo - “sem casa”. Comparativamente, a dezembro de 2023, encontravam-se em situação de sem-abrigo, 89 pessoas, sendo que 53 destas se encontravam “sem teto” e 36 em situação de “sem casa”.

Considerando o total das 488 pessoas sinalizadas em 2024, que incluem, pela primeira vez, indivíduos de etnia cigana, 449 encontravam-se em situação de sem-teto (92,0%) e 39 em situação de sem-casa (8,0%). No que respeita ao género, 259 eram do sexo masculino (53,1%) e 229 do sexo feminino (46,9%). Relativamente à distribuição etária, a maioria das pessoas situava-se no grupo até aos 18 anos, representando 36,8% do total (179 pessoas).

Seguia-se o grupo dos 18 aos 30 anos, com 106 indivíduos (21,8%). Os grupos etários seguintes apresentavam os seguintes números: 99 pessoas entre os 31 e 44 anos, 91 entre os 45 e 64 anos, e 12 pessoas com mais de 64 anos (Figura 239).

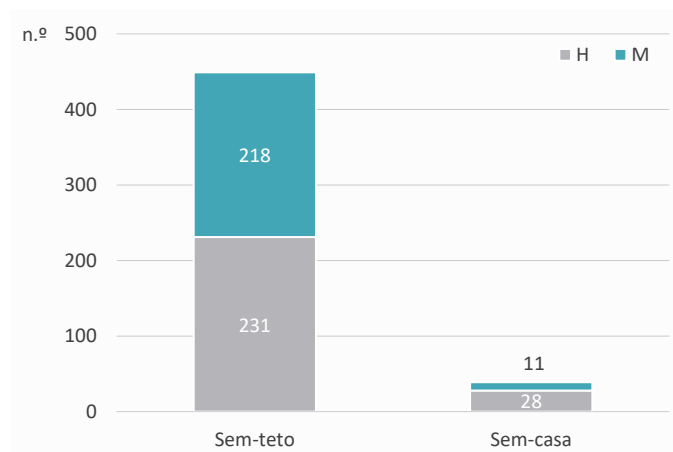


Figura 238. Situação habitacional das pessoas em situação de sem-abrigo, segundo o sexo, em 2024.

Fonte: Relatório NPISAA, 2024.

Quanto à escolaridade das pessoas em situação de sem-abrigo sinalizadas, verifica-se que uma parte significativa não tem qualquer nível de escolaridade completo (131, correspondendo a 26,8%). Um grupo expressivo completou o 1.º CEB (104, correspondendo a 21,3%), enquanto que a maior parte possui o 2.º ou 3.º CEB como nível máximo de escolaridade concluído (216, correspondendo a 44,3%). Apenas 18 pessoas completaram o ensino secundário (18), e apenas duas pessoas possuem formação superior (Figura 240).

A análise das causas que originaram a situação de sem-abrigo revela que a insuficiência financeira foi o motivo mais frequentemente identificado, afetando 382 pessoas (Figura 241). Em seguida, destacam-se o desemprego ou a precariedade laboral, mencionados por 53 pessoas. Outras causas englobam situações diversas (26 pessoas), comportamentos aditivos ou dependências (23), problemas de saúde mental (22) e a ausência de suporte familiar (20).

Quanto à duração da situação de sem-abrigo, destaca-se que uma parte considerável das pessoas sinalizadas encontra-se nesta condição há 10 anos ou mais (222 pessoas). Um número também expressivo está em situação de sem-abrigo entre 1 e menos de 5 anos (120 pessoas), seguido do grupo que se encontra entre 5 e menos de 10 anos (69 pessoas). Por outro lado, 54 pessoas estão sem-abrigo há menos de 6 meses, enquanto 14 pessoas estão nessa condição entre 6 meses e menos de 1 ano (Figura 242).

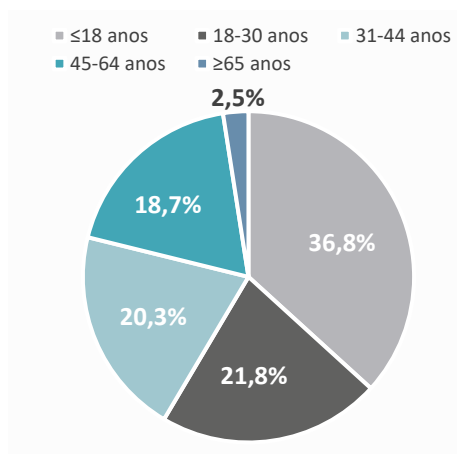


Figura 239. Pessoas em situação de sem-abrigo, segundo o grupo etário, em 2024.
Fonte: Relatório NPISAA, 2024.

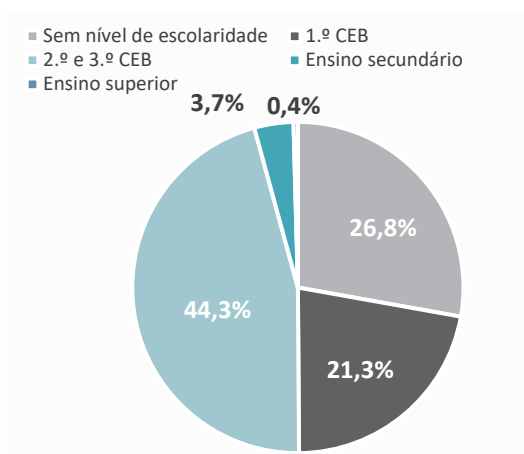


Figura 240. Pessoas em situação de sem-abrigo, segundo a escolaridade, em 2024.
Fonte: Relatório NPISAA, 2024.

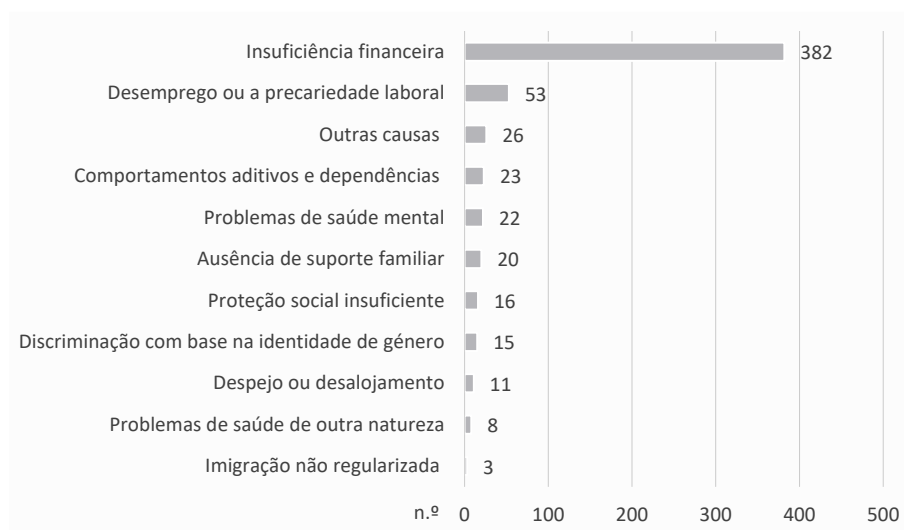


Figura 241. Causas que levaram à situação de sem-abrigo, em 2024.
Fonte: Relatório NPISAA, 2024.

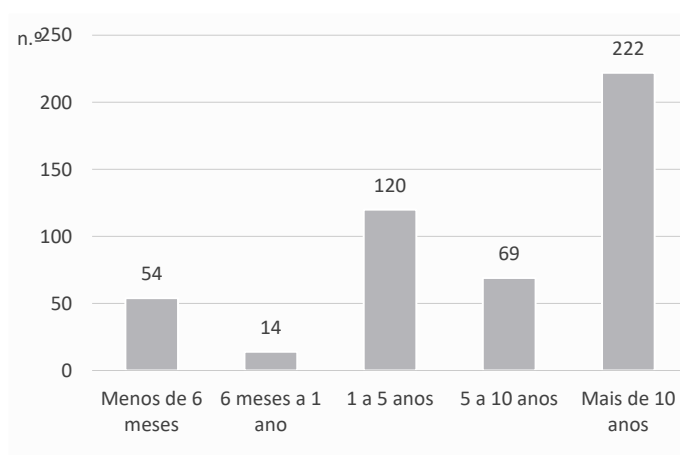


Figura 242. Duração da situação de sem-abrigo, em 2024.
Fonte: Relatório NPISAA, 2024.

APARTAMENTOS PARTILHADOS

Os apartamentos partilhados visam proporcionar uma habitação partilhada para pessoas em situação de sem-abrigo, para que adquiram competências sociais e de partilha das suas vivências com os restantes residentes.

Toda a intervenção é definida de acordo com o beneficiário, procurando a melhoria das suas condições de vida, de saúde e de bem-estar e o aumento dos laços sociais, com vista a promover a pertença e autodeterminação e a fomentar a reinserção social e profissional dos beneficiários na comunidade.

Para a concretização deste projeto, a instituição dispõe de quatro apartamentos — dois de tipologia T2 e dois de tipologia T3. Dois desses apartamentos estão integrados no parque municipal de habitação social e foram cedidos pela CMA. A gestão dos quatro apartamentos é assegurada pela IPSS Florinhas do Vouga, sendo a capacidade total de acolhimento de 10 utentes.

CENTROS ALOJAMENTO TEMPORÁRIO (CAT)

No concelho existem dois CAT¹⁷: um gerido pela Cáritas Diocesana de Aveiro, com capacidade para 10 utentes, e outro sob responsabilidade da Fundação CESDA, com capacidade para 16 utentes. Estas respostas complementares contribuem para garantir condições de acolhimento e integração social de pessoas em situação de vulnerabilidade extrema.

CENTRO COMUNITÁRIO "BAIRRO DE SANTIAGO"- ESPAÇO BEM-ESTAR - BALNEÁRIO, LAVANDARIA E VESTIÁRIO

O espaço bem-estar - balneário, lavandaria e vestiário faz parte das ações do CC e funciona todos os dias úteis das 9h às 12h30 e das 14h às 17h. A maioria das pessoas apoiadas encontra-se em situação de sem-abrigo e recorrem ao balneário para procederem à sua higiene pessoal, sendo, também, possível o tratamento de roupas. Este espaço permite, ainda, o levantamento de roupa e de material de higiene. Estes serviços têm contado com o apoio de toda a comunidade, que doa roupas e material de higiene à instituição, para que esta possa proceder à sua distribuição pela população acompanhada pela instituição.

¹⁷ De referir que o CAT da Cáritas Diocesana de Aveiro destina-se apenas a utentes do sexo masculino, enquanto o CAT da Fundação CESDA (Centro Social do Distrito de Aveiro) é uma resposta unissexo.

2.7. Comunidade migrante

A Europa tem assistido a um aumento significativo da imigração, impulsionado por crises económicas, políticas e sociais em várias regiões do mundo. Portugal tem-se afirmado como um do destino preferencial, em virtude da sua política de acolhimento, à boa qualidade de vida e às oportunidades laborais disponíveis. Este fluxo migratório, proveniente de diversas origens como a América Latina, África, Ásia e Europa de Leste, tem trazido ao país desafios e oportunidades. A diversidade crescente tem contribuído para o dinamismo económico, mas evidencia também a necessidade de implementar políticas eficazes de integração, especialmente nos domínios da educação, saúde e habitação.

Em 2023, existiam 9.821 estrangeiros com estatuto legal de residente no concelho de Aveiro (Quadro 93). Em termos percentuais, 11,4% da população residente em Aveiro é estrangeira, um valor muito superior à Região de Aveiro (6,5%) e também ao Continente (10,1%).

9.821

Estrangeiros com estatuto legal de residente



11,4%

Peso da população estrangeira

Quadro 93. População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente.

Unidade territorial	2021	2022	2023
	(%)		
Aveiro	7,1	8,2	11,4
Região de Aveiro	3,8	4,4	6,5
Centro	3,8	4,4	6,3
Continente	6,9	7,6	10,1

Fonte: INE.

51,1%

Têm nacionalidade brasileira (2023)

Entre 2014 e 2023, a população estrangeira residente em Aveiro aumentou de forma contínua, com destaque para um forte crescimento a partir de 2018 (Figura 243). Em 2023, o número quase triplicou face a 2014, passando de 3.283 para 9.821 residentes (+199,1%).

Em Aveiro, em 2023, a imigração revela uma ligeira predominância masculina (5.180) comparativamente às mulheres (4.641) (Figura 244).

Mais de metade dos estrangeiros residentes em Aveiro são oriundos de países americanos (51,1%), sobretudo do Brasil, com 5.019 residentes (Figuras 245 e 246). Também se destaca a presença significativa de cidadãos de países africanos (1.210 pessoas).

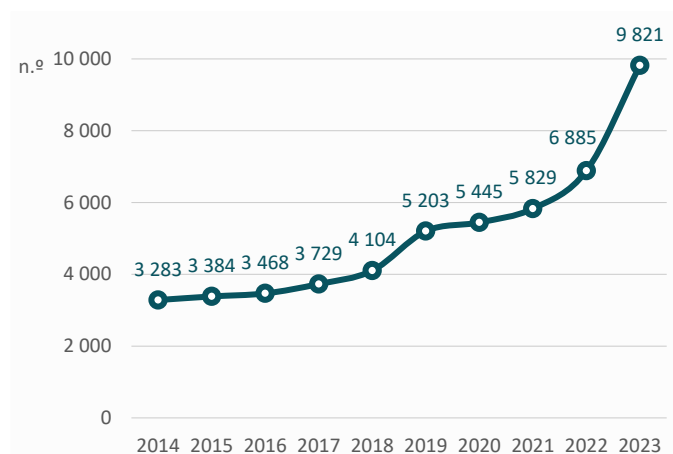


Figura 243. População estrangeira com estatuto legal de residente, no concelho de Aveiro, entre 2014 e 2023.

Fonte: INE.

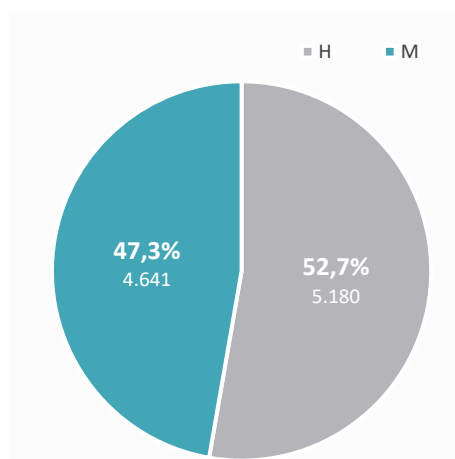


Figura 244. População estrangeira com estatuto legal de residente, no concelho de Aveiro, segundo o sexo, em 2023.

Fonte: INE.

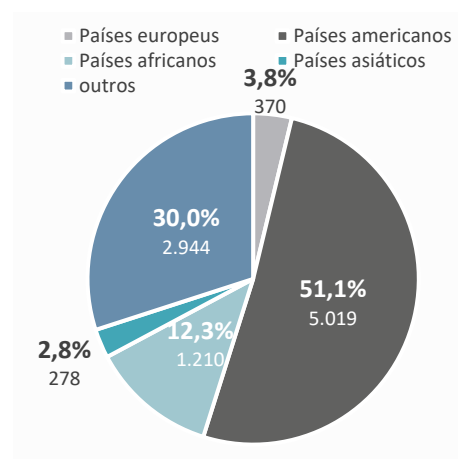


Figura 245. População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Aveiro, por grupos de nacionalidades, em 2023.

Fonte: INE.

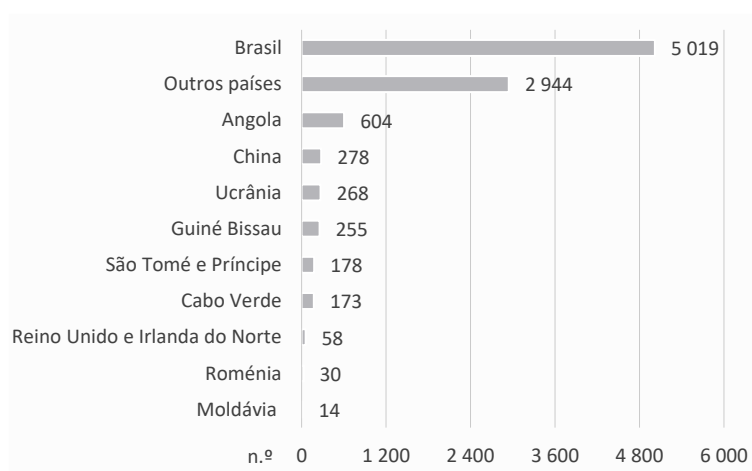


Figura 246. Principais nacionalidades da população estrangeira com estatuto legal de residente, no concelho de Aveiro, em 2023.

Fonte: INE.

CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

O projeto Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) Aveiro - Casa Vera Cruz visa dar continuidade ao trabalho de 22 anos desenvolvido pelo Centro Social Paroquial da Vera Cruz (agora Casa Vera Cruz - CVC), na integração da população migrante na região de Aveiro.

O CLAIM tem como objetivo a informação e apoio para legalização, reagrupamento familiar, nacionalidade, educação (equivalências e reconhecimento), assuntos laborais, segurança social, saúde, retorno voluntário, marcações online na Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) e consulados, entre outros assuntos que apresentem dificuldades para a integração.

Participa, ainda, em atividades locais, de forma a promover a interculturalidade, e integra grupos de trabalho, com a finalidade de prevenir a imigração ilegal, o TSH, a violência doméstica, o racismo e a xenofobia.

Neste sentido, o serviço CLAIM apresenta atendimento personalizado e horário alargado, disponível nos seguintes locais:

- a) CLAIM – sede do projeto, em Aveiro
- b) CLAIM Itinerante – a operar nos concelhos de Ílhavo, Vagos, Murtosa e Estarreja, bem como na freguesia de Aradas.

CLAIM Social: no âmbito da garantia da subsistência de NPT, apoio de emergência ao nível alimentar, higiene e limpeza, vestuário, mobílias, eletrodomésticos e outros bens básicos), acesso a serviços de saúde, segurança social, ação social, educação, apoio na procura de soluções de habitação, apoio psicológico entre outros.

PARTICIPA: Produção de conteúdos culturais, desportivos e informativos associados a problemáticas sociais, a temas identificados por NPT ou de pertinência atual (discriminação, violência doméstica e TSH, igualdade de género; participação cívica e política, integração,) e capacitação parental:

- Criação e desenvolvimento de manifestações culturais e desportivas (capoeira para crianças, exposições artísticas com material reciclado: com tema à escolha dos/as NPT, workshops (culinária e partilha de tradições/cultural), festas interculturais, encontro de jogos tradicionais, outras atividades a convite de outras organizações parceiras (ex. futebol de rua, torneio de corfebol, ...)
- Dinamização de sessões de informação e sensibilização para sensibilização da opinião pública e NPT (mesas redondas, podcast, vídeo, sessões em escolas secundárias, post com testemunho, Redes sociais: dinamização das redes/informações e testemunhos/comemoração de dias mundiais, flash mobs/ações de sensibilização de

rua, materiais informativos mitos/verdades, campanhas de divulgação dos serviços/informação de boas vindas a Aveiro, oficinas de integração, ações de capacitação parental, sessões de sensibilização para a participação cívica e política (orçamento participativo, concursos de ideias, capital nacional da cultura, diagnóstico social, ...);

- Encontros de partilha entre profissionais da área das migrações.

CAPACITA: promoção de atividades promotoras do desenvolvimento de competências dos NPT:

- **Capacita COMUNICAÇÃO:** Promoção da aprendizagem da língua portuguesa através de: Encaminhamentos para alfabetização e formação de Português; Cursos online já existentes, com apoio semanal online do mentor, de português e de HORECA: hotéis, restauração, cafés e similares, indústria e serviços. Esta atividade tem subjacente o uso de plataforma moodle já existente, que exige a manutenção para todos o processo desde a inscrição à avaliação do aluno.
- **Capacita EMPREGO e HABILITAÇÕES:** apoio na certificação de habilitações académicas, sessões/oficinas nas áreas do empreendedorismo e criação do próprio emprego, colocação em emprego e formação, Apoio na apresentação de candidaturas a emprego, apoio em tradução e certificação de documentos, e Apoio jurídico.
- **Capacita EMPRESAS:** criação de bolsa de empregadores, campanhas de sensibilização para empregadores e para colaboradores das empresas sobre temáticas como direitos/deveres, bullying, discriminação, igualdade de oportunidades e de género; distinção Empresa Inclusiva, a atribuir às empresas/entidades com boas práticas nas áreas da diversidade e inclusão.

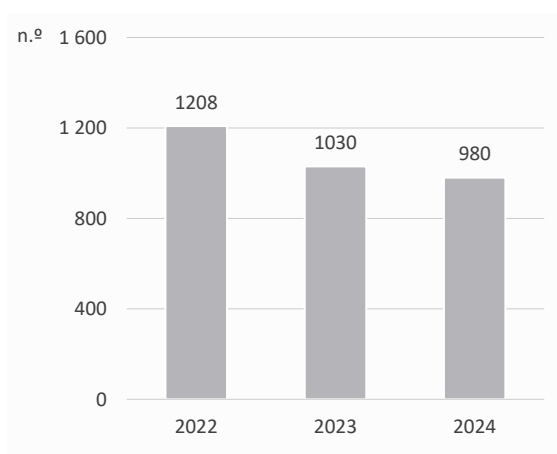


Figura 247. Inscritos no CLAIM entre 2022 e 2024.

Fonte: CLAIM.

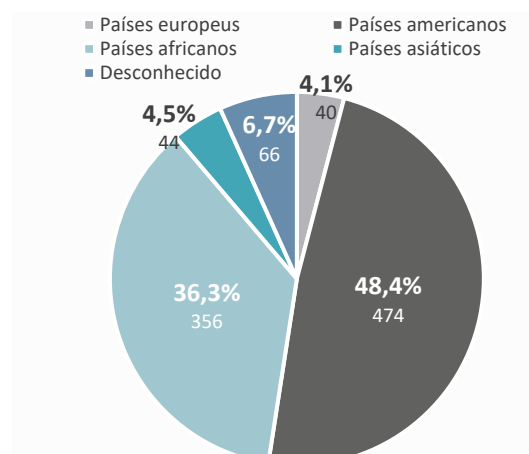


Figura 248. Inscritos no CLAIM, por grupos de nacionalidades, em 2024.

Fonte: CLAIM.

Quadro 94. Inscritos no CLAIM, segundo o país de origem, entre 2022 e 2024.

País	Migrantes			País	Migrantes		
	2022	2023	2024		2022	2023	2024
	(n.º)				(n.º)		
Afganistão	3	6	1	Itália	1	1	0
África do Sul	3	7	1	Kosovo	0	1	0
Albânia	1	0	0	Libéria	1	0	0
Angola	109	139	100	Lituânia	1	0	0
Argélia	1	0	6	Malásia	0	1	0
Argentina	7	16	15	Marrocos	5	5	5
Bangladesh	4	4	3	México	3	1	1
Bielorrússia	0	1	0	Moçambique	7	21	17
Brasil	332	280	217	Moldávia	1	0	2
Cabo Verde	37	11	12	Mongólia	0	0	3
Canada	0	0	1	Nepal	11	2	7
Cazaquistão	2	0	0	Nigéria	2	3	12
Chile	2	6	1	Panamá	0	1	0
Colômbia	31	35	31	Paquistão	7	9	12
Congo	0	1	2	Paraguai	1	0	1
Costa do Marfim	1	0	0	Peru	13	11	1
Cuba	2	2	2	Reino Unido	5	3	2
El Salvador	0	3	1	República Democrática do Congo	1	0	0
Equador	0	4	6	República Dominicana	0	1	0
Espanha	0	1	1	Roménia	5	2	1
Estados Unidos	4	3	2	São Tomé e Príncipe	33	60	67
Etiópia	0	2	0	Senegal	10	6	4
Federação da Rússia	10	5	2	Sérvia	1	0	0
França	2	0	2	Singapura	0	1	1
Gambia	0	1	0	Sri Lanka	0	0	1
Gana	2	0	2	Tailândia	1	0	0
Geórgia	1	0	3	Tunísia	1	0	1
Guatemala	0	0	1	Turquia	1	2	2
Guiné	4	2	1	Ucrânia	98	42	27
Guiné Bissau	129	100	126	Uruguai	6	0	3
Haiti	1	0	0	Uzbequistão	6	0	0
Índia	25	7	14	Venezuela	184	157	191
Irão	5	3	0	Desconhecido	84	61	66
Iraque	1	0	0	Total	1208	1030	980

Fonte: CLAIM.

Entre 2022 e 2024, observa-se uma tendência decrescente no número total de atendimentos no CLAIM, passando de 1.208 para 980 (Figura 247). A distribuição dos inscritos em 2024 por grupos de nacionalidade (Figura 248) revela que a maioria é o continente americano (48,4%), seguida pelo continente africano (36,3%), asiático (4,5%) e por fim, europeu (4,1%). Entre os países americanos, destacam-se o Brasil, com 217 atendimentos em 2024, e a Venezuela, com 191 (Quadro 94).

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL UNIVERA

O GIP UNIVERA é uma estrutura de apoio ao emprego que, em estreita cooperação com o IEFP, apoia jovens e adultos migrantes desempregados na definição e desenvolvimento do seu percurso de inserção e reinserção no mercado de trabalho.

Este trabalho é promovido através de:

- Atendimento personalizado à população migrante, onde são informados sobre como elaborar o seu curriculum, se inscrever no IEFP e pesquisar as ofertas disponíveis no site IEFP e em outros sites de emprego e sobre a importância de pedir a equivalência dos seus estudos, entre outros assuntos;
- Ações de informação sobre medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação e programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação;
- Informação e encaminhamento para os serviços de apoio ao cidadão migrante (e.g.: CNAIM, CLAIM, AIMA e GAEM).

O atendimento a desempregados e/ou potenciais interessados em formação profissional, efetuado por marcação prévia, é realizado por uma técnica que procede ao respetivo encaminhamento para as ofertas locais, nacionais e/ou internacionais de trabalho e formação profissional, de acordo com o perfil, experiência e história de vida dos candidatos.

O GIP UNIVERA iniciou a atividade a 4 de janeiro de 2008, pertence à Rede GIP Imigrante e é resultante de um protocolo de cooperação entre a Casa Vera Cruz, o ACM e o IEFP.

Dos 514 indivíduos inscritos no GIP UNIVERA, 308 são do sexo feminino (59,9%) e 206 são do sexo masculino (40,1%). Observa-se maior concentração de inscritos nas faixas etárias entre os 25 e os 39 anos (47,9%, correspondendo a 246 pessoas). A presença de inscritos diminui progressivamente a partir dos 45 anos, refletindo possivelmente uma menor procura de apoio à inserção profissional nas idades mais avançadas (Figura 249).

A maioria dos inscritos possui o ensino secundário (49%, correspondendo a 252 pessoas), seguido por indivíduos com ensino superior (25,1%, correspondendo a 129 pessoas) (Figura 250).

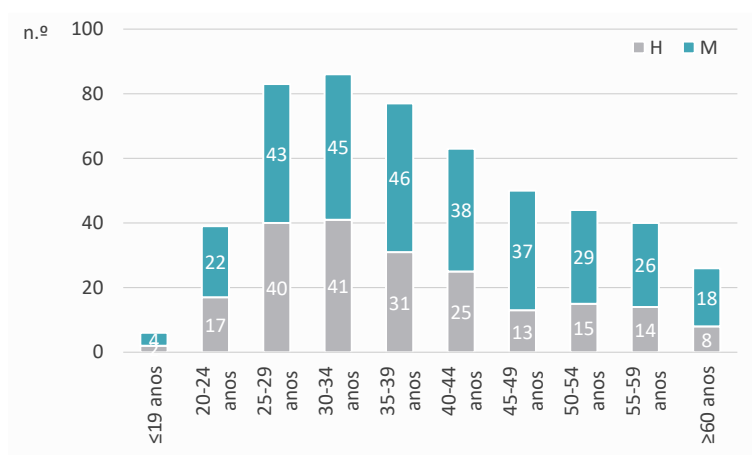


Figura 249. Inscritos no GIP UNIVERA, segundo o sexo e grupo etário, em 2024.

Fonte: GIP UNIVERA.

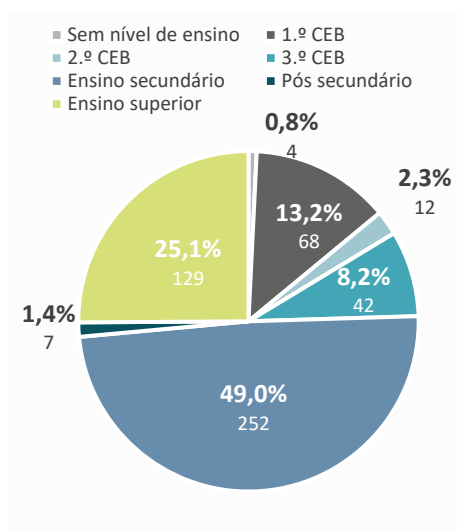


Figura 250. Inscritos no GIP UNIVERA, segundo as habilitações, em 2024.

Fonte: GIP UNIVERA.

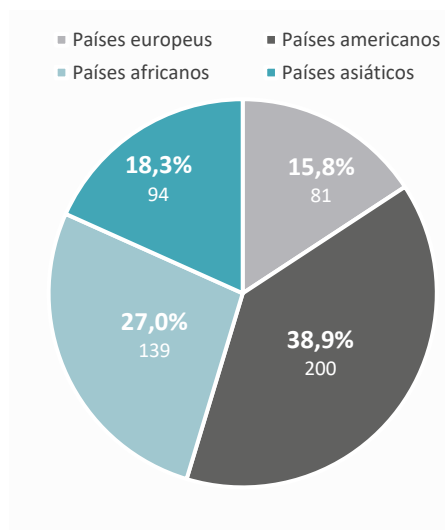


Figura 251. Inscritos no GIP UNIVERA, por grupos de nacionalidades, em 2024.

Fonte: GIP UNIVERA

Quadro 95. Inscritos no GIP Univera, segundo o país de origem, em 2024.

País	Migrantes (n.º)	País	Migrantes (n.º)
Venezuela	83	Afganistão	3
Brasil	69	Equador	3
Angola	41	França	3
Índia	36	Roménia	3
Ucrânia	35	Timor-leste	3
Guiné-Bissau	29	Tunísia	3
Colômbia	18	Perú	2
Paquistão	18	Répubblica Democrática do Congo	2
São Tomé e Príncipe	15	Sri Lanka	2
Argentina	12	Bielorrússia	1
Bangladesh	12	Cazaquistão	1
Itália	12	Croácia	1
Nigéria	11	El Salvador	1
Cabo-Verde	10	Gâmbia	1
Nepal	10	Geórgia	1
Espanha	9	Holanda	1
Marrocos	9	Lituânia	1
Irão	8	Polónia	1
Moçambique	7	Reino-Unido	1
África do Sul	6	Rússia	1
Cuba	6	San Salvador	1
Alemanha	5	Senegal	1
Portugal	5	Sérvia	1
Argélia	4	Síria	1
México	4	Trinidad e Tobago	1

Fonte: GIP UNIVERA.

Relativamente à distribuição por nacionalidades (Figura 251 e quadro 95), a maior parte dos inscritos é oriunda de países americanos (38,9%, correspondendo a 200 pessoas), seguida por pessoas provenientes de países africanos (139), países asiáticos (94), e finalmente

países europeus (81). Numa desagregação por país de origem, sobressaem os oriundos da Venezuela (83), do Brasil (69), de Angola (41) e da Índia (36).

CLDS 5G AVEIRO+

No âmbito do CLDS 5G Aveiro+, e de acordo com o plano de ação, destacam-se as ações específicas dirigidas a migrantes:

APRENDER+ - Dinamização de espaços de apoio ao estudo em contexto escolar e comunitário para apoio à integração da população migrante.

Objetivos:

- Promover a integração comunitária através do apoio ao estudo;
- Assegurar o acolhimento e a integração da população migrante;
- Aumentar a coesão territorial e fortalecimento de redes de suporte formal e informal;
- Reforçar e diversificar a resposta no acolhimento e na integração social e da população migrante.

ACOLHE+ - Dinamização de oficinas temáticas com vista à promoção da inclusão social dos destinatários através da partilha de conhecimento e práticas culturais e artísticas.

Objetivos:

- Reforçar e diversificar a resposta no acolhimento e na integração social e profissional da população migrante (alojamento, formação, capacitação e empregabilidade), com vista à sua autonomia.

INCLUIR+ - Realização de eventos interculturais tendo em vista o favorecimento da integração da população migrante na comunidade. Em 4 anos, serão dinamizados 4 eventos de animação sociocomunitária, com a duração de dois dias/cada e 12H00/cada, com 40 participantes/cada, totalizando 8 dias, 96 horas e totalizando 160 participantes, designadamente, migrantes, idosos, crianças e jovens e outros.

Objetivos:

- Aumentar a coesão territorial e fortalecimento de redes de suporte formal e informal.

FORMAR+ - Em 2 anos, serão dinamizadas 20 sessões práticas de capacitação dirigidas a famílias e indivíduos com mobilização de entidades/instituições da Rede Social de Aveiro e outros, com intervenção social concelhia, com a duração de 3H00/cada, com 10 participantes/sessão, totalizando 200 participantes (abr25-out26).

12.8. Minorias

O termo minoria diz respeito a um determinado grupo humano ou social historicamente excluído, que esteja em inferioridade numérica ou em situação de subordinação socioeconómica, política ou cultural em relação ao outro grupo. Quando falamos no termo étnico, falamos de um grupo de pessoas que se identificam umas com as outras, ou são identificadas como tal por terceiros, com base em semelhanças culturais ou biológicas, ou ambas, reais ou presumidas.

Tendo por referência a realidade concelhia, serão abordadas algumas das minorias existentes na comunidade e com importância ao nível da sua integração social:

- Étnicas: comunidades ciganas;
- Igualdade de género (orientação sexual): comunidade LGBTQIA+.

ÉTNICAS: COMUNIDADES CIGANAS

Em Portugal, a integração das comunidades ciganas tem sido promovida através de políticas públicas estruturadas, destacando-se a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), cuja primeira edição foi lançada em 2013 e prolongada até ao final de 2023. Esta estratégia adota uma abordagem integrada e intersectorial, articulando-se com outras políticas nacionais, como a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação (ENIND) 2018-2030 "Portugal + Igual", e com compromissos internacionais, nomeadamente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A ENICC estrutura-se em cinco eixos de intervenção - Transversal, Educação, Habitação, Formação e Emprego e Saúde. O eixo Transversal integra dimensões como o conhecimento das comunidades ciganas e o acompanhamento da estratégia, o combate à discriminação, a educação para a cidadania, a valorização da história e cultura ciganas, a igualdade de género, a justiça e segurança, a mediação e a proteção social.

Com a ENICC surgiu o Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) integrado também no Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Este observatório tem como objetivo, a concretização das medidas previstas na ENICC.

Ao longo da sua vigência, a ENICC desempenhou um papel relevante no combate ao antigitanismo, através de ações de sensibilização dirigidas à sociedade em geral e da capacitação das entidades públicas para a promoção da igualdade e da inclusão. Paralelamente, foram apoiados projetos e iniciativas - frequentemente cofinanciados por fundos europeus - que incentivam a participação ativa das pessoas ciganas na definição de políticas públicas, contribuindo para uma cidadania mais plena e equitativa.

IGUALDADE DE GÉNERO: COMUNIDADE LGBTQIA+

Desde 2011, os planos nacionais enquanto instrumento de execução das políticas públicas, integram a área estratégica da orientação sexual e identidade de género com o objetivo de prevenir e combater todas as formas de discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género, promovendo a sensibilização de toda a sociedade portuguesa para esta problemática. Em 2018, com a aprovação da ENIND 2018-2030 "Portugal + Igual", Portugal passa a ter um plano autónomo intitulado "Plano de ação de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais". Nos últimos 10 anos, Portugal tem vindo a introduzir alterações legislativas progressistas nomeadamente no código do trabalho, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o direito à adoção, o direito ao acesso à procriação medicamente assistida e mais recentemente (2018), a lei da autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais.

A Associação ILGA Portugal, fundada em 1995, é o rosto da luta pela igualdade e contra a discriminação das pessoas LGBTQIA+ e das suas famílias em Portugal. Esta Associação tem como objetivo a integração social da população lésbica, gay, bissexual, trans e intersexo e das suas famílias, através de um programa alargado de apoio no âmbito social que garanta a melhoria da sua qualidade de vida, defendendo os Direitos Humanos e a Igualdade de Género. Trata-se de uma organização de âmbito nacional, com sede em Lisboa, e que integra, a nível nacional, o Conselho Consultivo da CIG e a Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais (PAOIEC). A Associação ILGA Portugal tem vindo a destacar-se a nível europeu e internacional, tendo sido a primeira organização portuguesa a integrar a Plataforma para os Direitos Fundamentais da Agência da União Europeia (UE) para os Direitos Fundamentais, para além de ser membro na Advocacy Network da ILGA-Europe e de ser membro fundador da Network of European LGBT Families Association (NELFA). A nível internacional, é membro da ILGA, da Transgender Europe (TGEU), da Organisation Intersex International Europe (OII-Europe), da InterPride, da European Pride Organisers Association (EPOA) e é correspondente do Dia Internacional da Luta contra a Homofobia e Transfobia (IDAHOT). Esta associação está estruturada ao nível de serviços, grupos de encontro e partilha, grupos comunitários. Ao nível dos serviços, tem gabinetes de apoio à vítima LGBTQIA+, apoio psicológico, apoio social, jurídico e de formação e consultoria. Para além deste trabalho, vão desenvolvendo ações de impacto e sensibilização para a igualdade de género e não discriminação.

PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE – 2023-2026

Objetivos:

A definição deste plano organiza-se em duas vertentes, uma interna na Câmara Municipal e outra, externa, com incidência na comunidade local, alinhando um conjunto de ações, numa dupla perspetiva:

1. Vertente interna tendo por base o planeamento estratégico, a comunicação e os recursos humanos;
2. Vertente externa tendo por base a comunidade, ação social, educação, empreendedorismo, emprego, cultura e desporto.

Desta forma, são objetivos gerais do Plano Municipal para a Igualdade:

- Adotar uma política de transparência e de combate e eliminação, de e por parte do Município de Aveiro, de toda e qualquer forma de discriminação (seja racial, pela orientação sexual, por razão de género, por razões de nacionalidade ou cultura, ou outras formas perniciosas);
- Reforçar a cultura institucional que valorize a igualdade de oportunidades, assente na pessoa humana e extensíveis a outras dimensões sociais;
- Desenvolver práticas e ações positivas que visem combater e eliminar toda e qualquer forma de discriminação;
- Proporcionar um território mais equitativo, justo e, consequentemente, mais coeso e sustentável;
- Promover a intolerância social à violência doméstica e de género e um sistema de apoio e de proteção às vítimas.

O Plano Municipal para a Igualdade identifica como destinatários os seguintes públicos estratégicos:

- Comunidade em Geral;
- Agrupamentos de Escolas;
- Instituições em Matéria de Infância e Juventude;
- Entidades empregadoras;
- Entidades da Saúde;
- Entidades Sociais;
- Trabalhadores da Câmara Municipal;
- Juntas de Freguesia.

Constituem ainda objetivos internos do Plano, no âmbito da gestão dos recursos humanos:

- Garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres que desenvolvem a sua atividade profissional na Câmara Municipal;
- Assegurar o desenvolvimento de medidas de conciliação da vida familiar e profissional dos seus trabalhadores;

- Promover o uso não sexista da linguagem e o tratamento igualitário de mulheres e homens, especialmente no âmbito da comunicação institucional;
- Promover a consciencialização da comunidade relativamente à desigualdade social existente entre homens e mulheres;
- Sensibilizar os trabalhadores para as questões e os problemas que envolvem a Igualdade;
- Constituir um exemplo de “boas práticas”, a nível municipal e nacional, assumindo o compromisso interno e externo com a Igualdade;
- Implementar e monitorizar o Código de Conduta da Prevenção e Combate à Discriminação, ao Assédio e à Violência no Trabalho do Município de Aveiro.

Plano de Ação 2023 - 2026

O Plano de Ação integra as áreas prioritárias de intervenção e respetivos objetivos específicos, devidamente articulados com os ODS 2030 e com os Principais Direitos Sociais. Apoia-se em 3 Planos de Ação definindo orientações e medidas de política pública nos seguintes domínios:

1. Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens (PAIMH);
2. Plano de ação para a Prevenção e o combate à violência doméstica contra as mulheres, violência de género e violência doméstica (PAVMVD);
3. Plano de ação de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e caraterísticas sexuais (PAOIEC).



REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

A RSES, que corresponde à configuração da organização territorial dos serviços e equipamentos sociais previstos na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor, assume particular relevância na promoção e no desenvolvimento da proteção e integração social dos grupos sociais mais vulneráveis e, por essa razão, representa um eixo fundamental para a compreensão multidimensional da realidade social.

No concelho, a RSES é constituída por 55 entidades gestoras, 95 equipamentos sociais e 181 respostas sociais¹⁸.

Olhando apenas para as 181 respostas sociais que compõem a RSES do concelho, a observação da sua natureza jurídica revela a relevância do setor não lucrativo no domínio do apoio social à população. Efetivamente, as respostas sociais pertencentes à rede não lucrativa correspondem a 88,40% (160) do universo de respostas sociais, representando os restantes 11,60% (21) as respostas sociais lucrativas (11,05%, que corresponde a 20 respostas sociais) e a resposta social de natureza jurídica indefinida (0,55%, que representa uma resposta social), correspondendo esta última à EA (NAVVD) da Cáritas Diocesana de Aveiro (Figura 252 e quadro 96). Confirmando a importância deste setor no âmbito da proteção social às populações, nas respostas sociais não lucrativas é evidente a preponderância da rede solidária, que representa 74,03% (134), em detrimento da rede pública, que corresponde a 14,36% (26). O peso da rede pública deve-se aos estabelecimentos de educação pré-escolar do ME e à ECCI da ULSRA, E.P.E. A rede lucrativa integra as respostas sociais de creche, JI, CATL, SAD e ERPI.

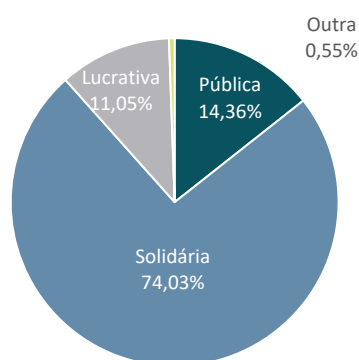


Figura 252. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, no concelho.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

¹⁸ Os dados constantes neste ponto são provenientes da Carta Social do Município de Aveiro 2024-2028.

Quadro 96. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, no concelho.

Unidade territorial	Pública	Solidária	Lucrativa	Outra	Total
	(n.º)				
Aradas	4	11	2	0	17
Cacia	3	6	0	0	9
Eixo e Eirol	2	12	1	0	15
Esgueira	5	16	4	0	25
Oliveirinha	3	11	0	0	14
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	1	9	1	0	11
Santa Joana	3	12	1	0	16
São Bernardo	1	9	0	0	10
São Jacinto	0	4	0	0	4
UF de Glória e Vera Cruz	4	41	11	1	57
Freguesia do território municipal indefinida	0	3	0	0	3
Total	26	134	20	1	181

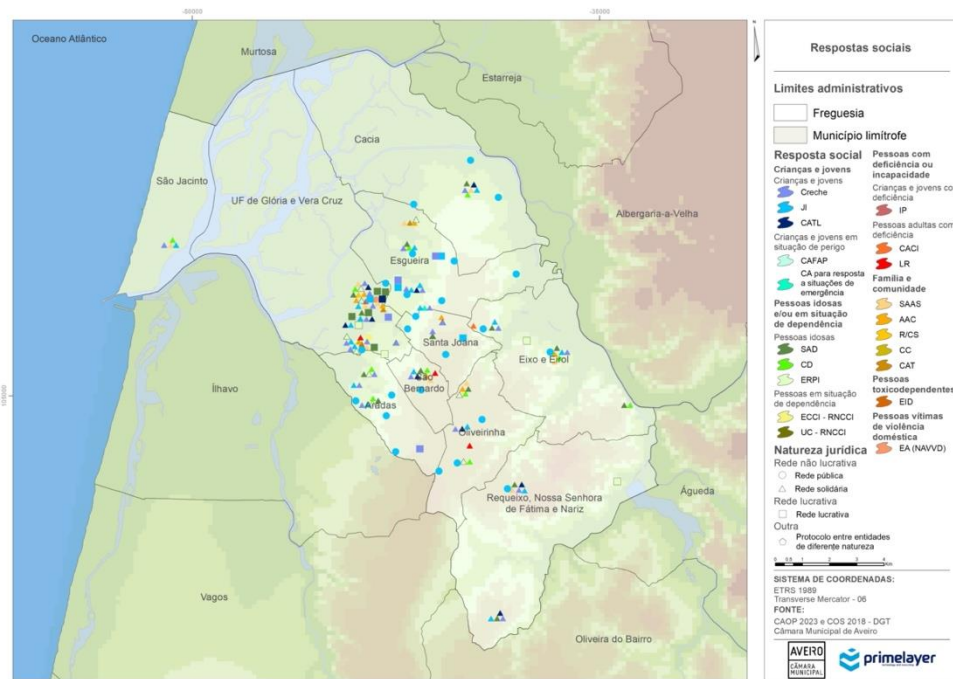
Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

A análise da distribuição territorial das respostas sociais¹⁹ mostra-nos que acompanha o padrão de distribuição populacional, privilegiando as centralidades tradicionais (Mapa 18). A UF de Glória e Vera Cruz regista o maior número de respostas sociais (57), seguida, ainda que com valores bastante distanciados, das freguesias de Esgueira (25), Aradas (17), Santa Joana (16), Eixo e Eirol (15) e Oliveirinha (14). Embora não existam unidades territoriais sem oferta de respostas sociais, é de notar a existência de uma unidade territorial - São Jacinto - que não é servida de estabelecimento de educação pré-escolar do ME.

Numa referência à repartição espacial das respostas sociais segundo a natureza jurídica, é evidente a existência de uma diferenciação clara entre as respostas sociais não lucrativas, que se disseminam de forma equilibrada pelo território municipal, e as respostas sociais lucrativas, que apresentam um padrão de distribuição claramente polarizado, concentrando-se UF de Glória e Vera Cruz²⁰.

¹⁹ Uma das respostas sociais lucrativas consideradas na UF de Glória e Vera Cruz corresponde à ERPI da SCMA, uma vez que é nesta freguesia que se localiza o Edifício Irmãos Rangel.

²⁰ Não foi identificada a freguesia de localização das três casas de abrigo existentes no território municipal, por razões associadas à natureza da própria resposta.



Mapa 18. Distribuição territorial das respostas sociais no concelho²¹.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Relativamente à distribuição das respostas sociais por área de intervenção, constata-se que se distribuem por seis áreas de intervenção, a saber, crianças e jovens, pessoas idosas e/ou em situação de dependência, pessoas com deficiência ou incapacidade, família e comunidade, pessoas toxicodependentes e pessoas vítimas de violência doméstica (Quadro 97). As respostas sociais dirigidas às crianças e jovens (94, valor correspondente a 51,93%) e às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (52, valor que representa 28,73%) são as mais presentes no território, ainda que com uma clara superioridade das primeiras em relação às segundas. Numa posição intermédia encontram-se as respostas sociais direcionadas à família e comunidade, que correspondem a 13,81% (25). As respostas sociais destinadas às pessoas com deficiência ou incapacidade, às PVVD e às pessoas toxicodependentes representam, respetivamente, 2,76% (5), 2,21% (4) e 0,55% (1) das respostas sociais que compõem a RSES do concelho de Aveiro.

²¹ No sentido de apoiar a leitura da informação, sempre que um equipamento social desenvolve mais do que uma atividade e/ou serviço, as respostas sociais são representadas através de uma localização relativa.

Quadro 97. Respostas sociais, segundo a área de intervenção, no concelho.

Unidade territorial	Crianças e jovens		Pessoas idosas e/ou em situação de dependência		Pessoas com deficiência ou incapacidade		Família e comunidade	Pessoas toxicodependentes	PVVD	Total
	Crianças e jovens	Crianças e jovens em	Pessoas idosas	Pessoas em situação de dependência	Crianças e jovens com deficiência	Pessoas adultas com deficiência				
	(n.º)		(n.º)		(n.º)		(n.º)		(n.º)	
Aradas	11	0	6	0	0	0	0	0	0	17
Cacia	6	0	2	0	0	0	1	0	0	9
Eixo e Eirol	6	0	6	0	0	1	2	0	0	15
Esgueira	18	1	3	0	0	0	3	0	0	25
Oliveirinha	6	0	5	0	0	1	2	0	0	14
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	7	0	3	0	0	0	1	0	0	11
Santa Joana	8	0	6	0	0	0	2	0	0	16
São Bernardo	4	0	3	0	0	1	2	0	0	10
São Jacinto	2	0	1	0	0	0	1	0	0	4
UF de Glória e Vera Cruz	24	1	15	2	1	1	11	1	1	57
Freguesia do território municipal indefinida	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Total grupo-alvo	92	2	50	2	1	4	25	1	4	181
Total população-alvo	94		52		5		25	1	4	181

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

De sublinhar o facto do padrão de localização das respostas sociais por área de intervenção não ser homogéneo, diferenciando-se as respostas sociais direccionadas às crianças e jovens e às pessoas idosas e/ou em situação de dependência, que se distribuem de forma mais uniforme pelo território municipal, das destinadas às pessoas com deficiência ou incapacidade, família e comunidade, pessoas toxicodependentes e pessoas vítimas de violência doméstica, que apresentam um carácter fortemente polarizado, concentrando-se no principal núcleo populacional, ou seja, na UF de Glória e Vera Cruz, que é a unidade territorial que regista o maior número de respostas sociais e a única onde estão presentes todas as áreas de intervenção.

13.1. Crianças e jovens

As respostas sociais destinadas às crianças e jovens assumem um papel fundamental na vida dos indivíduos e das famílias, representando um garante de apoio ao pleno e equilibrado desenvolvimento das crianças e dos jovens, na medida em que complementam

ou substituem a família no seu processo de socialização e asseguram o seu próprio projeto de vida.

Nas crianças e jovens abordamos dois do total de três²² grupos-alvos existentes na área de intervenção “Infância e juventude”, a saber, “Crianças e jovens” e “Crianças e jovens em situação de perigo”.

Como vimos anteriormente, as crianças e jovens concentram a maioria das respostas sociais, com um total de 94, valor que representa 51,93% do universo global de respostas sociais em funcionamento no concelho de Aveiro (Quadro 98). Descendo de escala de análise, no território municipal verifica-se a existência de 29 creches, 53 estabelecimentos de educação pré-escolar, 10 CATL's, 1 CAFAP e 1 CA para resposta a situações de emergência. Numa referência à natureza jurídica, e excluindo a resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar, predomina a rede solidária, presente em todas as respostas sociais. Por sua vez, a rede lucrativa está presente apenas nas respostas sociais de creche, estabelecimento de educação pré-escolar e CATL, onde representa, respetivamente, 13,79%, 11,32% e 10% do universo total. Relativamente à resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar, esta subdivide-se entre a rede pública do ME (45,28%), a rede solidária (43,40%) e a rede lucrativa (11,32%).

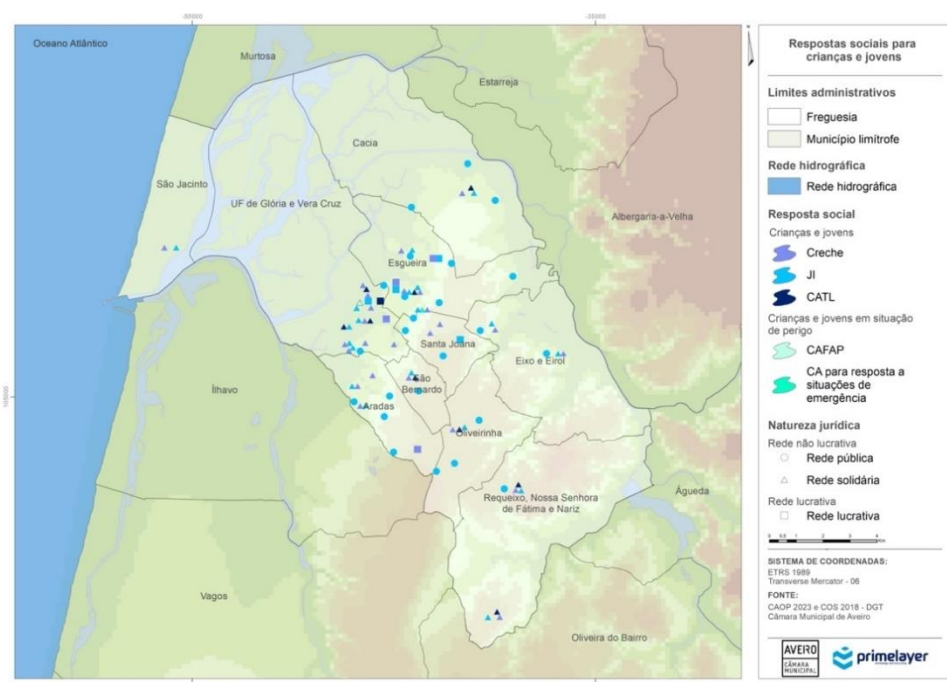
A observação da distribuição territorial das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens coloca em evidência, por um lado, a elevada disseminação da resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar pelo território municipal e, por outro lado, a maior concentração das respostas sociais na UF de Glória e Vera Cruz e na freguesia de Esgueira, que correspondem aos principais núcleos populacionais (Mapa 19).

²² O grupo-alvo “Crianças e jovens com deficiência” encontra-se analisado nas “Pessoas com deficiência ou incapacidade”.

Quadro 98. Respostas sociais para crianças e jovens no concelho.

Unidade territorial	Crianças e jovens														Crianças e jovens em situação de perigo			Total			
	Creche			JI				CATL			Sub-total				CAFAP	CA	Sub-total				
	Sol	Luc	Total	Pub	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Pub	Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Sol	Pub	Sol	Luc	Total
	(n.º)																				
Aradas	3	1	4	4	2	1	7	0	0	0	4	5	2	11	0	0	0	4	5	2	11
Cacia	1	0	1	3	1	0	4	1	0	1	3	3	0	6	0	0	0	3	3	0	6
Eixo e Eirol	2	0	2	2	2	0	4	0	0	0	2	4	0	6	0	0	0	2	4	0	6
Esgueira	4	2	6	5	4	2	11	1	0	1	5	9	4	18	0	1	1	5	10	4	19
Oliveirinha	1	0	1	3	1	0	4	1	0	1	3	3	0	6	0	0	0	3	3	0	6
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	2	0	2	1	2	0	3	2	0	2	1	6	0	7	0	0	0	1	6	0	7
Santa Joana	2	0	2	3	2	1	6	0	0	0	3	4	1	8	0	0	0	3	4	1	8
São Bernardo	1	0	1	1	1	0	2	1	0	1	1	3	0	4	0	0	0	1	3	0	4
São Jacinto	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	2	0	2
UF de Glória e Vera Cruz	8	1	9	2	7	2	11	3	1	4	2	18	4	24	1	0	1	2	19	4	25
Total	25	4	29	24	23	6	53	9	1	10	24	57	11	92	1	1	2	24	59	11	94

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.



Mapa 19. Distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.

Numa análise global à capacidade e aos utentes, constatamos que a capacidade instalada é superior à procura registada em todas as respostas sociais dedicadas às crianças e jovens, particularmente nas respostas sociais destinadas às crianças e jovens em situação de perigo (Quadros 99 e 100).

A realidade descrita traduz-se numa taxa de utilização²³ global de 97% na resposta social de creche, 90,48% na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar, 96,95% na resposta social de CATL, 81,82% na resposta social de CAFAP e, por fim, 88,89% na resposta social de CA para resposta a situações de emergência. Numa referência à natureza jurídica nas respostas sociais de creche e estabelecimento de educação pré-escolar²⁴, verifica-se que na resposta social de creche o valor é ligeiramente inferior quando considerada a rede lucrativa (96,92%) e mantém-se quando considerada a rede solidária (97%) e que na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar o valor é inferior quando considerada a rede lucrativa (69,81%), semelhante quando considerada a rede pública (89,21%) e superior quando considerada a rede solidária (96,39%).

Restringindo a análise à resposta social de creche, embora o valor global da taxa de utilização seja de 97%, são muitas as que se encontram a funcionar no limite da sua capacidade máxima. É o caso das localizadas nas freguesias de Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, Oliveirinha e São Bernardo.

²³ Para o cálculo da taxa de utilização são considerados o número total de utentes e a capacidade total da resposta social em análise [(número total de utentes da resposta social/capacidade total da resposta social) X 100].

²⁴ Não é possível calcular a taxa de utilização para a única resposta social de CATL da rede lucrativa, na medida em que a uma capacidade de 20 corresponde uma frequência de 65, uma vez que existem crianças que usufruem apenas de transporte, outras beneficiam apenas de alimentação e outras frequentam apenas uma ou duas vezes por semana.

Quadro 99. Capacidade e utentes das respostas sociais para crianças e jovens no concelho.

Unidade territorial	Crianças e jovens																			Crianças e jovens em situação de perigo				
	Creche						JI								CATL					CAFAP		CA		
	Capacidade			Utentes			Capacidade				Utentes				Capacidade			Utentes		Capacidade	Utentes	Capacidade	Utentes	
	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Pub	Sol	Luc	Total	Pub	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Sol	Sol
	(n.º)																							
	Aradas	163	33	196	163	33	196	150	113	48	311	133	111	48	292	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cacia	34	-	34	34	-	34	150	44	-	194	120	42	-	162	40	-	40	40	-	40	-	-	-	-
Eixo e Eirol	84	-	84	84	-	84	75	97	-	172	70	97	-	167	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esgueira	277	53	330	273	53	326	150	225	95	470	136	212	60	408	100	-	100	77	-	77	-	-	18	16
Oliveirinha	42	-	42	42	-	42	100	50	-	150	84	50	-	134	20	-	20	20	-	20	-	-	-	-
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	85	-	85	76	-	76	44	57	-	101	37	54	-	91	45	-	45	44	-	44	-	-	-	-
Santa Joana	144	-	144	126	-	126	100	91	92	283	93	82	71	246	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Bernardo	74	-	74	74	-	74	50	108	-	158	43	108	-	151	165	-	165	165	-	165	-	-	-	-
São Jacinto	25	-	25	24	-	24	-	20	-	20	-	20	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UF de Glória e Vera Cruz	574	44	618	561	40	601	200	525	83	808	193	506	43	742	298	20	318	256	65	321	33	27	-	-
Total	1502	130	1632	1457	126	1583	1019	1330	318	2667	909	1282	222	2413	668	20	688	602	65	667	33	27	18	16

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Quadro 100. Taxa de utilização das respostas sociais para crianças e jovens no concelho.

Unidade territorial	Crianças e jovens										Crianças e jovens em situação de perigo	
	Creche			JI				CATL			CAFAP	CA
	Sol	Luc	Tot al	Pub	Sol	Luc	Tot al	Sol	Luc	Tot al	Sol	Sol
	(%)											
Aradas	100	100	100	88,67	98,23	100	93,89	-	-	-	-	-
Cacia	100	-	100	80	95,45	-	83,51	100	-	100	-	-
Eixo e Eirol	100	-	100	93,33	100	-	97,09	-	-	-	-	-
Esgueira	98,56	100	98,79	90,67	94,22	63,16	86,81	77	-	77	-	88,89
Oliveirinha	100	-	100	84	100	-	89,33	100	-	100	-	-
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	89,41	-	89,41	84,09	94,74	-	90,10	97,78	-	97,78	-	-
Santa Joana	87,50	-	87,50	93	90,11	77,17	86,93	-	-	-	-	-
São Bernardo	100	-	100	86	100	-	95,57	100	-	100	-	-
São Jacinto	96	-	96	-	100	-	100	-	-	-	-	-
UF de Glória e Vera Cruz	97,74	90,91	97,25	96,50	96,38	51,81	91,83	85,91	-	100,94	81,82	-
Total	97	96,92	97	89,21	96,39	69,81	90,48	90,12	-	96,95	81,82	88,89

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

13.2. Pessoas idosas e/ou em situação de dependência

O envelhecimento representa um desafio incontornável para a sociedade atual, devido ao seu crescimento exponencial, mas, também, ao aumento do número de anos que constituem este período da vida, resultado do prolongamento da esperança de vida da população, relacionado com a melhoria das condições socioeconómicas e o progresso na saúde. Fatores como a insuficiência de recursos económicos, o isolamento e a dependência agravam a situação e requerem a capacidade de criar e ativar mais e melhores recursos para apoiar esta população em situação de especial vulnerabilidade e colmatar e/ou minimizar as suas necessidades.

Nas pessoas idosas e/ou em situação de dependência abordamos dois do total de cinco²⁵ grupos-alvos existentes na área de intervenção “População adulta”, a saber, “Pessoas idosas” e “Pessoas em situação de dependência”.

Como referido na análise inicial, as pessoas idosas e/ou em situação de dependência reúnem um total de 52 respostas sociais, valor que corresponde a 28,73% do universo global de respostas sociais (Quadro 101). Por resposta social, no território concelhio constata-se a presença de 20 SAD's, 14 CD's, 16 ERPI's, 1 ECCI e 1 UC. A observação da natureza jurídica permite verificar que prevalece a rede solidária, presente em todas as respostas sociais, com exceção das duas respostas da rede geral da RNCCI. Por sua vez, a rede lucrativa está presente apenas nas respostas sociais de SAD (5 em 20) e ERPI (4 em 16)²⁶.

O mapa da distribuição territorial das respostas sociais em funcionamento para pessoas idosas e/ou em situação de dependência mostra a elevada disseminação das respostas sociais para pessoas idosas pelo território concelhio (Mapa 20), sendo que as respostas sociais de SAD e CD não se encontram presentes em apenas uma freguesia (São Jacinto no caso da resposta social de SAD e Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz no caso da resposta social de CD) e que a resposta social de ERPI não se encontra presente em apenas duas freguesias (Cacia e São Jacinto). Por sua vez, as duas respostas da rede geral da RNCCI localizam-se na UF de Glória e Vera Cruz. Um último comentário para referir a elevada concentração das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência na UF de Glória e Vera Cruz (17).

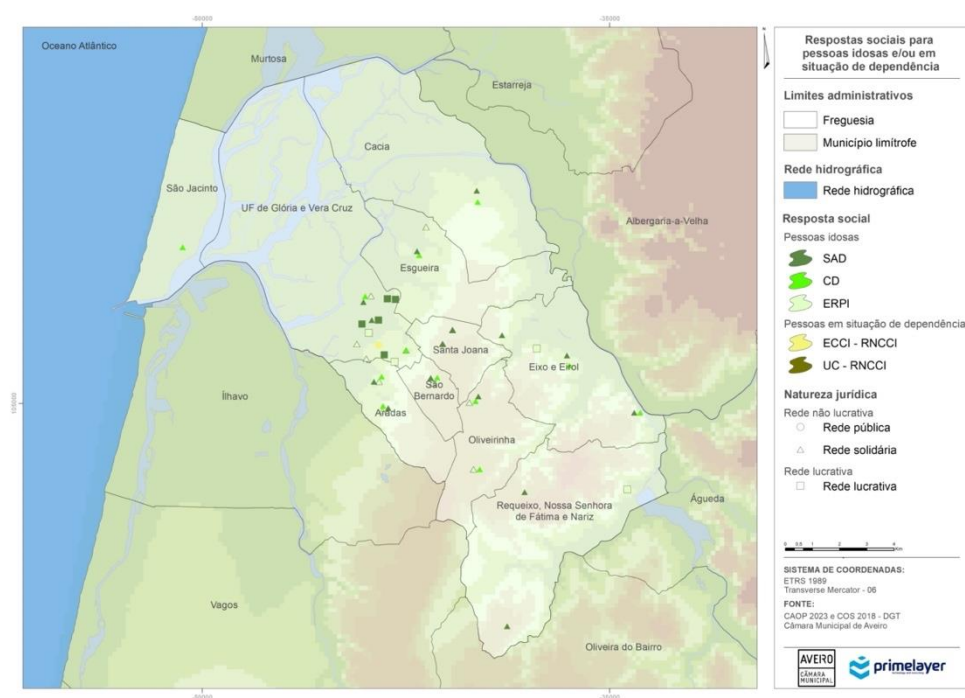
²⁵ Não se encontram representados os grupos-alvo “Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico” e “Pessoas sem abrigo”. O grupo-alvo “Pessoas adultas com deficiência” encontra-se analisado nas “Pessoas com deficiência ou incapacidade”.

²⁶ Uma das ERPI's lucrativas consideradas na UF de Glória e Vera Cruz corresponde à da SCMA, uma vez que é nesta freguesia que se localiza o Edifício Irmãos Rangel.

Quadro 101. Respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência no concelho.

Unidade territorial	Pessoas idosas									Pessoas em situação de dependência			Total				
	SAD			CD	ERPI			Sub-total			ECCL	UC					Sub-total
	Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Pub	Pub	Pub	Pub	Sol	Luc	Total
	(n.º)																
	Aradas	2	0	2	2	2	0	2	6	0	6	0	0	0	0	6	0
Cacia	1	0	1	1	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	2	0	2
Eixo e Eirol	3	0	3	2	0	1	1	5	1	6	0	0	0	0	5	1	6
Esgueira	1	0	1	1	1	0	1	3	0	3	0	0	0	0	3	0	3
Oliveirinha	1	0	1	2	2	0	2	5	0	5	0	0	0	0	5	0	5
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	2	0	2	0	0	1	1	2	1	3	0	0	0	0	2	1	3
Santa Joana	2	0	2	2	2	0	2	6	0	6	0	0	0	0	6	0	6
São Bernardo	1	0	1	1	1	0	1	3	0	3	0	0	0	0	3	0	3
São Jacinto	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1
UF de Glória e Vera Cruz	2	5	7	2	4	2	6	8	7	15	1	1	2	2	8	7	17
Total	15	5	20	14	12	4	16	41	9	50	1	1	2	2	41	9	52

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.



Mapa 20. Distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.

A observação dos valores globais de capacidade e utentes (Quadros 102 e 103) revela-nos que a capacidade instalada é claramente superior à procura registada nas respostas sociais de SAD (582 para 745) e CD (305 para 420). No SAD a diferença é superior na rede lucrativa

(150 para 260) e inferior na rede solidária (432 para 485). Os valores globais de capacidade instalada e procura registada descritos traduzem-se numa taxa de utilização de 78,12% no SAD e de 72,62% no CD. No SAD o valor é superior na rede solidária (89,07%) e inferior na rede lucrativa (57,69%).

Por sua vez, na resposta social de ERPI, embora se observe uma ligeira superioridade da capacidade instalada em relação à procura registada (692 para 666), traduzida numa taxa de utilização de 96,24%, a elevada lista de espera mostra a insuficiência da resposta social (1162). Por rede, verificamos que a rede lucrativa é a que apresenta a maior diferença entre a capacidade instalada e a procura registada (196 para 173), refletida na taxa de utilização mais baixa (88,27%), e, simultaneamente, a que evidencia a menor lista de espera, representando apenas 13 do total de 1.162 utentes em lista de espera. Na rede solidária a diferença entre a capacidade instalada e a procura registada é de apenas três utentes (496 para 493), o que se traduz numa taxa de utilização de 99,40%. Refletindo esta realidade, a lista de espera concentra 1.149 do total de 1.162 utentes em lista de espera.

Analizando as respostas da rede geral da RNCCI (ECCI e UC), constata-se que os lugares disponíveis se encontram preenchidos, como revelam as taxas de utilização de 100%.

Quadro 102. Capacidade e utentes das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência no concelho.

Unidade territorial	Pessoas idosas														Pessoas em situação de dependência			
	SAD						CD		ERPI						ECCI		UC	
	Capacidade			Utentes			Capacidade	Utentes	Capacidade			Utentes			Capacidade	Utentes	Capacidade	Utentes
	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Pub	Pub	Pub	Pub
	(n.º)																	
	Aradas	60	-	60	46	-	46	40	40	116	-	116	115	-	115	-	-	-
Cacia	30	-	30	25	-	25	25	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eixo e Eirol	99	-	99	93	-	93	60	54	-	20	20	-	20	20	-	-	-	-
Esgueira	25	-	25	22	-	22	30	30	45	-	45	45	-	45	-	-	-	-
Oliveirinha	50	-	50	50	-	50	70	26	152	-	152	152	-	152	-	-	-	-
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	43	-	43	43	-	43	-	-	-	64	64	-	60	60	-	-	-	-
Santa Joana	56	-	56	40	-	40	80	45	58	-	58	58	-	58	-	-	-	-
São Bernardo	50	-	50	50	-	50	20	20	13	-	13	12	-	12	-	-	-	-
São Jacinto	-	-	-	-	-	-	20	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UF de Glória e Vera Cruz	72	260	332	63	150	213	75	50	112	112	224	111	93	204	15	15	30	30
Total	485	260	745	432	150	582	420	305	496	196	692	493	173	666	15	15	30	30

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Quadro 103. Taxa de utilização das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência no concelho.

Unidade territorial	Pessoas idosas							Pessoas em situação de dependência	
	SAD			CD	ERPI			ECCI	UC
	Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Luc	Total	Pub	Pub
	(%)								
Aradas	76,67	-	76,67	100	99,14	-	99,14	-	-
Cacia	83,33	-	83,33	80,00	-	-	-	-	-
Eixo e Eirol	93,94	-	93,94	90,00	-	100	100	-	-
Esgueira	88,00	-	88	100	100	-	100	-	-
Oliveirinha	100	-	100	37,14	100	-	100	-	-
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	100	-	100	-	-	93,75	93,75	-	-
Santa Joana	71,43	-	71,43	56,25	100	-	100	-	-
São Bernardo	100	-	100	100	92,31	-	92,31	-	-
São Jacinto	-	-	-	100	-	-	-	-	-
UF de Glória e Vera Cruz	87,50	57,69	64,16	66,67	99,11	83,04	91,07	100	100
Total	89,07	57,69	78,12	72,62	99,40	88,27	96,24	100	100

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

13.3. Pessoas com deficiência ou incapacidade

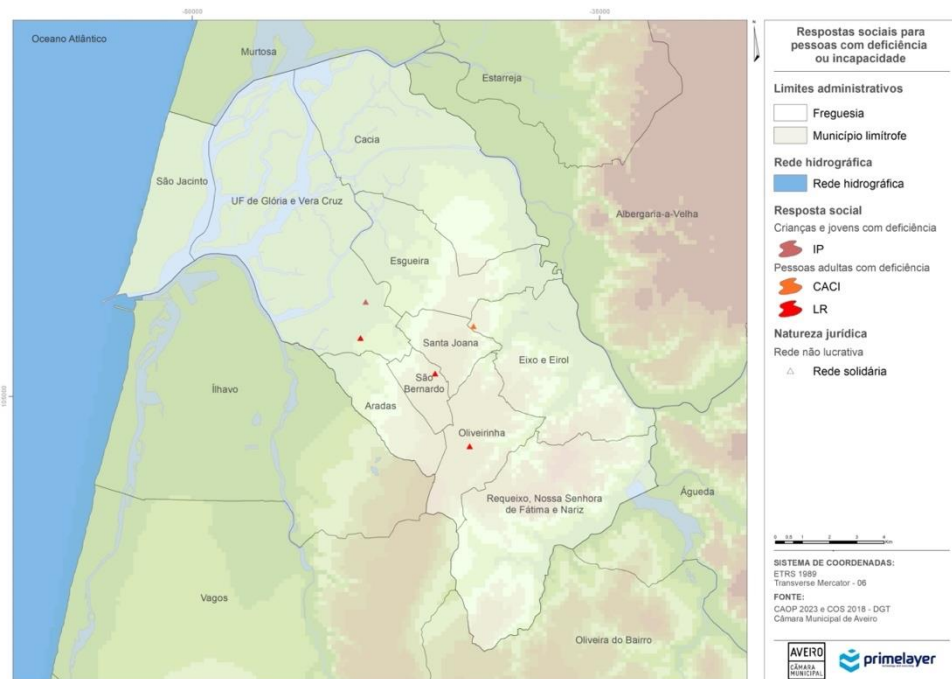
Numa sociedade que pretende realizar todo o seu potencial e garantir condições de acesso e de exercício dos direitos de cidadania nos diversos contextos de vida em igualdade para todos os cidadãos, uma rede de atendimento especializado a pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias que seja diversificada e abrangente é essencial para aumentar as possibilidades de desenvolvimento desta população especialmente vulnerável e facilitar a conciliação entre a vida pessoal e familiar e o exercício de uma atividade profissional.

No concelho existem cinco respostas sociais que visam apoiar as pessoas com deficiência ou incapacidade, a saber, uma para crianças e jovens (IP) e quatro para pessoas adultas (1 CACI e 3 LR), todas pertencentes à rede solidária (Quadro 104). Estas respostas sociais encontram-se presentes em apenas quatro das 10 unidades territoriais que integram o território municipal (Mapa 21), a saber, Eixo e Eirol (1 CACI), Oliveirinha (1 LR), São Bernardo (1 LR) e UF de Glória e Vera Cruz (1 IP e 1 LR).

Quadro 104. Respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade no concelho.

Unidade territorial	Crianças e jovens com deficiência	Pessoas adultas com deficiência			Total
	IP	CACI	LR	Sub-total	
	Sol				
	(n.º)				
Aradas	0	0	0	0	0
Cacia	0	0	0	0	0
Eixo e Eirol	0	1	0	1	1
Esgueira	0	0	0	0	0
Oliveirinha	0	0	1	1	1
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	0	0	0	0	0
Santa Joana	0	0	0	0	0
São Bernardo	0	0	1	1	1
São Jacinto	0	0	0	0	0
UF de Glória e Vera Cruz	1	0	1	1	2
Total	1	1	3	4	5

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.



Mapa 21. Distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.

A taxa de utilização, calculada apenas para as respostas sociais para pessoas adultas com deficiência (CACI e LR), onde o conceito de capacidade se aplica, indica-nos que estas duas respostas sociais funcionam no limite da sua capacidade máxima (Quadro 105). Numa referência à única resposta social para crianças e jovens com deficiência (IP), onde o conceito de capacidade não se aplica, verificamos que esta apoia, respetivamente, 132 crianças no concelho.

Quadro 105. Capacidade, utentes e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade no concelho.

Unidade territorial	IP	CACI			LR		
	Utentes	Capacidade	Utentes	Taxa de utilização	Capacidade	Utentes	Taxa de utilização
	Sol	Sol		Sol	Sol		Sol
	(n.º)	(n.º)		(%)	(n.º)		(%)
Aradas	-				-	-	-
Cacia	-				-	-	-
Eixo e Eirol	-	60	60	100	-	-	-
Esgueira	-				-	-	-
Oliveirinha	-				19	19	100
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	-				-	-	-
Santa Joana	-				-	-	-
São Bernardo	-				10	10	100
São Jacinto	-				-	-	-
UF de Glória e Vera Cruz	132				9	9	100
Total	132	60	60	100	38	38	100

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

13.4. Família e comunidade²⁷

No concelho existem 25 respostas sociais direcionadas à família e comunidade, a saber, 13 SAAS's, 8 AAC's, 1 R/CS, 1 CC e 2 CAT's, também aqui todas pertencentes à rede solidária (Quadro 106).

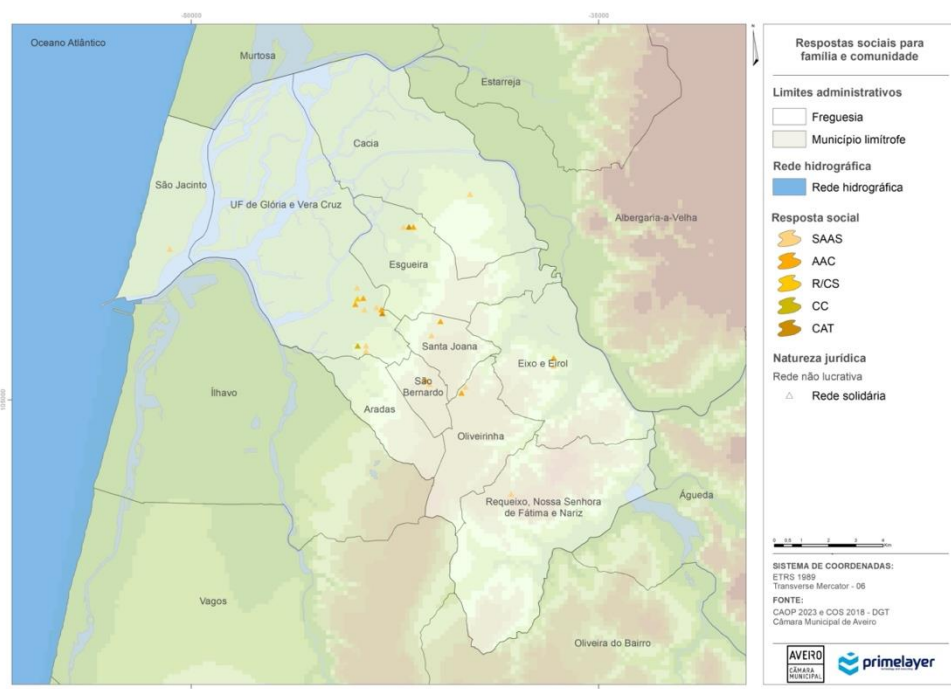
O mapa de distribuição territorial das respostas sociais destinadas à família e comunidade revela a elevada disseminação das respostas sociais de SAAS e AAC pelo território municipal (Mapa 22), sendo que a primeira não se encontra presente em apenas uma freguesia (Aradas) e a segunda não se encontra presente em quatro freguesias (Aradas, Cacia, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz e São Jacinto). Numa menção às respostas sociais de SAAS e AAC, é de referir a sua concentração na UF de Glória e Vera Cruz (5 respostas sociais de SAAS e 3 respostas sociais de AAC). As restantes respostas sociais, sendo em menor número, apresentam, naturalmente, um padrão de localização mais concentrado, situando-se todas na UF de Glória e Vera Cruz, com exceção de um CAT, localizado na freguesia de Esgueira.

²⁷ Do total de quatro grupos-alvos existentes na área de intervenção "Família e comunidade", no concelho de Aveiro apenas não se encontra representado o grupo-alvo "Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias".

Quadro 106. Respostas sociais para família e comunidade no concelho.

Unidade territorial	SAAS	AAC	R/CS	CC	CAT	Total
	Sol					
	(n.º)					
Aradas	0	0	0	0	0	0
Cacia	1	0	0	0	0	1
Eixo e Eirol	1	1	0	0	0	2
Esgueira	1	1	0	0	0	3
Oliveirinha	1	1	0	0	0	2
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	1	0	0	0	0	1
Santa Joana	1	1	0	0	0	2
São Bernardo	1	1	0	0	0	2
São Jacinto	1	0	0	0	0	1
UF de Glória e Vera Cruz	5	3	1	1	1	11
Total	13	8	1	1	2	25

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.



Mapa 22. Distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.

A observação da taxa de utilização nas respostas sociais onde o conceito de capacidade se aplica permite distinguir as respostas sociais de CAT (100%) e de AAC (99,15%), que funcionam no limite ou muito próximo da sua capacidade máxima, da resposta social de R/CS (59,09%), com uma taxa de utilização pouco acima dos 50% (Quadro 107). Numa referência às respostas sociais de SAAS e de CC, onde o conceito de capacidade não se aplica, verificamos que estas apoiam, respetivamente, 3021 e 60 utentes.

Quadro 107. Capacidade, utentes e taxa de utilização das respostas sociais para família e comunidade no concelho.

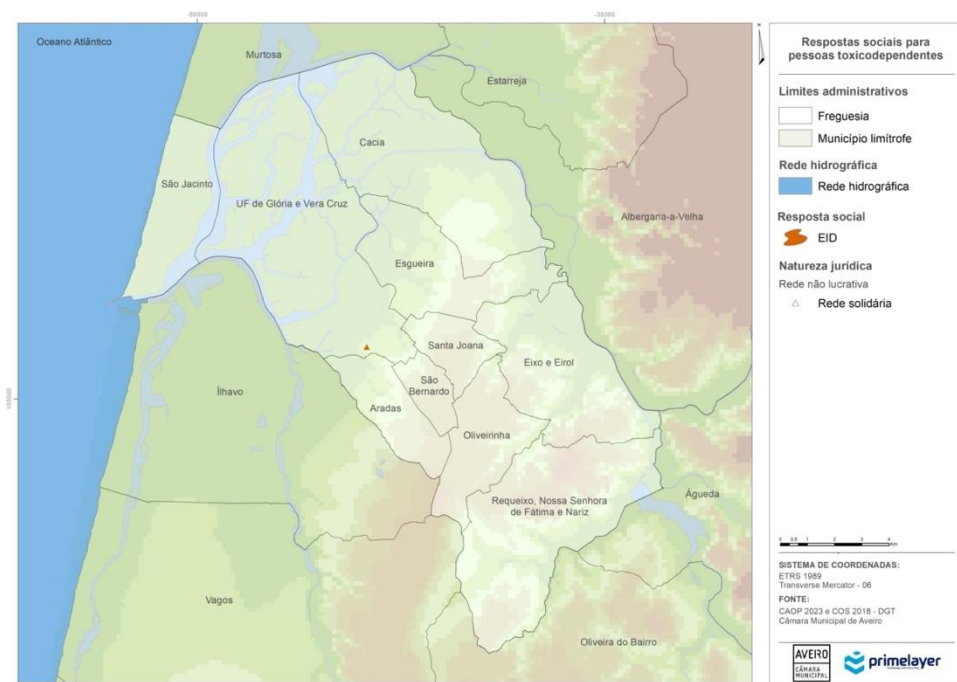
Unidade territorial	SAAS	AAC			R/CS			CC	CAT		
	Utentes	Capacidade	Utentes	Taxa de utilização	Capacidade	Utentes	Taxa de utilização	Utentes	Capacidade	Utentes	Taxa de utilização
	Sol	Sol		Sol	Sol		Sol	Sol	Sol		Sol
	(n.º)	(n.º)		(%)	(n.º)		(%)	(n.º)	(n.º)		(%)
Aradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cacia	203	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eixo e Eirol	319	110	110	100	-	-	-	-	-	-	-
Esgueira	450	75	75	100	-	-	-	-	16	16	100
Oliveirinha	303	109	109	100	-	-	-	-	-	-	-
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	224	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Joana	405	107	106	99,07	-	-	-	-	-	-	-
São Bernardo	77	110	104	94,55	-	-	-	-	-	-	-
São Jacinto	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UF de Glória e Vera Cruz	1007	317	317	100	22	13	59,09	60	10	10	100
Total	3021	828	821	99,15	22	13	59,09	60	26	26	100

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

13.5. Pessoas toxicodependentes

No concelho de Aveiro existe apenas uma resposta social dirigida às pessoas toxicodependentes, a saber, uma EID, localizada na UF de Glória e Vera Cruz e pertencente à rede solidária (Mapa 23).

A resposta social de EID apresenta uma capacidade para 200 utentes e encontra-se a funcionar no limite da sua capacidade, sendo que todos os utentes têm acordo. Importa ainda referir que a equipa de intervenção direta atua não apenas junto da população abrangida pelo acordo, mas também com trabalhadores do sexo e das PSSA.



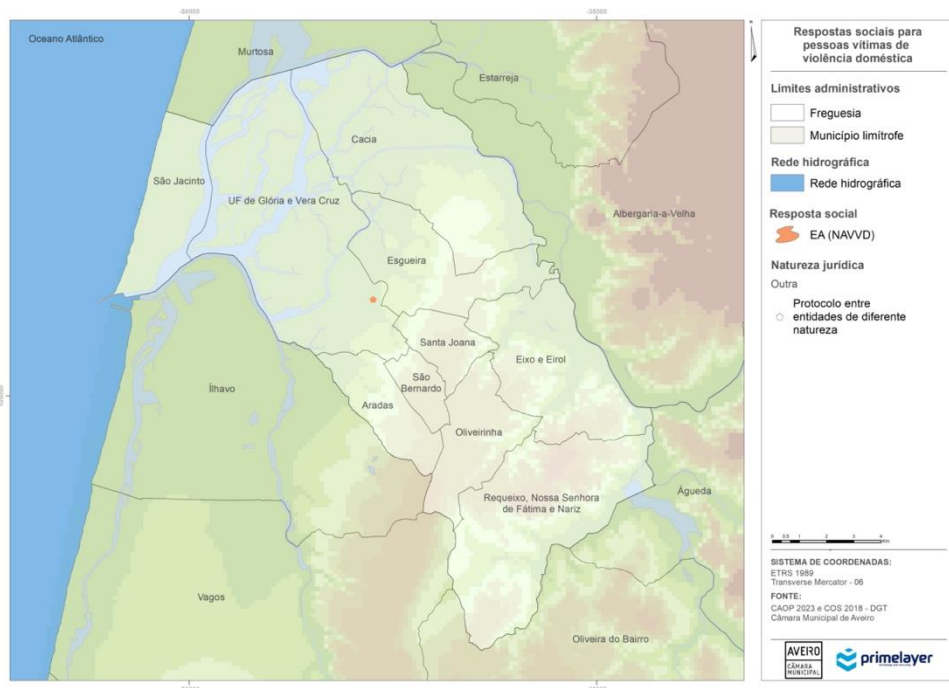
Mapa 23. Distribuição territorial da resposta social de EID.

13.6. Pessoas vítimas de violência doméstica

No concelho existem quatro respostas sociais vocacionadas para as pessoas vítimas de violência doméstica, a saber, uma EA (NAVVD), resultante de protocolo entre entidades de diferente natureza, e três CA's, todas da rede solidária (Mapa 24)²⁸.

Restringindo a análise às CA, verifica-se que no conjunto apresentam uma capacidade para 43 utentes (31 mulheres e 12 homens) e apoiam 40 utentes (31 mulheres e 9 homens), o que se traduz numa taxa de utilização de 93,02% (Quadro 108). Descendo de escala de análise, fica evidente que apenas a CA da Cáritas Diocesana de Aveiro, única CA do país que acolhe homens vítimas de violência doméstica, não se encontra a funcionar no limite da sua capacidade. Numa referência à EA (NAVVD), onde o conceito de capacidade não se aplica, verificamos que esta apoia 327 utentes.

²⁸ Não foi identificada a freguesia de localização das três casas de abrigo existentes no território municipal, por razões associadas à natureza da própria resposta.

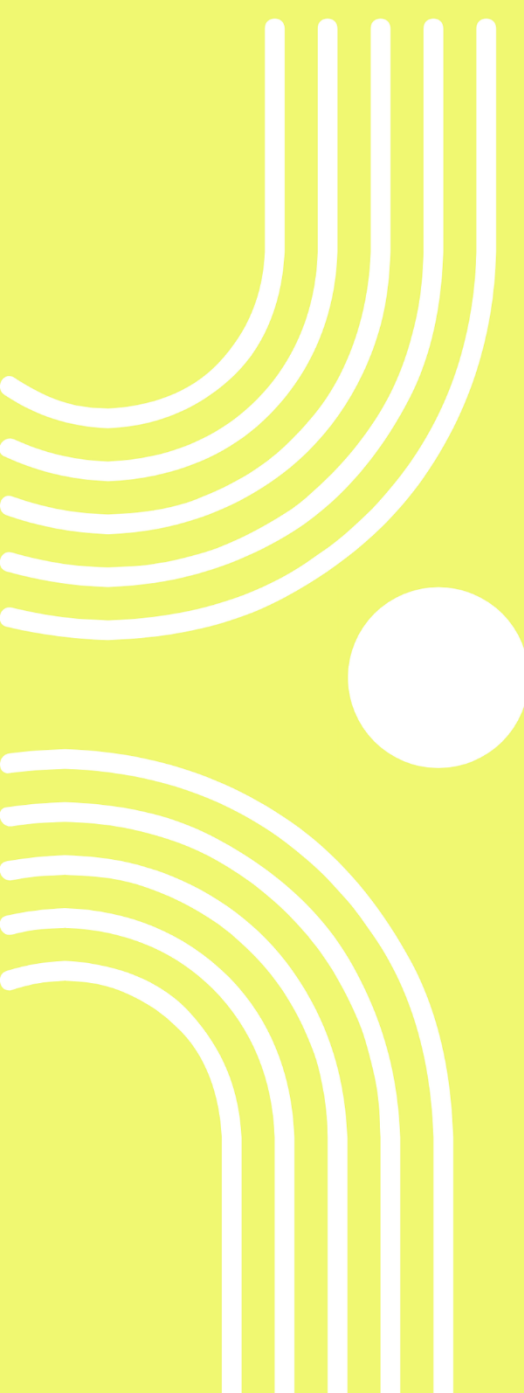


Mapa 24. Distribuição territorial da resposta social de EA (NAVVD).

Quadro 108. Capacidade, utentes e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas vítimas de violência doméstica no concelho.

Entidade gestora	EA (NAVVD)	CA		
	Utentes	Capacidade	Utentes	Taxa de utilização
	Sol	Sol		Sol
	(n.º)	(n.º)		(%)
Cáritas Diocesana de Aveiro	327	12	9	75
Casa Vera Cruz	-	16	16	100
SCMA	-	15	15	100
Total	327	43	40	93,02

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O PDS de Aveiro é um documento essencial no processo de planeamento estratégico onde é feita a definição das linhas orientadoras do desenvolvimento social local e das prioridades de intervenção e que é acordado como matriz orientadora da política social local para um horizonte temporal de três anos (2025-2027).

Este instrumento, de natureza estruturante e prospetiva, resulta da coautoria de diversas entidades e protagonistas locais, implicando processos dinâmicos de monitorização, avaliação, e, sobretudo, de partilha de compromissos e responsabilidades, através de múltiplas parcerias.

Para garantir a eficácia das propostas apresentadas, tornou-se fundamental a recolha de informação junto dos atores na área da intervenção social e a realização de um diagnóstico social abrangente. Este diagnóstico procurou não apenas caracterizar os mecanismos de ação social no combate à pobreza e à exclusão social, mas, também, compreender a sua articulação com as diferentes dinâmicas territoriais.

Dessa forma, procurou-se que a estratégia municipal de intervenção social não fosse meramente uma reprodução da lógica dos programas nacionais, mas sim o resultado de um diagnóstico participado e partilhado por todos os atores que atuam no terreno.

O objetivo foi, assim, elaborar um PDS prático, útil e realista, que refletisse os interesses e necessidades reais dos envolvidos. Por esse motivo, não foram incluídos no “plano” problemas cuja resolução seja de difícil concretização ou que ultrapassem significativamente o âmbito de atuação da Rede Social.

14.1. Missão, visão e princípios



A **missão** do PDS de Aveiro é a construção e implementação da estratégia de desenvolvimento social local do concelho de Aveiro através da definição e execução de medidas e ações concretas que visem a produção de efeitos corretivos ao nível do combate à pobreza e à exclusão social, mas também preventivos e indutores de processos de mudança.

Esta procura do futuro desejável e conducente à melhoria da qualidade de vida da população do território municipal, em especial das pessoas e dos grupos em situação de maior vulnerabilidade social, deve assentar numa intervenção social alicerçada numa configuração integrada, partilhada e sustentada que, com base na formalização de compromissos de mudança social e territorial, impulse a tomada de consciência coletiva das carências e problemáticas sociais e o trabalho em parceria com vista à otimização dos recursos materiais e humanos e à ativação das respostas sociais necessárias.

A **visão** do PDS de Aveiro é a de construir um concelho mais coeso, justo e inclusivo, onde todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades para participar ativamente na vida social, económica e cultural. Pretende-se promover o bem-estar e a qualidade de vida da população através de uma intervenção social integrada, preventiva e participativa, que combata as desigualdades, valorize os recursos locais e fortaleça os laços comunitários e a responsabilidade coletiva.

A conceção do PDS de Aveiro foi norteadada pelo respeito aos **princípios** de ação da Rede Social, a saber:



I	Princípio da subsidiariedade	Foco da intervenção no nível mais próximo do cidadão, promovendo ações junto da população local. Valoriza a proximidade, a concertação e a prevenção social.
II	Princípio da integração	Reconhecimento da complexidade e multidimensionalidade dos problemas sociais. Defende intervenções integradas e multisetoriais, com cooperação entre diferentes áreas (e.g.: saúde, educação,...)
III	Princípio da articulação	Destaca a importância da parceria entre atores sociais e a partilha de diagnósticos e ações. Promove a eficácia e eficiência por meio da implementação conjunta de projetos.
IV	Princípio da participação	Incentiva a participação ativa de todos — técnicos, instituições e população-alvo. Acredita que o envolvimento direto dos beneficiários é essencial para o desenvolvimento social efetivo.
V	Princípio da inovação	Estimula a criatividade para responder aos desafios sociais. A inovação é vista como caminho para encontrar novas formas de intervenção mais eficazes.

14.2. Articulação com outros instrumentos estratégicos

O PDS de Aveiro permite integrar as medidas e políticas definidas a nível local, regional, nacional e internacional, assegurando a sua adequação aos contextos locais, o reforço das complementaridades entre setores e a coerência e eficácia das ações a desenvolver.

A **nível europeu**, o PDS de Aveiro tem, como referência a Agenda Territorial 2030 “Um Futuro para Todos os Lugares”, a Agenda Estratégica da União Europeia 2024-2029, o Plano de Recuperação da Europa e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, sob o lema «Ninguém pode ficar para trás», estabelece um plano de ação fundamentado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A concretização desta Agenda depende do papel ativo dos governos locais e regionais, que não são apenas responsáveis pela sua implementação, mas também

atuam como agentes de transformação. Cada um dos ODS inclui metas que se relacionam, direta ou indiretamente, com o trabalho diário dos municípios.

Por serem o nível de governação mais próximo da população, com um conhecimento profundo das realidades locais e das suas comunidades, e com a capacidade de mobilizar os atores territoriais, os governos locais têm a legitimidade democrática e institucional necessária para promover o diálogo e o compromisso em diferentes níveis. Assim, estão numa posição privilegiada para transformar uma agenda ampla e abstrata numa ação concreta e eficaz, tornando-a uma realidade para os cidadãos.

Além disso, a Agenda 2030 representa também uma oportunidade para os municípios, pois oferece um roteiro de médio prazo para o desenvolvimento, constituindo uma linguagem comum que pode servir de base para a mobilização dos atores locais em torno de objetivos comuns. Ela também facilita a formulação de políticas interligadas, fortalece a comunicação das ações municipais, proporciona uma oportunidade de capacitação e envolvimento dos quadros municipais, e serve como um veículo para expandir parcerias e atrair financiamento.

Os governos locais estão particularmente bem posicionados para abordar os ODS de forma pragmática, adaptando-os aos contextos locais e ajudando os cidadãos a perceber como as ações no nível local têm impactos significativos no cenário global.

O PDS de Aveiro assume-se como um instrumento para o cumprimento dos seguintes ODS: ODS 1 - Erradicar a pobreza; ODS 2 - Acabar com a fome; ODS 3 - Vida Saudável; ODS 4 - Educação de qualidade; ODS 5 - Igualdade de género; ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento económico; ODS 10 - Reduzir as Desigualdades; ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 16 - Paz e justiça; ODS 17 - Parcerias para o Desenvolvimento (Figura 253).



FIGURA 253. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Fonte: www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods.

A **nível nacional**, salienta-se os seguintes documentos estratégicos:

- Estratégia Portugal 2030, na qual se destaca o Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão – Pessoas 2030;
- Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal 2021-2026 (PRR), onde se destacam as componentes C1. Serviço Nacional de Saúde e C3. Respostas sociais;
- ENCP - Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030;
- ENIPD - Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025;
- ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030;
- ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030;
- Plano de Ação para as Migrações 2024;
- PNS - Plano Nacional de Saúde 2020-2030;
- PNSM - Programa Nacional para a Saúde Mental;
- Estratégia da Saúde na Área das Demências;
- Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026;
- PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais;
- PNPSE - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar;
- ENEC - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;
- PROCOOP - Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais;
- PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

A **nível local**, salienta-se:

- Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro 2030;
- Carta Social do Município de Aveiro 2024-2028;
- Plano Municipal de Habitação e Alojamento de Aveiro 2025;
- Plano de ação do CLDS 5G AVEIRO+ 2025-2028;
- Programa de Ação Educativa do Município de Aveiro 2024-2025;
- Plano Estratégico Educativo do Município de Aveiro 2024-2028.



14.3. Eixos de intervenção

A missão, a visão e os princípios definidos para o PDS de Aveiro materializa-se numa estratégia de intervenção, desenvolvida para corresponder a um ciclo programático de três anos e consubstanciada em 4 eixos de intervenção, 27 objetivos estratégicos e 108 medidas/ações a desenvolver (Figura 254).



FIGURA 254. Eixos estratégicos do PDS de Aveiro.

Fonte: Equipa técnica.

Para cada um destes eixos de intervenção correspondem domínios de intervenção específicos, os quais orientam as respostas a desenvolver face às problemáticas identificadas (Figura 255).

A construção da estratégia de intervenção baseou-se na identificação e priorização dos problemas sociais diagnosticados. Os quadros 109 e 110 apresentam a listagem dos problemas selecionados para priorização, bem como a sua ordenação final.

Como referido anteriormente, a identificação dos problemas e a definição das prioridades de atuação assentaram em dois pilares fundamentais: o diagnóstico social, que forneceu a base de evidência necessária, e a auscultação dos *stakeholders*, cuja participação ativa foi decisiva para o processo.

Esta auscultação foi concretizada através de um processo participativo realizado no dia 15 de abril de 2025, no Edifício Centro de Congressos, reunindo um painel de 57 *stakeholders*. Este grupo foi composto por entidades sociais locais e regionais com responsabilidades no desenvolvimento social, cuja contribuição permitiu validar os dados do diagnóstico e consolidar as prioridades de intervenção identificadas.



FIGURA 255. Eixos e domínios de intervenção do PDS de Aveiro.

Fonte: Equipa técnica.

Quadro 109. Eixos de intervenção e respetivos problemas objeto de classificação, segundo o nível de prioridade.

Eixos de intervenção	Principais problemas identificados pelos parceiros sociais	Níveis de prioridade
EIXO 1: Infância e Juventude	■ Necessidade de reforçar a oferta, diversidade e divulgação das atividades de ocupação dos tempos livres e férias escolares para crianças e jovens no concelho, especialmente para os que têm idade superior a 12 anos	I
	■ Necessidade de aumentar a flexibilidade e diversidade de ofertas de atividades para crianças e jovens, como música, atividades ao ar livre ou <i>ateliers</i> temáticos	I
	■ Falta de vagas na rede de apoio na primeira infância	I
	■ Horários das creches pouco flexíveis às necessidades reais dos períodos laborais dos pais, dificultando a conciliação entre a vida profissional e familiar	I
	■ Necessidade de mais respostas inclusivas para crianças e jovens com necessidades educativas específicas nos períodos letivos (AEC's) e de interrupções letivas	II
	■ Falta de respostas adequadas para o desenvolvimento e reforço das competências parentais, especialmente junto de famílias em situação de vulnerabilidade	II
	■ Uso excessivo de tecnologias por parte de crianças e jovens, com impactos negativos ao nível do desenvolvimento social, emocional e físico	II
	■ Recursos humanos insuficientes, em especial na área da educação especial	II
	■ Premência em reforçar a rede de apoio psicológico nas escolas e centros de saúde, com vista a alargar a intervenção nas áreas da saúde mental, da violência doméstica e dos CAD	III
	■ Consumo precoce de substâncias aditivas, como cannabis e álcool, entre crianças e jovens, gerando riscos para a saúde física e mental	III
	■ Número insuficiente de respostas especializadas para crianças com doenças mentais	III
	■ Falta de apoio adequado à rede familiar das crianças em situação de vulnerabilidade social	III
	■ Necessidade de fortalecer o envolvimento ativo da comunidade e ampliar as redes de proximidade	IV
	■ Estigma associado ao ensino profissional	IV

(Continua)

(Continuação)

Eixos de intervenção	Principais problemas identificados pelos parceiros sociais	Níveis de prioridade
EIXO 2: Envelhecimento e/ou Dependência	■ Carência de projetos intergeracionais de cooperação e partilha de saberes e experiências entre idosos, crianças e jovens	I
	■ Escassez de programas municipais orientados para a promoção do envelhecimento ativo	I
	■ Insuficiência de vagas em ERPI	I
	■ Falta de unidades de cuidados continuados integrados (e.g.: UC, UMDR e ULDM)	I
	■ Carência de respostas que promovam a independência e autonomia dos idosos no domicílio	I
	■ Isolamento social da população idosa, agravada pela ausência ou fragilidade de redes de apoio formais e informais	II
	■ Necessidade de reforçar a oferta de habitação adequada às necessidades da população idosa, em termos de acessibilidade física e económica	II
	■ Baixos níveis de literacia sobre o estatuto do cuidador informal e existência de critérios restritivos para a sua atribuição	II
	■ Crescimento do número de pessoas em situação de dependência sem apoio, por falta de suporte familiar ou insuficiência de rendimentos, agravado pela falta de condições de habitabilidade/salubridade	II
	■ Respostas insuficientes na área da saúde mental	II
	■ Necessidade de melhorar o investimento na capacitação e formação contínua dos recursos humanos que trabalham com pessoas idosas e/ou em situação de dependência	II
	■ Número limitado de vagas em respostas sociais adequadas a idosos com maior grau de dependência	III
	■ Ausência de respostas residenciais (autónomas/dependentes)	III
	■ Persistência de alguma desvalorização, da sociedade em geral, das capacidades, competências, conhecimentos e/ou aptidões das pessoas idosas	III
	■ Necessidade de reforço de respostas mais adequadas para suporte às pessoas com maior dependência física, psíquica e/ou social, num contexto de envelhecimento progressivo da população e aumento da esperança média de vida	IV

(Continua)

(Continuação)

Eixos de intervenção	Principais problemas identificados pelos parceiros sociais	Níveis de prioridade
EIXO 3: Deficiência e/ou Incapacidade	■ Necessidade de melhoria das acessibilidades físicas e urbanísticas para pessoas com deficiência e/ou incapacidade na cidade	I
	■ Estigma social associado à deficiência e/ou incapacidade	II
	■ Insuficiência de habitação colaborativa e residências autónomas	II
	■ Necessidade de melhorar o acesso a produtos e recursos de apoio para pessoas com deficiência e/ou incapacidade	III
	■ Respostas limitadas de acolhimento institucional de crianças e jovens com deficiência e/ou incapacidade	III
	■ Obstáculos à integração no mercado de trabalho das pessoas com deficiência e/ou incapacidade	III
	■ Pouca sensibilização das entidades empregadoras para a contratação das pessoas com deficiência e/ou incapacidade	III
	■ Necessidade de reforçar e qualificar os recursos humanos que trabalham com crianças e jovens com necessidades educativas específicas e com pessoas com deficiência e/ou incapacidade nas escolas e instituições	III
	■ Inexistência de respostas específicas para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante em todos os domínios de intervenção (prevenção, tratamento e acompanhamento)	III
	■ Ausência de um banco de recursos que centralize e facilite o acesso a informações, equipamentos e serviços de apoio	IV
	■ Necessidade de reforçar a sensibilização e informação dos temas da deficiência e da incapacidade nos programas educativos das escolas	IV
	■ Necessidade de aumentar as respostas para descanso do cuidador em diferentes contextos	IV

(Continua)

(Continuação)

Eixos de intervenção	Principais problemas identificados pelos parceiros sociais	Níveis de prioridade
EIXO 4: Família e Comunidade	■ Necessidade de reforçar as respostas integradas e adequadas de apoio à inserção social, económica e cultural da população migrante	I
	■ Dificuldade pelas famílias mais vulneráveis no acesso a bens e serviços essenciais para a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, a serviços e equipamentos sociais e de saúde e a habitação	I
	■ Resposta demorada na regularização dos processos de migração	II
	■ Registo crescente no número de casos de dependência a substâncias lícitas e ilícitas, implicando desafios acrescidos para a saúde pública, prevenção e intervenção social	II
	■ Elevada percentagem de alojamentos familiares vagos e devolutos e que não são colocados no mercado de arrendamento	II
	■ Crescente procura do território por parte de cidadãos estrangeiros, com o consequente aumento da população residente, o que tem conduzido a dificuldades de acesso a serviços essenciais	II
	■ Baixos níveis de literacia em saúde, particularmente nas competências sociais e emocionais	III
	■ Ausência de respostas habitacionais adequadas para pessoas com problemas de saúde mental	III
	■ Tempos de espera elevados para a primeira consulta de pessoas com CAD, atrasando o diagnóstico precoce e o início do tratamento adequado (e.g.: unidades de desabitação)	III
	■ Persistência de estigma e pouca valorização do acompanhamento na área da saúde mental	III
	■ Escassez de vagas disponíveis para resposta a situações de emergência social	III
	■ Necessidade de aumentar a oferta de português para a população migrante	IV
	■ Necessidade de melhorar a sensibilização da população para a importância da sua participação ativa em ações comunitárias	IV
	■ Reinserção inadequada dos ex-reclusos na sociedade	IV
	■ Dificuldades das instituições envolvidas trabalharem em rede e estabelecerem parcerias com vista à promoção de projetos e/ou respostas no âmbito da saúde mental (prevenção, tratamento e acompanhamento), resultado da ausência de programas de financiamento	IV

Quadro 110. Problemas prioritários organizados por eixo.

Eixos de intervenção	Problemas prioritários
EIXO 1: Infância e Juventude	■ Necessidade de reforçar a oferta, diversidade e divulgação das atividades de ocupação dos tempos livres e férias escolares para crianças e jovens no concelho, especialmente para os que têm idade superior a 12 anos
	■ Falta de vagas na rede de apoio na primeira infância
	■ Horários das creches pouco flexíveis às necessidades reais dos períodos laborais dos pais, dificultando a conciliação entre a vida profissional e familiar
EIXO 2: Envelhecimento e/ou Dependência	■ Carência significativa de projetos intergeracionais que promovam a cooperação, a partilha de saberes e experiências entre idosos, crianças e jovens
	■ Escassez de programas municipais orientados para a promoção do envelhecimento ativo
	■ Insuficiência de vagas em ERPI, assim como carência de respostas que promovam a independência e autonomia dos idosos no domicílio
EIXO 3: Deficiência e/ou Incapacidade	■ Necessidade de melhoria das acessibilidades físicas e urbanísticas para pessoas com deficiência e/ou incapacidade na cidade
	■ Estigma social associado à deficiência e/ou incapacidade
EIXO 4: Família e Comunidade	■ Necessidade de reforçar as respostas integradas e adequadas de apoio à inserção social, económica e cultural da população migrante
	■ Dificuldade pelas famílias mais vulneráveis no acesso a bens e serviços essenciais para a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, a serviços e equipamentos sociais e de saúde e a habitação

Fonte: Equipa técnica.

EIXO 1 - Infância e Juventude

A infância e a juventude constituem períodos cruciais do desenvolvimento humano, marcados por intensos processos de aprendizagem, socialização e construção de identidade. A forma como estas etapas são vividas tem repercussões diretas e duradouras na trajetória individual e coletiva dos cidadãos, refletindo-se no bem-estar presente e nas condições de participação plena na sociedade ao longo da vida.

Num contexto social em constante transformação, tornam-se evidentes mudanças significativas nas dinâmicas familiares, uma maior complexidade nos percursos educativos e o surgimento de novas formas de risco e exclusão social. A estas somam-se as exigências crescentes do mercado de trabalho. Perante este cenário, torna-se essencial continuar a fortalecer políticas e estratégias que garantam as condições adequadas ao desenvolvimento de todas as crianças e jovens.

A este nível, a promoção de uma rede de respostas articuladas, integradas e territorialmente adequadas assume um papel central na prevenção de situações de vulnerabilidade e na criação de oportunidades que favoreçam o sucesso educativo, a inserção comunitária, a formação qualificada, a empregabilidade e a autonomia dos jovens. A intervenção deve ainda considerar as especificidades de grupos particularmente expostos a fatores de risco, como crianças em situação de perigo, jovens em abandono escolar precoce ou em risco de exclusão social.

O eixo 1 visa, assim, estruturar e consolidar uma intervenção integrada que responda aos desafios identificados, promovendo a inclusão, o sucesso educativo, a empregabilidade, a autonomia e a qualidade de vida das crianças e jovens, em articulação com os diferentes agentes do território. Esta intervenção deverá ainda fomentar a educação para a cidadania, reforçar uma cultura de responsabilidade e valorizar o papel da família enquanto agente central no desenvolvimento integral das crianças e jovens.



EIXO 1

7

Objetivos estratégicos

30

Ações propostas

Objetivos estratégicos

OE 1.1. Promover o reforço e a diversificação da rede de respostas de apoio à primeira infância, de forma a mitigar a procura crescente e as dificuldades sentidas pelas famílias na conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

OE 1.2. Assegurar o desenvolvimento integral, a inserção na comunidade e a ocupação (atividades de tempos livres e extracurriculares) das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens (a partir dos 12 anos).

OE 1.3. Reforçar a rede de apoio a crianças e jovens em situação de perigo, aumentando as respostas especializadas, a melhoria da sinalização e do acompanhamento integrado, particularmente nas áreas das necessidades educativas específicas, da violência doméstica e dos CAD.

OE 1.4. Melhorar a capacitação dos profissionais das instituições para lidar com crianças e jovens, designadamente as que apresentam problemas de desenvolvimento.

OE 1.5. Valorizar a educação e formação como estratégia para potenciar as condições de empregabilidade e melhorar a qualidade de vida.

OE 1.6. Garantir condições de igualdade e equidade no acesso a uma educação e formação de qualidade a todos os jovens.

OE 1.7. Promover uma maior adequação das competências pessoais, sociais, escolares e profissionais às exigências do mercado de trabalho.

Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:



Quadro 111. Medidas/ações estratégicas para o eixo 1.

OE 1.1. Promover o reforço e a diversificação da rede de respostas de apoio à primeira infância, de forma a mitigar a procura crescente a as dificuldades sentidas pelas famílias na conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Adequar os horários de funcionamento dos serviços educativos e de apoio às necessidades das famílias	Famílias com crianças e/ou jovens Pais/mães trabalhadores em horários não convencionais Famílias monoparentais	CMA IPSS's Agrupamentos de Escolas	Rede Social	2025-2027
Garantir o acesso a atividades de ocupação de tempos livres	Crianças e jovens	CMA Juntas de Freguesia	Agrupamentos de Escolas Associações culturais, desportivas e juvenis	2025-2027

OE 1.2. Assegurar o desenvolvimento integral, a inserção na comunidade e a ocupação (atividades de tempos livres e extracurriculares) das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens (a partir dos 12 anos)

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
OCUPA_T+ Dinamização de atividades de animação sociocultural tendo em vista a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens, em férias escolares	Crianças e jovens residentes em territórios com menor oferta de atividades fora do tempo letivo	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	Equipas Protocolo SAAS/NLI; CLAIM /Casa Vera Cruz; Agrupamentos de Escolas; Serviços de Saúde; Outras entidades da Rede Social; Associações culturais, desportivas e recreativas; Grupos informais; Empresas	2025-2027
ATIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES NA CASA DA CIDADANIA: - Vem aprender a programar (1) - Tardes STEAM na Casa (2)	Crianças e adolescentes	CMA (DDEI - Divisão Desenvolvimento Económico e Inovação)	Rede Social	(1) 1 vez por semana, de outubro a junho (2) interrupções letivas: Natal, Páscoa e verão
OFICINAS NA CASA Workshops e sessões práticas “mãos na massa” relacionadas com o desenvolvimento da expressão artística	Jovens (na ótica de ocupação dos tempos livres durante os períodos de férias)	CMA (DDEI - Divisão Desenvolvimento Económico e Inovação)	Rede Social	Em permanência

Alargar e diversificar a oferta inclusiva e a custos reduzidos para jovens a partir dos 10 anos, com e sem necessidades educativas específicas, nos períodos letivos (atividades extracurriculares) e de interrupções letivas (ocupação dos tempos livres/campos de férias)	Crianças e jovens	CMA Associação Habilitar	Agrupamentos de Escolas Juntas de Freguesia	2025-2027
Elaborar e implementar Plano Municipal de Atividades para Jovens, com o objetivo de promover o desenvolvimento social, cultural, educativo, desportivo e recreativo dos jovens, proporcionando-lhes oportunidades de participação, inclusão, formação e lazer	Jovens	CMA (DDEI - Divisão Desenvolvimento Económico e Inovação – Casa Cidadania)	Associações culturais Associações desportivas IPSS's	2025-2027

OE 1.3. Reforçar a rede de apoio a crianças e jovens em situação de perigo, aumentando as respostas especializadas, a melhoria da sinalização e do acompanhamento integrado, particularmente nas áreas das necessidades educativas específicas, da violência doméstica e dos CAD

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Reforçar a capacidade de intervenção da saúde escolar através da afetação adequada de recursos humanos e logísticos	Crianças com NSE Crianças e jovens em perigo	CMA ULSRA	Agrupamentos de Escolas	Anual
Criar ações de sensibilização sobre a deficiência na primeira pessoa	Crianças e jovens desde a educação pré-escolar até à conclusão do ensino obrigatório	Núcleo de Aveiro da Pais em Rede, Associação	IPSS Agrupamentos Escolas	2025-2027
Criar grupos de partilha de forma a serem ouvidas as questões e problemáticas do dia-a-dia dos jovens	Jovens	CMA CPCJ	Entidades locais com respostas nesta área	2025-2027
Dotar os técnicos e profissionais com intervenção em matéria de infância e juventude de conhecimentos e instrumentos, no âmbito da prevenção de comportamentos de risco	Técnicos e profissionais com intervenção em matéria de infância e juventude	CPCJ CRI	Entidades locais com respostas nesta área CMA	2025-2027
Reforçar sessões de treino de competências dirigidas a pais e/ou encarregados de educação das crianças sobre fatores de proteção associados aos CAD	Famílias	CMA CRI	Agrupamentos de Escolas; Forças de segurança; CDT; Segurança Social	2025-2027
Realizar ações de formação dirigidas ao pessoal docente e não docente no âmbito dos CAD	Pessoal docente e não docente	CMA CRI	Agrupamentos de Escolas; Forças de segurança; CDT; Segurança Social	2025-2027
Continuar a promover uma intervenção integrada e articulada entre entidades que intervêm no âmbito dos CAD	Técnicos e profissionais com intervenção em matéria de infância e juventude	CRI	IPSS's; Forças de segurança; CDT; Segurança Social; Núcleo Territorial dos PRI	2025-2027

Realizar ações de capacitação digital e utilização segura da internet para crianças/jovens, famílias e profissionais	Jovens, famílias e técnicos e profissionais com intervenção em matéria de infância e juventude	CRI Projeto Alternativas	Forças de segurança; CMA; CDT; Segurança Social; IPSS; Agrupamentos de Escolas	2025-2027

OE 1.4. Melhorar a capacitação dos profissionais das instituições para lidar com crianças e jovens, designadamente as que apresentam problemas de desenvolvimento

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
MENTAL UP Projeto promotor da literacia em saúde mental em contexto escolar	Alunos do 10.º ano da ES Mário Sacramento	DPSM da ULSRA ESSUA	Agrupamento de Escolas de Aradas	8 sessões realizadas de 15 em 15 dias
Desenvolver um programa de formação contínua em desenvolvimento infantil e juvenil	Educadores de infância Professores do ensino básico Técnicos de IPSS's	CMA (DDEI - Divisão Desenvolvimento Económico e Inovação)	Entidades locais com respostas no âmbito	2025-2027
Criar programas de promoção da saúde mental nas escolas: - Programas de <i>mindfulness</i> - Programas de prevenção do suicídio (+contigo)	Comunidade escolar	ULSRA CMA	Agrupamentos de Escolas CPCJ	2025-2027

OE 1.5. Valorizar a educação e formação como estratégia para potenciar as condições de empregabilidade e melhorar a qualidade de vida

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL Apoio à procura ativa de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora	Jovens desempregados	CMA (DAS - Divisão Ação Social)	IEFP	Em permanência
Promover sessões pontuais de forma a trabalhar a direção vocacional dos jovens	Jovens	Agrupamentos de Escolas	Entidades locais com respostas na área	2025-2027
Realizar ações de sensibilização e informação no âmbito da valorização da educação/formação e da desmistificação do ensino profissional para jovens e famílias, em articulação com o PIPSE da Região de Aveiro	Jovens a frequentar o 3.º CEB Famílias	CMA CIRA	Agrupamentos de Escolas; Escola Profissional; IEFP	2025-2027

APRENDER+ Dinamização de espaços de apoio ao estudo em contexto escolar e comunitário para apoio à integração da população migrante	Crianças/jovens migrantes	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	Mediadores comunitários, reformados ativos ou outros indivíduos em regime de voluntariado; IEF; GIP; Juntas de Freguesia; CLAIM; AIMA; Agrupamentos de Escola; Associações locais	2025-2027
Redefinir a estratégia de sinalização de jovens que não estudam e não trabalham (NEET) para aumentar a eficácia dos mecanismos de identificação destes jovens e promover a sua integração nas estratégias de apoio existentes	Jovens NEET	CMA (DDEI)	IEFP GIP CMA Agrupamentos de Escolas	2025-2027
Estabelecer protocolos com o tecido empresarial local para criação de vagas de estágio, aprendizagens e contratos de trabalho que promovam a integração sustentável dos jovens no mercado laboral	Jovens	CMA (DDEI) IEFP	Empresas e Associações	2025-2027
Promover o voluntariado jovem e projetos intergeracionais	Jovens	CMA (DDEI) IPDJ Juntas de Freguesia	Agrupamentos de Escolas Associações culturais, desportivas e juvenis Empresas Associações	2025-2027

OE 1.6. Garantir condições de igualdade e equidade no acesso a uma educação e formação de qualidade a todos os jovens

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Promover sessões de forma a sensibilizar para questões atuais na infância e juventude, criando também sessões com temas de responsabilidade adulta	Crianças e jovens	CMA CPCJ	Entidades locais com respostas na área	2025-2027
Promover a realização de sessões de sensibilização para a importância em elevar os níveis de escolaridade	Comunidade escolar	CMA (DDEI) CPCJ	Agrupamentos de Escolas IPSS	2025-2027
Conselho Consultivo da Juventude do Município de Aveiro (CCJ-CMA) - Instrumento para reforçar a colaboração e participação jovem nas políticas municipais através da realização de laboratórios jovens	Jovens	CMA (DDEI)	Entidades representativas ou que trabalham com jovens	Quatro vezes ao ano

OE 1.7. Promover uma maior adequação das competências pessoais, sociais, escolares e profissionais às exigências do mercado de trabalho

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
ATIVIDADES EM CONTEXTO ESCOLA Preparar as novas gerações com as competências exigidas pelo atual mercado de trabalho, reforçando as ações de promoção de empreendedorismo: - Concurso “A Tua ideia conta” - Concurso “Uma ideia, um projeto, uma ação” - UBBU - Literacia em código - Tech Labs - Residências Artísticas STEAM - Escola de Ciência Viva (gerida pela DED)	Comunidade escolar	CMA (DDEI - Divisão Desenvolvimento Económico e Inovação)	Fábrica Centro Ciência Viva Agrupamentos de Escolas	Durante o período letivo
Dar continuidade aos projetos locais de educação formal, não formal e informal para reforçar, potenciar e valorizar as competências pessoais, sociais, escolares e profissionais	Comunidade escolar	CMA	Agrupamentos de Escolas	2025-2027



EIXO 2 - Envelhecimento e/ou Dependência

EIXO 2

6

Objetivos estratégicos

24

Ações propostas

O envelhecimento da população é um fenómeno crescente e irreversível, que se reflete também no concelho de Aveiro. As projeções demográficas indicam um aumento significativo da população idosa nos próximos anos, colocando novos desafios às comunidades, às famílias e aos sistemas de apoio social e de saúde. Paralelamente, verifica-se uma crescente incidência de situações de dependência associadas à idade, a doenças crónicas ou a limitações funcionais, que exigem respostas coordenadas e adequadas às realidades locais.

Neste contexto, o PDS de Aveiro assume como prioridade a promoção de uma intervenção integrada, centrada na pessoa e nos seus contextos de vida, que garanta condições dignas, inclusivas e seguras para todas as pessoas em situação de envelhecimento e/ou dependência.

A abordagem proposta assenta numa lógica de proximidade, prevenção e promoção da autonomia, procurando assegurar a adequação das condições habitacionais, o reforço dos cuidados prestados no domicílio e em contexto institucional, bem como o combate ao isolamento e à exclusão social. Simultaneamente, valoriza-se a qualificação dos serviços e profissionais envolvidos, bem como o apoio aos cuidadores informais, frequentemente sobrecarregados e pouco reconhecidos.

Este eixo aposta ainda na inovação e no empreendedorismo social como motores para o desenvolvimento de soluções diferenciadoras, sustentáveis e ajustadas às necessidades emergentes, contribuindo para a melhoria contínua da intervenção social no território.

Assim, o eixo 2 propõe uma resposta articulada e multidimensional aos desafios do envelhecimento e da dependência, promovendo a qualidade de vida, a participação social e a coesão comunitária.

Objetivos estratégicos

OE 2.1. Reforçar a oferta de habitação adequada e segura para pessoas idosas e/ou dependentes

OE 2.2. Promover um envelhecimento ativo e saudável, de forma a potenciar a qualidade de vida das pessoas idosas e combater a exclusão e o isolamento social

OE 2.3. Reforçar e diversificar a oferta no envelhecimento e/ou dependência, na dupla vertente do contexto domiciliário e da institucionalização

OE 2.4. Reforçar o investimento na qualificação, formação e humanização nos cuidados prestados a pessoas idosas e/ou em situação de dependência

OE 2.5. Incentivar a criação de serviços e equipamentos de apoio aos cuidadores informais

OE 2.6. Estimular a inovação e o empreendedorismo social na procura de soluções diferenciadoras, revolucionárias e sustentáveis para os problemas sociais e promover a melhoria da intervenção social

Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:



Quadro 112. Medidas/ações estratégicas para o eixo 2.

OE 2.1. Reforçar a oferta de habitação adequada e segura para pessoas idosas e/ou dependentes

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Reabilitar e adaptar habitações degradadas de pessoas idosas e dependentes, com foco na eliminação de barreiras arquitetónicas e melhoria das condições de salubridade e conforto	Pessoas idosas em situação de vulnerabilidade	CMA IPSS	Rede Social	2025-2027
Instalar soluções tecnológicas de apoio à autonomia (e.g.: sensores de movimento, alarmes de queda, iluminação automática, teleassistência) em residências de pessoas com mobilidade reduzida	Pessoas idosas em situação de vulnerabilidade	CMA IPSS	Rede Social	2025-2027
Disponibilizar habitação alternativa temporária ou definitiva a idosos que vivam em condições de risco habitacional extremo ou insustentável	Pessoas idosas em situação de vulnerabilidade	CMA	Rede Social	2025-2027
Mapear e monitorizar situações de precariedade habitacional com atualização periódica e articulação com a rede social local	Pessoas idosas em situação de vulnerabilidade	CMA	Rede Social	2025-2027

OE 2.2. Promover um envelhecimento ativo e saudável, de forma a potenciar a qualidade de vida das pessoas idosas e combater a exclusão e o isolamento social

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
OFICINAS NA CASA Workshops e sessões práticas “mãos na massa” relacionadas com o desenvolvimento da expressão artística	Pessoas idosas	CMA (DDEI - Divisão Desenvolvimento Económico e Inovação)	Rede Social Comunidade	Em permanência
INCLUIR+ Dinamização de ações que promovam a integração dos agregados familiares mais vulneráveis na comunidade, nomeadamente através da sua participação em atividades culturais, recreativas, desportivas e de educação para uma igualdade e cidadania plenas, numa perspetiva intergeracional.	Comunidade em geral, designadamente migrantes, idosos, crianças e jovens	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	Equipas Protocolo SAAS/NLI; CLAIM /Casa Vera Cruz; Agrupamentos de Escolas; Serviços de Saúde; Outras entidades da Rede Social; Associações culturais, desportivas e recreativas; Grupos informais; Empresas	2025-2027

Rede INCLUIR+ Dinamização de quatro eventos de animação sociocomunitária, com a duração de dois dias cada e 12 horas por evento, envolvendo 40 participantes por edição	Comunidade em geral, designadamente migrantes, idosos, crianças e jovens	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	Equipas Protocolo SAAS/NLI; CLAIM /Casa Vera Cruz; Agrupamentos de Escolas; Serviços de Saúde; Entidades da Rede Social; Associações, culturais, desportivas e recreativas; Grupos informais; Empresas	2025-2027
AJUDA+ Desenvolvimento de ações que promovam a inclusão e o combate à discriminação dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, especialmente em razão da sua origem, condição ou situação de deficiência ou dependência	Migrantes, PSSA (Pessoas em situação de sem-abrigo), cuidadores informais, desempregados, reformados ativos ou outros indivíduos em regime de voluntariado	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	Equipas Protocolo SAAS/NLI; CLAIM/Casa Vera Cruz; Agrupamentos de Escolas; Serviços de Saúde; IEFP; Outras entidades do NPISAA	2025-2027
COMUNIDADE+ Capacitação de pessoas com mais de 55 anos, com interesse em constituir-se com suporte às intervenções a desenvolver na comunidade	Desempregados, reformados, pessoas com mais de 55 anos e voluntários	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	IEFP; GIP's; Juntas de Freguesia; CLAIM; AIMA; Empresas e Serviços da comunidade	2025-2027
LITERACIA+ Formação na área digital (várias sessões e temas)	Pessoas com mais de 60 anos	CMA (DDEI - Divisão Desenvolvimento Económico e Inovação)	Juntas de Freguesia Entidades Rede Social Comunidade em geral	Ao longo do ano
Incentivar o voluntariado sénior	Pessoas idosas	CMA (DDEI)	Rede Social	2025-2027
Estimular projetos de atividade física para pessoas idosas	Pessoas idosas	CMA - DED		2025-2027
Promover estilos de vida saudáveis através da realização de ações de sensibilização, rastreios de saúde e educação para a prevenção de doenças	Pessoas idosas Comunidade em geral	CMA (Saúde)	Centro de Saúde IPSS's	2025-2027
Apoiar a Rede Aveiro Sénior, as Juntas de Freguesia e outras entidades na dinamização de atividades	Pessoas idosas	CMA	Juntas de Freguesia IPSS	2025-2027

OE 2.3. Reforçar e diversificar a oferta no envelhecimento e/ou dependência, na dupla vertente do contexto domiciliário e da institucionalização

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Desenvolver uma nova geração de apoio domiciliário, que permita a evolução de um serviço centrado na satisfação das necessidades básicas, como a alimentação e a higiene, para um serviço inovador e integrado, mais flexível e multifacetado, com informação partilhada entre o utente e os múltiplos cuidadores	Pessoas idosas	CMA IPSS SS	Rede Social Juntas de Freguesia	2025-2027
Incentivar projetos de teleassistência 24h	Pessoas idosas	CMA IPSS	UA	2025-2027

OE 2.4. Reforçar o investimento na qualificação, formação e humanização nos cuidados prestados a pessoas idosas e/ou em situação de dependência

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Formação técnica e relacional para cuidadores formais e informais nas áreas de geriatria, demência, mobilidade, comunicação empática e primeiros socorros	Profissionais de IPSS's Cuidadores informais	CMA	Rede Social Entidades privadas	2025-2027
Criar espaços regulares de supervisão profissional e acompanhamento psicológico para profissionais que trabalham com idosos e dependentes	Profissionais de IPSS's Cuidadores informais	CMA	Rede Social Entidades privadas	2025-2027

OE 2.5. Incentivar a criação de serviços e equipamentos de apoio aos cuidadores informais

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Desenvolver uma estrutura de apoio integrado a cuidadores informais, pessoas idosas e em situação de isolamento: - Redes de entreajuda: ajudar nas tarefas do dia a dia (compras, limpezas, deslocações), revezar na prestação de cuidados, permitindo pausas - Apoio psicológico e emocional - Manter contacto regular (mensagens, telefonemas, visitas) - Partilha de informação: ajudar a encontrar serviços, associações, apoios estatais - Divulgação cursos, formações ou grupos de apoio - Ligação com comunidades locais com encontros, partilhas e apoio mútuo - Rede de partilha de equipamentos de apoio	Cuidadores informais Pessoas idosas e em isolamento social	CMA ULSRA IPSS	Juntas de Freguesia UA Outras Entidades Rede Social	2025-2027
AJUDA+ Constituição de quatro grupos de mediadores comunitários promovendo o aumento das suas competências pessoais e sociais através da sua participação em atividades de apoio a grupos vulneráveis	Migrantes, pessoas em situação de sem-abrigo, cuidadores informais, desempregados, reformados ativos ou outros indivíduos em regime de voluntariado	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	Equipas Protocolo SAAS/NLI; CLAIM /Casa Vera Cruz; Agrupamentos de Escolas; Serviços de Saúde; IEFP; NPISAA	2025-2027

OE 2.6. Estimular a inovação e o empreendedorismo social na procura de soluções diferenciadoras, revolucionárias e sustentáveis para os problemas sociais e promover a melhoria da intervenção social

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
MEDIAR+ - Mobilizar pessoas com mais de 55 anos para reforço da intervenção sociocomunitária - Valorizar os conhecimentos e competências das pessoas que, apesar de em idade ativa, se encontram excluídas do mercado de trabalho	Desempregados, reformados, pessoas com mais de 55 anos e voluntários	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	IEFP; GIP; Juntas de Freguesia; CLAIM; AIMA; Empresas e Serviços da comunidade; Equipas SAAS/RSI; Outras Entidades da Rede Social	2025-2027
Elaborar um plano de proximidade - "Mais perto de ti", através do qual seja contemplado o apoio social, entrega de medicação, apoio de transporte, pequenas obras, entre outros apoios	Pessoas idosas em isolamento ou sem resposta de apoio institucional ou familiar	CMA Juntas de Freguesia	Associações culturais Associações desportivas IPSS's Autoridades policiais Outras Entidades da Rede Social	2025-2027
Criar incentivos financeiros e fiscais a projetos de impacto social no setor do envelhecimento	IPSS	CMA	Entidades sociais	2025-2027

EIXO 3 - Deficiência e/ou Incapacidade

A promoção da igualdade de oportunidades e a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva exigem um compromisso claro com a dignidade, a autonomia e a participação plena das pessoas com deficiência e/ou incapacidade. Apesar dos avanços registados nos últimos anos, persistem obstáculos que limitam o exercício pleno dos direitos destas pessoas, tanto ao nível da acessibilidade como da inclusão social, educativa, profissional e comunitária.

O PDS de Aveiro reconhece a importância de promover uma abordagem centrada na pessoa, orientada para a autonomização, a vida independente e a valorização do papel ativo das pessoas com deficiência e/ou incapacidade em todas as fases do ciclo de vida. Para isso, torna-se essencial garantir uma rede de apoios diversificada, adequada às necessidades identificadas e sensível às diferentes realidades territoriais.

A qualificação dos profissionais, a humanização dos modelos de intervenção e o apoio estruturado aos cuidadores informais são pilares fundamentais para a consolidação de respostas mais eficazes e ajustadas. Estes aspetos ganham particular relevância quando se trata de promover a inclusão, a autodeterminação e a qualidade de vida das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

Simultaneamente, é necessário fomentar a inovação e o empreendedorismo social, criando soluções criativas e sustentáveis que respondam às especificidades das pessoas com deficiência ao longo do seu percurso de vida. Tal implica também o reforço da articulação entre os diversos agentes da Rede Social e a eliminação de barreiras físicas, sociais e culturais que ainda persistem.

O eixo 3 propõe, assim, uma intervenção abrangente e articulada, centrada na promoção da inclusão, na valorização da diversidade e na criação de condições que permitam às pessoas com deficiência e/ou incapacidade viver com maior autonomia, participação e dignidade.



EIXO 3

5

Objetivos estratégicos

23

Ações propostas

Objetivos estratégicos

OE 3.1. Melhorar as condições para a autonomização e vida independente das pessoas com deficiência e/ou incapacidade

OE 3.2. Alargar e diversificar a rede de apoio dirigida às pessoas com deficiência e/ou incapacidade e colmatar e/ou prevenir carências identificadas

OE 3.3. Capacitar os recursos humanos e incentivar a evolução no modelo de prestação de cuidados, com vista a uma maior humanização

OE 3.4. Reforçar e melhorar o apoio aos cuidadores informais

OE 3.5. Promover a inovação e o empreendedorismo social na resposta às necessidades específicas das pessoas com deficiência e/ou incapacidade nas diferentes fases do ciclo de vida em que se encontram

Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:



OE 3.1. Melhorar as condições para a autonomização e vida independente das pessoas com deficiência e/ou incapacidade

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Reabilitar habitações através de programas para adaptar as residências de forma a garantir que estas sejam acessíveis	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	CMA	Juntas de Freguesia Rede Social	
AJUDA+ Constituição de quatro grupos de mediadores comunitários promovendo o aumento das suas competências pessoais e sociais através da sua participação em atividades de apoio a grupos vulneráveis	Migrantes, pessoas em situação de sem-abrigo, cuidadores informais, desempregados, reformados ativos ou outros indivíduos em regime de voluntariado	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	Equipas Protocolo SAAS/NLI; CLAIM /Casa Vera Cruz; Agrupamentos de Escolas; Serviços de Saúde; IEFP; NPISAA	2025-2027
EMPREGA+ Ações de sensibilização que promovam a inclusão e o combate à discriminação dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, especialmente em razão da sua origem, condição ou situação de deficiência ou dependência	Pessoas portadoras de deficiência e entidades empregadoras	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	IEFP; Empresas e serviços da comunidade; GIP; CLAIM; AIMA; instituições com intervenção na área da deficiência	2025-2027
Desenvolver ações de formação específicas para pessoas em situação de dependência, centradas na estimulação de competências funcionais e capacidades para a realização de atividades da vida diária, promovendo a sua autonomia, autoestima e inclusão social	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	CMA IPSS's	Rede Social	2025 - 2027
Reforçar as oportunidades laborais para pessoas com incapacidade	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	IEFP CMA	Rede Social	2025 - 2027
Articular com as entidades competentes para eliminação de barreiras arquitetónicas e urbanísticas	Comunidade em geral	ACAPO - CAARPD Aveiro	CMA Juntas de Freguesia Escolas UA	2025-2027
Fomentar a organização de iniciativas para a capacitação de pessoas, famílias, instituições e comunidades para a autonomia	Comunidade em geral	ACAPO	Rede Social	2025-2027
Impulsionar a criação de respostas para a consolidação do modelo de apoio à vida independente (e.g.: SAPAPDI - CAVI)	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	CMA	Rede Social	2025-2027

OE 3.2. Alargar e diversificar a rede de apoio dirigida às pessoas com deficiência e/ou incapacidade e colmatar e/ou prevenir carências identificadas

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Criar redes locais de suporte comunitário, integrando grupos de voluntariado organizados, que promova a inclusão social, educacional e comunitária de pessoas com deficiência	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade Famíliares Cuidadores	CMA	Associações da sociedade civil Agrupamentos de Escolas Juntas de Freguesia Entidades c/ intervenção na área IPSS's Comunidade em geral	2025-2027
Criar residências de autonomização e inclusão	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	IPSS	CMA Outras Entidades Rede Social	2025-2027
Promover a demonstração de produtos de apoio direcionados para a deficiência visual, aberto à comunidade	Pessoas com deficiência visual, cuidadores, familiares e técnicos	ACAPO - CAARPD Aveiro	Empresas Entidades Rede Social	2.º semestre de 2025

OE 3.3. Capacitar os recursos humanos e incentivar a evolução no modelo de prestação de cuidados, com vista a uma maior humanização

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Realizar formações que integrem as dimensões física, emocional e psicológica dos utentes, promovendo uma abordagem mais completa e humanizada no cuidado	Profissionais de saúde	CMA ULSRA	Entidades locais com respostas na área Outras Entidades Rede Social	2025-2027
Criar uma bolsa de voluntários da Delegação de Aveiro da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO)	Comunidade em geral	ACAPO - CAARPD Aveiro	CMA Juntas de Freguesia Escolas UA	2025-2027
Reforçar o número de ações de formação mais específicas: braille, língua gestual, entre outras	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade Profissionais de saúde	ACAPO CMA (DDEI)	Entidades Rede Social Comunidade em geral	2025-2027

OE 3.4. Reforçar e melhorar o apoio aos cuidadores informais

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Desenvolver formação específica para cuidadores informais	Cuidadores informais	CMA	Entidades locais com respostas no âmbito	2025-2027
Realização de workshops de capacitação para cuidadores informais, com o objetivo de reforçar conhecimentos e competências na prestação de cuidados, gestão do stress e acesso a recursos e apoios disponíveis	Cuidadores informais/ acompanhantes de pessoas com deficiência visual	ACAPO - CAARPD Aveiro	CMA Juntas de Freguesia CDSS	2.º semestre de 2025

OE 3.5. Promover a inovação e o empreendedorismo social na resposta às necessidades específicas das pessoas com deficiência e/ou incapacidade nas diferentes fases do ciclo de vida em que se encontram

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Implementar o Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD) da Delegação de Aveiro da ACAPO	Pessoas com deficiência visual do distrito de Aveiro	ACAPO - CAARPD Aveiro	CMA Juntas de Freguesia Escolas Centros comunitários	1.º semestre de 2025
Dinamizar ações de sensibilização para entidades interessadas (comunidade educativa, tecido empresarial, estruturas da comunidade)	Estruturas da comunidade	ACAPO - CAARPD Aveiro	Estruturas da comunidade Rede Social	2025-2027
Dinamizar uma atividade recreativa aberta à comunidade, com condições de acessibilidade para todos, centrada na sensibilização para a deficiência visual	Comunidade em geral Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	ACAPO - CAARPD Aveiro	CMA Juntas de Freguesia Escolas Centros comunitários	2.º semestre 2025
Promover a mobilidade inclusiva através da criação e reforço de serviços de transporte adaptado, através de candidaturas a financiamento	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	CMA	Rede Social	2025-2027
Elaborar e disseminar um guia de recursos na área da deficiência, que reúna de forma sistematizada todas as respostas, serviços e apoios existentes no território, complementado pelo reforço dos canais de comunicação e partilha de informação	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	CMA IPSS na área da deficiência	Rede Social	2025-2027



EIXO 4

9

Objetivos estratégicos

31

Ações propostas

EIXO 4 - Família e Comunidade

A família e a comunidade são pilares fundamentais na construção de uma sociedade coesa, resiliente e inclusiva. É no seio familiar e comunitário que se desenvolvem os primeiros vínculos afetivos, redes de apoio e valores sociais essenciais à convivência e ao bem-estar. No entanto, os desafios contemporâneos, como a precariedade económica, a exclusão social, as desigualdades no acesso aos direitos e serviços, e a desagregação das redes de suporte, colocam em evidência a necessidade de uma intervenção integrada, multidimensional e centrada nas pessoas.

Este eixo reconhece a complexidade das problemáticas que afetam as famílias e comunidades mais vulneráveis e propõe respostas articuladas que promovam a capacitação, a proteção social, o acesso à habitação, a saúde física e mental, bem como a reinserção social e económica de indivíduos em situação de fragilidade. É também prioritário o reforço da rede de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo, a promoção de respostas inovadoras para vítimas de violência doméstica e a criação de condições efetivas de acolhimento e integração da população migrante.

Através de uma abordagem centrada na equidade, na dignidade humana e na coesão territorial, este eixo visa combater os fatores geradores de pobreza e exclusão, valorizando simultaneamente a diversidade cultural como um ativo comunitário. A promoção da interculturalidade, a eliminação de estigmas e preconceitos, e a prevenção de comportamentos aditivos e dependências (CAD) completam esta estratégia ampla e inclusiva.

O eixo 4 estrutura-se, assim, como um compromisso com a promoção de direitos, com a construção de comunidades mais justas e solidárias e com a melhoria efetiva da qualidade de vida das pessoas, especialmente daquelas em maior situação de vulnerabilidade.

Objetivos estratégicos

OE 4.1. Capacitar a família e a comunidade, nas suas diferentes dimensões, e proporcionar uma resposta global e integrada às suas problemáticas mais prementes e geradoras de pobreza e/ou exclusão social

OE 4.2. Contribuir para a (re)inserção e proteção social de indivíduos, famílias e comunidades economicamente desfavorecidas e/ou socialmente desinseridas e contrariar ou minimizar o impacto dos fatores geradores de pobreza e/ou exclusão social

OE 4.3. Promover a igualdade de oportunidades no acesso aos direitos humanos, a dignidade de tratamento e a melhoria da qualidade de vida a todas as pessoas expostas a situações de grave carência económica e social e reforçar a coesão socioterritorial

OE 4.4. Dinamizar programas e respostas de promoção da saúde física e mental

OE 4.5. Incentivar a criação de soluções habitacionais para pessoas e/ou famílias em situação de carência socioeconómica

OE 4.6. Reforçar a rede de apoio a PSSA (Pessoas em situação de sem-abrigo)

OE 4.7. Estimular o desenvolvimento de respostas inovadoras e intersectoriais de apoio às pessoas vítimas de violência doméstica

OE 4.8. Assegurar o acolhimento e a integração da população migrante, valorizando a diversidade e o pluralismo cultural como um ativo social e comunitário, promovendo a interculturalidade e a inclusão social, e combatendo estigmas e preconceitos face às comunidades migrantes e étnicas.

OE 4.9. Prevenir e diminuir os CAD e promover a reintegração social, familiar, escolar ou profissional das pessoas afetadas por esta problemática

Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:



Quadro 114. Medidas/ações estratégicas para o eixo 4.

OE 4.1. Capacitar a família e a comunidade, nas suas diferentes dimensões, e proporcionar uma resposta global e integrada às suas problemáticas mais prementes e geradoras de pobreza e/ou exclusão social

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
FORMAR+ Sessões práticas de capacitação	Pessoas idosas, pessoas com deficiência e/ou incapacidade, pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante, PVVD, pessoas vítimas de TSH, pessoas com CAD e migrantes	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	CMA; ULSRA; Segurança Social; Equipas SAAS/RSI; Juntas de Freguesia; CPCJ de Aveiro; CAFAP; Projetos PRI; Núcleo de Apoio CJRisco; Intervenção Precoce Outras entidades da Rede Social	abril 2025-outubro 2026
FAMÍLIA+ Ações de informação/capacitação em diversas temáticas que interagem diretamente com as famílias em situação de vulnerabilidade	Famílias moradoras em habitação social em situação de vulnerabilidade e risco elevado de exclusão social	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	CMA - Serviço Habitação Social; Equipas Protocolo SAAS/NLI; CLAIM/Casa Vera Cruz; Agrupamentos de Escolas; Serviços de Saúde; CRI/PRI; Instituto da Segurança Social; Serviços Emprego/Formação Profissional	2025-2027
INCLUIR+ Ações que promovam a integração dos agregados familiares mais vulneráveis na comunidade, nomeadamente através da sua participação em atividades culturais, recreativas, desportivas e de educação para uma igualdade e cidadania plenas	Comunidade em geral, designadamente migrantes, idosos, crianças e jovens	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	Equipas Protocolo SAAS/NLI; CLAIM/Casa Vera Cruz; Agrupamentos de Escolas; Serviços de Saúde; Outras entidades da Rede Social; Associações, culturais, desportivas e recreativas; Grupos informais; Empresas	2025-2027
Rede INCLUIR+ Dinamização de quatro eventos de animação sociocomunitária	Comunidade em geral, designadamente migrantes, idosos, crianças e jovens	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	Equipas Protocolo SAAS/NLI; CLAIM/Casa Vera Cruz; Agrupamentos de Escolas; Serviços de Saúde; Outras entidades da Rede Social; Associações, culturais, desportivas e recreativas; Grupos informais; Empresas	2025-2027
Promover a capacitação das famílias em áreas fundamentais para a sua autonomia e bem-estar, através de ações formativas e práticas nas dimensões da educação financeira, gestão do quotidiano doméstico e parentalidade positiva	Famílias em situação de vulnerabilidade social e económica	CMA (DAS)	SAAS	2025-2027

Fortalecer as competências parentais e promover práticas educativas positivas, contribuindo para o bem-estar das crianças e a qualidade das relações familiares, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social	Famílias com crianças e/ou jovens sinalizados	Casa Vera Cruz	CPCJ, Tribunal de Família e Menores	2025-2027

OE 4.2. Contribuir para a (re)inserção e proteção social de indivíduos, famílias e comunidades economicamente desfavorecidas e/ou socialmente desinseridas e contrariar ou minimizar o impacto dos fatores geradores de pobreza e/ou exclusão social

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL Apoio à procura ativa de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora	Jovens e adultos desempregados	CMA (DAS)	IEFP	2025-2027
AJUDA+ Constituição de quatro grupos de mediadores comunitários promovendo o aumento das suas competências pessoais e sociais através da sua participação em atividades de apoio a grupos vulneráveis	Migrantes, pessoas em situação de sem-abrigo, cuidadores informais, desempregados, reformados ativos ou outros indivíduos em regime de voluntariado	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	Equipas Protocolo SAAS/NLI; CLAIM /Casa Vera Cruz; Agrupamentos de Escolas; Serviços de Saúde; IEFP; NPISAA	2025-2027
Promover a reintegração social, educativa e profissional de pessoas que saíram do sistema de justiça	Pessoas que concluíram penas ou medidas alternativas no sistema de justiça	DGRSP NPISA CMA	Forças de segurança Centros de reabilitação e programas de reintegração social Juntas de freguesia Entidades da Rede Social	2025-2027

OE 4.3. Promover a igualdade de oportunidades no acesso aos direitos humanos, a dignidade de tratamento e a melhoria da qualidade de vida a todas as pessoas expostas a situações de grave carência económica e social e reforçar a coesão socioterritorial

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
OFICINAS NA CASA Workshops e sessões práticas “mãos na massa” relacionadas com o desenvolvimento da expressão artística	Comunidade em geral	CMA (DDEI)	-	Em permanência

OCUPA-T - Programa Municipal de Ocupação de Tempos Livres Participação ativa através da realização de tarefas de apoio ao desenvolvimento de várias ações e serviços do Município	Pessoas residentes ou a estudar no concelho, com idade igual ou superior a 16 anos	CMA (DDEI)	Vários serviços da CMA	Cinco períodos de dois meses ao ano entre março e dezembro
Dar continuidade ao Orçamento Participativo com Ação Direta (OPAD) Execução de propostas apresentadas, em colaboração com os municípios	Cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos	CMA (DDEI)	-	Bienal

OE 4.4. Dinamizar programas e respostas de promoção da saúde física e mental

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Proporcionar apoio psicológico acessível e de qualidade a famílias com recursos económicos limitados	Famílias em situação de vulnerabilidade social e económica	CMA	Agrupamentos de escolas SAAS	2025-2027
Elaborar um programa que promova a saúde mental e prevenção de casos com dependências químicas, através do acolhimento e apoio/orientação familiar, prevenção e educação comunitária, capacitação dos líderes locais e ações de reintegração (e.g.: Rede de Intervenção Comunitária - Construindo juntos)	Famílias e comunidade em geral	CMA ULSRA CRI	Associações da sociedade civil UA Juntas de Freguesia IPSS's	2025-2027
Desenvolver programas comunitários de promoção da saúde mental, através da realização de ações de literacia em saúde mental e da oferta gratuita de práticas de bem-estar (e.g.: Tai Chi, Yoga, QiGong e meditação) em espaços públicos e comunitários, acessíveis a toda a população	Comunidade em geral	CMA ULSRA	Rede Social Comunidade em geral	2025-2027
Garantir a disponibilização de apoio alimentar regular e do desenvolvimento de competências para a promoção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis	Famílias em situação de vulnerabilidade social e económica	SS CMA	SAAS Banco Alimentar	2025-2027
AJUDA+ Constituição de quatro grupos de mediadores comunitários promovendo o aumento das suas competências pessoais e sociais através da sua participação em atividades de apoio a grupos vulneráveis	Migrantes, PSSA, cuidadores informais, desempregados, reformados ativos ou outros indivíduos em regime de voluntariado	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	Equipas Protocolo SAAS/NLI; CLAIM /Casa Vera Cruz; Agrupamentos de Escolas; Serviços de Saúde; IEFP; NPISAA	2025-2027

OE 4.5. Incentivar a criação de soluções habitacionais para pessoas e/ou famílias em situação de carência socioeconómica

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Promover a criação de soluções habitacionais para pessoas e/ou famílias em situação de carência socioeconómica, de acordo com Plano Municipal de Habitação e Alojamento de Aveiro	Famílias em situação de vulnerabilidade social e económica	CMA	Proprietários Entidades privadas Entidades Terceiro setor	2025-2027

OE 4.6. Reforçar a rede de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Fortalecer parcerias estratégicas com instituições de saúde e educação para garantir o acesso a serviços essenciais, promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de sem-abrigo	Pessoas em situação de sem-abrigo	NPISAA	Rede Social	2025-2027
Criar, através de candidaturas a linhas de financiamento, habitação diferenciada, priorizando alojamento permanente e individualizado	Pessoas em situação de sem-abrigo	NPISAA	Rede Social	2025-2027
Encaminhar e integrar pessoas em situação de sem-abrigo em programas e medidas ativas de emprego e formação de acordo com o seu perfil de empregabilidade	Pessoas em situação de sem-abrigo	NPISAA	Rede Social	2025-2027
Criar fórum ocupacional para as pessoas em situação de sem-abrigo com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de diversas atividades estruturadas e adaptadas à população alvo	Pessoas em situação de sem-abrigo	NPISAA	Rede Social	2025-2027

OE 4.7. Estimular o desenvolvimento de respostas inovadoras e intersectoriais de apoio às pessoas vítimas de violência doméstica

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
Aprimorar as competências técnicas, emocionais e éticas dos profissionais que atuam na identificação, prevenção e intervenção em casos de violência doméstica	Pessoas vítimas de violência doméstica	NAVVD CMA	Rede Social	2025-2027
Promover a prevenção das várias manifestações da violência doméstica, conscientizar sobre os seus impactos e fomentar uma cultura de não violência (e.g.: ações de sensibilização contra a violência no namoro)	Pessoas vítimas de violência doméstica	NAVVD CMA	Rede Social	2025-2027
Garantir proteção e segurança às vítimas e diminuir o seu risco de revitimação (e.g.: teleassistência)	Pessoas vítimas de violência doméstica	NAVVD CMA	Rede Social	2025-2027

OE 4.8. Assegurar o acolhimento e a integração da população migrante, valorizando a diversidade e o pluralismo cultural como um ativo social e comunitário, promovendo a interculturalidade e a inclusão social, e combatendo estigmas e preconceitos face às comunidades migrantes e étnicas

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
ACOLHE+ Constituição de turmas para aprendizagem de língua portuguesa, em contexto comunitário	Migrantes e famílias em situação de vulnerabilidade	CMA (Projeto Aveiro+ CLDS-5G)	Mediadores comunitários, IEFP, Agrupamentos de Escola; CLAIM	abril 2025-junho 2028
Reforçar e diversificar a resposta no acolhimento e na integração social e profissional da população migrante (e.g.: regularização, ajuda psicológica, apoios sociais, alojamento, serviços de saúde e educação/formação/capacitação, empregabilidade e atividades comunitárias), com vista à sua autonomia	Migrantes	CLAIM	CMA Associações de imigrantes Entidades da Rede Social	2025-2027
Realizar ações de sensibilização e informação no âmbito do TSH	Migrantes	RRC TSH	CMA	2025-2027
Desenvolver ações de sensibilização e integração para a população migrante	Migrantes	CMA CLAIM	Entidades locais com respostas na área	2025-2027

OE 4.9. Prevenir e diminuir os CAD e promover a reintegração social, familiar, escolar ou profissional das pessoas afetadas por esta problemática

Medidas/Ações estratégicas	Público-alvo	Entidade promotora	Entidades parceiras	Calendarização
PREVENÇÃO DOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS AÇÃO 1. Ateliers de treino de competências Dinamização de sessões com o objetivo de promover a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e emocionais junto de crianças, adolescentes e jovens, com particular vulnerabilidade e fatores de risco pessoais, familiares e sociais, contribuindo para a adoção de comportamentos saudáveis, diminuição dos fatores de risco e reforço os fatores de proteção face aos CAD AÇÃO 2. Espaço de acompanhamento psicossocial Acompanhamento psicossocial junto de crianças e adolescentes com risco acrescido de adoção de CAD e suas famílias AÇÃO 3. Laboratório de conhecimentos Desenvolvimento de atividades (workshops, ações de informação e debates) dirigidas a elementos significativos da comunidade sobre a temática dos CAD com o objetivo de envolver a comunidade em ações preventivas, aumentando a sua literacia em saúde AÇÃO 4. Laboratório de materiais Elaboração e divulgação de conteúdos e materiais multimédia informativos relacionados com a prevenção dos CAD, dirigidos a crianças, adolescentes e jovens, mas também a famílias e outros elementos de comunidade) AÇÃO 5. Grupo de jovens promotores da saúde Constituição, formação e acompanhamento de um grupo de jovens que possam assumir-se enquanto agentes ativos na educação entre pares, ao nível da prevenção de CAD na adolescência e juventude	Crianças, jovens, famílias e comunidade em geral	Projeto Alternativas (Casa Vera Cruz)	Agrupamento de Escolas de Esgueira EPA Agrupamento de Escolas José Estêvão Agrupamento de Escolas de Oliveirinha Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento Agrupamento de Escolas de Aveiro Estabelecimento de educação pré-escolar e CATL da Casa Vera Cruz Estabelecimento Prisional de Aveiro Casa Abrigo VeraVida CRI Aveiro CDT de Aveiro CPCJ	Ao longo do ano
Dar continuidade aos projetos em curso e promover o desenvolvimento de novas iniciativas no domínio da prevenção e diminuição dos CAD	Jovens, famílias e comunidade em geral	CRI/ICAD	Núcleo Territorial dos PRI de Aveiro Entidades da Rede Social	2025-2027

14.4. Implementação, monitorização e avaliação

Implementação

O PDS de Aveiro deverá ser implementado através de **planos de ação anuais**, devidamente ajustados aos objetivos estratégicos, bem como às medidas, ações, entidades e parceiros nele previstos. Cada ação deverá incluir:

- Objetivos operacionais;
- Entidades responsáveis e entidades parceiras;
- Calendarização;
- Recursos afetos (humanos, técnicos e financeiros);
- Indicadores de resultado e de impacto.

O plano de ação anual será elaborado pelo Núcleo Executivo, e em articulação com as entidades parceiras do CLASA.

A implementação do PDS implica uma **gestão eficaz de recursos**, com:

- Levantamento das fontes de financiamento disponíveis, nomeadamente fundos comunitários (Portugal 2030, PRR), orçamento municipal, candidaturas ao POISE, entre outros;
- Afetação racional de recursos humanos, com envolvimento de técnicos especializados das entidades parceiras;
- Utilização eficiente de infraestruturas e equipamentos existentes, promovendo sinergias entre instituições locais.

Monitorização

A monitorização é uma componente crítica para assegurar a execução eficaz, ajustamentos oportunos e aprendizagem contínua ao longo do ciclo de vida do PDS. Esta função permitirá acompanhar em tempo real a implementação das medidas e garantir que os recursos estão a ser utilizados de forma eficiente e alinhada com os objetivos estratégicos definidos.

Deverá ser implementado um **sistema de informação partilhado**, baseado numa plataforma digital, onde os parceiros podem:

- Reportar o progresso das ações;
- Atualizar indicadores;
- Registar boas práticas ou dificuldades.

Ao longo do ciclo de execução, a monitorização será também um instrumento de aprendizagem e melhoria contínua, permitindo ajustar metodologias, reformular ações e incorporar novas abordagens sempre que necessário. Deste modo, garante-se que o plano se mantém dinâmico, responsivo às necessidades locais e orientado para resultados concretos e sustentáveis.

Avaliação

A avaliação do PDS assume um papel central na garantia da qualidade, da transparência e da eficácia das medidas implementadas. Pretende-se aferir não apenas a execução das ações previstas, mas também os seus impactos reais junto da população e do território.

A avaliação do plano será realizada em diferentes momentos e com diferentes abordagens metodológicas, combinando indicadores quantitativos e métodos qualitativos. As dimensões centrais de análise incluem a eficácia (grau de cumprimento dos objetivos), a eficiência (relação entre os recursos utilizados e os resultados obtidos) e o impacto social (alterações positivas na vida dos cidadãos e na coesão social local).

A avaliação do plano deverá ser estruturada em dois momentos distintos: uma avaliação intercalar, realizada a meio do ciclo de execução, e uma avaliação final, no encerramento do período de vigência.

Avaliação intercalar - A meio do ciclo de vigência do plano, deverá ser feita uma avaliação intercalar, com o objetivo de aferir o grau de execução das ações previstas, detetar possíveis constrangimentos e propor ajustamentos. Esta avaliação terá como base a análise de indicadores de processo, como o número de ações realizadas, os beneficiários envolvidos, ou os recursos aplicados, bem como de indicadores de resultado intermédio, como a participação das comunidades nos projetos ou a mobilização das entidades parceiras.

Este exercício permitirá realizar uma leitura crítica do que está a ser feito, proporcionando informação útil para reorientar estratégias, reforçar áreas prioritárias e corrigir eventuais desvios face ao planeado.

Avaliação final - No final do ciclo de execução do PDS, será realizada uma avaliação global, centrada na análise dos efeitos e impactos das políticas implementadas. Esta avaliação combinará a análise de dados quantitativos, recolhidos ao longo do ciclo de monitorização, com metodologias qualitativas, que permitam captar a perceção e a experiência dos beneficiários e dos parceiros envolvidos.

Prevê-se a promoção de sessões participativas com diferentes grupos de *stakeholders*, recorrendo a inquéritos, entrevistas semiestruturadas e grupos focais, com o objetivo de recolher informação aprofundada sobre os efeitos das ações.

Esta avaliação resultará na produção de um relatório técnico, com conclusões detalhadas e recomendações estratégicas para o ciclo seguinte, apoiando a construção de um novo plano mais robusto, eficaz e alinhado com as necessidades reais da população.

A avaliação deverá ser acompanhada de uma estratégia clara de comunicação de resultados, assegurando a sua ampla divulgação e compreensão por parte de todos os interessados.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, L. (2010). *Economia portuguesa, as últimas décadas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio d'Água;

ARH do Centro (2012). *Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integrados na Região Hidrográfica 4. Parte 1 - Enquadramento e Aspetos Gerais*. ARH do Centro;

Bandeira, M. L. (2004). *Demografia - Objecto, teorias e métodos*. Escolar Editora;

Bandeira, M. L. (Dir.) (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): Evolução e perspectivas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Braga, M. E., Simões, M. G. A., Carrolo, M. I., Abreu, M. R. T., Morgado, M. V. & Gomes, M. V. B. (1996). *O ser e o estar da ação social*. Direcção-Geral da Ação Social. Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação;

Cardoso, J., Magalhães, P., & Pais, J. M. (Org.) (2013). *Portugal social de A a Z. Temas em aberto*. Impresa Publishing/Expresso;

Carrilho, M. (1990). Perspectivas de evolução da população residente no Continente até ao ano 2010. *Planeamento*, 12 (1/2), 29-48;

Carrilho, M. (2005). Metodologia de cálculo das projecções demográficas: Aplicação em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 37, 5-24;

CMA (2018). *Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios - Caderno I*. CMA;

Daveau, S. et al. (1985). *Mapas climáticos de Portugal. Nevoeiro e nebulosidade. Contrastes térmicos*. Centro de Estudos Geográficos;

EU/AWG (2014). *The 2015 ageing report underlying assumptions and projection methodologies*. European Commission;

Feio, M., & Daveau, S. (2004). *O relevo de Portugal: Grandes unidades regionais*. Associação Portuguesa de Geomorfólogos;

Ferrão, J. (2003). Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991 - 2001. *Revista de Estudos Demográficos*, 34;

Ferrão, J. (2005). Dinâmicas demográficas: Uma visão panorâmica. In C. A. Medeiros (Dir.), *Geografia de Portugal. Sociedade, paisagens e cidades* (pp. 50-71). Círculo de Leitores e Autores;

Ferreira, C. M. R. (1996). *Expressão geográfica da natalidade em Portugal. O caso do Município de Aveiro* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra];

Ferreira, D. B. (2005). O ambiente climático. In C. A. Medeiros (Dir.), *Geografia de Portugal. O ambiente físico* (pp. 306-385). Círculo de Leitores;

Ferreira, P. M. (2020). *Rumo a 2030: Os municípios e os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Instituto Marquês de Valle Flor;

GEP (2023). *Carta Social - Rede de serviços e equipamentos - Relatório 2021*. GEP;

Grou, J. D. R. F. (2016). *Hidrogeologia e recursos hídricos subterrâneos na bacia hidrográfica do Rio Foja, Gândara, região Centro de Portugal* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra];

Haub, C. (1987). *Understanding population projections*. Population Reference Bureau;

INE (2014). *Tipologia de áreas urbanas de 2014 (TIPAU 2014)*. INE;

INE (2015). *As novas unidades territoriais para fins estatísticos*. INE;

Lema, P. B., & Rebelo, F. (1996). *Geografia de Portugal. Meio físico e recursos naturais*. Universidade Aberta;

Matias, G. (2014). *Migrações e cidadania*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Mendes, M. F., Caleiro, A., Lagarto, S., & Ribeiro, F. (2013). An application of statistical methods of indirect estimation and projection of internal migration flows within the Portuguese mainland. In J. Lita da Silva, F. Caeiro, I. Natário, & C. A. Braumann (Eds), *Advances in regression, survival analysis, extreme values, markov processes and other statistical applications*. Springer;

Mendes, M. F., & Rosa M. J. V. (2012). *Projeções 2030 e o futuro. Encontro presente no futuro*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

MTSSS (2011). *Programa de emergência social*. MTSSS;

Nazareth, J. M. (1988). *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Edições Presença;

Nazareth, J. M. (2004). *Demografia - A ciência da população*. Editorial Presença;

Oliveira, I. T., & Mendes, M. F. (2010). A diferença de esperança de vida entre homens e mulheres: Portugal de 1940 a 2007. *Análise Social*, 194, 115-138;

O'Neill, B., Balk, D., Brickman, M., & Ezra, M. (2001). A guide to global population projections. *Demographic Research*, 4, 203-288;

Preston, S. H., Heuveline, P., & Guillot, M. (2001). *Demography. Measuring and modeling population processes*. Blackwell Publishing;

Rosa, M. J. V. (2012). *O envelhecimento da sociedade portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Rosa, M. J. V., & Chitas, P. (2013). *Portugal e a Europa: Os números*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Torres, A. (1996). *Demografia e desenvolvimento: Elementos básicos*. Gradiva;

USPBV (2025). Diagnóstico de Saúde da Região de Aveiro. Disponível em <https://sway.cloud.microsoft/nKLzhAjHNwUXPZw9?ref=Link&loc=play>.

Documentos legais

Lei Constitucional n.º 1/1997, de 20 de setembro. (1997). Diário da República n.º 218/1997, Série I-A de 1997-09-20. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei-constitucional/1-653562>

Lei n.º 3/2025, de 6 de janeiro. (2025). Diário da República: 1.ª série, n.º 3. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/01/00300/0003500081.pdf>

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. (2018). Diário da República: 1.ª série, n.º 157. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/08/15700/0410204108.pdf>

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro. (2013). Diário da República: 1.ª série, n.º 19. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2013/01/01901/0000200147.pdf>

Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. (2020). Diário da República: 1.ª série, n.º 156. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2020/08/15600/0000800017.pdf>

Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro. (2024). Diário da República: 1.º Suplemento, Série I, n.º 4. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/7-a-2024-836205473>

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. (2018). Diário da República: 1.ª série, n.º 129. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>

Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho. (2006). Diário da República: 1.ª série - A, n.º 114. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2006/06/114a00/42764282.pdf>

Declaração de Retificação n.º 10-O/98, de 30 de maio. (1998). Diário da República: 1.ª série - B, n.º 125. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/declaracao-rectificacao/10-o-1998-248975>

Despacho Normativo n.º 8/2002, de 12 de fevereiro. (2002). Diário da República: 1.ª série - B, n.º 36. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2002/02/036b00/10861090.pdf>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro. (1997). Diário da República: 1.ª série - B, n.º 267. <https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica/resolucao-conselho-ministros/197-685659>

Documentos de suporte

ENIPSSA 2025-2030.
ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030.
Plano de Ação para as Migrações, 2024.
Plano Nacional de Saúde 2020-2030.
Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026.
EIDT.RA 2030 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro 2030, CIMRA, 2020.
Carta Social do Município de Aveiro 2024-2028, Multiaveiro, 2024.
Plano Municipal de Habitação e Alojamento de Aveiro, CMA, 2025.
PAEMA 2024-2025, CMA, 2024.
PEEMA 2024-2028, CMA, 2024.
PMDH 2024, CMA, 2024.
PMI de Aveiro 2023-2026, CMA, 2023.
Plano de ação do CLDS 5G AVEIRO+ 2025-2028, CMA.
Relatório anual da APAV, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.
Relatório anual da CPCJ, 2024.
Relatório de atividades da Cáritas Diocesana de Aveiro, 2024.
Relatório de atividades da DAS da CMA, 2024.
Relatório NPISAA, 2024.
Relatório "TSH 2023". Observatório do TSH, 2023.
Relatório de atividades da RRCAPVTSH, 2024.
Plano Estratégico para a Cultura, CMA, 2019.

Fontes digitais

www.cartasocial.pt
www.dgeec.medu.pt
www.gesedu.pt
www.iefp.pt
www.ine.pt
www.pordata.pt
<https://estatisticas.justica.gov.pt/>
<https://www.ulsra.min-saude.pt>
<https://www.infarmed.pt/>
<https://www.seg-social.pt>



ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Índice de figuras

Figura 1. Gráfico termopluviométrico.	40
Figura 2. População residente no concelho entre 1950 e 2021.	46
Figura 3. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.....	48
Figura 4. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.....	50
Figura 5. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.....	51
Figura 6. Crescimento natural no concelho entre 2001 e 2022.	53
Figura 7. Crescimento natural por freguesia em 2021.	54
Figura 8. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.	55
Figura 9. População residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.	56
Figura 10. Pirâmide etária da população residente no concelho em 2011 e 2021.	58
Figura 11. Pirâmide etária da população residente no concelho em 2001 e 2011.	58
Figura 12. Pirâmide etária da população residente no concelho em 2001 e 2021.	58
Figura 13. Pirâmide etária da população residente no concelho em 1950 e 2021.	58
Figura 14. Índice de envelhecimento por freguesia em 2011 e 2021.....	59
Figura 15. Índice de dependência total por freguesia em 2011 e 2021.	60
Figura 16. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2011 e 2021.....	62
Figura 17. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2011 e 2021.....	63
Figura 18. Provável evolução da população residente no concelho entre 2021 e 2041 (cenários). ...	72
Figura 19. População residente e sobreviventes no concelho entre 1950 e 2041.	72
Figura 20. População residente e sobreviventes por freguesia entre 2021 e 2041.	73
Figura 21. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031.....	75
Figura 22. Provável variação populacional por freguesia entre 2031 e 2041.....	76
Figura 23. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041.....	76
Figura 24. Provável evolução dos nados-vivos no concelho entre 2021 e 2041 (cenários).....	79
Figura 25. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041.	82
Figura 26. Provável população residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041.	83
Figura 27. Pirâmide etária da população no concelho em 2021 e 2031 (cenário “base/normal”).....	85
Figura 28. Pirâmide etária da população no concelho em 2031 e 2041 (cenário “base/normal”).....	85
Figura 29. Pirâmide etária da população no concelho em 2021 e 2041 (cenário.....	85
Figura 30. Provável evolução do índice de envelhecimento no concelho entre 2021 e 2041.....	86
Figura 31. Provável evolução do índice de envelhecimento no concelho, segundo o sexo, entre 2021 e 2041.	86
Figura 32. Provável evolução do índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho entre 2021 e 2041.	90
Figura 33. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041.	90
Figura 34. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041.	91
Figura 35. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021.....	93

Figura 36. Dimensão média das famílias entre 1960 e 2021.	97
Figura 37. Proporção de núcleos familiares monoparentais, em 2011 e 2021.....	98
Figura 38. Proporção de núcleos familiares monoparentais, por freguesia, em 2021.	99
Figura 39. Tipologia dos núcleos familiares monoparentais, por freguesia, em 2021.....	99
Figura 40. Proporção de núcleos familiares reconstituídos, em 2011 e 2021.	100
Figura 41. Proporção de núcleos familiares reconstituídos, por freguesia, em 2021.....	100
Figura 42. Proporção de agregados domésticos unipessoais, em 2011 e 2021.....	101
Figura 43. Proporção de agregados domésticos unipessoais, por freguesia, em 2021.	101
Figura 44. Proporção de agregados domésticos unipessoais, de pessoas com 65 e mais anos de idade, em 2011 e 2021.....	102
Figura 45. Proporção de agregados domésticos unipessoais, de pessoas com 65 e mais anos de idade, por freguesia, em 2021.	102
Figura 46. População ativa, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.....	107
Figura 47. População ativa, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.	108
Figura 48. População empregada, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.	109
Figura 49. População empregada, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.....	109
Figura 50. População empregada, segundo a freguesia e o nível de escolaridade, em 2021.....	110
Figura 51. População empregada, segundo a freguesia e o setor de atividade económica, em 2021.	111
Figura 52. Evolução da taxa de emprego entre 2011 e 2021.	116
Figura 53. Evolução da taxa de emprego, segundo o sexo, entre 2011 e 2021.....	116
Figura 54. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021 e meta estratégia Europa 2030.	117
Figura 55. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo o sexo, e meta estratégia Europa 2030.....	117
Figura 56. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo a freguesia, e meta estratégia Europa 2030.....	118
Figura 57. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo a freguesia e o sexo, e meta estratégia Europa 2030.....	118
Figura 58. Taxa de desemprego em 2011 e 2021.	119
Figura 59. Taxa de desemprego, segundo o sexo, em 2021.	119
Figura 60. Taxa de desemprego, segundo a freguesia, em 2011 e 2021.	120
Figura 61. Taxa de desemprego, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.....	120
Figura 62. Evolução da população desempregada entre 2014 e 2024 (fevereiro).	121
Figura 63. População residente empregada ou estudante, por local de trabalho ou estudo, e freguesia, em 2021.	122
Figura 64. Meios de transporte utilizado nos movimentos pendulares, em 2021.	124
Figura 65. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos em 2021.	129
Figura 66. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2021.	130

Figura 67. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2021.	131
Figura 68. Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante, entre 2018 e 2022.	133
Figura 69. Agregados fiscais residentes por escalões de rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado, em 2022.	134
Figura 70. Poder de compra <i>per capita</i> em 2021.	135
Figura 71. Evolução do poder de compra <i>per capita</i> entre 2011 e 2021.	135
Figura 72. Pensionistas da Segurança Social em Aveiro, entre 2011 e 2023.	136
Figura 73. Pensionistas da segurança social por 1.000 habitantes em idade ativa, entre 2011 e 2023.	136
Figura 74. Pensionistas da Segurança Social, por tipo de pensão, em Aveiro, entre 2014 e 2023.	137
Figura 75. Valor médio anual das pensões da Segurança Social, entre 2011 e 2023.	137
Figura 76. Valor médio mensal das pensões da Segurança Social, por tipo de pensão, em 2023.	138
Figura 77. Beneficiários do CSI no concelho, por sexo, em 2023, 2024 e 2025.	139
Figura 78. Beneficiários do CSI, por freguesia, em 2025.	139
Figura 79. Beneficiários do CSI no concelho, por grupo etário, em 2025.	140
Figura 80. Beneficiários de subsídios de desemprego, da segurança social, no concelho de Aveiro, por sexo, entre 2014 e 2023.	141
Figura 81. Valor médio do subsídio de desemprego da segurança social, no concelho de Aveiro, por sexo, em 2023.	141
Figura 82. Beneficiários do subsídio de desemprego da segurança social, no concelho de Aveiro, por escalão etário, em 2023.	142
Figura 83. Duração média (dias) do subsídio de desemprego da segurança social, em 2023.	142
Figura 84. Famílias e beneficiários em acompanhamento no concelho, em 2024.	144
Figura 85. Tipologia dos agregados familiares beneficiários de RSI em 2024.	145
Figura 86. Problemáticas identificadas nos beneficiários de RSI em 2024.	145
Figura 87. Tipologia da habitação dos agregados familiares beneficiários de RSI em 2024.	146
Figura 88. Outras fontes de rendimento dos agregados familiares beneficiários de RSI em 2024. ..	146
Figura 89. Escalão de rendimentos dos agregados familiares beneficiários de RSI em 2024.	147
Figura 90. Tempo de acompanhamento dos agregados familiares beneficiários de RSI em 2024.	147
Figura 91. Execução dos Contratos de Inserção (CI) em 2024.	148
Figura 92. Beneficiários do subsídio por assistência à terceira pessoa da segurança social, no concelho, entre 2014 e 2023.	149
Figura 93. Titulares de PSI no concelho, por sexo, em 2023, 2024 e 2025.	150
Figura 94. Titulares de PSI no concelho, por escalão de incapacidade, em 2023, 2024 e 2025.	151
Figura 95. Beneficiários do abono de família para crianças e jovens da segurança social, no concelho, entre 2014 e 2023.	152
Figura 96. Beneficiários descendentes ou equiparados do abono de família para crianças e jovens da segurança social, no concelho, entre 2014 e 2023.	152
Figura 97. Tipologia dos agregados familiares abrangidos pelo SAAS em 2024.	154
Figura 98. Problemáticas identificadas nos beneficiários abrangidos pelo SAAS em 2024.	154

Figura 99. Tipologia da habitação dos agregados familiares abrangidos pelo SAAS em 2024.	155
Figura 100. Principal fonte de rendimento dos agregados familiares abrangidos pelo SAAS em 2024.	155
Figura 101. Escalão de rendimentos dos agregados familiares beneficiários abrangidos pelo SAAS em 2024.	156
Figura 102. Tempo de acompanhamento dos agregados familiares beneficiários abrangidos pelo SAAS em 2024.	156
Figura 103. Pedidos de Subsídios eventuais e emergentes, por IPSS, em 2024.	157
Figura 104. Problemáticas registadas pela Linha de emergência social, em 2024.	159
Figura 105. Beneficiários por freguesia nas cantinas sociais (âmbito do PES).....	160
Figura 106. Edifícios e alojamentos familiares clássicos, no concelho de Aveiro, em 2011 e 2021...166	
Figura 107. Alojamentos familiares clássicos, por freguesia, em 2021.	167
Figura 108. Alojamentos familiares clássicos, segundo a forma de ocupação, em 2021.	167
Figura 109. Edifícios segundo o estado de conservação, em 2021.....	168
Figura 110. Proporção de edifícios com necessidade de reparação, por freguesia, em 2021.....	168
Figura 111. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, segundo o escalão de área útil em 2021.	169
Figura 112. Proporção de alojamentos sublotados e sobrelotados, em 2011 e 2021.....	170
Figura 113. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, segundo a existência de ar condicionado, em 2021.....	170
Figura 114. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, segundo a existência de ar condicionado, por freguesia, em 2021.....	171
Figura 115. Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados, por freguesia, em 2021.	171
Figura 116. Valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, entre 2020 e 2023 172	
Figura 117. Valor dos encargos médios mensais devido a aquisição de habitação própria, em 2021.	172
Figura 118. Principal motivo nas candidaturas para atribuição de habitação social.	176
Figura 119. Número de pedidos de habitação social ativos, por freguesia.	177
Figura 120. Evolução da esperança de vida à nascença, por sexo, entre 1999 e 2023.....	183
Figura 121. Evolução da taxa quinquenal de mortalidade infantil (n.º por 1000 nados vivos), entre 2009 e 2023.	184
Figura 122. Evolução da taxa quinquenal de mortalidade perinatal (n.º por 1000 nados vivos), entre 2009 e 2023.	185
Figura 123. Evolução da taxa quinquenal de mortalidade neonatal (n.º por 1000 nados vivos), entre 2009 e 2023.	186
Figura 124. Taxa bruta de mortalidade, em 2013 e 2023.....	186
Figura 125. Principais causas de morte, em 2022.	187
Figura 126. Óbitos segundo as principais causas de morte (TOP 10), no concelho de Aveiro, em 2014 e 2022.	187
Figura 127. Posicionamento relativo do concelho de Aveiro relativamente à proporção de.....	192

Figura 128. Nados vivos com baixo peso à nascença para tempo completo, 2014-2018 e 2019-2023.	193
Figura 129. Nados-vivos com menos de 37 semanas de gestação, 2014-2018 e 2019-2023.	194
Figura 130. Proporção de utentes com “abuso de tabaco”, registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).	195
Figura 131. Proporção de utentes com 14 e mais anos e mais anos de idade, com hábitos tabágicos, a quem foi realizada consulta relacionada com tabagismo, no último ano, nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.	196
Figura 132. Proporção de utentes com o diagnóstico de “abuso crónico do álcool”, registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).	197
Figura 133. Proporção de utentes com o diagnóstico de “abuso crónico de drogas”, registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).	197
Figura 134. Evolução de nados vivos de mães com idade inferior a 20 anos, entre 1999 e 2023.	198
Figura 135. Evolução de nados vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos, entre 1999 e 2023.	199
Figura 136. Evolução das taxas de mortalidade padronizada por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente (n.º por 100.000 habitantes), entre 2014 e 2022.	200
Figura 137. Evolução das taxas de mortalidade padronizada por transtornos mentais e comportamentais (n.º por 100.000 habitantes), entre 2014 e 2022.	201
Figura 138. Taxas de mortalidade padronizada por transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente (n.º por 100.000 habitantes), por sexo, 2020-2022.	201
Figura 139. Proporção de utentes com “perturbações depressivas”, registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).	203
Figura 140. Proporção de utentes com “demência”, registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).	203
Figura 141. Proporção de utentes com “distúrbio ansioso”, registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).	204
Figura 142. Proporção de utentes com “sensação de ansiedade”, registados nos CSP do concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024 (dezembro).	204
Figura 143. Médicos por 1.000 utentes inscritos nos CSP, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2025 (abril).	206
Figura 144. Enfermeiros por 1.000 utentes inscritos nos CSP, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2025 (abril).	207
Figura 145. Utentes inscritos nos CSP, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2025 (abril).	208
Figura 146. Utentes inscritos nos CSP, no concelho de Aveiro, segundo o sexo e grupo etário, em 2025 (abril).	208
Figura 147. Pirâmide etária Utentes inscritos nos CSP, no concelho de Aveiro, em 2025 (abril).	209
Figura 148. Taxa de utilização global de consultas médicas (1 ano) nos CSP, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.	210

Figura 149. Taxa de utilização global de consultas médicas (3 anos) nos CSP, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.	210
Figura 150. Proporção de consultas realizadas pelo médico de família nos CSP, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.	211
Figura 151. Mulheres inscritas nos CSP entre os 50 e os 70 anos com mamografia registada nos últimos 2 anos, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.	212
Figura 152. Mulheres inscritas nos CSP entre os 25 e os 60 anos com rastreio do cancro do colo do útero efetuado, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.	213
Figura 153. Inscritos nos CSP entre os 50 e os 75 anos com rastreio do cancro do cólon e reto efetuado no concelho de Aveiro, no concelho de Aveiro, por unidade funcional, em 2024.	214
Figura 154. Internamentos sociais (altas proteladas) nos hospitais da ULSRA, entre 2022 e 2024.	217
Figura 155. Farmácias e postos farmacêuticos móveis em 2023.	218
Figura 156. Farmácias, por freguesia, em 2025.	218
Figura 157. Oferta educativa no concelho, por nível de educação e ensino, no ano letivo 2024/2025.	227
Figura 158. Evolução dos alunos matriculados na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário entre os anos letivos 2015/2016 e 2024/2025.	233
Figura 159. Evolução dos alunos matriculados, segundo o nível de educação e ensino, entre os anos letivos 2015/2016 e 2024/2025.	234
Figura 160. Proporção dos alunos matriculados, segundo o nível de educação e ensino, nos anos letivos 2013/2014 e 2022/2023.	234
Figura 161. Alunos matriculados no ensino superior entre os anos letivos 2013/2014 e 2023/2024.	235
Figura 162. População residente no concelho, com 15 ou mais anos, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2021.	236
Figura 163. População residente, com 15 ou mais anos, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2021.	237
Figura 164. População residente, com 15 ou mais anos, com o ensino superior completo, por freguesia, em 2021.	237
Figura 165. Taxa de analfabetismo, por freguesia, em 2011 e 2021.	239
Figura 166. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, no ano letivo 2022/2023.	240
Figura 167. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, no ano letivo 2022/2023.	240
Figura 168. Taxa de retenção e desistência, segundo o curso do ensino secundário, no ano letivo 2022/2023.	241
Figura 169. Evolução da taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, entre os anos letivos 2013/2013 e 2022/2023.	241
Figura 170. Evolução da taxa de retenção e desistência do ensino básico entre os anos letivos 2015/2016 e 2022/2023.	242
Figura 171. Evolução das médias das provas finais, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.	242
Figura 172. Evolução das médias das provas finais de Matemática e Português, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.	244

Figura 173. Evolução das médias dos exames finais, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.	245
Figura 174. Evolução das médias dos exames finais por escola, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.	246
Figura 175. Evolução das médias dos exames finais de Matemática A, por escola, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.	247
Figura 176. Evolução das médias dos exames finais de Português, por escola, entre os anos letivos 2017/2018 e 2021/2022.	247
Figura 177. Evolução dos crimes registados pelas autoridades policiais, entre 2010 e 2023.	266
Figura 178. Proporção de crimes registados por categoria, no concelho de Aveiro, em 2023.	267
Figura 179. Crimes mais frequentes (TOP 20) reportados pelas autoridades policiais, segundo o tipo de crime (nível 3), no concelho de Aveiro, 2021-2023.	268
Figura 180. Acidentes de viação com vítimas (n.º por 1000 habitantes), entre 2010 e 2023.	269
Figura 181. Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (n.º de mortes por 100 acidentes com vítimas), entre 2018 e 2023.	269
Figura 182. Feridos em acidentes de viação, por 1000 habitantes, em 2023.	270
Figura 183. Feridos e mortos em acidentes de viação, no concelho de Aveiro, entre 2018 e 2023.	270
Figura 184. Peões atropelados (total e mortos), no concelho de Aveiro, entre 2018 e 2023.	271
Figura 185. Evolução da despesa em cultura por habitante, no concelho de Aveiro, entre 2014 e 2023.	277
Figura 186. Evolução do número de visitantes a museus, no concelho de Aveiro, entre 2014 e 2023.	278
Figura 187. Crianças e jovens sinalizados, por grupo etário, em 2024.	285
Figura 188. Crianças e jovens, segundo o sexo e a idade, na resposta social de CAFAP, em 2024.	287
Figura 189. Crianças e jovens, segundo o sexo e a idade, na RAP, em 2024.	288
Figura 190. Crianças e jovens acompanhados na RAP, segundo a residência, em 2024.	289
Figura 191. Tipo de violência exercido nas crianças e jovens acompanhados na RAP, em 2024.	289
Figura 192. Idosos sozinhos acompanhados pela GNR, segundo o sexo e grupo etário, em 2025.	294
Figura 193. Idosos sozinhos acompanhados pela GNR, segundo o sexo e estado civil, em 2025.	294
Figura 194. Idosos sozinhos acompanhados pela GNR, segundo o sexo e escolaridade, em 2025.	294
Figura 195. Idosos sozinhos acompanhados pela GNR, segundo o sexo e freguesia, em 2025.	294
Figura 196. Idosos acompanhados pela PSP, segundo o sexo e grupo etário, em 2024.	295
Figura 197. Idosos acompanhados pela PSP, segundo o motivo de sinalização, em 2024.	295
Figura 198. Indivíduos entre os 5 e os 64 anos que não conseguem ou tem muita dificuldade em realizar determinadas ações, no concelho de Aveiro, em 2021.	301
Figura 199. Indivíduos que não conseguem ou tem muita dificuldade em realizar determinadas ações, por grupo etário, em 2021.	302
Figura 200. Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade, em 2021.	302
Figura 201. Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade, por freguesia, em 2021.	303
Figura 202. Acompanhamentos no CRQE, segundo o sexo e grupo etário, em 2024.	304

Figura 203. Acompanhamentos no CRQE, segundo o tipo de problema na função do corpo, em 2024.	304
Figura 204. Acompanhamentos no CRQE, segundo o tipo de diagnóstico, em 2024.	305
Figura 205. Acompanhamentos no CRQE, segundo a residência, em 2024.	305
Figura 206. Inscritos no CRP, segundo o sexo e grupo etário, em 2024.	307
Figura 207. Inscritos no CRP, segundo o tipo de problema na função do corpo, em 2024.	307
Figura 208. Inscritos no CRP, segundo a residência, em 2024.	308
Figura 209. População escolar com necessidades educativas específicas no concelho, por nível de educação e ensino, no ano letivo 2024/2025.	311
Figura 210. Distribuição da população escolar pelas medidas seletivas, no ano letivo 2024/2025.	312
Figura 211. Distribuição da população escolar pelas medidas adicionais, no ano letivo 2024/2025.	313
Figura 212. Recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.	313
Figura 213. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, entre 2020 e 2024.	317
Figura 214. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, segundo o grupo etário, em 2024.	318
Figura 215. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, segundo a origem, em 2024.	319
Figura 216. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, segundo o estado civil, em 2024.	319
Figura 217. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, segundo a situação profissional, em 2024.	320
Figura 218. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, segundo a escolaridade, em 2024.	320
Figura 219. Indivíduos acompanhados pela EID, segundo o sexo e idade, em 2024.	322
Figura 220. Indivíduos acompanhados pela CTD, segundo a idade, em 2024.	323
Figura 221. Indivíduos acompanhados pela CTD, segundo a escolaridade, em 2024.	323
Figura 222. Indivíduos acompanhados pela CTD, segundo a ocupação, em 2024.	323
Figura 223. Indivíduos acompanhados pela CTD, segundo as substâncias apreendidas, em 2024.	323
Figura 224. Indivíduos acompanhados pela CTD, segundo a freguesia de residência, em 2024.	324
Figura 225. Crimes de violência doméstica (contra cônjuge ou análogos) registados pelas autoridades policiais, entre 2015 e 2024.	327
Figura 226. Crimes de violência doméstica registados pelas polícias por mil habitantes, em 2023.	327
Figura 227. Vítimas de violência doméstica apoiadas pela APAV, entre 2019 e 2023.	328
Figura 228. Vítimas de violência doméstica registadas pela GNR, segundo o sexo e idade, em 2024.	328
Figura 229. Vítimas de violência doméstica registadas pela GNR, segundo o estado civil, em 2024.	328
Figura 230. Vítimas de violência doméstica registadas pela GNR, segundo o nível de escolaridade, em 2024.	329

Figura 231. Vítimas de violência doméstica registadas pela GNR, segundo o grau de parentesco com o agressor, em 2024.	329
Figura 232. Vítimas de violência doméstica registadas pela GNR, segundo a freguesia de residência, em 2024.	329
Figura 233. Vítimas de violência doméstica registadas pela GNR, segundo o tipo de violência, em 2024.	330
Figura 234. Vítimas de violência doméstica atendidas pelo NAVVD em 2024.	332
Figura 235. Vítimas de violência doméstica atendidas pelo NAVVD, segundo o sexo e idade, em 2024.	333
Figura 236. Vítimas de violência doméstica atendidas pelo NAVVD, segundo a relação entre vítima e agressor, em 2024.	333
Figura 237. Vítimas de violência doméstica atendidas pelo NAVVD, segundo o tipo de violência sofrida, em 2024.	334
Figura 238. Situação habitacional das pessoas em situação de sem-abrigo, segundo o sexo, em 2024.	339
Figura 239. Pessoas em situação de sem-abrigo, segundo o grupo etário, em 2024.	340
Figura 240. Pessoas em situação de sem-abrigo, segundo a escolaridade, em 2024.	340
Figura 241. Causas que levaram à situação de sem-abrigo, em 2024.	340
Figura 242. Duração da situação de sem-abrigo, em 2024.	340
Figura 243. População estrangeira com estatuto legal de residente, no concelho de Aveiro, entre 2014 e 2023.	343
Figura 244. População estrangeira com estatuto legal de residente, no concelho de Aveiro, segundo o sexo, em 2023.	343
Figura 245. População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Aveiro, por grupos de nacionalidades, em 2023.	343
Figura 246. Principais nacionalidades da população estrangeira com estatuto legal de residente, no concelho de Aveiro, em 2023.	343
Figura 247. Inscritos no CLAIM entre 2022 e 2024.	345
Figura 248. Inscritos no CLAIM, por grupos de nacionalidades, em 2024.	345
Figura 249. Inscritos no GIP UNIVERA, segundo o sexo e grupo etário, em 2024.	347
Figura 250. Inscritos no GIP UNIVERA, segundo as habilitações, em 2024.	348
Figura 251. Inscritos no GIP UNIVERA, por grupos de nacionalidades, em 2024.	348
Figura 252. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, no concelho.	357
FIGURA 253. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.	379
FIGURA 254. Eixos estratégicos do PDS de Aveiro.	381
FIGURA 255. Eixos e domínios de intervenção do PDS de Aveiro.	382

Índice de quadros

Quadro 1. População residente no concelho entre 1950 e 2021.	46
Quadro 2. População residente no concelho entre 2001 e 2022.	47

Quadro 3. População residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.	57
Quadro 4. Cenário “base/normal”	68
Quadro 5. Cenário “otimista”	69
Quadro 6. Cenário “desejável”	70
Quadro 7. População residente e sobreviventes no concelho entre 1950 e 2041.	73
Quadro 8. Projeções da população residente por freguesia entre 2021 e 2041.	74
Quadro 9. Projeções da população residente por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041.	78
Quadro 10. Nados-vivos por freguesia entre 2021 e 2041.	80
Quadro 11. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041.	81
Quadro 12. População residente e sobreviventes no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041.	83
Quadro 13. População residente e variação populacional no concelho, segundo o escalão etário, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	84
Quadro 14. Índice de envelhecimento por freguesia entre 2021 e 2041.	87
Quadro 15. Índice de dependência total por freguesia entre 2021 e 2041.	89
Quadro 16. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041.	91
Quadro 17. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041.	92
Quadro 18. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021.	93
Quadro 19. Agregados domésticos privados segundo a dimensão, por freguesia, em 2021.	98
Quadro 20. Proporção de núcleos familiares de casais com filhos e situação face ao emprego, em 2021.	103
Quadro 21. Taxa de atividade por freguesia, segundo o sexo, em 2021.	108
Quadro 22. População empregada, segundo a situação na profissão, em 2021.	111
Quadro 23. População empregada, segundo os níveis de qualificação e grupos de profissões, em 2021.	113
Quadro 24. Profissões com um maior número de população empregada em 2021.	114
Quadro 25. Proporção da população ativa que está empregada por freguesia, segundo o sexo, em 2021.	115
Quadro 26. Proporção da população residente que está empregada por freguesia, segundo o sexo, em 2021.	115
Quadro 27. Taxa de emprego, segundo o sexo, entre 2011 e 2021.	116
Quadro 28. Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, por freguesia, em 2021.	123
Quadro 29. População residente com 15 e mais anos de idade por freguesia, segundo o principal meio de vida, em 2021.	130
Quadro 30. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2021.	130
Quadro 31. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2021.	131

Quadro 32. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2021.	132
Quadro 33. Diferença salarial face às unidades territoriais de referência do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2021.	132
Quadro 34. Beneficiários de prestações de desemprego de residentes no concelho de Aveiro, entre 2023 e 2025.	140
Quadro 35. Beneficiários do rendimento social de inserção em 2017 e 2023.	143
Quadro 36. Famílias e beneficiários em acompanhamento RSI, por instituição, em 2024.	144
Quadro 37. Titulares de PSI, por freguesia, em 2023, 2024 e 2025.	149
Quadro 38. Titulares de PSI no concelho, por escalão etário, em 2023, 2024 e 2025.	150
Quadro 39. Famílias e beneficiários em acompanhamento no SAAS, por instituição, em 2024.	153
Quadro 40. Cantinas sociais (âmbito do PES).	160
Quadro 41. Instituições, famílias e pessoas apoiadas no concelho de Aveiro, pelo BACF de Aveiro, em 2023 e 2024.	161
Quadro 42. Capacidade, utentes, utentes e taxa de utilização da resposta social de AAC, em 2024.	161
Quadro 43. Caracterização geral da habitação no contexto regional e nacional.	166
Quadro 44. Habitação social da propriedade da CMA, por tipologia e freguesia, em 2025.	174
Quadro 45. Evolução das taxas de mortalidade padronizada por grandes grupos de causas de morte (n.º por 100.000 habitantes), entre 2014 e 2022.	189
Quadro 46. Evolução das taxas de mortalidade padronizada por grandes grupos de causas de morte da população masculina (n.º por 100.000 habitantes), entre 2014 e 2022.	189
Quadro 47. Evolução das taxas de mortalidade padronizada por grandes grupos de causas de morte da população feminina (n.º por 100.000 habitantes), entre 2014 e 2022.	190
Quadro 48. Proporção de inscritos nos CSP, segundo o diagnóstico em 2024 (dezembro).	191
Quadro 49. Internamentos de residentes do concelho de Aveiro nos hospitais da ULSRA em 2024.	193
Quadro 50. Nados vivos de mães com idade inferior a 20 anos e idade igual ou superior a 35 anos, no concelho de Aveiro, por freguesia, em 2022.	199
Quadro 51. Proporção de inscritos nos CSP, segundo o diagnóstico (doença mental) em 2024 (dezembro).	202
Quadro 52. Unidades funcionais de CSP no concelho de Aveiro e respetivas funções.	206
Quadro 53. Indicadores de Caracterização da oferta, utilização e acessibilidade do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV) em 2025.	217
Quadro 54. Oferta de cursos científico-humanísticos (ensino secundário regular), por estabelecimento de ensino, da rede pública, no ano letivo de 2024/2025.	228
Quadro 55. Oferta de cursos profissionais (ensino secundário) por estabelecimento de ensino, no ano letivo de 2024/2025.	228
Quadro 56. Oferta educativa da Escola de Formação Profissional em Turismo de Aveiro, no ano letivo de 2024/2025.	229
Quadro 57. Oferta educativa da Escola Profissional de Aveiro, no ano letivo de 2024/2025.	229

Quadro 58. Oferta educativa da EACMCGA no ano letivo de 2024/2025.	230
Quadro 59. Oferta formativa do Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro, no ano letivo de 2024/2025.....	231
Quadro 60. Alunos residentes em Aveiro matriculados no ensino superior, segundo o concelho de estudo (TOP 20), no ano letivo 2023/2024.	235
Quadro 61. Síntese dos indicadores educativos em 2021.	238
Quadro 62. Taxa de analfabetismo, por sexo, em 2011 e 2021.	239
Quadro 63. Evolução das médias das provas finais, por escola, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.....	243
Quadro 64. Evolução das médias das provas finais de Matemática e Português, por escola, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.	244
Quadro 65. Evolução das médias dos exames finais, em algumas disciplinas, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024.	246
Quadro 66. Número de alunos abrangidos pela ASE, por nível de educação e ensino, na rede pública, no ano letivo 2024/2025.....	249
Quadro 67. Número de alunos abrangidos pela ASE, na educação pré-escolar, por AE, no ano letivo 2024/2025.....	249
Quadro 68. Número de alunos abrangidos pela ASE, no 1.º CEB, por AE, no ano letivo 2024/2025.....	250
Quadro 69. Número de alunos abrangidos pela ASE, no 2.º CEB, por AE, no ano letivo 2024/2025.....	251
Quadro 70. Número de alunos abrangidos pela ASE, no 3.º CEB, por AE, no ano letivo 2024/2025.....	251
Quadro 71. Número de alunos abrangidos pela ASE, no ensino secundário, por AE, no ano letivo 2024/2025.....	252
Quadro 72. Número de passes, e despesas associadas, no concelho, no ano letivo 2024/2025.	253
Quadro 73. Número de crianças em AAAF, por AE, no ano letivo 2024/2025.	253
Quadro 74. Alunos a frequentar a componente de apoio à família, em fevereiro de 2025.....	254
Quadro 75. Número de alunos nas AEC, e despesas associadas, por AE, no ano letivo 2024/2025.	255
Quadro 76. Capacidade, utentes, utentes e taxa de utilização da resposta social de CATL, em 2024.	256
Quadro 77. Taxa de crimes reportados pelas autoridades policiais segundo o tipo de crime (nível 1) (n.º por 100.000 habitantes), 2018-2020 e 2021-2023.....	266
Quadro 78. Proporção de crimes registados por categoria, em 2023.....	267
Quadro 79. Despesas em cultura e desporto por habitante e despesas em cultura e desporto.....	277
Quadro 80. Caracterização das despesas municipais em cultura, em 2023.	278
Quadro 81. Caracterização das despesas municipais em desporto, em 2024.....	279
Quadro 82. Caracterização da atividade processual da CPCJ, em 2023 e 2024.....	284
Quadro 83. Entidade sinalizadora, em 2024	284
Quadro 84. Distribuição das sinalizações na CPCJ, por freguesia, em 2024.	285
Quadro 85. Tipologia das problemáticas sinalizadas, em 2024.....	286
Quadro 86. Inscritos no CRP, segundo os cursos a frequentar, em 2024.....	308
Quadro 87. População escolar com necessidades educativas específicas por AE no ano letivo 2024/2025.....	312

Quadro 88. Distribuição dos alunos pela necessidade de afetação de recursos humanos específicos, no ano letivo 2024/2025.....	315
Quadro 89. Alunos integrados nos planos e programas de apoio ao processo de aprendizagem, por AE, no ano letivo 2024/2025.	316
Quadro 90. Indivíduos com dependências do concelho de Aveiro, inscritos no CRI, segundo o problema aditivo principal, entre 2022 e 2024.....	319
Quadro 91. Iniciativas/atividades desenvolvidas pelo NAVVD em 2024.....	334
Quadro 92. Entidades parceiras da RRCAPVTSH na região de Aveiro em 2024.	336
Quadro 93. População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente.	342
Quadro 94. Inscritos no CLAIM, segundo o país de origem, entre 2022 e 2024.	346
Quadro 95. Inscritos no GIP Univera, segundo o país de origem, em 2024.	348
Quadro 96. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, no concelho.	358
Quadro 97. Respostas sociais, segundo a área de intervenção, no concelho.	360
Quadro 98. Respostas sociais para crianças e jovens no concelho.	362
Quadro 99. Capacidade e utentes das respostas sociais para crianças e jovens no concelho.	364
Quadro 100. Taxa de utilização das respostas sociais para crianças e jovens no concelho.	364
Quadro 101. Respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência no concelho.	366
Quadro 102. Capacidade e utentes das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência no concelho.....	367
Quadro 103. Taxa de utilização das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência no concelho.....	368
Quadro 104. Respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade no concelho.....	369
Quadro 105. Capacidade, utentes e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade no concelho.	370
Quadro 106. Respostas sociais para família e comunidade no concelho.....	371
Quadro 107. Capacidade, utentes e taxa de utilização das respostas sociais para família e comunidade no concelho.	372
Quadro 108. Capacidade, utentes e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas vítimas de violência doméstica no concelho.....	374
Quadro 109. Eixos de intervenção e respetivos problemas objeto de classificação, segundo o nível de prioridade.	383
Quadro 110. Problemas prioritários organizados por eixo.	387
Quadro 111. Medidas/ações estratégicas para o eixo 1.	390
Quadro 112. Medidas/ações estratégicas para o eixo 2.	397
Quadro 113. Medidas/ações estratégicas para o eixo 3.	404
Quadro 114. Medidas/ações estratégicas para o eixo 4.	409

Índice de mapas

Mapa 1. Enquadramento geográfico.....	37
Mapa 2. Hipsometria.....	38
Mapa 3. Declives.....	39
Mapa 4. População residente por freguesia em 2021.....	49
Mapa 5. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.....	50
Mapa 6. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.....	52
Mapa 7. Índice de envelhecimento por freguesia em 2021.....	60
Mapa 8. Índice de dependência total por freguesia em 2021.....	61
Mapa 9. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2021.....	62
Mapa 10. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2021.....	63
Mapa 11. População residente provável por freguesia em 2031 e 2041.....	74
Mapa 12. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031 e entre 2031 e 2041.....	75
Mapa 13. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041.....	77
Mapa 14. Provável variação populacional por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041.....	78
Mapa 15. Nascimentos em 2021 e nascimentos prováveis em 2031 por freguesia.....	80
Mapa 16. Índice de envelhecimento provável em 2031 por freguesia.....	88
Mapa 17. Índice de dependência total provável por freguesia em 2031.....	89
Mapa 18. Distribuição territorial das respostas sociais no concelho.....	359
Mapa 19. Distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.....	362
Mapa 20. Distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.....	366
Mapa 21. Distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.....	369
Mapa 22. Distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.....	371
Mapa 23. Distribuição territorial da resposta social de EID.....	373
Mapa 24. Distribuição territorial da resposta social de EA (NAVVD).....	374

Índice de anexos

Anexo 1. Entidades que integram o CLASA.....	443
Anexo 2. Beneficiários de RSI e beneficiários em acompanhamento no SAAS.....	444



ANEXOS

Anexo 1. Entidades que integram o CLASA.

Entidades/Instituições do CLASA			
1	A Mutualidade Santa Maria / Associação Mutualista	45	Centro Social Paroquial de São Jacinto
2	ADAV Aveiro / Associação de Defesa e Apoio da Vida	46	Centro Social Paroquial de São Pedro de Nariz
3	AEVA / Associação para a Educação e Valorização da Região de Aveiro	47	Centro Social Paroquial Nossa Senhora de Fátima
4	Agrupamento de Escolas de Aveiro	48	Centro Social Paroquial Santa Eulália de Eirol
5	Agrupamento de Escolas de Eixo	49	Centro Social Paroquial Santo André Esgueira
6	Agrupamento de Escolas de Esgueira	50	CERCIAV / Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Aveiro, CRL
7	Agrupamento de Escolas de Oliveirinha	51	Colégio D. José I
8	Agrupamento de Escolas José Estêvão	52	Conferência Vicentina de Santa Isabel de Cacia
9	Agrupamento de Escolas Rio Novo do Príncipe, Cacia	53	Conferência Vicentina de Santo André de Esgueira
10	Agrupamento Escolas Dr. Mário Sacramento	54	CPCJA / Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Aveiro
11	AIDA CCI – Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro	55	CRI Aveiro / Centro de Respostas Integradas de Aveiro - ARS Centro, I.P.
12	AME / Associação de Melhoramentos de Eixo	56	Cruz Vermelha Portuguesa, Distrito de Aveiro
13	ANIMA / Centro Estimulação e Consulta Psicológica de Aveiro	57	DGRSSP / Direção Geral Reinserção e Serviços Prisionais – Equipa do Baixo Vouga
14	ANIP / Associação Nacional Intervenção Precoce	58	EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza / Núcleo Distrital de Aveiro
15	APELO - Apoio ao Luto	59	Espaço do Luto
16	APPACDM / Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, Delegação de Aveiro	60	Florinhas do Vouga
17	ASAS / Associação de Solidariedade e Ação Social de Santa Joana	61	Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e da Saúde do Distrito de Aveiro
18	Associação Calioásis – Centro de bem-estar para crianças, jovens e suas famílias afetados pelo cancro pediátrico	62	Fundação CESDA / Centro Social do Distrito de Aveiro
19	Associação Comercial de Aveiro	63	Fundação Graça Gonçalves
20	Associação de Apoio ao Imigrante	64	Fundação Padre Félix
21	Associação de Assistência de Eixo	65	GNR / Guarda Nacional Republicana
22	Associação de Solidariedade Social Casa Mãe de Aradas	66	Igreja Metodista Wesleyana
23	Associação Pais e Amigos Habilitar	67	IPDJ / Instituto Português do Desporto e Juventude
24	Associação Pais em Rede, Núcleo de Aveiro	68	Junta de Freguesia de Aradas
25	Banco Alimentar Contra a Fome de Aveiro	69	Junta de Freguesia de Cacia
26	CAFC / Centro Académico de Fé e Cultura	70	Junta de Freguesia de Esgueira
27	Câmara Municipal de Aveiro	71	Junta de Freguesia de Oliveirinha
28	CARDA / Centro de Alcoólicos Recuperados do Distrito de Aveiro	72	Junta de Freguesia de Santa Joana
29	Cáritas Diocesana de Aveiro	73	Junta de Freguesia de São Bernardo
30	Casa Sol Poente	74	Junta de Freguesia de São Jacinto
31	Casa Vera Cruz	75	Junta de Freguesia Eixo e Eirol
32	CDT / Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Aveiro	76	Junta de Freguesia Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz
33	Centro Comunitário da Paróquia de São Pedro de Aradas	77	MSH / Missão Saúde para a Humanidade
34	Centro Comunitário da Vera Cruz	78	ORBIS / Cooperação e Desenvolvimento
35	Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.	79	Patronato Nossa Senhora de Fátima
36	Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado	80	PSP / Polícia de Segurança Pública
37	Centro de Infância Arte e Qualidade	81	Renascer - Associação Cristã de Reabilitação Ação Social e Cultura
38	Centro Distrital de Aveiro do Instituto de Segurança Social	82	Santa Casa da Misericórdia de Aveiro
39	Centro Infantil da Casa do Povo de Oliveirinha	83	SASUA / Serviços de Ação Social da Universidade de Aveiro
40	Centro Paroquial de São Bernardo	84	UCC / Unidade de Cuidados na Comunidade / ULS Região de Aveiro, E.P.E.
41	Centro Social de Azurva	85	UDIPSSA / União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Aveiro
42	Centro Social de Esgueira	86	UGT / União Geral dos Trabalhadores de Aveiro
43	Centro Social de Santa Joana Princesa	87	União de Freguesias Glória e Vera Cruz
44	Centro Social Paroquial de Cacia	88	Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, E.P.E. / ULS Região Aveiro, E.P.E.

Anexo 2. Beneficiários de RSI e beneficiários em acompanhamento no SAAS.

